

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Comissão para o Estudo das Campanhas de África
(1961-1974)

**RESENHA
HISTÓRICO-MILITAR
DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA**

6.º VOLUME
Aspectos da Actividade Operacional

Tomo III
Moçambique

Livro I

1.ª edição

LISBOA
2012

Obras publicadas:

RESENHA HISTÓRICO-MILITAR DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA 1961-1974:

- 1.º vol – Enquadramento Geral
- 2.º vol – Dispositivo das Nossas Forças
– Angola
- 3.º vol – Dispositivo das Nossas Forças
– Guiné
- 4.º vol – Dispositivo das Nossas Forças
– Moçambique
- 5.º vol – Condecorações Militares
Atribuídas
 - Tomo I – Torre e Espada e Valor Militar
 - Tomo II – Cruz de Guerra (1962/65)
 - Tomo III – Cruz de Guerra (1966)
 - Tomo IV – Cruz de Guerra (1967)
 - Tomo V – Cruz de Guerra (1968/69)
 - Tomo VI – Cruz de Guerra (1970/71)
 - Tomo VII – Cruz de Guerra (1972/73)
 - Tomo VIII – Cruz de Guerra (1974-80)
- 6.º vol – Aspectos da Actividade Operacional – Tomo I – Angola
– Livro 1
- 6.º vol – Aspectos da Actividade Operacional – Tomo I – Angola
– Livro 2
 - Tomo III – Moçambique
– Livro 1
- 7.º vol – Fichas das Unidades
 - Tomo II – Guiné
- 8.º vol – Mortos em Campanha
 - Tomo II – Guiné – Livro 1
- 8.º vol – Mortos em Campanha
 - Tomo II – Guiné – Livro 2
- 8.º vol – Mortos em Campanha
 - Tomo I – Angola – Livro 1
 - Tomo I – Angola – Livro 2
- 14.º vol – Comandos
 - Tomo I – Grupos Iniciais
- Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961/74)

RESENHA
HISTÓRICO-MILITAR
DAS
CAMPANHAS DE ÁFRICA

MOÇAMBIQUE

ASPECTOS DA ACTIVIDADE OPERACIONAL

LIVRO I

LISBOA

2012

Elaboraram e redigiram este volume da Resenha:

Coronel de Inf^{ta} António Gomes Baptista Ferro

Coronel de Art^a Henrique Martins Sul da Rocha

Coronel de Art^a Joaquim José Esteves Virtuoso

Coronel de Inf^{ta} João Manuel da Silva Santos Fernandes

Coronel de Inf^{ta} TIR Manuel Carlos Teixeira do Rio Carvalho

Coronel de Inf^{ta} Vasco Henrique de Sommer Travassos Valdez

Coordenou e reviu:

Major-General Henrique António do Nascimento Garcia

Contribuíram com os elementos indispensáveis:

- * *Arquivo Histórico-Militar*
- * *Arquivos pessoais de diversos militares*

Colaboraram, também, nesta obra:

- * *Sargento – Mór Rui Manuel Paim das Neves*
- * *SargAj – João Carlos Nunes Cordeiro*
- * *Assistente Técnica Principal, Delfina da Luz Carrilho Ferreira Pinheiro*
- * *Assistente Técnica Principal Maria Fernanda Georgete de Jesus Antunes Barata Jerónimo*
- * *Assistente Técnica Principal Helena Gulamhussen Vissanji*
- * *Téc.Princ. – José Sesifredo Estevéns Colaço*
- * *Cabo Adjunto Ana Sofia Medronho da Silva Valente Galamba da Silva*

Agradecemos as facilidades concedidas por:

- * *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*
- * *Arquivo Histórico Ultramarino*
- * *Comissão Cultural da Marinha*
- * *Arquivo Histórico da Força Aérea*
- * *Arquivo Histórico do Ministério da Defesa Nacional*

MOÇAMBIQUE

DIVISÃO ADMINISTRATIVA





CONSTANS ET PERPETVA VOLVNTAS

BRASÃO DE ARMAS

DA

R.M.M

REGIÃO MILITAR DE MOÇAMBIQUE

DESCRIÇÃO HERÁLDICA

ARMAS:

- Escudo de prata com sete setas de verde, atadas de vermelho; bordadura de vermelho;
- Correia de vermelho, perfilada de ouro;
- Paquife e virol de prata e de verde;
- Timbre: um leão rampante de ouro, segurando na garra dianteira dextra duas das setas do escudo;
- Divisa: num listel branco, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras negras maiúsculas, de estilo elzevir “CONSTANS ET PERPETVA VOLVNTAS”.

SIMBOLOGIA E ALUSÃO DAS PEÇAS

- As SETAS alude ao brasão de armas da Província de Moçambique;
- A BORDADURA vermelha simboliza uma Região Militar;
- O LEÃO simboliza o Exército Português.

OS ESMALTES SIGNIFICAM:

- OURO: nobreza e constância;
- PRATA: riqueza e eloquência;
- VERMELHO: ardor bélico e força;
- VERDE: esperança e abundância.

SÍNTESE HISTÓRICA

A Região Militar de Moçambique teve origem na 4ª Região Militar – 1960. Em 1962, mudou de designação para a “Região Militar de Moçambique”. Foi extinta aquando da independência do Estado de Moçambique.

PREFÁCIO

Quando a luta armada começou em Moçambique, em Agosto/Setembro de 1964, com o assassinato do padre holandês Daniel Boormans, em 24 de Agosto e o ataque ao Posto Administrativo do CHAI, em 25 de Setembro, já Portugal era atacado em Angola, desde o brutal massacre de 15 de Março de 1961, no Quitexe e na Guiné desde 1963.

Todos estes ataques foram lançados do exterior do território, a partir de bases do inimigo instaladas em países limítrofes, hostis à presença portuguesa em África.

Em Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Timor, territórios constituídos por ilhas, como sabemos, não havia territórios circundantes onde se pudesse criar a subversão.

Com a abertura das hostilidades em Moçambique, Portugal passava a combater, em simultâneo, em cinco frentes: Angola, Guiné, Moçambique, a frente diplomática e a frente interna.

Ao contrário, porém, do que aconteceu em Angola, o inimigo aqui procurou uma área pouco povoada, com fraca ocupação administrativa e comercial, insuficiente desenvolvimento económico e uma etnia de apoio, tradicionalmente avessa à hierarquia e, portanto, à aceitação do ideal português, a que se juntava uma fraquíssima malha militar, embora já reforçada em 1961, depois dos acontecimentos em Angola.

Ao lançar o seu ataque a quase 2.000 kms da capital, a um pequeno posto administrativo do concelho de Macomia, no distrito de Cabo Delgado, numa área litoral de predominância Maconde, o inimigo revelou fraca capacidade de acção, como que a experimentar a nossa capacidade de reacção, ao mesmo tempo que escondia a finalidade da sua iniciativa, que não se descobre qual fosse já que, a área territorial onde começa a actuar e, depois, desenvolve a sua acção, estava longe de ser uma zona decisiva para o domínio de Moçambique, como, já então, afirmava ser o seu grande objectivo.

Situado no Índico, a 8.410 quilómetros de distância de Lisboa, Moçambique, sentiu os efeitos dessa distância, nos reabastecimentos, como sentiu o facto de ser o terceiro território onde se desencadeou a subversão violenta em 1964, depois de Angola em 1961 e da Guiné em 1963.

Com um território alongado, de configuração geográfica muito irregular, 50 quilómetros de largura no Sul e 655 no Norte, quase cortado ao meio pela penetração violenta da África Ocidental e, então, com seis países nas suas fronteiras, dois dos quais, no Norte, francamente hostis e um de uma

neutralidade muito instável, Moçambique era um território difícil, extenso em longitude, com 12 grandes grupos étnicos e 14 línguas e dialécticos.

No início das acções armadas da FRELIMO, no distrito de Cabo Delgado, havia uma fraca presença militar, com um Batalhão de Guarnição Normal em Porto Amélia, com uma Companhia em Mocímboa da Praia, uma Companhia de Caçadores, de reforço, em Mueda e uma Companhia de Caçadores de Guarnição Normal em Montepuez, com um pelotão em Macomia e ainda uma Companhia de artilharia no Ócuá, ao todo cerca de 1.000 militares para a defesa dos 77.728 quilómetros quadrados do Distrito.

No Niassa, para onde a subversão alastrou, também com um fraquíssimo dispositivo militar para os seus 128.950 quilómetros quadrados: um Batalhão de reforço em Vila Cabral, uma Companhia de Caçadores, de Guarnição Normal também em Vila Cabral, com um Pelotão destacado em Macaloge e outro no Cobué, uma Companhia de artilharia em Maúá, uma Companhia de reforço em Nova Freixo e uma Companhia de Caçadores da guarnição Normal em Marrupa, com um Pelotão destacado em Mocula e outro em Comba, ao todo cerca de 1.350/1.500 militares.

Com o aumento da área afectada o nosso dispositivo foi crescendo, sempre atrás dos acontecimentos.

A Campanha em Moçambique, decorreu sob o signo das dificuldades: carência de efectivos, apesar do recurso maciço ao recrutamento local, nos últimos anos; dificuldades logísticas, quer no reabastecimento, quer no apoio às Unidades; significativa carência de viaturas; atrasos no reabastecimento de munições e sensível insuficiência de meios aéreos, nomeadamente helicópteros.

Lançadas na etnia Maconde, no Cabo Delgado, as acções subversivas alcançaram o Distrito do Niassa, apoiadas na etnia Nianja, vieram a atingir também os Ajauas, o que implicou a realização de múltiplas operações, algumas de vulto, a que se seguiu uma fase de redução das áreas afectadas naqueles dois Distritos, impedindo que a subversão alastrasse para os Distritos de Moçambique e da Zambézia, de predominância Macua, que se manteve imune às tentativas aliciadoras subversivas.

Estabilizada a situação nos Distritos afectadas - Cabo Delgado e Niassa - a subversão lançou uma nova frente no Distrito de Tete, ao mesmo tempo que voltava a intensificar as acções no Niassa, com o propósito de dificultar a intervenção das Nossas Tropas em Tete, onde a FRELIMO tentava impedir a construção da barragem de Cabora Bassa.

Entretanto foi decidido atacar e eliminar, no Distrito de Cabo Delgado, um conjunto de "bases" - Beira, Moçambique e Gungunhana - que, no seu todo, constituíam já uma área de fixação permanente, onde as Nossas Tropas não iam.

Constituiu-se uma poderosa força atacante e desenvolveram-se várias acções que as alargaram por uma vasta área e que concluíram com a destruição total das bases e a recuperação completa da área, que ficou de novo livre para a nossa acção civilizadora. Impediu-se assim a criação de uma área susceptível de ser apresentada como dominada pela FRELIMO, o que era contrário às directrizes que a Carta do Comando do Comandante-Chefe determinava.

Na impossibilidade de conseguir parar ou, de qualquer maneira, afectar a construção de Cabora Bassa, a FRELIMO decidiu infiltrar-se para além daquelas defesas, ultrapassando aquela área para se dirigir para o Sul, atacando a área de Vila Pery.

Os fazendeiros, seguros da sua impunidade até ali, descreditaram e alarmaram-se. Mas não era, de modo nenhum, uma actuação desesperada.

Algumas povoações comerciais foram atacadas pela guerrilha em Angola em 1961, a relativamente poucos quilómetros da capital, 50 e 75 quilómetros, constituindo uma ameaça grave à capital, e nem por isso a subversão venceu em Angola.

Vila Pery estava a 206 quilómetros da Beira e 1.420 de Lourenço Marques. Considerar tais acções como decisivas e ameaçadoras, sem retorno, não foi realista.

É inegável o alarme que criou na gente de ascendência europeia a abertura de nova frente na área de Vila Pery, desenvolvida e progressiva, habituada ao sossego de uma vida serena e construtiva que, ignorando a natureza e método duma guerra subversiva, se julgava ao abrigo daquelas acções que, até ali, se passavam a centenas de quilómetros de distância.

O reforço permanente e sistemático de meios de combate que os países apoiantes iam fornecendo, criava na FRELIMO, a crença na sua capacidade de destruir o poder português e permitiam-lhe empreender acções que eram incómodas e perturbadoras, mas estavam muito longe de conseguir o domínio de qualquer porção do território.

Contribuíam, claro, para alimentar deduções e hipóteses sobre a sua capacidade e possibilidades, baseadas em alguns resultados locais, cujos efeitos se extrapolava em conjecturas alarmantes e desmoralizadoras para o nosso espírito de resistência.

Mas a realidade é que a FRELIMO, em treze anos de luta causou-nos 2.962 mortos em contraste, por exemplo, com os 57.000 que os americanos sofreram no Vietnam em oito anos de luta, e os franceses que sofreram 22.753 mortos, também em oito anos de luta, na Argélia.

Apesar da perturbação que o seu ataque produzia no viver normal de limitadas áreas do território, a FRELIMO nunca ocupou a mais pequena

divisão administrativa, não impediu que se construísse Cabora Bassa como desejava e, embora criando alarme na população civilizada, aqui ou ali, foi patente a sua insuficiência e fraqueza, bem expressas nas visíveis dificuldades que teve para ocupar o País, quando este lhe foi entregue pela desistência do poder central em continuar a defender Moçambique.

A guerra subversiva implica a adesão da população do território onde é desencadeada, pois sem o apoio da população a subversão definha e acaba, já que é pelo domínio da população que lutam os agentes subversivos e as autoridades.

De acordo com esta certeza, o processo de subversão em Moçambique é notório e evidente.

Organizado, lançado e apoiado do exterior, numa área fracamente ocupada comercial e administrativamente, com fracas vias de comunicação e insignificante presença militar. O inimigo visou aproveitar-se dessas múltiplas insuficiências, para se afirmar e transmitir uma ideia de força que, então, não tinha.

As áreas afectadas pela subversão em Abril de 1974 abrangiam uns 110.000 Kms do território. Restavam perto de 675.000 kms, em que a subversão não se fazia sentir, isto mesmo considerando que aqueles cerca de 17% correspondiam a áreas dominadas pela acção subversiva, o que não era uma realidade pois, nessas áreas, embora ameaçadas, continuava a haver vida normalizada e a serem percorridas pelas nossas tropas. Eram áreas onde se verificavam, aqui e ali, acções violentas, contra as populações, contra as NT ou contra actividades comerciais isoladas, mas sem ocupação permanente.

Como já se disse, nunca a subversão ocupou, ou dominou, qualquer localidade administrativa, grande, ou pequena. Com os seus 8.000 guerrilheiros activos dentro do território, de modo nenhum podia constituir uma ameaça grave de ocupação, face aos cerca de 60.000 militares portugueses em operações em 1974. Podiam levar a efeito acções imprevisas e desmoralizadoras, como aconteceu com a sua actuação na área de Vila Pery, mas faltava-lhe capacidade para obter o poder nacional.

Ao lançar um olhar sobre a acção do Exército em Moçambique, de 1964 a 1974, verifica-se, sem qualquer dúvida, que o Exército desenvolveu ali uma intensa manobra defensiva contra um ataque preparado, conduzido e apoiado do exterior contra a presença portuguesa em Moçambique. Ataque que foi crescendo em conformidade com o aumento constante da ajuda internacional em todas as modalidades: armamento, preparação dos combatentes, suporte financeiro, apoio diplomático nas instancias internacionais influentes, viaturas, instrutores e conselheiros militares.

Ataque que não configurou o padrão de uma guerra subversiva já que esta, segundo a doutrina "é uma luta conduzida no interior do território, por

uma parte dos seus habitantes ...”, mas antes mais se caracterizando como uma guerra insurreccional que, segundo a doutrina “é uma luta armada de carácter político, levado a efeito num dado país contra o poder político”.

Em Moçambique as massas populacionais não se levantaram contra as autoridades, a acção foi induzida de fora por agitadores e com elementos armados também lá formados e de lá vindos para levarem a efeito intervenções violentas contra a população, contra as actividades comerciais e, também contra os fracos efectivos militares então existentes na área pouco desenvolvida que escolheu para lançar a perturbação, no seio de uma vida que decorria serena e em progresso lento, mas constante.

Com realismo e sem qualquer espécie de ironia, aqui inteiramente descabida, pode afirmar-se que, em Moçambique, como em Angola, as Forças Nacionais sustentaram uma guerra que pouco teve de destrutiva, antes se podendo afirmar como construtiva, pelo muito que se foi realizando e construindo por todo o país durante a luta.

O Exército, em sobreposição com a sua actividade operacional, desenvolveu uma intensa acção social em benefício directo e imediato das populações abrindo poços, construindo escolas, lançando pontes, transportando pessoas e haveres, abrindo caminhos, tratando dos feridos, transportando doentes para o hospital, apoiando as populações a melhorar a sua vida, quer transportando material para as suas casas, quer fazendo funcionar escolas, construindo mesquitas, capelas e casas para os “chefes”, numa ajuda constante ao seu aperfeiçoamento e progresso.

Campanha dura e ingrata com as forças nacionais em constante inferioridade de meios, relativamente às suas necessidades operacionais, dificuldade que culminou com a utilização de mísseis terra-ar pela FRELIMO, o que condicionou muito o apoio aéreo que as tropas de terra recebiam, nomeadamente no que diz respeito às evacuações, ao reabastecimento e aos postos de comando aéreos.

Já usados na Guiné desde Março de 1973, os “Strela” apareceram em Moçambique nos finais desse ano embora, já em Abril o Comandante da Região Aérea tivesse pedido para Lisboa a preparação de um certo tipo de aviões para “a ameaça Strela previsível a curto prazo” e a aquisição de mísseis de ataque ao solo.

As naturais demoras na resolução destes problemas, os boicotes internacionais à compra do armamento pelo nosso País e também, talvez, o sistema de apoio financeiro às despesas com a defesa do Ultramar e até possivelmente, algum retardamento deliberado por parte de elementos contrários à luta em África, fez com que estivesse retida em Lisboa, a

aguardar embarque para o teatro de operações, uma arma que iria contrapor-se à acção dos Strela, ou seja os mísseis ar-terra.

Na realidade os princípios rígidos em que se apoiava o sistema financeiro de apoio, não poucas vezes, contribuíram para os atrasos no equipamento das nossas forças em operações. Segundo o próprio ministro das finanças, num discurso pronunciado em Madrid, em 1964. “.... não podia o Governo português admitir que a cobertura das despesas extraordinárias de carácter militar se obtivesse de outra forma que não fosse pelo saldo do orçamento das receitas e despesas ordinárias e através de recursos fiscais extraordinários”. E mais adiante reforça: “... não se encontrava outro método que não fosse evitar recorrer ao empréstimo externo para adquirir armas e munições para os nossos soldados” e esclarecia mais adiante: “... o Governo tornou público o resultado das diligências relativas a operações de crédito externo, destinados ao desenvolvimento económico do País. E ainda: “... ficou bem claro ser propósito deliberado destinar o recurso a estes meios apenas a aplicações de fins reprodutivos”. E para reforçar a afirmação já feita, mais adiante afirma: “O fomento, base do progresso nacional, é sem dúvida o melhor suporte da política de defesa”.

Isto só foi possível porque o comportamento favorável da economia nos anos 60 permitiu um crescimento médio anual de 6,5% da nossa economia durante os anos das campanhas. Isto num País em que o défice do orçamento geral era de 0,82% do PIB em 1973 e a dívida pública era 18,24% do mesmo PIB, no mesmo ano.

As muitíssimas minas da FRELIMO; os múltiplos assassinatos de chefes nativos que defendiam as cores nacionais; os vários assaltos a estabelecimentos comerciais no mato, instalados em locais isolados; os bombardeamentos de alguns estacionamento das nossas tropas com foguetões 122 mm; os mísseis terra-ar e as inúmeras emboscadas às colunas operacionais, ou de reabastecimento, não conseguiram evitar que o Exército, em Moçambique, como nos outros teatros de operações, cumprisse, com muito brio e dignidade, o seu dever de impedir que a subversão ocupasse qualquer povoação administrativa, ou sequer qualquer área do território com carácter de permanência irreversível. Ao mesmo tempo que garantia a necessária estabilidade para que o País continuasse a sua senda de desenvolvimento em todos os campos, da educação à saúde, no desenvolvimento de alguma indústria; no crescimento do comércio e, de um modo geral, em todos os índices que marcam o progresso de um território.

Apesar da guerra, a valorização constante de Moçambique, também impulsionado pelos investimentos realizados à sombra dos Planos de Fo-

mento de 1963 a 1973, traduziu-se no crescimento médio anual do seu PIB em 7%, com a população a crescer de 5.732.767 em 1960 para 8.233.834 habitantes em 1973.

Moçambique era, em 1974, um território em franco progresso, um novo país em crescimento contínuo, a viver na harmonia de uma tolerância e convivência social únicas na África ao Sul do Saara, em todos os territórios portugueses, onde a relação pacífica e humanizada de todas as pessoas era uma evidência, em nítido contraste com a vida em vários outros territórios. Uma marca portuguesa de estar, que identificava a nossa África como uma certeza diferente no viver de cada dia. Moçambique era, assim, uma afirmação de portuguesismo tolerante e construtivo.

Henrique António do Nascimento Garcia

MGen R.

INTRODUÇÃO

Esta obra pretende apresentar uma panorâmica das actividades operacionais do Exército em Moçambique, entre 1964 e 1975 (24Jun)¹, a sua evolução e desenvolvimento, bem como o enquadramento geral nos aspectos humano, geográfico, social, político e mesmo económico, em que decorreram.

Será dado relevo à evolução da estrutura do Comando e suas Directivas, aspectos essenciais na condução das Operações.

Para a sua realização foi consultada toda a documentação que foi possível reunir em diferentes arquivos sobre o Teatro de Operações de Moçambique e que é citada na obra, além de depoimentos pessoais.

Porque foi enorme o número e tipo de Acções e Operações que foram executadas com vista a conter e erradicar os elementos armados da subversão, não se irá fazer um relato exaustivo dessa actividade referindo-se, apenas, algumas das Operações e Acções mais significativas entre as que foram realizadas.

Contudo, nem por isso podem ser esquecidos os incontáveis sacrifícios de todos aqueles, Militares da Marinha, Exército, Força Aérea e elementos dos GE, PSP, OPVDC, Flechas, Milícias locais, Quadros e Forças Administrativas que, em inúmeras outras acções e operações, contribuíram com o seu esforço, dedicação, coragem e dádiva total, para a defesa do que era, então, Território Português e, também, de um conceito de convivência multirracial pacífica, valor chave da maneira Portuguesa de estar no mundo.

¹ 24Jun1975 – Dia da Independência da República Popular de Moçambique.

PREÂMBULO

Conceitos Base

Da vasta bibliografia resultante dos estudos desenvolvidos no EME, no IAEM e por autores singulares sobre o fenómeno da Guerra Subversiva extraem-se alguns conceitos fundamentais que enquadraram toda a actividade operacional das Forças Militares nos diversos Teatros de Operações.

Assim, lembraremos que “Guerra Subversiva é uma luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controle desse território ou, pelo menos, paralisar a sua acção”².

No seu livro “Os Movimentos subversivos Africanos” escrevia, em 1970, o Coronel Hélio Felgas:

“Não são raros os que desconhecem a existência de movimentos subversivos em diversos dos novos Estados africanos.

Há a tendência de se considerar a subversão, o terrorismo e a guerrilha, como actividades que existem apenas nos territórios administrados por europeus e que têm unicamente por finalidade a expulsão dessa administração.

A verdade é bastante diferente.

De facto, existem movimentos subversivos em países africanos de onde a administração branca já se retirou há muito (ou até onde nunca esteve), com destaque para o Sudão, a Etiópia, o Tchad, os Camarões, a Zâmbia e o Malawi.

Torna-se assim evidente que o terrorismo e a guerrilha não são actividades desenvolvidas exclusivamente com o intuito de eliminar a administração europeia em África.

O seu objectivo pode reflectir a recusa de determinadas populações africanas em serem dominadas por outras populações também africanas. E em diversos casos aquelas actividades pretendem apenas a criação ou a manutenção de condições de instabilidade e de indisciplina que favoreçam certos interesses internacionais (...).

A “febre das independências” fez nascer em África, no curto espaço de treze anos, nada menos de 39 Estados e impediu toda a gente de verificar se os novos Estados tinham ou não capacidade para serem independentes.

² O Exército na Guerra Subversiva – EME/3ª Rep – 1966 pág. 1 Cap 1.

Desde que se tratasse de uma antiga colónia ou de um antigo protectorado, o direito à autodeterminação e à independência surgia automaticamente.

Só raramente um território foi reunido a outro com o objectivo de se obter uma entidade nacional mais viável (...)."

Na publicação "Guerra Subversiva – Subsídios para uma estratégia de reacção" editada pelo EME em 1965, referia-se:

"Hoje, a guerra é dominada pelo fenómeno da desintegração: da matéria, na guerra nuclear, que gera forças mecânicas indomáveis, e a desintegração das almas, na guerra subversiva, que liberta forças espirituais de poder incalculável.

Nesta última – de há muito em curso por todo o mundo – a vitória deixou de ser procurada apenas no choque de duas forças militares num campo de batalha. Este choque, verificado em uma ou várias batalhas, com vista ao aniquilamento de um exército inimigo, deixou de se produzir e, como tal, as forças armadas clássicas perderam o carácter decisivo que ontem possuíam. A vitória já não depende unicamente de uma batalha sobre o terreno. As operações militares – os combates empenhados contra as forças armadas adversas – apenas têm importância limitada, nunca estando à escala do conflito em curso.

Como consequência, a força armada, dominada por efeito de vocação pelo aspecto puramente militar de um conflito, não estuda a sério um problema considerado na arte da guerra como de importância secundária.

Para que uma força armada possa ser tida como moderna, indispensável se torna que esteja apta a ganhar o conflito em que o país a empenhou. E, para isso, tem de conhecer não só os elementos fundamentais desse conflito mas também a maneira como ele se processa.

Uma guerra de natureza subversiva apresenta como características basilares:

- alimentar-se do exterior;
- visar a conquista das populações;
- ser levada a efeito no seio das mesmas;
- desenvolver-se em dois períodos – o da incubação e o da violência."

No manual de "Acção Psicológica" editado em 1967 pela 2ª Rep/ EME, salienta-se:

"Numa guerra subversiva, o terreno de manobra é a população e a conquista da sua opinião, o objectivo principal. Deste axioma, constante dos manuais de qualquer Exército, resulta, em primeiro lugar, que a luta contra a subversão é uma luta pela população e nunca uma luta contra a

população. Um dos princípios básicos desta luta é que não basta reprimir as acções violentas com outras acções violentas. É necessário difundir ideias verdadeiras e prová-las com actos, mostrando à população um caminho mais aliciante e mais favorável do que aquele que lhe é apontado pela subversão.

Assim, a luta contra a subversão não pode ser levada a cabo exclusivamente pela intervenção militar armada. Há que empregar, coordenadamente, muitas outras medidas de ordem política, social, económica, psicológica, cultural e religiosa.”

*Missão geral das Forças Armadas*³

Neste enquadramento conceptual a missão geral das Forças Armadas em Moçambique, bem como nos outros TO, foi, sinteticamente, a seguinte:

- “ – **Combater** os bandos armados, as guerrilhas e as forças da subversão, executando operações militares defensivas e ofensivas;
- **Exercer uma acção psicológica** sobre o adversário e, principalmente, sobre a população, e também uma eficaz acção social, para a tornar mais receptiva àquela acção, contribuindo assim para conservar ou reconquistar o apoio dessa população.
- **Dar apoio às autoridades civis**, prestando-lhes informações, reforçando a acção da polícia, ou actuando em cooperação com ela na manutenção da ordem, garantindo o controlo da população e assegurando a manutenção dos serviços essenciais, quando necessários.”

*Aspectos específicos*⁴

No sentido de melhor esclarecer a abrangência do conflito, assinalava o CEME, em Nota do seu Gabinete, alguns aspectos relevantes:

“Logo que se iniciou a subversão violenta no nosso Ultramar, a decisão de combater foi imediata, nítida e firme. Impunham-na a obrigação indeclinável de defendermos a integridade do território nacional, espalhado por vários continentes, de protegermos as populações portuguesas, multirraciais, das parcelas ameaçadas, contra a violência e a tentativa da

³ O Exército na Guerra Subversiva, Vol I, Cap II, pág. 23, EME – 1963.

⁴ Nota nº 4889/Gabinete do CEME/EME/EP, de 20Jul68.

sua subjugação, de nos opormos à espoliação das valiosíssimas posições estratégicas e económicas que essas terras portuguesas representam.

A subversão - como a contra-subversão - travava-se também nos campos psicológico, diplomático, económico e político, sectores que têm importância equivalente ao militar, se não superior, para o resultado da guerra.

Bastará lembrar que o elemento fundamental na guerra subversiva é a população para que esta noção elementar, mas muitas vezes esquecida, ainda mais facilmente ressalte.

A guerra que as forças militares travam para defender a integridade e a ordem dos nossos territórios não é só luta armada e não deve ser vista apenas pelos terríveis sacrifícios que exige, embora inevitáveis. Nela há também aspectos positivos, complementares da actividade militar, às quais nos vamos referir:

- Em primeiro lugar, o desencadeamento da subversão no nosso Ultramar, fez concentrar sobre ele todas as atenções do país. O que era vago foi-se definindo e precisando: as suas possibilidades económicas, os tipos e as características dos vários grupos étnicos, as suas tradições e os seus problemas.
- Em segundo lugar, a ida anual de algumas dezenas de milhares de jovens militares para o Ultramar permitiu-lhes conhecer directamente essas terras e conhecendo-as, aprenderam a amá-las.
- Em terceiro lugar, a presença de militares em algumas regiões menos desenvolvidas ou mais esquecidas, chamou sobre elas a atenção, o que veio permitir que se fossem corrigindo lapsos ou erros. Esta presença militar teve também extraordinária influência na difusão da língua portuguesa e na alfabetização e instrução dos naturais;
- Em quarto lugar, alguns ex-militares, terminado o seu tempo de serviço, fixaram-se nesses territórios ou para lá foram depois, enriquecendo assim o valor das suas populações”.

Antecedentes históricos

Após 1918, em Moçambique, toda a administração territorial militar, posicionada do antecedente para a defesa e contra-ataque contra as tropas alemãs, é transferida para uma administração civil, necessariamente lenta, por dificuldades de recursos financeiros da Metrópole, também ela desgastada pela participação na I Guerra Mundial.

A II Guerra Mundial implica que Moçambique, por proximidade geográfica, seja centro de recrutamento e posicionamento de tropas - alguns efectivos foram da Metrópole - para apoio ao Estado da Índia e Macau e, ainda, como base para as Forças organizadas para a libertação de Timor, ocupado pelos japoneses.

As preocupações com a renovação de uma quadrícula militar estável surgem no início dos anos 50, quando começaram a soprar em África ventos de mudança, após a II Guerra Mundial e o V Congresso Pan-Africano, onde já foram reivindicadas autonomias - e mesmo independências - para vários territórios de África, Ásia e Antilhas.

Os Países vizinhos

A posição geográfica de Moçambique envolvia contactos fronteiriços com vários países da região.

Assim, se nos anos 50 e 60 do Séc XX a União Sul Africana e a Rodésia do Sul, por razões de interesses comuns com Moçambique, sempre se mostravam cooperantes, já o mesmo não se pode dizer da Zâmbia (ex Rodésia do Norte) e da Tanzânia (ex Tanganica) que, a partir das suas Independências (em 1964 e 1961 respectivamente), sempre se mostraram francamente hostis e se constituíram em “santuários” da guerrilha quando ela iniciou a sua actividade.

O Malawi (ex Niassalândia) talvez devido à necessidade imperiosa de uma saída viável para o mar, manteve sempre uma neutralidade oscilante.

A Política externa

No final do ano de 1960, a ONU deixara de reconhecer formalmente as Províncias Ultramarinas como parte integrante de Portugal, e impunha que se concedesse a autodeterminação a todos os territórios. As resoluções das Conferências de Tunes e Adis-Abeba desse ano, debruçaram-se sobre o assunto na linha desta nova exigência.

O quadro a seguir apresentado, referido a 1970, tem interesse para a avaliação correcta da inserção dos territórios portugueses no contexto das independências africanas⁵.

⁵ Felgas, Hélio - “África - A evolução política de 1956 a 1970”.

Territórios	Superfície (mil Km2)	População (milhares)
Sob Administração Espanhola		
- Melilla	0,01	82
- Ceuta	0,02	76
- Sahará (Rio do Ouro)	266	24
Sob Administração Francesa		
- Costa dos Somalis	23	86
- Comores (Arquipélago)	2,1	250
- Reunião (Ilha).....	2,5	400
Sob Administração Inglesa		
- Santa Helena (Arquipélago)	0,2	5,6
- Seychelles (Arquipélago)	0,4	47
Sob Administração Sul Africana		
- Sudoeste Africano	824	520
De Portugal		
- Angola	1247	5.300
- Moçambique	783	7.200
- Guiné	36	530
- Cabo Verde	4	30
- S. Tomé e Príncipe	1	63
	2071	13.323

Resumo:

Situação	Superfície	População
Estados Independentes	89%	95%
Províncias Portuguesas	7%	4%
Outros Territórios Dependentes	4%	1%

As nossas tropas – conceitos gerais

Importa referir que a eclosão de actividade da guerrilha em Angola e na Guiné tinham dado prioridade na atribuição de meios a estas duas Províncias, pelo que o dispositivo das forças antecipadamente estudado para Moçambique estava, apenas, parcialmente implantado, só sendo completado, grosso modo, em 1970 e, a partir deste marco, reforçado

mais aceleradamente com o recrutamento regional, com ênfase para tropas especiais: “Comandos” e “Grupos Especiais”.

Importa referir que a Organização das nossas forças tinha que atender, em especial ao seguinte ⁶:

- “O combate contra as forças da subversão terá de ser conduzido, a maior parte das vezes, por pequenas Unidades (Companhias e destacamentos destas), largamente distanciadas umas das outras; em consequência, essas Unidades deverão ter uma organização que lhes permita viver, deslocar-se e combater com grande independência;
- Pela mesma razão, impõe-se uma descentralização do sistema logístico, e as Unidades encarregadas de o garantir terão, portanto, de ser organizadas em conformidade;
- A grande dispersão das forças por toda a superfície do território a pacificar exige de todas as Unidades medidas permanentes de segurança; os Comandos e as Unidades de Artilharia, Engenharia e Serviços deverão, por isso, dispor dos meios necessários para a garantir, sem que para tal haja que hipotecar fracções de Infantaria ou Cavalaria;
- Uma grande mobilidade é indispensável às Unidades, o que implica na sua organização, conforme os casos, adaptação ao transporte aéreo, em especial por helicópteros, motorização total ou parcial, existência de solípedes de baste ou de carregadores.
- O conhecimento do meio (população e terreno) é indispensável também às referidas Unidades; se não puderem ser recrutadas localmente (e em regra não podem), há que incluir nelas, como especialistas, auxiliares de comando e, como guias das tropas, elementos locais perfeitamente conhecedores desse meio;
- Nos terrenos acima referidos, os cães de guerra constituem, para certas Unidades, um elemento insubstituível;
- A partir de certo escalão, torna-se necessária a existência de especialistas de acção psicológica”.

Ainda na obra que estamos a citar, afirma-se, a dado passo: “A decisão sobre a forma de conduzir, num dado território, a luta contra a subversão deverá resultar de um estudo realizado a nível político, cuja conclusão englobará prescrições de ordem diplomática, económica, administrativa,

⁶ “O Exército na Guerra Subversiva – Operações contra Bandos Armados e Guerrilhas” – 3ª Repartição do EME – Volume II – 1963.

psicológica, social, etc., e militar. Estas últimas referir-se-ão, essencialmente, às forças militares a empregar na referida luta e às respectivas missões.

Este estudo basear-se-á numa análise pormenorizada de numerosos factores, políticos, geográficos, etc., entre os quais reveste especial importância, como se sabe, o meio humano e nela terão de colaborar entidades e organismos diversos, incluindo os estados-maiores de mais alto escalão”.

Torna-se, então, evidente que o dispositivo das forças militares numa guerra subversiva não poderá ser o mesmo que numa guerra convencional, não só porque, tratando-se de uma guerra em superfície, os adversários se encontram misturados ou justapostos e não frente a frente, mas, também, porque o problema fundamental é o da conquista da população, cujo apoio é indispensável.

Como afirma o TGen Manuel F. Themudo Barata⁷, “O dispositivo das tropas é a base do conceito operacional do chefe. Através dele se conhecem a sua ideia de manobra, as dificuldades que enfrenta e as áreas ou direcções onde exercerá o seu esforço. No caso da luta contra-subversiva – sempre arrastada na sua duração – as sucessivas mudanças do dispositivo e, por vezes, os novos arranjos na organização das tropas, retratam o evoluir da guerra e o pensamento dos comandantes responsáveis pela sua conduta”.

No caso de Moçambique, cuja superfície é de quase 800.000Km², as nossas forças teriam que guarnecer todo o território, com esforço inicial a Norte e manter um contacto íntimo com as populações e as Autoridades civis.

É, assim, com estes condicionamentos e dentro deste quadro conceptual, que se irão desenvolver, no território, acções de contra guerrilha no período compreendido entre 1964 e 1975.

⁷ Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África. 4º Volume – 1989 – Prefácio – pg 12.

CAPÍTULO I

ASPECTOS GERAIS

Síntese Histórica ⁸

História Geral de Moçambique

Considera-se que o primeiro Português que esteve no que é hoje Moçambique foi o explorador Pêro da Covilhã que, enviado pelo rei D. João II em missão de reconhecimento económico à Índia, passou por Sofala em 1489.

Mais tarde, em 1498, Vasco da Gama, na sua primeira viagem à Índia, tocou em Inhambane, Quelimane e desembarcou na Ilha de Moçambique.

O valor económico de Sofala foi rapidamente reconhecido pois por aqui se fazia, desde há séculos, o comércio do ouro da África Oriental.

Assim, logo em 1500, foram ordenadas a construção da Feitoria de Sofala e o bloqueio marítimo da costa, mas o naufrágio de quatro navios da armada de Pedro Alvares Cabral obrigou a adiar a ocupação que só se efectuou em 1505 quando foi criada a Capitania Mor da Índia.

Desta forma, a capitania subalterna de Sofala foi integrada no conjunto económico-político do Oriente Português e o seu ouro destinado a ser trocado por pimenta. Logo nos primeiros anos tiveram os Portugueses que vencer a forte resistência dos árabes em Sofala, delta do Zambeze, Angoche e ilhas de Cabo Delgado por termos interditado o trânsito marítimo do ouro, tecidos e marfim em navios árabes.

Simultaneamente prosseguia o reconhecimento do interior, datando de 1506 as primeiras transacções comerciais com enviados do Rei Monomotapa e o primeiro preito de vassalagem de um régulo ao Rei de Portugal.

É, contudo, a partir de cerca de 1510 que o capitão de Sofala decide enviar agentes diplomáticos em visita aos régulos do interior, de que se destaca António Fernandes, primeiro europeu a visitar o Reino de Monomotapa e a chegar ao actual Zimbabué.

São ocupados os pontos importantes que dominavam as estradas para o interior tais como Sena, no caminho de Manica, Tete, entrada para o Monomotapa e Abutua.

Entretanto o comércio desvia-se de Sofala para o Zambeze, o que favorece o desenvolvimento da Ilha de Moçambique onde, em 1558, começa

⁸ Adaptação de "Províncias Ultramarinas Portuguesas – Dados Informativos 2 – Agência Geral do Ultramar – Lisboa 1962 – Pg 49 e seg.

a construção da grande fortaleza de S. Sebastião, o maior monumento militar europeu de toda a África Negra.

O martírio do jesuíta D. Gonçalo da Silveira, por influência dos árabes, quando desinteressadamente missionava no Reino de Monomotapa, leva à organização, em Novembro de 1571, de uma expedição para submeter a região, comandada pelo governador de Sofala e capitão General de Moçambique, Francisco Barreto. Esta expedição dizimada pelas febres, alcança o Barué, firma um pacto de segurança com o Monomotapa, deixa um destacamento na Chicóia e regressa a Tete e daí a Sena onde o próprio Governador morreu. Mais tarde, o seu sucessor, Vasco Fernandes Homem, consegue chegar até às minas de Chicóia, no Reino de Monomotapa, tendo firmado um pacto de paz e liberdade de comércio com os reis de Quiteve e Chicanga que consolidou o predomínio do comércio português no interior, abrindo caminho ao estabelecimento de “feiras”⁹. É criado o regime dos “Prazos da Coroa”¹⁰ o que vem fomentar o comércio e permitir a extensão da nossa soberania.

No fim do Séc XVI, a perda da Independência de Portugal faz-se, naturalmente, sentir em Moçambique.

Os Holandeses tentam, sem conseguir, apoderar-se da ilha de Moçambique (cercos de 1607 – 1608). Com o domínio filipino, os Ingleses e os Franceses começam a controlar a navegação para a Índia e a falta de colonos e de navios obriga a concentrar o dispositivo, ficando apenas a Ilha de Moçambique e Sofala na posse efectiva de Portugal (1641).

Acentua-se a dependência económica e política de Moçambique em relação à Índia seguindo-se, no fim do século, a perda da dispersa e profunda penetração portuguesa na África Central, por não ter sido possível proteger militarmente os colonos, mineiros e comerciantes, e estes

⁹ As feiras não eram mais do que locais escolhidos no interior, onde os portugueses negociavam e cobravam ao mesmo tempo seus impostos e estabeleciam como que uma rede comercial para troca e venda de produtos. Em regra, consistiam numa ligeira fortificação em terra ou paliçada, tendo no seu interior as edificações oficiais mais importantes, como feitoria, igreja, etc. A feira estendeu-se tão longe, que chegou até aos confins do Zumbo. Os seus dirigentes (capitães) enviavam para Portugal e para a Índia as fazendas compradas e estabeleciam a permuta com os artigos que levavam. Costa, Mário “Como fizeram os Portugueses em Moçambique”, J. Rodrigues e Companhia – Lisboa, 1928.

¹⁰ Os prazos, eram grandes áreas de terreno agricultáveis concedidas por mercê a pessoas do sexo feminino descendentes de portugueses europeus, com a obrigação de casarem com portugueses também europeus, e não devendo sobre eles ter domínio útil senão famílias ali residentes. Foram instituídos os prazos para prover à colonização e à cultura, principalmente nos terrenos marginais do Zambeze. Passando de mão em mão, deixou de se cumprir a lei que os instituiu só para europeus, chegando mais de uma vez a serem seus arrendatários, indivíduos pretos e indianos. Em 1760, com a nova regulamentação nada melhoraram, porque à falta de possuidores legítimos, os governadores entregavam-nos a asiáticos e a filhos de africanos que, senhores de grande número de homens, que amavam, foram mais tarde causa de grandes perturbações. Chegaram a existir prazos com mais de 500 quilómetros de comprimento por 100 de largo, absolutamente contrário ao preceito da lei, que lhes marcava a extensão máxima de três léguas de comprimento sobre uma de largo. Ibidem.

organizarem-se contra a acção violenta dos chefes nativos já então impulsionados por outros europeus.

Em meados do Séc XVIII, em pleno desenvolvimento da escravatura, é decretada a criação do Governo Geral de Moçambique (1752) e, em 1755, o fim da administração económico financeira de Moçambique por parte do Conselho da Fazenda da Índia.

Inicia-se assim um novo período histórico que vai até à abolição da escravatura (1836) e se caracteriza, igualmente, pela reocupação administrativa (Cabo Delgado, Lourenço Marques, Quelimane e Manica), pela reorganização do regime dos prazos, pela ampliação das “Terras da Coroa”¹¹, e pelo desenvolvimento urbano. O comércio e a navegação desenvolveram-se, bem como o interesse pelo estudo da etnografia, fauna, flora e geografia do território.

No início do Sec XIX, são as lutas civis na Metrópole que lançam a desordem política e administrativa o que, juntamente com a continuação das grandes migrações dos povos bantos, fez recuar, de novo, a influência Portuguesa no interior, de tal forma que as viagens de Livingstone (1840–1873) puderam surgir como novidade, esquecidas que estavam as repetidas iniciativas portuguesas para a travessia de África, mormente a do Dr. Lacerda e Almeida (1797–1799)¹².

Assim, aquando da corrida europeia para África que culminou na conferência de Berlim (1885), e em Moçambique ainda não tinham sido definidas as suas fronteiras, havia várias guerras tribais.

Até ao fim do Sec XIX, Portugal empenhou-se na pacificação, ocupou novas terras e recuperou outras (é o período das arbitragens internacionais, como no caso da baía de Lourenço Marques em que a arbitragem do Presidente da República Francesa, Mac Mahon, dá a razão a Portugal, em 1875, face às pretensões inglesas), mas já não foi possível realizar o velho sonho de ligar as duas costas e ocupar a África Central.

Desde as campanhas de Mouzinho de Albuquerque (1895/1898) até ao fim da I Guerra Mundial (1914–1918), sufocam-se rebeliões, combate-se contra os Alemães e lançam-se os fundamentos do desenvolvimento pela ocupação administrativa, missionária, comercial e sanitária, numa rede cada vez mais apertada.

¹¹ Nesta capitania (Rios de Sena) há a notar, em primeiro lugar, as “Terras da Coroa”, isto é, Quelimane, Sena e Tete. Eram estas as bases chave das quais se exercia a jurisdição sobre as “terras” retalhadas em “prazos”. A. da Silva Rego – “O Ultramar Português no Séc XVIII – Agência Geral do Ultramar – Lisboa 1967 pág. 193.

¹² Francisco José de Lacerda e Almeida. Engenheiro, astrónomo e notável explorador no Brasil e em África. Depois de vários anos em que explorou o interior do Brasil foi chamado para ir por terra de Moçambique a Angola, sendo nomeado Governador Subalterno dos Rios de Sena com a Graduação de Capitão de Fragata. Morreu por doença durante esta expedição. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Vol 38 (apêndice) pág. 140/1.

Há, em especial, um esforço evidente em ligar os principais portos de Moçambique com os territórios vizinhos que assim, mais facilmente, poderiam exportar os seus produtos.

Data de 1894 a primeira realização ferroviária em Moçambique, ano em que Lourenço Marques ficou ligada à fronteira do Transval numa extensão de 88Km¹³.

A esta, outras linhas se seguem, num trabalho ininterrupto que entra pelas primeiras décadas do Séc. XX e que só terminará em meados deste século.

Assim foram construídas as seguintes linhas¹⁴:

Em 1912 – Lourenço Marques - Geba (fronteira da Suazilândia) com 69 km e Inhambane - Inharrime

Em 1914 – Moamba - Xinavane (90 km)

Em 1915 – João Belo - Xicomo (90 km)

Em 1922 – Quelimane a Mocuba (145 km)

Em 1929 – Lumbo - Namialo (90 km) e Lourenço Marques a Vila Luísa (33 km)

Seguem-se a continuação da linha do Limpopo, Lourenço Marques - Malvéria (549 km), Inhambane - Inharrime (98 km), Beira - Machipande (317 km), D. Ana - Moatize (254 km), Quelimane - Mocuba (145 km), Nacala - Vila Cabral (800 km).

São, na totalidade, incluindo ramais 3. 582 km.

Este desenvolvimento evolui ao longo do Sec XX de forma consistente.

Contudo, principalmente a partir da II Guerra Mundial (1939/45), movimentos político-culturais de cariz africano, lançaram em África, com o apoio de muitos países não africanos, um movimento independentista que veio influenciar Moçambique.

Pelo seu interesse para a compreensão de tudo o que se seguiu, iremos analisar, sucintamente, a evolução desses movimentos que tanto influenciaram a África em meados do século XX.

Breve história dos movimentos emancipalistas em África

É a partir do fim da I Guerra Mundial que o Pan-Africanismo¹⁵, movimento tendente a dignificar os negros africanos e a inverter a situação de inferioridade em que historicamente se encontravam no dealbar do Séc

¹³ Anuário da Província de Moçambique, 1970/71, pg 146.

¹⁴ Anuário da Província de Moçambique 1970-1971.

¹⁵ Ver o Capítulo “Pan Africanismo” no 6º Volume, Tomo I, Angola – Livro 1 desta obra, pág. 23 e seguintes.

XX, é apresentado em Londres, em 1900, pelo seu percursor Silvestre Williams, advogado de Trinidad, e se afirma como força cultural e política.

Na base dessa afirmação estão as promessas feitas no decurso da I Guerra Mundial por países da Europa – Inglaterra, França, Bélgica - em relação aos territórios que tinham fornecido grandes contingentes de tropas para lutar a seu lado na guerra; o surgimento dos EUA como defensores da doutrina da auto-determinação dos povos (declarações do Presidente Wilson); a posição da URSS como inimiga do colonialismo (tema tratado por Lenine e Estaline) e o fomento pela Sociedade das Nações dos movimentos emancipalistas.

Começa então, uma sucessão de Congressos Pan Africanos (Paris 1919, Londres 1921 e 1923 e Nova York 1927) organizados por pan-africanistas como W.E. Du Bois (americano), Marcus Garvey (Jamaicano) e J.Prince Maus (Haitiano), onde se tratava a questão africana e se atacavam as políticas de alguns países.

Portugal fez-se representar, naqueles Congressos sem que a sua política africana seja particularmente visada e tendo, até, uma sessão do III Congresso, sido realizada em Lisboa, com a presença de Du Bois.

Em Portugal existiam, igualmente, organizações Pan-Africanistas (Junta de Defesa dos Direitos de África – 1912, Liga Africana – 1919, Partido Nacional Africano – 1921 e o Movimento Nacionalista Africano – 1931) que, embora tendo em atenção os negros, visavam, fundamentalmente, a melhoria das condições de vida em África no sentido de uma maior prosperidade para todos.

Após a II Guerra Mundial, a instabilidade que se vivia na Europa e as repetidas afirmações de anti-colonialismo vindas tanto dos EUA, como da URSS influenciaram os territórios de África sob domínio europeu.

Logo em Março de 1945, Du Bois organiza em Manchester, o V Congresso Pan – Africano, onde sobressai Kwame N°Krumah,¹⁶ e onde se produziu uma declaração que afirmava ser a completa e absoluta independência para os povos do Oeste Africano a única solução para os problemas existentes.

A noção de “negritude”, lançada em 1933-35 por Leopoldo Sengor e Aimé Césaire, e as promessas mais uma vez feitas por alguns países durante a II Guerra Mundial, facilitaram este novo alento Pan-Africano, e estiveram na base da sucessão de independências de países africanos que se iniciou em 1951.

É, no entanto, a conferência de Bandung realizada na Indonésia em 18 de Abril de 1955, o grande motor da mudança em África.

¹⁶ Político Ganês (1909 – 1972). Socialista, extremista, conseguiu a independência do Gana em 1952, tendo sido seu Primeiro Ministro. Foi derrubado pelo Exército em 1966.
Verbo – Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura – Vol 14, pg 151.

Aqui ressurgiu a noção de “terceiro mundo”¹⁷, no qual desempenhava um papel relevante Jawaharlal Nehru, sucessor de Gandhi e primeiro ministro da Índia, que afirmou que “a Ásia quer ajudar a África”.

Era o bilião e setecentos e cinquenta milhões de Asiáticos já independentes que se propunham ajudar os povos ainda sob tutela estrangeira, em particular os Africanos, de uma forma que se pretendia independente dos blocos políticos existentes.

Assim, entre outros objectivos, a Conferência propunha-se “fomentar” a boa vontade e a compreensão entre as Nações da Ásia e da África (...) e “examinar os problemas que afectam a soberania nacional como o racismo e o colonialismo (...)”

No seu comunicado final menciona-se o dever de todos os povos libertados ajudarem os povos ainda dependentes a alcançarem a sua soberania.

Rapidamente, porém, a URSS se apercebeu da importância que o “Terceiro Mundo” poderia ter para os seus interesses e iniciou uma aproximação materializada, claramente, na conferência do Cairo (Dezembro de 1957) onde alcançou grande prestígio.

É, contudo, em 1958 que se vão realizar as grandes conferências Africanas.

A “Conferência dos Estados Africanos Independentes” em Acra (Abril de 1958), o “Congresso de Cotonu” (Julho de 1958), a “Primeira Conferência dos Povos Africanos” em Acra (Dezembro 1958) – (onde compareceram já delegados da União das Populações de Angola - UPA), demonstram a grande actividade e desenvolvimento do movimento Pan- Africano que continuará nos anos seguintes.

A “Segunda Conferência dos Estados Independentes” decorreu em Monróvia (Agosto de 1959) onde estiveram presentes, além de Holden Roberto, Viriato da Cruz e outros independentistas angolanos, sendo possível que o MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola) tenha surgido nesta conferência, embora “nasça”, efectivamente, em Janeiro de 1960, na II Conferência dos Povos Africanos em Tunis.

É naquela Conferência que Holden Roberto solicita à ONU que a questão do Ultramar Português fosse inscrita na agenda da sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas e reivindica a independência de Angola, sendo condenada a política ultramarina de Portugal.

A “Terceira Conferência dos Estados Africanos”, realizada em Adis-Abeba (Julho de 1960), reafirmou o direito das populações da África

¹⁷ Designação de Alfred Sauvy. Era, genericamente, um mundo constituído por povos de cor, antigos colonizados pelos ocidentais e em relação aos espaços das super potências e seus aliados um mundo de pobres – Moreira, Adriano – Relações entre as grandes potências – ICSP da Universidade de Lisboa – 1989 pag 95.

Portuguesa à independência, solicitou a todos os povos do continente que lhe dessem apoio incondicional e exigiu a libertação de todos os presos políticos em Angola, Guiné, Moçambique, S. Tomé e Cabo Verde.

A “Conferência de Chefes de Estado Africanos”, realizada em Casablanca, em Janeiro de 1961, produziu um documento denominado “Carta de Casablanca”, onde era proclamada a vontade de libertar os territórios africanos ainda sob dominação estrangeira e prestar-lhes ajuda e assistência tendo sido, para tal, criado um designado “Alto Comando Africano Comum”, o que constituía uma perspectiva militar internacional para concretizar o uso da força na prossecução daqueles objectivos.

De resto, na “Terceira Conferência dos Povos Africanos”, realizada no Cairo em Março de 1961, é aprovado “o recurso à força para liquidar o imperialismo”.

A par destas conferências outros movimentos políticos designados de “coordenação anti-colonialista”¹⁸, e de que citaremos alguns, começam a ser conhecidos. Assim, a FRAIN (Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional) de inspiração marxista foi fundada em 1960 com sede em Conacry e agências em Londres, Alemanha Oriental, Acra, Leopoldville, Tunis, Casablanca e, provavelmente, em Varsóvia e Praga o que dá ideia das suas potencialidades. Eram seus objectivos englobar e unificar a acção dos diversos movimentos existentes nos territórios Ultramarinos Portugueses.

Dentro desta ideia aparece a CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas) que englobou vários partidos emancipalistas do Ultramar Português em especial o MPLA (Movimento Popular para Libertação de Angola), a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e o PAIGCV (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde).

Aquela Conferência de filiação comunista, fora organizada não só no sentido de polarizar o esforço do levantamento emancipalista em todas as parcelas do Ultramar Português, mas também procurava desmembrar o conjunto Metrópole - Ultramar. Critica ainda, violentamente, as actividades da UPA cujo presidente, Holden Robert, é apodado de mercenário a soldo dos Estados Unidos¹⁹.

Tal facto não admira sabendo-se que a UPA era apoiado pelo ACA (American Comité on África) fundado em 1954, com sede em Nova York e que visava coordenar os esforços de todas as organizações que se interessavam

¹⁸ Ver o capítulo – Movimentos Políticos de Coordenação Anticolonialista 6º volume, Tomo I, Angola – Livro 1 desta obra pg 47 e seguintes.

¹⁹ “No final de 1961 a UPA estava já a receber apoio da CIA e Roberto consolidou aquilo que se tornaria uma longa carreira como o “homem dos americanos em Angola” (Marcum 1978,7; Shneidman 1987,76). Citado por Costa Pinto, António em “Uma Guerra esquecida: A comunidade Internacional nas vésperas da última Campanha colonial”. Comunicação ao I Congresso A Guerra Colonial, Realidade e Ficção, IDN, Abril de 2000.

pelos problemas africanos, informar o Departamento de Estado americano e a delegação americana na ONU, sobre os sentimentos do povo americano no seu apoio à autodeterminação dos povos coloniais e lutar contra todas as formas de colonialismo. A sua versatilidade política e ideológica e a gama de interesses económicos e financeiros que defendia, tornaram importante a sua interferência no Ultramar Português.

Além destas conferências e movimentos cujos objectivos são, claramente, a independência dos povos africanos, também a Organização das Nações Unidas²⁰ (ONU), onde Portugal tinha sido admitido em 1955, está empenhada em idênticos propósitos.

Assim, e aproveitando a maioria (quer no Conselho quer nas Comissões) proporcionada pela presença, quer dos países do Terceiro Mundo, quer dos países do Bloco de Leste quer, ainda, de muitos países ocidentais que também professavam o anticolonialismo, são votadas sucessivas moções contra Portugal. Deste modo, de 1957 a 1960 a tese de Portugal de que os territórios Ultramarinos Portugueses já eram independentes por fazerem parte integrante de um país independente (Portugal) foi sendo sucessivamente contestada até que, em Setembro de 1960, no decorrer da XV Sessão da Assembleia Geral da ONU, esta deixou de reconhecer formalmente as Províncias Ultramarinas como parte integrante de Portugal e impõe que se conceda a autodeterminação a todos os territórios.

Esta situação internacional e as questões económico-sociais existentes nos territórios propiciaram o aparecimento, ou de reivindicações de carácter laboral (caso dos acontecimentos na Baixa do Cassange - Angola 1961), ou de acções de puro terrorismo, tais como o ataque a esquadras da PSP e à Casa de Reclusão de Luanda, em 4 de Fevereiro de 1961²¹ e os massacres de 15 de Março de 1961 no norte de Angola, da responsabilidade da UPA²², e que deram origem à luta armada no território.

Dois anos depois é o início da subversão na Guiné.

Em Moçambique, onde a organização política estava mais atrasada e havia fortes dissensões entre os vários grupos organizados, só em 1964 terá início a subversão violenta conduzida pela FRELIMO e alguns dissidentes que constituíram a MANU (Ver Cap. III).

²⁰ Ver 6º Volume Tomo I - Angola - Livro 1 desta obra pg 42 e seguintes.

²¹ De responsabilidade algo difusa entre o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e o MINA (Movimento para a Independência Nacional de Angola).

Ver 6º Volume desta obra - Angola - Livro 1 - pg 72.

²² UPA - União dos Povos de Angola - Idem.

Introdução à Guerra Subversiva

Antecedentes remotos

Os actores da cena internacional, nomeadamente os ingleses, sempre exerceram pressão sobre as ex-colónias portuguesas. Remontam a 1855 as primeiras pressões explícitas sobre a África Portuguesa a que pôs termo Sá da Bandeira quando mandou ocupar o porto de Ambriz, em Angola, por as potências mundiais nos acusarem de não controlarmos o comércio de escravos. O Governo inglês protestou contra esta ocupação militar ao ver acabado tal comércio, pois o que estava realmente em causa eram interesses económicos. Semelhante situação na Guiné, por causa de Bolama, fez o Governo de Lisboa sugerir a intervenção da arbitragem internacional. Convencida a Inglaterra que o Presidente dos EUA, Ulisses Grant, satisfaria os interesses ingleses concordou com a arbitragem proposta. Tal, porém, não sucedeu e a sentença de 21 de Abril de 1870 foi favorável a Portugal.

Este precedente suscitou a velha questão da baía de Lourenço Marques, iniciada em 1821, quando os ingleses fixados no Cabo enviaram um navio de guerra para alegado reconhecimento. A questão arrastou-se durante 54 anos até 1875. Neste ano o Governo inglês aceitou a arbitragem francesa. O Presidente da República Francesa, Mac-Mahon, por sentença de 24 de Julho de 1875, deu razão a Portugal e a cidade-porto de Lourenço Marques continuou portuguesa. Por isso, o nome deste Presidente ficou imortalizado na praça Mac-Mahon e a data da sentença, na Avenida 24 de Julho, na capital de Moçambique.

Porém, passados 15 anos, em 1890, Moçambique viria a ser causa próxima do “ultimatum” de 11 de Janeiro.

Outra questão com a Inglaterra era o problema do Niassa - a região da Niassalândia - e os interesses das Companhias exploradoras, como os casos da Cecil Rhodes e da African Lakes Co, entre outras, sugerindo de novo o Governo português a arbitragem internacional, o que, obviamente, já não foi aceite por Inglaterra. Surgiu então o “ultimatum” inglês impondo, pela força, a anexação de territórios até então considerados sob a soberania portuguesa.

Na cena internacional, no início do Sec. XX, sempre a Inglaterra quis fazer crer no trabalho forçado e escravidão na África Portuguesa, mas tal imagem foi desfeita pela Liga Africana e a própria Sociedade das Nações, reunida em Genebra de 03 a 29 de Setembro de 1923, ao reconhecer que os escravos estavam há muito abolidos em Portugal. Registe-se que durante o III Congresso Pan-Africano, em Londres, deste mesmo ano, os trabalhos

forçados foram teses de Joseph Berth, William Cadbury, Henry Nevinson e do Reverendo Sir John Harris. Dizia-se, nos bastidores, que a família Cadbury queria adquirir o monopólio do cacau de S. Tomé.

Apesar da pressão internacional, após a I Guerra Mundial, prioritariamente económica com reflexos políticos, já em 1921 o Manifesto do II Congresso Pan-Africano (reunido em 3 sessões, uma em Londres, outra em Bruxelas e a terceira em Paris, no verão deste ano), dizia em relação a Portugal e Espanha:

“Portugal e Espanha nunca praticaram, nas leis, a distinção entre os brancos e as pessoas de origem negra. Portugal tem um código humanitário para os indígenas e iniciou a sua educação em certas regiões. Desgraçadamente, as concessões industriais da África Portuguesa estão quase inteiramente entre as mãos das grandes Companhias, na sua maior parte estrangeiras, que Portugal não pode ou não quer fiscalizar, as quais exploram a terra e os trabalhadores e que restabelecem, na prática, o trabalho servil”.

A cena internacional até aos anos 60 do Séc. XX

Entre a I Guerra Mundial e o I Congresso Internacional dos Escritores e Artistas Negros, realizado a 19 de Setembro de 1956, na Sorbonne, em Paris, evento onde os independentistas de Angola e Moçambique já se apresentaram (Cónego Joaquim Pinto de Andrade e Manuel Lima, por Angola e Marcelino dos Santos, por Moçambique), inúmeros foram os Congressos, Ligas e Movimentos que se constituíram e ocorreram na Europa e em Portugal visando os direitos dos povos negros da África.

Estas actividades apenas foram interrompidas durante a crise económica americana (1929/33) já que grande parte dos financiamentos dos Congressos provinha da influente classe média dos negros americanos e, naturalmente, durante a II Guerra Mundial. É de salientar que, após este conflito, de novo se gerou, nos países ocidentais beligerantes um sentimento de gratidão face à forma como os contingentes oriundos das colónias, em especial da França, se bateram, na Europa e na África, na luta contra as tropas Alemãs e às promessas que os dirigentes daqueles países tinham feito durante a guerra.

O período até à II Guerra Mundial

O Presidente Clemenceau, da França, por diligências do Dr. Du Bois e apoio de Blaise Diagne (Comissário-Geral dos Efectivos Coloniais e depois Sub-Secretário de Estado das Colónias de França), autorizou a

realização do I Congresso Pan-Africano, a 19 de Fevereiro de 1919, onde 15 países estiveram representados. Portugal nomeou para se representar nesse Congresso, o Chefe da Delegação à Conferência de Paz, realizada em paralelo, o Coronel Freire de Andrade, que defendeu a posição portuguesa de unidade de todo o território nacional.

A representatividade de Portugal nos Congressos seguintes passou a ser efectuada pelas agremiações portuguesas, salientando-se já no II Congresso Pan-Africano a presença da Liga Africana, - fundada em 1919 e consolidada em 1921, - representada pelo seu Presidente, Dr. José António de Magalhães, e por Nicolau dos Santos Pinto, ambos representando, por delegação, a Liga dos Interesses de S.Tomé e Príncipe, a Liga Angolana, o Grémio Africano de Lourenço Marques e as filiais da Liga na Guiné e Cabo Verde.

A ideia do pan-africanismo até ao IV Congresso, realizado em Nova Iorque, em 1927 (com a dominante da problemática negra americana e com o objectivo de manter a “bandeira” africana), no que respeitava ao continente africano, assentava mais no domínio da cooperação bilateral com as potências colonizadoras, sobretudo a Inglaterra, a França e a Bélgica, para além da Itália no “corno” de África, começando, no entanto, já a desenhar-se uma dualidade de federalismo e autonomia nas esferas francófonas e anglo-saxónicas.

Em Portugal, a posição oficial da República, apresentada até ao final dos anos 20, foi sempre a da integridade do território, posição que era igualmente defendida por várias agremiações políticas, nomeadamente por membros da Junta de Defesa dos Direitos de África (criada em 1912, com cisões posteriores), da Liga Africana (criada em 1919 e formalizada activamente em 1921), do Partido Nacional Africano (criado em 1921 e reorganizado em 1927), juntando-se o Partido Socialista Português mais às teses da Liga Africana.

No Congresso Socialista de 1921, pela mão de Heliodoro Monteiro de Castro, é votada a seguinte moção:

“O Partido Socialista Português, extraordinariamente reunido em Congresso Nacional:

Identificando-se não só com as justas aspirações dos organismos económicos e políticos dos indígenas, senão também com o seu propósito de reorganizar a nacionalidade em bases descentralizadoras e federalistas de sorte que todas as províncias e autarquias territoriais do Continente e do Ultramar tenham a sua representação adequada.

Declara adoptar a autonomia política, administrativa e financeira das colónias, propugnando desde já:

- 1º. Pela imediata equiparação dos direitos dos indígenas aos dos cidadãos portugueses da chamada Metrópole;

- 2º. Pela instituição de órgãos legislativos provinciais, constituídos por eleição directa popular e de municípios descentralizados e organizados, conforme o princípio da representação dos interesses sociais;
- 3º. Pela conservação das populações gentílicas e respeito pelos seus usos e costumes e instituições;
- 4º. Pelo desenvolvimento da instrução integral e profissional, segundo as circunstâncias económicas regionais;
- 5º. Pela harmonização dos regimes pautais vigentes com os princípios do livre - cambismo.”

Os periódicos mais relevantes dos pensamentos destas agremiações políticas eram o “Correio de África” da Liga Africana e “África” do Partido Nacional Africano, embora outros, como “Mocidade Africana”, “Tribuna de África” e “Brado Africano” (Lourenço Marques) tivessem larga difusão, além de que “O Século” dedicava grandes espaços às questões de África.

Na Província de Moçambique existiam, como associações mais importantes, as seguintes:

- Associação Africana de Inhambane;
- Clube Africano de Tete;
- Grémio Africano de Lourenço Marques;
- Grémio Luso-Africano de Moçambique.

A crise económica mundial, a implantação do Estado Novo e a progressiva censura, divergências políticas e de formas de acção entre a Liga Africana e o Partido Nacional Africano (em 1931 transforma-se no Movimento Nacionalista Africano) e os ventos de guerra no final dos anos 30, são factores a nível mundial, europeu e português para que o pan-africanismo quase se extinga.

O período após a II Guerra Mundial

O V Congresso Pan-Africano, em Manchester, a 15 de Outubro de 1945, é um marco político de mudança a nível afro-europeu e afro-americano. Os princípios gerais dos anteriores Congressos e o interregno provocado pelo conflito mundial, foram páginas viradas onde as dominantes tinham sido a cooperação, as acções culturais, as orientações não extremistas, mas que, progressivamente, iam apresentando clivagens, do federalismo à autonomia, das autonomias às independências.

Neste Congresso intervieram:

- Kwame N’Krumah, sobre o “Imperialismo na África do Norte e África Ocidental”;
- Peter Abrahams e Marko Hlubi (Congresso Nacional Africano - da então RAS – República da África do Sul), sobre “Opressão na África do Sul”;
- Jomo Kenyatta (do Quênia), moderando interesses da Commonwealth;
- Kakommen (da Etiópia e fundador da Revista Pan-África), sobre “A Etiópia e as Repúblicas Negras”.

Na última sessão, a 18 de Outubro, Marks (da Associação dos Trabalhadores de Côr) disse sobre Portugal (como também em relação a Itália e Espanha) que, como potência colonial, havia de ter a mesma sorte que a Alemanha, terminando este Congresso com o problema das Caraíbas focado por George Padmore (o grande teorizador do pan-africanismo e conselheiro do secretário político deste e de Congressos seguintes, N’Krumah) e por Ken Hill. Os cenários da futura África, das Índias e das Guianas ficaram definidos neste Congresso, com a determinação de um espírito de luta pelas reivindicações sociais, económicas e políticas até à independência final, com prioridade para:

- Uganda, Tanganica, Quênia, Somália e Zanzibar;
- Sudão, Tunísia, Argélia, Marrocos e Líbia;
- autonomias da Guiana Britânica e das Antilhas;
- Índia, Indonésia e Vietnam;
- condenação do “apartheid sul-africano”;
- igualdade de direitos para os negros dos EUA.

Deste Congresso saem moções e memorandos para a ONU e fez-se gravitar à sua volta toda uma pré-preparação, com destaque para a criação da Federação Pan-Africana (em 1944, também em Manchester) editando-se a revista “Internacional African Opinion”, bem como se efectuaram duas Conferências da Federação Sindical Mundial, a primeira em Londres, no “Country Hall” em Fevereiro de 1945, e a segunda em Paris de 25 de Setembro a 9 de Outubro, precedendo imediatamente o Congresso.

O evento de Manchester cria as raízes para que na cena internacional frutifiquem os apoios à África, numa primeira fase às independências da África Ocidental, (cujo VI Congresso Pan-Africano, de 4 a 6 de Dezembro de 1953, na Costa do Ouro, sob a égide de novo de N’Krumah, é delas embrião) até às fases seguintes de tratamento de outros países, através de outros Congressos já bastante mais politizados, a partir de 1956, adiante mencionados.

Mas nesta fase importa fazer menção, pós - Manchester, a Portugal. Se a falhada Junta Militar de Libertação Nacional ²³, a sair de um movimento revolucionário a ter lugar em Abril de 1947, a presidir pelo Vice-Almirante Mendes Cabeçadas, não era explícita (pelo menos documentalmente) na resolução dos problemas africanos, já a campanha para as eleições de 1949, do General Norton de Matos, homem com larga experiência africana, e dos seus suportes político-partidários, dá expressão a princípios gerais de autonomia das ex-colónias. Perdendo as eleições, há, no entanto, por parte do Governo, nos anos seguintes, uma maior atenção às infra-estruturas africanas e seu desenvolvimento.

No que respeita a Moçambique, esse arranque foi notório nas áreas aero-portuárias e ferroviárias, na educação e saúde, elaborando-se ainda criteriosos e progressivos Planos de Fomento, por todo o Ultramar.

Em Abril de 1955 reuniu em Bandung, cidade da República da Indonésia, uma conferência dos “povos mudos do mundo”, como definiu o Presidente Sukarno da Indonésia, que procurava aumentar a influência desses povos na política internacional.

No que respeitava a Portugal reconhecia e auxiliava os chefes dos movimentos de emancipação ²⁴.

O ano de 1956, com “centro” em Paris, é de novo importante, como 11 anos antes foi Manchester. O I Congresso Internacional dos Escritores e Artistas Negros, na Sorbonne, presidido pelo Dr. Prince-Marx, do Haiti, onde estão representados membros de partidos e organizações de vários países (União Indiana, África do Sul, Cuba, Brasil, EUA, Congo Belga, Nigéria, Senegal, Daomé, Costa do Marfim, Sudão, Togo, Camarões, Serra Leoa, Madagáscar, Barbados, Jamaica, Haiti, Martinica e Guadalupe), e ainda, como já foi dito dos movimentos emancipacionistas de Angola (por Joaquim Pinto de Andrade e Manuel Lima) e os de Moçambique (por Marcelino dos Santos), expressa, pela voz dos congressistas, um discurso de luta, nomeadamente através de Alioune Diop, do Senegal. Este Congresso, ocorrido a 19 de Setembro, precede o II Congresso da Nova Esquerda Francesa, a 9 de Dezembro, onde a temática principal foi o problema da Argélia e as eleições livres no Togo e Camarões, sob a égide da ONU, mas onde se propõe para a África Negra a “emancipação”.

²³ Movimento Revolucionário previsto para 10 de Abril de 1947, que envolvia militares e civis e que abortou.

²⁴ Ver Moreira, Adriano – A Conferência de Bandung e a Missão de Portugal – Lisboa 1955.

Muitas reuniões e Congressos ocorreram em 1957, tendo como objetivo principal a França e as suas colónias. Contudo, o Presidente do Ghana, N'Krumah, que desde 1945 vinha lutando pelo pan-africanismo, aproveita a independência do seu país para ainda mais a dinamizar e a 6 de Dezembro de 1958, na Conferência de Acra, pela primeira vez, a UPA e o próprio Holden Roberto se fazem representar no meio de 300 delegados, de 62 organizações, de 26 países ou territórios africanos. Esta Conferência, ainda que não fosse motor de lutas armadas, recomenda a ruptura de relações diplomáticas e comerciais com países que praticassem a segregação racial, preconizando a formação de voluntários para a independência dos povos africanos e contesta a Portugal direito de integrar as suas províncias ultramarinas.

Neste ano de 1958 realizam-se em Portugal eleições para a Presidência da República onde se apresentam como principais candidatos o Almirante Américo Tomaz, proposto pelo Governo e o General da Força Aérea Humberto Delgado, representando as forças da oposição ao Estado Novo e preconizando várias correntes de mudança para o Estado em geral e o Ultramar em particular.

Perdidas as eleições, as figuras políticas independentes ou partidárias apoiantes de Humberto Delgado e ele próprio, irão unir-se em várias frentes no exterior do país e na sua clandestinidade interna para combater, por vários meios, a política governamental.

O ano de 1959 foi de preparação para a relevante II Conferência Pan-Africana dos Povos, que teve lugar em Tunes, de 25 a 31 de Janeiro de 1960. Aqui estiveram reunidos representantes de 55 partidos políticos e organizações sindicais de 31 países, estando ainda como observadores a China, a URSS, a Índia, a Grécia, a Suécia, a RFA, a Jugoslávia e os EUA. Angola estava representada pelo Movimento Anti-Colonialista, na figura de Lúcio Lara, Hugo Meneses, Viriato da Cruz e Ruth Laru e pela UPA, com Holden Roberto. A temática principal foi “África será livre e unida”. O Presidente da Tunísia, Bourguiba, homem de diálogo e não extremista, disse, no entanto: “Chegou a hora da independência dos países de África”.

A agenda dos trabalhos era a seguinte:

- Independência de Angola;
- Neocolonialismo e descolonização;
- Desenvolvimento económico e social;
- Unidade de África e Relações entre os Estados Africanos.

Pela primeira vez, Portugal é condenado, após se ter tratado da guerra na Argélia.

Holden Roberto pediu que a Conferência apelasse às Nações Unidas para que a sua 15ª Sessão da Assembleia Geral tratasse do Ultramar Português, apelando ainda para a independência de Angola. Uma resolução especial foi aprovada para o efeito, estendendo-se esta ao apoio incondicional dos Estados Africanos e exigindo a libertação de todos os prisioneiros políticos do Estado Português. Uma jornada de luta foi ainda pedida às Organizações da “All African People Conference”, cujo secretário-geral era Abdoulaye Diallo, ministro da Guiné (ex-Francesa), levando-se a questão portuguesa ao comité das Nações Unidas. A China e a URSS, embora não tenham influenciado directamente posições, até pelas atitudes da Tunísia, através do seu Presidente, e de alguns Estados da Commonwealth, procuraram que a sua ajuda tivesse visibilidade, tanto mais que o ministro da Guiné, atrás citado, era pró-comunista.

Esta polarização na acção antinacional foi mais explícita, neste mesmo ano de 1960, na III Conferência, de 14 a 26 de Junho, em Adis-Abeba, onde apenas nos foi favorável a posição da Etiópia, afirmando o vice-primeiro ministro etíope, Aklilou, que a obra dos portugueses era diferente. Para além de Portugal, Israel, a República da África do Sul, a Inglaterra, a Bélgica e principalmente a França (pela questão argelina e as então eventuais experiências atómicas no deserto do Sahara), foram países violentamente atacados. Pela primeira vez, o já criado MPLA de Angola pede adesão às resoluções da Conferência e Holden Roberto distribui aos congressistas “The struggle of independence of Angola”, pequeno livro que serviu de motor às intervenções do secretário-geral da Conferência, o já citado ministro da Guiné, Diallo.

Poucos meses depois, a 25 de Março de 1961, na Conferência do Cairo, as independências da Guiné, Angola e Moçambique são, formalmente, requeridas. Aqui o bloco sino-soviético tem um papel de maior relevo nos bastidores e nas intervenções de alguns conferencistas.

Alguns representantes de anteriores linhas mais flexíveis, foram substituídos em diversas comissões e missões por elementos mais inflexíveis, como seja a nomeação de Mário Andrade por Angola.

A conferência do Cairo é o ponto de partida para todo o desenrolar de 13 anos de guerra subversiva sequente, sucessivamente em Angola, Guiné e Moçambique²⁵. Ela é a viragem para a luta armada

²⁵ Além da invasão de Goa, Damão e Diu pela União Indiana em Dezembro de 1961.

em África e seus apoios. Das mais importantes decisões nela tomadas, destacam-se:

- A constituição de 5 Comissões:
 - Comissão de Libertação dos Territórios Dependentes, sob a presidência de Ahmed Boumendjel, da Argélia;
 - Comissão do Neocolonialismo e da ONU, sob a presidência de Mehdi Ben Barka, de Marrocos;
 - Comissão da Reorganização da Estrutura Social Africana e Liquidação dos Vestígios do Imperialismo, sob a presidência de Léon Maka, da Guiné (Francesa);
 - Comissão de Desenvolvimento Democrático, Económico e Social, sob a presidência de James Guichuru, do Quénia;
 - Comissão da Unidade e Solidariedade, sob a presidência de John Tettegah, do Ghana;
- A criação de um fundo para a libertação dos povos, contribuindo os Estados africanos já independentes, gerido por uma comissão a reunir trimestralmente;
- O pedido de sanções económicas, diplomáticas ou outras à África do Sul, bem como a libertação do Sudoeste Africano e da África Central do imperialismo britânico;
- O apoio à Frente de Libertação Nacional Argelina contra a França, declarando-se o Sahara parte da Argélia;
- A criação de um Banco Internacional Africano e do Mercado Comum Africano, para se opôr ao Mercado Comum Europeu, bem como de uma agência de informação e de uma companhia de transportes aéreos, marítimos e terrestres.

Por último e como foi já referido, foram requeridas as independências de Angola, Guiné e Moçambique, tendo ainda por objectivo a Comissão presidida por Léon Maka, da Guiné, “reorganizar os movimentos de libertação da África e liquidar a estrutura colonial dos países africanos”.

De 1855, data das primeiras pressões políticas internacionais sobre a África Portuguesa, até 1961, um século de história de múltiplos eventos são causas próximas e remotas da guerra do Ultramar que aqui apenas se sintetizaram, motivando os especialistas, investigadores e historiadores a mais profundas análises que não cabe aqui abordar.

Os factores geofísico, humano, económico e militar em Moçambique no início da década de 60 do século XX ²⁶.

Introdução

Os problemas que os Portugueses tiveram de equacionar nos aspectos militar, económico e social em Moçambique no início da década de 60 do Séc XX foram muito complexos e diversificados, num cenário de isolamento internacional perante a Organização das Nações Unidas, numa área gravitacional da Commonwealth, onde se balanceavam os interesses dos países limítrofes sem acesso ao mar, ou dependentes das vias férreas, alguns dos quais hostis a Portugal, tudo isto com atrasos estruturais de desenvolvimento.

De há muito que a Metrópole apenas tinha conseguido apoiar o esforço militar. De facto, as campanhas contra o Gungunhana, o imperativo da presença territorial causado pelo “mapa cor-de-rosa” e depois a I Guerra Mundial, não permitiram aos cofres públicos canalizar grandes verbas para infra-estruturas, exceptuando o esforço feito nos portos e caminhos de ferro de ligação aos territórios do interior, que foi notável.

Dos anos 20 aos anos 60, a polarização macro-económica assentava no sector primário, com destaque para o chá, o açúcar, o algodão e a noz de cajú. O sector secundário apenas se circunscrevia à volta de Lourenço Marques e Beira, polos de apoio ao comércio e turismo da e para a República da África do Sul e Rodésia.

Destaque-se ainda a Companhia de Algodões de Moçambique (CAM), a Sena Sugar, a Companhia Colonial do Buzi, a Sociedade Agrícola do Incomati e, obviamente, o Estado, gestor portuário e da rede ferroviária, como agentes de maior peso na economia moçambicana.

A rede ferroviária era relevante e estava orientada de Este para Oeste penetrando o território por forma a servir países do interior especialmente a Rodésia, o Malawi e a África do Sul.

Já a rede rodoviária era deficiente e tal como a rede ferroviária era, fundamentalmente, penetrante com excepção do itinerário Lourenço Marques – Beira que, ao longo da costa, ligava as duas cidades. Contudo este importante eixo rodoviário carecia de obras de arte sobre os princi-

²⁶ Para maior pormenorização ver “Resenha Histórica das Campanhas de África”, 4º Volume, I Parte.

país rios que atravessava, o que se veio a revelar como factor limitativo da manobra logística.

Apesar destas deficiências os Caminhos de Ferro de Moçambique exploravam além da rede ferroviária de 3.582 km, carreiras regulares de camionagem numa extensão total de 5.223 km.

Esta deficiência era, em parte, suprida pelo desenvolvimento da navegação de cabotagem que colocava e recebia nos principais portos ao longo da costa, quer os produtos necessários às populações do interior, quer os produtos para exportação. Moçambique era uma Província na qual mais de 90% da população estava ocupada na agricultura.

Concebido em 1957, o empreendimento de Cabora-Bassa no rio Zambeze, destinava-se a produzir um rendimento valioso não só pela venda de energia eléctrica aos países limítrofes, em especial a África do Sul, mas também pela possibilidade que oferecia de permitir a instalação em Moçambique de indústrias e actividades agrícolas diversificadas.

Há que referir os excelentes levantamentos geológico, agrológico e sociológico da área do Vale do Zambeze, realizados primeiro pela “Missão de Fomento e Povoamento do Zambeze”, criada em 1957, e pelo “Grupo de Trabalho para o Zambeze”, criado em 1966 e, posteriormente, pelo “Gabinete do Plano do Zambeze (GPZ)”, criado em 1970 e que englobava as Organizações anteriores (Ver Cap. I - Livro 2).

Eram conhecidas jazidas de petróleo na orla marítima, sobretudo a norte, (zona da baía de Porto Amélia) e em Inhambane e na Zambézia. Devido aos elevados custos de prospecção/exploração, nunca as grandes companhias petrolíferas se interessaram na extracção em Moçambique, até mesmo do gás natural igualmente descoberto.

As minas de carvão de pedra estão situadas em Moatize, perto da cidade de Tete e são consideradas como sendo valiosos depósitos minerais.

Factor geofísico ²⁷

Moçambique, situa-se na costa oriental de África, a sul do Equador, tem a superfície de 784 961 Km² (incluindo parte do lago Niassa) e é banhado pelo Oceano Índico desde a Ponta do Ouro à foz do rio Rovuma, na distância de cerca de 2 500 Km ²⁸.

²⁷ Oliveira Boléo – “Moçambique – Pequena Monografia”, Agência Geral do Ultramar – Lisboa, 1968.

²⁸ A mesma distância de Lisboa a Munique, na Alemanha.

As elevações superiores a 1500 metros são raras, com excepção do monte Binga, junto à fronteira com o Zimbábwe, onde se encontra o ponto mais alto do território (2436 metros), da serra da Gorongosa, dos montes do Gurué e da serra Jéci, no distrito do Niassa.

Nas regiões do Norte, a paisagem é semeada de grandes blocos rochosos, saliências mais resistentes à erosão, a que os geólogos dão o nome de “inselbergs” (ilhas de pedras) como acontece em redor de Nampula.

O clima na maior parte do território é tropical, com duas estações: a das chuvas, de Novembro a Março, e a seca, de Abril a Outubro, com temperaturas médias nas zonas costeiras de 22 a 26 graus. No interior, especialmente em Tete, são vulgares temperaturas de 40 a 45 graus.

Os rios correm, de modo geral, no sentido oeste-leste, para o Oceano Índico. Têm importância militar os seguintes:

- Em Cabo Delgado:
- o Rovuma, que constitui a fronteira a norte com a Tanzânia;
- o Messalo, entre o planalto dos Macondes e a serra Mapé;
- o Montepuez e o Lúrio;
- No Niassa, o Lugenda, afluente do Rovuma, que corta obliquamente toda a região.
- Em Tete,
- o rio Zambeze, que atravessa o centro de Moçambique e onde, na zona do Songo, foi construída a barragem de Cabora Bassa.
- O rio Capoché, afluente da margem esquerda do Zambeze, e que constituía uma linha de infiltração a partir da Zâmbia.
- Entre Manica e Inhambane corre o rio Save;
- Em Gaza corre o rio Limpopo;

No conjunto dos acidentes hidrográficos, pertence ao rio Zambeze o lugar cimeiro, não só pela sua situação central, como ainda pelo volume de águas e pelas características do seu vale.

O lago Niassa, reservatório de 36 800 Km², com um comprimento de 565 Km, no sentido Norte – Sul e uma largura entre 31 e 117 Kms, criado por um desnível com 400 m. de profundidade no rio Chire, com margens escarpadas, entre as quais correm pequenos cursos de água no sentido leste-oeste, de difícil ultrapassagem na época das chuvas, pelo que influencia toda a região envolvente.

Factor humano

População

Em 1960, a população branca era de 97.268 pessoas, a população autóctone (nativa) somava 6.430.000 pessoas e a população não autóctone (amarelos, indianos e mistos) recenseada era de 65.732 pessoas.

Os portugueses europeus e seus descendentes, eram na maior parte funcionários do Governo ou de grandes companhias e grupos económicos nacionais ou internacionais. Os brancos eram assim pouco numerosos, embora durante os anos da guerra tenha aumentado o número de colonos dedicados à agricultura e ao pequeno comércio.

Os principais centros populacionais (capitais de Distrito) e suas populações eram as seguintes:

DISTRITOS	CAPITAIS	POPULAÇÃO		OBSERVAÇÕES
		Sede – Cidade	Concelho	
F. MARQUES	Lourenço Marques	101.751	378.318	Uma minoria composta por europeus, asiáticos e alguns mistos representam, apenas, cerca de 3,5% do conjunto da população.
GAZA	João Belo	5.234	756.651	
INHAMBANE	Inhambane	4.975	748.575	
BEIRA	Beira	46.293	130.398	
VILAPERY	Vila Pery	1.507	113.510	
TETE	Tete	4.549	488.668	
ZAMBÉZIA	Quelimane	10.522	183.609	
MOÇAMBIQUE	Nampula	23.072	131.156	
CABO DELGADO	Porto Amélia	3.629	76.917	
NIASSA	Vila Cabral	3.011	57.746	

As comunidades indiana e paquistanesa desempenhavam actividades tradicionais, normalmente ligadas ao comércio. Calcula-se que seriam naquela data entre 20.000 a 30.000.

Existia ainda uma pequena comunidade chinesa de cerca de 4.000 pessoas, concentrada em Lourenço Marques e na Beira, que se dedicava também ao pequeno comércio.

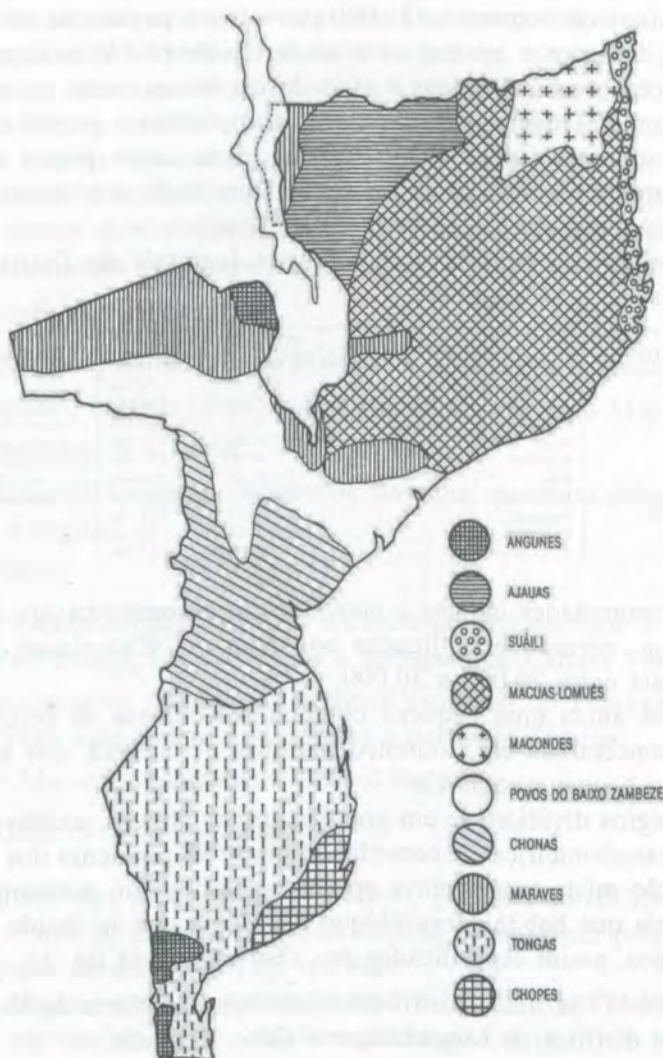
Os negros dividiam-se em grandes grupos étnicos, muitas vezes com ligações transfronteiriças, e constituíam quase 98 por cento dos habitantes. A população mista representava apenas cerca de meio por cento do total.

A etnia que habita Moçambique é a Bantu que se divide em grupos e sub-grupos, assim especificados por distritos²⁹ (ver fig. 1):

- **GRUPO SUAÍLE**, distribuídos no litoral do Norte de Moçambique, nos distritos de Moçambique e Cabo Delgado.
- **GRUPO MACUA-LOMUÉ** cujos povos se localizavam nos distritos da Zambézia, Moçambique e Cabo Delgado;

²⁹ Segundo Rita Ferreira

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS GRUPOS ÉTNICOS



Segundo Rita-Ferreira

(Segundo Rita-Ferreira)

Figura 1 – Agrupamentos Étnicos

- *GRUPO MARAVE* com os povos Nhanja, Cheua e Senga, que se espalham pelo distrito de Tete;
- *GRUPO DO COMPLEXO DO ZAMBEZE*, com os povos Chicunda, Chuabo, Nhungué, Sena, Tauara, Tonga, Dema, Atande, Gova e Pimbe que vivem junto das margens do rio Zambeze, nos distritos de Manica e Sofala, Zambézia e Tete;
- *GRUPO CHONA*, com os povos Barué, Manica, Mateve e Vandau que se distribuem pelo distrito de Manica e Sofala;
- *GRUPO CHOPE*, com os povos Valengue, Chope e Bitonga, que ocupam a faixa sudeste dos distritos de Inhambane e Gaza;
- *GRUPO TONGA* com os povos Ronga, Changana e Tsua que vivem nos distritos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane;
- *GRUPO ANGUNE*, com os povos Zulu e Suázi (no Sul do distrito de Lourenço Marques) e Angónia no distrito de Tete;
- *GRUPO MACONDE*, espalhados pelo distrito de Cabo Delgado;
- *GRUPO AJAUA*, no distrito do Niassa;

As línguas de mais amplo conhecimento em Moçambique são: (ver Suprintep 22, Cap. III, pág. 225):

- SUAILI: - é uma língua falada ou pelo menos compreendida pelas tribos Errati, Chaca, Marave, Maca, Meto, Suali, Maconde, Ajáua, isto é, praticamente por todos os povos que ocupam a área compreendida entre o Rovuma, o M'Salo, o Lugenda e a Costa. Fora desta zona, o Suaili é compreendido pelos islamizados. Todos estes povos compreendem pelo menos o Suaili falado, havendo maior percentagem de indivíduos capazes de ler o arábico do que os caracteres do no nosso alfabeto.
Obviamente que estes povos têm os seus dialectos próprios, não devendo inferir-se que apenas falem o Suaili. Assim os Macondes têm a sua língua, ainda dividida em dialectos: Mavia, Muera e Andonde. Os Errati, Chaca, Marave e Maca falam o Macua. Os Ajáua têm ainda também a sua língua própria.
- MACUA: - é uma língua falada, pelo menos compreendida, por todos os povos do grupo Macua-Lómué e ainda

- pelos Maganjas e Tacuanes. Dentro dos Macuas, os Macas falam o Suaili e lêem arábico e os Metos entendem o Suaili embora sob certas reservas.
- NIANJA: - o chi-nianja é falado ou pelo menos compreendido e lido por todas as tribos do grupo Maravi, embora quanto aos Maganjas e Tacuanes se ponha esta informação sob reserva. É ainda compreendido pelos Tauaras, Ademas, Chicundas, Nhungués e Angonis, embora estas tribos tenham também os seus dialectos próprios. As restantes tribos que compreendem o Nianja têm também os seus idiomas, entre as quais o Senga, Chewa, Maganja e Chipeta, com dialectos próprios de bas chi-nianja.
 - SENA: - falado ou pelo menos compreendido pelas tribos Sena, Atonga, Mateve, Acaia, Barué, Podzo, Acuama, Bangwé, Manica e em certa medida pelos Tauara, embora estas tribos tenham os seus dialectos próprios.
 - KARANGA: - falado ou pelo menos compreendido por todas as tribos do grupo Chona. É uma língua dos autóctones da Rodésia.
 - VANDAU: - (Chi-ndau) - falado pelas tribos do sub-grupo Vandau.
 - TONGA: - falado ou pelo menos compreendido pelos Zulus e Suasis, e ainda por todas as tribos dos grupos Tonga e Chope. Os Tswa, Changane e Chope têm dialectos próprios; contudo todos entendem o Tonga (gitonga).
 - SUAZI: - falado ou pelos menos compreendido pelos Changane, Zulu e Suazi.
 - CHILAPALAPA: - é uma espécie de esperanto africano, falado ou pelo menos compreendido por muitos dos elementos das tribos a Sul do Zambeze, em especial dos que já emigram. Julga-se que se trata de uma língua nascida nas minas do Rand.

*Saúde e higiene*³⁰

A estrutura de saúde no território estava organizada em círculos de saúde que se dividiam em distritos sanitários e estes em delegações de saúde.

Tinham sede nas povoações mais importantes, sendo as suas áreas correspondentes, normalmente, à divisão administrativa.

³⁰ Ver 4º volume desta obra, Parte I Pg 43/44. (Dispositivo das Nossas Forças - Moçambique).

Superintendia este conjunto a Direcção dos Serviços de Saúde e Higiene, existindo por todo o território cerca de um milhar de formações sanitárias entre hospitais, centros de saúde e serviços especializados como os Serviços de luta contra a Lepra, a Tuberculose e a Doença do Sono, bem como o Instituto de Investigação Médica de Moçambique e a Comissão de Nutrição.

Além desta estrutura existiam os serviços de saúde próprios quer das Forças Armadas, quer de autarquias, patronais, religiosos e outros que cobriam largas faixas de população.

Educação ³¹

“O ensino na Província de Moçambique, embora tendo em atenção as adaptações impostas a métodos e processos das condições locais, obedecia ao plano nacional português, ministrado em escolas oficiais, religiosas e particulares, abrangendo diferentes estádios nas escolas, que a seguir se indicam:

- Ensino primário elementar;
- Ensino primário rudimentar;
- Ensino eclesiástico;
- Ensino normal;
- Ensino técnico;
- Ensino comercial;
- Ensino industrial;
- Ensino liceal.

Contudo, e ainda segundo o censo de 1960, verificava-se entre os não autóctones e evoluídos uma percentagem de 10% de analfabetos. Dos 90% restantes cerca de 36% apenas sabiam ler e escrever, cerca de 40% têm ou frequentam a 4ª classe, cerca de 12% têm ou frequentam cursos secundários e apenas cerca de 4% têm ou frequentam cursos superiores.

Quanto à população autóctone, apenas 1% sabia ler e escrever o português e cerca de 6% frequentava a instrução primária.

Em 1961/62 existiam 3.201 estabelecimentos de ensino com 4.459 docentes, que em 1965 eram 5.781.

Em 1963 entraram em funcionamento, os “Estudos Gerais Universitários” que, em 1968, deram lugar à “Universidade de Lourenço Marques”.

Em 1966 havia 469983 alunos inscritos no 1º grau de ensino.

Em 1965 havia 542 inscritos no ensino superior.

³¹ Trabalho de Aplicação do Curso de Estado Maior – “Moçambique” – IAEM 1962, pg 97-A.

*Comunicação social*³²

Existiam na Província, em 1961, 4 jornais diários (3 em Lourenço Marques e 1 na Beira) e um semanário em Lourenço Marques.

- “Notícias”, com sede em Lourenço Marques, diário matutino;
- “Diário de Lourenço Marques”, com sede em Lourenço Marques, diário;
- “Notícia da Tarde”, com sede em Lourenço Marques, diário vespertino;
- “Diário de Moçambique”, com sede na Beira, diário (imprensa católica);
- “Oriente”, com sede em Lourenço Marques, semanal.

Além dos atrás indicados, ainda se publicavam – com periodicidade – publicações sobre informação, acção político-social, religião, literatura, ciência, educação e ensino, desporto e de propaganda, num total de cerca de 90 publicações.

Destas, destacam-se além dos Boletins dos diversos Serviços Provinciais (Aduaneiros, Economia, Veterinário, Meteorologia, etc.), o Semanário “O Brado Africano” editado, desde 1918, em Português e shironga e a revista ilustrada semanal “Tempo”.

As seis estações emissoras de rádio existentes procuravam cobrir toda a província, sendo as mais importantes pela sua potência e área coberta o Rádio Clube de Moçambique, a emissora da Aero Club da Beira e a Rádio Pax.

Era notória a importância dos órgãos ligados à Igreja Católica (2 jornais diários, um semanário e uma emissora).

Em 1971 existiam as seguintes estações emissoras:

- Rádio Clube de Moçambique, fundado em 1933.

Esta estação mantinha 5 emissões independentes sendo três em português, uma em Inglês e africânder e outra em línguas nativas (“shangana”, “ronga”, “chinhungue”, “chissena”, “ajáua”, “nianja”, “swaili”, “macua”, “chuabo”, “medo” e “maconde”).

Disponha ainda de 4 emissores regionais (Nampula, Quelimane, Porto Amélia e Dondo).

- Emissor do Aero Clube da Beira, fundado em 1943.

Disponha de 3 emissores de ondas curtas que serviam não só Moçambique mas também a Rodésia e a República da África do Sul.

³² Trabalho de Aplicação do Curso de Estado Maior – “Moçambique” – IAEM 1962 pg 99 e 100 – A e Anuário da Província de Moçambique (1970/71) – A.W. Bayly e Cia Lda – Editores.

– Rádio Pax.

Emissora católica pertença da Ordem dos Franciscanos, instalada na Beira. Funcionava em ondas curtas e médias com 10 frequências e emitia em língua portuguesa e em “sena”, “changane” e “xitsua”.

Governo e Administração ³³

O Governo e a Administração de Moçambique regiam-se pela Lei Orgânica do Ultramar Português (Lei nº 2119, de 24 de Julho de 1963) constando o seu estatuto político-administrativo do Decreto nº 45375 de 22 de Novembro de 1963, entrado em vigor em 1 de Janeiro de 1964.

Nele se refere que os órgãos de Governo próprio da Província eram o Governador-Geral, o Conselho Legislativo e o Conselho Económico e Social. Junto do Governador Geral funcionava, igualmente, com funções apenas consultivas, o Conselho do Governo, existindo ainda um Tribunal Administrativo com jurisdição em todo o território.

Administrativamente o território dividia-se em freguesias, concelhos e Distritos (transitoriamente postos administrativos, circunscrições administrativas e Distritos).

O território dividia-se em 10 Distritos: Lourenço Marques, Gaza, Inhamitanga, Beira, Vila Pery, Tete, Zambézia, Moçambique, Cabo Delgado e Niassa.

Factor económico ³⁴

Em 1961 a economia de Moçambique dependia essencialmente das actividades agrícolas, dos serviços prestados pelos transportes relacionados com os territórios vizinhos bem como da entrada de divisas provenientes da mão de obra que trabalhava naqueles países.

A indústria era incipiente, se bem que em fase de desenvolvimento, pelo que a agricultura empregava a maior parte da população activa.

As principais produções agrícolas eram o algodão, o sisal, o açúcar, a copra, o chá e as madeiras e nas indústrias extractivas tinha especial relevância o carvão.

A actividade industrial incidia sobre a transformação de produtos agrícolas, nomeadamente o de açúcar, o fabrico de materiais de construção,

³³ Ver 4º volume desta obra, cap. V, nº 1.

³⁴ Ver trabalho de Aplicação do Curso de Estado Maior “Moçambique” – IAEM 1962 pág. 103 e seguintes.

em especial o cimento, e a tecelagem e de indústrias ligadas à alimentação, como a moagem, as cervejas e os refrigerantes.

Neste capítulo é de assinalar a existência de uma forte empresa de refinação de petróleo.

No capítulo das comunicações, as infraestruturas existentes (os portos de Lourenço Marques, Beira e Nacala, os aeroportos de Lourenço Marques, Beira e Nampula e as comunicações ferroviárias com os territórios vizinhos) eram de bom nível e cobriam as necessidades da Província.

A balança comercial, afectada pela necessidade de importação de equipamentos para os diversos projectos em curso, era deficitária, sendo contudo a balança económica equilibrada pelos invisíveis resultantes da prestação de serviços aos países limítrofes e pelo turismo.

Factor Militar

No início da década de 60 o território de Moçambique constituía uma Região Militar, a 4^a, que se articulava num Quartel General, em Lourenço Marques e três Comandos Territoriais: Norte – Nampula, Centro – Beira e Sul – Lourenço Marques, e com um efectivo de cerca de 11000 Homens³⁵, na quase totalidade naturais da Província.

Não existiam meios aéreos e meios navais em permanência.

A situação geral em África e, em especial, os acontecimentos de 1961 em Angola levaram à intensificação da actividade operacional em especial no âmbito da pesquisa de informações e dos contactos com as populações.

De notar que, em 25 de Fevereiro de 1961, o CEMGFA emitira a Directiva nº 6 para a Segurança e Defesa de Moçambique da qual constavam instruções para “fazer face a previsíveis incursões de fronteira e sublevações internas”³⁶.

A guerra subversiva

Introdução

“Durante muito tempo repetiu-se Clausewitz³⁷, segundo o qual a guerra era a continuação da política por outros meios.

³⁵ Resenha Histórico Militar das Campanhas de África (1961 - 1974) 1º Volume – Enquadramento Geral – 1988

³⁶ Ver Cap. II

³⁷ Clausewitz, Karl Von, general prussiano (1780-1831). Autor do célebre tratado “Da Guerra”.

Este conceito era, de certo modo, limitativo, pois dele era fácil inferir, erradamente, que o começo da guerra acontecia com o findar da política.

Dentro deste pressuposto, a guerra levada a cabo pelos meios militares tinha por objectivo final a destruição das forças armadas do inimigo, ou, no mínimo, a sua neutralização.

Para tanto, o terreno era um dos factores essenciais a ter em consideração, pois o domínio dos seus pontos chaves permitia atingir aquele objectivo.

Acontece porém que à guerra, total e indirecta, desencadeada pela subversão que não visa conquistar terreno mas sim a conquista da população, há que opor uma manobra adequada e eficiente, que vise um conjunto de finalidades, e que compreenda um complexo conjunto de medidas e processos, tais como:

- *medidas politico-administrativas*, destinadas essencialmente a enquadrar a população e assegurar o funcionamento de todas as actividades normais;
- *medidas policiais e judiciais*, visando a destruição das redes da subversão;
- *medidas militares*, com a finalidade de reverter a população subvertida e restabelecer as instituições e os serviços afectados, destruir a organização politico-administrativa da subversão e das suas redes e neutralizar as forças militarizadas da subversão;
- *medidas psicológicas*, anulando a acção psicológica do adversário, rebatendo as ideologias apregoadas pelo inimigo e conduzindo a população e a sua opinião num sentido que nos seja favorável;
- *medidas sociais*, no campo da assistência, na luta contra o desemprego e nos problemas de cultura;
- *medidas financeiras e económicas* aumentando os recursos das populações e as suas actividades e enfraquecendo as sociedades subversivas em formação;
- *medidas de acção externa*, nos campos da política, da economia, da psicologia e no militar.

Tão complexo e diversificado conjunto de medidas, exigindo a eficiente e oportuna actuação em variados campos de acção, impõe uma cuidadosa coordenação em alto nível que assegure a imprescindível unidade de acção de todos os sectores intervenientes.”³⁸

³⁸ “Análise Crítica da Estrutura de Comando para a Contra-Subversão em Moçambique” do Cor CEM José Alberty Correia.

Daqui se conclui que as medidas militares são apenas uma parte do conjunto, e que todas as outras têm um carácter mais marcadamente administrativo e político.

Pode pois afirmar-se, alterando o conceito de Clausewitz citado, que a guerra contra-subversiva consiste na utilização de meios militares, em reforço e sobreposição das acções de carácter administrativo e político.

Das medidas atrás enumeradas sobressai o papel importante que o factor “população” desempenha nos conflitos de natureza subversiva, daí que o seu conhecimento e controlo assuma carácter tão ou mais fundamental que o exigido em relação ao do terreno³⁹.

O trabalho que se segue reporta-se às medidas de natureza militar, excluindo as que transbordam este âmbito. Mesmo no campo de acção das primeiras é dada prioridade aos aspectos relacionados com a actividade exclusivamente operacional, minimizando outros aspectos que chamaram a atenção e o interesse dos comandos militares, como sejam os ligados à reconversão das populações subvertidas, ao restabelecimento das instituições e dos serviços afectados, bem como à destruição da organização político - administrativa do inimigo.

Salienta-se, contudo, que, se no conceito inicial, a finalidade da guerra era a destruição ou neutralização do inimigo, no seu fim último sobressaem como fundamentais outros aspectos mais construtivos, como sejam os ligados às medidas de carácter social e às de natureza financeira e económica.

Factores que provocaram ou favoreceram a subversão em Moçambique

A conjuntura externa e interna

Entre os muitos, e normalmente complexos, factores que intervêm numa luta tipo subversivo, temos, no que respeita a Moçambique, como principais factores que provocaram ou favoreceram a subversão, os seguintes:

- a estratégia dos grandes blocos mundiais, Estados Unidos da América (E.U.A.) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, ainda, da China comunista e de alguns países da Europa Ocidental, envolvidos em lutas por influência política, económica, de exploração de recursos em África e ainda, no caso dos três primeiros, de expansão ideológica.

³⁹ Ver “Conquista da adesão das populações” – Serviço de Centralização e Coordenação das Informações da Província de Moçambique. Maio de 1965 – Arquivo da CECA.

- a forma convencional das fronteiras, resultantes da Conferência de Berlim (1884/85) e que originou a partilha por vários territórios do mesmo grupo étnico, o que facilitou a subversão a partir de territórios vizinhos, pela tradicional movimentação das populações nas zonas fronteiriças ⁴⁰;
- os abusos na obrigatoriedade do cultivo de certos produtos cometidos por empresas e não reprimidos pelo Estado;
- a implantação do território numa área de estratégia indirecta da Commonwealth, onde, igualmente, as estratégias da Guerra Fria estavam presentes bem como os interesses da China;
- o incremento do apoio logístico aos Movimentos Independentistas proporcionado pelo fim da Guerra da Argélia (1962);
- o apoio explícito ou implícito “da oposição” ao governo português, no areópago internacional, secundada pelos países que queriam forçar Portugal a um regime mais ocidentalizado em moldes de uma democracia europeia;
- a dificuldade de entrosamento entre a Administração Pública, os cidadãos em geral e as Forças Armadas, em virtude da subversão apenas se fazer sentir, de início, no Norte do Território, muito longe dos principais centros urbanos ou zonas economicamente importantes;
- a influência que as ideias resultantes dos acontecimentos de Maio de 1968 em França, tiveram sobre as atitudes de alguns quadros militares, em particular do Quadro de Complemento;
- O impulso dado pela URSS à luta contra a presença europeia em África na sequência da doutrina marxista reafirmada por Lenine e Estaline.
- O aumento do número e qualidade dos Quadros, em especial da FRELIMO, preparados na URSS e na República Popular da China;
- a tendência generalizada, na comunidade internacional, de apoio aos Movimentos Independentistas.

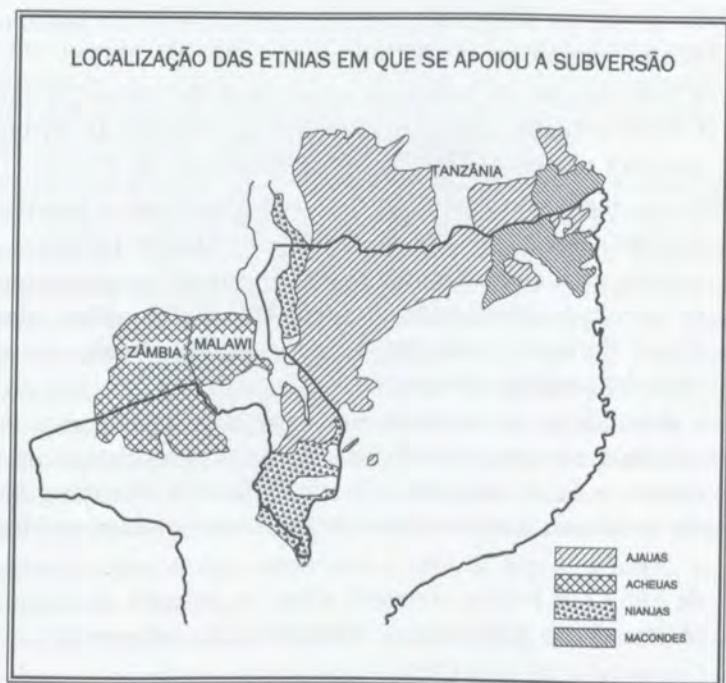
Os Países Adjacentes ⁴¹

“Os países adjacentes de Moçambique eram bem diferentes nas ideologias nos sistemas políticos, económicos e sociais, no grau de desenvolvimento e nas atitudes para com Portugal e para com a sua Província de Moçambique.

⁴⁰ Relatório do início e evolução da subversão em Moçambique do Maj Rui Freitas Lopes - Outubro de 1969.

⁴¹ Ver – Arriaga, Kaúlza de – “Guerra e Política” – Edições Referendo – Lisboa 1987.
– O problema da África Actual – Cadernos Militares nº 4 – EME – 1970.

A Tanzânia e a Zâmbia, países de população predominantemente negra, subdesenvolvidos, enfeudados ao imperialismo comunista, marxistas internamente, constituíram-se inimigos de Portugal e de Moçambique, e distinguiram-se como grandes promotores, apoiantes e “santuários” da FRELIMO.



(In Cadernos Militares nº 7 - O Caso de Moçambique - EME - Agosto de 1969)

Figura 2 – Localização das etnias em que se apoiou a subversão

A Rodésia e a República da África do Sul, países de predomínio branco, com outras etnias em plano secundário, pró-ocidentais, alvos certos e inimigos convictos do imperialismo comunista, internamente capitalistas, desenvolvidos, ou muito desenvolvidos, e distintos de Portugal e de Moçambique, nas políticas internas perante as diversidades étnicas, foram bons amigos destes, apoiando-os, na medida do conveniente, política e militarmente, e condenavam a FRELIMO.

O Malawi, país de predominância negra, anti-comunista, autoritário internamente e subdesenvolvido, comportava-se como amigo de Portugal e de Moçambique, e procurava combater a FRELIMO, no seu território e na medida das suas possibilidades”.

Acresce a natural apetência de uma saída directa para o mar por parte da Zâmbia e do Malawi, que o desmembramento de Moçambique lhes proporcionaria.

Tanzânia e Zâmbia

A Tanzânia foi o país que com maior amplitude apoiou directamente a FRELIMO ⁴². Nela eram recebidas e entregues à FRELIMO as ajudas da União Soviética, da China Continental, da OUA e dos seus membros, de outros países do Terceiro Mundo e de alguns países ocidentais. Ali foi feita a montagem inicial daquele Movimento subversivo e as suas remontagens após os insucessos sofridos em Moçambique.

Em Dar-es-Salaam, viviam e agiam os chefes da FRELIMO. Em diversos locais, situavam-se os seus diversos órgãos, com destaque para Tonduma, Songea, Petauka e sobretudo para o grande e importante complexo de Nashingwea. O território tanzaniano era refúgio, “santuário” certo, dos grupos da FRELIMO, perseguidos e derrotados em Moçambique.

A Zâmbia foi o segundo país em importância no respeitante ao apoio directo à FRELIMO. Sobretudo durante o 3º esforço desta, que, com base na Tanzânia e através da Zâmbia, se exerceu sobre o distrito de Tete.

Os grupos da FRELIMO estacionavam e moviam-se em território zambiano a caminho de Tete. E o mesmo território era outro refúgio “santuário” daqueles grupos, quando tinham de abandonar Moçambique.

Rodésia e República da África do Sul

Embora divergentes de Portugal quanto às suas políticas internas no que respeita à diversidade étnica, a Rodésia e a República da África do Sul (RAS), consideravam-se igualmente ameaçadas pela evolução do apoio dos países comunistas aos Movimentos Independentistas de Moçambique (e Angola).

Dessa forma, a colaboração a nível político, económico e militar, desenvolveu-se durante todo o período da guerra.

Existiu até uma aliança militar, a ALCORA, que reunia Angola, Moçambique, Rodésia e RAS que, embora não tivesse tido o desenvolvimento previsível, permitiu apoios em informações, equipamento e armamento a Moçambique (e Angola) a partir da RAS e Rodésia.

Malawi

O Malawi, apesar de permitir, pelo menos durante largo período, escritórios da FRELIMO em cidades suas, opunha-se-lhe e combatia-a tanto quanto podia.

⁴² No início da subversão teve também relevo a Argélia, facilitando o treino em bases no seu território.

Mas não tinha meios para evitar completamente que pequenos grupos da FRELIMO se instalassem, embora efemeramente, em território seu e deste fizessem incursões terroristas em Moçambique, em especial, sobre o caminho de ferro Beira-Moatize, que se desenvolvia, em grande extensão, perto da sua fronteira.

O Dr. Hastings Banda, visitou Moçambique demonstrando vontade de colaborar com as nossas autoridades em especial no que respeitava à utilização do caminho de ferro.

População

Caracterização dos Povos

Pelo seu interesse para o estudo da subversão em Moçambique, vamos, apenas, caracterizar os seis povos mais importantes do Noroeste daquele território ⁴³.

Macondes

Tribo fortemente individualizada, aguerrida, fervorosamente católica entre tribos fortemente islamizadas, como os Suaíles e Ajauas.

Para os Macondes a luta, a guerra, fora sempre uma arte, um prazer, e as suas incursões aos povos vizinhos que procuravam dominar grangearam-lhes fama de guerreiros.

Acima de tudo os Macondes foram sempre avessos a qualquer autoridade não havendo dentro deles qualquer chefe acima do chefe de família ou do chefe de povoação, ao contrário das outras tribos africanas para quem o chefe da tribo era uma autoridade incontestada.

Os Macondes tinham como “habitat” as terras altas do planalto de Mueda (ou planalto dos Macondes) e a serra Mapé, áreas longe da água, assim evitando proximidades com outras tribos.

São seus afins os Angonis e os Matambués.

Ainda que entre Macondes moçambicanos e tanzanianos não haja qualquer ligação tribal, embora haja sentido de conjunto, o facto de na Tanzânia viverem dois terços de toda a população Maconde facilitava a sua movimentação, habituando-se, assim, os Macondes portugueses, a passar grandes temporadas no país vizinho. (Vidé fig. nº 2)

⁴³ Ver: “O caso de Moçambique” – Estado Maior do Exército 1969.
SUPINTREP nº 22 – QG/RMM – 2ª Rep – Agosto de 1967.

Nianjas (Homens do Lago)

Esta tribo, pertencente ao grupo Marave, situava-se, principalmente, no Malawi e prolongava-se pelo território moçambicano e tanzaniano, tendo-se instalado ao longo do lago Niassa, desde o rio Lipoche até Meponda.

É uma tribo sem vocação para a agricultura, ávida de escolaridade e desejosa de viajar, de conviver com outros povos e daí o contacto com os povos dos países vizinhos, sendo conhecidos por “Ciganos de África”.

Com pouca disposição para o trabalho, de certo modo evoluídos em relação às restantes etnias, dispõem de um folclore bem diferenciado do batuque tradicional dos povos africanos.

Vivendo junto de uma importante via de comunicação - o lago Niassa - esta possibilitou-lhe uma intensa vida de contacto com o exterior, particularmente com a sua tribo do Malawi, pelo que não foi difícil subvertê-los, vindo a constituir um dos principais esteios da subversão.

Os Nianjas pretendiam aproveitar a subversão de forma a, no futuro, ocuparem todos os lugares de relevo na Administração.

Foi neste povo que, há mais de 100 anos, se tinha instalado a Igreja Anglicana dos Missionários Ingleses.

Ajauas (Homens do Planalto)

Em tempos bastante recuados já os Ajauas dominavam inteiramente uma vasta área compreendida entre o rio Lugenda e o lago Niassa, com excepção do território dos Nianjas.

De vocação agrícola, sendo o milho a sua cultura tradicional, espírito aventureiro e mercantil, fortemente islamizados, os Ajauas ofereceram certa resistência à pacificação portuguesa, no primeiro quartel do sec. XX, em virtude do seu forte espírito tribal e, de igual modo, se mostraram hostis a outras tribos. Deslocavam-se anualmente à costa do Índico, durante a época seca, a fim de comerciar escravos (que conseguiam à custa de incursões nos povos vizinhos), marfim, ouro, aves e alguns produtos da terra, que negociavam em sistema de permuta.

Em princípios do século XIX, surgiu a dinastia dos Matacas que dominava, a bem dizer, todo o povo Ajaua.

Os Ajauas distribuíam-se por Maniamba - Unango - Valadim - Nova Viseu - Litunde - Catur - Nova Guarda - Vila Cabral - Meponda.

Aderiram à subversão, quer pela posição assumida por alguns, como o régulo Mataca, quer influenciados, impulsionados e até compelidos pelos Nianjas e por elementos Macondes que sempre os escravizaram.

Macuas (Homens das Terras Baixas)

Habitam as zonas subplanálticas.

Pouco evoluídos espiritualmente, não têm grandes condições de receptividade a novas ideologias e muito menos partindo dos Ajauas e Macondes que sempre os dominaram.

Não viviam em grandes aldeamentos, tendo preferência por povoações isoladas, surgindo daí dificuldades no seu aldeamento.

Estendem-se por uma faixa relativamente estreita que corre junto aos rios Lungenda e Luchimua.

Mantiveram-se tradicionalmente fiéis e desde o início da subversão constituíram como que um tampão à sua expansão para Sul.

Os que viviam próximo das povoações, demonstravam gosto pelos trabalhos domésticos.

Constituem a etnia mais antiga e a grande massa populacional - cerca de 2 milhões - do norte de Moçambique.

Não eram receptivos a novas ideologias e eram tradicionalmente fiéis à nossa soberania, visto não existirem Macuas além fronteiras, o que não sucedia com as restantes etnias.

Angónis

É um grupo étnico muito reduzido que se fixou no nosso território, fugindo das terras altas de Songea, na Tanzânia, durante a revolta dos Mázi-Mázi, em 1906.

É um povo tradicionalmente guerreiro e também tradicionalmente hostil aos Nianjas e Ajauas.

Acheus

A tribo Acheua vive principalmente na Zâmbia e no Malawi, mas estende-se pelo Norte de Tete, quase até ao rio Zambeze.

Os Acheus foram para a luta levados pelo seu chefe de tribo, tal como os Ajauas, mas com a agravante de serem uma tribo essencialmente estrangeira.

Distribuição da População em Moçambique

Moçambique é um território voltado para o mar. Como consequência, é no litoral, ou nas suas proximidades, que se situa a maioria dos prin-

cipais centros urbanos, como é o caso de Lourenço Marques, João Belo, Inhambane, Vilanculos, Beira, Quelimane, Moçambique (Ilha), Nacala, Porto Amélia, Mocímboa da Praia.

Esta inevitável atracção do mar, fonte de riqueza, via de comunicação e motivo de recreio e turismo, deu origem a que a densidade de população moçambicana fosse diminuindo, de uma maneira geral, do litoral para o interior.

Por outro lado a densidade de povoamento europeu aumentava, de um modo geral, de Norte para Sul, com o seu máximo na região de Lourenço Marques. (Vidé fig. nº 3)

O interior e as regiões fronteiriças foram, pois naturalmente, prejudicadas do ponto de vista de povoamento, e portanto, de estrutura administrativa, sanitária, escolar, rodoviária, até mesmo porque o acidentado do terreno e os regimes das chuvas tornavam morosa e dispendiosa a construção de estradas, e bem assim a sua manutenção.

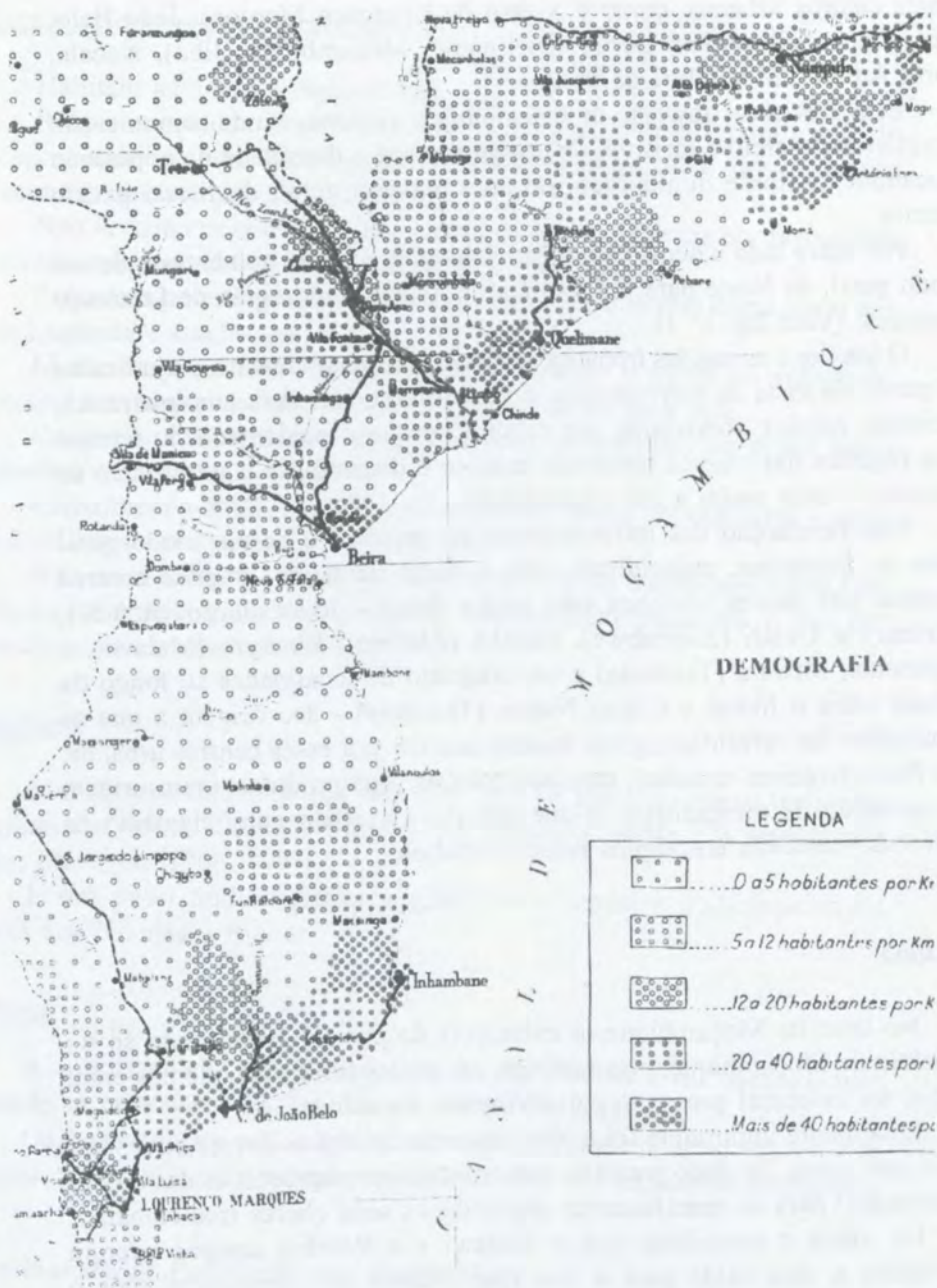
Esta rarefacção das infraestruturas no interior, e de um modo geral junto às fronteiras, coincidindo com o facto de haver grandes centros urbanos nos países vizinhos não longe delas - Joanesburgo (R.A.S.), Salisbury e Untáli (Zimbabwé), Lusaka (Zâmbia), Blantyre (Malawi), e finalmente, Mtwara (Tanzânia) e um conjunto de localidades ao longo da estrada entre o litoral e o lago Niassa (Tanzânia) - deu origem a que as populações das referidas regiões fossem atraídas por esses centros urbanos, que lhes ofereciam trabalho, mercado para os seus produtos, eram origem de aquisição de mercadorias, o que facilitava a acção de aliciamento da subversão instalada em alguns países vizinhos.

Resumo

No caso de Moçambique, a existência de povos vivendo não só no território de Moçambique, mas também, em países limítrofes que nos eram hostis, foi essencial para o desenvolvimento da subversão.

Igualmente importante foi a idiossincrasia de alguns desses povos aos quais, por vezes, foi dado pretexto, por erros ou incompreensões das nossas autoridades, para se manifestarem seguindo os seus chefes tradicionais.

Há ainda a considerar que o Malawi e a Zâmbia sempre tiveram aspirações a uma saída para o mar que poderia ser conseguida após o desmembramento de Moçambique, à custa de uma parte do território que abrangesse o porto da Beira.



(In Atlas de Moçambique – Empresa Moderna Ltd. - 1960)

Figura 3 – Distribuição da população em Moçambique em 1960

Religiões

Catolicismo

Foi no dia 11 de Março de 1498 que os capelães da primeira viagem de Vasco da Gama, a caminho da Índia, celebraram a primeira Missa, no Ilhéu de S. Jorge, perto da ilha de Moçambique⁴⁴.

“Quando em Sofala, em 1505, foi construída a primeira fortaleza, esta tornou-se durante muitos anos, o centro das primeiras irradiações apostólicas. O primeiro documento que fala da evangelização dos moçambicanos é de 1520 e em 1530, no Regimento de Sofala, o Rei de Portugal ordenou que todos se deviam empenhar na evangelização dos nativos.

Os anos de 1541 e 1542 marcam a passagem de S. Francisco Xavier pela Ilha de Moçambique, onde esteve um ano e meio à espera de momento oportuno para continuar para a Índia, período em que acudiu às necessidades evangélicas de portugueses e nativos.

Em 1544, os portugueses estabeleceram-se em Quelimane e em Tete. Mais para o sul, a 05 de Fevereiro de 1560, em Tongué, o padre Gonçalo da Silveira e seus companheiros fundam a sua missão. Este sacerdote viria a ser o primeiro mártir cristão daquela região. De tal modo o cristianismo se expande que, em 1567, Moçambique enviou um Administrador eclesiástico ao primeiro Concílio de Goa.

Em 1577 são os Dominicanos que chegam à Ilha de Moçambique, onde começam a construção de um convento e irradiam para os reinos de Quiteve e Chicange e em toda a Zambézia, até aos Machonas e Matabeles.

Em 1612, a Igreja de Moçambique separa-se da arquidiocese de Goa e o Rei de Portugal recebe a faculdade de nomear os Administradores apostólicos⁴⁵.

O padre Gonçalo da Silveira conseguiu chegar à Corte do Rei de Monomotapa, com os Dominicanos, obtendo, em 1629, pelo tratado com o Monomotapa D.Filipe (baptizado pelos Dominicanos), a liberdade de evangelizar. Em 1670, vários Dominicanos, vindos de Goa, convertem régulos e baptizam milhares de moçambicanos, chegando a estender a sua acção até Cabo Delgado.

⁴⁴ Garcia, António, “História de Moçambique Cristão”, 1º Vol – 2ª edição, Braga, pág 29.

⁴⁵ Pela Bula In Superiminenti do Papa Paulo V, que criou a Prelazia de Moçambique, concedendo ao rei de Portugal a faculdade de nomear directamente os Administradores eclesiásticos de nova circunscrição eclesiástica – “A Igreja em Moçambique, na Hora da Independência (1955 – 1979) – Francisco Nunes Teixeira, Bispo de Quelimane, página 13 e 14.

Esta prelazia de Moçambique foi extinta em 1940, com a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário.

Em 1618, chegam os Irmãos de S. João de Deus, que se dedicam ao Hospital da Ilha de Moçambique.

Em 1695, o administrador apostólico chegou a pedir que os Frades Agostinhos fossem encarregados da fundação de um Seminário, mas o projecto não se chegou a concretizar.

No fim do século XVII, começa uma certa decadência da evangelização, que em breve vai receber o seu mais duro golpe, em 1759, com a expulsão dos missionários jesuítas⁴⁶. Com a lei da extinção das Ordens Religiosas de 1834⁴⁷, foi-se acentuando a decadência.

Vinte anos depois desta lei, não restava um único missionário no interior. Moçambique que passou a ser assistido por missionários diocesanos, vindos de Goa, tendo de 1840 a 1875 chegado 23. No entanto, em 1871, havia em Moçambique apenas um padre da Metrópole e outro de Goa.

Só em 1875, chegaram os primeiros três padres do Colégio de Cernache do Bonjardim. Em 1881 instalaram-se ali os jesuítas e em 1890, as Irmãs de S. José de Cluny, que foram as primeiras religiosas missionárias em África.

Em 1889, a pedido do Governo português, o cardeal Lavigerie, fundador da Congregação dos Missionários de África, destacou para Moçambique os primeiros “Padres Brancos”, para fundarem a Missão de M’Ponda, na margem direita do rio Chire.

De 1891 a 1897 notabilizou-se, como Prelado de Moçambique, D. António Barroso, que trabalhou energeticamente na restauração das antigas paróquias.

Em 1897, chegaram à Beira as Irmãs Franciscanas de Maria e, no ano seguinte, mais missionários Franciscanos.

Em 1907 são os padres Salesianos que se encarregam da “Escola de Artes e Ofícios”, na Ilha de Moçambique.

Com a nova expulsão dos missionários portugueses, em 1910, ficaram apenas os padres alemães do “Verbo Divino”.

Com o melhorar das relações entre o Estado e a Igreja, de 1919 a 1940⁴⁸ os missionários aumentaram de 30 para 85. E começaram a voltar as várias Congregações, tanto masculinas como femininas.

A partir da Concórdia e do Acordo Missionário (1940), a missão em Moçambique desenvolveu-se de uma forma notável, levando à criação da Diocese de Quelimane, em 06 de Outubro de 1954, desmembrada da Diocese da Beira.

⁴⁶ Carta régia de D. José I que manda abolir a Companhia de Jesus em Portugal.

⁴⁷ Extinção das Ordens Religiosas e nacionalização das suas casas e bens por D. Pedro IV. O Decreto da autoria do Ministro Joaquim Augusto de Aguiar ficou, por isso, conhecido pelo Decreto do “Mata Frades”.

⁴⁸ Decreto 6322 de 24 de Dezembro de 1919 e Decreto 8351 de 26 de Agosto de 1922.

Em 5 de Abril de 1957, três anos depois, é criada a Diocese de Porto Amélia, (...), ocupando o território do Distrito de Cabo Delgado, antes confiado á diocese de Nampula.

Mais tarde, em 6 de Maio de 1962, o Papa João XXIII, criou a Diocese de Tete, desmembrada da Diocese da Beira.

Ainda em 03 de Agosto daquele ano, o mesmo Sumo Pontífice, desmembra da Arquidiocese de Lourenço Marques, a Diocese de Inhambane.

Em 21 de Julho de 1963, nasce a Diocese de Vila Cabral, no Distrito do Niassa.

E em 1970 (...) foi criada a nova Diocese de João Belo. Em 1974 havia já 559 missionários, 212 Irmãos leigos e 1.313 Irmãs religiosas em 18 Institutos masculinos e 38 femininos (vidé divisão eclesiástica da Província de Moçambique, 1967, fig. 4)⁴⁹.

A partir daquela data fundaram-se sete seminários menores e dois maiores.

Depois da descolonização, ficaram apenas 35 sacerdotes, 27 Irmãos religiosos e 205 Irmãs religiosas.

*Protestantismo*⁵⁰

Desde muito cedo os nativos tiveram contactos com o protestantismo fora da Província. A emigração de muitos levou-os a áreas de influência, se não exclusivamente, ao menos predominantemente protestantes. Alguns foram depois nas suas terras autênticos bandeirantes do protestantismo. Por isso se pode dizer que grande parte da missionação protestante em Moçambique é obra não das Missões de tipo clássico, mas fruto das migrações havidas de nativos e europeus.

Por esta razão, é difícil marcar para Moçambique datas da entrada ali do protestantismo.

Em Junho de 1842 já se encontrava em Moçambique um pastor da Igreja Reformada Holandesa.

No ano de 1879 a Junta Americana instala-se no distrito de Gaza. O Dr. Edwin H. Richards, desta Junta, passou em 1889 a trabalhar por conta da Igreja Metodista Episcopal. Desta maneira, neste ano, podia considerar-se radicada na região de Gaza esta seita protestante, a qual já desde 1883 se havia fixado em Cambine. Contudo, só foi reconhecida oficialmente na Província em 1909.

⁴⁹ Sobre o panorama religioso de Moçambique ver Supintrep nº 23/QG/RMM - Outubro de 1967.

⁵⁰ In Santos, Eduardo dos - *Missionologia do Ultramar Português* - Escola Nacional de Estudos Ultramarinos - Lisboa 1965.

Em 1881 a Missão Suíça encetou diligências para se fixar em Lourenço Marques onde, em 1887, já dispunha de instalações privativas.

Em 1893 os anglicanos, da diocese dos Limbombos, fixam-se em Chamaculo, Maciene e, mais tarde, na região do Lago Niassa.

Em 1930 os nazarenos fundam, em Tavane - Muchopes -, uma missão.

**DIVISÃO ECLESIÁSTICA
DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE
1967**



(Adaptação do SUPINTREP 23 QG/RMM - 1967)

Figura 4 – Divisão Eclesiástica da Província de Moçambique

No ano seguinte, a “*Plus Ultra International Holiness Mission*” estabelece-se em Camanulo, no distrito de Tete.

Em 1933, a igreja Metodista Livre, que já em 1885 se fixara em Inharrime, funda nova missão em Nhaloio (Massinga).

Dois anos depois, em 1935, os Adventistas do 7º Dia abrem missão em Mungulúni, no Lugela, Zambézia.

No ano de 1937 os Baptistas estrangeiros são oficialmente reconhecidos em Moçambique. Segundo alguns, desde 1924, e segundo outros, já desde 1832, que eles haviam encetado as diligências para se fixarem em Lourenço Marques.

É de notar que a expansão do protestantismo em Moçambique se deve ao facto de as autoridades portuguesas, de acordo com o Acto Geral da Conferência de Berlim (1884-1885), não poderem impedir o estabelecimento de missões protestantes. “Contudo, uma das características mais acentuadas do protestantismo moçambicano é a sua atitude completamente estranha e muitas vezes hostil à maneira portuguesa de estar no mundo. Tal atitude tem a sua possível razão de ser quer no facto de serem estrangeiros quase todos os missionários protestantes existentes na Província, quer nas ligações que mantêm com os seus países de origem ou com os organismos internacionais que lhes dão apoio” (Perintrep 23 Cap V).

Dessas organizações destacam-se o “World Council of Churches”, constituído por 150 denominações protestantes de 44 países e a “Conferance des Eglises de Tout l’Afrique” instituída em 1963.

Em 1967 existiam em Moçambique 24 missões protestantes a maior parte das quais nos distritos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane.

Islamismo ⁵¹

Estima-se em cerca de 1.100.000 o número de muçulmanos existentes em Moçambique no princípio do segundo quartel do Séc. XX. No quadro das religiões monoteístas, estão em destaque, seguidos pelos católicos com cerca de 900.000 e protestantes com cerca de 450.000.

O Islamismo chegou à costa oriental de África no século seguinte àquele em que surgiu na Arábia (século VII). Por certo aproveitou a corrente de tráfego árabe que desde séculos imemoriais se verificava para aquelas paragens.

Toda a costa para o norte de Sofala tinha presença muçulmana quando Vasco da Gama chegou a Moçambique.

⁵¹ Conferência proferida no IAEM (Pedrouços), pelo Coronel Basílio Pina de Oliveira Seguro (Ex-Governador do Distrito de Cabo Delgado), em Junho de 1970.

O litoral moçambicano foi alvo de intensa arabização de que resultou, em zonas do Norte que particularmente haviam de atrair o tráfego pela facilidade de aportagem e por abrirem o acesso a regiões de população mais densa, a formação de um grupo étnico bem diferenciado, o grupo Swali, onde o porte e as feições árabes são tão evidentes e caracterizantes.

A miscigenação de árabes e autóctones foi extensa, pretendida pelos próprios chefes nativos, que solicitavam dos comerciantes árabes a vinda de homens para casarem com mulheres indígenas.

Houve também intervenção de elementos persas nesta complexa miscegenação, e nela influíram ainda as migrações bantús.

O grupo Swali vê-se distribuído nas áreas de Quionga e do Mucojo, postos costeiros em relação com os vales dos grandes rios Rovuma e Messalo.

Há ainda elementos Swalis em toda a costa, desde o Rovuma até António Enes, mas dispersos, sem constituírem núcleos significativos.

A etnia Swali terá sido o principal suporte do Islamismo em Moçambique.

Os primeiros elementos muçulmanos que vieram integrar-se naquele grupo étnico eram adeptos do Xiismo⁵², e o seu Islamismo sofreu de pronto profunda adaptação, integrando crenças e costumes da tradição dos autóctones. O sistema matrilinear seguido por estes, com claro predomínio da posição da mulher na representação mística do clã, acabou por ser adoptada pelos muçulmanos, ao contrário do apagado e diminuído papel que a mulher tinha nas sociedades árabes. As recíprocas influências espirituais havidas tornaram radicalmente muçulmanas as populações das áreas citadas, mas deram ao seu islamismo uma feição peculiar, em que, por certo, não tanto a fé, mas muito a disciplina e as normas de direito, hão-de ter sofrido deformadores ajustamentos à cultura das mesmas populações.

A existência e a expansão islâmicas em Moçambique caminharam com vicissitudes várias, contrariadas pela mentalidade com que os portugueses viam o Islão e pelo esforço de missão católica que começou a exercer-se logo no início da nossa ocupação, mas acabando, com o benefício de múltiplas circunstâncias favoráveis, por se consolidar e florescer até à pujante forma de hoje.

Entre aquelas circunstâncias favorecedoras contam-se a natural reacção às contrariedades causadas pelos portugueses, as nossas dificuldades políticas do século XVII, o esforço de islamização realizado pelos centros de difusão do Islamismo em África, o prestígio real, e por nós próprios manifestado, dos negros islamizados no confronto com os gentios, o constante e inequívoco

⁵² Muçulmanos heréticos. Constituem cerca de 8% do total dos muçulmanos.
Ver Supintrep nº 23 - QG/RMM - Outubro de 1967.

igualitarismo étnico sempre praticado pelos muçulmanos, o geral proselitismo dos comerciantes árabes e dos muçulmanos de algum destaque.

O ressurgimento islâmico em Moçambique acentuou-se no Século XVIII, com acção intensa dos Sunitas ⁵³, o que explica a relegação do Xiismo, com o qual começara o Islamismo naquela Província, para regiões mais a Sul, onde permanece em limitada extensão.

O Islamismo cobre apreciável área do distrito da Zambézia - regiões do litoral de Quelimane e Pebane, com acentuado alargamento no sentido Norte. Nos distritos de Moçambique, Niassa e Cabo Delgado, abrangeu grande parte das populações, podendo dizer-se que só não são muçulmanas ou muçulmanizadas as que constituem as manchas de influência das missões e as que integram o grupo étnico dos Macondes (...).

Como se disse, a grande massa da população islâmica de Moçambique é ortodoxa e pertence à Escola Chafiita ⁵⁴.

Merece ainda ser assinalada a comunidade Ismaelita de Moçambique, seita Xiita constituída essencialmente por comerciantes, o que a valoriza com o inerente poder económico.

Dentro do Xiismo, aquela comunidade insere-se na facção Haxixine que hoje tem como chefe espiritual o Príncipe Aga-Khan.

A comunidade Ismaelita reúne poucos milhares de adeptos (talvez 4 milhares), espalhados pela Província, mas constituindo núcleos mais definidos em Lourenço Marques e na Ilha de Moçambique, onde têm sedes provinciais.

Ao contrário do Catolicismo, e até do Protestantismo, intransigentes com concessões e adaptações que lhe afectam o seu conteúdo de Fé e o rigor da sua disciplina, o Islamismo mostra-se em Moçambique impregnado de costumes indígenas e mesmo de superstições de cobertura pelos seus cânones.

A aparente ausência de hierarquia na estrutura islâmica, em contraste, por exemplo, com a bem alicerçada e responsável hierarquia católica, explicará as deformações sofridas pela contextura da religião islâmica em Moçambique. Nela incidiram costumes, crenças e tradições em grau bastante para lhe dar uma feição diferenciada, sendo certo que hão-de estar em distinção marcada o Islamismo Moçambicano e o dos países de cuja cultura a ortodoxia islâmica tomou emanções.

Por isso se chega a falar em “Islamismo Moçambicano”.

⁵³ Muçulmanos ortodoxos - Englobam 91% do total de Muçulmanos. Ibidem.

⁵⁴ Escola de Direito Público. Apresenta diferenças em relação a outras escolas como a Hanafita entre os Muçulmanos ortodoxos. Ibidem.

A massa islâmica de Moçambique, ortodoxa, como se disse, tem enquadramento em “confrarias”. Estas, ligadas por preceitos constitucionais a obrigações de sigilo, são mal conhecidas. Estão sob superintendência dos seus Xehe⁵⁵, aos quais compete zelar pela pureza da fé e pela disciplina da observância dos preceitos religiosos. A superioridade reconhecida daqueles dignitários resulta da sua destacada sabedoria sobre o Corão.

Os Muçulmanos que em Moçambique não se agrupam em confrarias estão fora de qualquer enquadramento com centralização, constituindo-se em núcleos regionais, com chefes orientadores que são os que se mostram mais cultos, mais conhecedores e correctos interpretadores do Corão.

Estas diversas congregações visam sobretudo a organização e prática dos actos de culto e a continuidade do conhecimento corânico.

Parece que, recentemente, se notava uma tendência para a polarização de massas islâmicas em torno de dignitários com prestígio e capacidade de chefia.

Este movimento é de supor que só tome expressão ligado à Ilha de Moçambique, com tradição de centro irradiador de influência e controlo islâmicos.

Não há dados seguros sobre ligações e relações de influências entre os Muçulmanos de Moçambique e dignitários ou centros islâmicos estrangeiros.

Admite-se, no entanto, que existam contactos numa relação sistematizada.

Os ortodoxos de Moçambique pertencem, na sua grande maioria, à escola Chafiita⁵⁶, integrando-se praticamente os restantes na escola Hanafita⁵⁷.

Crê-se que os Chafaitas estejam ligados a Zanzibar.

Os Muçulmanos de mais prestígio da Ilha de Moçambique reconheciam certa suzerania ao Sultão de Zanzibar. Mas nada autoriza supor que essas relações fossem ou viessem a transformar-se numa dependência para além do campo religioso. O Sultão era apenas um prestigioso e responsável polo de contacto com o centro islâmico de Zanzibar. A influência e o comandamento espiritual, sempre no âmbito religioso, recebidos daquele centro pelos Chafaitas de Moçambique, tem sido uma realidade actuante e contínua a sê-lo.

É de Zanzibar que vêm ordens e instruções respeitantes ao culto e é ali que se recebem os mais altos graus de conhecimento corânico e formação islâmica, únicos factores que conferem efectiva ascendência nas sociedades muçulmanas.

⁵⁵ Xehe – Dirigente de confraria (Tariqa). Indivíduo dotado de poder espiritual e temporal. Os seus preceitos e ordens devem ser obedecidos mesmo contra as ordens da autoridade estabelecida no país onde se encontram. Ibidem.

⁵⁶ Uma das quatro “Escolas” que tiveram origem nas discussões travadas entre os adeptos dos diferentes sistemas jurídicos do Islamismo ortodoxo - Ibidem

⁵⁷ Idem.

Admite-se que a preparação religiosa obtida em Zanzibar é atestada pela atribuição de diplomas.

Os muçulmanos Hanafitas estarão ligados com o Paquistão, supondo-se que alguns tenham contactos com a União Indiana.

Os heterodoxos (Xiitas) são ismaelitas e reconhecem como chefe o Aga-Khan, seguindo fielmente a orientação dele provida.

Depois das ligeiras considerações apresentadas sobre a existência e maneiras de ser dos muçulmanos em Moçambique, podemos formular algumas conclusões:

- *O Islamismo em Moçambique tem feição característica*, com afectação da pureza da sua essência em proveito da inserção de crenças e tradições da cultura nativa das populações muçulmanas;

- *Não há uma unidade islâmica em Moçambique*. Mesmo na massa ortodoxa, as confrarias e os núcleos descentralizados fixam-se mais em âmbitos locais do que em relações extensas que dêem volume a comunidades. Os casos de dignitários de ampla influência só por virtude daquela sua qualidade são raros e mais restringidos a regiões de relação com a Ilha de Moçambique;

- *A agremiação religiosa é nitidamente orientada para a conservação da Fé e práticas de culto*, sem intenções que a projectem como uma organização social com normas cívicas ou preceitos jurisdicionais exclusivos;

- *As relações dos Islâmicos de Moçambique com o exterior fundamentam-se*, especialmente, na preocupação de cuidar da formação doutrinária;

- *A população islamizada de Moçambique*, pelo menos a sua volumosa massa ortodoxa, não constitui uma ou várias comunidades diferenciadas no conjunto social da Província, já que a sua religião a não remete para esquemas cívicos próprios, não a desviando do normal enquadramento nas contexturas tribais, nem de qualquer processo de integração plena nos esquemas e na condição da cidadania portuguesa”.

O Exército na Guerra Subversiva

A década de 50 do Séc. XX foi para as Forças Armadas Portuguesas uma época de profundas modificações conceptuais, técnicas e de mentalidade.

A adesão do país à NATO como membro fundador (Abril de 1949) originou compromissos que só poderiam ser respeitados com uma total

reorganização em especial do Exército, uma vez que a posição de neutralidade de Portugal durante a II Guerra Mundial não permitira qualquer evolução no sentido das novas doutrinas, equipamentos e armamento, fundamentalmente de origem americana.

Assim, a partir de 1953⁵⁸, começam a organizar-se as forças destinadas ao SHAPE⁵⁹, atingindo a única Grande Unidade levantada (a 3ª Divisão – Divisão Nun'Álvares) um apreciável grau de prontidão no fim da década.

Contudo, já em 1958 a situação internacional levava os Altos Comandos das Forças Armadas a preocupar-se com a segurança do Ultramar, o que levou à reorganização da estrutura militar ultramarina e à criação de Unidades especiais de utilização imediata que deram origem às Companhias de Caçadores Especiais. Destas, as quatro primeiras foram levantadas no primeiro semestre de 1960, sendo destacadas para Angola, três e para Moçambique uma, em Junho de 1960.

A partir deste ano de 1960 o grande objectivo do Exército deixa de ser o cumprimento dos compromissos assumidos para com a NATO e passa a ser a necessidade de defesa do Ultramar.

E, de facto, tudo muda radicalmente.

Desde o tipo de guerra a travar, que de convencional passa a subversiva, até ao tipo e dispositivo das Unidades e à doutrina aplicável, a mudança é total e torna-se necessário começar quase tudo de novo, embora a experiência adquirida em muitas áreas continuasse relevante.

Assim, se para o esforço realizado na década de 50 tinham sido essenciais o Campo Militar de Stª Margarida e a doutrina americana, nas décadas seguintes, são o Centro de Instrução da Operações Especiais (CIOE), fundado em 1960, em Lamego, e a doutrina produzida com base em experiências alheias (França, Reino Unido e EUA) e na nossa própria experiência, que serão fundamentais.

A doutrina ficou expressa numa publicação essencial e notável – “O Exército na Guerra Subversiva”, editada pelo Estado-Maior do Exército.

Este documento era constituído por 5 partes, a saber:

- I – Generalidades
- II – Operações contra bandos armados e guerrilhas
- III – Acção Psicológica
- IV – Apoio às autoridades civis
- V – Administração e Logística

⁵⁸ Ver “Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português” na década de 50 – Estado-Maior do Exército – Lisboa, 1988.

⁵⁹ Supreme Headquarters Allied Powers in Europe.

Além das questões técnicas, eram enfatizados vários conceitos essenciais e específicos deste tipo de guerra, tais como:

- Guerra Subversiva – “Luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas com a finalidade de lhe retirar o controle desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção”⁶⁰.
- “A solução desses conflitos (subversivos) não poder nunca ser obtida, unicamente, pelas Forças Armadas e ser preciso, consequentemente, argumentar contra todos aqueles que a pretendam conseguir dessa forma, isto é, que pretendam atirar sobre as referidas forças uma responsabilidade com que estas não podem arcar”⁶¹.
Tratava-se de lembrar, oportunamente, que a subversão, como a contra-subversão, se combatiam, igualmente, nos campos diplomático, social, económico, político, psicológico, cultural e religioso, tendo estes campos importância pelo menos equivalente ao militar no desfecho da guerra.
- Que a primeira das características fundamentais da guerra subversiva é de que se trata de “uma luta pela população e não contra a população”⁶².
Daqui resultava a necessidade de uma eficaz Acção Social, base de uma apropriada e contínua Acção Psicológica, aspectos em que as Forças Armadas se empenharam denodadamente durante todo o conflito.

Poderemos dizer que a publicação “O Exército na Guerra Subversiva” permitiu a unidade da doutrina em todos os teatros de operações e foi o fundamento de uma forma humanizada de fazer a guerra, que nos distinguiu, e que nem alguns episódios infelizes puderam obliterar.

⁶⁰ O Exército na Guerra Subversiva - Generalidades - Cap I, pág. 1.

⁶¹ O Exército na Guerra Subversiva - Generalidades - Introdução, pág. XI.

⁶² Ibidem - Cap II - Luta contra a Subversão, pág. 1.

CAPÍTULO II

AS NOSSAS FORÇAS

Introdução

Este parágrafo é, parcialmente, baseado no trabalho “Moçambique - Trabalho de Estratégia”, apresentado no âmbito do Curso de Estado-Maior no ano lectivo de 1961/62. Elaborado com extremo rigor, apresenta contudo, conceitos, estratégias, afirmações e terminologias próprias da época, agora claramente ultrapassados.

A importância estratégica e militar de Moçambique

No quadro nacional

“No conjunto ultramarino português, e em termos globais, Moçambique com os seus 785.000 Km² detinha cerca de 37% da sua superfície territorial, ocupando o 2º lugar entre as províncias ultramarinas portuguesas.

Sob o ponto de vista demográfico, com mais de 6 milhões de habitantes, representava 54% do nosso potencial humano em África e 48% do ultramarino em geral, não obstante ser, depois de Angola, o território português de mais baixa densidade populacional: 7,5 hab / Km².

Era, por conseguinte, a mais populosa das nossas províncias ultramarinas, facto que convém salientar por poder constituir apreciável fonte de recrutamento militar.

A sua economia, altamente dominada pela agricultura e embora com uma actividade industrial em desenvolvimento, encontrava-se em plena evolução e oferecia perspectivas animadoras.

No que se refere a comunicações, o II Plano de Fomento deu primazia absoluta à construção de estradas, a que destinou a verba, então apreciável, de quase um milhão de contos.

Assim, a Província de Moçambique, em progressivo desenvolvimento material e social, oferecendo vastos recursos de uma numerosa população, de um solo e subsolo produtivos e ricos, e de uma economia florescente, tinha possibilidades potenciais que lhe permitiam uma contribuição substancial no conjunto da defesa nacional.

A Moçambique, pela situação que ocupava na costa oriental de África, incumbiria, normalmente, o auxílio económico e o apoio militar na defesa das Províncias do Oriente, missão esta que, em confronto com a de Angola, em relação ao agrupamento atlântico ocidental (Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe), se tornava mais difícil, não só pelas enormes distâncias que a separam daqueles territórios, como também pelas fracas possibilidades de defesa militar dessas parcelas.

Moçambique formava com Angola e a Metrópole um vasto triângulo, sustentáculo da defesa nacional no conjunto de cada um dos potenciais humano, económico, financeiro e militar, de cuja coesão muito havia a esperar para o fortalecimento do potencial defensivo e progresso do País.

A sua importância no quadro nacional implicava que sobre aquelas duas Províncias Ultramarinas devesse recair todo o esforço para as dotar com os meios indispensáveis ao desempenho da pluralidade das missões defensivas que lhe competiam.

Dispondo de ligações com a Metrópole, por via marítima e aérea, dotada de bons portos de mar e parte integrante e valiosa do potencial de guerra nacional, Moçambique confinava com alguns países de que se podia esperar colaboração em caso de guerra convencional ou subversiva¹.

No quadro geopolítico africano

A importância da África na conjuntura internacional, em 1962, residia no facto de haver fortes probabilidades de nela ser decidido se o domínio do mundo viria a pertencer ao bloco ocidental ou oriental.

Com efeito, se no aspecto económico o continente africano é uma das maiores fontes de matérias primas do globo, no aspecto geoestratégico constitui uma posição central de vital importância, verdadeira fortaleza que ameaça continuamente, o flanco sul da Europa e que assegura o domínio do Atlântico Sul e as ligações deste com o Índico, no caso de interrupção da navegação pelo canal do Suez.

Á ideia dos finais do século XIX, de “África destino da Europa” sobrepõe-se, pois, hoje, a ideia de “África, destino do Mundo”.

Uma longa série de problemas, quer de ordem interna, tais como a transformação da estrutura económica e social das populações nativas, a questão racial, os movimentos associativos, a expansão político – religiosa do Islão, os surtos nacionalistas, a infiltração comunista e a expansão indo –

¹ Na época, República da África do Sul e Rodésias.

asiática, constituíram um perigo real a que houve que opor vigorosas medidas de defesa do continente africano, para salvaguardar a civilização ocidental.

Por outro lado, a ameaça do movimento pan-africano impulsionado pelo bloco oriental dentro da ideia da realização universal da ordem marxista e, paradoxalmente, apoiado por alguns países do bloco ocidental arvorados em paladinos do liberalismo com que mascaram interesses sobretudo de natureza económica, implica que ao estudar-se a defesa de Moçambique se considere não só o seu aspecto individualizado, mas também como integrado num conjunto interessando todos os países do Sul de África, incluindo neles Angola.

Embora o dispositivo de defesa do continente africano obedeça, nas suas linhas gerais, aos factores geo-físico, humano e económico (...) o que interessa é que, realmente é na África Central e do Sul que se situa a zona principal de defesa do conjunto africano, não só por ser a região mais extensa e rica, mas também porque, em virtude da contínua perda de posições das potências ocidentais em África, cada vez se vai deslocando mais para Sul o centro de gravidade do sistema defensivo.

Trata-se, portanto, de um vastíssimo plano de conjunto de defesa que exigiria a comparticipação de todos os territórios africanos interessados. Moçambique, pela sua situação geográfica de entrada natural e directa para a África Central e Austral, dispondo de numerosos e excelentes portos de mar, com linhas férreas e estradas em ligação com as grandes vias de comunicação africanas, e de acordo com a boa política de vizinhança com a África do Sul e as Rodésias, tinha necessariamente de prever a sua cooperação na defesa do Continente Africano, a qual condicionará a sua organização de defesa militar que terá de satisfazer a uma dupla missão:

- a que lhe é imposta pela segurança e defesa de integridade do território nacional;
- a que lhe é exigida pela política militar de defesa do continente africano, em particular dos países vizinhos”.

O Teatro de Operações de Moçambique

Generalidades

“O continente africano, nesta segunda metade do século XX foi influenciado profundamente por um conjunto de factores que, em síntese, deram lugar a dois problemas fundamentais:

- o anticolonialismo;
- a evolução económica, social e política.

No que se refere ao anticolonialismo, derivado essencialmente da projecção de três movimentos – imperialismo militar e doutrinário do bloco comunista, expansão indo-asiática e mercantilismo ideológico americano, - o factor mais saliente da conjuntura em África traduziu-se por uma forte propaganda comunista, perante a indiferença e a aceitação da quase totalidade dos países do bloco ocidental. Tal propaganda fomentava e apoiava todos os movimentos subversivos tendentes a expulsar de África os países chamados colonialistas.

Quanto à evolução africana, ela revestia a forma de um surto nacionalista, apoiado por fortes movimentos associativos de carácter religioso, mutualista e político, que provocou no Continente Africano uma situação tal que, hoje, poucos são já os territórios ultramarinos, além dos portugueses, sujeitos a uma soberania europeia.

Como consequência destes movimentos, os nossos territórios ultramarinos encontravam-se praticamente rodeados por comunidades já independentes ou prestes a sê-lo.

No que respeita a Moçambique, tem especial relevância a evolução político-social que se está verificando nos territórios das Rodésias, Niassalândia e Tanganica, cujas repercussões podem constituir uma séria ameaça. É o que se verifica, presentemente, quanto ao Tanganica que tem difundido reivindicações territoriais acerca da vasta zona do Norte da Província, até ao Rio Lurio. (...)”

Conceito geral de defesa

“A luta contra a subversão, fundamentalmente na sua fase preventiva, é um problema que transcende o âmbito puramente militar, revestindo um carácter geral que engloba a conjugação de várias acções, tais como a social, psicológica e política, além da militar.(...)”

Interessa, no entanto, realçar que, sendo a guerra subversiva uma guerra que se desenvolve em superfície e que tem por principal objectivo a conquista das populações, tornava-se evidente a necessidade de criar um dispositivo que permitisse um efectivo controlo dessas populações. Por outro lado, como na luta contra a subversão não há problema militar que não apresente incidência civil, há toda a vantagem na justaposição das hierarquias militar e administrativas. Porém, adoptando-se integralmente tal solução, seríamos conduzidos a uma pulverização dos meios militares em oposição às necessidades resultantes duma guerra convencional, pelo que havia que adoptar uma solução de compromisso.”

Missões gerais das Forças Armadas

“Além da função técnica de recrutamento e preparação para a guerra dos contingentes normais, as Forças Armadas tinham por missão:

- manter a soberania nacional, garantindo a sua integridade contra quaisquer ameaças vindas do exterior e cooperar na satisfação dos compromissos internacionais;
- garantir a manutenção da ordem pública, em colaboração com as autoridades administrativas e forças de polícia, por forma a manter a segurança interna;
- cooperar na defesa de outras parcelas do território nacional, com forças expedicionárias;
- difundir o conhecimento da língua portuguesa entre os incorporados e contribuir para que todas as praças possam aumentar o seu nível cultural.

Consequentemente, podem distinguir-se dois grupos de objectivos: um, que diz respeito à manutenção da soberania, da paz e da ordem, outro, que visa a acção civilizadora.

Interessa-nos principalmente considerar o primeiro grupo de objectivos, embora tenhamos sempre que considerar o outro, visto que ambos se influenciam mutuamente.

No primeiro grupo, há ainda como aspectos a considerar o da segurança externa e o da segurança interna.

Assim, além da previsão normal de uma possível acção do inimigo externo e consequentes objectivos a defender e meios a utilizar, tem que se encarar também a defesa interna contra a subversão.

Isto obrigar-nos-á a ter de considerar não só um número mais elevado de objectivos, espalhados pela vastidão imensa da Província, mas ainda a carência de comunicações fáceis e rápidas entre eles.”

Visão Operacional de Moçambique nos primeiros 50 anos do Séc. XX

Moçambique, com uma longa fronteira terrestre, uma extensa costa e um território que se estende, comparativamente de Lisboa a Munique, nunca dispôs de uma quadrícula de meios de defesa terrestres, e também navais ou aéreos, condizentes com a sua extensão e prováveis ameaças.

Assim, até ao início da I Guerra Mundial é referida² a existência de cerca de 3 Companhias Indígenas de Infantaria, do Corpo da Guarda Republicana de Lourenço Marques com uma Companhia Europeia de Infantaria (montada) e outra Indígena e ainda 2 Companhias Indígenas da Companhia do Niassa e do seu Corpo de Polícia³.

Estes parcos efectivos são progressiva e rapidamente aumentados após o início da Primeira Guerra chegando, no fim do conflito, a 30 Companhias de Infantaria I (Indígenas), 6 Baterias de Artilharia I, 2 Baterias de Artilharia de Montanha I e 1 Companhia da Guarda Republicana.

A estes quantitativos juntaram-se os efectivos das quatro expedições oriundas da Metrópole que, com início em 1914 e até 1917, reforçaram o território num total geral de 18.483 homens⁴.

A Marinha mobilizou o “Batalhão da Marinha Expedicionário a Moçambique” que saiu de Lisboa em Junho de 1918 e regressou em Março de 1919⁵.

Terminada a I Guerra Mundial, e com o regresso à Metrópole do pessoal expedicionário de novo se reduzem os efectivos.

Assim, a organização Militar em Moçambique era, em 1935⁶, a seguinte:

- 1 QG, 1 Inspeção das Unidades, 10 Companhias Indígenas de Infantaria, 2 Companhias Indígenas de Metralhadoras, 1 Bateria Mista de Artilharia, 1 Esquadrão de Dragões, Estabelecimentos Militares e Banda de Música num total de 105 oficiais, 146 sargentos e 2.439 praças.

Anotar-se, contudo, que no início da II Guerra Mundial (1939 a 1945), além destas Unidades, existiam a Escola de Quadros Militares, 2 Companhias Indígenas de Engenhos, 1 Bateria Ligeira auto, uma Unidade de Instrução de Engenharia, Depósitos e Companhias de Depósito e Recrutamento⁷.

A situação decorrente da Guerra levou a que fossem destacados para reforço da Província, de 1940 a 1944, 4 Batalhões de Infantaria Metropolitanos⁸.

² História do Exército Português Volume III – Lisboa 1994.

³ Estava-se muito longe do preconizado no projecto de reorganização das Forças Armadas Ultramarinas constante do decreto publicado na Ordem do Exército nº 17 – 1ª Série de 21 de Novembro de 1901, pág. 377. Este previa para Moçambique, além de 10 Companhias indígenas, as seguintes unidades europeias: Uma bateria mista de Artilharia de montanha e guarnição; uma companhia mista de Artilharia de montanha e infantaria; uma companhia mista de Artilharia de guarnição e infantaria; dois esquadrões de Dragões; duas companhias de Infantaria; um Corpo de Polícia.

O seu efectivo total poderia oscilar entre o mínimo de 877 e o máximo de 1556 homens.

⁴ Ibidem pag 233. De notar que o total dos efectivos deslocados nunca estiveram em conjunto no Teatro de Operações devido às rendições das sucessivas expedições.

⁵ Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico – Caixa 1353.

⁶ História do Exército Português – Volume III – Lisboa, 1994 - pag 455.

⁷ Ibidem pag 461.

⁸ Ibidem pag 461/2.

Tornou-se, ainda, necessário assegurar a defesa dos seus três principais portos, Lourenço Marques, Beira e Nacala e dos eixos ferroviários que os ligavam aos países do interior, União Sul Africana, Rodésia do Sul e Malawi, para o que se instalaram na região de Lourenço Marques baterias de costa e antiaéreas para defesa do porto, da cidade e das próprias baterias, previu-se a colocação de redes anti-torpédicas e anti-minas e estudou-se a organização do Comando e Defesa, do Serviço de Transmissões e dos postos de observação, etc. Estas medidas foram extensivas aos portos da Beira e Nacala.

A Marinha tinha a sua organização baseada no Departamento Marítimo da Província, nas Capitânias dos Portos e nas Delegação Marítimas. Existiam, igualmente, Estações Radiotelegráficas e Brigadas Hidrográficas.

Com excepção das canhoneiras do Zambeze, das quais só uma restava no princípio da década de 1950, não havia meios navais em permanência em Moçambique, apenas se verificando a presença naval pela visita de navios em trânsito em especial para o Oriente ou em missões de soberania⁹.

A Aeronáutica Militar era inexistente.

A II Guerra Mundial empenhou, ainda, Moçambique na projecção de forças para defesa dos três territórios do Oriente, Timor, Estado da Índia e Macau, sendo a ênfase no entanto, para a defesa de Timor.

A publicação da Lei 2060 de 3 de Abril de 1953 (Lei da Organização Geral, Recrutamento e Serviço Militar das Forças Terrestres Ultramarinas), além de especificar o conceito e missões destas Forças, determinava a sua subordinação ao Ministro do Exército (Base III, parágrafos 2º e 3º) bem como tornava comuns às forças metropolitanas e ultramarinas “os princípios que regem a instrução táctica e técnica das tropas, bem como o seu emprego em campanha”¹⁰.

Eram igualmente indicadas, na Base VII “as forças terrestres ultramarinas normalmente estabelecidas em tempo de paz” e que, para Angola e Moçambique compreendiam:

- Quartel General
- 3 Regimentos de Infantaria (a dois Batalhões)

⁹ Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico – documentação avulsa.

¹⁰ Alteravam portanto o disposto no Artº 2º da Lei 1960 de 1 de Setembro de 1937 (Lei da Organização do Exército) que, no seu artº 2º preconizava: (...)“o conjunto das Forças Metropolitanas constitui o exército metropolitano; o conjunto das Forças Coloniais constitui o exército colonial”. Mais tarde, no Decreto-Lei 42.564 de 7 de Outubro de 1959 (Organização Geral do Ministério do Exército) artigo 3º se afirma (de novo) que “o Ministério do Exército superintende, em todo o Território Nacional, na preparação, administração, mobilização e manutenção das forças terrestres e intervém (...) no planeamento geral das operações (...)”.

- 4 Grupos de Artilharia
- 1 Grupo de Cavalaria Motorizado
- 1 Batalhão de Engenharia
- 1 Companhia de Saúde
- 1 Companhia de Subsistência
- 1 Escola de Quadros
- 1 Depósito de Material de Guerra
- 1 Depósito de Material de Administração Militar
- 1 Depósito Disciplinar
- 1 Casa de Reclusão
- 1 Tribunal Militar

O Decreto-Lei nº 39 541 de 16 de Fevereiro de 1954 “procura assegurar às forças militares das Províncias Ultramarinas uma organização permanente que lhes permita o satisfatório desempenho das suas missões”.

“A organização das forças terrestres ultramarinas (...) fundamenta-se (...) na orgânica e nos meios das Unidades correspondentes da Metrópole (...)”

Os quadros orgânicos publicados por este DL envolviam um efectivo de cerca de 9 500 homens, dos quais perto de 8 000 do recrutamento da Província. Julga-se que este número nunca foi atingido.

Mais tarde, “tendo a experiência demonstrado a conveniência de serem alteradas as disposições de 16 de Fevereiro de 1954, a fim de nalguns casos se tornar mais económica a organização militar ultramarina e noutros se obter uma organização mais eficiente e adaptada às necessidades militares das horas presente” é publicado o DL nº 41.577 de 2 de Abril de 1958¹¹ que, além de outras disposições, indica as forças terrestres constituídas em tempo de paz nas diferentes províncias ultramarinas.

Para Moçambique eram considerados:

- Quartel General
- 3 Regimentos de Infantaria
- 3 Grupos de Artilharia de Campanha
- 1 Grupo Ligeiro de Artilharia Antiaérea
- 1 Grupo de Artilharia de Guarnição
- 1 Bateria de Artilharia de Defesa de Costa
- 1 Grupo de Reconhecimento (Dragões)

¹¹ Ordem do Exército nº 2 – 1ª Série de 31 de Maio de 1958.

- 1 Batalhão de Engenharia
- 1 Companhia de Saúde
- 1 Companhia de Intendência
- 1 Escola de Aplicação Militar
- 1 Depósito de Material de Guerra
- 1 Depósito de Material de Intendência
- 3 Centros de Recrutamento e Mobilização
- 1 Depósito Disciplinar
- 1 Casa de Reclusão
- 1 Tribunal Militar Territorial

Caracterização sintética da R.M.M. em 1960

No trabalho que temos vindo a referir, “Moçambique – Trabalho de Estratégia” foi elaborada uma caracterização das condições oferecidas pela Província de Moçambique no que respeitava a meios humanos e materiais susceptíveis de influenciar a conduta de futuras operações a realizar no território.

Por se considerar ter muito interesse para a avaliação da situação que existia em 1960, transcreve-se na íntegra:

- “A quantidade de pessoal instruído, já na disponibilidade, e o baixo grau de cultura não permitem a organização e a mobilização de forças militares apreciáveis.
- Há necessidade de recorrer a 8 classes indígenas¹² para obter efectivos da ordem duma divisão(...);
- Numa emergência e temporariamente, o parque automóvel de Moçambique permite suprir uma possível falta de viaturas militares.
- A fronteira terrestre é, em quase toda a sua extensão, aberta e permeável. A maior parte do traçado é puramente convencional, sem qualquer valor militar.
- A costa permite o desembarque de pequenos efectivos, embora os desembarques de envergadura tenham que ser condicionados aos portos de mar que existem em grande número.
- Os melhores portos para desembarque de tropas, material e abastecimentos são os de Lourenço Marques, Beira, Moçambique, Nacala e Porto Amélia. De importância secundária, mas também

¹² Classes de incorporação, ou seja os incorporados em oito anos.

permitindo desembarques, existem os portos de Quelimane, Inhambane, António Enes, Chinde, Ibo e Mocimboa da Praia.

- Os principais objectivos militares da Província são Nampula, Beira e Lourenço Marques. (...)
- A Província dispõe de boas condições naturais para a instalação de base aéreas e navais.
- Em virtude de escassez das vias de comunicação rodoviárias, assumem importância especial os caminhos de ferro e as ligações aéreas e marítimas.
- A Província dispõe de numerosos aeródromos, alguns dos quais permitem a aterragem de aviões de transporte tipo DC-3 ¹³ e superiores. (...)
- A região a Norte do rio Zambeze, sobretudo nas zonas que confinam com os territórios de Tanganica, Niassalândia e Rodésia do Norte, é a mais perigosa no que respeita a possíveis alterações da ordem pública, em resultado da infiltração de ideias e agentes subversivos e do fraco enquadramento por população branca. No entanto, Lourenço Marques, capital da Província, atendendo ao quantitativo e natureza da sua população indígena, relativamente evoluída, também pode constituir um foco perigoso de rebelião.
- Embora os modernos meios de transporte permitam levar relativamente depressa destacamentos militares a qualquer ponto da Província, as distâncias a vencer, o terreno, as condições atmosféricas, a deficiente rede de comunicações e as características da maioria dos actuais campos de aviação, obrigam à permanência de forças militares disseminadas a fim de manterem a ordem e garantirem a segurança das populações.
- As missões impostas às Forças Armadas e o estudo geográfico-militar da Província, parecem conduzir a uma solução de compromisso entre dois conceitos antagónicos – o da concentração e o da dispersão de forças – a que corresponderão, fundamentalmente duas categorias de acções-defesa.

Contudo, para a segurança interna, será necessário que as forças concentradas actuem como reserva à disposição do Comando para serem utilizadas em reforço das forças locais, nos pontos ameaçados.

¹³ Avião bi-motor, de origem americana, muito utilizado na II Guerra Mundial. No fim desta, foi utilizado por inúmeras companhias aéreas, entre as quais a Divisão de Exploração dos Transportes Aéreos (DETA), em Moçambique.

Em contrapartida, para a defesa externa, as forças dispersas serão complemento indispensável à actuação das concentradas, visto que serão elas que farão a cobertura destas.

Daqui se verifica que, na prática, os dois conceitos aparentemente antagónicos – concentração e dispersão – vêm a ser complementares um do outro”.

A defesa de Moçambique – Directivas iniciais

As preocupações já existentes no Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN) quanto à possível evolução da situação no Ultramar dão origem, no que respeita a Moçambique, a duas Directivas: a nº 6 datada de 25 de Fevereiro de 1961 (Anx A) e a nº 9, datada de 03 de Maio de 1961 (Anx B).

A primeira, com o título “Para a segurança e defesa da Província de Moçambique, contra incursões de fronteiras e sublevações internas”, era assinada pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Beleza Ferraz e tem a indicação de ter sido aprovada pelo Ministro da Defesa Nacional, ao tempo, o General Botelho Moniz.

Era dirigida ao Comando-Chefe de Moçambique e nela, após uma breve síntese do que poderia ser a evolução da situação em África com efeitos negativos em Moçambique, enunciava-se como missão geral “Promover as medidas possíveis e necessárias para garantir a manutenção da ordem no território da Província de Moçambique ...” e dava orientações para a sua execução.

Assim, no “Conceito de Acção” era intenção do SGDN “completar a organização militar já em curso e constituir uma reserva com Unidades destacadas da Metrópole, reforçar os meios navais e instalar a Força Aérea ...”, além de outras medidas.

Na “Missão” é de salientar:

- “estabelecer um sistema de vigilância e informação que, tanto quanto possível, cubra todo o território da Província, em especial nas fronteiras com o Tanganica e Niassalândia...”;
- “repelir vigorosamente os agentes perturbadores ou suspeitos que pretendam entrar pela fronteira terrestre...”;
- “assegurar a todo o custo a manutenção da ordem pública e a posse dos órgãos vitais da administração e da economia...”;

São igualmente pormenorizadas as normas como deverá ser orientada a “conduta da repressão” se para tal houvesse necessidade.

É de referir a preocupação expressa de “manter a todo o custo” os aeródromos de Lourenço Marques e Beira bem como as estações rádio que operavam circuitos a longa distância.

A segunda Directiva, a nº 9 – “Para a Segurança e Defesa de Moçambique” – é emanada praticamente dois meses depois (3 de Maio de 1961) e na sequência dos acontecimentos que motivaram a exoneração do General Botelho Moniz e do General Beleza Ferraz. É emitida pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Gomes de Araújo, e dirigida ao Comandante Chefe de Moçambique.

Nela é expresso o “pensamento” do CEMGFA quanto à constituição de um “dispositivo de protecção” (mais tarde viria a designar-se de “quadricula”), que envolveria não só a “ocupação” mas também “o reconhecimento e limpeza da sua área” e um “dispositivo de intervenção” constituído pelas tropas “mais instruídas e especializadas”.

Indica igualmente os reforços que a Guarnição Militar irá receber (“com partida a 25 de Maio próximo, Julho, Setembro e Novembro ou Dezembro se necessário”) e que serão alterados e de alguma forma reduzidos conforme o Aditamento nº 1 à Directiva nº 9 de 10 de Maio de 1961 (Anx C).

Solicita, igualmente, a indicação das necessidades da RMM em órgãos de serviços ou outros e o envio do “Plano de Operações” para o emprego conjunto dos meios à sua disposição.

É igualmente expressa a preocupação do Presidente do Conselho e Ministro da Defesa Nacional para que fossem garantidas as colheitas, evitado o isolamento de qualquer parcela de território, para que não pudesse ser tentada a criação aí de um “Governo” por parte dos terroristas, e garantida a “segurança dos centros e regiões importantes, das actividades básicas e dos elementos fundamentais das infraestruturas – portos, aeroportos, centrais eléctricas, caminhos de ferro, etc.”.

Dá, igualmente, orientações para as operações da Marinha e da Força Aérea.

Medidas militares tomadas em Moçambique no início da década de 1960

Generalidades

A evolução da situação de Portugal no que respeitava à sua política Ultramarina e à segurança dos respectivos territórios não deixava de se deteriorar desde meados dos anos 50.

Assim, quer na ONU, onde os ataques eram permanentes e os aliados cada vez mais escassos, quer no Estado da Índia onde o terrorismo fizera a sua aparição acompanhando manifestações ditas pacíficas dos “Satiagray”; a situação era preocupante e com a tendência para o agravamento.

De facto, os acontecimentos ocorridos em Angola e na Índia em 1961 e na Guiné em 1963 vieram confirmar, da pior forma, essa tendência, tornando óbvio que, mais cedo ou mais tarde, o mesmo aconteceria em Moçambique.

Assim sendo tornava-se imperioso reforçar e reorganizar o dispositivo militar, quer pela utilização de meios locais disponíveis, quer pelo reforço em meios materiais e humanos oriundos da Metrópole. Quanto a estes, a chegada a Moçambique de quadros militares (oficiais e sargentos) que haviam servido na Divisão Nun'Alvares, sedeadada no Campo Militar de Sta Margarida, e onde já se tinha atingido um elevado grau de operacionalidade e de capacidade de planeamento, permitiu que se executassem com maior celeridade trabalhos essenciais, tais como:

- reorganização do QG e dos Serviços;
- reorganização de Unidades e complemento do seu quadro orgânico;
- planeamento operacional, dividindo a Região Militar de Moçambique¹⁴ em três Comandos Territoriais¹⁵ (Norte, com sede em Nampula, Centro, com sede na Beira e Sul, com sede em Lourenço Marques), onde se incluía o reforço de Unidades Metropolitanas;
- colaboração com a Força Aérea, preparando as infraestruturas que se consideravam necessárias para apoio do planeamento operacional terrestre previsto.

Em Junho de 1960 segue para Moçambique uma Companhia de Caçadores Especiais (a 64^a) a que se seguem, em Março de 1961 mais duas (a 79^a e a 80^a), outras se seguindo em 1962¹⁶, apesar da necessidade premente e contínua de reforço do TO de Angola.

Igualmente, em fins de 1961, Moçambique começa a receber Unidades constantes do planeamento realizado o que permite a estruturação dos Comandos Territoriais¹⁷.

São, igualmente, recebidos reforços no âmbito da Logística em especial de Intendência, Serviço de Saúde e Serviço de Material.

Não estava, contudo, a RMM inactiva enquanto se esperavam os reforços solicitados.

¹⁴ Criada em 1960 – DL 43 351 de 24Nov. Era a 4^a Região Militar.

¹⁵ Relatório da situação da RMM referido a 01Fev63 – História do Exército Português – 4^o Vol, pag 73 e seguintes.

¹⁶ Rio Carvalho – Manuel – As Companhias de Caçadores Especiais – Jornal do Exército nº 412 – Abril de 1994.

¹⁷ Resenha Histórico-Militar – 4^o Volume – RMM – carta da situação referida a 1Fev63, pag 78.

Assim, tendo em vista a obtenção de Informações sobre o “meio” e, também, para a habituação do pessoal às condições de vida no “mato” começavam a ser executados, logo no início de 1959, os chamados “Reconhecimentos”¹⁸.

Os Reconhecimentos

Iniciados em meados de 1959, depois de vencidas dificuldades de vária ordem, em especial escassez de verbas disponíveis, logo nesse ano foram percorridos cerca de 47.000 Km e empenhados cerca de 2.200 militares dos quais cerca de 360 eram oficiais e sargentos.

Em 1960 o número de quilómetros percorridos aumentou para mais de 110.000, aumentando também os efectivos empenhados.

Assim, só neste biénio foram efectuados cerca de 189 reconhecimentos, normalmente de efectivo de secção reforçada mas de comando de oficial, atingindo-se zonas até então não visitadas, e permitindo, desta forma, o contacto com as populações autóctones.

Há que referir, contudo, que, de início, esta actividade produziu algumas reacções negativas no meio civil, em especial junto das Autoridades Administrativas certamente porque junto dos nativos aparecia agora outra Autoridade, a Militar, que passavam, igualmente, a reconhecer.

Contudo as actividades de reconhecimento e contacto com as populações continuaram a constar do Plano de Actividade Operacional (PAO) das Unidades da RMM.

De todos os reconhecimentos efectuados é no entanto de destacar pela sua dificuldade, extensão, risco e manifestação de presença militar nos mais recônditos pontos do território, o reconhecimento do rio Rovuma¹⁹ realizado de 27 de Julho a 16 de Setembro de 1960.²⁰

Esta acção teve a seguinte missão:

- reconhecer o R. Rovuma, desde Mitumoni a Negomano nos aspectos físico e humano;
- obter informações sobre as populações autóctones ribeirinhas e seu estado psicológico em relação à soberania Nacional;
- efectuar “acção psicológica” e de presença junto destas populações, no sentido da sua protecção contra influências ou agitadores vindos do exterior.

¹⁸ Depoimento do General Sacadura Moreira da Camara (CEM/RMM de DEZ58 a 1962).

¹⁹ Não existia actividade militar na região desde a I Guerra Mundial.

²⁰ Relatório sobre “Reconhecimento Militar do rio Rovuma” – 2ª Rep/QG/RMM.

Tomaram parte no reconhecimento fluvial (onde foi utilizado um barco de borracha com 3 metros por 1,5 metro) (fig. 1) dois oficiais (1 Cap e 1 Alf), um 1º Cabo Miliciano e um Cabo I²¹ da Companhia de Vila Cabral, acompanhados de um guia autóctone.



Figura 1 – Bote de borracha em que foi executado o reconhecimento

A acção fluvial foi apoiada por colunas auto (Vila Cabral – Mitomoni e Vila Cabral – Nego-mano) e foi acompanhado por terra por uma coluna de carregadores.

No reconhecimento fluvial foram percorridos 467 Km em cerca de 155 horas de navegação. As médias horárias foram de cerca de 3 Km/h e foram percorridos, em média cerca de 17 Km/dia.

A população contactada, embora receosa, de forma alguma se mostrou hostil tendo manifestado como aspirações mais urgentes as da instalação de cantinas, escolas, hospitais e vias de comunicação.

Em virtude dos resultados obtidos, a 2ª Rep/QG/RMM propôs que “em 1961, se repita este reconhecimento a fim de, não só concretizar e melhorar os elementos obtidos, como também e fundamentalmente, por se tratar de um reconhecimento de excepcional valor no sentido de afirmarmos a nossa soberania numa região que faz fronteira com um dos novos países africanos que em 1961 deve adquirir a sua total independência²² e em consequência, todas as manifestações de presença do Exército devem ser não só mantidas como incrementadas”.

O Relatório Anual do Serviço de Informações Militares (1960/1961) elaborado pela 2ª Repartição do Quartel General da Região Militar de

²¹ O pessoal que tomou parte no reconhecimento foi:

Cap de Infantaria Nuno Sebastião B.S. Valdez Thomaz dos Santos

Alf Infantaria José Medina Ramos

1º Cabo Miliciano Cândido da Rosa Calvário

1º Cabo I João Jones

²² A Tanzânia.

Moçambique e referido a 1 de Março de 1962, contém elementos estatísticos relevantes para a apreciação da actividade dos “Reconhecimentos” naquele período e que constam do quadro seguinte:

RECONHECIMENTOS	ANOS	
	1960	1961
Tipo:		
- Auto	108	374
- Apeados	54	149
- Fluviais e marítimos	1	11
TOTAL	163	534
Duração dos Reconhecimentos	1960	1961
TOTAL	862 dias	3.141 dias
Quilómetros percorridos	1960	1961
- Auto	108.680	340.327
- Apeados	4.149	13.177
- Outros	300	2.000
TOTAL	113.129	355.504

É, assim, notório o incremento dos “Reconhecimentos” de 1960 para 1961.

A existência de um relatório de reconhecimento auto, numerado 9/62 e realizado na região Beira-Inhamitanga-Massara Gouveia e, ainda Vila Machado-Bué Maria e Vila Paiva de Andrade por forças do Regimento de Infantaria da Beira ²³ demonstra que os reconhecimentos se mantiveram activos pelo menos até aquele ano de 1962.

É de salientar a enorme quantidade, e pormenor, das informações recolhidas sobre itinerários, estado de espírito das populações, situação económica e outros contidos neste relatório.

As “Equipas de Caça”

Igualmente com a missão de obtenção de Informações e contacto com as populações foram organizadas as designadas “Equipas de Caça”.

²³ Durante um período de alguns anos e para dar cumprimento ao disposto na Lei 2060 de 03 de Abril de 1953 (ver neste capítulo) as Unidades de Infantaria com sede em Boane, Beira e Nampula foram designadas por Regimentos.

Eram constituídas por militares trajando civilmente que se deslocavam em viaturas militares descaracterizadas, com matrículas civis e pintadas com cores variadas e equipadas com meios de comunicação rádio. Actuaram particularmente no Norte do território.

Em 1962 foram criadas as chamadas “Equipas especiais de Informações” que mais não eram que uma evolução das anteriores.

Estas equipas iniciaram a sua actuação no terreno em 1963, tendo por missão:

- vigiar as linhas de infiltração da fronteira norte;
- obter informações sobre actividades subversivas na área;
- contactar populações de difícil acesso;
- obter informações sobre terreno, populações e outros elementos;
- montar redes de informadores nos territórios vizinhos.

Para esconder a verdadeira actividade das equipas, os seus elementos apresentavam-se como caçadores profissionais. Curiosamente, embora estes grupos fossem constituídos por militares do Exército e dependessem directamente do Quartel-General, todas as suas despesas, excepto o vencimento, eram suportadas pela venda do produto da caça, da carne e do marfim.

Em 1962, foram constituídas duas equipas com sede em Pauila (Vila Cabral) e Nantuego (Marrupa), que cobriam a fronteira norte entre o lago Niassa e a foz do rio Lugenda.

Em 1963, foram criadas mais duas em Nassombe e Palma, no distrito de Cabo Delgado.”²⁴

Missões especiais ao estrangeiro

Há notícia da realização, por Oficiais do Exército Português, de “actividades encobertas” realizadas em países limítrofes de Moçambique e destinadas à obtenção de Informações, quer sobre o potencial de combate desses países quer sobre as actividades dos Movimentos Emancipalistas que neles actuavam.

O relatório de uma dessas missões, realizada no Tanganica, de 4 de Abril a 8 de Junho de 1962, consta do Relatório Especial de Informações nº I-18-62 de 26 de Julho de 1962 da 2ª Repartição do Quartel General da Região Militar de Moçambique.

²⁴ In “Guerra Colonial” – Diário de Notícias, pag. 234/35.

As missões destas equipas constam do Plano de Acção Psicológica nº 2 de 18 de Fevereiro de 1963 do QG/RMM – 2ª Rep.

Eram “Finalidades da Missão”:

1. *Principal:*

Recolher informações sobre um possível tráfico de armas destinadas a serem utilizadas em Angola e Moçambique pelos movimentos africanos de libertação.

2. *Secundárias:*

2.1 Recolher informações sobre o potencial de guerra do Tanganica: dispositivo das tropas, efectivo, orgânica e sua localização;

2.2 Reconhecer as estradas:

Lindi – Masasi – Tunduru – Songeya

Mdeya – Fort Hill – Blantyre;

2.3 Recolher informações sobre a situação económica, política e militar dos países visitados;

2.4 Recolher informações sobre o auxílio externo aos membros dos partidos de libertação (sic) das províncias ultramarinas portuguesas.

Pelo teor do relatório apresentado, a missão foi cumprida com êxito.

Dispositivo das Forças no início da década de 1960

Como já foi referido, o lapso de tempo decorrido entre o início da subversão em Angola (1961) e as primeiras acções armadas em Moçambique (segundo semestre de 1964) e o avolumar inequívoco das ameaças previsíveis, permitiu que fossem tomadas medidas preventivas e organizativas em todo o território.

Assim, além da actividade dos “reconhecimentos”, “equipas de caça”, contactos e reagrupamento das populações, foi reestruturado o dispositivo das Forças que, em 1 de Setembro de 1961 era o que consta do Anx 1 ao Relatório da Situação nº 49 do Quartel General da 4ª Região Militar e que constitui o Anx D, deste capítulo.

Mais tarde, em Fevereiro de 1963, o dispositivo sofre novas alterações devidas, em especial, aos reforços entretanto recebidos ficando, sinteticamente, assim estruturado ²⁵:

²⁵ Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África – 4º Volume – Dispositivo das Nossas Forças – Moçambique – Lisboa 1989 – Carta da situação referida a 1Fev63, pág 73 a 77.

– QG RMM – Lourenço Marques

Como reserva da RMM, existia 1 BCaç (Metropolitano), 1 Bateria de Artilharia e 1 Esquadrão de Reconhecimento (ERec).

– Comando Territorial do Sul

Compreendia o território a Sul do R. Save (Distritos de Inhambane, Gaza e Lourenço Marques) e era comandado pelo 2º Cmdt da Região, a partir do QG/RMM (Lourenço Marques).

Disponha de 3 Batalhões de Caçadores (ou equivalentes), sendo um Metropolitano, um Batalhão de Engenharia, uma Companhia de Transmissões, uma Companhia de Intendência, um Destacamento Sanitário e Centros de Instrução. Em Boane foi instalada a Escola de Aplicação Militar²⁶ e localizado o Regimento de Infantaria do Sul (vidé figuras 2, 2A e 3), Tribunal Militar e órgãos logísticos.

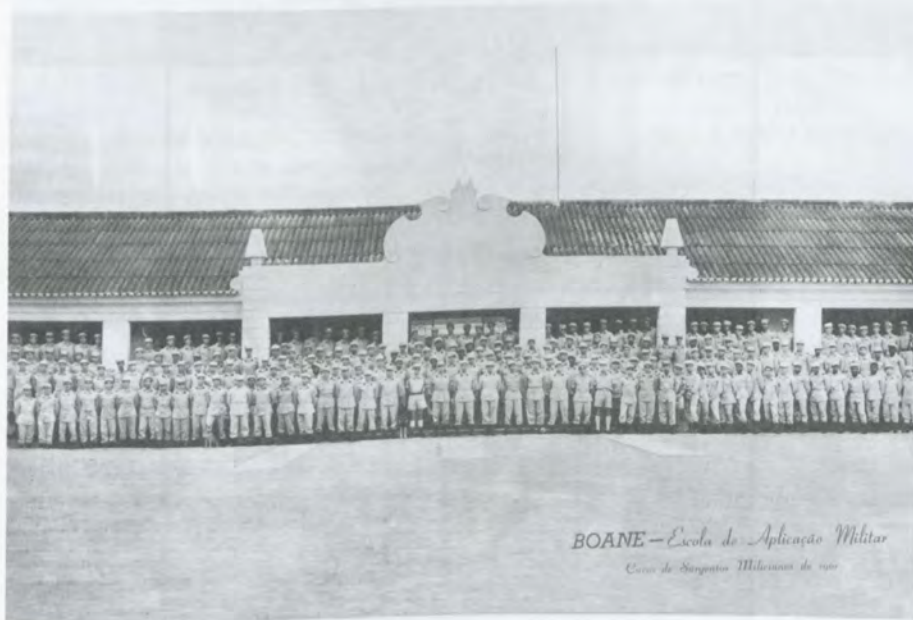
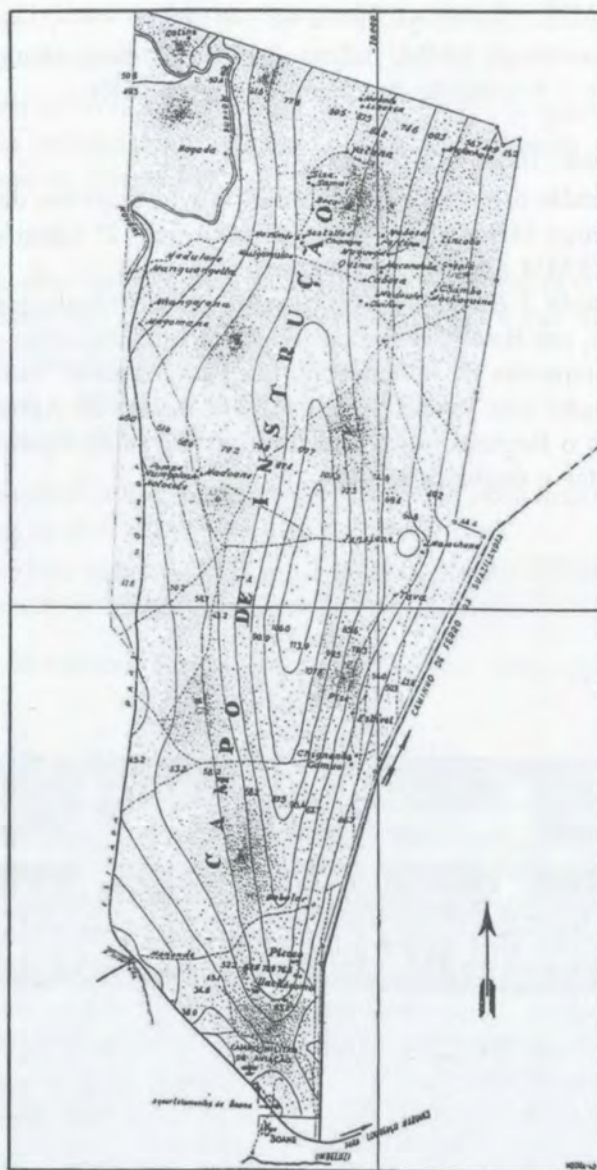


Figura 2 – BOANE – Escola de Aplicação Militar, Curso de Sargentos Milicianos de 1961

²⁶ Era a evolução da anterior Escola de Quadros Militares, referida no DL 39.541 de 16Fev54.



Em "O Campo de Instrução Militar de Boane nas comunicações entre Lourenço Marques e a Fronteira" – Adolfo do Amaral Abranches Pinto, Coronel do CEM – Lisboa 1941 – Separata da Revista Militar Agosto/Setembro de 1946

Figura 2A – Planta da localização do Campo de Instrução Militar de Boane



Figura 3 – Aspecto da vista geral de Boane em 1959.

No centro o aquartelamento. À esquerda, residências para oficiais e à direita residências para sargentos. Ao fundo, ao centro, um grupo de palhotas para praças indígenas com família
No segundo plano à direita, parcialmente encoberta pelo depósito de águas, a enfermaria

1º Plano: Bairro Residencial Militar

2º Plano: Aquartelamento

(Cortezia do TCor de Artilharia Rubi Marques)

– Comando Territorial do Centro

Tinha sede na Beira e abrangia os Distritos de Tete e Manica e Sofala (mais tarde dividido nos distritos da Beira e Vila Pery).

Disponha de 3 Batalhões (2 Metropolitanos) e Unidades de Cavalaria e de Artilharia.

Não tinha Comando constituído.

– Comando Territorial do Norte

Compreendia os Distritos do Niassa, Cabo Delgado, Moçambique e Zambézia. Tinha sede em Nampula e dispunha de 4 Batalhões (2 metropolitanos), 1 Grupo de Artilharia e 1 Esquadrão de Reconhecimento, além de Companhias de reforço, algumas Metropolitanas, e órgãos logísticos sob o comando do Cmdt do Agrupamento 5, criado para o efeito.

É com este dispositivo, que envolve efectivos da ordem dos 14 mil Homens²⁷ (já com Unidades de reforço), num território de 784.032Km², que se dá cumprimento à Directiva nº 9 de 3 de Maio de 1961, do Secretariado Geral da Defesa Nacional para o Comando Militar de Moçambique²⁸ que determinava “a criação de um dispositivo de protecção destinado a garantir a segurança das populações, (...) dos centros básicos e a integridade do Território” e se vai iniciar em 1964, a contenção das actividades subversivas que surgirão nos distritos do Niassa e Cabo Delgado.

Para se visualizarem as alterações produzidas no dispositivo durante a Campanha apresentam-se, comparativamente, as cartas de situação referentes a 1 de Fevereiro de 1963 (fig. 4) e o dispositivo operacional em todos os sectores do Teatro de Operações, reportado a 1 de Abril de 1974 (figuras 5, 6 e 7)

A Acção Psicológica

Generalidades

Embora não fosse desconhecida entre nós pelo estudo das I e II Guerras Mundiais onde já fora aplicada, a Acção Psicológica não era difundida nem tratada com o desenvolvimento que a sua importância justificava.

Assim, é apenas no fim da década de 1950, e especialmente, após a realização de missões de estudo à Inglaterra e à Argélia onde o Exército Francês era confrontado com uma guerra subversiva, que o nosso próprio Exército inicia os primeiros passos nesse campo.

Há que referir a acção precursora do TCor Hermes Araújo Oliveira, materializada no ciclo de conferências que proferiu na Academia Militar no ano lectivo de 1958/59 e mais tarde publicadas no livro “Guerra Revolucionária”²⁹. As conferências, este livro e outros publicados bem como vários artigos saídos em revistas tiveram como base os ensinamentos colhidos pelo autor nos estágios frequentados quer em organismos especializados na França Metropolitana quer na Argélia e na consulta e estudo de variadíssimas obras já então publicadas e relacionadas com esta matéria.

²⁷ Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África – 1º Volume – Enquadramento Geral – 1988
Ver, igualmente, Bacelar, Sérgio “A Guerra em África 1961-1974”, pg 134.

²⁸ Só mais tarde, esta organização, que evolui durante o período, se estabilizou com a criação do Comando-Chefe (Comando Conjunto do Exército, Marinha e Força Aérea), bem como dos Comandos Militares dos 3 Ramos das Forças Armadas.

²⁹ Edição da Academia Militar patrocinada pelo Ministério do Exército – Lisboa 1960.

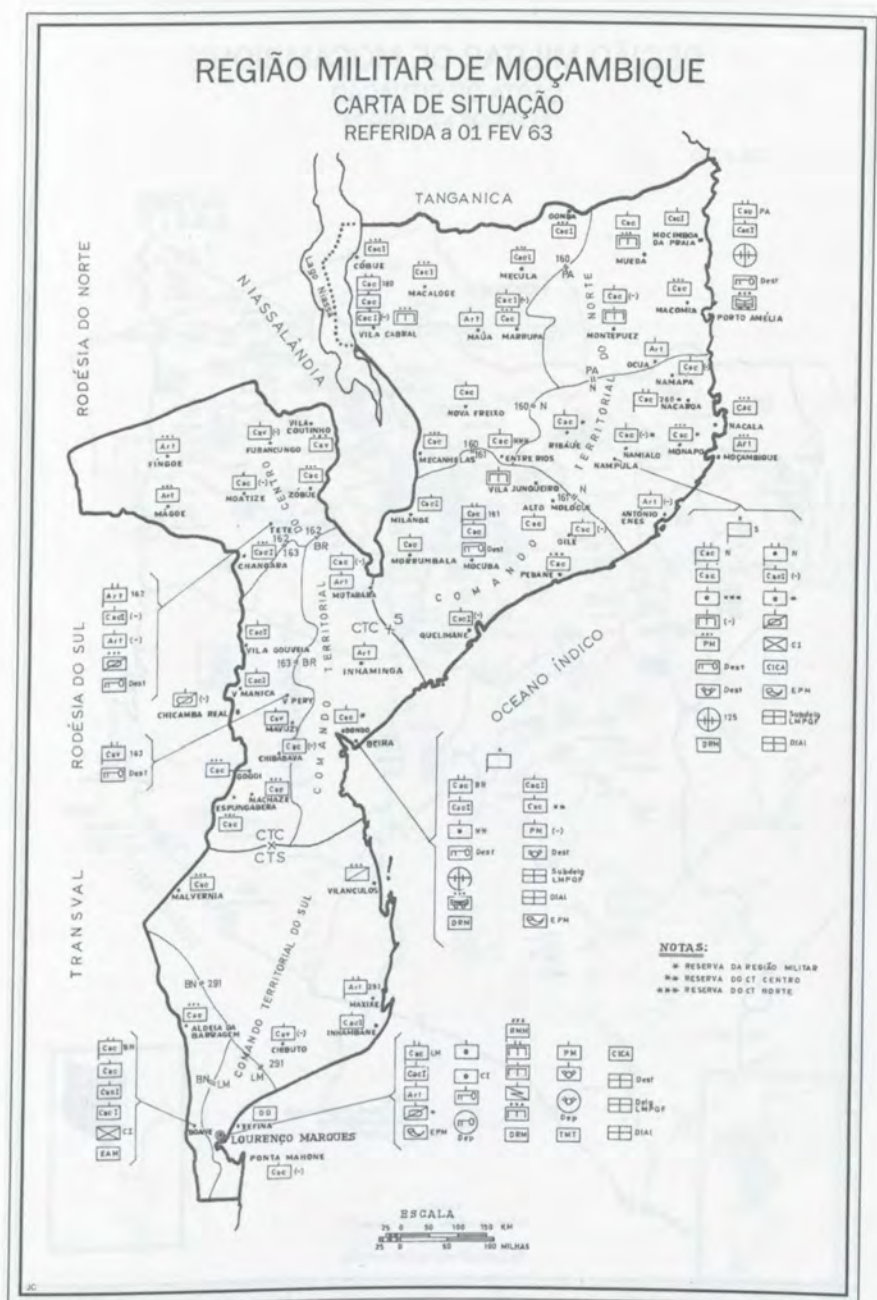
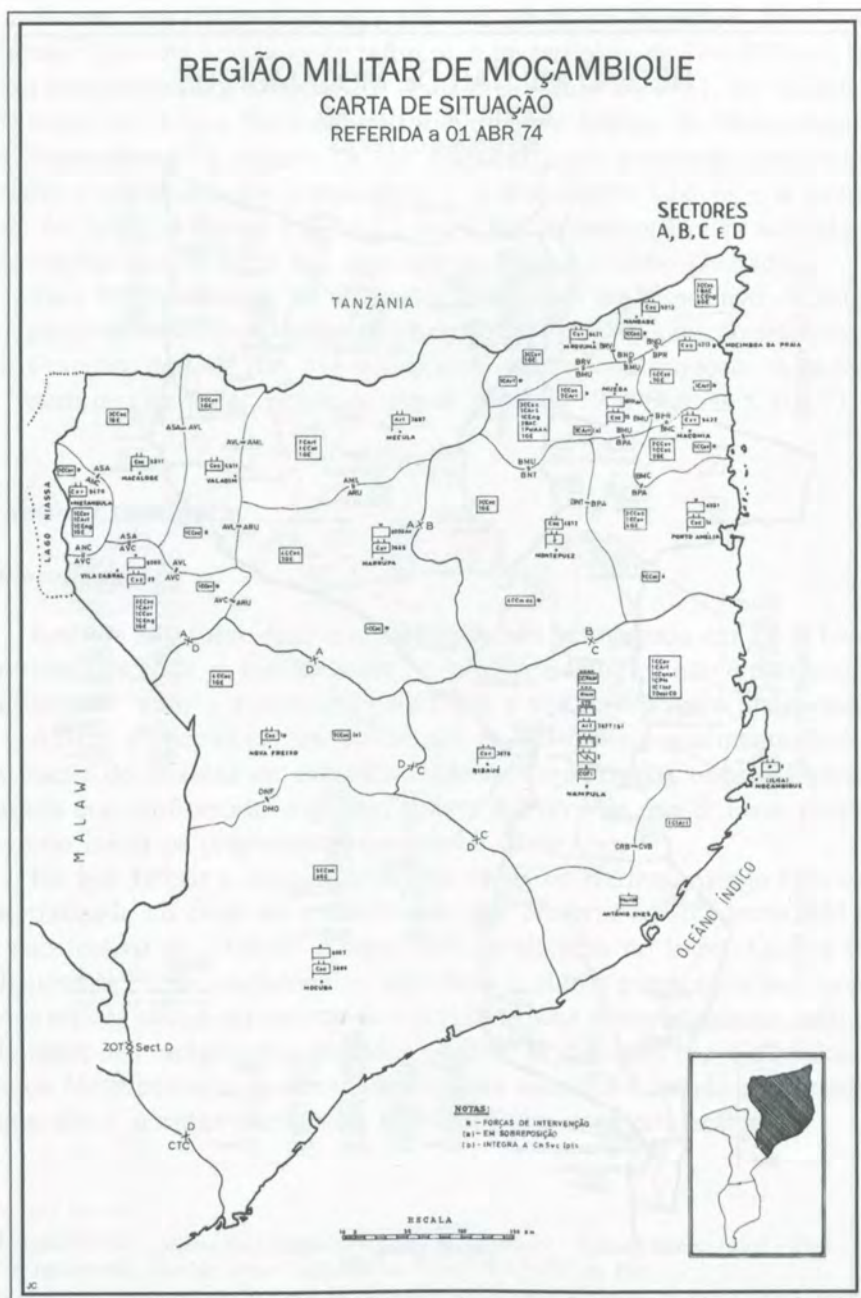
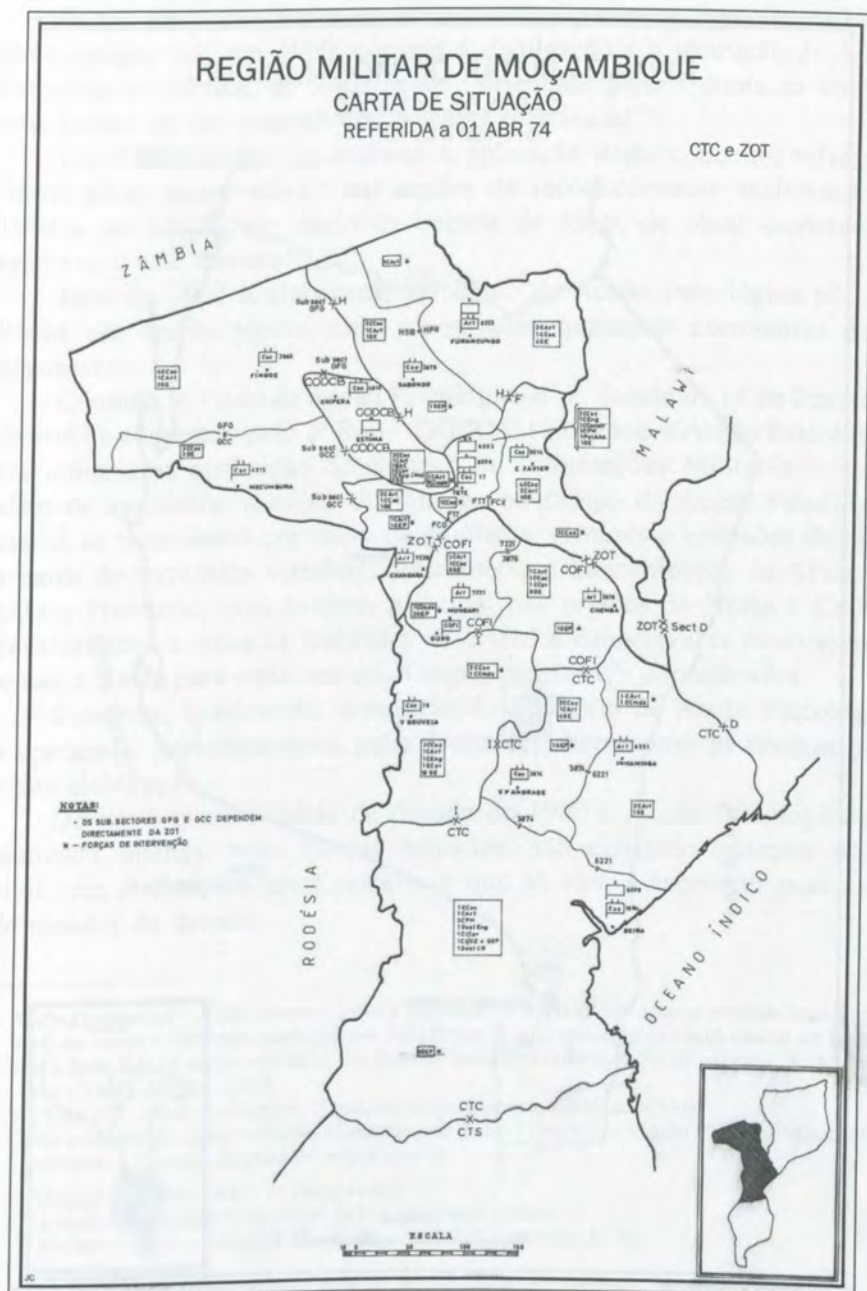


Figura 4 – Carta de Situação referida a 01FeV63



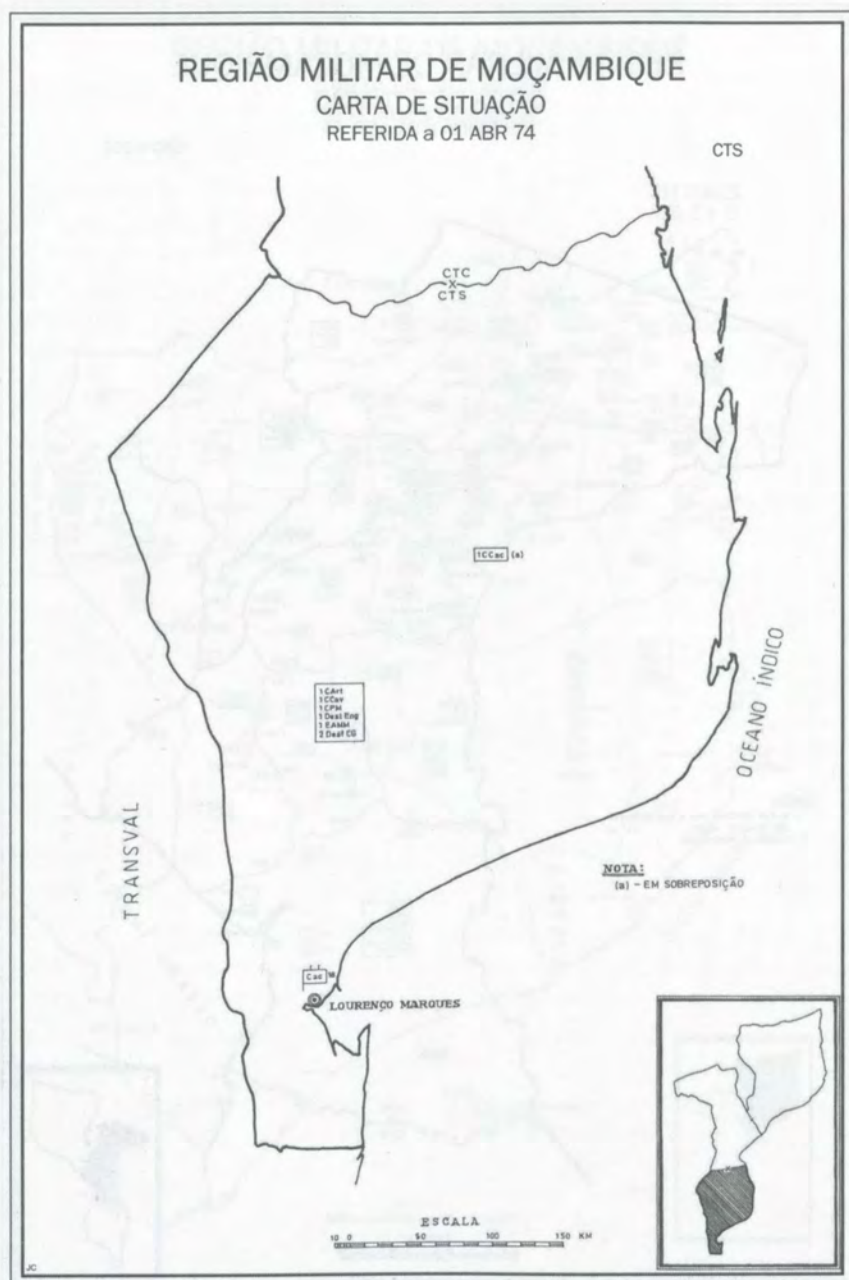
In Resenha Histórica - 4º volume

Figura 5 – Dispositivo (Sectores A, B, C e D) referido a 01Abr74



In Resenha Histórica - 4º volume

Figura 6 – Dispositivo (CTC e ZOT) referido a 01Abr74



In Resenha Histórica – 4º volume

Figura 7 – Dispositivo CTS referido a 01Abr74

Será a partir do Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), em Lamego, que, em 1960, começa a divulgação e a instrução de Acção Psicológica (APsic), de início mais orientada para o contacto com as populações no seu aspecto de “Acção Psico-Social”³⁰.

Em Moçambique, assinala-se a aplicação deste conceito, talvez de forma ainda embrionária, nas acções de reconhecimento realizadas em 1959 e na edição, no início da década de 1960, de obras estrangeiras relativas a este assunto³¹.

Data de 1962 a elaboração do Plano de Acção Psicológica nº 1 da RMM não tendo, porém, sido encontrados quaisquer exemplares desse documento.

Contudo, o Plano de Acção Psicológica nº 2, datado de 18 de Fevereiro de 1963 e elaborado pela 2ª Rep – QG/RMM (à época a Acção Psicológica era ainda uma atribuição do Serviço de Informações Militares – SIM), além de apresentar a acção do inimigo no campo da Acção Psicológica que já se fazia sentir por meio de panfletos, rumores e emissões de rádio a partir de territórios vizinhos, determinava a intensificação da APsic em toda a Província, com esforço principal nas regiões do Norte e Centro, dava missões a todas as Unidades da RMM e enunciava as motivações e temas a tratar para cada um dos Grupos humanos³² considerados.

Continha, igualmente, o modelo do Relatório de Acção Psicológica a apresentar periodicamente pelas Unidades, bem como as normas para a sua elaboração.

De notar que no início da década de 1960 a Acção Psicológica era realizada, apenas, pelas Forças Armadas, não existindo qualquer órgão civil com atribuições nesta matéria o que só veio a acontecer para além de meados da década.

³⁰ Acção Psicossocial – Acção a exercer sobre a população de um território onde se pretende levar a efeito uma luta contra a subversão conduzida sob duas formas – acção psicológica e acção social – a segunda com a finalidade de apoiar a primeira. “O Exército na Guerra Subversiva” – III volume – Acção Psicológica – EME/LISBOA – 1968.

³¹ Ver Cap. VII – Acção Psicológica, 1º Volume (Enquadramento Geral) desta obra. Como exemplos de obras traduzidas e editadas pelo Quartel General da Região Militar de Moçambique e destinadas à instrução de Quadros podem citar-se:

- “Counter Insurgency War” de David Galula
- “A Moderna Guerra de Guerrilhas” de Franklim Mark Osanka
- “Rua sem Alegria – Indochina em Guerra – 1946-54” de Bernard B. Fall

³² Designa-se por Grupo humano um conjunto de indivíduos que, apresentando certas características comuns, pode ser influenciado psicologicamente da mesma forma e apresentar a essa influência reacções semelhantes. “O Exército na Guerra Subversiva” – III Volume – Acção Psicológica – Estado-Maior do Exército – 3ª Rep – 1963 – cap. VI, pág. 6.

Em 1963 é aprovado e posto em execução pelo Ministro do Exército a publicação “O Exército na Guerra Subversiva” (Ordem do Exército nº 2, 1ª Série, de 28 de Fevereiro de 1963) em 5 volumes um dos quais, o 3º, tratava da Acção Psicológica. Esta publicação justificava-se, como se afirma na sua Introdução, “pela necessidade de difundir a teoria que, até ao momento, foi possível reunir e estabelecer relativamente à preparação e à condução das acções psicológica e social pelas forças militares numa guerra subversiva”.

Este regulamento foi a base para as actividades de Acção Psicológica ao longo de toda a campanha.

A partir de 1967, nas Regiões Militares do Ultramar passaram a funcionar departamentos próprios de acção psicológica que deram origem, mais tarde, às 5ª Repartições (Acção Psicológica) dos Comandos Chefes dos Teatros de Operações (TO).

Estas, resultantes de estudos desenvolvidos no Estado-Maior do Exército em cumprimento do despacho ministerial de 21 de Dezembro de 1966 e tendo em atenção a experiência já existente, tinham a seguinte constituição:

- Chefe de Repartição – Ten Cor com CEM³³
- Secção de Informações Psicológicas:
 - Chefe – 1 Major das Armas
 - Adjunto – 1 Subalterno do Quadro do Complemento (QC)
- Secção de Estudos e Planeamento de Operações:
 - Chefe – 1 Capitão das Armas
 - Adjunto – 1 Subalterno do QC especializado em APSic
- Secção de Acção Social:
 - Chefe – 1 Major das Armas

A sua missão era, em termos gerais, desenvolver acção psicológica sobre as nossas tropas (NT), desenvolver acções psicológicas em apoio de operações militares e colaborar na Acção Psicológica geral, participando na doutrinação e mentalização de autoridades e populações³⁴.

Em Moçambique é, assim, a 5ª Rep do Comando Chefe responsável, mau grado o reduzido número de quadros que lhe foram atribuídos, pelas

³³ Curso de Estado-Maior.

³⁴ Normas de Execução Permanente – NEP – Acção Psicológica – 5ª Rep – QG – RMM – Abril 1971.

acções de planeamento, coordenação e execução das actividades de Acção Psicológica (APsic), ao nível do TO e pelo apoio às Sec APsic dos Sectores, Zonas de Operações e Unidades.

Essas actividades tinham como alvo a população, o inimigo (IN) e as Nossas Tropas (NT) utilizando-se processos auditivos, conversa, radiodifusão e altifalantes – por vezes transportados em meios aéreos)³⁵ e processos visuais – cartazes e panfletos – (Anx E), marcas de presença (Anx F), jornais, revistas e boletins.

Além destas actividades específicas foi decidido criar, a cargo da 5ª Rep e com o intuito de minorar a carência de pessoal especializado em APsic, um Centro de Instrução de Acção Psicológica (CI/APsic), que funcionou em Nampula e onde, a partir do primeiro semestre de 1973 passaram a ser ministrados quer o 2º ciclo do COM³⁶ e CSM³⁷ da incorporação local na especialidade de Acção Psicológica, quer estágios para oficiais e sargentos das Unidades quer, ainda, como actividade inovadora, a realização de estágios para “Operadores Psicológicos”. Estes, todos nativos³⁸, destinavam-se a prestar serviço nos Gabinetes Distritais de APsic, sendo accionados pelas autoridades civis, em especial no contacto com as populações, o que veio a mostrar-se muito positivo.

De assinalar ainda a coordenação permanente com o Gabinete de Informação Pública do Comando Chefe (GIP), quer na elaboração de notícias a divulgar pela Imprensa e Rádio, quer na informação directa a jornalistas e outras entidades nacionais e estrangeiras.

Em 1967, por despacho do Gen Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército de 4 de Julho é editada a publicação “Acção Psicológica” que continha:

- Memorando das Funções dos Oficiais de Acção Psicológica nas Unidades do Ultramar
- Memorando das Funções dos Oficiais de Acção Psicológica nas Unidades da Metrópole
- Notas sobre a participação do Exército na conquista da adesão das populações

Era um importante documento que tinha como o objectivo, a partir da experiência já adquirida nos diversos TO, ministrar linhas orientadoras de acção permanente, algumas das quais integrantes em operações militares.

³⁵ Ver figura nº 8.

³⁶ Curso de Oficiais Milicianos.

³⁷ Curso de Sargentos Milicianos.

³⁸ Alguns, antigos membros da FRELIMO que se tinham apresentado às NT.

É também a partir de 1967 que começa a desenvolver-se em Moçambique uma estrutura civil-militar destinada a coordenar, accionar e executar actividades no campo da Acção Psicológica.

Assim, por despacho do Governador Geral e Comandante-Chefe³⁹ de 25 de Janeiro de 1967, é criado o “Gabinete de Informação e Formação da Opinião Pública” (GIFOP), ao qual competia “o estudo e determinação dos métodos e sistemas da Propaganda e da Contra Propaganda com vista ao accionamento ou promoção do accionamento da informação e formação da opinião pública no sector da contra subversão...”⁴⁰.



Figura 8 – Altifalantes montados num meio aéreo – C47 da Força Aérea

Nesse mesmo ano, já o GIFOP emite uma “Directiva Geral de Contra Subversão” onde, após o estudo da situação do inimigo e do enunciado dos meios disponíveis⁴¹, se dava como missão o lançamento de operações psicológicas em toda a Província sobre “as populações, as Nossas Forças e o inimigo”.

Dava ainda orientações para a execução destas operações.

Porque esta Directiva vinculava autoridades Militares e Cíveis, o Quartel General da Região Militar de Moçambique emitia em Janeiro de 1968 a Directiva 1/68 para a Acção Psicológica na Região Militar de Moçambique⁴², na qual, como explicitamente se referia, se integravam e respeitavam os princípios gerais indicados na Directiva Geral do GIFOP.

³⁹ Era o General da Força Aérea, José Augusto da Costa Almeida.

⁴⁰ Directiva Geral de Contrsubversão - GIFOP – Lourenço Marques – Novembro de 1967.

⁴¹ Consideravam-se como meios disponíveis para a condução de actividades psicológicas, as Autoridades Administrativas, as Forças Militares e Administrativas, a Rádio, o Cinema, a Imprensa, elementos da população nativa (quando devidamente preparados), a população evoluída, algumas associações desportivas e culturais, os Serviços Públicos da Província, os SCCIM (Serviços de Coordenação e Centralização das Informações de Moçambique), a PIDE (Polícia de Informação e Defesa do Estado) e o Centro de Informação e Turismo (CIT).

⁴² Assinada pelo Comandante Interino da RMM, Brigadeiro Francisco da Costa Gomes.

Nesta mesma Directiva se enunciavam as Missões Psicológicas da RMM, se definia o conceito de operação, particularizando que “na preparação das operações de combate se deveria definir sempre uma finalidade de APsic”, e se definia a prioridade do esforço sobre os diferentes “grupos alvo”⁴³.

A articulação dos meios APsic constava do Anx A à mesma Directiva (Fig. 9).

De notar nessa “Articulação de meios APsic”, o aparecimento de órgãos “Metropolitanos” (Secretariado Geral da Defesa Nacional e Estado-Maior do Exército) que apoiavam o Comando Chefe de Moçambique.

Só mais tarde o Governo Geral passou a ter dependência do Ministério do Ultramar nesta matéria.

No Anx D à Directiva 1/68 do QG/RMM/Sec APsic (Fig. 10), eram indicadas as zonas de “prioridade de esforço” previstas para 1968.

Nesse mesmo ano de 1968 foi decidida a realização da Operação Psicológica BETA (Op Psic BETA)⁴⁴.

Esta operação visava a população, principalmente das zonas não afectadas pela subversão violenta, dado que a mesma “mostrava um alheamento e quase completo desconhecimento da actual situação e que algumas entidades denotavam uma ausência de mentalidade contra-subversiva...”

A missão era “contribuir para a consciencialização, face à situação, dos serviços públicos e da população criando-lhes e/ou desenvolvendo-lhes uma mentalidade contra-subversiva.

Para cumprimento da missão indicada vão realizar-se conferências, sessões cinematográficas, exposições fotográficas e de material apreendido, ampliando-se a audiência e prolongando-se a sua acção no espaço e no tempo, através de emissões rádio e da utilização da imprensa”.

Para a execução desta operação foram constituídas comissões executivas (Distritais), formadas por elementos civis e militares.

⁴³ Grupo Alvo – Selecção de grupos humanos tidos como os mais importantes em cada operação psicológica e sobre os quais se pretende exercer acção.

No caso concreto de Moçambique e para a situação que se vivia em 1968, a prioridade do esforço sobre os “grupos alvo” considerados e constante da Directiva 1/68, era a seguinte:

- 1 – Líderes espontâneos
- 2 – Massa nativa presente
- 3 – Massa nativa fugida
- 4 – Inimigo interno em zona de combate
- 5 – Praças Europeias de Moçambique
- 6 – Praças Autóctones
- 7 – Praças Metropolitanas

⁴⁴ Nota Circular 368/P do QG/Av/RMM/Sec APsic de 21 de Março de 1968.

Os comandos dos Sectores deveriam enviar ao QG/RMM/SecAPsic relatórios circunstanciados onde constassem, em relação às palestras, filmes e exposições, os seguintes elementos:

- Número de assistentes;
- Apreciações críticas feitas;
- Quais os assistentes (Militares, civis, autóctones evoluídos, etc.);
- Factos determinantes do êxito ou inêxito desta operação;
- Comportamento dos vários grupos sociais.

Não foram encontrados quaisquer documentos que permitam avaliar os resultados desta operação.

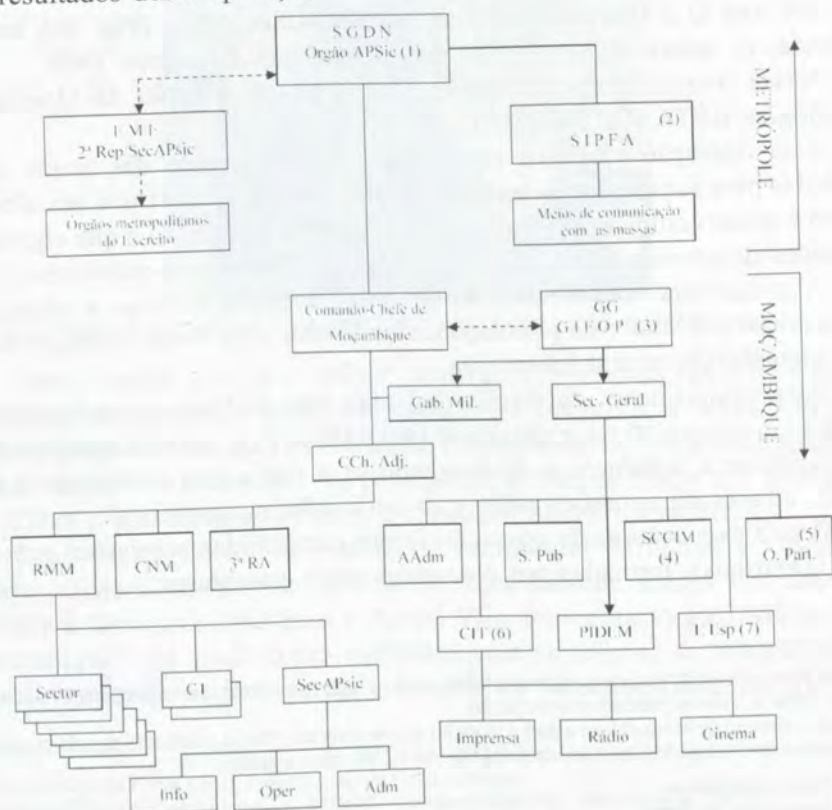


Figura 9 – Articulação dos meios de Acção Psicológica
Anexo "A" da Directiva APSic Nº 01/68, da RMM

(1) Chefiado por um Oficial General; (2) Svç Inf Pública das FA; (3) Gab Inf e Formação Pública (Director: o GG); (4) Svç de Coordenação e Centralização das Inf de Moçambique; (5) Organismos Particulares, Desportivos, Culturais, etc.; (6) Centro de Inf e Turismo; (7) Elementos Especiais.

ANEXO "D" (PRIORIDADE DE ESFORÇO) À DIRECTIVA APSIC Nº 1/68

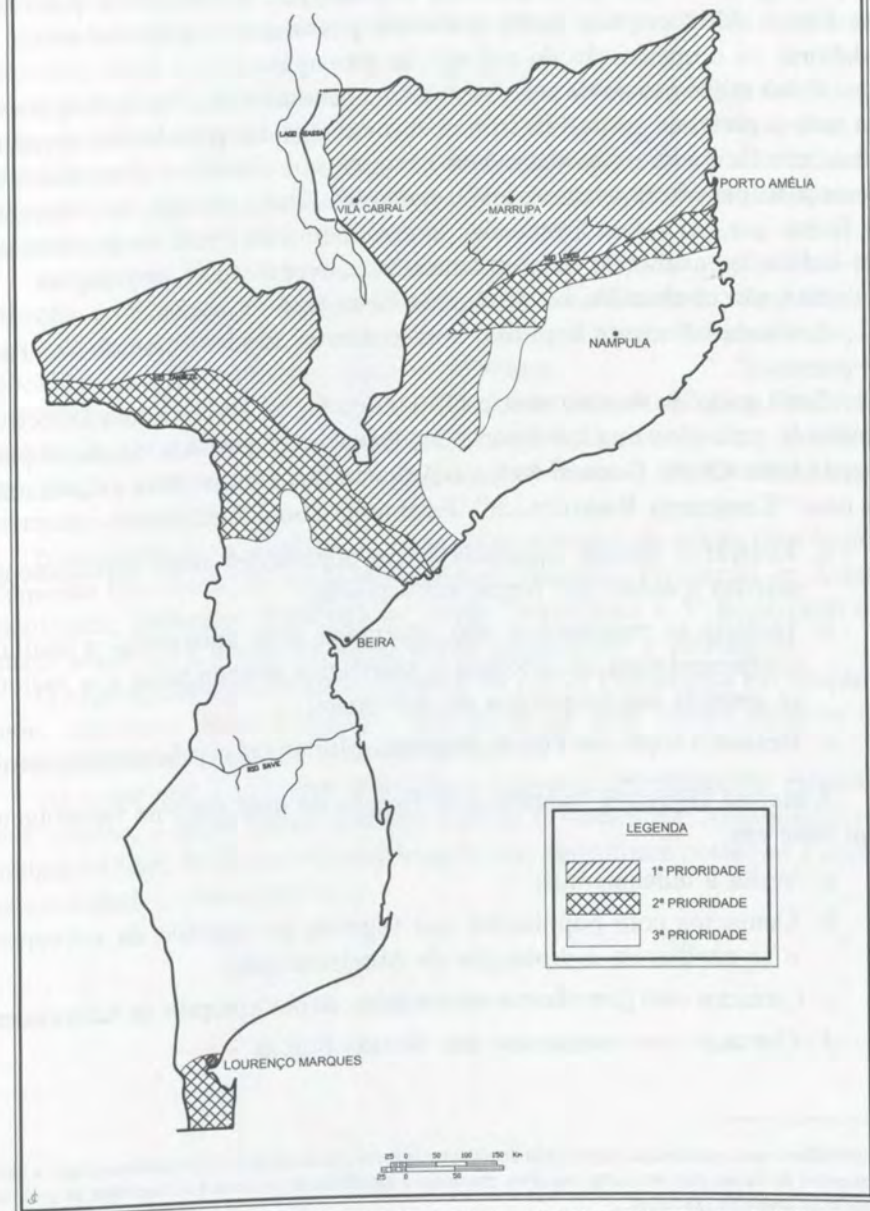


Figura 10 – Anexo “D” (Prioridade de Esforço) à Directiva APSic nº 1/68

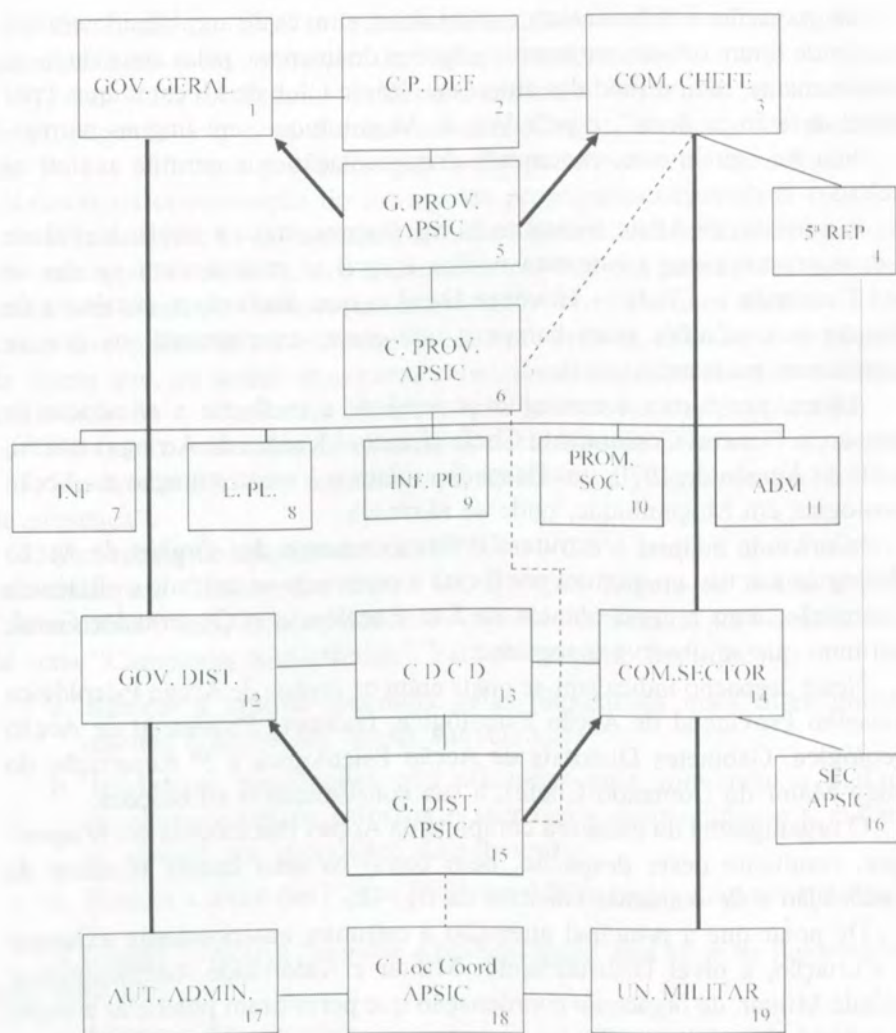


Figura 11 – Organograma da Estrutura da Apsic em Moçambique

— — — Canal Técnico de Coordenação
 ————— Canal de Comando

(Constante do Despacho de 10 de Agosto de 1970 do Gen Cmdt Chefe de Moçambique)

Estrutura da APSIC/Moçambique - 1970

Legenda

- 1 – Governo Geral
- 2 – Conselho Provincial de Defesa
- 3 – Comando Chefe
- 4 – 5ª Repartição do Comando Chefe
- 5 – Conselho Provincial de Acção Psicológica
- 6 – Gabinete Provincial de Acção Psicológica
- 7 – Serviço de Informações Psicológicas
- 8 – Serviço de Estudos e Planeamento
- 9 – Serviços de Informação Pública
- 10 – Serviço de Promoção Social
- 11 – Serviço Administrativo
- 12 – Governo de Distrito
- 13 – Conselho Distrital de Coordenação da Defesa
- 14 – Comando de Sector
- 15 – Gabinete Distrital de Acção Psicológica
- 16 – Secção de Acção Psicológica do Comando de Sector
- 17 – Autoridade Administrativa
- 18 – Comissão Local de Coordenação de Acção Psicológica
- 19 – Unidade Militar

Em dois documentos da 5ª Rep/CC/RMM (Circular 6120/P de 11 de Junho de 1973 e nota 6121/P de 27 de Junho de 1973), é referida a “Directiva Ministerial Conjunta DEFNAC⁴⁶ / MIN.ULT.⁴⁷ de APsic para 1973”.

Na realidade, com data de 24 de Abril de 1972, é emitida pela DEFNAC a Directiva Ministerial 01/72 para a “Guerra Psicológica em Angola, Moçambique e Guiné” – 1972.

Esta directiva, organizada como se de uma ordem de operações se tratasse, indicava as organizações ou agrupamentos que constituíam o Inimigo que era

⁴⁶ Departamento da Defesa Nacional.

⁴⁷ Ministério do Ultramar.

agrupado em “organizações Políticas de oposição ao Regime”, “organizações subversivas”, “organizações revolucionárias”, “agrupamentos progressistas”, “Seitas Protestantes” e “Movimentos Emancipalistas”, indicando os seus objectivos – Derrubar o regime, visando a conquista do poder político e desmembrar o território nacional e indicando meios de que se serviam para tal.

Indicava os “Grandes Objectivos Nacionais” que eram “Fortalecer a integridade Nacional”, “Criar o máximo de riqueza socialmente útil” “Desenvolver uma Sociedade Multirracial” etc.

Eram indicadas as “Missões Provinciais” que envolviam a “Missão de Informação Pública” a “Missão de Propaganda” e a “Missão de Contra Propaganda”.

Como referência curiosa fixavam-se os “Estribilhos nacionais para 1972” e que eram: “Nem terrorismo nem derrotismo”, “Existimos porque vencemos”, “Em guerra para a conquista da paz”, “Portugal é sensacional”.

Esta Directiva Ministerial pretendia ser o coroamento de uma estrutura nacional de Acção Psicológica há muito necessária.

Acção Psicológica sobre a população

A Acção Psicológica sobre a população realizada pelas Nossas Tropas incidia, particularmente, nas populações presentes na sua zona de acção e incluía, fundamentalmente, a área da Acção Social.⁴⁸

Os campos de acção mais significativos nesta área foram:

- *Assistência sanitária*, reforçando os meios militares as estruturas civis já existentes, sobretudo com equipas sanitárias a nível da vigilância do estado sanitário das populações, conselhos de profilaxia, vacinações, consultas, tratamentos e pequenas intervenções cirúrgicas, sobretudo fora das zonas próximas dos Hospitais Centrais (Lourenço Marques – Miguel Bombarda, Beira – Rainha D. Amélia e Nampula – Egas Moniz) e Regionais (João Belo, Inhambane, Chibuto, Tete, Vila Pery, Quelimane, Porto Amélia, Vila Cabral, Chinde, Mocuba, António Enes e Moçambique). A rede sanitária estava bastante desenvolvida em Moçambique, com Hospitais Rurais e Postos Sanitários onde as acções sanitárias das Forças Armadas mais foram acentuadas, para além dos seus próprios postos de socorros ao mais baixo escalão, de Pelotão destacado ou Companhia.

⁴⁸ Recorda-se que Acção Social é a acção que “consiste na aplicação de um conjunto de medidas de carácter assistencial, devidamente coordenadas que, melhorando as condições de vida das populações e elevando o seu nível cultural, contribuem para ganhar a confiança dessa população e conquistar-lhes os corações; tem por finalidade essencial sensibilizar a população de forma a torná-la mais receptiva à acção psicológica”. O Exército na Guerra Subversiva – 3º Vol. – Acção Psicológica – EME – 1966.

Como exemplo, apresenta-se a estatística da assistência sanitária prestada pelas Nossas Tropas no Teatro de Operações durante o 1º Semestre de 1973:⁴⁹

Tratamentos em Postos de Socorros	232.569
Tratamentos por equipas itinerantes	28.540
Tratamentos materno infantis	11.045
Evacuações de elementos da população	631

- Assistência religiosa – Ainda que o número de capelães militares fosse reduzido, estes, para além da sua contribuição para o Moral e Bem Estar das tropas, não só auxiliaram e complementaram a assistência missionária mas também, pela celebração de actos de culto, pelo apoio espiritual e pela catequese, evitavam nas populações a degradação da sua estrutura social e dos seus valores morais. Muitos serviços e apoios económicos foram obtidos e canalizados para as populações pelos capelães em estreita coordenação com as autoridades militares, eclesiásticas e civis, no respeito pelos credos religiosos das suas comunidades.
- Assistência educativa, nas três áreas principais de cultura geral, técnica e física. Se a cultura técnica se apoiou, expeditamente, nas oficinas militares espalhadas por todo o dispositivo, para além das especialidades militares de formação do contingente de recrutamento regional, a cultura física, nomeadamente ao ar livre, resultou dos desportos conjuntos praticados pelas tropas, aliciando a juventude à prática de diversas modalidades. A contribuição militar na área da cultura geral, centrou-se no ensino de adaptação (chamado rudimentar pelo diploma legislativo nº 238 de 16Mai30 e de adaptação, já regulamentado pela Portaria 15791 de 31Mar62), dispensando materiais didácticos e professores em aulas improvisadas, ou em instalações afectas às entidades civis, havendo, ainda, inúmeros casos de militares ministrando o ensino primário comum.⁵⁰ Dentro do próprio Exército as chamadas Escolas Regimentais⁵¹ para além do ensino básico da língua e da escrita, contribuíram para

⁴⁹ Relatório de Acção Psicológica – 1º Semestre de 1973 – 5ª Rep/QG/RMM, Janeiro de 1974.

⁵⁰ No 1º Semestre de 1973 o número de alunos das escolas primárias orientadas por unidades militares era de 10.440 e o número de alunos em aprendizagem técnica era de 378.

Relatório de Acção Psicológica 1/73 – 1º Semestre de 1973 – 5ª Rep/QG/RMM – Janeiro de 1974.

⁵¹ As Escolas Regimentais ministravam instrução equivalente ao Ensino Primário Oficial.

Era seu objectivo, estabelecido em Lei, habilitar todos os Militares com o mínimo da 3ª Classe do Ensino Primário e, se possível com o equivalente à 4ª Classe.

O ensino era ministrado por militares com a assistência de um professor do Ensino Primário Oficial e no fim da preparação para a 3ª e 4ª Classes os militares eram sujeitos a exames feitos por um Professor do Ensino Primário oficial o que lhes garantia a autenticidade do diploma que então obtinham.

extinção do sistema de classificação das praças em 1ª e 2ª classe (sendo da segunda classe, normalmente, os indígenas) anacronismo que a subversão, naturalmente, procurou explorar, e que só terminou já em 1974.

O investimento pelo Governo no sector educativo teve uma primeira fase de 1951 a 1962, passando, respectivamente, de 998 estabelecimentos, com 1119 professores e 137.272 alunos para 2598 estabelecimentos de ensino, 3311 professores e 370212 alunos, ainda sem o ensino superior, só iniciado a 3 de Novembro de 1963, em Lourenço Marques.

A segunda fase, até 1974, é de desenvolvimento, com alguns Quadros da Metrópole ou familiares a fixarem-se no ensino, ou nele participarem, a nível da estrutura civil implantada, ou na colaboração directa dos militares ministrando aulas nos aldeamentos ou transmitindo aptidões técnicas ou agrícolas às populações, em alguns casos já em escolas de artes e ofícios.

A guerra subversiva, primeiro em Angola, depois na Guiné e, finalmente, em Moçambique fez acelerar o edifício legislativo na educação, sobretudo a nível do ensino primário (nova reforma pelo Decreto Lei 45908 de 10 de Setembro de 1964), notando-se que a quase totalidade das escolas de ensino de adaptação de Moçambique estavam a cargo das Missões Católicas portuguesas, consequência da aplicação do Estatuto Missionário (Decreto-Lei 31027 de 5 de Maio de 1941).

- Assistência económica – A assistência económica prestada pelas Forças Armadas, em particular o Exército, tinha como objectivos principais elevar o nível de vida das populações e assegurar as condições mínimas de vida das populações mais pobres ou em período de grande carência.

A acção militar era secundária em relação à das autoridades civis, recebendo destas verbas, artigos, dádivas e pessoal para consumarem planos articulados.

Contudo a acção do Exército, com verbas, materiais e pessoal que lhe eram afectos, foi mais evidente em Moçambique no transporte de pessoas, materiais e géneros (fig. 12), na execução de terraplanagens para estradas, aldeamentos e pistas de aterragem, na construção de habitações e outros imóveis e na assessoria técnica e captações de água. Neste âmbito, o caso específico da “Operação Fronteira”, em Cabo Delgado, será tratado em capítulo próprio desta obra.



Figura 12 – Transporte de populações para a colheita do caju
(Foto BCaÇ 2837)

Para além destas quatro áreas de maior visibilidade, foi sem dúvida, a compra de géneros e artigos manufacturados, artesanais ou semi-industriais, bem como o emprego de pessoal para apoio de missões e tarefas militares operacionais ou logísticas, que mais fomentou o entrosamento do Exército com a população, ao mesmo tempo que originava uma melhoria do seu nível de vida.

Acção Psicológica sobre o adversário

“Ambos os lados numa guerra subversiva tentam conquistar a população e o nosso adversário tentava ainda desmoralizar as autoridades e contrariar a sua acção, bem como desmoralizar e desagregar as nossas forças militares. Como adversário, em qualquer guerra subversiva, entendem-se também os países que apoiam abertamente os rebeldes, pelo menos os seus governos, organizações políticas, sociais, religiosas, etc., e as suas forças militares”⁵²

Em Moçambique, no âmbito da execução no terreno, pode dizer-se que as Forças Armadas, em particular o Exército, pautaram a sua acção por:

- procura do isolamento do adversário em relação à população pela criação de aldeamentos, cujas condições de vida, eram divulgadas como forma de cativar ambos os lados.⁵³

Como solução modelo dessa acção iniciou-se a chamada “Operação Fronteira” envolvendo uma vasta área junto à fronteira do R. Ro-

⁵² “O Exército na Guerra Subversiva” – Vol III – Acção psicológica – Cap II – EME, 1966 – pg 13.

⁵³ No Niassa e em Cabo Delgado verificou-se um notável esforço no aldeamento das populações em auto defesa incentivado e orientado pelos respectivos Governadores de Distrito.

Em Tete, esse trabalho teve concretização mais tardia.

Arriaga, Kaulza, Guerra e Política. Edições Referendo – 2ª edição

O esforço das autoridades civis no que se refere a aldeamentos era do interesse comum civil-militar e inseria-se na manobra psicológica das populações.

Era consequência da grande acção conjunta Governador Geral/Comdt Chefe, de apoio e conquista das populações, o que foi de uma ajuda assinalável para as furtar ao domínio do Inimigo.

(Depoimento do Major-General Nascimento Garcia).

vuma (com vértices nas povoações de Negomano, Mueda, Palma e Quionga) e cujo centro era o aldeamento de Nangade e que será tratada em capítulo próprio;

- utilização de panfletos, cartazes e aparelhos de difusão sonora transportados em meios aéreos que, muitas vezes, particularmente durante a noite, difundiam mensagens de guerrilheiros já apresentados que narravam a sua vida após a apresentação, em contraste com as vicissitudes passadas anteriormente.

Como exemplo, refere-se que no 2º trimestre de 1971, foram emitidas 148 horas de difusão sonora aérea e lançados 396.000 panfletos (Relatório Trimestral de Acção Psicológica 2/71 – 5ª Rep QG/RMM) e que no 2º semestre de 1973 o número de horas de difusão sonora aérea foi de 973 e foram lançados 1.738.700 panfletos (Relatório Semestral de Acção Psicológica 2/73 – 5ª Rep QG/RMM);

- emissão do programa “Voz de Moçambique”, em línguas nativas (Changane, Ronga, Ajaua, Nianja, Swaili, Macua, Meto, Chuabo, Nhungué e Sena), pelo Rádio Clube de Moçambique, através dos seus emissores de Lourenço Marques, Quelimane, Beira e Nampula;
- protecção dos chefes tribais ou idosos com ascendência natural, procurando evitar o seu comprometimento e fuga;
- publicitação da garantia de segurança das populações apresentadas, evitando represálias de qualquer das partes e dando ênfase à apresentação de familiares dos chefes adversários;
- esforço, ao nível de todas as Unidades e, especificamente, das de quadricula, na pesquisa de informações por forma a permitir, com oportunidade, acções de contra propaganda.

Acção Psicológica sobre as Nossas Tropas

“No âmbito das Nossas Tropas a acção psicológica tem como finalidades:

- formar, manter e fortalecer o moral do pessoal e imunizá-lo contra os ataques psicológicos adversos;
- preparar o pessoal para colaborar na acção psicológica a exercer junto das populações e sobre o adversário.

A consecução destas finalidades exige a realização de acções de formação moral e cívica, informação e instrução técnica”.⁵⁴

⁵⁴ O Exército na Guerra Subversiva, Cap.II, pg 16.

Para atingir estas finalidades e executar estas acções tornava-se necessário, além de uma permanente e activa acção de comando, a existência de quadros com preparação adequada e a ultrapassagem de algumas dificuldades relativas à diversidade de origens e formação dos elementos das FA a saber:

- os Quadros Superiores, os outros oficiais, os sargentos e as praças;
- os Quadros Permanentes e os Quadros de Complemento;
- os militares pertencentes à incorporação normal e os convocados;
- os elementos de origem europeia e os elementos nativos.

No TO de Moçambique pode dizer-se que a propaganda adversária, que utilizava, especialmente, a radiodifusão, não obteve sucesso sobre as nossas forças que mantiveram, de uma maneira geral, um moral, um sentido de missão e uma disciplina elevados.

Tal deveu-se a vários factores, que constituíam permanente preocupação dos Comandos, tais como:

- Sobreposição adequada das Unidades sem experiência de combate com as que iam ser rendidas no seu sector para garantir o conhecimento da zona de acção, as características da actuação do adversário e as particularidades das populações da área;
- Rotações das unidades, sempre que possível, para Sectores de actividade operacional mais reduzida ao fim de certos períodos de tempo (12,14 ou 16 meses num período de 2 anos) procurando evitar a excessiva fadiga;
- Rendições individuais e colectivas para os militares do recrutamento provincial, flexibilizando-se a regionalização sempre que possível;
- Miscigenação, a partir de 1967, das Unidades metropolitanas com militares nativos (ver neste capítulo);
- Constituição de Corpos Especiais (GE) formados por nativos, com especial relevância para os Grupos Especiais Paraquedistas (GEP) (ver neste capítulo);
- Eficácia de todo o edifício legislativo de apoio às famílias dos militares e real e oportuna acção do “Movimento Nacional Feminino”⁵⁵ em relação às famílias mais carenciadas e aos próprios militares no terreno;

⁵⁵ Sobre o “Movimento Nacional Feminino” (MNF) ver:

- 6º Volume desta obra – Aspectos da Actividade Operacional – Tomo I – Livro I – Angola, pg 207.
- A Guerra de África 1961-1974 de José Freire Antunes – Vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 1995 – Cilinha e o MNF – 82.000 mulheres – pg 421 e sgts.

- Acção do “Fundo de Conforto da República da África do Sul”;⁵⁶
- Acção relevante dos capelães militares, quer no aspecto litúrgico, quer particularmente, no apoio moral aos militares;
- Garantia dos períodos regulamentares de licença e facilidade na obtenção de transportes para a Metrópole ou da frequência de centros de licença em zonas adequadas (Lourenço Marques, Ilha de Moçambique e outros);
- Gravação, por equipas da RTP, de mensagens de Natal dos militares para as suas famílias, que posteriormente eram difundidas na Metrópole;
- Especial cuidado na execução do Serviço Postal Militar permitindo a recepção e envio atempado do correio no caso das Unidades mais isoladas (ver neste capítulo);
- Eficiência do Serviço de Intendência procurando colocar alimentos frescos e material de cantina em, praticamente, todas as Unidades;
- Grande capacidade de resposta do Serviço de Saúde quer no âmbito das evacuações (onde a Força Aérea teve um papel relevantíssimo) quer na prestação de cuidados médicos nos diferentes escalões;
- Prémio Governador Geral de Moçambique
Instituído, pela TAP, o Prémio Governador Geral de Moçambique era constituído por viagens de ida e volta à Metrópole (2 lugares semanais), a conceder a militares dos três Ramos das Forças Armadas e ainda a civis (propostos pelo Governador Geral), que mais se tivessem distinguido por actos de heroísmo e abnegação;⁵⁷
- Prémios por captura de Pessoal e Material In
Eram atribuídos a militares, a elementos das forças militarizadas ou a civis quando integrados na actividade operacional das Forças Armadas, quaisquer que fossem as circunstâncias em que se efectuasse a captura. A atribuição dos prémios obedecia a Normas Gerais e Normas Especiais especificadas na NEP OP II PMC de 26Jul72, 3ª Rep/QG/RMM. Os quantitativos dos prémios constam do Anexo G;

⁵⁶ Fundo destinado a apoiar os Militares Portugueses em Moçambique (e também Angola). Tinha, na RAS, Comissões Provinciais que faziam ofertas na medida das suas possibilidades. Estão referenciadas ofertas, pela comissão da Província do Cabo, de uma ambulância e pela comissão da Província do Natal, de dois aviões ambulância e de material cirúrgico e de reanimação de grande utilidade e custo. Eram também oferecidas lembranças, quer individuais (em especial na época natalícia), quer colectivas como rádios, gira discos, gravadores, projectores de cinema, material desportivo, etc. (Relatórios de Acção Psicológica 1, 3 e 4/69 do QG/RMM/5ª Rep).

⁵⁷ NEP 1ª Rep QG/RMM – V-4, aprovada por despacho de 2 de Julho de 1971.

- Informação oportuna e credível em particular através do boletim “Do Comandante ao Combatente” editado pela 5ª Rep do Comando Chefe⁵⁸ e que tinha grande aceitação entre as tropas.
- Difusão do suplemento semanal do jornal “Notícias” de Lourenço Marques, “Coluna em Marcha” destinado às Nossas Tropas e subsidiado pela RMM.
- Elaboração de jornais das Unidades.⁵⁹
- Recepção de revistas e livros enviados por várias entidades (em particular a Fundação Gulbenkian) bem como material para actividades desportivas.
- A criação de símbolos, guiões, hinos, emblemas e gritos de guerra, fortalecedores do espírito de corpo.

Se estes eram, de facto, os suportes principais para a defesa do moral das tropas havia ainda, a montante, um especial cuidado na Instrução de Quadros e Tropas com a realização de Estágios para oficiais e sargentos ministrados no Centro de Instrução de Acção Psicológica e com o programa de APsic para a Escola de Recrutas (Anexo H).

No entanto, existiam aspectos negativos para o moral das tropas em que o Comando dificilmente poderia intervir por estarem fora ou da sua área de competência ou da sua capacidade de intervenção, como era o caso das notórias desigualdades de vencimentos entre os militares e o funcionalismo público, este mesmo já considerado em nítida desvantagem em relação ao sector privado.

Considerado em todos os Relatórios de Acção Psicológica conhecidos como motivação negativa, este problema (que nunca teve solução adequada), envolvia não só questões materiais mas também a sensação de falta de respeito por aqueles que, diariamente, corriam muito mais riscos que os outros cidadãos.

Igualmente o distanciamento de parte da população civil da Província, em especial a de origem europeia, em relação à guerra que se travava no território e, também, aos militares nela envolvidos e que, efectivamente, os defendiam. O facto de as operações se desenvolverem a milhares de quilómetros dos grandes centros populacionais não deveria ser motivo para atitudes de desinteresse, quando não de hostilidade, que por vezes tiveram lugar e, até, eco nos meios de comunicação social, em especial a escrita.

⁵⁸ Iniciou a sua publicação no 1º trimestre de 1969 (Relatório APsic 1/69 – QG/RMM – Abril de 1969).

⁵⁹ Sobre jornais de Unidades publicados ver o Catálogo da Biblioteca do Exército, direcção do Cor. Alberto Ribeiro Soares, Biblioteca do Exército, Lisboa, 2003.

Tal não poderia deixar de afectar negativamente aqueles que, no meio de imensos sacrifícios e perigos, cumpriam as suas missões.

Poderá dizer-se, em síntese, que, de uma forma geral, a Acção Psicológica sobre as Nossas Tropas atingiu os objectivos pretendidos e necessários para a preservação do moral e bem estar, possível, do pessoal, pelo menos até à ocorrência de factos exógenos (Revolução do 25 de Abril e conversações do Governo Português com a FRELIMO) que, naturalmente, vieram criar situações de difícil controlo e gestão nesta matéria.

Características gerais das tropas em Moçambique

Unidades de Reforço (Recrutamento na Metrópole)

É a partir de 1959 que começa a concretizar-se a preocupação do Ministério do Exército pela defesa do Ultramar contra uma guerra de tipo subversivo, o que levou ao estudo e criação de um novo tipo de Unidades de escalão Companhia e Batalhão.⁶⁰

Assim foi possível, logo que necessário, começar a mobilizar na Metrópole com destino às Províncias Ultramarinas, Companhias e Batalhões de Caçadores, de Cavalaria e de Artilharia e que operavam como Unidades de Infantaria.

Foram, também, mobilizadas batarias e Grupos de Artilharia de Campanha, Esquadrões de Reconhecimento e Companhias de Engenharia que operavam como Unidades das respectivas Armas.

Foram, igualmente, mobilizados Pelotões de Intendência (PInt) – Serviço de Administração Militar, Pelotões de Apoio Directo (PA/D) – Serviço de Material, Pelotões de Morteiros, Pelotões de CanSRc e outros.

Era também recrutado e mobilizado na Metrópole, o pessoal destinado aos órgãos de Transmissões fixas do Serviço de Transmissões Militares, Serviço de Reconhecimento das Transmissões, Serviço Postal Militar e outros, bem como os recompletamentos para as Unidades e para as rendições do pessoal metropolitano que prestava serviço nas Unidades de Guarnição Normal das PU.

Deste esforço, realizado ao longo de mais de uma dezena de anos, e que era incrementado pela necessidade imperiosa de aumentar o número de Unidades em serviço nos três teatros de operações, cuja actividade coincidiu no tempo, resultou, a partir dos fins da década de 1960, uma

⁶⁰ Sobre este assunto ver "Subsídios para o estudo do esforço Militar Português na década de 50" – Estado-Maior do Exército, 1988 – Vol I, pág. 259 e seguintes.

carência de pessoal do Serviço Militar Obrigatório e num cansaço muito nítido do pessoal do Quadro Permanente que, na maioria dos casos cumpriu quatro (ou mais) comissões sucessivas nos três TO.

Tal deu origem a um reforço da miscigenação das Tropas Metropolitanas com as tropas do recrutamento das Províncias de que trataremos mais adiante, referindo o caso particular de Moçambique.

Tropas da guarnição normal

O recrutamento local processava-se de acordo com os efectivos previstos, sendo a instrução ministrada de acordo com os parâmetros e objectivos fixados para todo o Exército, necessariamente voltados para a guerra do Ultramar e a especificidade dos seus TO.

O contingente era sobretudo de Praças, com alguns Sargentos e Oficiais ⁶¹, sendo o enquadramento das Unidades da guarnição normal, em regra, europeu. A sua dispersão pelo dispositivo em Moçambique está já descrito no 4º. volume publicado em 1989 - Dispositivo das Nossas Forças - Moçambique (pág. 73 e seguintes).

Das tropas da guarnição normal faziam parte as Companhias de Caçadores que tomavam o nome das vilas e cidades onde estavam posicionadas, fazendo parte dos Batalhões da guarnição normal, normalmente apenas um por Distrito.

Ainda que as tropas da guarnição normal tivessem, como se disse, o seu principal enquadramento e comando à custa de Oficiais oriundos da Metrópole (em rendição individual), todo este dispositivo, em 1963, reflectia já a relevância do recrutamento moçambicano, apoiado por um Distrito de Recrutamento e Mobilização por cada Comando Territorial (Nampula, Beira e Lourenço Marques).

Tropas “Comandos”

Necessitando a Região Militar de Moçambique, devido à evolução da situação, de empenhar quase todas as Unidades que constituíam a sua Reserva, apenas ficando a dispor de 1 Bateria de Artilharia do GAC, de Nampula e do Esquadrão de Reconhecimento, de Lourenço Marques, foi decidido organizar, em 1964, à custa de elementos voluntários de várias Unidades, um Grupo de Combate de “Comandos”. Este foi organizado e treinado na Namaacha (Oeste de Lourenço Marques).

⁶¹ A instrução de oficiais e sargentos milicianos era ministrada na Escola de Aplicação Militar, em Boane.

Durante o período da Campanha, os Centros de Instrução da Metrópole e Angola enviaram para o TO de Moçambique 17 Companhias de Comandos: 2^a, 4^a, 7^a, 9^a, 10^a, 17^a, 18^a, 21^a, 23^a, 28^a, 29^a, 32^a, 34^a, 2040^a, 2043^a, 2045^a e 4040^a.

Contudo, a necessidade de aumentar o número de Unidades de Forças Especiais levou o General Comandante da Região Militar a criar, por despacho de 15 de Setembro de 1969, o Batalhão de Comandos de Moçambique, com sede em Montepuez.

Entre as missões deste Batalhão avultava a constituição de um “Centro de Instrução de Comandos”.⁶²

Neste Centro foram instruídas, com base no recrutamento local, entre Maio de 1970 e Setembro de 1973, 8 Companhias de Comandos: 1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 7^a e 8^a, tendo ainda iniciado instrução a 9^a que, contudo, já não fez qualquer intervenção operacional por, entretanto, ter terminado a guerra.

Moçambique foi o TO que mais empregou tropas “Comandos”, chegando, num mesmo período (1971/72), a existir 12 companhias, metade das quais moçambicanas, todas com elevados padrões de preparação, coragem e eficácia.

Ao todo 26 Companhias de Comandos actuaram no TO de Moçambique. As suas áreas de actuação, períodos de intervenção e discriminação constam do 4^o volume desta obra.

Tropas Paraquedistas e Fuzileiros Especiais

Embora não pertencendo ao Exército operaram em Moçambique, à ordem do Comando-Chefe, 2 Batalhões de Paraquedistas (BCP 31 - Beira e BCP 32 - Nacala) e ao longo da Campanha, 19 Destacamentos de Fuzileiros Especiais (DFE). A Marinha, além dos 19 DFE, dispôs no TO de 12 Companhias de Fuzileiros e 9 Pelotões de reforço.⁶³ Estes actuaram, fundamentalmente nos Sectores A, B e F e, em particular, no Lago Niassa e R. Zambeze.

Forças Auxiliares - GE, GER, GEPC

Em Janeiro de 1970⁶⁴ a RMM anunciou a constituição dos primeiros “Grupos Especiais de Milícias” para actuação a partir de estacionamentos em Cabo Delgado.

⁶² Depoimento do Ten-Gen Comando Júlio Oliveira, in Bernardo, Manuel Amaro – “Combater em Moçambique” – Editorial Prefácio, 2003.

⁶³ Sanches de Baêna CFr Luís – Fuzileiros – Factos e feitos na Guerra de África – 1961-1974 – Moçambique – Comissão Cultural da Marinha 2006.

⁶⁴ In “Guerra Colonial” – Diário de Notícias, pág. 459.

Efectivamente, em Março e Abril de 1970 os primeiros GE (202, 203, 206 e 207) começaram a actuar a partir, respectivamente, de Nairoto, Macomia, Palma e Mocímboa da Praia⁶⁵.

Estas tropas, com uma composição e articulação do tipo pelotão aligeirado, com voluntários seleccionados quase exclusivamente entre as etnias negras e enquadramento de início europeu mas, progressivamente também negro, tiveram um grande sucesso.

Em 1971 foi tomada a decisão de criar “Grupos Especiais Paraquedistas” (GEP). A partir do Centro de Instrução de Grupos Especiais, no Dondo (a norte da cidade da Beira) e com o apoio em instrutores e meios dos Batalhões de Caçadores Paraquedistas n.ºs 31 e 32, foram levantados 12 destes GEP.

Nesse Centro de Instrução eram, igualmente, instruídos os outros GE e, mais tarde, os “Grupos Especiais de Pisteiros de Combate” (GEPC) especialmente vocacionados para a referência e seguimento de grupos inimigos⁶⁶.

No total, e até ao fim da guerra, foram levantados cerca de 100 Grupos Especiais que desenvolveram relevante actividade operacional.



Figura 13 – Oficiais do Centro de Instrução de Pisteiros (Exército, Marinha e Força Aérea) Vila Pery/Outubro de 1970

⁶⁵ Ver Resenha Histórica – 4º Volume – Dispositivo das Nossas Forças, pág. 261 e seguintes.

⁶⁶ Ver “Relação das Unidades em Serviço na Província” – QG/RMM – 30Jun71

O conceito de “pisteiro de combate” nasceu dos contactos com o Exército Rodesiano que os empregavam em operações de contraguerrilha no seu território.

Há notícia do emprego de pisteiros dos “nossos amigos” (Rodesianos) em operações heli-transportadas (com helicópteros igualmente cedidos pelos rodesianos) realizadas em Tete, em Novembro e Dezembro de 1968. (Relatório de Comando 2/68 do QG/RMM – período de 1 Outubro a 31 Dezembro de 1968).

Posteriormente (em fins de 1969, princípios de 1970) militares portugueses frequentaram cursos de pisteiros na região de Chicó-Xangara, com instrutores rodesianos, criando-se, assim, os quadros e instrutores do Centro de Instrução de Pisteiros.

A NEP I/IP (constante da NEP ‘Operações’ – 3ª Rep/QG/RMM) de 30 de Janeiro de 1974 determina a realização de “Cursos completos de Pisteiros de Combate” com a finalidade de “proporcionar conhecimentos a Oficiais, Sargentos e Praças do Exército, Marinha e Força Aérea das diferentes unidades operacionais, da maneira como detectar e interpretar os rastros ou outros indícios deixados pelo In, a fim de mais facilmente se poder realizar a sua perseguição e captura ou aniquilamento.

Estes cursos funcionavam no CICAIV (Centro de Instrução de Cavalaria) em Vila Pery, posteriormente designado Centro de Instrução do Exército (documentação vária e depoimentos dos coronéis Maximino Chaves e Castro Neves).

Milícias do Distrito do Niassa

As Milícias do governo do Distrito do Niassa eram constituídas por naturais da região comandados por um caçador europeu, Daniel Roxo. Obtiveram assinaláveis êxitos nas acções que desenvolveram contra os elementos da FRELIMO.

Flechas (DGS)

A exemplo do que acontecera em Angola a DGS organizou em Moçambique, em 1973, uma força, igualmente designada por “Flechas”, cuja missão era a pesquisa de informações e a sua exploração imediata quando necessário.

O seu Centro de Instrução ficou sediado em Vila Pery (independente do CI do Exército).

Foi formado um número reduzido de combatentes com base em diversas etnias locais que recebiam instrução tipo “Comando”.

Estão referidas várias acções que realizaram em 1973 e 1974.

Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil

Em Agosto de 1960, pelo Diploma Legislativo nº 1999 da Província de Moçambique é criada a Defesa Civil da Província de Moçambique, “organização permanente que abrange toda a Província e tem por objectivo essencial assegurar, em tempo de guerra ou de emergência, a salvaguarda das pessoas, dos bens públicos e particulares e bem assim o regular funcionamento das actividades provinciais, pela actuação directa do sector civil, em que são incluídas todas as organizações e elementos populacionais que não façam parte das instituições militares ou militarizados propriamente ditas

À Defesa Civil pertence especialmente:

- “Colaborar com elementos militares ou militarizados na segurança interna;
- Promover a autoprotecção, até receberem auxílio adequado, de indivíduos isolados e de famílias ou de pequenos aglomerados populacionais, situados a distância de centros urbanos;
- Promover a ajuda mútua entre indivíduos, famílias, empresas ou agregados populacionais na sua defesa contra incidentes provocados por agitadores, contra incêndios ou destruições, contra faltas de abastecimentos vários e contra outras situações de emergência;
- Prestar primeiros socorros ou socorros de urgência, evacuação de feridos e sua rápida condução a locais de tratamento;
- Contribuir para a preparação cívica e moral das populações.

Todos os serviços públicos e estabelecimentos ou empresas comerciais, industriais ou quaisquer outras actividades, devidamente reconhecidos como de necessidade pública, devem organizar a sua própria defesa. (....)”

Mais tarde e pelo DL 44217, de 2 de Março de 1962 é criada a Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil, com a missão geral de “colaborar na defesa da integridade da soberania nacional quando ameaçada por actividades que perturbem a ordem e a segurança no território e concorrer para atenuar os efeitos de catástrofes ou calamidades públicas.”

Da sua actividade (operacional ou outra) não foi encontrada qualquer documentação, com excepção de orientações para colaboração na defesa de algumas linhas de caminho de ferro (ver Cap. VII)

Miscigenação das Forças Terrestres

O potencial humano integrante do contingente de tropas reflectiu, em Moçambique, no período a que nos reportamos, a História de Portugal dos últimos séculos, particularmente no que respeita à nossa natural tendência para a interpenetração de culturas diferentes.

De facto, quer no período de afirmação da soberania, quer durante as campanhas contra as forças alemãs, durante a I Guerra Mundial, sempre os nativos incorporaram as forças nacionais, fazendo, inclusivamente, parte dos contingentes que, de Moçambique, partiram em reforço dos meios existentes na Índia, Macau e Timor durante a II Guerra Mundial, de acordo, aliás, com o preconizado na Lei de Organização do Exército de 1937 (Lei 1960 de Setembro) no que respeita às Forças Ultramarinas.

Foi assim, com naturalidade, que as prioridades de defesa para Angola e depois para a Guiné, levaram ao aumento progressivo do recrutamento moçambicano, iniciado com as tropas da Guarnição Normal, e depois alargado às tropas especiais de Comandos, Grupos Especiais, Grupos Especiais Paraquedistas e Grupos Especiais de Pisteiros de Combate.

Pode dizer-se que todas as etnias constituíam as forças do recrutamento e quadrícula moçambicanas.

A partir de 1967 passaram a ser constituídos na RMM, os designados “Grupos de Integração”, (constituídos por sete cabos e trinta e quatro soldados) que completavam as Companhias de atiradores dos Batalhões de reforço idos da Metrópole.

No que respeita a Oficiais e Sargentos moçambicanos, os estudos incrementados pelas Missões e os seguintes ensinos liceal e técnico, oficial e particular, e a formação desenvolvida pelas redes sanitária e educativa, provo-

caram um enquadramento significativo de brancos, asiáticos, negros e mestiços.

O desenvolvimento do ensino, da assistência médica, do sector terciário nos principais pólos costeiros, do sector secundário na pequena indústria e transportes, permitiram, assim, absorver nas fileiras, como Oficiais e Sargentos, professores primários, do ensino técnico e liceal, profissionais de enfermagem, mestres de artes e ofícios, bancários, empregados nos serviços e, naturalmente, estudantes.

Acresce que as graduações que se processaram no TO, de cabos em furriéis, de sargentos em oficiais subalternos e de oficiais subalternos em capitães por valor e mérito próprio, sobretudo nas tropas normais e especiais Moçambicanas, vieram reforçar o espírito de corpo, principalmente junto de etnias onde o chefe tem de constituir exemplo.

Segundo John P. Cann ⁶⁷, no período de 1971/74 o recrutamento local, em Moçambique, ultrapassava já os 50% das tropas presentes no TO.

Esta percentagem é corroborada pelo Major General Sérgio Bacelar que refere 53,6% no final de 1973 ⁶⁸.

O Serviço de Reconhecimento das Transmissões (SRT)

Os primeiros elementos do Serviço de Reconhecimento das Transmissões (SRT) em Moçambique, foram oficiais de transmissões das Armas, ainda não habilitados com cursos tirados no âmbito do SRT (este serviço foi criado em 7 de Outubro de 1959, substituindo a antiga CHECIE) ⁶⁹, que tinham por missão controlar as actividades dos centros cripto ⁷⁰ das Unidades da Província.

Em Novembro de 1963 começou a funcionar em Lourenço Marques um Destacamento de Ligação e Reconhecimento das Transmissões (DLRT). Aos poucos, além da coordenação dos Centros Cripto (CCp) e difusão de normas de segurança das nossas transmissões, passou a interceptar e analisar as transmissões do inimigo. Ampliando a sua área de acção, passou, em 1966, a ter três destacamentos (Nova Freixo, Nampula e Ilha de Moçambique), que faziam a intercepção das nossas transmissões (no âmbito da segurança das mesmas), das emissoras de rádio situadas nos países limítrofes (transcreviam as notícias com interesse em relatórios periódicos - PERBOLRAD) e continuavam a pesquisar a existência de redes do inimigo, o que levou à detecção e identificação de algumas delas e à análise e estudo do seu tráfego.

⁶⁷ Contra Insurreição em África (1961-1974) – Edições Atena – 1ª Edição, 1998.

⁶⁸ Bacelar, Sérgio. A Guerra em África – 1961-1974 – Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto – Universidade Portucalense Infante D. Henrique – 2000 – pg 135.

⁶⁹ Chefia do Serviço de Cifra do Exército.

⁷⁰ Centro cripto – Órgão existente em todas as Unidades onde se efectuava a criptação e description das mensagens cujo teor não devia ser transmitido em linguagem clara.

O aumento da importância das informações obtidas fez com que o SRT em Moçambique fosse dotado de mais meios. Passou a existir um órgão de nível Chefia a partir de Novembro de 1967, o qual, além das funções de segurança das nossas transmissões (controlo dos CCp, análise de mensagens, aconselhamento e correcção do tráfego), passou também a interceptar a quase totalidade das redes inimigas da Tanzânia, Zâmbia e da própria FRELIMO, mas, sobretudo, as que operavam a partir das bases desta em M'Twara, Nachingwea e Songea, na Tanzânia.

Era feita a análise do tráfego, incluindo, após análise criptográfica, o que era transmitido em mensagens cifradas. Nas suas mensagens a FRELIMO utilizava sempre o português e a Zâmbia e a Tanzânia utilizavam o inglês. Esta última também utilizou o suahili em mensagens que, por desconhecimento da língua, os nossos analistas criptográficos, embora tivessem tentado, não conseguiram decodificar.

O esforço de pesquisa, interceptação e análise do tráfego do inimigo manteve-se até ao fim do conflito, sempre com muito bons resultados para os nossos departamentos de informações.

O Serviço Postal Militar

Desde sempre considerado um factor essencial do moral das tropas, o Serviço Postal Militar estava já considerado no Regulamento de Campanha⁷¹ no âmbito dos Serviços Especiais⁷².

O início, em 1961, das campanhas que vieram a desenrolar-se em vários territórios ultramarinos com a deslocação de grandes efectivos militares, puseram em evidência a necessidade de funcionamento do Serviço Postal Militar, tendo sido posta em execução alguma legislação avulsa, que permitiu o apoio postal indispensável às tropas.

Contudo, só em 1966, pelo Decreto-Lei 46826 de 4 de Janeiro⁷³ foi criado no Exército o Serviço Postal Militar (SPM) “destinado a prestar apoio postal às forças militares ou militarizadas sempre que estas se encontrem em situação de dele necessitarem”.

Eram indicadas como atribuições: “movimentar todas as correspondências postais e telegráficas destinadas às tropas ou por elas expedidas,

⁷¹ Regulamento de Campanha – Ministério do Exército, 3ª Direcção Geral - Estado-Maior do Exército – 4ª Repartição, 1956.

⁷² Eram considerados “Serviços Especiais” o Serviço Postal, o Serviço de Justiça, o Serviço de Polícia Militar, o Serviço de Contabilidade e Pagadoria, o Serviço Cartográfico, Fotográfico e Cinematográfico, o Serviço de Propaganda e Censura, o Serviço Meteorológico, o Serviço de Actividades Recreativas, o Serviço de Assistência Religiosa e o Serviço de Pesquisas Científicas.

⁷³ Ordem do Exército nº 1 – 1ª Série de 31 de Janeiro de 1966.

executar outras operações postais e utilizar todos os meios de acção adequados para que as correspondências e as encomendas destinadas às tropas cheguem ao seu destino o mais rapidamente possível”.

O SPM dependia do Chefe do Estado-Maior do Exército por intermédio do Ajudante General e compreendia, como órgãos de direcção a Chefia do Serviço Postal Militar e as Chefias do Serviço Postal Militar Regional e Territorial.

Os órgãos de execução compreendiam as Estações Postais Militares Centrais e Secundárias (EPM), os Postos Militares de Correio e de Trânsito de Malas (PMC) e as Estações Militares Auto.

O SPM era desempenhado por pessoal militar permanente ou do complemento e por funcionários do CTT e CTTU ⁷⁴, convocados nos termos da 2ª parte do nº 2 do artº 24 da Lei nº 1960 de 1 de Setembro de 1937. Os funcionários dos CTT e CTTU eram militarizados nos termos do Decreto 31495 de 1 de Setembro de 1941 e graduados de acordo com a correspondência entre os vários graus de hierarquia civil nos quadros dos CTT e seus equivalentes ultramarinos e a hierarquia militar.

O Decreto 46826 será regulamentado 4 anos mais tarde, pela Portaria 622/70 de 9 de Dezembro.

É assim, neste enquadramento legal e, até, antes dele, que o SPM se começa a instalar em Moçambique, nas datas e locais que a seguir se indicam: ⁷⁵

Chefia do SPMR	– Lourenço Marques (Julho de 1965 a Junho de 1975)
Estação Postal Militar nº 4	– Beira (29/10/62 a 21/5/75)
Estação Postal Militar nº 14	– Lourenço Marques (16/10/62 a 20/6/75)
Estação Postal Militar nº 24	– Nampula (2/11/62 a 5/5/75)
Estação Postal Militar nº 34	– Tete (19/9/63); Porto Amélia (8/9/66 a 29/12/74)
Estação Postal Militar nº 44	– Tete (17/2/70 a 15/12/74)
Estação Postal Militar nº 54	– Mueda (28/1/70 a 11/10/74)
Estação Postal Militar nº 64	– Vila Cabral (17/2/70 a 25/11/74)
P.M.C. 104	– Tete (8/9/66); Nacala (2/10/72 a 25/11/74)
P.M.C. 114	– Porto Amélia (14/12/65); Mueda (1/6/67); Quelimane (17/7/72 a 21/11/74)
P.M.C. 124	– Nova Freixo (Maio 72 a 29/11/74).

⁷⁴ CTT do Ultramar.

⁷⁵ Memórias do SPM – TCor SPM Francisco A. Sezinando e Cap. SPM Luis G. de Lima. EME – Chefia do Serviço Postal Militar – 1980 e depoimento do TCor Joaquim Pires Afreixo.

Em 1971 ⁷⁶ os órgãos do SPM apoiavam 568 unidades e manusearam os quantitativos de correspondência que se indicam:

Correspondência ordinária	60.776.861
Correspondência registada	594.197
Correspondência classificada	740.940
Encomendas Postais	752.954
Vales pagos	3.963
Valores declarados recebidos	64.623
Telegramas expedidos	6.956
Telegramas recebidos	24.236

Durante toda a campanha, o SPM cumpriu cabalmente a sua missão apesar das enormes distâncias a percorrer e a parcimónia e variedade dos meios de transporte que tiveram de ser utilizados para chegar às Unidades mais isoladas.

Serviço de Assistência Religiosa ⁷⁷

À Chefia do Serviço, nos termos do nº 1 do Artº 7º do DL 47188 de 8 de Setembro de 1966, competia superintender em todos os assuntos relativos à assistência religiosa e, em especial:

- Elaborar normas relativas ao Serviço;
- Estimar as necessidades do Serviço em capelães;
- Reunir e apreciar todos os elementos relativos à situação do pessoal e material do Serviço;
- Informar a Capelania-Mor sobre a situação eclesiástica e militar dos capelães;
- Coordenar e inspeccionar as actividades do Serviço e tomar conhecimento da sua execução pelo exame dos relatórios enviados periodicamente pelos capelães;
- Propor a aquisição do material de culto, bem como planear a sua manutenção e distribuição;
- Informar sobre os quantitativos das verbas necessárias ao exercício do culto e à assistência religiosa;
- Orientar a preparação do pessoal auxiliar do culto;
- Elaborar relatórios do Serviço.

⁷⁶ Relatório Logístico referido a 1971 – QG/RMM – 4ª Rep/Outubro de 1972.

⁷⁷ Elaborado a partir do relatório da Chefia Regional do Serviço de Assistência religiosa referente ao período de Outubro de 1971 a Outubro de 1973.

Este relatório foi facultado à CECA por cortesia de Monsenhor José Agostinho Moita, ao tempo Capelão-Chefe do Exército na RMM.

A Chefia do Serviço, sediada em Nampula, era composta por um Capelão Chefe (Major), um Sargento-Ajudante (Chefe da Secretaria), 2 cabos auxiliares de serviço religioso e 2 condutores auto.

Existiam na RMM, em 1971, 34 Capelães do Exército que se distribuíam conforme a figura abaixo.

É de referir que, sempre que necessário, os Capelães do Exército assistiam unidades de Fuzileiros ou da Força Aérea sedeadas na sua área de responsabilidade.

Existia ainda um Delegado da Capelania Mor, responsável pela pastoral castrense local e coordenador das actividades dos Capelães dos três Ramos das FA.

Porque o número de Capelães era inferior ao número de Unidades a apoiar efectuavam-se itinerâncias dentro de cada Sector ou sub-sector que, contudo, ficavam dependentes das disponibilidades de transporte, em especial o transporte aéreo.



Figura 14 – Localização das Capelarias
Relatório do Serviço Religiosa - Nampula 1973

A acção dos Capelães exercia-se, não só pela celebração dos actos de culto em especial junto das Unidades localizadas em zonas mais isoladas ou perigosas, mas também em actividades sociais como as Conferências de S. Vicente de Paula e Obras do Soldado, em palestras às tropas, na colaboração nos Jornais das Unidades e, em especial, nos aspectos da Instrução e Educação quer nas Aulas Regimentais, quer nas aulas liceais quer, ainda, nas escolas de aldeamentos.

Realizavam, habitualmente, visita aos presos e doentes sendo de referir o caso do Depósito Disciplinar, na ilha Chafina, em que a visita semanal prevista era, por vezes, limitada pelo estado do mar.

É igualmente relevante a actividade ecuménica desenvolvida nas regiões onde

o número de seguidores de outras religiões, em especial os muçulmanos e protestantes, o aconselhava.

A acção dos Imanes Muçulmanos e Pastores protestantes eram particularmente importantes nos Centros de Instrução (Boane e Montepuez), sempre em estrita colaboração com o Serviço Religioso.

Eram, igualmente, concedidas facilidades para o cumprimento dos deveres religiosos decorrentes do Ramadan e de outras festas religiosas muçulmanas, para o que existiam Normas acordadas pelos representantes das várias religiões e superiormente aprovadas.

É de referir o convite dirigido ao Capelão Católico de Mocímboa do Rovuma para falar, em duas sextas feiras, na Mesquita local.

O Natal e a Páscoa bem como o dia de finados eram, naturalmente, épocas de grande actividade dos Capelães, na procura de assistirem o maior número de Unidades possível, em especial as que se encontravam em locais mais isolados ou perigosos.

Os Capelães colaboravam activamente com os missionários nos trabalhos de evangelização.

Em zonas onde a missionização ainda não chegara, como era o caso do Norte do Niassa, e naquelas em que os missionários tiveram de sair devido à situação de subversão, a assistência aos cristãos era prestada, apenas, pelos capelães militares.

Assim, a acção dos capelães militares e da Chefia do Serviço de Assistência Religiosa foi, indubitavelmente, relevante não só para o Moral das Tropas no TO de Moçambique, mas também no apoio às populações civis.

Lembrar, apenas, por se tratar de um local dos mais difíceis de todo o TO, a acção das “equipas (dos capelães) de Mueda” a quem tantos ficaram a dever o apoio moral em momentos particularmente complexos e mesmo dolorosos.



Figura 14-A – Visita do Capelão Mor, Bispo de Madarsuma ao BCaç 2837

Generalidades

“O apoio logístico das forças empenhadas na luta contra a subversão, particularmente quando ela se desenvolve em territórios ultramarinos, pode ser muito condicionado pela grande dispersão das Unidades, pela existência de núcleos populacionais privados de recursos, pela carência de vias de comunicação e impraticabilidade de algumas durante certas épocas do ano e pela natureza ou variação do clima. As forças características de actuação do inimigo e a sua clandestinidade, originando um ambiente geral de insegurança e de instabilidade, também podem condicionar o apoio logístico de maneira particularmente relevante.

Por isso, as Unidades devem estar *aptas a actuar com certa independência táctica e logística durante largos períodos*.

Desta forma, para que o apoio logístico possa ser eficaz e oportuno, sujeito como está às mais variadas contingências, torna-se indispensável que a sua execução seja descentralizada até aos mais baixos escalões, embora obedecendo a directivas gerais emanadas dos órgãos superiores de direcção.”⁷⁹

Estes princípios aplicavam-se particularmente a Moçambique.

De facto, os condicionamentos estruturais do território com influência no planeamento e execução logística eram, à data do início das operações, os seguintes:

- configuração geográfica da Província, com grande desenvolvimento em latitude;
- grandes distâncias a percorrer e escassez das vias de comunicação terrestres, o que era agravado pela difícil transitabilidade do terreno em extensas áreas, mormente durante a época das chuvas;
- as poucas vias de comunicação terrestres com interesse logístico eram penetrantes, constituindo os rios sérios obstáculos aos movimentos na direcção Norte-Sul, acrescendo ainda o facto de serem quase inexistentes as obras de arte sobre esses rios;
- grande dependência da actividade logística das vias marítima e aérea;
- fracos recursos económicos da Província;
- as fontes de apoio logístico situarem-se em posição exterior relativamente à Província ou, quando no seu interior, em duas áreas restritas, afastadas

⁷⁸ Sobre este assunto ver – Coelho, Ten General Adelino Rodrigues “Organização Logística de Apoio aos Teatros de Operações – Moçambique” in Revista Militar, nº 6/7 Junho/Julho de 1997.

⁷⁹ O Exército na Guerra Subversiva – Vol. V – Administração e Logística – EME 1963. Subsídios para o Estudo da Doutrina aplicada nas Campanhas de África (1961-1974) EM – CECA – Lisboa 1990 (pág. 220 a 256).

das zonas activas – Beira e L.Marques. Esta última, a mais importante do interior, situa-se, até, em posição de máxima excentricidade;

- falta de infraestruturas civis, sanitárias, comerciais, industriais e de transportes, em quantidade e qualidade suficientes que permitam apoio eficaz à acção militar. De um modo geral, essa falta é total nas áreas de maior actividade militar.⁸⁰

A tudo isto acrescia a dependência quase total do Teatro de Operações (TO), da zona do interior (ZI) que era a Metrópole, até porque existia uma directiva governamental que impedia a satisfação das necessidades regionalmente ou seja, em especial, na África do Sul onde quase tudo poderia ser obtido.

A ligação ZI/TO, para efeitos logísticos, fazia-se quase totalmente por mar numa viagem que demorava cerca de 20 dias até ao único ponto de destino que se utilizava inicialmente e que era Lourenço Marques. Daí, e até ao destino final, o tempo de percurso era ainda maior.

Para se avaliar das dificuldades que o sistema oferecia, recorda-se o grave acidente ocorrido em 1969, na transposição do rio Zambeze em batelão (por não existir ponte), com uma coluna que, de Lourenço Marques, se dirigia para o Norte para entregar viaturas e transportar pessoal.⁸¹

Cerca de três meses depois e ainda sem condições de transposição do rio Zambeze, a não ser em Tete, realizou-se uma coluna “especial” integrando somente viaturas e que, saindo de Lourenço Marques, entrou na República da África do Sul, por Ressano Garcia, atravessou aquele território em direcção à Rodésia, daí seguindo para o Malawi por Tete e entrando novamente em Moçambique pela região de Nova Freixo, em direcção a Nampula.

Tal implicou, naturalmente, contactos com as autoridades dos países atravessados, alteração das matrículas das viaturas, condutores trajando civilmente, ausência de rastros comprometedores, etc.⁸²

Esta situação, que era extremamente gravosa para o apoio às tropas que combatiam no Norte do território, só começou a ter solução adequada a partir de 1970, como se verá.

Como refere o Gen. Adelino Coelho no seu trabalho já citado, podem ser consideradas três fases na evolução do apoio logístico, em Moçambique:

- “– *uma primeira fase*, que se estende até meados de 1964, que cobre o tempo de paz e a pré-insurreição, caracteriza-se por uma base logística em L.Marques e incipiente organização logística;

⁸⁰ A Logística na RMM – QG/RMM – 4ª Rep, Dezembro de 1970.

⁸¹ Ver Cap. IX.

⁸² Coelho, Ten Gen Adelino Rodrigues – “Organização Logística de Apoio aos Teatros de Operações” – Moçambique, já citado.

- a *segunda fase* vai desde o início das operações militares activas até finais do anos sessenta, com uma base logística que, progressivamente se desloca de L.Marques para Nampula e organização logística bastante mais desenvolvida no terreno, especialmente no Norte do território;
- a *terceira fase* começa a concretizar-se em 1970, consolidando-se nos anos subsequentes, quando Nampula se assume, por completo, na condução de todas as operações logísticas e o território é coberto por um dispositivo logístico coerente e perfeitamente ajustado às realidades operacionais.”

Na primeira fase, a Direcção Logística (4ª Rep. do Quartel General, Comandos e Chefias) situava-se em Lourenço Marques onde também se encontrava a maioria dos órgãos de execução. Destes, os que existiam nos Comandos Territoriais eram poucos e a maior parte ficava nas sedes desses Comandos (Ver fig. 15 – Dispositivo Logístico referido a 01 de Fevereiro de 1963).

A segunda fase caracteriza-se pelo avolumar do dispositivo logístico com natural incremento em Cabo Delgado, Niassa e Nampula. Contudo, a Direcção logística mantém-se em Lourenço Marques, só iniciando o seu deslocamento para Norte em 1967 com a instalação de Chefias Avançadas dos Serviços em Nampula (Ver fig. 16 – Dispositivo Logístico referido a Junho de 1967). De notar que só em 1969 o escalão principal das Chefias se instalará em Nampula, bem como a 4ª Rep. do Quartel General.

Era particularmente sensível a execução da função transporte, controlada pela 4ª Rep./QG e que continuou a ser accionada em Lourenço Marques, por só aí haver ligação rádio com a Metrópole.

Acresce que os materiais e os equipamentos vindos da Metrópole continuavam a ser encaminhados para Lourenço Marques quando o destino da maior parte deles era o Norte do território, o que criava gravíssimos problemas para o seu transporte dada a deficiência das vias terrestres e o reduzido número e capacidade dos navios que faziam cabotagem ao longo da costa.

Esta situação, ainda existente nos fins dos anos sessenta, limitava grandemente o apoio logístico às operações que, há cerca de cinco anos, se desenrolavam no Niassa, Cabo Delgado e Tete.

A revisão do “Estudo da Situação Logística” decorrente da chegada, em meados de 1969, de um novo Comandante Militar, o General Kaulza de Arriaga, e a procura de soluções para os problemas detectados, iniciam a 3ª fase.

Nesta fase são fulcrais três acções:

- Individualização e reformulação do sistema de transportes;
- Criação e aplicação do conceito de “Áreas Logísticas”;
- Continuação e término da deslocação para o Norte dos órgãos de Direcção Logística e das infraestruturas de apoio de base.

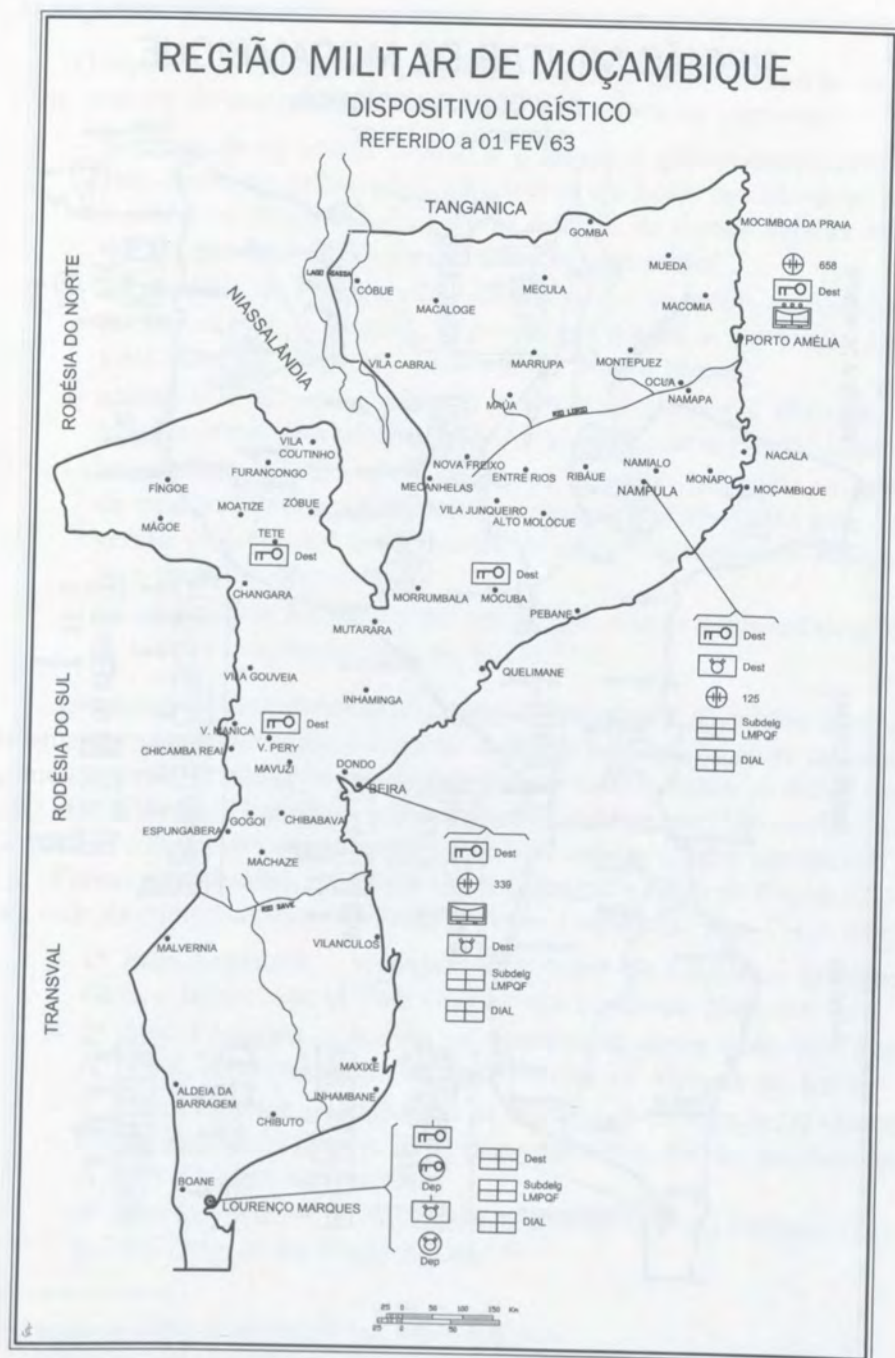


Figura 15 – Dispositivo Logístico referido a 01Fev63

Transportes

O sistema de transportes concebido assentou na consideração de um certo número de necessidades, das quais se realçam as seguintes:

- necessidade de que o pessoal e o material, provenientes do exterior, sejam desembarcados, não apenas em Lourenço Marques, mas também na Beira, Nacala e Porto Amélia, de acordo com as zonas do seu previsto emprego, consumo ou utilização;
- necessidade de reforçar consideravelmente os meios de transporte do litoral para o interior, nomeadamente para o apoio das áreas mais distantes daquele – distritos de Tete e Niassa;
- necessidade de estabelecer em bases mais seguras e eficientes as ligações aéreas no interior dos Distritos onde existe subversão violenta;
- necessidade de aproveitar, na maior extensão possível, os meios de transporte civis, mormente nas regiões não afectadas pela subversão violenta, a fim de libertar os meios de transporte militares para apoio às operações;
- necessidade de individualizar um serviço que se ocupasse de todos os assuntos de transportes da RMM.⁸³

Um completo entendimento do sistema de transportes planeado e progressivamente executado envolve o conceito de “Área Logística” que era entendida como “a porção de território, continente de Unidades e órgãos da RMM que, para efeitos de ‘vida logística’, nomeadamente quanto à recepção e evacuação de pessoal e abastecimentos, dependem de uma mesma origem geográfica.”⁸⁴

Foram consideradas, tendo em conta a geografia física da Província e a sua rede de comunicações terrestres, 4 “Áreas Logísticas” (fig. 17), a saber:

- 1ª Área Logística – abrangia os distritos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane (CTS). Origem em Lourenço Marques;
- 2ª Área Logística – incluía os distritos da Beira e de Vila Pery (CTC) e, principalmente, de Tete (Sector F). Origem na Beira.
- 3ª Área Logística – englobava os distritos de Moçambique (Sector C), da Zambézia (Sector D) e, principalmente, do Niassa (Sectores A e E). Origem em Nacala.
- 4ª Área Logística – compreendia o distrito de Cabo Delgado (Sector B). Origem em Porto Amélia.⁸⁵

⁸³ A Logística na RMM – QG/RMM – 4ª Rep., Dezembro de 1970.

⁸⁴ A Logística na RMM – QG/RMM – 4ª Rep., Dezembro de 1970.

⁸⁵ Ibidem.

Dentro de cada “Área Logística” eram considerados pontos de primeiro destino, de destino intermédio e de destino final.

– *Pontos de primeiro destino*

Estes pontos são as origens das quatro Áreas Logísticas, já definidas.

– *Pontos de destino intermédio*

Entre os pontos de primeiro destino e os pontos de destino final, o pessoal e o material terão de circular através de outros pontos, especialmente quando as suas áreas de emprego, consumo ou utilização se encontram afastadas dos primeiros. São os pontos de destino intermédio, assim definidos:

– Na 1ª Área Logística – a própria Lourenço Marques.

– Na 2ª Área Logística – a própria Beira e, principalmente, Tete.

– Na 3ª Área Logística – a própria Nacala, Quelimane e, principalmente, Nampula, Nova Freixo, Vila Cabral e Marrupa.

– Na 4ª Área Logística – a própria Porto Amélia, Mueda e Mocimboa da Praia.

– *Pontos de destino final* (ou de emprego, consumo e utilização)

Estes pontos são as localidades onde se encontram as sedes das unidades (para a grande maioria do pessoal e material) e as das subunidades para determinado pessoal, material crítico frágil, frescos e correio.

Assim, surge coerentemente o sistema de transportes concebido que compreende um *sistema primário* e alguns *sistemas secundários e terciários*. (Ver fig. 18)

– *Sistema primário*

É o que estabelece as ligações entre os pontos de primeiro destino, já definidos.

Os meios que utiliza são, fundamentalmente, o navio de Apoio Logístico “S. Braz”⁸⁶ e, entre os portos de Cabo Delgado, a Lancha de Desembarque Grande (LDG) “Cimitarra”, os aviões “Boeing 737”, da DETA, fretados e, ainda, navios de cabotagem.

– *Sistemas secundários*

São os que estabelecem, em cada Área Logística, as ligações entre os pontos de primeiro destino e os de destino intermédio, já referidos.

⁸⁶ Planeamento da Actividade Operacional – Comando Naval de Moçambique/Av – Nampula, Setembro, 1970.

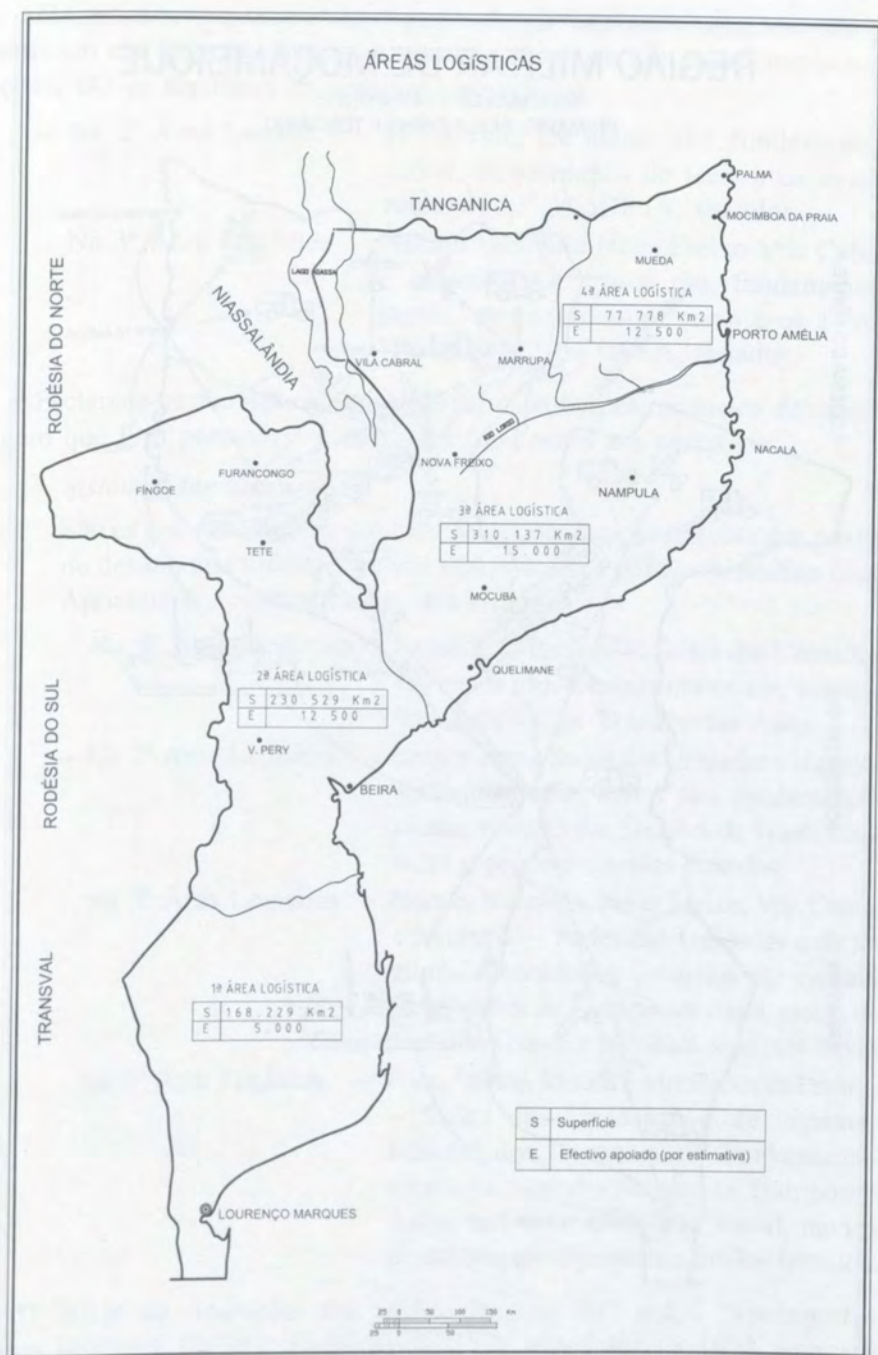


Figura 17 – Áreas Logísticas

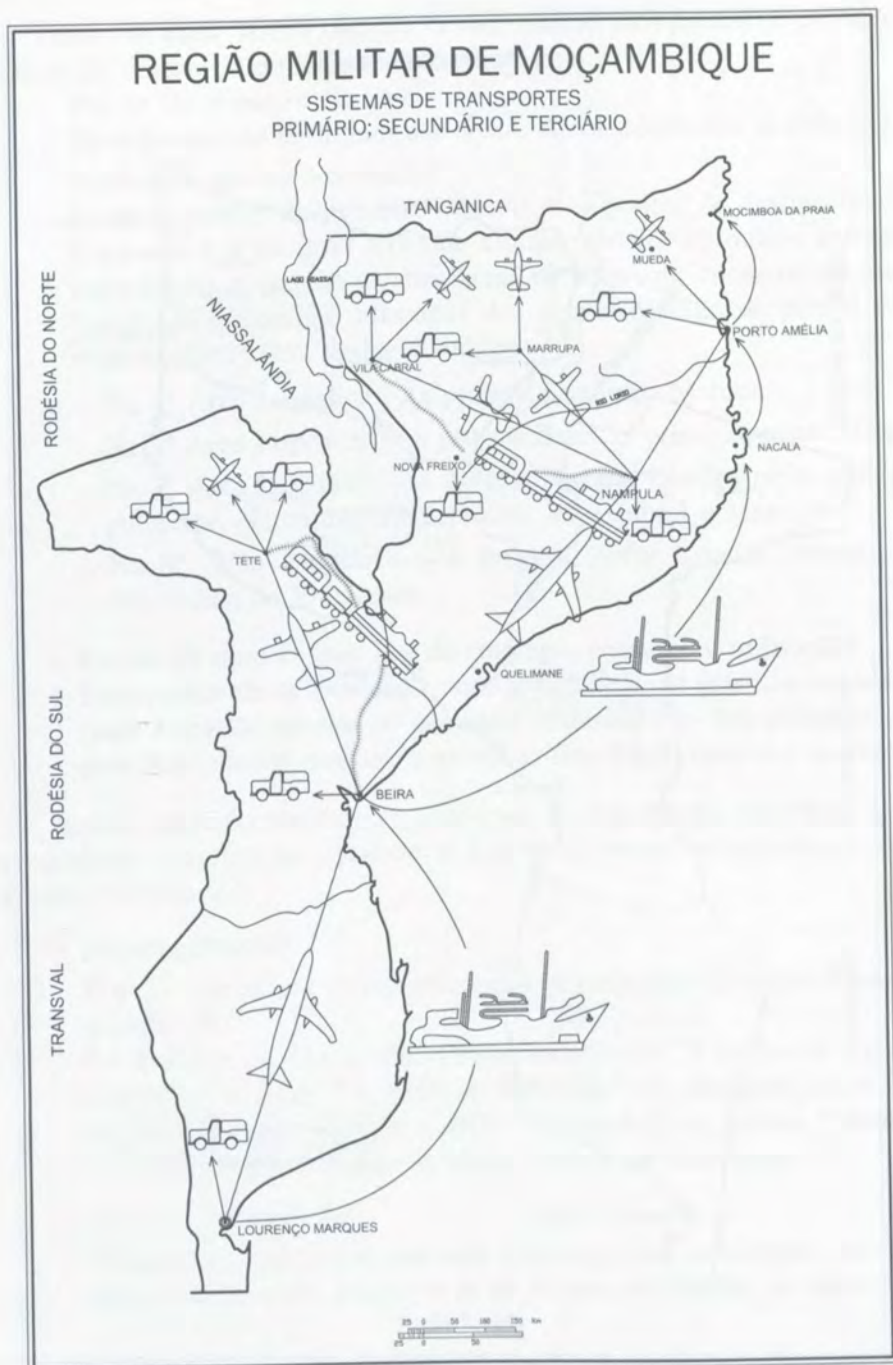


Figura 18 – Sistemas de Transportes

Ressalva-se que nas 1ª e 4ª Áreas Logísticas estes sistemas não se justificam em face das distâncias que se encontram em jogo. Nestas condições, são os seguintes os sistemas secundários:

- Na 2ª Área Logística – Beira-Tete. Os meios são, fundamentalmente, os caminhos de ferro e os aviões “Friendship”, da DETA, fretados.
- Na 3ª Área Logística – Nacala-Nampula-Nova Freixo-Vila Cabral e Marrupa. Os meios são, fundamentalmente, os caminhos de ferro e os aviões “Friendship”, da DETA, fretados.

Esclarece-se que nos caminhos de ferro se incluem os meios de camionagem que lhes pertencem e com eles funcionam em conexão.

– *Sistemas terciários*

São os que estabelecem, em cada Área Logística, as ligações dos pontos de destino intermédio entre si e destes com os pontos de destino final. Apontam-se, seguidamente, tais sistemas:

- Na 1ª Área Logística – Lourenço Marques – Sedes das Unidades. Os meios são, fundamentalmente, viaturas das Secções de Transportes Auto.
- Na 2ª Área Logística – Beira e Tete – Sedes das Unidades e algumas subunidades. Os meios são, fundamentalmente, viaturas das Secções de Transportes Auto e pequenos aviões fretados.
- Na 3ª Área Logística – Nacala, Nampula, Nova Freixo, Vila Cabral e Marrupa – Sedes das Unidades e de algumas subunidades. Os meios são viaturas das Secções de Transportes Auto, meios do Comando Naval e pequenos aviões fretados.
- Na 4ª Área Logística – Porto Amélia, Mueda e Mocímboa da Praia – Sedes das Unidades e de algumas subunidades. Os meios são, fundamentalmente, viaturas das Secções de Transportes Auto, meios do Comando Naval, navios de cabotagem e pequenos aviões fretados.

O início da operação dos aviões Boeing 707 pelos “Transportes Aéreos Militares (TAM)” permitiu que, em princípios de 1972, entrasse em execução o sistema de rendição das Unidades por via aérea.

Isso aumentou enormemente a importância e volume do terminal da Beira, único em condições de utilização imediata⁸⁷.

Em Janeiro de 1972, o Comando do BArt 3877 passa a constituir a Chefia do Serviço de Transportes.

O essencial sistema de transportes fica, assim, organizado e funcionará, a contento, até ao fim da campanha.

O Dispositivo Logístico referido a 03 de Agosto de 1970, consta da fig. 19.

Órgãos da Arma de Engenharia com funções logísticas

Todos os órgãos da Arma de Engenharia pertenciam ao “Agrupamento de Engenharia de Moçambique (AEM)”, que tinha a sua sede em Nampula. Eram órgãos com funções logísticas, os seguintes:

- 2 Companhias de Construções, uma com sede na Beira, cuja área de apoio incluía a 1ª e 2ª Áreas Logística, e outra com sede em Nampula, apoiando a 3ª e 4ª Áreas Logísticas.
- Companhia de Depósito de Material de Engenharia, com sede em Nampula, que geria 4 Depósitos Base de Material de Engenharia (Lourenço Marques, Nacala, Beira e Porto Amélia) e 6 Depósitos Avançados de Material de Engenharia (Vila Cabral, Nova Freixo, Nampula, Mocimboa da Praia, Mueda e Tete).
- Companhia de Manutenção de Equipamento de Engenharia (Nampula). Tinha a responsabilidade do apoio às Companhias de Engenharia, dispondo de tantos Destacamentos de Manutenção quantas aquelas, e apoiando, ainda, todo o material de Engenharia da RMM.

Órgãos da Arma de Transmissões com funções logísticas

O Comando das Transmissões estava instalado em Nampula e tinha a dupla função de Comando da Arma e Chefia do Serviço.

O seu órgão de execução era a “Companhia de Reabastecimento e Manutenção de Material (CReabManMatTm), com sede igualmente em Nampula.

Esta Companhia tinha a responsabilidade de:

- Obter, armazenar e distribuir o material de transmissões de campanha a toda a Região Militar;

⁸⁷ Relatório Logístico – Ano 1971 – QG/RMM/4ª Rep. – 1972.

REFERIDA a 03 AGO 70

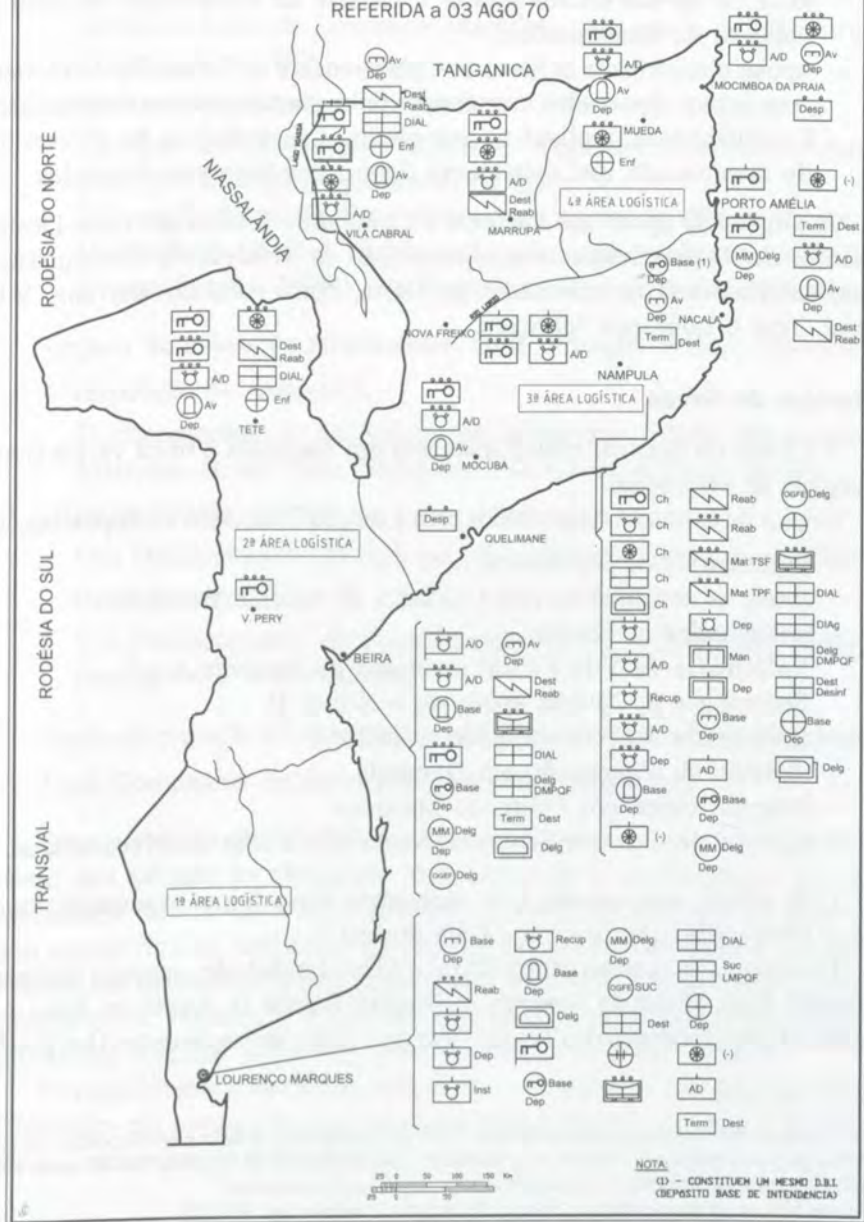


Figura 19 – Dispositivo Logístico referido a 03Ago70

- Coordenar, para o Comando das Transmissões, os problemas de distribuição, existências, situação operacional, transferências, aumentos e abates de todo o material de transmissões de campanha em carga à RMM;
- Realizar na sua oficina fixa o 3º escalão de manutenção de todo o material de transmissões;
- Apoiar directamente os Sectores Operacionais e os Comandos Territoriais com órgãos destacados com função de reabastecimento e manutenção;
- Eventualmente, realizar na sua oficina fixa trabalhos do 4º escalão de manutenção que estivessem dentro das suas possibilidades.

Os órgãos de apoio aos Sectores e Comandos Territoriais eram Destacamentos de Reabastecimento e Manutenção de Material de Transmissões (DestReabManMatTm) com sedes na Beira, Porto Amélia, Marrupa, Vila Cabral, Tete e Lourenço Marques.

O Serviço de Saúde

A Chefia do Serviço estava instalada em Nampula e tinha vários tipos de órgãos de execução.

Órgãos de execução relacionados com a função Evacuação e Hospitalização:

- Enfermarias de Sub-Sector
Eram as enfermarias das Unidades de escalão Batalhão
- Enfermarias de Sector
Enfermaria de Vila Cabral apoiando os Sectores A e E
Enfermaria de Mueda apoiando o Sector B
Enfermaria de Tete apoiando o Sector F
- Hospital de Evacuação em Nampula
- Hospital Geral em Lourenço Marques
- Centros de Convalescentes – Namaacha e Ilha de Moçambique.

É de referir que sempre que necessário eram feitas evacuações quer para a Metrópole, quer para a África do Sul⁸⁸.

Existiam ainda acordos entre a RMM e a Universidade de Lourenço Marques, o Hospital Egas Moniz de Nampula, o Hospital Rainha D. Amélia na Beira e o Hospital Miguel Bombarda de Lourenço Marques, para a utilização destes Hospitais⁸⁹;

⁸⁸ Com este país foi firmado um acordo pelo qual "militares portugueses, brancos e de cor, podiam ser evacuados para enfermaria multi-raciais, expressamente para tal criadas, de Hospitais Sul Africanos onde existissem tipos de assistência ou tratamentos não viáveis em Moçambique".
Arriaga, Kaulza – Guerra e Política, Edições Referendo. 2ª edição, pág. 302/303.

⁸⁹ Ver "Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974), EME, CECA, Lisboa 1990.

Órgãos de execução relacionados com a função *Reabastecimento*:

– Reabastecimento de Material Sanitário

Depósito Base de Nampula, para apoio dos Sectores A, C, D e E
Depósito Base de Lourenço Marques, para apoio dos Sectores B e F e CTS e CTC

– Reabastecimento de Medicamentos

Sucursal do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (LMPQF), para apoio do CTS

Delegação do LMPQF na Beira, para apoio do CTC e Sector F

Delegação do LMPQF, em Nampula para apoio dos Sectores A, C, D e E

Delegação do LMPQF, em Porto Amélia para apoio ao Sector B;

Órgãos de execução relacionados com a função *Serviço Técnico*:

– Inspeção de Alimentos

Destacamentos de Inspeção de Alimentos (DIA) em Lourenço Marques, Beira, Tete, Nampula, Vila Cabral e Porto Amélia

– Inspeção de Águas

Um Destacamento (DIAg) em Nampula apoiando toda a RMM

– Desinfestação

Um Destacamento de Desinfestação (Dest. Desinf) em Nampula para apoio a toda a RMM;

Órgão de execução relacionado com a função *Instrução e Recomeplemento*:

Uma Companhia de Saúde, em Lourenço Marques.

De notar que a diminuição de médicos disponíveis para a incorporação militar deu origem ao Despacho Ministerial de 4 de Fevereiro de 1971, que reduzia de 100 para 87 o número de médicos militares de medicina geral em serviço no território. Tal medida obrigou a que apenas existissem médicos em permanência nos locais mais sensíveis e onde não existissem médicos civis, fazendo o apoio sanitário às outras Unidades por meio de itinerâncias médicas utilizando principalmente os meios aéreos.

Foi igualmente constituída uma reserva de médicos não só para atribuir a Unidades em operações, mas também para permitir rotações e substituir médicos durante as suas licenças⁹⁰.

⁹⁰ Relatório Logístico referente a 1971 – QG/RMM/4ª Rep. – Outubro de 1972.

O Serviço de Intendência

A Chefia do Serviço estava instalada em Nampula e dispunha dos seguintes órgãos de execução:

- Batalhão de Intendência de Moçambique, com sede em Lourenço Marques, a 4 Companhias de Intendência (CInt).
- 1ª CInt, com sede em Porto Amélia, apoiava a 4ª Área Logística. Accionava 2 Pelotões de Intendência (PInt) com sede em Porto Amélia e Mueda e uma Secção de Intendência em Palma
- 2ª CInt, com sede em Vila Cabral, apoiava o Sector A. Accionava 2 PInt, ambos sedeados em Vila Cabral
- 3ª CInt, com sede em Nova Freixo, apoiava os Sectores E e D. Accionava 3 PInt em Nova Freixo, Marrupa e Mocuba
- 4ª CInt, com sede em Moatize, apoiava a 2ª Área Logística e accionava 2 PInt, em Moatize e Vila Pery.
- Depósitos Base de Intendência localizados em Lourenço Marques, Beira, Nacala e Porto Amélia.
- Sucursal da Manutenção Militar em Lourenço Marques, com 3 Delegações na Beira, Nampula e Porto Amélia.
- Sucursal das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, com 3 Delegações na Beira, Nampula e Porto Amélia.

O Serviço de Material

A Chefia do Serviço estava instalada em Nampula e tinha como órgãos de execução:

- Batalhão de Instrução e Depósito, com sede em Lourenço Marques, e que compreendia:
- Companhia de Comando e Serviços, em Lourenço Marques;
- Companhia de Instrução, em Lourenço Marques;
- Companhia de Depósito de Material, com sede em Lourenço Marques, e 4 Pelotões de Depósito de Material em Lourenço Marques, Beira, Nacala e Porto Amélia;
- Secção de Cargas e Registo de Material, em Lourenço Marques;
- Companhia de Depósito de Sobressalentes em Nampula, com 4 Pelotões de Depósito de Sobressalentes em Lourenço Marques, Beira, Nampula e Porto Amélia.

- Batalhão de Manutenção de Material, com sede em Nampula, e que compreendia:
- Companhia de Comando e Serviços, em Nampula;
- Companhias de Recuperação, na Beira e Nampula;
- Companhias de Apoio Directo em Moatize (com Pelotões de Apoio Directo (Pel A/D) em Moatize e Dondo), em Nova Freixo (com Pel A/D em Vila Cabral (2), Marrupa, Mocuba e Nova Freixo), em Porto Amélia (com Pel A/D em Mueda, Mocímboa da Praia e Porto Amélia) e um Pel A/D em Nampula;
- Companhia de Munições, com sede em Nampula e Pelotões de Munições e Explosivos em Porto Amélia, Dondo e Nampula.

O Serviço de Transportes

A Chefia do Serviço estava instalada em Nampula e tinha como órgãos de execução 4 Companhias de Transportes.

– 1ª Companhia de Transportes

Com sede em Lourenço Marques, a sua área de apoio incluía a 1ª e 2ª Áreas Logísticas e tinha na sua dependência 2 Destacamentos Terminal em Lourenço Marques e Beira e 1 Secção de Controlo de Pessoal e Material, em Moatize.

– 2ª Companhia de Transportes

Com sede em Nampula, a sua área de apoio incluía o Sector C e tinha na sua dependência 1 Destacamento Terminal em Nacala, 1 Secção de Despacho em Nampula e 1 Secção de Controlo de Pessoal e Material em Nampula.

– 3ª Companhia de Transportes

Com sede em Nova Freixo, apoiava os Sectores A, D e E, e tinha na sua dependência 4 Secções de Controlo de Pessoal e Material em Nova Freixo, Vila Cabral, Marrupa e Quelimane, e uma Secção de Despacho em Quelimane.

– 4ª Companhia de Transportes

Com sede em Porto Amélia, apoiava a 4ª Área Logística e tinha na sua dependência 1 Destacamento Terminal em Porto Amélia, 2 Secções de Controlo de Pessoal e Material em Mueda e Mocímboa da Praia e 1 Secção de Despacho em Mocímboa da Praia.

Existiam ainda Pelotões de Transportes Auto e Secções de Transportes Auto que se localizavam e organizavam de acordo com as necessidades de transporte.

*Artigos críticos*⁹¹

Eram considerados “*artigos críticos*” os artigos necessários às operações ou à vida das tropas em que concorressem um ou mais dos seguintes factores:

- Dificuldade de obtenção;
- Inexistência temporária ou reduzida existência;
- Custo elevado;
- Grande importância para as Operações projectadas ou em curso;
- Interesse do Comando em controlar a sua distribuição.

Em 1970, os artigos considerados *críticos* na RMM, eram:

A cargo da Arma de Engenharia: barracas metálicas; barracas de lona; moto bombas; moto serras; geradores; tractores agrícolas; pesquisadores de minas; depósitos flexíveis de borracha; atrelados de água e auto-tanques; depósitos elevados de água (metálicos) e barcos pneumáticos.

A cargo da Arma de Transmissões: Postos de rádio de todos os tipos⁹² e carregadores de baterias.

A cargo do Serviço de Saúde: filtros colectivos; bolsas de enfermeiro e atrelados sanitários.

A cargo do Serviço de Intendência: colchões pneumáticos e câmaras frigoríficas.

A cargo do Serviço de Material: viaturas TP; viaturas TG não especiais; morteiros; metralhadoras; lança granadas foguete.

⁹¹ A Logística na RMM – QG/RMM/4ª Rep., Dezembro de 1970.

⁹² Os tipos de Rádios eram:

- A – SHARP; ONKYO.
- A/B – AVF-736; AVP1; THC-766
- B – AN/PRC-10
- C – HF-156; CHP1
- C/D – RACAL TR-28
- D – AN/GRC-9; DHS-1
- E – QRTA-1A+AN/GRC-9; MARCONI E HS-1
- F – TRT-FBU-340; RACAL RT-422B

(NEP/OP I SC de 23Jun71 – 3ª Rep/QG/RMM).

O facto de constarem da relação de “*artigos críticos*” artigos como pesquisadores de minas, postos de rádio, bolsas de enfermeiro, câmaras frigoríficas, viaturas, morteiros, metralhadoras e lança granadas foguete, dá ideia das carências sentidas pelas Tropas numa época de grande actividade operacional.

Esta situação não sofreu alterações sensíveis até ao fim da campanha.

*Equipamento das Subunidades de Intervenção*⁹³

Para garantir a mobilidade das Subunidades de Intervenção e a sua actuação táctica com permanência a partir de bases temporárias, face aos novos conceitos operacionais de emprego das forças, estudou-se e definiu-se um lote de materiais (Lote de Intervenção), com as seguintes características:

- possibilidade de ser transportado por via aérea num avião tipo Nordatlas;
- capaz de garantir a autonomia mínima de 15 dias às forças destacadas em operações;
- equipamento, em meios de bivaque, adequado à instalação das tropas, sem necessidade de improvisações ou recursos aos meios locais;
- adequada capacidade em armamento, meios de transmissões, saúde e outros.

A mobilidade táctica destas subunidades é garantida por um “pool” de viaturas e atrelados, existentes nos Comandos de Sector que possuem ou recebem estas forças.

Nestes termos, foram equipadas as seguintes Subunidades:

- o Batalhão de Comandos;
- 8 Companhias de reserva do CCM;
- 18 Companhias de Intervenção dos Sectores (FIS);
- a Companhia de Morteiros Médios, as Companhias de Engenharia e as Baterias de Artilharia operacionais, mas apenas com alguns dos artigos em falta.

A composição do “Lote de Intervenção”, tipo Companhia, estabelecida ainda a título experimental, consta dos quadros seguintes.

A utilização dada aos lotes de intervenção tem sido frequente e intensa e em todos os sectores activos da RMM.

⁹³ Relatório Logístico referido a 1970 – 4ª Rep/QG/RMM.

Não obstante estes factos, verifica-se que a composição estudada tem correspondido amplamente às exigências de mobilidade e de apoio logístico das tropas em operações.

O custo inicialmente previsto para cada um destes lotes, descontados os meios habitualmente atribuídos às subunidades (armamento, equipamento individuais e meios de transmissões nomeadamente) foi o seguinte:

– Artigos a cargo da Arma de Engenharia	276.605\$00
– Artigos a cargo do Serviço de Material	115.406\$00
– Artigos a cargo do Serviço de Intendência	<u>240.024\$00</u>
TOTAL	632.035\$00

LOTE DE INTERVENÇÃO TIPO COMPANHIA
(A título experimental)

	MATERIAL	QUANTIDADES
ENGENHARIA	Tendas 16/20 P	12
	Gerador "HONDA" c/conjunto de iluminação	1
	Moto-bomba "HONDA" 2 pol	1
	Moto-serra	1
	Pás	12
	Picaretas	12
	Machados	4
	Catanas	12
	Serrões	2
	Lanternas lapiseiras	20
	Sacos da terra	200
	Depósitos flexíveis de 1.500 l	2
TRANSMISSÕES	E/R TIPO A	12
	E/R TIPO B	4
	E/R TIPO C/D	5
	Grupos de carga	1
	Lapiseiras very-light	20
INTENDÊNCIA	Colchões pneumáticos	1/h
	Impermeáveis leves	1/h
	Mantas leves	2/h
	Jerricans para água	16
	Petromax	4
	Congeladores "ZERO"	2
	Candeeiros lanternas	12
	Colecção de material de cozinha (a)	1
	Colecção de material de secretaria (b)	1
SAÚDE	Bolsas de enfermeiro	2
	Bolsas de maqueiro	4
	Filtros individuais	1/h
	Filtro colectivo "BERKFELO" m/portátil	4
	Filtro colectivo "F. B. P."	1
	Macas articuladas	2
	Lote de material e medicamentos (do atrelado sanitário)	1
MATERIAL	Equipamento individual (c)	1/h
	Espingardas G-3	1/h
	Morteirete 60 ou morteiro 60	3
	Metralhadora HK - 21	8
	Metralhadora MG - 42	2
	Lança granadas foguete 8,9 cm	3
	Óculos de protecção	12
	Bússolas	8
	Binóculos	5
	Equipamento de destruição Nº 1	1
	Canivete tipo "Suíço"	1/h

(a) Colecção de material para confecção e distribuição do rancho:

Caldeiros p/ 50 praças	3
Fogões de caldeiro p/ 50 praças	3
Caldeiros p/ 100 praças	2
Fogões de caldeiro p/ 100 praças	2
Caços	8
Escumadeiras	8
Frigideiras	2
Facas de cozinha	2
Garfos de cozinha	2
Sacos p/ géneros	12
Embalagem para açúcar	1
Embalagem para café	1
Caixa de distribuição m/ 907	1

(b) Colecção de material para secretaria:

Cofre arquivo	1
Base metálica para cofre arquivo	1
Mesas articuladas	2
Bancos articulados	3
Cadeiras metálicas articuladas	4
Máquina de escrever MESSA m/ 46	1
Agrafador	1
Máquina de furar	1
Furador c/ cabo	1
Régua de 50 cm	1

(c) Composição do equipamento individual:

Cinturão	1
Cartucheiras	1 p
Suspensórios	1 p
Bornal	1
Cantil m/ 64	1
Cantil aligeirado	1
Pano de tenda	1
Porta granadas	1 p
Saco de acessórios	1
Marmitas	1

Estruturas superiores políticas e militares

Generalidades

A Lei 2051 de 15 de Janeiro de 1952 que promulgou as bases da organização da defesa nacional determinava, na sua base VIII, "Haverá em cada um dos territórios ultramarinos de Angola, Moçambique, Índia e Macau um Conselho de Defesa Militar para os assuntos que interessem à sua defesa ou à sua colaboração na defesa geral da Nação e sobre os quais os Governadores devam tomar decisões ou tenha de haver decisão do Governo Central.

O Conselho é constituído pelo Governador, que preside, comandante militar, chefe do estado maior, chefe dos serviços de marinha e por quaisquer outras entidades que, pelas suas atribuições, o Governador julgue conveniente nomear ou ouvir eventualmente ..."

Tratava-se, pois, de uma estrutura simples de coordenação que era ainda facilitada pelo facto dos Governadores serem, à época, geralmente militares.

Anote-se que o cargo de Comandante Militar da Província foi criado pelo Decreto Lei 23.228 de 15 de Novembro de 1933⁹⁴ e referido nos Decreto Lei 24.692 de 23 de Novembro de 1934⁹⁵, Decreto Lei nº 37542 de 2 de Setembro de 1949⁹⁶, Lei 2060 de 3 de Abril de 1953⁹⁷ e Decreto Lei 39.541 de 16 de Fevereiro de 1954⁹⁸.

A 3ª Região Aérea (com sede em Lourenço Marques e abrangendo a Índia Portuguesa, Macau e Timor) foi criada pelo Decreto Lei nº 40.949 de 28 de Dezembro de 1956 e o Comando Naval de Moçambique pelo Decreto Lei 41.057 de 8 de Abril de 1957.

Em meados de 1961 e devido ao evoluir da situação em África, o território da Província foi considerado como um Teatro de Operações (TO) individualizado, com um comando próprio, "Comando-Chefe", com as características de Comando Unificado com dependência, responsabilidades e competências definidas em "Carta de Comando" e, de acordo com as disposições legais existentes, exercido, em regime de acumulação, pelo Governador Geral (G.G.). Dava-se assim resposta à necessidade de coordenação das estratégias particulares a desenvolver a partir de uma estratégia geral de carácter político militar.

⁹⁴ Carta Orgânica do Império Colonial Português.

⁹⁵ Regulamenta o anterior no que respeita aos Comandantes Militares.

⁹⁶ Determina a passagem para a dependência do Ministério da Guerra dos Serviços Militares das Colónias, incluindo as tropas constituídas ou destacadas.

⁹⁷ Promulga a organização geral, recrutamento e serviço militar das Forças Armadas Ultramarinas.

⁹⁸ Fixa os Quadros e Efectivos das Forças Armadas Ultramarinas.

Em 1963, sendo Governador Geral (GG) e Comandante Chefe o Vice-Almirante Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, foi nomeado Comandante Chefe Adjunto o Brigadeiro António Augusto dos Santos, com a missão de apoiar o GG nos assuntos militares e fazer ligação com os Comandos Naval, da Região Militar e da Região Aérea.

Em 1965, o Ministro da Defesa Nacional, Gen Manuel Gomes de Araújo, emite a “Directiva nº 22 – Para a criação e organização de um PC avançado no Norte da Província”, dirigida ao Comandante Chefe de Moçambique⁹⁹.

Na sequência deste documento, o Comandante Chefe de Moçambique difunde, em 22 de Setembro, a “Directiva 9/65 – Para a estruturação de Comandos em Moçambique”, onde era estabelecida uma “Zona de Intervenção Norte” (ZIN), com comando próprio e sede em Nampula e cuja Zona de Acção compreendia, numa primeira fase, os Distritos de Cabo Delgado, Niassa e Moçambique.

Em Março de 1966 o Ministro da Defesa Nacional emite a Directiva nº 23¹⁰⁰ que “esclarece, completa e precisa a doutrina da Directiva 22 ...”

Esta Directiva tem como principal consequência a efectiva transferência dos órgãos principais dos Quartéis Gerais dos três Ramos das F.A. para Nampula, o que ocorreu a partir de Julho de 1966. O esforço principal do Comando das Forças transferia-se, efectivamente, para Norte, para junto das áreas afectadas.

Em Outubro de 1966 o Ministro da Defesa Nacional emite nova Directiva, a nº 26¹⁰⁰, que adopta a solução de criar para a ZIN um “Comando Chefe Adjunto” organizado com um Comandante, o Comandante Chefe Adjunto e um órgão de trabalho, o Gabinete Militar do Comandante Chefe Adjunto⁹⁹.

Posteriormente, foi extinto o Comando da ZIN passando a funcionar em Nampula, sucessivamente, o PCAv/RMM, o QGA/RMM e o QG/RMM (ver fig. 20).

Quando, em 1968, foi empossado um civil como Governador Geral de Moçambique (o Dr. Baltazar Rebelo de Sousa), foi nomeado um Comandante Chefe (o General António Augusto dos Santos) tendo sido extinta a função de Comandante Chefe Adjunto.

O Comandante-Chefe emite em Novembro de 1968 a Directiva 1/68 - Para a Estruturação de Comandos em Moçambique.

⁹⁹ Lembra-se que o Comandante Chefe era o Governador Geral por ser militar.

¹⁰⁰ Ver Cap V.

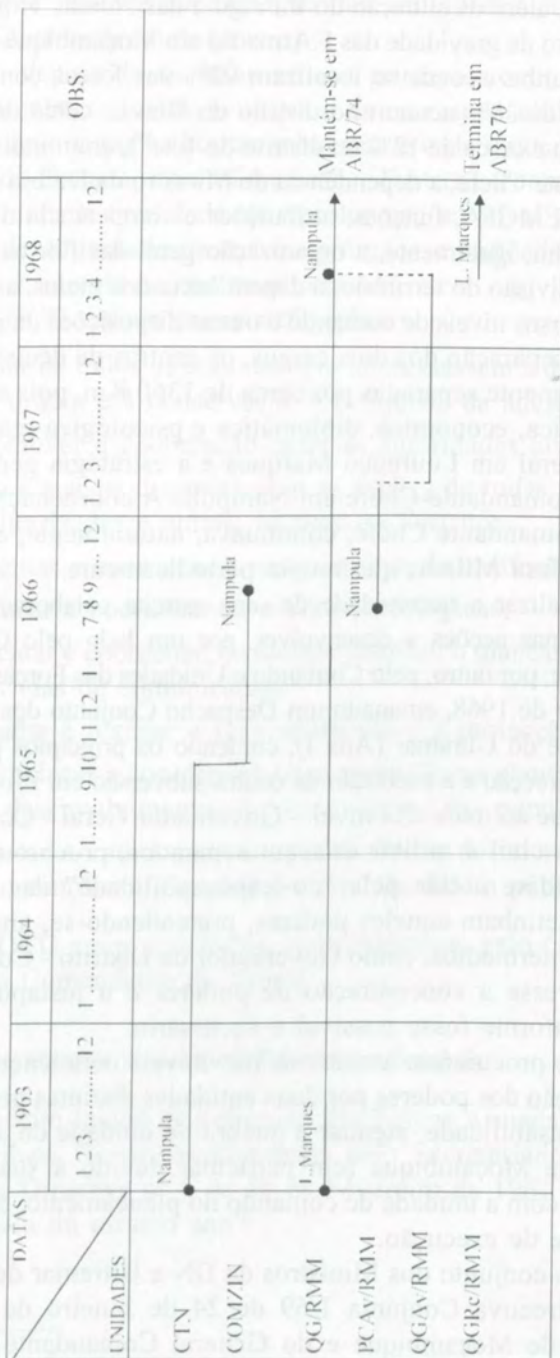


Figura 20 – A articulação do Comando da RMMOÇAMBIQUE
Dispositivo Graficado de 1963/1968

Nesta Directiva, além da situação do Inimigo e das Nossas Tropas (onde se referia que “o centro de gravidade das F.Armadas em Moçambique encontrase a Norte do rio Zambeze, onde se localizam 92% das forças combatentes. Dessas forças, cerca de 30% actuam no distrito do Niassa, cerca de 25% no Distrito de C.Delgado e cerca de 12% no distrito de Tete”), eram indicadas, em relação ao Comandante Chefe, a dependência do Ministro da Defesa Nacional, por intermédio do CEMGFA, funções, atribuições e competência disciplinar.

A Directiva inclui, igualmente, a organização geral das Forças Armadas em Moçambique, a divisão do território, a dependência dos meios, as reuniões a considerar nos diversos níveis de comando e outras disposições de pormenor.

Assim, após a separação dos dois cargos, os centros de decisão militar e civil ficaram fisicamente separadas por cerca de 1360 Km, pois a direcção das estratégias política, económica, diplomática e psicológica era exercida pelo Governador Geral em Lourenço Marques e a estratégia geral militar era exercida pelo Comandante-Chefe em Nampula. A coordenação a nível Governo Geral - Comandante Chefe, continuava, naturalmente, a ser feita no Conselho de Defesa Militar, que reunia periodicamente.

Para institucionalizar a necessidade de uma estreita colaboração e uma maior convergência nas acções a desenvolver, por um lado pelo Governo e Serviços Provinciais e, por outro, pelo Comando e Unidades das Forças Armadas foi, em 20 de Agosto de 1968, emanado um Despacho Conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e do Ultramar (Anx I), contendo os princípios gerais que deveriam regular a direcção e a execução da contra-subversão em Moçambique.

Assim, dado que ao mais alto nível - Governador Geral - Comandante Chefe - os poderes civil e militar estavam separados, procurou-se que a unidade de acção fosse obtida pela “co-responsabilidade” das entidades diferenciadas que detinham aqueles poderes, pretendendo-se, ainda, que a níveis inferiores e intermédios, como Governador de Distrito - Comandante de Sector, se obtivesse a concentração de poderes e a justaposição das zonas de acção conforme fosse possível e necessário.

Deste modo se procuraram atenuar as inevitáveis deficiências que resultavam da separação dos poderes por duas entidades distintas procurando-se, com a co-responsabilidade, atenuar a quebra de unidade de acção que, no caso especial de Moçambique (em particular devido à sua estrutura geográfica) mesmo com a unidade de comando no planeamento, encontrava dificuldades na fase de execução.

Este Despacho conjunto dos Ministros da DN e Ultramar deu origem, na Província, à Directiva Conjunta 1/69 de 24 de Janeiro de 1969, do Governador Geral de Moçambique e do General Comandante Chefe de

Moçambique “Para a coordenação das actividades de Contra Subversão ao nível Distrito-Sector”. (Anx J)

Nela, depois de se referirem os princípios indicados no Despacho conjunto ministerial onde avultava o da co-responsabilidade na acção das entidades envolvidas na contra subversão e o da unidade de acção, criava-se, em cada Distrito, uma “Comissão Distrital Coordenadora de Defesa (CDCD)” com a finalidade de “prolongar, ao nível distrital, a unidade de acção da actividade de todos os órgãos e entidades civis e militares, chamadas a intervir na contra subversão”.

As CDCD tinham como atribuições:

- tratar de todos os assuntos que interessassem à defesa e manutenção da ordem e à conservação e conquista da adesão das populações;
- promover a cooperação entre as autoridades civis e militares;
- coordenar os dispositivos e as acções de todas as forças militares, militarizadas e outras, na área do Distrito;
- orientar e coordenar a pesquisa, estudo e difusão das informações;
- planear e coordenar as acções psicológicas;
- orientar e coordenar, no âmbito distrital, o planeamento dos trabalhos nas vias de comunicação;
- estudar e planear o reagrupamento e a protecção das populações;
- estabelecer a coordenação e cooperação no planeamento e execução do desenvolvimento sócio-económico das populações;
- planear e coordenar outras actividades de interesse directo para a manutenção ou restabelecimento da ordem pública.

As CDCD eram presididas, conjuntamente, pelo Governador de Distrito e pelo Comandante do Sector.

Missão das Forças Armadas. Directivas iniciais

O conceito inicial de aplicação das Forças Armadas em Moçambique consta de duas Directivas emanadas pelo Secretariado Geral da Defesa Nacional, a Directiva nº 6 de 25 de Fevereiro de 1961 e a Directiva nº 9 de 3 de Maio do mesmo ano¹⁰¹.

¹⁰¹ Já referidas neste Capítulo.

Directiva Nº6 do SGDN, de 25 de Fevereiro de 1961 ¹⁰²

Este documento determinava que era “Missão das Forças Armadas” em Moçambique:

- “(1) Estabelecer um sistema de vigilância e de informação que, tanto quanto possível cubra o território da Província, em especial nas fronteiras com Tanganica e Niassalândia ¹⁰³, a fim de detectar quaisquer tentativas de infiltração ou aliciamento no nosso território.
- (2) Repelir, vigorosamente, os agentes perturbadores ou suspeitos que pretendam entrar pela fronteira terrestre; aprisionar os que consigam infiltrar-se e sejam imediatamente localizados e também aqueles que, encontrados a navegar nas águas territoriais, se tornem suspeitos ou tentem desembarcar clandestinamente; no caso de desobediência, com nítida violação da fronteira terrestre ou manifesto intento de desembarque na costa, usar de meios decisivos para deter a sua progressão.
- (3) Assegurar, a todo o custo, a manutenção da ordem pública e a posse dos órgãos vitais da administração e da economia da Província, reprimindo com firmeza e energia quaisquer actos de sublevação interna e de modo que a população se mantenha confiante nas forças de ordem (militarizadas e militares).”

Prescrevia ainda que a repressão contra as incursões pela fronteira terrestre deveria ser conduzida dentro das seguintes normas:

- “(a) Quando elementos suspeitos ou reconhecidos como agentes perturbadores tentarem violar o nosso território pelo sector atribuído a cada posto em 1º escalão ¹⁰⁴, a guarnição deste deverá opor-se à sua entrada, por meios dissuasórios, e avisá-los de que transgredirão a lei se prosseguirem no seu intento, aviso que poderá chegar ao disparo de alguns tiros para os intimidar;
- (b) No caso de desobediência com violação nítida da fronteira, deverá a referida guarnição recorrer ao uso das armas mas sempre com a garantia de que os transgressores atingidos ficarão no nosso território;
- (c) Se a guarnição do posto em 1º escalão não estiver em condições de cumprir a disposição anterior, deverá pedir a intervenção da força

¹⁰² Anexo A deste Capítulo.

¹⁰³ Depois chamados Tanzânia e Malawi, respectivamente.

¹⁰⁴ Em princípio e sempre que possível, os postos fronteiriços em 1º escalão seriam guarnecidos por pessoal da Polícia, da Guarda Fiscal e da Administração Civil, com cipaos armados e dos Serviços de Marinha da Província (estes só para a fronteira marítima), mas todos eles em condições de serem imediatamente apoiados por forças militares.

- militar de apoio para elementos desta acorrerem à frente ou avisá-los para interceptar, em profundidade, a progressão dos transgressores;
- (d) Neste último caso, e portanto com os transgressores já manifestamente internados no nosso território e em nítida desobediência, deverá a força militar de apoio, usar decisivamente das armas. (.....)

Nas águas territoriais e contra incursões pela fronteira marítima:

- “(a) a repressão deverá ser conduzida de acordo com as instruções constantes dos dois anexos ao ofício 291/A do SGDN de 07FEV61;
- (b) para os transgressores que sejam encontrados com manifesto intento de desembarque ou tenham atingido a costa e não acatem a ordem de prisão, deverão ser aplicadas também as disposições constantes de 3.c. (1). (b). (c). (d) da presente directiva” (alíneas anteriormente transcritas).

No caso de sublevações internas, preconizava:

- “(a) Enquanto a repressão estiver a cargo dos órgãos de segurança pública, as disposições contidas nos Capítulos I e II da Terceira Parte do RGSE ¹⁰⁵ devem ser consideradas como normas de execução permanente para a guarnição militar de qualquer localidade da Província;
- (b) Quando a repressão for entregue às Forças Armadas, deverá aquela ser conduzida dentro das seguintes normas e, se possível, pela mesma ordem porque vão discriminadas, desde que não seja comprometido o êxito da repressão.
- I. emprego de meios dissuasórios e simultaneamente, se necessário ou conveniente, com avisos difundidos por megafones ou altifalantes, em português e no dialecto local;
 - II. emprego de meios contundentes e de granadas lacrimogéneas;
 - III. emprego de armas de fogo com disparos de alguns tiros ou rajadas para intimidar;
 - IV. emprego de viaturas blindadas, onde for possível e aconselhável, e de granadas de mão ofensivas;
 - V. a disposição anterior acrescida do uso das armas de fogo, mas já com o propósito de provocar baixas que produzam um manifesto refreamento;
 - VI. impor a ordem a todo o custo e sem quaisquer reservas no emprego de armas de fogo.

¹⁰⁵ Regulamento Geral do Serviço do Exército.

- (c) A aplicação destas normas deverá ser regulada, em conformidade com as circunstâncias locais, pelo Comandante-Chefe que, para o efeito, elaborará ainda as instruções complementares que julgar convenientes, tendo em atenção que a repressão até ao completo restabelecimento da ordem convirá ter a menor duração possível.
- (d) Os aeródromos de Lourenço Marques e da Beira bem como as estações-rádio, que na Província operam circuitos a longa distância, deverão ser mantidos a todo o custo com vista a garantir, respectivamente, os transportes aéreos e as telecomunicações com a metrópole.”

*Directiva Nº 9 do SGDN de 03 de Maio de 1961*¹⁰⁶

Este documento tratava da “Segurança e Defesa” de Moçambique, e nele se determinava que fosse criado:

- um *dispositivo de protecção* destinado a garantir a segurança das populações e dos centros básicos e a integridade do território;
- um *dispositivo de intervenção* destinado a reforçar o dispositivo de protecção e limpar as regiões infestadas ou suspeitas.

O primeiro destes dispositivos constituiria um verdadeiro sistema de ocupação, devendo uma parte dos seus efectivos ocupar a sua actividade em reconhecimento e limpeza da sua área, isto é, anular qualquer manifestação In. Os elementos do segundo, verdadeiras reservas dotadas de grande mobilidade, seriam constituídas pelas tropas mais instruídas e especializadas, destinadas a neutralizar a acção militar do In.

Para a realização destes objectivos, esta Directiva prescrevia que a guarnição militar do território fosse reforçada:

- “a. Desde já (partida de Lisboa a 25 de Maio de 1961) com 1 Comando de Batalhão de Caçadores, 4 Companhias de Caçadores, 3 Baterias de Artilharia, dois Esquadrões de Cavalaria e 2 Companhias de Polícia Militar, dando-se assim plena satisfação ao solicitado pela nota 09830 de 24Abr61 da RMM.
- b. Ulteriormente (a menos que a situação em Angola se agravasse consideravelmente), em Julho próximo (partindo de Lisboa entre 5 e 10 de Jun61), 1 Comando de Batalhão de Caçadores, 3

¹⁰⁶ Anexo B deste Capítulo.

Companhias de Caçadores e 1 Esquadrão de Reconhecimento; em Setembro (partida de Lisboa cerca de 25AGO), 1 Comando de Batalhão de Caçadores Especiais, 3 Companhias de Caçadores Especiais e uma Companhia de Sapadores.

- c. Prevê-se que em Novembro ou Dezembro possa seguir, se necessário, um reforço equivalente a qualquer dos dois últimos”.

Esta Directiva estabelecia, também, normas de procedimento para a Força Aérea e Marinha.

Dias depois (10Mai61) é difundido o Aditamento nº 1 à Directiva nº9/61, atrás citada, a esclarecer que, em consequência da evolução dos acontecimentos em Angola, que obrigou a rever o quantitativo das forças que deveriam embarcar de 20 a 25 de Maio para Moçambique, tinham sido alterados os efectivos indicados naquela Directiva, os quais passavam a ser de 1 Comando de Batalhão de Caçadores, 3 Companhias de Caçadores, 3 Baterias de Artilharia, 1 Esquadrão de Cavalaria, 2 Companhias de Polícia Militar e 1 Destacamento Sanitário.

Até ao eclodir das acções violentas neste território e por força da evolução dos acontecimentos em Angola, Moçambique foi considerada uma segunda prioridade na atribuição dos meios.

“No espírito destes documentos, e nos anos que antecederam a abertura das hostilidades, a RMM promoveu e impulsionou a preparação das forças do Exército sob a sua dependência, preparação essa que abrangia, essencialmente, a intensificação da instrução no campo, múltiplos reconhecimentos de áreas afastadas, a tradução e publicação de manuais e obras sobre contra-subversão e o desenvolvimento do serviço de informações militares”¹⁰⁷.

Atribuições dos Comandos Militares

Carta de Comando do Comandante-Chefe

A dependência, responsabilidades e competências do Comandante-Chefe foram definidas em “Carta de Comando” individual desde Julho de 1968¹⁰⁸, conforme organigrama da fig. nº 21.

¹⁰⁷ Depoimento pessoal do General António Augusto dos Santos.

¹⁰⁸ Nomeação do Gen António dos Santos como Comandante-Chefe após a nomeação do Dr Baltazar Rebelo de Sousa como Governador Geral.

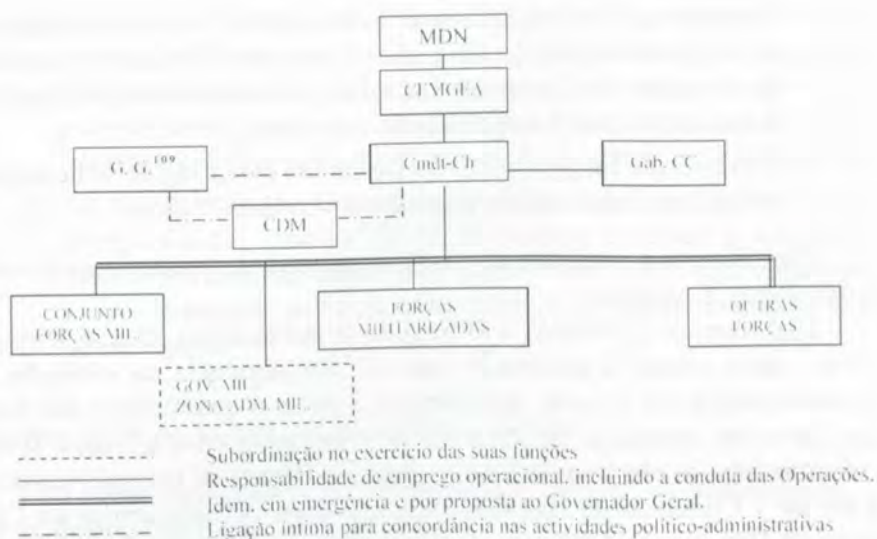


Figura 21 – Organograma da “Carta de Comando”, de 1968
Dependências, responsabilidades e subordinações

Assim, o Comandante-Chefe era inteiramente responsável pelo emprego operacional, incluindo a condução das operações, das forças militares, militarizadas ou outras postas à sua disposição, e tinha como atribuições específicas:

- a preparação operacional das forças terrestres, navais e aéreas, impulsionando-as de harmonia com as directivas por aquelas recebidas dos respectivos departamentos;
- a coordenação das actividades relativas à preparação operacional das Forças Armadas e militarizadas e outras postas à sua disposição, se bem que para estas duas últimas, após prévio entendimento com o Governador-Geral;
- a defesa do território, águas territoriais e espaço aéreo, estabelecendo directivas, planos, ordens e instruções convenientes;
- colaborar com o Governador-Geral para a preparação, organização e execução da defesa civil, de acordo com as instruções conjuntas dos Ministérios da Defesa Nacional e do Ultramar;
- estabelecer o plano geral administrativo/logístico para o conjunto das forças militares;

¹⁰⁹ GG – Governador Geral.

- propor ao Governador-Geral a extensão territorial da Província que fosse julgado indispensável colocar sob Governo Militar;
- estabelecer, quando necessário, Comandos Conjuntos;
- propor ao Governador-Geral a convocação do Conselho de Defesa Militar, para assuntos relativos à defesa e segurança do território, incluindo os de manutenção de ordem pública.

Em 7 de Julho de 1969 é publicado o Decreto-Lei 49107¹¹⁰ que, baseado na “(...) experiência já adquirida em 8 anos de Operações Militares no Ultramar (...)” vem alterar as estruturas de comando por forma a “(...) obter uma melhor adaptação do emprego dos meios militares à evolução da subversão e uma mais completa e estrita colaboração entre Comandos Militares e Autoridades Administrativas no esforço comum (...)”

Assim considerava-se a “plena responsabilidade operacional do Comandante-Chefe em cada um dos teatros de operações e a necessidade do referido Comandante-Chefe constituir e accionar directamente comandos operacionais subordinados compreendendo forças de um ou mais Ramos das Forças Armadas ...”

Era o conceito de Comando Operacional que, a partir deste diploma, passaria a ter uma base legal para a sua aplicação.

Este Decreto-Lei estabelecia as atribuições do Comandante-Chefe e dos Comandantes subordinados, especificava o que eram Forças da Guarnição Normal de cada Província e Forças de Reforço e, em Disposições Gerais, tratava das condições de prestação de serviço no Ultramar por parte dos militares, e respectivos direitos.

Posteriormente, em “Carta de Comando” datada de 19 de Novembro de 1970¹¹¹, foi conferida ao Comandante Chefe autoridade para:

- considerar como seus Comandantes Adjuntos os Comandantes da Região Militar, o Comandante Naval e o da Região Aérea;
- constituir e empregar grupos especiais de combatentes adaptados à natureza da Contra Subversão e às características do Teatro de Operações;
- graduar até ao posto de Capitão, e desgraduar militares do quadro de complemento disso merecedores;
- propor ao Governador Geral da Província a colocação sob Governo Militar das áreas onde tal fosse conveniente para garantir a defesa e segurança do território”.

¹¹⁰ Ordem do Exército nº 7/69 – 1ª Série, pág. 299.

¹¹¹ Arriaga, Kaúlza – Guerra e Política – 2ª Edição – Edições Referendo, 1987, pág. 304.

Atribuições dos Comandos dos três Ramos das Forças Armadas

Por sua vez, as atribuições dos Comandos Naval, da Região Militar e da Região Aérea estavam perfeitamente definidas nas respectivas Leis e a “Carta de Comando” não as alterou. Somente no aspecto de dependência as coloca como subordinadas do Comando-Chefe do Teatro de Operações - para efeitos operacionais (Comando Operacional) ¹¹².

As Regiões Militares, dentro das directivas e planos do Comando Chefe, preparavam e conduziam as operações das respectivas forças, com a excepção das missões oceânicas da Armada, e eram responsáveis pela administração e logística das mesmas forças, sob a dependência do respectivo departamento governamental - Ministério da Marinha, Ministério do Exército e Secretaria de Estado da Aeronáutica - e de acordo com as necessidades operacionais fixadas pelo Comandante Chefe.

Do mesmo modo, os 3 Ramos eram órgãos territoriais responsáveis pelas atribuições de recenseamento, mobilização, instrução, sob a dependência do departamento ministerial respectivo. Dispunham de órgãos de comando apropriados, em QG específicos e com relativo desenvolvimento, em especial o das forças terrestres.

As Regiões Naval, Militar e Aérea competiam, em relação a todo o território de Moçambique, as seguintes atribuições:

- territoriais;
- administrativo-logísticas, no planeamento geral e na direcção para apoio operacional;
- operacionais, como escalão de planeamento, dentro das directivas do TO e de manobra, na condução das operações militares.

¹¹² Comando Operacional

É o tipo de comando em que a acção do comandante é limitada, exclusivamente, aos aspectos que dizem directamente respeito ao desempenho das missões ou tarefas operacionais dos meios postos, para o efeito, à sua disposição. Este tipo de comando envolve:

- (a) Faculdade de determinar missões ou tarefas aos comandos subordinados e de atribuir ou distribuir as forças, desde que não estejam em desacordo com as directivas, planos, ordens ou instruções operacionais recebidas;
- (b) Autoridade para delegar competência de comando igual ou inferior à de comando operacional;
- (c) Competência disciplinar do comandante, correspondente à função ou ao posto.

Os meios postos sob o comando operacional dum comandante mantêm-se sob o comando administrativo e logístico do comandante normal, de acordo com os procedimentos em vigor no ramo das F. Armadas ou organização a que os meios pertençam.

Os assuntos de carácter operacional dos meios e bem assim os de administração/logística, para apoio directo imediato do emprego operacional das forças, são da competência dos comandos operacionais, desde que não sejam alteradas as directivas, planos, ordens ou instruções emanadas dentro da cadeia respectiva. (NEP 3ª Rep/QG/RMM – ORCM – de 1 de Setembro de 1969).

A estrutura da componente terrestre

A componente terrestre estava organizada em comandos de vários níveis e funções, a saber: *Região Militar (RM)*; *Zona de Operações (ZO)*; *Sector Operacional (SO)* e *Comando Territorial (CT)*

A Região Militar(RM)

- Esta, fundamentalmente, continuava com as suas atribuições territoriais de tempo de paz, nomeadamente no recrutamento e mobilização, na instrução, nas informações, na logística e na justiça.
- Na contra-subversão exercia:
 - funções administrativo-logísticas, em pleno, para o TO;
 - acção sobre o terreno, em coordenação com a autoridade civil;
 - acção de informação e de contra-informação em proveito directo do escalão Comando-Chefe (CC);
 - eventualmente, atribuições de operações específicas ou autónomas, sob orientação do Comando-Chefe (CC).

Para este efeito, possuía um QG próprio, com as 1ª e 4ª Rep regularmente desenvolvidas e as 2ª e 3ª reduzidas ¹¹³. Porque os comandos dos três Ramos das Forças Armadas exerciam atribuições operacionais, tinham um QG volumoso e pesado, e porque este era específico e só tinha acção sobre o próprio Ramo, produzia como que um estrangulamento entre a acção do Comando Conjunto exercido no planeamento e a correspondente acção que devia existir na manobra. Ainda, por falta de escalão de comando adequado para a condução da manobra militar nas áreas subvertidas, o Comando e QG da RM sofreram várias modificações, como:

- alterações orgânicas, normalmente no sentido de aumento dos respectivos EM;
- divisão do Comando e do QG em dois escalões, avançado e recuado;
- mudança na localização dos escalões.

A Zona de Operações (ZO):

Considerado como sendo o escalão de manobra militar, deveria ser, fundamentalmente, operacional. A este Comando devia pertencer o planeamento

¹¹³ 1ª Rep. – Pessoal; 2ª Rep. – Informações; 3ª Rep. – Operações; 4ª Rep. – Logística; mais tarde foi criada uma 5ª Rep – Acção Psicológica.

e a condução das operações, de harmonia com as directivas ou planos do Comando Chefe, bem como a coordenação e o impulsionamento da obtenção das informações pelos escalões subordinados - os Sectores Operacionais - e, somente, a orientação do esforço administrativo/logístico. Deveriam ser criadas e adaptadas às várias áreas do TO, consoante as necessidades de contra-subversão.

Inicialmente, foi criada no norte do território, uma ZO (a Zona de Intervenção Norte - ZIN), extinta em Setembro de 1966.

Em Maio de 1971, foi criada, pelo Comando Chefe, a Zona Operacional de Tete (ZOT) e as dos idênticos escalões das forças navais e aéreas, o que se mostrou, na prática, de difícil materialização quanto à justaposição das suas áreas, atendendo às diferentes possibilidades daqueles meios. Anote-se que o Comandante da ZOT (que englobava o Distrito de Tete) era, simultaneamente o Governador do mesmo Distrito. Exceptuando o caso dos primeiros tempos da existência da ZIN, que funcionava como um comando conjunto, nas restantes áreas essa cooperação fazia-se por accionamento dos Centros de Coordenação de Operações (CCO).

A NEP que regulava o funcionamento dos CCO (NEP 3ª Rep/QG/RMM – OP VCO de 20 de Outubro de 1968), constitui o Anexo L.

Na Zona Operacional, o QG das forças terrestres dispunha de 2ª e 3ª repartições diferenciadas e da 1ª e 4ª Rep. reduzidas, o que aconteceu, nos primeiros tempos, na ZIN.

O Sector Operacional (SO)

Era o escalão operacional de execução, explorando a informação de contacto.

Logisticamente, só deveria orientar a acção das Unidades, tendo em conta as necessidades operacionais dos sub-sectores subordinados, atribuídos aos Batalhões.

Dispunham de um Comando de Agrupamento, de Comando de Brigadeiro ou Coronel Tirocinado com um EM chefiado por um Tenente-Coronel e constituído por duas secções - operações e informações -, o que era excessivamente reduzido.

O escalão Sector das Forças Terrestres não tinha paralelismo com escalões das Forças Navais ou Aéreas podendo as áreas dos Comandos da Defesa Marítima e das Bases Aéreas ter coincidência com um ou mais Sectores das Forças Terrestres.

Comandos Territoriais (CT)

Eram órgãos de tempo de paz, mantidos enquanto a subversão não obrigasse ao estabelecimento, por sobreposição, de um ou mais escalões de comando da estrutura de contra-subversão.

Em qualquer caso, tinham atribuições na manobra contra subversiva em especial nas acções de Informação, Contra-Informação e Acção Psicológica.

A listagem das Zonas de Operações, Sectores e Comandos Territoriais (e respectivos Sub Sectores) existentes em Maio de 1971, constam do Anexo M.

A partir de 31 de Março de 1970, data em que o General Kaúlza de Arriaga tomou posse como Comandante-Chefe, a organização dos Comandos em Moçambique passou a ser a seguinte:

- Comando Chefe do Teatro de Operações de Moçambique que acumulava com o Comando das Forças Terrestres com Quartel General comum;
- Comandos Terrestres Territoriais, em áreas onde não havia subversão;
- Os Comandos Terrestres de Zona ou Sector de Operações abrangendo áreas onde se verificava ou era presumível subversão;
- O Comando Operacional das Forças de Intervenção (COFI) para o emprego das Forças de Reserva do Comando-Chefe em acções independentes;
- Comando Naval;
- Comando Aéreo.

Foram criados, igualmente, comandos subordinados para actuações específicas como o Comando Operacional de Defesa de Cabora Bassa (CODCB) e o Comando das Cargas Críticas (CCC). O primeiro era responsável pela defesa do aproveitamento hidro-eléctrico do mesmo nome e de uma área considerável em seu redor e o segundo era responsável pela inviolabilidade do equipamento destinado a Cabora Bassa que, pela sua especificidade, não poderia ser destruído ou mesmo danificado, caso em que se produziriam atrasos inaceitáveis na conclusão da obra. Esta responsabilidade incidia, particularmente, no seu transporte por caminho de ferro, por estrada e pelo ar desde a Beira até ao seu local de utilização, no Songo.

Considerações Finais

- Já antes de começarem as acções violentas havia adaptação do dispositivo militar à perspectiva da acção armada de subversão, quer com o envio de tropas da Metrópole, quer com a adaptação dos comandos superiores às necessidades de campanha.

- A organização militar de Moçambique – guarnição normal – evoluía de Companhias nos anos 20, para Batalhões nos anos 50, depois reunidos em Regimentos e voltando-se depois, nos anos 60, à organização de Batalhões.
- Com a subversão, tal como em Angola, sobre a estrutura normal da guarnição militar de Moçambique, se sobrepôs um sistema operacional, com dois elementos: de quadrícula e de intervenção.
- De um Comandante para as forças do Exército e de um Chefe dos Serviços de Marinha, para os órgãos e elementos deste Ramo das Forças Armadas, houve a evolução para um Comandante-Chefe, (em acumulação ou não com o cargo de Governador-Geral), um Comandante da Região Militar, um Comandante Naval e um Comandante da Região Aérea e respectivos órgãos de apoio.
- Há alterações posteriores significativas, nomeadamente:
 - criação do cargo de Comandante-Chefe Adjunto, quando a função de Comandante-Chefe era acumulada com a de Governador Geral;
 - separação dos cargos de Comandante-Chefe e de Governador Geral;
 - a mudança, em 1966, dos comandos operacionais de Lourenço Marques para Nampula.
- As deficiências resultantes da falta de “unidade de acção”, por força da separação dos cargos de Comandante-Chefe e de Governador Geral, procuraram atenuar-se com:
 - um despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e do Ultramar dando directivas aos subordinados directos – Comandante-Chefe e Governador Geral, respectivamente, no sentido da formulação da “co-responsabilidade de todos os escalões e entidades militares e civis”;
 - a instalação de uma delegação do gabinete do Comandante-Chefe em Lourenço Marques, junto do Governo-Geral.
- No TO, para a estratégia geral militar:
 - o Comandante-Chefe (Comando Conjunto), exercia a sua acção de comando operacional sobre o conjunto das Forças Armadas, através dos Comandantes dos três Ramos das mesmas forças, donde a existência de problemas de coordenação;
 - o Comandante-Chefe não dispunha, como seria conveniente, de um QG com representantes suficientes dos três Ramos das Forças

Armadas, que lhe permitissem o planeamento e a conduta das operações e a possibilidade de constituir e comandar Governos Militares. Tinha, apenas, um reduzido Gabinete Militar, com pessoal dos três Ramos, de limitadas possibilidades, o que de algum modo reduzia a sua capacidade de acção;

- o Comando Chefe, sem escalões de comando imediatamente subordinados e adequados para a condução de operações conjuntas em áreas distintas do TO, sofreu diversas alterações, quer subdividindo-se em escalões, quer mudando de localização, até que se fixou em Nampula.

A publicação do DL 44107 de 7 de Julho de 1969, põe fim às indefinições que se verificavam e dava ao Comandante-Chefe a capacidade de exercer o comando operacional das Unidades dos Ramos das Forças Armadas presentes em cada Província.

Tal permitiu que, mais tarde, por carta de comando datada de 19 de Novembro de 1970, fosse conferida ao Comandante-Chefe (ao tempo o Gen Kaúlza de Arriaga), autoridade para considerar como seus comandantes adjuntos os Comandantes das Regiões Militar, Naval e Aérea, além de outras prerrogativas, o que aumentou a capacidade de coordenação das Forças.

ANEXO A

SGDN

LISBOA

25Fev61

DIRECTIVA Nº 6 (Aprovada por S.Ex^a. o Ministro da Defesa Nacional)

Para a segurança e defesa da Província de Moçambique, contra incursões de fronteira e sublevações internas.

1. Situação

É de admitir que a crescente evolução dos movimentos nativistas pelo Continente Africano, nomeadamente no Tanganica e no Niassalândia, venha a desenvolver-se com a tendência de ultrapassar as fronteiras daqueles territórios para fomentar a sublevação em Moçambique, onde tentará criar um ambiente de insegurança na sua população ordeira.

2. Missão

Promover as medidas possíveis e necessárias para garantir a manutenção da ordem no território da província de Moçambique, criando condições que se oponham à infiltração e a outras acções de agitadores e de forma a desencorajar as tentativas de sedução ou a reprimir, com firmeza e energia, quaisquer actos de sublevação, logo que os mesmos surjam.

3. Execução

a. *Conceito de acção*

É intenção deste Secretariado-Geral da Defesa Nacional:

- (1) Completar a organização militar já em curso e constituir ainda uma reserva com unidades destacadas da metrópole, reforçar os meios navais e instalar a Força Aérea na província, tudo na medida das nossas disponibilidades e consoante as necessidades que forem impostas pela evolução das circunstâncias;
- (2) Dispor, na metrópole, de uma reserva em condições de ser transportada por via aérea ou marítima para, num prazo de intervenção oportuno e à ordem do Chefe do Estado-Maior General, reforçar a guarnição da província nos casos em que se preveja a insuficiência ou o total empenhamento desta última;

- (3) Que as forças a instalar no dispositivo de segurança e defesa sejam articuladas de modo a opor-se, tanto quanto possível, não só às incursões pelas fronteiras terrestre e marítima, mas também às sublevações internas;
- (4) Que o pessoal de todas as unidades de Artilharia seja também instruído no combate da Infantaria, no máximo das suas possibilidades, com vista ao seu emprego no tipo de luta que normalmente compete àquela última Arma, sempre que o Comandante-Chefe reconheça a necessidade de tal recurso;
- (5) Que, em princípio e sempre que possível, os postos fronteiriços em primeiro escalão sejam guarnecidos por pessoal da polícia, da guarda fiscal, da administração civil, com cipaíes armados e dos serviços de marinha da província (estes só para a fronteira marítima) mas todos eles em condições de serem imediatamente apoiados por forças militares;
- (6) Que a acção repressiva contra as sublevações internas seja exercida, sempre que possível, com os meios afectos aos órgãos de segurança pública; no caso destes meios serem reconhecidos insuficientes, deverá aquela acção passar a constituir encargo das forças militares até ao completo restabelecimento da ordem.

b. *Missão*

- (1) Estabelecer um sistema de vigilância e de informação que, tanto quanto possível, cubra o território da província, em especial nas fronteiras com o Tanganica e Niassalândia, a fim de detectar quaisquer tentativas de infiltração ou aliciamentos no nosso território.
- (2) Repelir, vigorosamente, os agentes perturbadores ou suspeitos que pretendam entrar pela fronteira terrestre;
aprisionar os que consigam infiltrar-se e sejam imediatamente localizados e também aqueles que, encontrados a navegar nas águas territoriais, se tornem suspeitos ou tentem desembarcar clandestinamente; No caso de desobediência, com nítida violação da fronteira terrestre ou manifesto intento de desembarque na costa, usar de meios decisivos para deter a sua progressão.
- (3) Assegurar, a todo o custo, a manutenção da ordem pública e a posse dos órgãos vitais da administração e da economia da Província, reprimindo com firmeza e energia quaisquer actos de sublevação interna e de modo que a população se mantenha confiante nas forças de ordem (militarizadas e militares).

c. Conduta da repressão

(1) Contra as incursões pela fronteira terrestre

A repressão deverá ser conduzida dentro das seguintes normas:

- (a) Quando elementos suspeitos ou reconhecidos como agentes perturbadores tentarem violar o nosso território pelo sector atribuído, a cada posto em 1º escalão, a guarnição deste deverá opor-se à sua entrada, por meios dissuasórios, e avisá-los de que transgredirão a lei se prosseguirem no seu intento, aviso que poderá chegar ao disparo de alguns tiros para os intimidar;
- (b) No caso de desobediência com violação nítida da fronteira, deverá a referida guarnição recorrer ao uso das armas, mas sempre com a garantia de que os transgressores atingidos ficarão no nosso território;
- (c) Se a guarnição do posto em 1º escalão não estiver em condições de cumprir a disposição anterior, deverá pedir a intervenção da força militar de apoio para elementos desta acorrerem à frente ou avisá-la para interceptar, em profundidade, a progressão dos transgressores;
- (d) Neste último caso, e portanto com os transgressores já manifestamente internados no nosso território e em nítida desobediência, deverá a força militar de apoio, usar decisivamente das armas.

(2) Nas águas territoriais e contra as incursões pela fronteira marítima:

- (a) A repressão deverá ser conduzida de acordo com as instruções constantes dos dois anexos ao ofício 291/A do SGDN de 07Fev61;
- (b) Para os transgressores que sejam encontrados com manifesto intento de desembarque ou tenham atingido a costa e não acatem a ordem de prisão, deverão ser aplicadas também as disposições constantes de 3.c. (1). (b). (c). (d) da presente directiva.

(3) Contra as sublevações internas:

- (a) Enquanto a repressão estiver a cargo dos órgãos de segurança pública, as disposições contidas nos Capítulos I e II da Terceira Parte do RGSE devem ser consideradas como normas de execução permanente para a guarnição militar de qualquer localidade da província;

- (b) Quando a repressão for entregue às Forças Armadas, deverá aquela ser conduzida dentro das seguintes normas e, se possível, pela mesma ordem porque vão discriminadas, desde que não seja comprometido o êxito da repressão.
- i. emprego de meios dissuasórios e simultaneamente, se necessário ou conveniente, com avisos difundidos por megafones ou altifalantes, em português e no dialecto local;
 - ii. emprego de meios contundentes e de granadas lacrimogéneas;
 - iii. emprego de armas de fogo com disparos de alguns tiros ou rajadas para intimidar;
 - iv. emprego de viaturas blindadas, onde for possível e aconselhável, e de granadas de mão ofensivas;
 - v. a disposição anterior acrescida do uso das armas de fogo, mas já com o propósito de provocar baixas que produzam um manifesto refreamento;
 - vi. impor a ordem a todo o custo e sem quaisquer reservas no emprego de armas de fogo.
- (c) A aplicação destas normas deverá ser regulada, em conformidade com as circunstâncias locais, pelo Comandante-Chefe que, para o efeito, elaborará ainda as instruções complementares que julgar convenientes, tendo em atenção que a repressão até ao completo restabelecimento da ordem convirá ter a menor duração possível.
- (d) Os aeródromos de Lourenço Marques e da Beira bem como as estações-rádio, que na Província operam circuitos a longa distância, deverão ser mantidos a todo o custo com vista a garantir, respectivamente, os transportes aéreos e as telecomunicações com a metrópole.

d. Instruções de coordenação

- (1) O Comandante-Chefe deverá orientar as suas decisões, tendo em atenção a conduta político-administrativa que for esclarecida pelo Governador-Geral; nesta base e em coordenação com os comandantes de cada um dos ramos das Forças Armadas locais, deverá também estabelecer as normas para a entrada nos regimes de vigilância, alerta e alarme.

- (2) O Comandante-Chefe, sempre em íntima ligação com o Governador-Geral, deverá mantê-lo no conhecimento das suas decisões e dos resultados das respectivas actuações, inclusivamente para que, em conjunto e quando necessário, possam ficar definidas, em mútuo acordo, a participação e a colaboração possíveis, a prestar em tempo oportuno pelos organismos dependentes do governo da província.
- (3) O Comandante-Chefe deverá manter o SGDN ao corrente da situação, tanto no que respeitar à evolução dos acontecimentos como às medidas preconizadas e tomadas para fazer face aos mesmos, de acordo com as disposições já em vigor ou que para o efeito venham a ser especificamente estabelecidas e comunicadas pelo SGDN.

4. Administração e Logística

De acordo com a disposição 6.e. da Carta de Comando; todavia, logo que for possível, os Serviços deverão ser integrados para os três Ramos das Forças Armadas.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

ass. J. Beleza Ferraz
General

ANEXO B

SGDN
LISBOA
03Mai61

Do: Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
Para: Comandante Chefe de Moçambique

DIRECTIVA Nº 9 (Para a segurança e defesa de Moçambique)

1. Importa evitar a eclosão, na Província, de actos de terrorismo e, caso se verifiquem, eliminá-los imediatamente, impedindo o seu alastramento.
2. Para esse efeito, devem ser criados:
 - a. Um dispositivo de protecção destinado a garantir a segurança das populações brancas e negras leais e dos centros básicos e a integridade do território;
 - b. Um dispositivo de intervenção destinado a reforçar, se e quando necessário, o dispositivo de protecção, eliminar actos de terrorismo ou de invasão e limpar as regiões infestadas ou simplesmente suspeitas.
3. No meu pensamento:
 - a. Os elementos do dispositivo de protecção constituem um verdadeiro sistema de ocupação, sem que de forma alguma este termo implique imobilidade daqueles elementos. Bem ao contrário, supõe-se que a melhor forma do cumprimento da missão de segurança consistirá em uma parte dos efectivos de cada elemento do sistema ocupar a sua actividade em reconhecimentos e limpeza da sua área, alargando cada vez mais o seu raio de acção. Só assim se criará a verdadeira noção de segurança;
 - b. Os elementos do dispositivo de intervenção, verdadeiras reservas dotadas de grande mobilidade, são constituídos pelas tropas mais instruídas e especializadas;
 - c. Num e noutro caso, a instrução, sempre que não haja operações, deve ser permanente.
Além disto, a procura do contacto com o indígena, para o conquistar para a nossa causa, deve ser preocupação constante de todos os comandos de qualquer escalão;

- d. Os elementos das forças militares e militarizadas e do Corpo de Voluntários, sempre que operem em conjunto e qualquer que seja o escalão, devem ser devidamente coordenados pelo mesmo comando.
4. Para a realização daquele objectivo (2.a e 2.b), a guarnição militar vai ser reforçada:
- a. Desde já (partida de Lisboa a 25Mai próximo), com os seguintes elementos:
- 1 CmdBCaç
 - 4 CCaç
 - 3 BtrArt
 - 2 ECav
 - 2 CPM.

Desta forma se dá plena satisfação ao pedido – 6 CCaç – formulado na nota nº 09830 de 24 Abril);

- b. Ulteriormente (a menos que a situação em Angola se agrave consideravelmente, apesar dos reforços que esta Província já tem e continuará a receber):

(1) Em Julho próximo (partida de Lisboa entre 5/10Jun):

- 1 CmdBCaç
- 3 CCaç
- 1 ERec.

(2) Em Setembro próximo (partida de Lisboa cerca do dia 25Ago):

- 1 CmdBCaçEsp
- 3 CCaçEsp
- 1 CSap.

(3) É de prever que, em Novembro ou Dezembro possa seguir, se necessário, um reforço equivalente a qualquer dos dois últimos.

5. Esse Comando-Chefe deverá indicar as suas necessidades em órgãos de Serviços e outros – Comandos, Engenharia, Transmissões, etc.. Logo que possível, deverá também enviar ao SGD N o Plano de Operações para emprego do conjunto dos meios à sua disposição, incluindo já os constantes do número 4. da presente Directiva, bem como as instruções dadas aos diferentes elementos dos dispositivos de protecção e de intervenção.

6. Desejaria exprimir a V.Ex^a. que é preocupação de S.Ex^a o Presidente do Conselho e Ministro da Defesa Nacional:
 - a. Garantir as colheitas, fulcro da economia da Província;
 - b. Evitar o isolamento de qualquer parcela do seu território em que os terroristas pudessem tentar a criação de um Governo;
 - c. Garantir a segurança dos centros ou regiões importantes, das actividades básicas e dos elementos fundamentais da infraestrutura – portos, aeroportos, centrais eléctricas, caminhos de ferro, etc..
7. Força Aérea (em curso de organização)
Deverá colocar-se em condições de:
 - a. Assegurar o transporte oportuno das forças de intervenção;
 - b. Sobrevoar, por forma adequada, as regiões nevralgias de modo a assinalar movimentos ou atitudes suspeitas;
 - c. Efectuar ataques imediatos contra elementos subversivos;
 - d. Apoiar as operações.
8. A Marinha procurará vigiar a costa e, sempre que necessário e possível, colaborar com as forças de terra.

Acusar a recepção.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Manuel Gomes de Araújo
General

ANEXO C

Directiva nº 9
Aditamento nº 1/Pág.1

SGDN
LISBOA
10MAI61
Nº 1174/A

Do: Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
Para: Comandante-Chefe de Moçambique

Directiva nº 9 (aditamento nº 1)
(Para a segurança e defesa de Moçambique)

A evolução dos acontecimentos em Angola obrigou a rever o quantitativo das forças que deviam embarcar de 20/25 Maio para essa e aquela Províncias.

Nesta conformidade, foram alterados os efectivos indicados em 4.a da directiva aditada que devem ser substituídos pelos seguintes:

- 1 CmdBCaç
- 3 CCaç
- 3 BtrArt
- 1 ECav
- 2 CPM
- 1 DestSan.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Manuel Gomes de Araújo
General

ANEXO D

UNIDADES E SUBUNIDADES DA 4ª REGIÃO MILITAR (MOÇAMBIQUE)

Anexo 1 ao Relatório de Situação nº 49 (Setembro de 1961)

A – COMANDO TERRITORIAL DO SUL (CTS)

1 – *Lourenço Marques*

- (a) – Quartel General c/Companhia de Comando e Serviços;
- (b) – Batalhão de Caçadores de Lourenço Marques (reduzido)
 - Comando e Pelotão de Comando e Serviços (reduzido)
 - 1 Companhia de Caçadores com:
 - Comando
 - 3 Pelotões de Atiradores
 - 1 Pelotão de Acompanhamento
 - Companhia de Caçadores 174;
- (c) – Companhia de Cavalaria 183 (destinada ao Chibuto);
- (d) – GAGIM
 - Comando
 - 2 Baterias de Bocas de Fogo (1 é de instrução)Esta unidade inclui também o Centro de Instrução de Condução auto;
- (e) – Esquadrão de Reconhecimento de Lourenço Marques
 - Comando
 - 3 Pelotões de Reconhecimento.(Funciona também dentro do mesmo Aquartelamento a Casa de Reclusão);
- (f) – Companhia de Polícia Militar nº 130;
- (g) – Batalhão de Engenharia
 - Comando
 - Companhia de Comando e Serviços (onde está incluída a parte de Transmissões)
 - Companhia de Sapadores
 - Companhia de Mobilização;

- (h) – Companhia de Saúde;
- (i) – Companhia de Intendência;
- (j) – Depósito de Material de Intendência;
- (k) – Depósito de Material de Guerra;
- (l) – Distrito de Recrutamento e Mobilização;
- (m) – Tribunal Militar Territorial;
- (n) – 2 Pelotões de Paraquedistas;

2 – *Boane*

- (a) – Batalhão de Caçadores de Boane (normal).
 - Comando e Companhia de Comando e Serviços
 - 2 Companhias de Caçadores, tendo cada:
 - Comando
 - 3 Pelotões de Atiradores
 - 1 Pelotão de Acompanhamento;
- (b) – Centro de Instrução de Infantaria;
- (c) – Escola de Aplicação Militar.

3 – *Xefina*

- Depósito Disciplinar.

4 – *Ponta Maone*

- Companhia de Caçadores nº 79
 - Comando.
 - 3 Pelotões de Caçadores
 - 1 Pelotão de Acompanhamento.

5 – *Inhambane*

- Companhia de Caçadores (Destacada do BCaç LM)
 - Comando
 - 1 Pelotão de Acompanhamento.
 - 3 Pelotões de Atiradores.

B – COMANDO TERRITORIAL DO CENTRO (CTC)

1 – Beira

(a) – Regimento de Infantaria da Beira

- Comando
- Companhia de Comando e Serviços
- 1º BI: – Comando
 - CC e Serviços
 - 3 Companhias de Atiradores
 - Companhia de Acompanhamento.

Nota – Esta Unidade, dos efectivos acima indicados, tem 3 Companhias de Atiradores destacadas – Vila Manica 1

- Vila Gouveira 1
- Tete 1;

(b) – Bateria de Artilharia da Beira;

(c) – Companhia de Caçadores nº 65

- Comando.
- 3 Pelotões de Caçadores.
- Pelotão de Acompanhamento;

(d) – Companhia de Polícia Militar nº 131 (-);

(e) – Distrito de Recrutamento e Mobilização.

2 – Vila de Manica

- Companhia de Atiradores – Destacada do RIB
 - Comando.
 - Pelotão de Acompanhamento.
 - 3 Pelotões de Atiradores.

3 – Espungabera

- 1 Pelotão – Destacado da CCav 182.

4 – Chicamba

- Batalhão de Cavalaria 163 (Comando e C Comando).

5 – Mavuzi

- C Cavalaria 182 (-).
- 2 Pelotões de Caç.
- 1 Pelotão de Acompanhamento.

6 – Vila Gouveia

- Companhia de Atiradores – Destacada do RIB
- Comando.
- Pelotão de Acompanhamento.
- 3 Pelotões de Atiradores.

7 – Tete

- Comando do BArt 162
- Companhia de Atiradores – Destacada do RIB
- Com a mesma orgânica da anterior, reforçada com 1 Pelotão de Atiradores do RIB para fins de Ordem Pública.

8 – Moatize

- Companhia de Artilharia 177
- 3 Pelotões de Caçadores.
- 1 Pelotão de Acompanhamento.

9 – Mutarara

- Companhia de Artilharia 178
- 3 Pelotões de Caç.
- 1 Pelotão de Acompanhamento.

10 – Furancungo

- Companhia de Cavalaria 181 (-)
- 2 Pelotões de Caç.
- 1 Pelotão de Acompanhamento.

11 – Zobué

- Pelotão de Reconhecimento de Tete.

12 – Vila Pery

- Esquadrão de Reconhecimento de Vila Pery (em organização em Lourenço Marques).

13 – *Vila Coutinho*

- 1 Pelotão de CCav 181.

14 – *Fingoé*

- 1 Pelotão de Art^a destacado da C At Tete.

15 – *Inhaminga*

- Companhia de Artilharia 179, com:
 - Comando
 - 3 Pelotões de Caç.
 - 1 Pelotão de Acompanhamento.

C – COMANDO TERRITORIAL DO NORTE (CTN)

1 – *Nampula*

- (a) – Comando Territorial do Norte;
- (b) – Batalhão de Caçadores de Nampula
 - Companhia de Comando e Serviço.
 - 2 Companhias de Caçadores;
- (c) – Centro de Instrução de Infantaria de Nampula;
- (d) – Companhia de Caçadores 171.
Desembarcou em Nampula, em 27Jul61. Aguarda nesta localidade a altura de seguir para Montepuez;
- (e) – Grupo de Artilharia de Campanha de Nampula;
 - Comando
 - 2 Baterias de Bocas de Fogo.Nota: – Tem, na sua dependência, o CICA;
- (f) – Esquadrão de Reconhecimento de Nampula (-);
- (g) – Distrito de Recrutamento e Mobilização;
- (h) – Destacamento Sanitário nº 125;
- (i) – Pelotão de Polícia Militar CPM 131.

2 – *Quelimane*

- Companhia de Caçadores (-), com:
 - Comando
 - 3 Pelotões de Atiradores.

3 – *António Enes*

- Companhia de Artilharia 180 (-), com:
 - Comando
 - 2 Pelotões de Caçadores
 - 1 Pelotão de Acompanhamento.

4 – *Mocuba*

- Comando do Batalhão de Caçadores 161, desde 28Jul61.
- Companhia de Caçadores 176.

5 – *Morrumbala*

- Companhia de Caçadores 173 (-), com:
 - Comando
 - 2 Pelotões de Caçadores
 - 1 Pelotão de Acompanhamento.

6 – *Chirombe*

- 1 Pelotão de Caçadores da CCAç 173.

7 – *Alto Molocué*

- Companhia de Caçadores 172, desde 28Jul61.
 - Comando;
 - Pelotões de Caçadores;
 - 1 Pelotão de Acompanhamento.

8 – *Milange*

- Companhia de Atiradores (-)
 - Comando;
 - 3 Pelotões de Atiradores.

9 – *Vila Cabral*

- Companhia de Atiradores, reforçada com 1 Pel At do BCaÇ Beira para fins de ordem pública, com:
 - Comando;
 - 3 Pelotões de Atiradores;
 - 1 Pelotão de Acompanhamento.

10 – ***Cobué***

- Pelotão de Atiradores destacado de Vila Cabral.

11 – ***Ocuá***

- Companhia de Caçadores 173 (-), com:
 - Comando
 - 2 Pelotões de Caçadores;
 - 1 Pelotão de Acompanhamento.

12 – ***Nacala***

- 1 Pelotão de Caçadores da CCAç 175.

13 – ***Mueda***

- (a) – Companhia de Caçadores nº 64
 - Comando;
 - 3 Pelotões de Caçadores;
 - Pelotão de Acompanhamento.
- (b) – Pelotão de Engenharia destacado do Batalhão de Engenharia.

14 – ***António Enes***

- Companhia de Artilharia 180 (-)
 - Pelotão de Caçadores;
 - 1 Pelotão de Acompanhamento.

15 – ***Entre Rios***

- Comando do Batalhão de Caçadores 160.

16 – ***Nova Freixo***

- Companhia de Caçadores nº 80, reforçada com 1 Pelotão de Atiradores do RIB para fins de Ordem Pública.
 - Comando;
 - 3 Pelotões de Caçadores;
 - 1 Pelotão de Acompanhamento.

17 – ***Mecanhelas***

- 1 Pelotão de Atiradores do RIB com que a CCAç 80 foi reforçada.

18 – *Mocimboa da Praia*

- Companhia de Atiradores (destacada do BCaç Porto Amélia)
- Comando;
- 3 Pelotões de Atiradores;
- 1 Pelotão de Acompanhamento.

19 – *Porto Amélia*

- Batalhão de Caçadores (reduzido)
- Comando e Pelotão de Comando e Serviços;
- 1 Companhia de Caçadores.

20 – *Simuco*

- Pelotão de Atiradores (destacado do BCaç de Nampula).

21 – *Moçambique*

- Pelotão de Caçadores destacado da CArt 180.

22 – *Marrupa*

- 1 Companhia de Caçadores (-) destacada do BCaç de Nampula, com:
 - Comando;
 - 2 Pelotões de Atiradores;
 - 1 Pelotão de Acompanhamento.

23 – *Mecula*

- 1 Pelotão de Atiradores da CCaç de Marrupa.

Quartel General em Lourenço Marques, 1 de Setembro de 1961

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR,

JOSÉ SACADURA MOREIRA DA CÂMARA
CORONEL DO C.E.M.



POVO DE MOÇAMBIQUE, este é o presidente da **FRELIMO**.

A Frelimo é o movimento que quer dar Moçambique, aos **NEOCOLONIALISTAS RUS-SOS E CHINESES** que são neocolonialistas porque querem roubar terra de Moçambique.

FRELIMO NÃO É INDEPENDENTE. Frelimo pede dinheiro e pede armas e tem que pa-gar com as nossas terras de Moçambique.

MONDLANE É TRAIADOR. Mondlane quer roubar terras. Mondlane é moleque de estrangeiros.

Mondlane tem mulher branca **JANET** que manda nele. **MONDLANE NÃO É INDE-PENDENTE.**

POVO DE MOÇAMBIQUE TU ÉS INDEPENDENTE PORQUE ÉS PORTUGUÊS!

Ser português é ser independente em Angola, em Moçambique, na Guiné, em todo o grande mundo português.

MORTE AO TRAIADOR MONDLANE! MORTE À FRELIMO!
VIVA MOÇAMBIQUE QUE É PORTUGUÊS E INDEPENDENTE!

VAMOS EXPULSAR MONDLANE !

Anx E/02

MONDLANE TROUXE GUERRA, TROUXE FOME.

MONDLANE TROUXE FRELIMO, TROUXE ÓDIO.

MONDLANE TEM MULHER BRANCA CHAMADA JANET QUE MANDA NELE.

MONDLANE RECEBE ORDENS, RECEBE DINHEIRO, RECEBE ARMAS.

MONDLANE TEM QUE PAGAR, MONDLANE NÃO É INDEPENDENTE.

MONDLANE QUER ROUBAR TERRAS DE MOÇAMBIQUE PARA PAGAR.

MONDLANE É TRAIADOR. MONDLANE ENGANA-TE.

MORTE A MONDLANE! MORTE À FRELIMO!



TODOS CONTRA O TERRORISMO PARA CONQUISTARMOS A PAZ

TROPA AJUDA POVO DE MOÇAMBIQUE! PARA A FRENTE É O CAMINHO.

VAMOS EXPULSAR O TRAIADOR MONDLANE.

VAMOS EXPULSAR A FRELIMO DA NOSSA TERRA PORTUGUESA DE MOÇAMBIQUE!

PÁTRIA OU MORTE VENCEREMOS!

TROPA AJUDA O POVO. VIVA MOÇAMBIQUE!

TRELIMO

IBODZILE



INU MULIKUVUTIKA



**PÁTRIA OU MORTE VENCEREMOS
TROPA LUTA PELA PÁTRIA**

**TROPA PASSOU. TROPA VIGIA
PARA A FRENTE É O CAMINHO
VITÓRIA É PORTUGAL
VIVA MOÇAMBIQUE**

**TROPA AJUDA O POVO. TROPA VIGIA.
TROPA PASSOU. TROPA É AMIGA.**

ANEXO G

Tabela de Prémios Para Militares e Cíveis por Captura de Material e Pessoal In (NEP OP II PMC de 26 de Julho de 1972 da 3ª Rep/QG/RMM)

Aparelho de pontaria para Morteiro ou Canhão S/R (quando capturado independentemente da arma a que pertence)....	250\$00
Artigos de equipamento.....	25\$00/10 peças
Artigos de fardamento	25\$00/10 peças
Barco pneumático	750\$00
Binóculo	50\$00
Canhão sem recuo.....	2.000\$00
Captura de guerrilheiros In, vivos, armados.3.000\$00 (mais o prémio do material que os acompanhe)	
Espingarda automática	750\$00
Espingarda gentilica ou caçadeira	200\$00
Espingarda Mauser.....	500\$00
Espingarda ou carabina (não de guerra).....	300\$00
Espingarda semi-automática	750\$00
Explosivo (arredondado ao Kg)	50\$00/Kg
Explosor eléctrico	200\$00
Foguetão 122mm (completo)	2.000\$00
Granada de L.G.F. e Canhão s/recuo	200\$00
Granada de mão	150\$00
Granada de morteiro	200\$00
Lança granada foguete	2.000\$00
Metralhadora ligeira.....	1.000\$00
Metralhadora pesada	1.500\$00
Metralhadora super-pesada	1.750\$00
Mina A/C capturada em depósito.....	2.000\$00
Mina A/C detectada por picagem ou outro sistema	3.000\$00
Mina ou armadilha A/P ou forninho capturada ou destruída.....	1.000\$00
Mina aquática.....	2.000\$00
Morteiro ligeiro (60mm).....	1.000\$00
Morteiro médio (82mm)	2.000\$00
Morteiro pesado (120mm).....	2.000\$00
Munições de arma ligeira (arredondando a ½ centena inferior)..	25\$00/50
Pistola.....	200\$00
Pistola metralhadora.....	750\$00
Rampa de lançamento do Foguetão 122mm (completa).....	5.000\$00

ANEXO H

“Região Militar de Moçambique Instrução de Apsic na Escola de Recrutas”

1. A necessidade de uma intensa mentalização na ER para que os nossos soldados saibam as razões porque combatem e queiram combater por essas razões, e a propaganda inimiga, especialmente a que se dirige a africanos, impuseram a necessidade de se elaborarem fichas para a acção psicológica na ER.
2. Embora esta instrução se integre na instrução geral procura-se que nos Centros de Instrução existam oficiais exclusivamente devotados a esta função, embora, obviamente, orientados pelos oficiais do QP responsáveis pela instrução.
3. Foram fixados 13 objectivos e 44 temas que serão distribuídos por 38 horas ao longo das instruções básica e especial. Cada hora de instrução será dividida em duas partes: exposição (cerca de 30 minutos) e revisões e perguntas (cerca de 20 minutos). O tempo de instrução destinado a cada objectivo é diferente conforme o número de temas e a importância atribuída a cada um.
4. Os objectivos seleccionados são os seguintes:
 - OBJECTIVO Nº 1 – Demonstrar a razão da incorporação no serviço militar. (2 horas);
 - OBJECTIVO Nº 2 – Exaltar as virtudes cívicas formação do cidadão. (1 hora);
 - OBJECTIVO Nº 3 – Fomentar a disciplina. (1 hora);
 - OBJECTIVO Nº 4 – Explicar as razões pelas quais há guerra em Moçambique mostrando que é de origem externa e contra vontade da maioria da população e descrevendo o movimento subversivo. (6 horas);
 - OBJECTIVO Nº 5 – Dar a conhecer a posição de Moçambique no conjunto português e a vantagem que para este território e seus habitantes advém da situação actual. (5 horas);
 - OBJECTIVO Nº 6 – Desenvolver o espírito combativo. (1 hora);
 - OBJECTIVO Nº 7 – Criar espírito de corpo. (1 hora);

- OBJECTIVO Nº 8 – Os deveres do Exército face á guerra subversiva. (5 horas);
- OBJECTIVO Nº 9 – Demonstrar que a nossa força é muito superior á do inimigo e que a nossa vitória é certa, embora devido á forma de actuar das guerrilhas, possa demorar algum tempo. (2 horas);
- OBJECTIVO Nº 10 – Mostrar a situação actual da Frelimo descrevendo as suas dificuldades e as razões das mesmas. (2 horas);
- OBJECTIVO Nº 11 – Demonstrar a necessidade de colaboração de todos no progresso e na defesa da sua terra. (1 hora);
- OBJECTIVO Nº 12 – Mostrar o que são as aldeias, como se constróem e quais as suas vantagens e necessidades. (2 horas);
- OBJECTIVO Nº 13 – Mostrar o prestígio das autoridades tradicionais. (1 hora);

Além destes objectivos será ainda feita, na devida oportunidade, a preparação para o juramento de Bandeira que ocupará uma hora, e revisões várias ao longo de todo o período de instrução. Há ainda a considerar o período de quatro semanas de instrução pré-básica que se destina, apenas, a uma parte dos instruendos. Dadas as características dos elementos que frequentam esta instrução a APSic a realizar durante ela deverá constar, apenas, de ideias fundamentais apresentadas de forma muito simples.

Escolheram-se, para o efeito, os objectivos um, três, quatro, sete e oito, com todos os seus temas, os quais serão tratados sucessivamente, dispondo para tal de 5 horas semanais.

5. Esclarece-se que o facto de se distribuírem os temas pelos diversos tempos de instrução não significa de forma alguma que eles só sejam abordados nessa altura.

Todos os comandos e instrutores devem ter uma ideia completa do programa de APSic e tem de haver a permanente preocupação de, sempre que oportuno, explorar todos os temas de mentalização que foram considerados fundamentais. Cita-se, como exemplo, a disciplina. Os oficiais e graduados estão permanentemente a incutir noções de disciplina aos seus subordinados. Contudo há um certo tempo destinado à explicação do que ela é e da necessidade de a praticar.

A mentalização só se obtém pela repetição, embora variando a forma de expor os assuntos e o momento em que isso se faz.

6. Reconhece-se a maior utilidade em levar aos Centros de Instrução elementos estranhos à Unidade para realizarem palestras sobre assuntos relacionados com os temas indicados. Estas pessoas devem ser escolhidas de forma a conseguir-se a maior receptividade da parte dos instruendos. Podem estas palestras ser iniciativa do CI ou promovidas pelos escalões superiores.
7. Em complemento da instrução devem manter-se sempre permanentemente actualizados os Centros Informativos. Estes, além da documentação mensal enviada pela 5ª Repartição, devem ter expostos documentos que se refiram aos temas abordados durante a semana. Além do Centro Informativo os cartazes e dísticos devem ser espalhados pelo aquartelamento.
8. Nos documentos expostos ou difundidos não deve fazer-se referência à designação “acção psicológica”. As instruções são sempre designadas por Educação Cívica, Educação Militar ou Informação, conforme os assuntos versados.
9. Considera-se que o efectivo normal de instrução será a companhia.

Admite-se porém que alguns factores, como instalações, número de instrutores habilitados, possibilidades de utilização de material de projecção, ou outro, necessidade de mostrar documentos, etc., podem aconselhar a redução ou o aumento da audiência, o que ficará ao critério das Direcções de Instrução, que para estudo do problema dispõe do oficial de APsic.

10. O jornal do CI pode constituir um processo valioso da exploração dos temas tratados na instrução e nele devem ser induzidos a colaborar os militares da UN que tenham suficiente capacidade para o fazer.
11. Outro processo muito útil é a difusão sonora, visto que intercalando com música, se podem transmitir certas frases, ou difundir notícias com interesse para os instruendos.
12. Finalmente recomenda-se o maior cuidado com o acolhimento feito aos recrutas visto que são as primeiras impressões as que mais perduram no espírito daqueles.

ANEXO I

DESPACHO CONJUNTO DOS MINISTROS DA DEFESA NACIONAL E DO ULTRAMAR, DE 20 DE AGOSTO DE 1968

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO SECRETARIADO - GERAL DA DEFESA NACIONAL

DESPACHO

A separação das funções de Governador Geral e Comandante da Província de MOÇAMBIQUE, torna necessária a actualização das bases que têm orientado a direcção e a execução da contra subversão, de modo a manter-se uma estreita colaboração e convergência das acções a desenvolver, por um lado, pelos Governos e Serviços Provinciais e, por outro, pelos Comandos e Unidades das Forças Armadas, pelo que se estabelecem os seguintes princípios gerais que de futuro as deverão regular:

- 1º. O estado de subversão, em qualquer das suas formas, desde as mais simples (conquista dos espíritos) à mais evoluída (guerra de guerrilhas), põe em causa todo o sistema de administração e a própria manutenção de segurança e, portanto, da soberania, que não podem deixar de basear-se na aceitação voluntária do poder constituído e na obediência às leis e à ordem estabelecidas.

O reconhecimento da existência de um estado de subversão implica assim a necessidade de que todos os esforços da administração sejam canalizados no sentido do mais rápido restabelecimento da ordem, nos espíritos ou nas ruas, e na conquista da confiança e da adesão das populações.

A contra-subversão é, assim, responsabilidade e obra de todos os serviços e entidades que, constituem a administração pública e das forças militares que a apoiam.

- 2º. A contra-subversão não é uma nova actividade a desenvolver pela Administração, diferenciada, portanto, das actividades normais que a constituem.

ANEXO I

DESPACHO CONJUNTO DOS MINISTROS DA DEFESA NACIONAL E DO ULTRAMAR, DE 20 DE AGOSTO DE 1968

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO SECRETARIADO - GERAL DA DEFESA NACIONAL

DESPACHO

A separação das funções de Governador Geral e Comandante da Província de MOÇAMBIQUE, torna necessária a actualização das bases que têm orientado a direcção e a execução da contra subversão, de modo a manter-se uma estreita colaboração e convergência das acções a desenvolver, por um lado, pelos Governos e Serviços Provinciais e, por outro, pelos Comandos e Unidades das Forças Armadas, pelo que se estabelecem os seguintes princípios gerais que de futuro as deverão regular:

- 1º. O estado de subversão, em qualquer das suas formas, desde as mais simples (conquista dos espíritos) à mais evoluída (guerra de guerrilhas), põe em causa todo o sistema de administração e a própria manutenção de segurança e, portanto, da soberania, que não podem deixar de basear-se na aceitação voluntária do poder constituído e na obediência às leis e à ordem estabelecidas.
O reconhecimento da existência de um estado de subversão implica assim a necessidade de que todos os esforços da administração sejam canalizados no sentido do mais rápido restabelecimento da ordem, nos espíritos ou nas ruas, e na conquista da confiança e da adesão das populações.
A contra-subversão é, assim, responsabilidade e obra de todos os serviços e entidades que, constituem a administração pública e das forças militares que a apoiam.
- 2º. A contra-subversão não é uma nova actividade a desenvolver pela Administração, diferenciada, portanto, das actividades normais que a constituem.

A contra-subversão é a orientação que deve ser imprimida às actividades normais, através dos seus sectores próprios, para que possam manter ou reconquistar as condições indispensáveis ao regular exercício das suas funções a que a subversão se procura opor.

A contra-subversão não tem por isso como elemento de execução um serviço próprio, criado para fazer frente à subversão.

Tem de ser obra de todos, como primeira preocupação que influencie todas as decisões e actos dos diversos serviços, por mais técnicos e mais distantes que aparentemente pareçam em relação ao problema em causa.

- 3º. A contra-subversão dirige-se fundamentalmente às populações, que procura preservar de doutrinações contrárias ao interesse público, mentalizar na adesão voluntária aos princípios e à ordem estabelecida, satisfazer nas suas principais necessidades e anseios, proteger da violência coerciva que sobre elas se procure exercer ou reconquistá-las quando tenham já sido dominadas pelo inimigo. Porque as preocupações e actividades dos diversos serviços se concentram na população, é indispensável que à contra-subversão seja garantida a unidade de acção que a preserve contra falhas, contradições ou sobreposições e lhe garanta, a todos os níveis e em todos os campos, identidade de conceitos, oportunidade de actuação e forma adequada. A unidade da contra-subversão é condição fundamental para garantia de se alcançar o objectivo procurado.

- 4º. A unidade da contra-subversão só pode ser conseguida quando, aos diversos níveis, se reunam, na mesma entidade, os poderes civil e militar ou quando se co-responsabilizam as entidades diferenciadas que os detêm na direcção e da coordenação permanentes das actividades em todos os campos de acção.

Sempre que possível, nas áreas onde a subversão tenha conseguido implantar-se ou naquelas em que esteja em vias de o conseguir os poderes indicados devem ser concentrados no nível intermédio (Governo do Distrito - Comando de Sector) fazendo-se para o efeito a justaposição dos limites ou outros arranjos que se afigurem necessários.

Quando tal não for possível, as duas entidades, apoiadas pelos órgãos de direcção e meios de acção que lhes são próprios, exercem a responsabilidade conjunta de contra-subversão, acordando e estabelecendo os planos e directivas que forem necessários

à acção e à coordenação das entidades e meios dependentes, e controlando a sua execução para verificarem a eficiência dos métodos empregados e os resultados conseguidos. Naturalmente que, também neste caso, é essencial a correspondência de áreas de responsabilidade.

- 5º. Todos os aspectos que interessam à contra-subversão são igualmente importantes:

a informação pública e a acção psicológica, as informações, o controlo das populações, a auto-defesa e a utilização de milícias, o reagrupamento e a instalação das populações, a segurança das actividades económicas e a reocupação das áreas abandonadas, o desenvolvimento educacional e sócio-económico, as actividades militares de carácter preventivo ou punitivo, etc.

Quando qualquer dos aspectos deixa de ser devidamente considerado, a frente que se deve opor em bloco ao inimigo abre uma brecha por onde este se procurará desde logo infiltrar.

- 6º. A maioria dos aspectos que interessam à contra-subversão são muito especializados e dizem respeito simultaneamente a vários campos de actividade.

Não basta, assim, que, aos diversos níveis, as entidades e serviços que nestes campos superintendem tomem conhecimento dos planos e directivas elaboradas superiormente e lhes dêem no seu âmbito execução.

Quando uma mesma missão interessa vários campos de actividade é indispensável que os seus responsáveis planifiquem em conjunto o trabalho a desenvolver e as medidas de controlo a considerar para garantir a perfeita coordenação entre eles, essencial à unidade de acção. Isto é: não tem de haver nem deve existir um serviço próprio para tratar dos problemas da contra-subversão, mas a definição da política de contra-subversão, a sua planificação geral e planificação complementar das diversas missões particulares e a distribuição das tarefas implicam a existência de uma estrutura, obtida, nos vários níveis, pelo encontro obrigatório e a co-responsabilidade de todas as entidades que são chamadas a intervir na acção a desenvolver.

- 7º. A divisão de responsabilidades e de tarefas pelas entidades e serviços correspondentes aos diversos campos de actividade pressupõe que aqueles estão normalmente constituídos e em condições

de desempenho eficiente da missão genérica para que foram criadas. Nem sempre, porém, as diversas redes especializadas, que constituem as forças e os serviços, dispõem da totalidade dos elementos ou das estruturas que lhes seriam indispensáveis para total desempenho das funções que, no conjunto, lhes pertencem.

Independentemente da necessidade de corrigir tão rapidamente quanto possível as deficiências existentes, a necessidade de executar tarefas essenciais fará que se substituam, na sua execução, os elementos de uma rede especializada por elementos de outra. No entanto, o serviço especializado a quem competiria a execução mantém a sua responsabilidade, actuando os elementos que foram chamados a substituí-lo em nome e sob a autoridade daquele.

- 8º. Nas áreas onde a guerrilha se instalou e todas as populações, fora dos locais protegidos, se encontram sujeitos ao inimigo, o poder civil não pode ser exercido pelas autoridades competentes e os serviços não podem actuar com o apoio e a protecção das forças militares. Não interessa, assim, que estas áreas se mantenham integradas na divisão administrativa normal. No entanto, a acção militar de reconquista da segurança das pessoas e dos bens que permita a reactivação sucessiva da vida, a começar pelas actividades económicas, não pode passar sem a compreensão e o apoio do poder civil superior, do qual virá, em grande parte, a depender a consolidação dos sucessos alcançados. Justifica-se assim que estas áreas constituam, a título temporário, zonas de administração militar, desintegradas da estrutura distrital, ficando o comando militar respectivo na dupla dependência civil e militar do escalão Governo Geral e Comando Chefe.

Lisboa, 20 de Agosto de 1968

O MINISTRO DA DEFESA NACIONAL

a) Manuel Gomes de Araújo

O MINISTRO DO ULTRAMAR

a) Joaquim da Silva Cunha

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

a) Venâncio Augusto Deslandes
General

ANEXO J

DIRECTIVA CONJUNTA N.º 1/69, de 24Jan69, do Governador Geral de Moçambique e do General Comandante-Chefe de Moçambique “Para a Coordenação das Actividades de Contra-Subversão ao Nível Distrito-Sector”

1. INTRODUÇÃO

- a. Conforme se acentua em despacho conjunto de S.Ex^{as} o Ministro da Defesa Nacional e do Ultramar, a contra-subversão:
 - (1) tem de ser responsabilidade e obra de todos, civis e militares, e constituir a sua primeira preocupação;
 - (2) dirige-se, fundamentalmente, às populações e abrange, praticamente, todas as actividades de Administração;
 - (3) deve integrar-se nas actividades normais de Administração, de preferência a dispor de serviço próprio para a sua execução;
 - (4) requer unidade de acção nas respectivas actividades, civis e militares;
- b. Para garantir a indispensável unidade de acção torna-se necessário que os responsáveis pelos vários campos de actividade de interesse para a contra-subversão, planifiquem em conjunto e executem em coordenação, co-responsabilizando-se pelas acções a desenvolver;
- c. Ao nível provincial, a unidade de acção é assegurada pela ligação directa Governo Geral - Comando Chefe, e ainda pela constituição e funcionamento do Conselho de Defesa Militar da Província;
- d. Para prolongar, ao nível distrital, a unidade de acção da actividade de todos os órgãos e entidades, civis e militares, chamadas a intervir na contra-subversão, é criada, em cada distrito, uma Comissão Distrital Coordenadora de Defesa (CDCD).

2. CONSTITUIÇÃO

- a. São membros permanentes da Comissão Coordenadora de Defesa (CDCD):
 - o Governador do Distrito;
 - os Comandantes de Sector ou Territoriais, na área do distrito;
 - o Comandante de Defesa Marítima no distrito (o mais antigo, nos distritos em que haja mais do que um Comandante de Defesa Marítima);

- um representante designado da Força Aérea, nos distritos onde existam unidades daquela força, o qual será sempre oficial superior;
- o Chefe da Subdelegação da PIDE, na capital do distrito;
- b. A Comissão Distrital Coordenadora de Defesa será presidida, conjuntamente, pelo Governador de Distrito e pelo Comandante ou Comandantes de Sector ou Territoriais presentes.
São vogais permanentes da Comissão os restantes membros;
- c. Quando um Sector ou Comando Territorial abranja mais de um distrito, o respectivo Comandante pode nomear um seu delegado para fazer parte das comissões distritais cuja sede não coincida com a do seu comando;
- d. A secretaria da CDCD fica a cargo do Governo do Distrito. Para secretariar aquela comissão, o Governo do Distrito nomeará um funcionário na sua subordinação hierárquica, de acordo com os restantes presidentes da Comissão.

3. ATRIBUIÇÕES

À Comissão Distrital Coordenadora de Defesa competem as atribuições seguintes:

a. Gerais

(1) Tratar de todos os assuntos que interessem:

- (a) à defesa e manutenção da ordem no distrito e à colaboração a prestar no âmbito da Província;
- (b) à conservação e conquista da adesão das populações, acerca das quais, as autoridades locais, civis e militares, devam tomar decisões, ou propor superiormente as medidas julgadas convenientes.

(2) Promover a cooperação entre autoridades civis e militares do distrito, a todos os níveis, de maneira a obter a mais eficiente coordenação de todas as actividades de interesse para a contra-subversão;

b. Especiais

De acordo com as directivas, ordens e instruções superiores:

- (1) coordenar os dispositivos e as acções de todas as forças militares, militarizadas e outras, na área do respectivo distrito;
- (2) orientar e coordenar a pesquisa, estudo e difusão de informações que interessem à manutenção ou ao restabelecimento da ordem pública e à conservação e conquista da adesão das populações;

- (3) planear e coordenar as acções psicológicas;
- (4) orientar e coordenar, no âmbito distrital, o planeamento dos trabalhos nas vias de comunicação;
- (5) estudar e planear o reagrupamento e a protecção das populações;
- (6) estabelecer a coordenação e cooperação no planeamento e execução do desenvolvimento sócio-económico das populações;
- (7) planear e coordenar outras actividades que tenham interesse directo para a manutenção ou restabelecimento da ordem pública.

4. REUNIÕES

- a. A Comissão Distrital Coordenadora de Defesa funciona por meio de reuniões:
 - normais, em regra quinzenais;
 - extraordinárias, quando circunstâncias especiais o aconselhem;
- b. As reuniões normais serão fixadas por acordo entre os presidentes. A convocação para as reuniões extraordinárias poderá ser, quer da iniciativa de um dos presidentes, quer por proposta de qualquer dos vogais;
- c. Os membros da CDCD, que não residam na sede do distrito, poderão tomar parte nas reuniões normais apenas mensalmente, devendo, nessa altura, ser tratados os assuntos correspondentes às suas zonas de acção ou esferas de jurisdição;
- d. Por acordo entre os presidentes poderão ser convocados ou convidados para tomar parte nas reuniões, além dos vogais permanentes, outras entidades ou pessoas cuja presença seja conveniente para esclarecimento dos assuntos a tratar.

5. FUNCIONAMENTO

- a. Além de outros assuntos que devam ser tratados, nos termos das atribuições aqui fixadas, constituem matéria a apresentar obrigatoriamente à apreciação da Comissão Distrital Coordenadora de Defesa os seguintes:
 - (1) alterações aos dispositivos das forças militares, militarizadas e outras, quando tais alterações sejam da iniciativa dos membros da Comissão, e antes de serem postas em execução;

- (2) planeamento de operações ao nível Sector - Governo de Distrito;
 - (3) planeamento do reagrupamento das populações e medidas que contribuam para a sua defesa e desenvolvimento sócio-económico;
 - (4) planeamento da abertura ou melhoramento das vias de comunicação;
 - (5) orientação geral da actividade dos serviços de informações, civis e militares;
 - (6) planeamento das acções psicológicas;
- b. A apreciação dos assuntos respeitantes à preparação e emprego das forças militares, militarizadas e outras, será dirigida pelo respectivo Comandante de Sector ou Territorial ou, na sua falta, pelo seu delegado designado nos termos desta directiva; a dos assuntos do foro civil, como sejam informações, populações, vias de comunicação, acções psicológicas e outras actividades do mesmo foro, pelo Governador do Distrito;
 - c. Na apreciação dos assuntos pela Comissão Distrital Coordenadora de Defesa, deverá ter-se em atenção que o objectivo a atingir é obter-se, dentro das instruções e directivas superiores, uma solução conjunta dos presidentes;
 - d. No caso de divergência, quanto às medidas a tomar, que impeça a definição de uma solução conjunta, deverão os presidentes expor os assuntos, pela via mais rápida, à consideração dos respectivos superiores hierárquicos, para apreciação e decisão do Governador Geral e do Comandante-Chefe;
 - e. Quando as medidas que foram objecto de divergência tiverem carácter de urgência na sua aplicação e não possam aguardar a decisão final nos termos da alínea anterior, deverão essas medidas ser postas em execução de acordo com a decisão do presidente a quem é conferida a competência para orientar a discussão do respectivo assunto e sob sua responsabilidade;
 - f. A execução das soluções comuns compete a cada um dos membros da Comissão Distrital Coordenadora de Defesa, na sua esfera de acção;
 - g. De cada reunião será elaborada uma acta de onde constem, de forma resumida, os assuntos tratados, decisões tomadas e as divergências verificadas que devem ser objecto de decisão superior nos termos da alínea 5. d. desta directiva;
 - h. Dos exemplares da acta serão distribuídos um a cada um dos presidentes e enviados dois ao Conselho de Defesa Militar da Província;
 - i. Quando as circunstâncias o aconselharem, poderão fazer-se extractos parciais das actas, para distribuição aos vogais da Comissão, na parte que especialmente lhes diga respeito.

6. RESPONSABILIDADE E FISCALIZAÇÃO

- a. Os Presidentes da Comissão Distrital Coordenadora de Defesa são solidariamente responsáveis pelas acções conjuntas. Cada um deles é responsável na sua esfera de acção, pela execução das soluções tomadas;
- b. Os vogais, dentro do seu âmbito de jurisdição, são igualmente responsáveis pela execução das soluções acordadas, a que lhes compete dar andamento;
- c. Aos membros da Comissão incumbe pôr esta ao corrente acerca do conhecimento que tenham da forma como está decorrendo a execução das soluções adoptadas, a fim de contribuírem para uma oportuna e adequada intervenção do membro responsável.

O GOVERNADOR GERAL

O COMANDANTE-CHEFE

a) Baltazar Rebelo de Sousa

a) António Augusto dos Santos
General

ANEXO L

CENTROS DE COORDENAÇÃO DE OPERAÇÕES (CCO)

NEP OP VCO 3ª Rep QG RMM de 20 de Outubro de 1968

1. *Finalidade*

Os CCO têm por finalidade:

- a) Conseguir o máximo rendimento dos meios e forças militares, militarizadas e do corpo de voluntários, mediante o estabelecimento dum planeamento adequado;
- b) Promover a máxima colaboração das autoridades militares entre si e destas com as autoridades civis, com vista a uma acção harmónica dos meios disponíveis, quanto à sua preparação operacional, segurança e defesa do território e seu emprego operacional;
- c) Obter a maior harmonia nas acções, conduta e atitudes das autoridades civis e militares, relativamente às populações, a fim de as proteger contra a intervenção aberta, clandestina e secreta do inimigo.

2. *Constituição*

De cada CCO farão parte:

- a) O Comandante de Sector, que preside às reuniões, como responsável, na zona, pelos assuntos de defesa do território e emprego operacional dos meios;
- b) O Comandante, ou um representante qualificado, de cada um dos ramos das outras forças militares em actividade no Sector;
- c) O Governador do Distrito, ou um representante qualificado, cuja presença assegurará a cooperação político-militar e a coordenação das actividades civis com as operações, nomeadamente no que se refere à do emprego das forças militarizadas e do corpo de voluntários e da acção a desenvolver sobre as populações;
- d) Os Comandantes e Autoridades referidos em a), b) e c) poderão fazer-se acompanhar de elementos do seu respectivo Comando ou Governo de Distrito;

- e) Por entendimento entre o Comandante de Sector e o Governador de Distrito, poderão, também, ser convocados para assistir reuniões do CCO, quando seja julgado conveniente, os representantes locais dos serviços militarizados ou civis, afectos à segurança do território e populações, ou outros.

3. Normas de Funcionamento

- a) Os Comandantes dos Sectores onde funcionam CCO promoverão que as reuniões dos CCO se realizem com a frequência aconselhável. Como norma, as reuniões realizar-se-ão:
 - (1) Semanalmente, nas localidades onde haja sobreposição de Comando de Sector e de Governo de Distrito
 - (2) Quinzenalmente, quando essa sobreposição não se verifique;
- b) A decisão final sobre o emprego operacional das forças dos 3 ramos das Forças Armadas, para obtenção da conjugação de esforços, cabe ao Comandante de Sector;
- c) As conclusões a que se chegar sobre a acção a desenvolver pelas forças militarizadas ou do corpo de voluntários, bem como sobre a acção civil, obrigam os Governadores de Distrito ou representações presentes, excepto quando em desacordo com as directivas ou normas superiores dentro da cadeia respectiva, devendo, neste caso, para que tenham efeito, delas ser dado conhecimento pelas vias hierárquicas respectivas e obtida a concordância superior;
- d) De qualquer forma, o espírito de trabalho nos CCO deverá ser norteado, sempre, pela necessidade de maior harmonia e conjugação de esforços de todos os seus elementos participantes, tanto no aspecto de orientação como no de execução, com vista à consecução do objectivo comum;
- e) O Governador Geral, o Comandante-Chefe e os Comandantes da RMM, do CNaval e da 3ª RAérea poderão assistir às reuniões dos CCO ou fazer-se representar nelas por um delegado qualificado.

4. Distritos e Comandos em que funcionam CCO

- a) Funcionam CCO nos Distritos do Niassa – Sectores A e E – , Cabo Delgado – Sector B – , Zambézia – Sector D – e Tete – Sector F;
- b) Nos Comandos de Sector e Territoriais onde não existem CCO, a cooperação político-militar far-se-á por entendimento directo entre o Comandante das Forças Militares e o Governador de Distrito.

5. *Agendas de Trabalhos*

- a) De cada reunião do CCO será elaborada, antecipadamente, uma agenda de trabalhos que facilite e oriente o seu desenvolvimento;
- b) Em anexo, junta-se um esquema-exemplo dessa agenda com os tópicos dos assuntos a serem incluídos, além de outros julgados de interesse, nas reuniões.

6. *Difusão das actas das reuniões*

De cada reunião do CCO será elaborada uma acta que deverá, no mínimo, incluir a seguinte lista de distribuição:

- QG/RMM 8 exemplares (*)
- Governo do Distrito 1 exemplar
- Representantes de outros ramos das FA,
em actividade no Sector 1 exemplar a cada.

(*) Destinados a serem difundidos pelo QG/RMM, às Rep/QG, Cmd-Chefe, CNM e 3ª RA

O COMANDANTE INTº

FRANCISCO DA COSTA GOMES
BRIGADEIRO

ANEXO:

“A” – Esquema de Agenda de Trabalhos das Reuniões de CCO

ANEXO “A” (ESQUEMA DE AGENDA DE TRABALHOS DAS RE-UNIÕES DE CCO) À NEP “OP V CO”

- 1. Exame geral da situação e suas implicações.
- 2. Coordenação da actividade operacional das forças militares entre si e destas com as forças militarizadas.

3. *Populações*

a) Seu estado de espírito em geral, com referência determinadas áreas ou núcleos populacionais; grau de controle e medidas para o melhorar; medidas de defesa e segurança;

b) *Aldeamentos*

Ideia directriz do seu estabelecimento e desenvolvimento; condições de segurança e defesa; medidas possíveis de apoio; melhoramentos viáveis a considerar;

4. *Recursos*

Sua existência, localização e disponibilidade, e implicações que sejam de considerar em relação à subversão e no que diz respeito à acção a desenvolver pela contra-subversão.

5. *Vias de comunicação*

Seu estado, melhoramentos ou reparações necessárias, em curso ou a prever; novas comunicações a estabelecer; desmatações marginais, etc.; repartição possível dos trabalhos, coordenações e diligências para se procurar obter a execução das restantes.

6. *Coordenação da acção, em geral, e dos Comandos Militares e Autoridades Cíveis e sua cooperação.*

7. *Diversos.*

NOTAS:

a. Os assuntos mencionados em 1. e 2. serão obrigatoriamente abordados e tratados em cada reunião;

b. Os restantes assuntos serão tratados com o desenvolvimento que o seu teor, de momento, requeira e o tempo disponível o permita.

ANEXO M

DESIGNAÇÕES ATRIBUÍDAS ÀS ZONAS OP., AOS SECTORES, COMANDOS TERRITORIAIS E SUB-SECTORES

(NEP 3ª Rep/QG/RMM - OR - DS de 15 de Maio de 1971)

1. *Finalidade*

A atribuição de designações abreviadas às Zonas Operacionais, Sectores e Subsectores, tem por fim:

- a. Facilitar a designação das divisões e subdivisões territoriais e, em especial, o tráfego das transmissões;
- b. Fixar, para essas divisões e subdivisões, designações independentes das Unidades que as ocupam.

2. *Âmbito*

Para execução em todas as Unidades do T.O.Moçambique.

3. *Critério seguido*

- a. Às Zonas Op. é atribuída a designação constituída pela abreviatura de zona de operações seguida das letras iniciais da designação da área a que pertencem;
- b. Aos Sectores é atribuída uma designação constituída por uma letra, maiúscula, de acordo com as ordens alfabética e cronológica da sua constituição;
- c. Aos Subsectores é atribuída uma designação constituída pela letra indicativa do Sector e por 2 outras letras, ligadas ao nome da povoação, sede do respectivo Comando.

4. *Designação das Zonas, Sectores, Comandos Territoriais e Subsectores*

- a. Zona de Operações Tete – ZOT (ZA dos Sectores F, G e H, com sede em Tete)
 - (1) Sector “F” (com sede em Tete)
 - (a) Subsector FTT (ZA do Bat. com sede em Tete)
 - (2) Sector “G” (com sede em Chicó, temporariamente no Fingoé)
 - (a) Subsector GFG (ZA do Bat. com sede em Fingoé)
 - (b) Subsector GCC (ZA do Bat. com sede em Chicó)

- (c) Subsector GCP (ZA do Bat. com sede em Chipera)
- (3) Sector H (com sede em Furancungo)
 - (a) Subsector HTB (ZA do Bat. com sede em Tembué)
 - (b) Subsector HFR (ZA do Bat. com sede em Furancungo)
 - (c) Subsector HCS (ZA do Bat. com sede em Casula)
- b. Sector A (ZA do Agr. com sede em Vila Cabral)
 - (1) Subsector ASA (ZA do Bat. com sede em Mecaloge-Sanga)
 - (2) Subsector AVL (ZA do Bat. com sede em Valadim)
 - (3) Subsector AML (ZA do Bat. com sede em Mecula)
 - (4) Subsector ANC (ZA do Bat. com sede em NCoimbra)
 - (5) Subsector AVC (ZA do Bat. com sede em VCabral)
 - (6) Subsector ARU (ZA do Bat. com sede em Marrupa)
- c. Sector B (ZA do Agr. com sede em Porto Amélia)
 - (1) Subsector BRV (ZA do Bat. com sede em MRovuma)
 - (2) Subsector BND (ZA do Bat. com sede em Nangade)
 - (3) Subsector BMU (ZA do Bat. com sede em Mueda)
 - (4) Subsector BPR (ZA do Bat. com sede em MPraia)
 - (5) Subsector BMC (ZA do Bat. com sede em Macomia)
 - (6) Subsector BPA (ZA do Bat. com sede em PAmélia)
 - (7) Subsector BNT (ZA do Bat. com sede em Nairoto)
- d. Sector C (com sede em Nampula)
 - (1) Subsector CRB (ZA do Bat. com sede em Ribaué)
 - (3) Subsector CVB (ZA do Bat. com sede em VBarreto)
- e. Sector D (ZA do Agr. com sede em Mocuba)
 - (1) Subsector DNF (ZA do Bat. com sede em NFreixo)
 - (2) Subsector DMO (ZA do Bat. com sede em Mocuba)
- f. CTC (ZA do Comando Territorial com sede em Beira)
 - (1) Subsector CTCBR (ZA do Bat. com sede em Beira)
- g. CTS (ZA do Comando Territorial com sede em Lourenço Marques)
 - (1) Subsector CTSLM (ZA do Bat. com sede em LMarques)

O COMANDANTE-CHEFE
KAULZA DE ARRIAGA
GENERAL

CAPITULO III

O INIMIGO

GENERALIDADES

As Guerras Subversivas são possíveis quando da parte das populações há receptividade a ideias que vão ao encontro dos seus anseios de transformações políticas e sociais, da melhoria do seu nível de vida e da liberdade.

A difusão dessas ideias foi, em África, facilitada pela partilha territorial do Século XIX (Conferência de Berlim) que, por não respeitar a distribuição geográfica das diferentes etnias, as veio dividir por territórios subordinados a diferentes entidades políticas.

Esta situação nunca impediu, contudo, a movimentação dos povos que se fixavam, ora num ora noutro território, o que tornava mais vagas as fronteiras definidas naquela Conferência.

Há, pois, ao longo de todos esses limites territoriais uma interdependência tradicional que, se por um lado pode dificultar a criação de uma verdadeira nacionalidade, por outro pode favorecer a subversão de qualquer ordem estabelecida.

Em Moçambique, existiam cerca de 83 tribos¹, algumas das quais com ligações étnicas aos territórios vizinhos.

A população de Moçambique, nas primeiras décadas do século XX, apresentava como características principais:

- encontrar-se integrada numa sociedade primitiva, sem conceitos de nacionalidade, apresentando um baixo nível de desenvolvimento;
- acalantar, por vezes, rivalidades entre diferentes grupos étnicos que passavam de geração em geração;
- não dispor de unidade linguística, correspondendo, na maioria dos casos, uma língua ou dialecto a cada etnia;
- ser muito susceptível a crenças e superstições que respeitam, procurando cumprir os preceitos que lhes são determinados pelos que se dizem detentores de poderes sobrenaturais e praticam o culto dos antepassados;

¹ Supintrep n.º 22 - Populações de Moçambique - QG/Av/RMM - Nampula - Agosto de 1967.

- manter como grupo económico base a família na qual desempenha papel importante a mulher como elemento de produção dos bens necessários à subsistência do agregado familiar.

Foi grande a influência dos países vizinhos, a Tanzânia (ex-Tanganica), o Malawi (ex-Niassalândia), a Zâmbia (ex-Rodésia do Norte), o Zimbabué (ex-Rodésia do Sul) e a República da África do Sul (ex-União Sul Africana).

Todos estes países tinham dependido da Grã-Bretanha; o primeiro sob a forma de mandato da Sociedade das Nações, sob a forma de protectorado o segundo e o terceiro, e sob a forma de colónia o Zimbabué. A República da África do Sul, nascida da federação das colónias do Cabo, Natal, Orange e Transval com o nome de União Sul Africana, passou a República em 1960 e, após abandonar a Commonwealth em 1961, tomou o nome actual.

A comunidade internacional, em especial a China, Europa Ocidental, URSS e EUA, por razões diversas, não era favorável às posições portuguesas. De facto, os interesses económicos da Europa, raiz colonizadora da África, com países como a França, a Inglaterra e a Bélgica, pretendendo manter laços estreitos com as suas ex-colónias, bem como a diplomacia e as posições doutros países no seio da ONU, orientadas para uma descolonização total, muitas vezes prevaleceram sobre antigas ou novas Alianças, com Portugal.

Assim, a subversão que se foi desenvolvendo em Moçambique tinha múltiplos suportes directos, indirectos, ou emergentes das clivagens da bipolaridade da cena internacional, isolando cada vez mais Portugal.

A INFLUÊNCIA DOS PAÍSES VIZINHOS²

Tanzânia (anteriormente Tanganica)

O Tanganica tornou-se independente em fins de 1961, sob a chefia de Nyerere³, indivíduo que, sob a aparência de moderado, era na realidade profundamente hostil aos europeus.

² Texto baseado em CADERNOS MILITARES – 7 – O CASO DE MOÇAMBIQUE, da 2.ª Rep/EME, publicado em AGO69.

³ Julius Kambarage Nyerere – Nasceu em Butiama (Tanganica) em 1922. Estudou em Tambara e no Colégio Universitário de Mokerere no Uganda, tendo, ainda, frequentado a Universidade de Edimburgo. Dirigiu o Partido da União Africana do Tanganica e assumiu a chefia do Governo após a Independência, em Dezembro de 1961.

Católico, socialista, defensor do Pan-Africanismo, apoiou-se na China Comunista e fez de Dar-es-Salam um centro de actividades contra os países da África Austral.

In – Verbo Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura.

Quando em 1962, se realizou a campanha eleitoral para a eleição do primeiro chefe do novo Estado, Nyerere costumava fazer comícios públicos, entre os quais alguns destinados exclusivamente a moçambicanos, vivendo ou presentes naquele país, Nianjas, Ajauas, e sobretudo Macondes. E a todos incitava à rebelião, fazendo grandes promessas e salientando a necessidade de anexar ao Tanganica a faixa moçambicana para norte do rio Lúrio “para que todos os povos das mesmas tribos ficassem sob uma única bandeira”.

Em fins de 1963 a ilha de Zanzibar, em frente à Tanzânia, tornou-se independente, e logo a seguir, após uma revolução sangrenta, caiu na órbita comunista.

O Tanganica e Zanzibar decidem então reunir-se sob uma única bandeira, com o nome de Tanzânia.

Logo a seguir Nyerere foi alvo de uma revolta, mas conseguiu sobreviver, embora tivesse, para isso, que orientar a sua política para o bloco comunista, com preferência pelo tipo chinês, o que obrigou a ex-URSS a, por seu lado, realizar esforços no sentido de não ser vencida nessa luta pela supremacia política e de interesses da China.

A Tanzânia tornou-se, então, uma plataforma de propagação do comunismo em África, alvo de crescentes visitas e ajudas de toda a ordem, de chineses, russos, jugoslavos e outros países da Europa de Leste. De notar que, pela Tanzânia eram canalizadas ajudas, directas e indirectas para a FRELIMO, provenientes de Organizações e Estados da Europa Ocidental, em especial dos países Nórdicos e da América do Norte: EUA e Canadá.

Malawi (ex-Niassalândia)

Por alturas de 1953 o Dr. Hastings Banda⁴ constituía, com N’Krumah do Ghana e Kenyatta do Quênia, o grupo mais extremista dos emancipacionistas africanos. O Malawi, então chamado Niassalândia, era um centro de agitação contra os ingleses, e portanto contra os brancos. E os Nianjas de Moçambique, em constante contacto com os malawianos, foram por isso facilmente contaminados pelas novas ideias, que não puseram logo em prática por, na altura, não terem encontrado quem os apoiasse devidamente.

⁴ Hastings Kamuzu Banda – Nasceu em 1902. Estudou História e Ciências Políticas na Universidade de Chicago e doutorou-se em Medicina em 1937, pelo Colégio Médico de Nashville (Tennessee). Foi igualmente diplomado em Medicina Tropical pela Universidade de Liverpool. Foi chefe do Governo do Malawi desde a Independência. Enquanto no poder, procurou fazer uma administração equilibrada, não se comprometendo demasiado com o Pan Africanismo e a negritude.

In – Verbo – Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura.

A subversão encontrou, inicialmente, por parte do Dr. Banda, um natural apoio.

Posteriormente, porém, o Dr. Banda viu-se a braços com uma grave oposição interna por parte dos Nianjas, chefiados por um ex-ministro malawiano, Chipembere⁵, que chegaram mesmo a atacar Fort Johnston, em 12/13 de Fevereiro de 1965, numa estratégia indirecta do Dr. Eduardo Mondlane da FRELIMO e com alegados apoios, segundo o Dr. Banda, dos missionários da “Church of Scotland”. O ex-ministro Chipembere, vencido, refugiou-se na Tanzânia, serenando politicamente os ânimos. Para tal teve influência o Fumo Willard Gomani, homem de prestígio no partido do Dr. Banda, bem como ex-responsáveis pela governação da Niassalândia, como Sir Glyn Jones e Sir Frederick Pedler.

O Malawi autorizou que a FRELIMO tivesse representação no território (Bonifácio Gruveta), mas proibiu a implantação de bases ou indivíduos armados em trânsito pelas suas fronteiras, adoptando uma política de boa vizinhança com Moçambique, cuja reciprocidade mais visível se expressou na visita oficial do Dr. Hastings Banda a Moçambique, em 24 de Setembro de 1971, com as devidas honras militares pelas tropas portuguesas e todas as demais honrarias devidas a um chefe de estado.

Também o Malawi, tal como a Zâmbia, tinha aspirações a uma saída para o mar à custa de Moçambique.

Zâmbia (ex-Rodésia do Norte)

Independente desde Novembro 1964, após a dissolução da Federação das Rodésias e Niassalândia, a República Independente da Zâmbia teve como primeiro Presidente da República Keneth David Kaunda⁶.

⁵ Henry Mazanko Chipembere, nascido em 1931, em Fort Johnston.

Frequentou a Escola Secundária de Blantyre e a Universidade de Fort Hare na União Sul Africana. Regressado à Niassalândia, foi membro do National African Congress e manteve assidua correspondência com o Dr. Banda. Adepto do Pan Africanismo e apologista da violência, foi um dos fomentadores dos incidentes de Março de 1959 de que resultaram o espancamento e morte de alguns europeus e a declaração do estado de emergência pelo Governador Britânico.

Após a autodeterminação (1963) foi nomeado Ministro de Estado o que não o impediu de, no ano seguinte, se proclamar líder da oposição contra o Dr. Banda o que levou à sua demissão e passagem à clandestinidade. Refugiou-se, mais tarde, na Tanzânia.

Supintrep n.º 28 – Malawi – 2.ª Rep QG/RMM – Dezembro de 1972.

⁶ Keneth David Kaunda. Nasceu em 1924 e foi professor primário. Em 1958 tomou parte activa no movimento separatista que levou à criação da Zâmbia. Foi presidente do Partido Unido da Independência Nacional e o primeiro Presidente da Zâmbia.

Verbo – Enciclopédia Luso Brasileira da Cultura.

A sua posição anti-ocidental e anti-colonialista marcou a relação com os territórios vizinhos como a República da África do Sul, Rodésia do Sul, Malawi e Moçambique e o apoio aos Movimentos Emancipalistas.

Como país interior que escoava os seus produtos através de Angola, RAS, Rodésia e Moçambique, a Zâmbia procurou uma saída para o mar através da Tanzânia para ficar ao abrigo de quaisquer sanções que, por aqueles países lhe pudessem ser aplicadas. Tal foi tentado através do Caminho de Ferro Transzambiano (com início em Dar-es-Salam), construído com técnicos e fundos da China Popular.

Não deixou, contudo, de aspirar a uma saída directa para o mar pelo controlo de uma faixa compreendida entre o rio Zambeze e o rio Pungué, englobando, portanto, o porto da Beira.

Rodésia do Sul (actual Zimbabwé)

Após a dissolução da Federação das Rodésias e Niassalândia, a Rodésia do Sul, onde de há muito existia uma numerosa população branca, declarou, em Novembro de 1965, unilateralmente, a sua independência sob um regime dominado por brancos e liderado por Ian Smith⁷. Esta situação, em contra corrente do que então se passava em África, deu origem a sanções económicas, decretadas pela Inglaterra e ampliadas pela ONU com ênfase particular ao bloqueio do porto da Beira.

O regime rodesiano manteve sempre boas relações com Moçambique até por haver interesse em preservar as fronteiras comuns da presença quer de guerrilheiros da ZAPU⁸ e da ZANU⁹, quer de guerrilheiros da FRELIMO, além de haver igualdade de pontos de vista quanto à legitimidade da presença branca na África Austral.

República da África do Sul

Como resultado de um referendo realizado em 1960 a União Sul Africana constituiu-se numa República, fora da Commonwealth, organização a que pertencera até Maio de 1961.

⁷ Ian Douglas Smith. Nasceu em 1919 em Selukwe (Rodésia). Estudou em escolas locais e na Universidade de Rhodes na União Sul Africana. Serviu na Real Força Aérea inglesa durante a II Guerra Mundial. Adepto da supremacia branca, fundou em 1961 o "Rhodesian Front". Foi nomeado Primeiro Ministro da Rodésia do Sul em 1964 e, em 1965, declarou unilateralmente a Independência da Rodésia. Em 1978, aquando da passagem para um Governo de maioria negra foi membro do Conselho Executivo de Transição. Foi membro do Parlamento.

Enciclopédia Britânica – Tomo 10 – pg 895 – 13.ª Edição.

⁸ ZAPU – Zimbabwe African People Union.

⁹ ZANU – Zimbabwe African National Union.

Baseando-se no conceito de desenvolvimento separado das várias comunidades étnicas (Apartheid), com domínio da comunidade branca, a RAS sofreu pressões e boicotes, mais ou menos efectivos, da maior parte dos países do mundo.

Contudo as suas enormes riquezas minerais e a sua privilegiada posição estratégica permitiram continuar o seu desenvolvimento económico e poder militar.

Apoiou claramente o regime da Rodésia e manteve relações privilegiadas com Moçambique e Angola, nos domínios económico e militar.

As organizações emancipalistas em Moçambique

A formação das elites africanas¹⁰

A inexistência, até 1963, de Universidades nos territórios ultramarinos, deu origem à deslocação para a “Metrópole” de muitos estudantes que desejavam frequentar estudos superiores.

Aqui irão sofrer, como refere Dalila Mateus, “múltiplas influências que contribuíram para a sua formação cultural e política tais como: - influências associativas, na Casa dos Estudantes do Império, nas Associações Académicas, no Centro de Estudos Africanos ou na Casa de África; influências político-orgânicas, do PCP e do MUD Juvenil e do Movimento Anticolonialista (MAC)...; e influências político-culturais do marxismo, do neorealismo, da negritude, acompanhadas pelo eco que, entretanto, ia chegando das independências no continente.”

É deste grupo que irão sair alguns dos mais relevantes membros dos Movimentos emancipalistas do Ultramar português embora, em muitos casos, como iremos ver, a sua origem seja regional e os seus dirigentes tenham outras origens e formações.

As Organizações¹¹

Associação Nacional Africana do Moatize - A.N.A. Moatize

Fundada em 1959 em Moatize, distrito de Tete, por Baltazar da Costa Chagonga, tinha como finalidade visível a defesa dos interesses dos seus

¹⁰ Ver Mateus, Dalila Cabrita – “A Luta pela Independência” – Editorial Inquérito, Lisboa 1999, Cap III.

¹¹ Textos baseados em:

- Cadernos Militares 7 – O Caso de Moçambique – 2.ª Rep/EME, Agosto de 1969
- Supintrep n.º 19 – Evolução Histórica do Pan-Africanismo, Aparecimento e Desenvolvimento dos partidos emancipalistas de Moçambique. 2.ª Rep/QG/RMM – Março de 1967
- Relatórios periódicos
- “Partidos Políticos” – Serviços de Coordenação e Centralização de Informações de Moçambique 1974 – Fundo particular 45/1/845 do Arquivo Histórico Militar.

associados suspeitando-se, contudo, que pretendia aliciar para fins políticos os trabalhadores da bacia carbonífera de Moatize.

Como não foi reconhecida pelas autoridades a sua existência legal, passou à clandestinidade.

União Nacional Africana de Moçambique Independente – UNAMI

A ANA Moatize passou a designar-se, em Maio de 1960, por iniciativa de Baltazar da Costa, por União Nacional Africana de Moçambique Independente.

Realizou acções de propaganda no norte de Tete, ainda que sem grande profundidade¹².

Não tendo chegado a constituir uma força relevante, exerceu a sua influência, sobretudo, na área de Moatize – Angónia

Em 12 de Maio de 1974 distribuiu um comunicado assinado por José Baltazar da Costa Chagonga em que se congratula com o derrube do regime em vigor em Portugal e felicita a Junta de Salvação Nacional.

Mozambique African National Union - MANU

Foi fundada em 1960, na Tanzânia, por iniciativa do partido governamental daquele país, o “Tanganica African National Union – TANU”.

Embora pretendesse reunir os moçambicanos de etnia Maconde que viviam na Tanzânia, com o objectivo de orientar a subversão em Moçambique no sentido que interessasse à Tanzânia, esta organização nunca teve a aceitação dos Macondes de Moçambique, por ser dirigida por gente que não era deles. Contudo foi ela que, ao pretender ganhar prestígio internacional iniciou, em 24 de Agosto de 1964, em Cabo Delgado, a subversão violenta em Moçambique, marcada com a morte do Padre Daniels junto da Missão de Nangololo – ver Cap IV¹³.

Mais tarde (1970) aparece liderada por Leo Milas, dissidente da FRELIMO¹⁴.

União Democrática Nacional de Moçambique - UDENAMO

Organização fundada em Outubro de 1960, em Bulawayo, (Rodésia) por Adelino Chitofó Gwambe. Nunca chegou a assumir posição de relevo,

¹² Relatório de Notícia 208/B, 17Set66, QG/2.ª Rep/RMM.

¹³ Perintrep n.º 37 – QG/RMM/2.ª Rep de 31 de Agosto de 1964 e Perintrep n.º 39 – QG/RMM/2.ª Rep de 14 de Setembro de 1964.

¹⁴ Resumo Mensal de Notícias 5/70 – Estado Maior do Exército, Maio 1970.

embora aparecendo, por vezes, na arena política, onde procurou manter presença entre as várias organizações emancipalistas moçambicanas.

Mais tarde Gwambe decidiu dar-lhe uma nova designação “União Democrática Nacional de Moçambique – UDENAMO Monomotapa”, aproveitando o facto histórico de ter existido, antigamente, em Moçambique, um “império” chefiado por uma “Muene” Montapa, ou como se passou a dizer em português, Monomotapa.

Foi atribuída a elementos desta organização a tentativa de assalto ao Posto Administrativo do Chire (Distrito da Zambézia) em 30 de Março de 1964, com o móbil do roubo de armas ¹⁵.

Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO

Desde Maio de 1962 que o governo do Tanganika (depois Tanzânia) fazia esforços para unificar os vários partidos emancipalistas existentes em Moçambique, seguindo a ideia expressa por Nkrumah que insistia na conveniência de existir um só partido em cada uma das colónias portuguesas.

Para tal foram convocados os dirigentes da MANU e da UDENAMO, respectivamente Lawrence Malinga e Adelino Gwambe que acordaram na fusão dos seus partidos.

É após a conferência da CONCP ¹⁶ realizado em Accra, que, pela primeira vez, surge a designação de “Frente de Libertação de Moçambique” (FRELIMO).

Em Setembro de 1962 e após a eleição ¹⁷ do Dr. Eduardo Mondlane ¹⁸ para a presidência do partido, realizou-se em Dar-es-Salam o 1.º Congresso da FRELIMO onde, a par da aprovação dos Estatutos e do programa de

¹⁵ Relatório de notícia 059, de 11 de Abril de 1964, do QG/RMM/2.ª Rep.

¹⁶ Em 1961 reuniram-se em Marrocos os dirigentes dos partidos emancipalistas actuaes nas Províncias Ultramarinas Portuguesas juntamente com elementos da oposição ao Governo Português e dirigentes do PCP exilados no Norte de África. Reconhecendo todos a necessidade estratégica da junção de todos os esforços na “luta comum de libertação nacional” resolveram criar a “Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas” (CONCP), organismo político destinado a coordenar a acção dos movimentos de emancipação.

In Supintrep n.º 19 – 2.ª Rep QG da RMM, Março de 1967, pg. 63.

¹⁷ Foram candidatos à presidência da FRELIMO, além do Dr. Mondlane, Uria Simango e Baltazar da Costa.

¹⁸ O Dr. Eduardo Mondlane nasceu em 1924, em Manjacaze, no sul de Moçambique. Estudou na África do Sul, em Lisboa, onde estudou na Faculdade de Letras e frequentou a Casa dos Estudantes do Império e o Centro de Estudos Africanos. Em 1951 continuou os seus estudos nos Estados Unidos onde se doutorou em Sociologia e Antropologia, sempre apoiado em bolsas de estudos concedidas por entidades deste país. Em 1951 começa a trabalhar para a ONU e, mais tarde a leccionar na Syracuse University de Nova York. Em 1962 está em Moçambique e aceita presidir à FRELIMO. Morre em 1969, vítima da explosão de uma carta armadilhada.

In Mateus, Dalila – A luta pela Independência – Editorial Inquérito, Lisboa 1999.

acção, se decidiu que, em Janeiro de 1963, a organização pediria ao Governo Português a independência de Moçambique. Se tal fosse recusado, a luta armada iniciar-se-ia em Moçambique.

Mercê do prestígio do Dr. Mondlane, da sua capacidade de organização e dos substanciais auxílios que passou a receber, quer do bloco do Leste, quer de organizações americanas e dos países nórdicos, em especial a Suécia (ao que não seria estranha a sua mulher, americana de origem sueca), em breve a FRELIMO se tornou uma organização eficiente embora sacudida, por vezes, por graves dissensões internas, e pôde iniciar, em 1964 a subversão violenta em Cabo Delgado, e em 1968 em Tete, além de tentativas mal sucedidas noutros locais.

Após a morte do Dr. Mondlane (1969) e na sequência de um período de graves dissensões internas, assume a presidência Samora Machel que conduzirá a organização até à independência de Moçambique, obtida em 1975, e será o primeiro presidente da República Popular de Moçambique.

A FRELIMO foi reconhecida pela organização da Unidade Africana e estava representada na CONCP.

Kiliman Freedom Party/Mozambique African National Congress - MANC

Organização fundada em Outubro de 1962 em Salisbury (Rodésia do Sul), por Peter Edward Nthamira Balamanja, natural de Niassalândia, tinha por fim conseguir “a independência do povo e dos chefes da África Oriental Portuguesa”.

Procurou, para aumentar as suas capacidades de subsistência, a união com outras associações africanas de moçambicanos existentes em Salisbury, designadamente a “Portuguese East Africa Society” e a “Tete East Africa National Congress”. Em Dezembro de 1962 adoptou a designação de Mozambique African National Congress – MANC, com o objectivo de promover a união dos africanos portugueses de Moçambique e evitar que continuassem a formar partidos regionais¹⁹.

Frente Unida Anti-Imperialista Popular Africana de Moçambique - FUNIPAMO

Esta organização foi formada em Maio de 1963 em Kampala, Uganda, por elementos dissidentes da FRELIMO.

¹⁹ Supintrep n.º 19 – 2.ª RepQG/RMM/Março 1967.

Em comunicado à imprensa assinado por Adelino Gwambe, indicava-se como razão da sua formação o facto da FRELIMO “se encontrar totalmente sob influência americana”, o que parecia visar o Dr. Eduardo Mondlane.

Pretendia, igualmente, a restauração da UDENAMO e da MANU.

Comité Revolucionário de Moçambique - COREMO

Em 24 de Março de 1965 iniciou-se em Lusaka (Zâmbia), a “Conferência da “Unidade Moçambicana”. Esta Conferência, onde estavam representados a UDENAMO, FRELIMO e MANC²⁰ tinha como finalidade reunir, num único, todos os movimentos de libertação de Moçambique que se deveriam dissolver aglutinando-se, depois, num “Comité Revolucionário de Moçambique” que, como único partido, dirigiria a “lenta e implacável luta contra o Imperialismo, Colonialismo e Neo-Colonialismo”.

Porque a FRELIMO não aceitou a dissolução pretendendo, pelo contrário, que os outros partidos se lhe juntassem, foi pedido à FRELIMO para abandonar a Conferência, sendo então criado o COREMO, presidido por Adelino Gwambe, que, mais tarde, foi expulso.

Com base na Zâmbia, que apoiava o novo partido a fim de obstar à influência da FRELIMO, apoiada pela Tanzânia, o COREMO iniciou, em fins de 1965²¹, acções subversivas no noroeste do distrito de Tete, acções que se prolongaram por 1966 e 1967 mas que, praticamente desapareceram em 1968.

Notícias referidas a Março de 1970²² referem que a delegação da COREMO, presidida por Paulo Gumane que deveria tomar parte na 16.^a sessão ordinária do “Comité de libertação da OUA”, que se realizava em Moshi (Tanzânia) não foi autorizada a entrar naquele país devido influências movidas pela FRELIMO.

Em Maio do mesmo ano²³ são referenciadas actividades do COREMO no sentido de aliciar elementos dissidentes da FRELIMO, em particular o Padre Mateus Pinho Guenguere e o aumento da influência chinesa no interior do partido.

Em Março de 1972 o presidente do COREMO, Paulo Gumane acusou a FRELIMO de combater o seu Partido. De facto, no princípio deste ano,

²⁰ Mozambique African National Congress.

²¹ Perintrep n.º 100 – 15Nov65, QG/RMM/2.^a Rep e seguintes.

²² Resumo Mensal de Notícias 3/70 – Estado Maior do Exército/2.^a Rep – Março de 1970.

²³ Resumo Mensal de Notícias 5/70 – Estado Maior do Exército/2.^a Rep – Maio de 1970.

um grupo do COREMO que se dirigia para o interior de Moçambique foi interceptado por elementos da FRELIMO, tendo sofrido algumas baixas. Na mesma época, o jornal “Pravada” de Moscovo afirmava que os membros do COREMO eram treinados por Pequim²⁴.

Em Outubro do mesmo ano o COREMO procurava junto da 4.^a Comissão da ONU o reconhecimento pela ONU e OUA, sem o conseguir²⁵.

As acções da FRELIMO, apoiada pela União Soviética, contra o COREMO, apoiado pela China, fizeram parte da luta travada pelas duas forças comunistas pela hegemonia em África. A preponderância evidente da FRELIMO impediu o COREMO de desenvolver actividade significativa, quer no campo político quer na luta armada.

Partido Popular de Moçambique - PAPOMO

Não se conformando com os seus fracassos, Adelino Gwambe resolveu constituir em Novembro de 1966 um novo partido - o Partido Popular de Moçambique - PAPOMO, com sede no Malawi. Não obstante o apoio da China comunista, o novo partido não conseguiu definir-se por causa das dificuldades que o governo do Malawi lhe opôs, possivelmente pela sua filiação pró-chinesa. O PAPOMO também teve a designação de Mozambique People Movement – MOPEMO.

União Nacional Africana da Rombézia – UNAR/União dos Naturais de Moçambique - UNAMO

Em princípios de 1968 foi criado no Malawi um Movimento que pretendia obter, por meios pacíficos, por negociações com o governo português, a independência da região moçambicana compreendida entre os rios Rovuma e Zambeze, daí o nome de Rombézia²⁶.

Este Movimento que mais tarde mudou o nome para UNAMO – União dos Naturais de Moçambique e era presidido por Amos Sumane, dissidente da FRELIMO assim como a maioria dos seus elementos. Declaravam-se abertamente em oposição a FRELIMO, e ao COREMO, que acusavam de ser comunistas e tribelistas.

Procurou obter o reconhecimento do governo malaviano e pugnou pela independência de Moçambique por meios pacíficos²⁷.

²⁴ Resumo Mensal de Notícias 3/72 – Estado Maior do Exército/2.^a Rep – Março de 1972.

²⁵ Resumo Mensal de Notícias 10/72 – Estado Maior do Exército/2.^a Rep – Outubro de 1972

²⁶ Também referenciado como UNAZ (União Nacional Africana de ZAMVUMA) in Relatório Mensal de Informações 3/68 – QG/Av/RMM, Março de 1968.

²⁷ Resumo Mensal de Notícias 8/70 – Estado Maior do Exército - Agosto de 1970.

União Nacional dos Estudantes de Moçambique – UNEMO

Teve a sua origem em Lourenço Marques, em 1949, entre estudantes africanos das escolas secundárias que se reuniram no “Núcleo de Estudantes de Moçambique”.

O Governo, por considerar ser de tendência comunista e antinacionalista, desmembrou a organização que, em 1961, ressurgiu em França.

Em 1962 passou a considerar-se órgão da FRELIMO tendo como presidente Joaquim Chissano e como secretário Pascual Mocumbi.

Em 1965 a sede passou para Dar-es-Salam.

À UNEMO pertenciam os estudantes que se encontravam no exterior: EUA, URSS, Checo Eslováquia, Itália, França, RFA, China²⁸.

Partido Progressista do Povo de Moçambique - MOZANQUE

Notícias de Março de 1969²⁹ referiam a criação de um novo Partido emancipalista, sediado em Nairobi e constituído por estudantes dissidentes. Este Partido, designado por “MOZANQUE” (Partido Progressista do Povo de Moçambique), propunha-se realizar os seguintes objectivos:

- unificação de todo o povo moçambicano sob um único representante para todas as raças, tribos ou religiões;
- supressão de qualquer forma de “apartheid”;
- reconstrução de Moçambique, em que todos terão direito de viver e se governarem a si próprios;
- cooperação com todos os movimentos emancipalistas africanos.

A nova organização teria o apoio da China Comunista, país que, de uma maneira indirecta, sempre esteve envolvido nos problemas de secessão da FRELIMO, o que só por si deixa antever a sua característica de violência. Por outro lado, é de presumir que a figura do Padre Mateus seja de grande influência no novo Partido, muito embora não apareça com quaisquer funções no seio do mesmo.

Mozambique Peoples Progressiv Party – MPPP³⁰

Em Fevereiro de 1970 foi referenciada a existência de uma nova organização subversiva em Moçambique, denominada “Mozambique People’s Progressiv Party” “MPPP”.

²⁸ Idem.

²⁹ Relatório Mensal de Informações 03/69 – 2.ª Rep/QG/RM – Março de 1969.

³⁰ Resumo Mensal de Notícias 2/70 – Estado Maior do Exército, Fevereiro de 1970.

A maioria dos militantes do novo partido é constituída por elementos dissidentes da FRELIMO que buscaram refúgio no Quênia.

O chefe do novo partido é Moisés Mukamate que se deslocou ao Malawi onde efectuou conversações com membros do Governo malawiano e com Amos Sumane, presidente da UNAMO, concluindo que os pontos de vista políticos do “MPPP” se identificavam com a linha traçada pela “UNAMO” na luta contra Portugal para a independência de Moçambique, através de negociações.

Mukamate foi convencido a alistar-se na “UNAMO” e a juntar os seus esforços aos de Sumane, prometendo divulgar na Etiópia e no Quênia as linhas gerais da organização e aliciar novos adeptos no meio estudantil e noutras camadas sociais de moçambicanos radicados nos mesmos países.

O maconde Lázaro Kavandame foi incluído entre os membros do “Comité” do novo partido, admitindo-se que esta inclusão não tenha dependido de consulta prévia do nomeado.

Previam-se que a “aliança” “MPPP – UNAMO” viesse reforçar a “UNAMO” ajudando-a a sair da situação desesperada em que vivia.

Movimento de Libertação de Moçambique – MOLIMO³¹

Em Novembro de 1970 é referenciada a criação de um movimento dissidente da FRELIMO, o Movimento de Libertação de Moçambique, de orientação Maoista.

O seu Secretário Geral, Henrique Xadrique Nhancale, desertara do Exército Português e era dissidente da FRELIMO onde trabalhara no “Departamento de Informação e Propaganda”. Declarou que a sua inspiração e ideologia política se baseava nos ensinamentos de Mao e Fidel de Castro.

Admite-se que Uria Simango tenha sido o inspirador da formação deste Movimento admitindo-se, ainda, à sua ligação ao Partido Popular de Moçambique-PAPOMO, também de inspiração Maoista.

O MOLIMO é também referido como MONALIMO (Movimento Nacional de Libertação de Moçambique)³².

Em Maio de 1974 o MOLIMO apresentou uma declaração assinada pelo seu Vice Presidente Almeida Magaia que convidava a Junta de Salvação Nacional a abrir negociações para permitir aos territórios africanos o acesso à Independência³³.

³¹ Resumo Mensal de Notícias 10/70 Estado Maior do Exército Novembro 1970.

³² Relatório Trimestral de Informações 4/70, CCM/RMM, Out/Nov e Dez70.

³³ Partidos Políticos - Serviços de Coordenação e Centralização de Informações de Moçambique – 1974 – Fundo Particular 45/5/845/9 do Arquivo Histórico Militar.

Anote-se, ainda, que já em 1959, fora apreendida uma circular do Movimento de Libertação de Moçambique, datada de 10 de Junho do mesmo ano.

Por meio desta circular, propunha-se o Movimento “levar até junto do Governo de Portugal o grito de autonomia da população de Moçambique”.

Preconizava um Governo autónomo, sem distinção de raças, livremente eleito pelos Moçambicanos e dentro de uma “Comunidade Portuguesa”, enunciava os meios destinados a fomentar o progresso, fazia apelo à União de todos os Moçambicanos e solicitava a disseminação da circular.

Frente Unida de Moçambique – FUMO³⁴

Notícias de 7 de Junho de 1971 referem a formação em Nairobi (Quénia), de um novo partido com a designação de Frente Unida de Moçambique.

Foi formado com base em elementos do MOLIMO cujas actividades foram proibidas no Quénia.

Foi seu fundador Narciso M'Bule e empenhou-se em atacar politicamente a FRELIMO na linha já seguida pelo MOLIMO.

Não teve qualquer acção operacional contra as NT.

União de Libertação Partazana Moçambique – ULIPAMO³⁵

Em Maio de 1970 foi referenciada a criação de um movimento designado de ULIPAMO constituído por dissidentes da PAPOMO e da FRELIMO. Este novo partido teria o apoio da China continental.

Frente de Libertação Nacional do Sul da África – SANLF³⁶

Elementos desertores da FRELIMO e de outros partidos que se encontravam no Quénia decidiram formar um novo partido denominado “Frente de Libertação Nacional do Sul de África – SANLF” agrupando indivíduos de Moçambique, RAS, Rodésia e Angola.

Movimento Democrático de Moçambique

O Movimento Democrático de Moçambique, é referido num acórdão de 12 de Novembro de 1964, do Supremo Tribunal Militar.

³⁴ Relatório Mensal de Informação 1/71, QG/RMM/2.^a Rep – Julho de 1971.

³⁵ Resumo Mensal de Notícias 5/70, Estado Maior do Exército – Maio 1970.

³⁶ Resumo mensal de Notícias 8/70, Estado Maior do Exército – Agosto 1970.

Este Movimento foi formado e dirigido em Londres, por Carlos Lança que tinha o pseudónimo de Manuel Gomes.

Tinha por objectivo conseguir a independência de Moçambique e teve contactos com várias organizações, entre as quais a “União Democrática Nacional de Moçambique” (UDENAMO)³⁷.

Outros Partidos e Movimentos

Imediatamente após a revolução do 25 de Abril de 1974 apareceram em Moçambique vários partidos ou Movimentos representativos de faixas mais ou menos alargadas da população e cujo objectivo era negociar com a Junta de Salvação Nacional a independência de Moçambique.

Embora, na sua maioria, não tivessem tido qualquer interferência nas operações militares que continuavam a realizar-se conduzidas pela FRELIMO - único partido com condições para o fazer - anota-se o seu aparecimento³⁸:

- Congresso Nacional Africano de Moçambique
Presidente – António Basílio Calisto Makulube
- Democratas da Beira
- Grupo de Trabalhadores de Moçambique
- Grupo Unido de Moçambique – GUMO:
Presidente – Máximo Dias
Vice-presidente – Joana Semião
- Movimento Democrático de Moçambique – MODEMO
- Frente Independente de Convergência Ocidental – FICO
- Movimento para Independência de Moçambique – MIMO
- Movimento Moderado Moçambicano
- Democratas de Moçambique
- Democratas Africanos de Moçambique
- União Democrática Africana de Moçambique – UDAMO
- União da Paz do Povo de Moçambique – UNIPOMO:
Presidente – Lázaro Kavandame
- Liberdade, Igualdade e Fraternidade Socialista – LIFSOCIALISTA
- Movimento Nacionalista Africano – MONA:
Presidente – Luís Cardoso
- Partido Socialista Democrata Unido de Moçambique – PESODUMO.

³⁷ Supremo Tribunal Militar – Colecção de Acórdãos do ano de 1964.

³⁸ “Partidos Políticos” – Serviços de Centralização e coordenação de Informações de Moçambique – Maio de 1974.
Fundo Particular /45/1/845/9 do Arquivo Histórico Militar.

Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

De todos os movimentos emancipalistas de Moçambique, pelas razões já apontadas e que adiante se descrevem com mais pormenor, foi a FRELIMO aquele que mais influenciou a evolução da situação político militar naquele território que culminaria com a sua independência em 1975.

O que se segue é uma síntese da sua evolução.

Evolução Histórica³⁹

A existência de vários Movimentos emancipalistas de Moçambique com tendências e objectivos por vezes diferenciados⁴⁰ levou o presidente da Tanzânia e a CONCP⁴¹ a envidar esforços para a sua unificação.

Assim, em Julho de 1960 apareceu em Dar-es-Salam, ido de Rabat, Marcelino dos Santos⁴², que aconselhou os dirigentes da MANU, da UNAMI e da UDENAMO a unirem-se, tendo efectuado, para esse fim, uma reunião dos dirigentes dos três partidos. Não se chegou, porém, a um acordo, devido a grandes desinteligências em face das quais, em fins do ano, Baltazar da Costa escreveu a Mondlane, ao tempo funcionário da ONU em Nova York. Mondlane respondeu estar prestes a entrar em férias que aproveitaria para se deslocar à Tanzânia para tentar a unificação da UDENAMO, UNAMI e MANU, tendo apontado os inconvenientes da existência de vários partidos com um objectivo comum.

Em meados de Janeiro de 1962 o Governo da Tanzânia comunicou verbalmente aos dirigentes da MANU e a Baltazar da Costa que se de-

³⁹ Texto baseado no Anx H ao Supintrep n.º 24 (Vol I) do QG/RMM, 2.ª Rep. de Maio de 1970.

⁴⁰ Ver as Organizações Emancipalistas de Moçambique, deste capítulo.

⁴¹ CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas.

⁴² Marcelino dos Santos – Nasceu em 1929 no Lumbo. Frequentou o Liceu Salazar em Lourenço Marques. Em 1947 chega a Lisboa, matricula-se no Instituto Superior Técnico e frequenta a “Casa dos Estudantes do Império”, de que virá a ser dirigente. Milita no MUD juvenil e refugia-se em França para não ser detido pela PIDE.

Frequenta, na Sorbonne, o curso de Ciências Económicas e Sociologia. Em 1956 é detectado em Praga e, mais tarde, é considerado “responsável do PCP em França”. É fundador do “Movimento Anti Colonialista” (MAC). Participa numa jornada de solidariedade com os povos das Colónias Portuguesas, organizada pelo “Comité Soviético de Solidariedade Afro Asiática”.

Porque as autoridades francesas não lhe renovaram a autorização de residência, passa para a Bélgica. Em 1961 está em Casablanca, onde adere à UDENAMO.

Participa na 1.ª “Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas” (CONCP) de que é eleito Secretário Geral. Participa no Congresso constitutivo da FRELIMO, sendo designado Secretário para as Relações Externas. É eleito, em 1970, Vice Presidente da FRELIMO. É membro do Conselho Mundial da Paz. Após a Independência, foi Ministro Residente na cidade da Beira, Presidente da Assembleia Nacional Popular e Ministro do Plano.

Em “Mateus – Dalila Cabrita – “A Luta pela Independência” – Editorial Inquérito – Lisboa 1999, pag 230.

viam preparar para “representar” Moçambique na reunião da PAFMECSA (Pan African Freedom Movement for East, Central and South África) em Adis-Abeba, onde se deslocaram em 01 de Fevereiro.

Nesse mesmo ano, vários peticionários, ouvidos pelo Comité dos 7 da ONU, acusaram a UDENAMO de ser uma organização subornada pelo Governo Português de quem receberia somas apreciáveis, chegando a afirmar que aquele Partido fornecia à PIDE de Lourenço Marques as fotografias dos seus membros. Estas acusações comprometeram a UDENAMO, relegando-a para um plano secundário, tendo Adelino Gwambe chegado a ser vítima de um atentado.

Por outro lado iam-se acentuando as rivalidades entre dirigentes e entre Partidos, tendo surgido na MANU um conflito entre alguns membros e os dirigentes Mateus Moule e Malinga Millingo, elementos não moçambicanos impostos inicialmente pela TANU⁴³. Este conflito deu origem à formação de um comité presidido por Lucas Mause, também considerado “estrangeiro” por ser de Zanzibar.

Tais desinteligências levaram o Governo da Tanzânia e a PAFMECSA, interessados em apressar o início da luta armada no interior de Moçambique, a aumentar a sua pressão no sentido de unificar os Partidos em litígio (MANU, UDENAMO e UNAMI) numa frente única. Foram Oscar Kambona, então Ministro do Exército da Tanzânia e Secretário Geral da Tanu, e Kaionge, Secretário Geral da PAFMECSA, que praticamente impuseram aos dirigentes da MANU e UDENAMO a unificação numa só frente política; esta unificação viria pouco depois a verificar-se em Accra, onde por essa altura se deslocaram os dirigentes daqueles Partidos a fim de participarem na conferência dos “Freedom Fighters”. Esta conferência teria sido presidida por N’Krumah, que aconselhou a fusão dos vários Movimentos e a criação da “Frente de Libertação de Moçambique”, sendo em Accra que, pela primeira vez, surge a designação do novo partido. Ficou assim formada a FRELIMO, embora sem elementos de direcção eleitos, situação que só seria modificada após a chegada do Dr. Eduardo Mondlane à Tanzânia.

Parece que, primitivamente, a ideia de Accra era considerar a FRELIMO como simples órgão coordenador das acções dos vários partidos; porém, uma vez regressados os seus dirigentes a Dar-es-Salaam, após a conferência, verificou-se que o governo da Tanzânia queria pura e simplesmente fundir efectivamente os vários Movimentos num Partido só.

⁴³ TANU – Tanganyika African National Union.

Este facto teria provocado forte reacção por parte de Gwambe, o que teve como consequência o afastamento do Presidente da UDENAMO de qualquer cargo da FRELIMO. A partir de então, a actuação da UDENAMO na Tanzânia consistiu principalmente na insistência pela expulsão da FRELIMO do Dr. Mondlane, sob a acusação de estar ao serviço dos EUA.

Em 25 de Maio de 1962 foi, finalmente, anunciada a fusão da MANU e da UDENAMO na FRELIMO. Esta nova organização foi imediatamente apoiada pelo governo da Tanzânia, que assim procurava alcançar uma posição de preponderância política entre as nações africanas. Tanto os escritórios da MANU como os da UDENAMO foram encerrados em Junho desse ano.

O cargo da presidência teria sido disputado por Eduardo Mondlane, Uria Simango e Baltazar da Costa, que teriam obtido respectivamente 126, 69 e 9 votos.

Foi criado nessa altura, dentro da FRELIMO, um "Schoolership Committee" destinado a preparar refugiados para poderem aproveitar bolsas de estudo em colégios e universidades estrangeiras; o primeiro secretário executivo deste Comité, foi Lawrence Malinga Millingo, antigo secretário-administrativo da MANU.

O Conselho Supremo da FRELIMO ficou então constituído por:

– Presidente	Eduardo Mondlane
– Vice-Presidente	Uria Simango
– Secretário Geral	David Mabunda
– Vice-Secretário Geral	Paulo S. Gumane
– Tesoureiro	Mateus Moule
– Secretário de Publicidade	Leo E. Millas
– Vice-Secretário de Publicidade	Ali Mohamed
– Secretário da Liga Feminina	Priscila Gumane
– Secretário Executivo do Schoolership Comité ..	Lawrence M. Millingo
– Presidente da Youth League	Simone Macaba
– Secretário da Informação	Leo Millas
– Secretário para a Defesa e Segurança	João Mugwambe
– Secretário para os Negócios Estrangeiros	Marcelino dos Santos
– Presidente da Liga Feminina	Madalena (filha de Jacob Punda)
– Secretário da Young League	Pascoal Mocumbi.

Em 23 de Setembro de 1962 iniciou-se em Dar-es-Salam o 1.º Congresso da FRELIMO que se prolongou até 28 de Setembro. Ficou decidido que em Janeiro de 1963 a organização pediria ao Governo Português a

independência de Moçambique; se tal fosse recusado, a luta iniciar-se-ia em Março de 1963.

Em Dezembro de 1962 realizou-se também, em Dar-es-Salam, uma reunião convocada pelo Comité Central da FRELIMO, na qual participaram muitos simpatizantes dos Movimentos de “libertação” de Moçambique.

Porém, logo em Janeiro de 1963 surgiram os primeiros desentendimentos graves dentro da FRELIMO, verificando-se a expulsão de nove elementos da Organização e o facto de Leo Millas, membro do Conselho Supremo, ter sido atacado e quase linchado por grande número de membros do Partido. Esta agressão foi motivada pelo facto de Millas ter ameaçado Paulo Gumane e mais 20 estudantes moçambicanos com a deportação da Tanzânia, o que de facto veio a acontecer, mais tarde, por ordem das autoridades daquele país.

Em Fevereiro de 1963, Mondlane prosseguiu a acção no sentido de eliminar os elementos “intelectualizados”, tendo Baltazar da Costa passado a chefiar a Secção de Assuntos Sociais da FRELIMO, a convite de Leo Millas – Secretário de Informações – e por indicação de Eduardo Mondlane.

As perturbações e lutas internas voltam a evidenciar-se em Março desse ano quando David Mabunda, Secretário Geral, denunciou Leo Millas como sendo agente da “Central Intelligence Agency” (CIA/EUA). Deste facto, e também da desonestidade e incúria política de alguns membros, resultou o Comité Central levar a cabo uma depuração, em consequência da qual foram expulsos David Mabunda, Paulo Gumane e João Mungwambe. Foi suprimido o cargo de Secretário Geral, ficando o Comité Central com a seguinte constituição:

– Presidente	Eduardo Mondlane
– Vice-Presidente	Uria Simango
– Secretário de Informação, Propaganda e Segurança	Leo Millas
– Secretário das Relações Exteriores	Marcelino dos Santos
– Secretário Administrativo	Silvério Nungo
– Secretário das Finanças	J. Mcaam Belluees
– Vice-Presidente das Finanças	Jaime Msadala
– Membros Adjuntos	Baltazar da Costa (Ass. Sociais) Lourenço Mutaca

Em Maio de 1963, voltam a verificar-se desinteligências. Nesta data, Eduardo Mondlane pediu a Baltazar da Costa para mandar ir de Blantyre

para Dar-es-Salaam um número razoável de membros da UNAMI a fim de estudarem no recém-criado “Instituto Moçambicano”. Os primeiros 25 rapazes do grupo de Baltazar da Costa que chegaram a Dar-es-Salaam, foram, porém, enviados por Mondlane para o campo de treino de Bagamoyo. Baltazar da Costa, indignado com este procedimento, avistou-se com Mondlane a quem afirmou que a UNAMI não concordava que os seus membros recebessem treino militar, mas sim que fossem preparados intelectualmente para poderem ser úteis a Moçambique. O próprio Baltazar da Costa conseguiu mais tarde que os elementos da UNAMI fossem julgados incapazes para o serviço militar e regressassem ao Malawi.

Pouco tempo depois, Mondlane seguiu para Adis Abeba a fim de assistir à Conferência dos Estados Africanos Independentes, delegando os seus poderes em Leo Millas durante a sua ausência. Verificou-se então um incidente no seio da FRELIMO provocado por um grupo de 20 filiados que não reconheciam a autoridade de Leo Millas para substituir Mondlane. O grupo era instigado e dirigido na sombra por João Mungwambe e Paulo Gumane. Leo Millas, agredido pelos amotinados, ficou ferido e apresentou queixa à polícia da Tanzânia que ordenou a expulsão dos culpados que tiveram de abandonar o País. Como represália, esse mesmo grupo assinou e publicou, em Kampala, uma declaração retirando a MANU e a UDENAMO da FRELIMO, constituindo a “Frente Unida Anti-Imperialista Popular Africana de Moçambique” – FUNIPAMO –, presidida por Adeline Gwambe e Mateus Mole, e enviando uma exposição e um pedido de apoio à conferência da “Organização da Unidade Africana” – OUA – que se encontrava reunida em Adis Abeba. Esta diligência, porém, não teve qualquer sucesso, sendo reconhecida a FRELIMO como o único partido capaz de levar a cabo a “libertação” de Moçambique, e, portanto, o único a ser subsidiado por aquela Organização.

Em Janeiro de 1964, Eduardo Mondlane acompanhado de Marcelino dos Santos, visitou a China Continental a convite do Embaixador daquele país em Dar-es-Salaam, ficando representado de novo por Leo Millas. Durante a sua ausência surgiu novo incidente provocado por refugiados do campo de Bagamoyo que se recusaram a trabalhar, a receber treino militar e a seguir para a Argélia. Para punir os culpados e dominar a rebelião, Leo Millas ordenou que fosse retirado o vestuário e deixasse de ser fornecida alimentação aos amotinados. Baltazar da Costa que nessa altura visitou o campo acompanhado de dois membros do “Comité dos Velhos”, ao conhecer as razões dos amotinados e indignado com a punição imposta por Leo Millas, ordenou a suspensão imediata de todas as sanções aplicadas.

Verificou-se então grande número de deserções do campo, tendo muitos dos refugiados abandonado a FRELIMO.

Baltazar da Costa, acusado de ter apoiado e encorajado o motim, foi punido com três meses de suspensão, o que levou o embaixador do Ghana a avistar-se com aquele dirigente, sugerindo-lhe que a UNAMI se ligasse à FUNIPAMO e convidando-o a visitar o Ghana, tendo oferecido o bilhete de avião.

Estas ofertas e sugestões foram porém recusadas por Baltazar da Costa que em Dezembro de 1963 abandonou a FRELIMO e regressou ao Malawi avisando o Dr. Banda da sua chegada.

Em Maio de 1964 registaram-se novas alterações na direcção da FRELIMO, que ficou assim constituída:

– Presidente	Eduardo Mondlane
– Secretário do Presidente	Joaquim Chissano
– Vice-Presidente	Uria Simango
– Secretário Administrativo	Silvério Nungo
– Vice-Secretário Administrativo	Mariano Matsinhe
– Tesoureiro	Lourenço Mutaca
– Secretário para Informação e Propaganda	Pascoal Mucumbi
– Vice-Secretário para a Informação	Paul Bayeke
– Secretário das Relações Exteriores	Marcelino dos Santos
– Comandante Militar	Filipe Magaia
– Liga Feminina	Madalena
– Instituto Moçambicano	Janet Mondlane

A partir desta data a FRELIMO experimentou certa estabilidade política. Fortemente apoiada pela OUA e pela Tanzânia e recebendo auxílio financeiro e material de várias origens, desde os EUA à China Continental, a FRELIMO mostrou logo desde o início do ano de 1964 determinação de passar à acção armada na Província.

Assim, o Partido desenvolveu uma intensa actividade preliminar de propaganda e de recolha de fundos, traduzida em numerosas viagens dos seus líderes a diversos países da Europa, Ásia e África e em especial do bloco comunista, para os quais a FRELIMO se voltou decididamente.

A par desta actividade, a FRELIMO conseguiu treinar política e militarmente numerosos elementos em vários países, em especial na Argélia, promovendo a sua ulterior infiltração na Província. Nos campos de treino de que dispunha na Tanzânia foi, logo nos primeiros meses do ano de

1964, notada a existência de material de guerra em apreciável quantidade, bem como a intensificação do treino dos seus elementos.

O início da luta da FRELIMO na Província, em Setembro de 1964⁴⁴, trouxe-lhe um notável aumento de prestígio, o que deve ter levado os governos que a apoiavam a incrementar a sua ajuda. Por outro lado, a emigração para os países vizinhos de numerosos autóctones das regiões do Norte de Moçambique, permitiu-lhe dispor de um importante campo de recrutamento de novos combatentes.

A estrutura político-administrativa do partido aperfeiçoou-se também, revelando-se eficiente, o que denotou apreciável grau de preparação e capacidade dos seus chefes.

Durante o ano de 1965, além da actividade operacional que mantinha nos distritos de Cabo Delgado e Niassa, a FRELIMO teve como principal objectivo consolidar as suas delegações no estrangeiro, principalmente no Malawi e Zâmbia, não só para possibilitar tentativas de contacto com os governos destes países mas, também, para assegurar pontos de apoio e de ligação com os elementos que operavam na Província, ou dela saíam clandestinamente. Entretanto, o Dr. Mondlane visitou a Jugoslávia em Abril de 1965, deslocando-se também aos países nórdicos e à Inglaterra, tendo proferido várias conferências nos meses de Agosto, Setembro e Outubro de 1965.

Por sua vez, Marcelino dos Santos representou a FRELIMO nas cerimónias comemorativas da independência da Argélia, em Novembro de 1965.

A FRELIMO promoveu ainda em Outubro de 1965, a realização da 2.^a Conferência da CONCP, em Dar-es-Salaam, a qual marcou o início de uma época de coordenação de alguns partidos político-subversivos que visavam as Províncias Ultramarinas Portuguesas.

Durante o ano de 1966 verificou-se, logo no início, a instalação dos seus primeiros órgãos de direcção no Malawi e na Zâmbia, com vista ao desencadeamento da subversão violenta nos distritos da Zambézia e Tete. A Direcção Regional do Malawi, então ainda mal estruturada, dispunha já, contudo, de duas viaturas para o transporte de elementos armados para a fronteira de Moçambique. Em Maio desse ano o Presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, tomou parte, em Estocolmo, nos trabalhos da 10.^a Reunião da IV Internacional Socialista.

⁴⁴ Ataque ao Posto Administrativo do Chai.

Em Setembro de 1966, o Comité Central, possivelmente sob pressão do Governo da Tanzânia, resolveu retirar de Dar-es-Salam alguns dos seus órgãos de direcção a nível superior. O projecto inicial, que depois foi alterado, previa a instalação do Comité Central em M'Bamba Bay, do DSD (Departamento de Segurança e Defesa) em Songea, onde se instalaria também Eduardo Mondlane, e do DOI (Departamento de Organização do Interior) em Mbeya, onde ficaria Uria Simango. Em Dar-es-Salam ficariam apenas o DSH (Departamento de Saúde e Higiene) e o DFT (Departamento de Finanças e Tesouraria).

No final de 1966 foi assinalado um convite da FRELIMO a três operadores da TV sueca para fazerem uma reportagem nos "territórios libertados".

Durante o ano de 1967 a vida do Partido foi caracterizada por alguma instabilidade, embora não muito evidente, havendo indícios de desinteligências internas e de pressões externas.

Em Fevereiro desse ano, e após possíveis conversações havidas entre o Dr. Banda e Mondlane, a FRELIMO foi autorizada a instalar-se no Malawi e a exercer a sua actividade neste País, sendo contudo proibida a circulação de indivíduos armados; era também imposta a obrigação de não intervenção nos assuntos internos do Malawi. Em consequência deste acordo deu-se nova alteração na estrutura da Direcção Regional do Malawi, que só adquiriu certa solidez nos princípios de Outubro.

Em Abril de 1967, Mondlane, após se ter referido ao apoio que recebia dos países socialistas, fez a primeira declaração pública de que a FRELIMO enveredaria pelo socialismo após a "independência". Neste mesmo mês, num encontro com o Ministro da Defesa da Tunísia, Mondlane teria procurado obter apoio militar deste país.

Entretanto continuou a verificar-se um aumento da actividade da FRELIMO no Malawi e de certo modo também na Zâmbia, visando o alastramento da acção armada no distrito de Tete. Por outro lado, surgiram em Maio de 1967 os primeiros indícios concretos do apoio da FRELIMO ao partido político da oposição do Malawi, chefiado por Chipembere. Começou também nesta altura a notar-se, embora sem confirmação, uma certa hostilidade a Mondlane por parte de alguns elementos da direcção do Partido, em especial Uria Simango, que se presumiu mesmo tivesse estado indirectamente ligado a uma conjura contra Mondlane, que não chegou porém a efectivar-se, e cuja intenção tão pouco foi confirmada.

Soube-se, contudo, que Mondlane era acusado de ser demasiado "europeu" no seu padrão de vida, de ser intelectualizado e de proteger não só os elementos "intelectuais" do Partido, como ainda os recrutados entre as tribos do Sul da Província.

A posição do Partido em fins de 1967 era ainda, no quadro dos Movimentos emancipalistas de Moçambique, uma posição relativamente forte, dispondo de chefes capazes, com algum prestígio em determinado sector da opinião pública internacional e apoiados numa força de guerrilha capaz de lhe garantir, pelo menos ainda por algum tempo, supremacia sobre o COREMO, partido que nesta altura era considerado como capaz de poder vir, no futuro, a substituir a FRELIMO na primazia da luta política e da insurreição armada com vista à independência.

O ano de 1968 foi muito atribulado para a FRELIMO que viu a sua estabilidade política seriamente abalada por motivo de uma grave crise que por vezes se revestiu de grande importância, levando ao assassinato de Mondlane, ocorrido em 03 de Fevereiro de 1969, em Dar-es-Salam⁴⁵.

A crise teve origem numa dissensão da etnia Maconde chefiada por Lázaro Cavandame, Secretário Provincial de Cabo Delgado. Este chefe, apoiado pelos seus mais directos colaboradores, acusava Mondlane de tribalismo e discordava da sua estratégia e do modo como conduzia a luta armada no interior da Província.

As desinteligências foram-se agravando e em Março de 1968 os estudantes do Instituto Moçambicano amotinaram-se e reclamaram a substituição de Mondlane. Deste incidente resultou a expulsão dos estudantes dissidentes que se refugiaram no Quénia.

Em Maio registou-se novo incidente encabeçado pelo Padre Mateus, rival de Mondlane. Vários dissidentes assaltaram os escritórios de Dar-es-Salaam tendo provocado a morte de Mateus Mutemba, chefe das transmissões da FRELIMO, Secretário Provincial para o Sul do Save e membro do Comité Central.

Em face dos acontecimentos e sob pressão do Governo tanzaniano a FRELIMO resolveu reunir o II Congresso no interior de Moçambique (Niassa) entre 20 e 25 de Julho, numa tentativa de debelar as dissidências internas. Tem então lugar a primeira atitude ostensiva de secessão dos Macondes que não se fizeram representar pelos seus chefes. Assistiram, porém, ao que parece, elementos Macondes novos já mentalizados na ideologia do Partido, os quais vieram posteriormente a substituir os velhos chefes no comando da estrutura político-administrativa de Cabo Delgado.

No II Congresso, numa tentativa de debelar a “crise Maconde” foram, pela primeira vez, nomeados dois membros para funções de importância a

⁴⁵ O assassinato foi perpetrado por meio de uma carta armadilhada cuja origem é atribuída, conforme as fontes, a russos, a chineses ou à PIDE/DGS.

nível superior do Partido. Assim, foram entregues a Macondes os cargos de Adjunto do Departamento de Defesa e Comissário Político Nacional.

Em Agosto reuniu-se o Comité Central para pôr em execução as deliberações do II Congresso mas, também desta vez, Lázaro Cavandame não compareceu, numa demonstração de que a crise, longe de estar resolvida, estava em nítido agravamento.

Mais algumas tentativas levadas a efeito no sentido de debelar a crise, tais como o envio de Uria Simango a Cabo Delgado e uma reunião com os dissidentes em Newala fronteira de Cabo Delgado com a Tanzânia, não surtiram o efeito desejado.

Então o grupo de Cavandame encerrou a fronteira aos elementos das FPLM⁴⁶, tentando isolar o Distrito da chefia militar do Partido. O Nianja Paulo Kankomba, Adjunto da Secção de Operações do Departamento de Defesa, ao pretender violar aquela determinação chefiando um grupo de guerrilheiros, foi mandado assassinar. Começou assim uma série de acções violentas contra a FRELIMO que culminaram com o assassinato de Mondlane, já em 1969.

Também no aspecto económico-financeiro o ano de 1968 não foi favorável à FRELIMO. As dificuldades provenientes de limitações por parte da OUA e as necessidades de maiores verbas relacionadas com a ampliação da actividade armada ao Distrito de Tete e consequente propaganda, levaram o Partido a uma situação que ele próprio classificou de “caótica” e que se fez sentir não só a nível superior, como no interior da Província, principalmente no Niassa. Os Departamentos da Saúde, da Educação e Cultura e dos Assuntos Sociais foram os mais afectados.

Já no fim de 1968 Janet Mondlane, o elemento do Partido angariador de fundos para as actividades daqueles Departamentos, deslocou-se a diversos países da Europa e aos EUA.

Quanto à situação externa há a salientar um notável aumento de facilidades por parte da Zâmbia, possivelmente por pressão da OUA, o que possibilitou ao Partido desencadear a subversão violenta em Tete.

Durante o ano de 1969 continuou a verificar-se forte instabilidade política interna da Organização.

Como já se referiu, agravou-se, logo no início deste ano, a crise Maconde que em Fevereiro levou ao assassinato de Mondlane e posteriormente à demissão de Lázaro Cavandame e sua posterior apresentação às autoridades portuguesas (Março de 1969).

⁴⁶ Forças Populares de Libertação de Moçambique, a força armada da FRELIMO.

Os problemas decorrentes da necessidade de substituição de Mondlane e do saneamento da crise Maconde levaram à reunião do Comité Central da FRELIMO em Abril de 1969 em Nashingwea. Desta reunião resultou a alteração da estrutura adoptada pelo II Congresso (Julho de 1968), alteração essa que fundamentalmente se pode resumir numa concentração de poderes nas mãos do Departamento de Defesa, o que mostra a necessidade do Partido fazer face à sua crise política interna concentrando o poder nas mãos dos “militares”. Desta reunião do “Comité de Abril de 1969” não saiu um Presidente para a FRELIMO, o que evidencia o desacordo dos seus membros quanto a encontrarem um substituto para Mondlane. A FRELIMO passou então a ter um Conselho de Presidência composto por Uria Simango (Coordenador), Samora Machel e Marcelino dos Santos.

A breve trecho esta solução de recurso começou a dar mostras de instabilidade, assistindo-se à formação de dois grupos:

- De um lado, Samora e Marcelino, com o apoio de Janet Mondlane, viúva de Mondlane;
- Do outro, Uria Simango, apoiado por elementos de valor como os padres Mateus e Pollet⁴⁷ e pela “camada intelectual” do Partido (estudantes dissidentes que tinham estado na base dos acontecimentos de 1968, verificados no “Instituto Moçambicano”).

Paralelamente desencadeou-se um processo de depuração em que cada grupo pretendia afastar os seus rivais. Tomaram então vulto as demissões, prisões, deportações e até assassinatos.

A crise política da FRELIMO foi-se agravando gradualmente e em 05 de Novembro de 1969, Uria Simango apresentou a sua demissão de membro do Partido, fazendo publicar na imprensa tanzaniana o conhecido documento “Situação sombria na FRELIMO” no qual acusava os outros dirigentes e Janet Mondlane de corrupção e chantagem, entre outras importantes acusações e severas críticas.

Após a demissão de Simango, a nova direcção Samora/Marcelino desencadeou uma violenta campanha contra o ex-coordenador comparando a sua traição à de Lázaro Cavandame, com o intuito de minimizar o impacto da atitude tomada. A OUA e o Governo tanzaniano tentaram, sem resultados, reconciliar os dissidentes e, então, tiveram que sobrepor a possíveis simpatias por qualquer das facções o interesse em evitar uma maior desintegração do Partido.

⁴⁷ Em 1965 era Superior da missão de Murraça, onde a sua acção era considerada nefasta. Perintrep n.º 56 – QG/RMM/2.ª Rep – Janeiro de 1965.

Seguiu-se a expulsão de Simango da Tanzânia, já em 1970, sem dúvida por pressão da OUA, tendo o ex-coordenador procurado refúgio no Quénia, junto da “camada intelectual” dissidente da FRELIMO.

Acrescentaremos que em princípios de 1970 Uria Simango estava internado no campo de Dodoma, na Tanzânia.

De notar que a dissensão de Simango acarretou muitas deserções da FRELIMO, nomeadamente de indivíduos importantes e representativos que se juntaram à facção dissidente.

No aspecto económico-financeiro manteve-se, durante o ano de 1969, a costumada crise do Partido, que teve graves consequências em toda a organização, nomeadamente na sua estrutura assistencial e muito particularmente nas instalações hospitalares.

Também no Malawi e na Zâmbia a FRELIMO lutou com grandes dificuldades para sustentar os seus militantes, tendo-se por vezes assistido a deserções em apreciável número, devido a falta de meios de subsistência.

No aspecto de auxílios, além dos habituais por parte da OUA e do bloco comunista, a Suécia colocou-se na vanguarda dos países ocidentais. Em Agosto de 1969, Janet Mondlane deslocou-se à Holanda e aos países nórdicos com o objectivo de angariar fundos para o Partido e de obter um maior apoio político do Ocidente à FRELIMO.

Quanto à situação externa salienta-se o esforço da Tanzânia para não deixar desmoronar o Partido em face de toda a sua crise política interna.

No primeiro trimestre de 1970, os dissidentes do Partido, principalmente os estudantes radicados no Quénia e na Etiópia, voltaram a causar preocupações ao nível superior da FRELIMO.

Nesta ordem de ideias, assistiu-se ao estabelecimento de um acordo para acção conjunta entre o Partido Progressista Moçambicano (MPPP), que é uma organização formada pelos referidos estudantes e chefiada por um maconde, e a UNAMO⁴⁸. O facto ocorreu no Malawi e ao que parece com o patrocínio das autoridades governamentais.

Quanto a Uria Simango, continuou a ser também motivo de preocupação para a facção Samora/Marcelino. Com efeito, a facção Simango aproveitou a reunião do Comité de Libertação da OUA em Moshi (Tanzânia) para tentar reconquistar a sua posição, tendo-se nesta altura verificado a deserção do representante do Partido em Songea, que aderiu a Simango.

Também durante o primeiro trimestre de 1970 assinalaram-se as comemorações, no campo de Nashingwea, do primeiro aniversário da

⁴⁸ Ver as Organizações Emancipalistas em Moçambique.

morte de Mondlane e importantes melhoramentos no Hospital de Mtwara associados a um esforço realizado com auxílio de médicos estrangeiros.

Quanto ao auxílio externo, de acordo com a reunião, em Moshi, do Comité de Libertação da OUA, foi criado um fundo especial de auxílio à subversão nas Províncias Ultramarinas portuguesas, prevendo-se um substancial aumento do auxílio financeiro destinado à FRELIMO.

Em 1 de Julho de 1970, Marcelino dos Santos (juntamente com Agostinho Neto e Amílcar Cabral) é recebido, em Roma, pelo Papa Paulo VI.

Embora o Vaticano declare que os recebeu como “cristãos” este encontro é entendido como um apoio evidente aos Movimentos de Libertação.

A partir de 1971 e após ter conseguido a estabilização interna e garantido uma liderança forte protagonizada por Samora Machel, a FRELIMO inicia um período que ficará marcado não só por avanços da subversão no interior de Moçambique, em particular ao longo do eixo Zâmbia-Tete-Manica e Sofala, mas também pelo alargamento dos contactos que lhe irão proporcionar um incremento do seu reconhecimento internacional e o aumento dos apoios materiais de que necessita.

Esses contactos, como adiante se refere, não serão apenas com os países que sempre apoiaram a FRELIMO (URSS, países satélites e China Continental), mas também países da Europa e da África, organizações internacionais, ONU (Conselho de Segurança e Agências Especializadas) e, até, os Estados Unidos como comprova a visita aos EUA, realizada por Armando Gebuza, no último trimestre de 1970⁴⁹.

Assim, após a visita de Samora Machel à Rússia, em Abril de 1971, segue-se uma visita à China acompanhado por Sebastião Mabote. Visitou, também, a Coreia do Norte, Vietnã do Norte e Camboja⁵⁰.

A sucessão destas visitas indiciava que o Presidente da FRELIMO pretendia receber apoio dos países comunistas sem, contudo, se comprometer com qualquer deles.

Ainda no ano de 1971 a FRELIMO faz-se representar na Conferência dos Chefes de Estado da África Central e Oriental, e Marcelino dos Santos visitou a Tunísia e Argélia.

Também neste ano Samora Machel concede uma entrevista à “Rádio Praga” onde refere a intenção de expandir a subversão para as zonas profundas de Tete⁵¹.

⁴⁹ Relatório Trimestral de Informações 4/70 – QG/RMM – Dezembro de 1970.

⁵⁰ Perintrep 42/71, QG/RMM/2.ª Rep, Outubro de 1971.

⁵¹ Relatório Mensal de Informações 3/71 – 2.ª Rep/QG/RMM, Setembro de 1971.

Acontecem igualmente visitas a órgãos da FRELIMO tais como a de uma delegação chinesa, para inspecção a instrução ministrada no Campo de Nashingwea, ou de cineastas suecos e são recebidos auxílios financeiros de organismos como a “Fundação Rowntree”⁵² ou o “Conselho Mundial das Igrejas”⁵³.

Em Julho de 1971 é fundado em Bona (República Federal Alemã) o “Comité Alemão para Angola, Guiné-Bissau e Moçambique” cujos objectivos são “coordenar os esforços dos diversos grupos alemães contrários à presença de Portugal no Ultramar, apoiar os Movimentos de Libertação e contrariar a participação de empresas alemãs na construção de Cabora-Bassa”. Não recebia auxílios do Estado Alemão mas era apoiado pelo sindicato “IG Metall” e pela Fundação Friederich-Ebert⁵⁴.

Durante este ano de 1971 registaram-se as apresentações às nossas tropas de alguns chefes da FRELIMO de nível elevado, como Comandantes de Sector, normalmente por dissidências internas.

Samora Machel visitou a RDA em Abril de 1972, Marcelino dos Santos reúne-se com um ministro norueguês e Samora e Marcelino estão presentes na reunião da OUA em Rabat, em Junho de 1972. Armando Panguene visitou Tóquio, para contactar a Organização ANTIATOM e é referenciada a presença de Marcelino dos Santos em Uppsala (Suécia), de Janet Mondlane em Inglaterra e de Mariano Matsinhe na República do Chile⁵⁵.

Na Conferência dos Direitos do Homem, realizada em Dar-es-Salam, em Agosto de 1972, está presente uma delegação da FRELIMO, bem como em deslocações à URSS e RDA para tomar parte em Conferências realizadas pela KONSOMOL⁵⁶.

Neste ano de 1972, Marcelino dos Santos discursa no Conselho de Segurança da ONU (17 de Novembro) e, mais tarde, na Assembleia Geral.

Há notícia de visitas a órgãos da FRELIMO, de uma delegação italiana da Reggio Emília, de uma delegação da RDA e outra inglesa, e de uma Missão do Comité de Descolonização da ONU, bem como da chegada

⁵² Foi referenciada a visita às instalações da FRELIMO de Mtwara, Tunduru e Nashingwea de Philip Rowntree, membro da Fundação “Rowntree Social Service Trust”. Admite-se que a visita se destinasse a observar directamente a aplicação de um donativo de cerca de 2000 contos, concedido por aquela Fundação, à FRELIMO (Perintrep n.º 38/7/QG/RMM/2.ª Rep Outubro de 1971).

⁵³ Relatório Mensal de Informações 5/71 – 2.ª Rep/QG/RMM, Novembro de 1971.

⁵⁴ Perintrep n.º 39 – QG/RMM/2.ª Rep, Setembro de 1971.

⁵⁵ Perintransrep n.º 1762 – CHERET Lisboa – 19 de Outubro de 1972.

⁵⁶ Organização dos Jovens Comunistas.

à Tanzânia do assistente do Secretário de Relações Exteriores dos EUA para os assuntos africanos – Charles Diggs, a fim de se encontrar com dirigentes dos Movimentos de Libertação⁵⁷.

Demonstrando claramente as suas afinidades políticas, a FRELIMO saúda o povo e governo do Iraque pela nacionalização do petróleo (Setembro de 1972), felicita Erich Honnecker a propósito da festa nacional da RDA (Novembro de 1972) e envia “calorosas e fraternais saudações aos delegados reunidos no 20º Congresso do Partido Comunista Francês” (Janeiro de 1973).

São também frequentes os convites à FRELIMO para participar em reuniões e comemorações.

Assim, a FRELIMO é convidada para se fazer representar nas celebrações da Independência da República do Zaire (Dezembro de 1972), na reunião em Berlim do Conselho Mundial da Paz, no festival comemorativo do 10º Aniversário da OUA a realizar em Addis-Abeba, em Maio de 1973 e novamente pelo Conselho Mundial da Paz, para uma reunião em Helsínquia.

O Comité Central da FRELIMO reúne em Dezembro de 1972 e toma decisões sobre organização interna (Produção, Comércio e Serviço de Saúde), e cria a OMM (Organização das Mulheres Moçambicanas)⁵⁸.

A FRELIMO exprime o seu apreço junto do Presidente do Comité dos 24 pelo conteúdo da Resolução 2918, da IV Comissão da Assembleia Geral da ONU, considerando-a o reconhecimento internacional da realidade de Moçambique⁵⁹.

Igualmente se congratula pela acção realizada na 27ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, pelo representante permanente da OUA⁶⁰.

Em Fevereiro de 1973, Joaquim Chissano desloca-se à Rússia e, em Março, Samora Machel, com uma delegação da FRELIMO, desloca-se à Zâmbia.

Outras delegações visitam a Costa do Marfim, Serra Leoa e Libéria e assistem à “Conferência contra o Colonialismo e o Apartheid”, em Oslo.

São igualmente assinaladas conversações entre a FRELIMO e a ZANU para conseguir a coordenação militar e política entre os dois partidos.

Em Maio, nova deslocação de Samora Machel e de uma delegação à Roménia e Rússia e de outra delegação à Suíça, Bélgica, Itália, Holanda, Luxemburgo e Inglaterra⁶¹.

⁵⁷ Perintransrep 1841 – CHERET Lisboa – 29 de Janeiro de 1973.

⁵⁸ Perintrep 12/73 2.ª Rep/QG/RMM – Março de 1973.

⁵⁹ Perintransrep 1841 – CHERET Lisboa de 29 de Janeiro de 1973.

⁶⁰ Perintransrep 1841 – CHERET Lisboa de 29 de Janeiro de 1973.

⁶¹ Perintrep 23/73 – 2.ª Rep/QG/RMM de 4 de Junho de 1973.

Durante este ano a FRELIMO é contactada, com a finalidade de receber apoios, por delegações da FAO⁶², da UNESCO⁶³ (que concede um subsídio de 1500 contos), da OMS⁶⁴ e da UNICEF⁶⁵, estas orientadas, em particular, para o hospital da FRELIMO e, ainda, por delegações da Checoslováquia e RDA. O Conselho Mundial das Igrejas concede à FRELIMO um contributo financeiro de 650 contos.

Em 1974, os contactos internacionais e os apoios concedidos à FRELIMO continuam a progredir, ao mesmo tempo que, na frente interna, aumenta a actividade da guerrilha em especial por ataques violentos a aquartelamentos e terrorismo selectivo sobre populações europeias e nativas.

A FRELIMO faz-se representar por Samora Machel e Marcelino dos Santos no congresso do Conselho Mundial da Paz, em Sófia, em Janeiro de 1974 e no Conselho de Ministros da OUA (em Fevereiro), Samora Machel e Joaquim Chissano têm conversações em Lusaka (Março 1974), Joaquim Chissano desloca-se à Europa em Abril e, nesse mês, realiza-se uma reunião dos Presidentes da FRELIMO, Zâmbia e Tanzânia.

É desta forma que a FRELIMO, reconhecida e apoiada internacionalmente por Governos, Organizações Supranacionais, por sectores de várias Igrejas, incluindo a católica e com uma crescente implantação a nível interno, em especial no norte, parte para a Conferência de Lusaka (Junho de 1974) onde, como único interlocutor válido, irá discutir com os representantes do Governo Português saído da Revolução do 25 de Abril, as condições do cessar fogo e da Independência.

Ordem de Batalha

O Supintrep n.º 24 (edição de 1970)⁶⁶ que é a principal fonte deste parágrafo, refere:

“As informações de Ordem de Batalha do Inimigo têm por finalidade permitir o conhecimento da forma como este “organiza, instrui, dispõe, manobra e abastece as suas forças”. Grande parte do conhecimento da situação do In, considerado imprescindível para a determinação das suas possibilidades, tem que basear-se em dados actualizados de Ordem de Batalha, sem os quais não é possível decidir por uma manobra adequada.

⁶² Food and Agriculture Organization (Organização para a Alimentação e Agricultura).

⁶³ United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

⁶⁴ Organização Mundial de Saúde.

⁶⁵ United Nations International Children's Emergency Fund.

⁶⁶ Supintrep n.º 24 – QG/RMM (2.ª Rep) – Maio de 1970.

Numa guerra subversiva, em que o objectivo fundamental do In é conquistar a população para dominar o terreno, julga-se deverem considerar-se como “forças” todos os elementos e meios de que o In dispõe para conquistar, controlar e garantir a posse física das populações. O conceito de forças terá assim que alargar-se, ultrapassando um pouco o âmbito específico das forças militares do inimigo, por forma a abranger não só o aparelho político-administrativo por ele instalado no seio da população, como também a própria população aderente. Com efeito, dado que um dos objectivos do inimigo é a mobilização das massas populares, é lógico admitir que as massas populares já mobilizadas pelo inimigo sejam também consideradas como inimigo potencial, e, como tal, incluídas nos estudos de Ordem de Batalha.”...

Seguidamente define o critério de classificação das notícias da Ordem de Batalha:

“Consideram-se notícias de Ordem de Batalha todos os elementos relativos ao inimigo nos seguintes aspectos: composição, dispositivo, potencial de combate, instrução, tática, logística, eficiência de combate e elementos diversos.”...

A determinação da composição do inimigo engloba, no caso presente, a identificação e o estudo da organização dos seus elementos de governo, de controlo de populações e de comando militar, bases, unidades de guerrilha e organizações para-militares ou de apoio.

Por identificação deve entender-se o conhecimento da designação de cada um dos elementos atrás indicados, a determinação do seu nível ou escalão e a sua colocação no quadro básico da estrutura do inimigo.

Por organização deve entender-se a constituição orgânica do inimigo por vários escalões, determinação do escalões subordinados, termos de relação e dependência dos vários órgãos entre si e seu funcionamento; em síntese, o estudo da organização do inimigo deve permitir a reconstituição do quadro básico da sua estrutura.

Por dispositivo deve entender-se o conjunto de elementos relativos:

- à localização geográfica de cada um dos seus órgãos político administrativos e político-militares;
- à sua implementação em relação a outros órgãos e ao terreno, definida em termos de limites e áreas de responsabilidade;
- aos deslocamentos que impliquem alterações na localização geográfica e nas áreas de responsabilidade desses órgãos ou de Unidades;

- aos itinerários utilizados pelo inimigo para reforçar ou reabastecer esses órgãos e unidades a partir de apoios no exterior de Moçambique, ou para estender a sua acção a áreas ainda não afectadas a partir de uma estrutura já implantada no interior do território (linhas de infiltração).

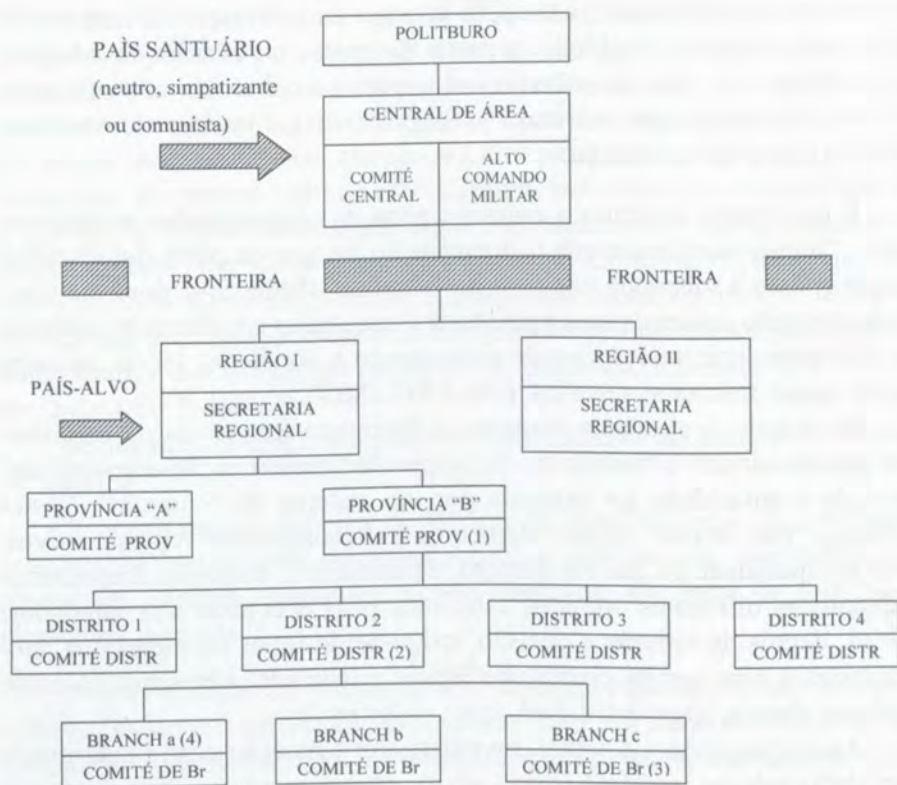
É igualmente indicado o esquema geral das organizações subversivas pois... “tem-se verificado que a organização de grande parte dos Partidos que se opõem à soberania nacional do Ultramar obedecem à doutrina geral da organização insurreccional comunista e que, salvo em certos pormenores de deficiente interpretação ou de ajustamento a condições locais, se julga serem quase fielmente seguidas pela FRELIMO”...

De acordo com aquela doutrina, a disciplina (exigência da organização insurreccional) é baseada no princípio da “centralização democrática” devendo a autoridade ser exercida por um sistema de “comités”. Nestes comités, “que devem incluir elementos suficientemente representativos, mais em qualidade do que em número, é permitida a discussão democrática enquanto as diferentes opiniões e os seus prós e contras são estudados; porém, depois de tomada a decisão, exige-se de todos os elementos subordinados a esse comité estrita obediência e lealdade, não sendo tolerado qualquer desvio, quer individual, quer colectivo”.

Ainda “segundo a doutrina soviética, a organização para a insurreição num dado país ou território (país - alvo), deverá montar-se através de um país vizinho, neutro, simpatizante ou comunista (país - santuário), no qual se instalam os órgãos de controlo da organização. A figura 1 reproduz o esquema tipo de estrutura política para a insurreição. Nela se representa a fronteira política entre o país - santuário e o país - alvo, os órgãos que num e noutro são instalados e a sua relação de dependência e subordinação.”

Estrutura e composição da FRELIMO

Como vimos, a FRELIMO surgiu da fusão, iniciada em Accra, em Maio de 1962 e consolidada em Dar-es-Salaam, de três dos partidos emancipalistas então existentes: MANU (Mozambique African National Union), UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), e um pouco mais tarde, UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente). Por essa data teria sido dada forma ao novo partido pela criação do embrião da sua estrutura governativa, constituído por um Conselho Supremo formado pelas individualidades investidas nos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral e Vice-Secretário-Geral,



(1) Provincial (2) Distrital (3) Branche (4) Designação em inglês (certamente de influência tanzaniana) do nível mais baixo da estrutura

Figura 1 – Esquema Tipo de Estrutura Política para a Insurreição

Tesoureiro e Vice-Tesoureiro, Secretário e Vice-Secretário Executivo do “Scholarship Comité”, Presidente e Secretário da Youth League, Secretário da Informação, Secretário para a Defesa e Segurança e Secretário para os Negócios Estrangeiros.

Este Conselho Supremo era simultaneamente um órgão executivo, organizado segundo o esquema geral constante da Fig. 2. Verifica-se por esse esquema que, com uma organização composta de 16 elementos, se havia formado uma estrutura embrionária de certo modo complexa. As funções de cada um desses elementos estão implicitamente definidas na designação de cada um dos cargos, pelo que se julga não ser necessário

alongar a sua descrição. O “Schoolership Comitée” destinava-se a preparar refugiados para poderem aproveitar bolsas de estudo em Universidades ou outros estabelecimentos de ensino estrangeiro.

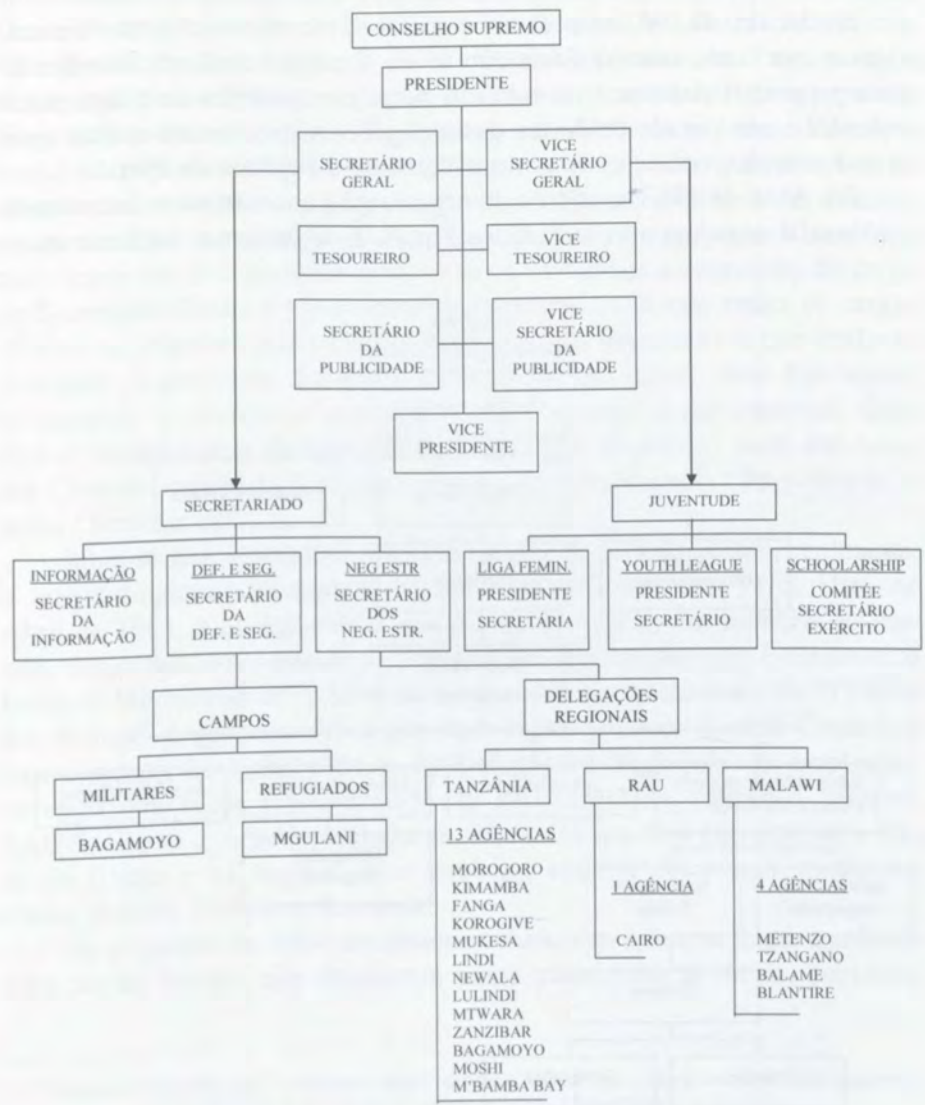


Figura 2 – Organização Provável da FRELIMO em Jun62

Anexo “B” ao Supintrep N.º 24 (Composição e Dispositivo da FRELIMO) Jun62

Em Setembro de 1962 reuniu pela primeira vez o Congresso da FRELIMO, sendo apresentados e aprovados os estatutos e o programa do Partido. A partir de então ficou estabelecido, por virtude dos próprios Estatutos, que o Congresso era o órgão supremo do Partido, embora os acontecimentos tenham demonstrado que esta disposição não teve realização prática.

Em Janeiro de 1963 começaram a operar-se transformações na estrutura, julga-se que como consequência não só da alteração orgânica introduzida pelos próprios Estatutos, mas também pelas necessidades de adaptação à evolução e em virtude de fortes desinteligências que, quatro meses após a sua formação, começaram a surgir entre os dirigentes do Partido.

Em Abril de 1963, a cúpula da organização encontrava-se estruturada conforme o esquema apresentado na Fig. 3. Este esquema continua enca-

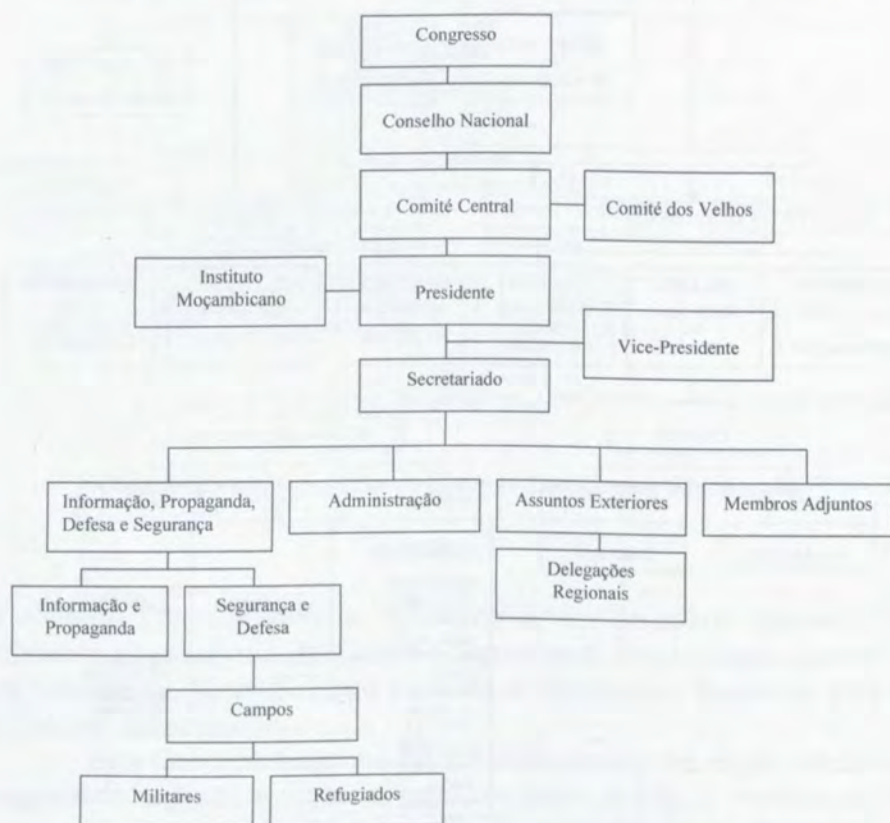


Figura 3 – Organização Provável da FRELIMO em Jun63
(Anexo ao Supintrep n.º 24)

beçado pelo Congresso, que ainda não voltara a reunir, e que foi substituído, nos períodos entre reuniões, pelo “Conselho Nacional” cuja composição a esta data não se conhecia, julgando-se que a sua existência tenha sido nominal. O órgão verdadeiramente directivo, que surge neste esquema em substituição do “Conselho Supremo” da organização anterior, é o “Comité Central” composto pelos indivíduos investidos nas funções de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Vice-Secretário da Informação, Propaganda e Segurança, Secretário das Relações Exteriores, Secretário Administrativo, Secretário e Vice-Secretário das Finanças e membros adjuntos. Dos dois membros adjuntos referenciados, um deles desempenhava as funções de membro adjunto para os Assuntos Sociais, desconhecendo-se as funções do outro. Esta organização é caracterizada por uma substancial redução nos cargos em relação à anterior, na qual se destaca a supressão do cargo de Secretário Geral. Ao mesmo tempo que a organização reduz os cargos directivos, julga-se que, como consequência da depuração a que então se procedeu, o executivo é estruturado em moldes talvez mais funcionais, começando a esboçar-se a formação dos futuros departamentos. Com efeito, desaparece a designação de “Conselho Supremo” para dar lugar aos Comitês, passando o executivo a ser constituído pela “Presidência” e pelos “Secretários”.

Julga-se que é possível estabelecer esta data como sendo, realmente, o início do desenvolvimento da estrutura existente em 1970. Data de Abril de 1963, o aparecimento dos primeiros cartões de membro do Partido. Surge também nesta data, dependendo directamente do Presidente, o Instituto Moçambicano⁶⁷. Sabe-se também do funcionamento do “Comité dos Velhos”, órgão consultivo que funcionava junto do Comité Central, e cuja composição se desconhece. As Delegações Regionais são ampliadas, havendo notícia de representantes da FRELIMO na Tanzânia, Malawi, RAU⁶⁸, Ghana e Argélia e ainda na OUA. Os quadros são treinados não só no Ghana e na Argélia, mas também, embora em menor escala, na China, Rússia, Etiópia e Roménia.

No princípio de 1964 iniciaram-se mais alterações na organização da direcção do Partido, que resultaram numa transformação da sua estrutura.

⁶⁷ O “Instituto Moçambicano” tinha como missão preparar “elites” que, após a independência, pudessem vir a tomar parte activa na vida pública e governativa de Moçambique. Obtinha bolsas de estudo e seleccionava os estudantes.

Era dirigido por Janet Mondlane e dependia directamente do Presidente do Partido. Supintrep n.º 24 – QG-Av-RMM – 2.ª Rep – Janeiro de 1968.

⁶⁸ RAU – República Árabe Unida.

Em Julho de 1964 a direcção do Partido encontrava-se organizada segundo o esquema apresentado na Fig 4. Esta organização é caracterizada por uma ampla divisão de estruturas e multiplicidade dos órgãos funcionais; julga-se que esta organização tenha sido um pouco teórica, na medida em que alguns dos órgãos não terão nunca chegado a operar a um nível de rendimento justificativo da sua criação. Neste esquema o “Comité Central” passava a ser constituído pelos indivíduos investidos nas funções de Presidente, Secretário do Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Vice-Secretário da Informação e Propaganda, Secretário das Relações Exteriores e Comandante Militar. Dentro do Comité Central funcionavam o Comité Político-Administrativo e o Comité Militar; o primeiro era composto pelo Presidente, Secretário Administrativo, Tesoureiro e Vice-Tesoureiro, Secretário de Informação e Propaganda e Sector Juvenil; o Comité Militar era composto pelo Vice-Presidente, Comandante Militar, Comandantes Regionais e Instrutores.

Verifica-se também nesta organização, a separação dos aspectos político-administrativo e político-militar em dois “aparelhos” distintos, embora coordenados a nível superior pelo Comité Central e pelo Presidente.

De novo se nota uma aproximação, agora maior, do padrão soviético de organizações insurreccionais. A organização político-administrativa é totalmente estruturada num sistema de comités, escalonados desde o Comité Central ao Subcomité da menor divisão administrativa. Estes comités estão subordinados, directamente, ao Secretariado Administrativo, órgão que antecedeu o “Departamento de Organização do Interior” (DOI). Nesta organização surgem já enquadrados numa cadeia de comando definitiva, os “Branchs”, “Bomas” ou Administrações do Partido, consideradas e diferenciadas conforme o escalão da divisão político-administrativa em que funcionam. Por essa data - 1964 - e de acordo com a doutrina geral da organização insurreccional descrita, a FRELIMO dividiu o território de Moçambique em “Províncias”, cada uma delas correspondendo a um distrito da nossa divisão administrativa, e agrupadas em 4 Regiões:

REGIÃO I - “Províncias” de Cabo Delgado e Niassa;

REGIÃO II - “Províncias” de Moçambique e Zambézia;

REGIÃO III - “Províncias” de Tete e Manica e Sofala;

REGIÃO IV - “Províncias” de Gaza, Inhambane e Lourenço Marques.

No campo militar, cada “Região” subdividia-se em “Comandos Operacionais” correspondendo cada um a uma “Província”.

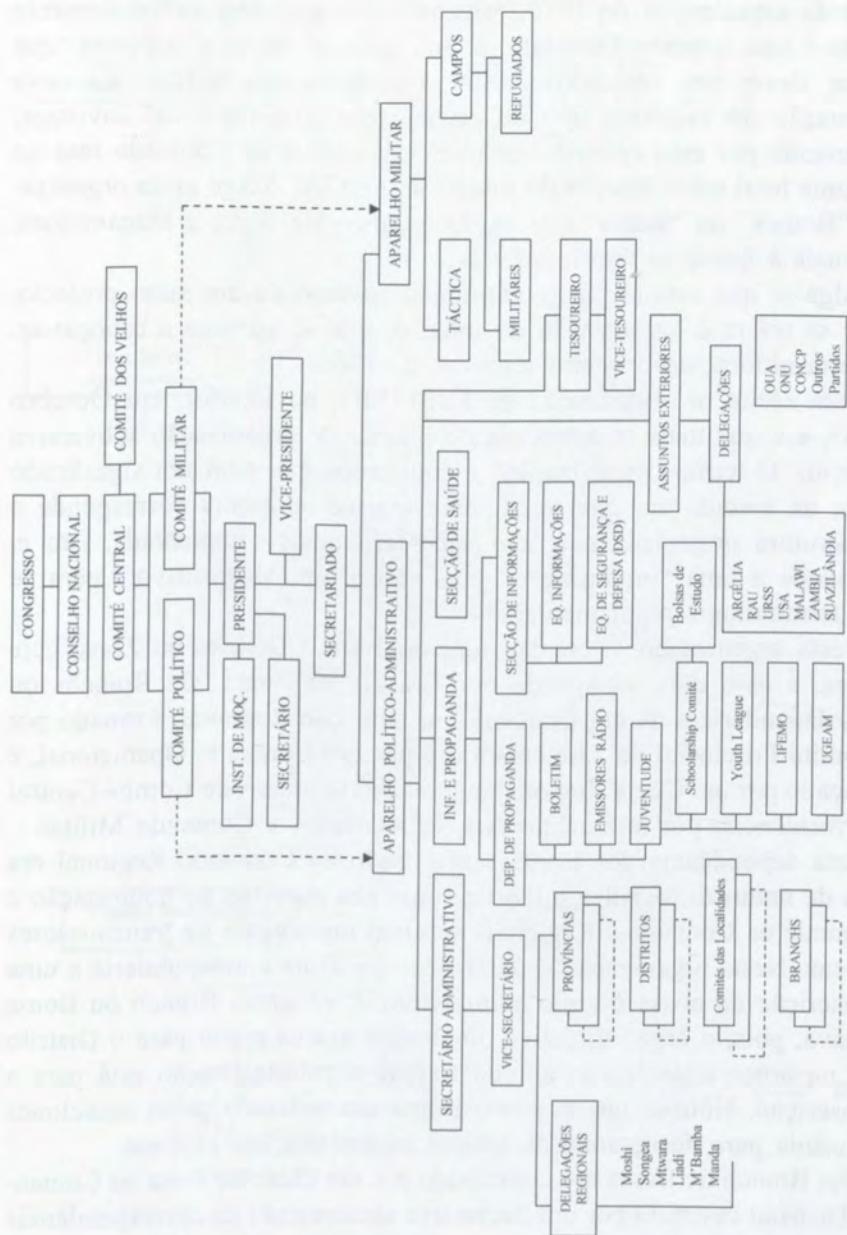


Figura 4 – Composição e Organização da FRELIMO em Jul64
Anexo “D” ao Supintrep n.º 24)

Em Setembro de 1964 o esquema da organização era o apresentado na Fig. 5. Representa uma actualização do anterior e uma evolução no sentido da organização de 1970, julgando-se o esquema suficientemente explícito a este respeito. Contudo, a sua análise oferece aspectos que parecem dever ser realçados. Assim, a primeira característica é a nova aproximação do esquema tipo de organização insurreccional soviética, caracterizado por uma aparente separação da cadeia de Comando mas no fundo uma total subordinação do militar ao político. Surge nesta organização o “Branch” ou “Boma” que engloba vários Bolanges e Macambines, a que mais à frente se fará referência.

Julga-se que este esquema não tenha passado de um mero projecto, no que se refere à organização do interior, que só começa a esboçar-se, com certa nitidez, no primeiro semestre de 1965.

Com efeito, a organização da FRELIMO, no interior, em Outubro de 1965, é a que mais se aproxima do padrão de organização subversiva já descrito. O termo “organização” é aqui empregue com um significado técnico, na medida em que o esquema que se apresenta corresponde a uma estrutura projectada mas não necessariamente implantada, isto é, corresponde a uma “organização” mas não a um “dispositivo”, para se usar a terminologia regulamentar.

Nesta organização, o escalão funcional era o Distrito ou Zona, cuja sede era, a essa data, designada por Branch ou Boma. Os Branchs ou Bomas dependeriam de um Comando ou Direcção Regional, formado por um Comité Provincial de 12 elementos e por um Comando Operacional, e encabeçado por um Chefe Regional que receberia ordens do Comité Central e da Presidência, por intermédio dos Secretariados e Comando Militar.

Esta dependência dos Bomas em relação ao Comando Regional era apenas de natureza logística e teórica, pois nos aspectos de doutrinação e propaganda os Comandos Regionais serviam meramente de transmissores de ordens. Nesta organização cada Distrito ou Zona corresponderia a uma Circunscrição da nossa divisão administrativa. O termo Branch ou Boma designava, pois, o órgão directivo. O Branch estava assim para o Distrito como, na nossa organização administrativa, a Administração está para a Circunscrição. Note-se que o termo Boma era utilizado pelos autóctones da Tanzânia para designarem as antigas administrações inglesas.

Um Branch ou Boma era constituído por um chefe de Zona ou Comandante Distrital assistido por um Secretário encarregado da correspondência e por um Comité, encabeçado por um 1.º Chairman (Fig 6 - Estrutura dos Branchs em Outubro 1965).

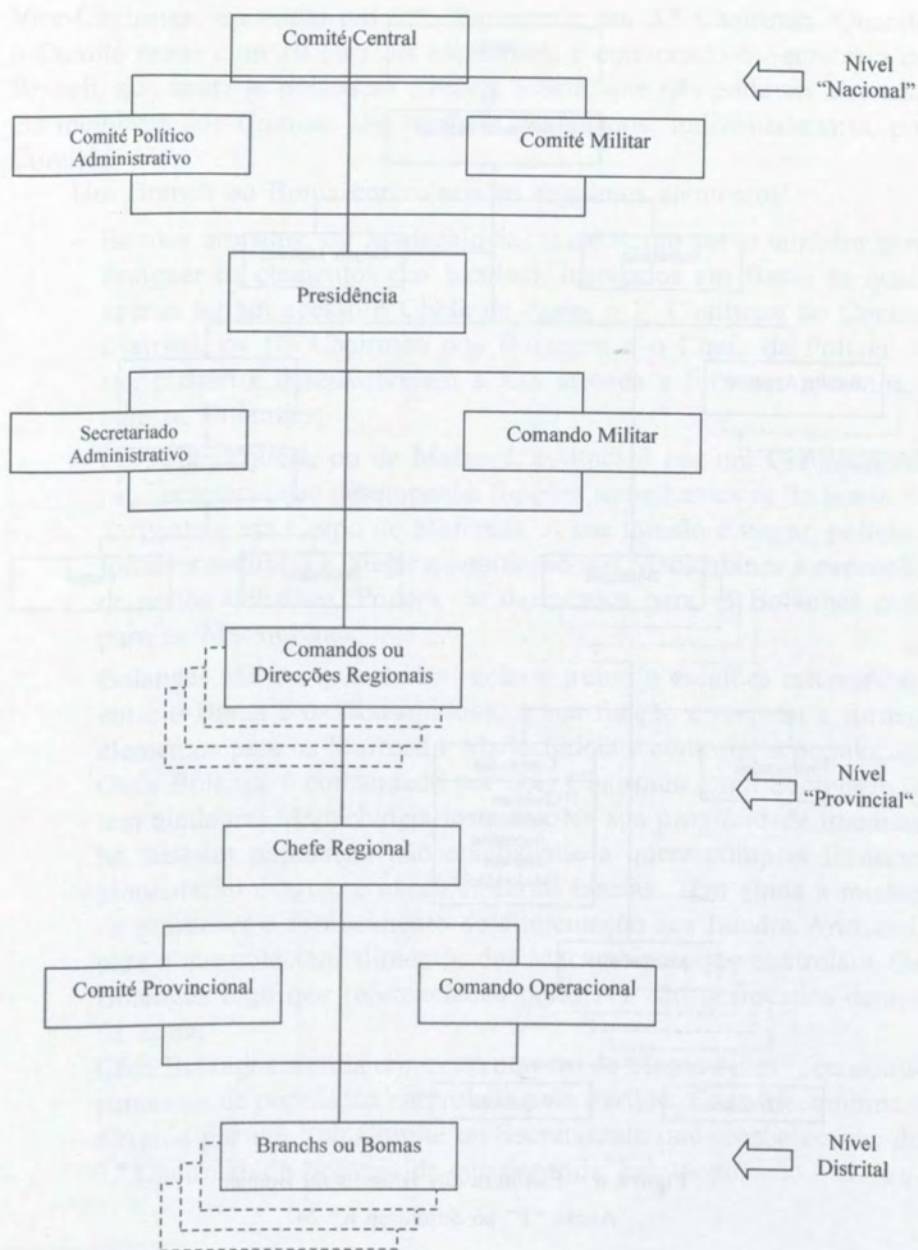


Figura 5 – Composição e Dispositivo da FRELIMO em Set64

Anexo "E" ao Supintrep n.º 24

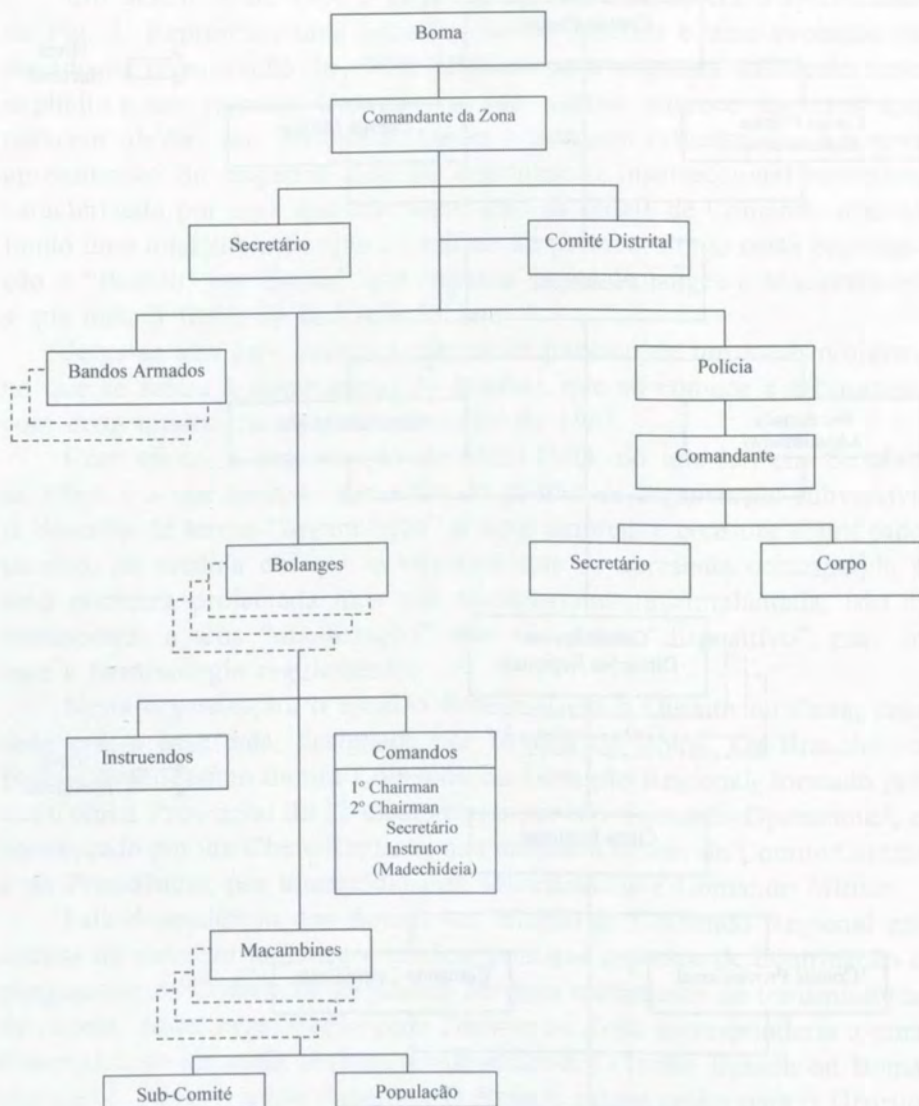


Figura 6 – Estrutura dos Branchs ou Bomas
Anexo “F” ao Supintrep n.º 24

De resto qualquer Comité, com excepção do Comité Central, é ainda composto por 12 elementos, dos mais velhos e mais considerados; estes comités eram presididos por um Chairman, podendo haver 2 ou mais

Vice-Chairman, ou então um 2.º Chairman e um 3.º Chairman. Quando o Comité reúne com 10 ou mais elementos, é convocado o Secretário do Branch, que anota as presenças e redige a acta, que não pode ser alterada. Os membros dos Comités são também designados, individualmente, por Comités.

Um Branch ou Boma controlaria os seguintes elementos:

- Bandos armados, ou Madechideias (este termo serve também para designar os elementos dos bandos), instalados em Bases às quais apenas teriam acesso o Chefe de Zona, o 1º Chairman do Comité Distrital, os 1ºs Chairmen dos Bolanges e o Chefe da Polícia. A sua missão é desenvolverem a luta armada e fornecer instrutores para os Bolanges;
 - Corpo de Polícia, ou de Mafreed, composto por um Comandante, um Secretário que desempenha funções semelhantes às do nosso 1º Sargento e um Corpo de Mafreeds. A sua missão é vigiar, policiar, fornecer estafetas e coagir a população dos Macambines à execução de certos trabalhos. Podem ser destacados para os Bolanges e/ou para os Macambines;
 - Bolanges são campos de instrução e treino e escalões intermédios entre o Boma e os Macambines. A sua função é recrutar e formar elementos para os Mafreed e Madechideia e controlar a população. Cada Bolange é comandado por dois Chairman e um Secretário, e tem ainda um Madechideia instrutor. Na sua proximidade imediata há também população não combatente a quem compete fornecer alimentação e água, e executar certas tarefas. Têm ainda a missão de promover o fornecimento de alimentação aos Bandos Armados, para o que colectam alimentos dos Macambines, que controlam. Os Bolanges logo que referenciados pelas NT são deslocados dentro da Zona;
- Cada Bolange controla um certo número de Macambines⁶⁹, ou acampamentos de população controlada pelo Partido. Cada Macambine é dirigido por um Sub-Comité ou Secretariado que recebe ordens do 1.º Chairman do Bolange de que depende. Esta população é contro-

⁶⁹ Julga-se que o termo “Macambine” seja o plural de “Cambine” (o prefixo Ma é formativo de plural em alguns dialectos autóctones). Por sua vez, “Cambine” será uma corruptela de “Camping” pelo que Macambine significará, muito provavelmente, “Acampamentos”. Há, no entanto, quem considere Macambine como uma deturpação de Moçambique, nome pelo qual seriam considerados os Acampamentos, razão por que surge, por vezes, a grafia Mocambine.

lada não só pelo respectivo Sub-Comité mas também por Mafreeds e até por vezes por Madechideias, ali destacados temporariamente. Além de fornecer alimentação aos Bolanges de que depende e, por seu intermédio, às Bases, a população dos Macambines é também obrigada a colaborar no corte e obstrução de itinerários.

Julga-se que o Comandante do Corpo de Polícia, o seu Secretário, os Chefes das Bases (Comandantes dos Bandos Armados) e o Secretário do Chefe de Zona, bem como obviamente, o Chefe de Zona, faziam obrigatoriamente parte do Comité de Zona ou Distrital.

Esta organização está muito mais próxima da organização de 1967 embora se julgue que o escalão funcional tenha passado para um escalão inferior ao Distrito, a Secção ou Área, e que os vários escalões tenham recebido também designações diferentes.

Julga-se que a organização que se conhecia em 1967 data do segundo semestre de 1965, ou princípios de 1966, não se dispondo de elementos que permitam fixar no tempo a sua implantação. De resto, as diferenças fundamentais encontram-se, essencialmente, na sua estrutura a nível superior, em que é mais completa, e na divisão territorial, em que é menos ambiciosa; a nível regional e local é sensivelmente semelhante.

Acrescenta-se que a maioria destes termos caiu em desuso até fins de 1967. Assim, o inimigo substituiu o termo Madechideias por Diechos, DSD ou mesmo Soldados. Também os termos Bolange (deturpação de Branch) e Macambine foram substituídos respectivamente por Loco ou Loko e Tawi (termos que em 1970 já se não usavam). Do mesmo modo o termo Mafreed teria sido substituído por “PIDE da Revolução” em 1967.

Em Julho de 1968, reuniu-se o II Congresso da FRELIMO e com ele outras modificações tiveram lugar na estrutura do partido. Apresenta-se na Fig. 7, o organigrama da estrutura do Partido nessa data. Em relação à estrutura anterior e a nível superior verifica-se o restabelecimento de um Congresso mais representativo, a manutenção de um Comité Central também mais representativo (cerca de 40 membros) agora com funções legislativas e executivas e o desaparecimento do Conselho Nacional.

Os Comités Político-Administrativo e Militar, que se encontravam diferenciados, aparecem fundidos num único órgão denominado Comité Político-Militar.

A concentração de poderes tem assim lugar nas mãos do Presidente.

Na organização do interior surgem os Conselhos Provinciais, Distritais e de Localidade como órgãos legislativos integrando, além de outros membros, os componentes dos Comités do escalão correspondente.

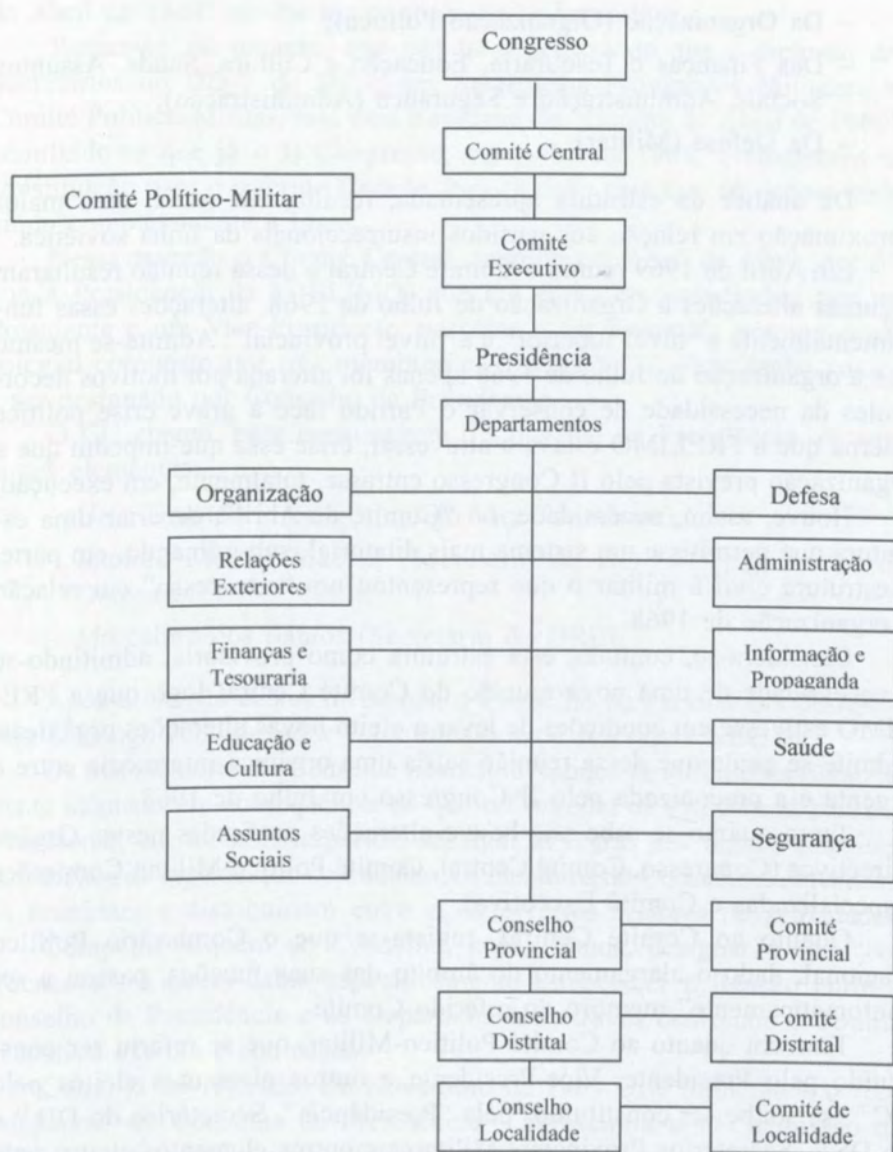


Figura 7 – Organização da FRELIMO em Jul68

Anexo “G” ao Supintrep n.º 24

Nos Conselhos referidos estão oito departamentos representados por três secretários, como segue:

- Da Organização (Organização Política);
- Das Finanças e Tesouraria, Educação e Cultura, Saúde, Assuntos Sociais, Administração e Segurança (Administração);
- Da Defesa (Militar).

Da análise da estrutura apresentada, resulta, em suma, uma maior aproximação em relação aos partidos insurreccionais da linha soviética.

Em Abril de 1969 reuniu o Comité Central e dessa reunião resultaram algumas alterações à Organização de Julho de 1968, alterações essas fundamentalmente a “nível superior” e a “nível provincial”. Admite-se mesmo que a organização de Julho de 1968 apenas foi alterada por motivos decorrentes da necessidade de conservar o Partido face à grave crise política interna que a FRELIMO estava a atravessar, crise essa que impediu que a organização prevista pelo II Congresso entrasse, totalmente, em execução.

Houve, assim, necessidade, no “Comité de Abril”, de criar uma estrutura que permitisse um sistema mais ditatorial, subordinando, em parte, a estrutura civil à militar o que representou um “retrocesso” em relação à organização de 1968.

Considera-se, contudo, esta estrutura como provisória, admitindo-se a necessidade de uma nova reunião do Comité Central logo que a FRELIMO estivesse em condições de levar a efeito novas alterações orgânicas. Admite-se ainda que dessa reunião sairia uma orgânica intermédia entre a vigente e a preconizada pelo II Congresso em Julho de 1968.

Tanto quanto se sabe não houve alterações profundas nestes Órgãos Directivos (Congresso, Comité Central, Comité Político-Militar, Comissões Especializadas e Comité Executivo).

Quanto ao Comité Central, regista-se que o Comissário Político Nacional, dado o alargamento do âmbito das suas funções, passou a ser “automaticamente” membro do referido Comité.

Também quanto ao Comité Político-Militar, que se referiu ser constituído pelo Presidente, Vice-Presidente e outros elementos eleitos pelo CC⁷⁰, se soube ser constituído pela “Presidência”, Secretários do DD⁷¹ e do DS⁷², Secretários Provinciais Militares e outros elementos eleitos pelo

⁷⁰ Comité Central.

⁷¹ Departamento de Defesa.

⁷² Departamento de Segurança.

CC. Obteve-se assim uma maior pormenorização da constituição deste Órgão que, a tratar-se de uma alteração, está dentro da linha do “Comité de Abril de 1969” de dar maior força ao poder militar.

Refere-se, no entanto, que não há a certeza de que a inclusão dos Secretários do DD e do DS e dos Secretários Provinciais Militares no Comité Político-Militar, seja uma novidade do “Comité de Abril de 1969”, admitindo-se que já o II Congresso, em Julho de 1968, estabelecera tal constituição para o referido Comité, constituição essa que só depois tenha vindo completamente a lume.

Nessa reunião o Comité Central, reunido em Abril de 1969, decidiu que a Presidência da FRELIMO, que até então era constituída por um Presidente e um Vice-Presidente, passasse a ser assumida por um órgão colegial composto por três membros eleitos pelo CC. Este órgão passou a ser designado por Conselho da Presidência.

O CC elegeu, para constituírem o Conselho da Presidência, os seguintes elementos:

- Uria Timóteo Simango (antigo Vice-Presidente);
- Samora Moisés Machel (Secretário do DD – Departamento da Defesa);
- Marcelino dos Santos (Secretário do DRE).

Após a eleição destes membros, o Conselho da Presidência designou Uria Simango “coordenador” dos trabalhos do referido Conselho.

Os três membros do Conselho ficaram investidos de atribuições rigorosamente idênticas em consequência do que o Conselho da Presidência passaria a funcionar, em todos os aspectos, segundo as regras dos órgãos colegiais. Para efeitos de organização de trabalho, os membros do Conselho da Presidência reuniriam e distribuiriam entre si os diversos sectores de actividades.

Competia também ao Conselho, como vimos, designar o seu “coordenador”, a quem cabia especificamente estabelecer a ligação entre o Conselho da Presidência e os Departamentos através dos quais o Comité Executivo exercia a sua acção.

Como já foi referido, em Novembro de 1969 Uria Simango – o “coordenador” do Conselho da Presidência – apresentou a sua demissão da FRELIMO, ficando assim desfalcado o “famoso triunvirato”.

Como fora previsto, foi efémera a vida do Conselho da Presidência, que na realidade nunca funcionou como um verdadeiro órgão colegial, pois notou-se, quase desde o princípio, a luta que Samora e Marcelino travaram pelo lugar de Presidente.

Assim, em princípio de Maio de 1970 (provavelmente entre 05 e 15) esteve reunido o Comité Central em Nashingwea (Tanzânia), tendo Samora Machel assumido as funções de Presidente interino da FRELIMO e Marcelino dos Santos as de Vice-Presidente interino. A interinidade das funções compreende-se pelo facto da sua efectividade ser uma prerrogativa do Congresso.

A nível nacional foi reduzido o número de Departamentos e as funções dos Departamentos de Organização, Administração e Assuntos Sociais, bem como as da Direcção dos Serviços de Saúde, foram confiadas ao Departamento de Defesa.

Também as funções da Secção de Produção e Cooperativas passaram para o Departamento de Tesouraria e Finanças que passou a designar-se Departamento de Tesouraria, Finanças e Comércio.

Como facilmente se verifica, esta redução do número de Departamentos e a inclusão das funções dos Departamentos extintos, na sua maior parte, no Departamento de Defesa, está perfeitamente dentro da linha do “Comité de Abril de 1969” de ampliar fortemente o poder militar. Ficou assim bem marcada a já aludida “ditadura militar”.

De notar ainda que todas as funções que passaram a ser atribuídas ao Departamento de Defesa, ficaram sob a direcção do Commissariado Político, com excepção dos Serviços de Saúde que constituíam uma Secção Nacional do DD.

Dado o alargamento do âmbito das suas funções, o Comissário Político Nacional passou a ser automaticamente membro do Comité Central.

Em face do exposto, pode-se esquematizar a estrutura a nível superior da FRELIMO, depois do “Comité de Abril de 1969”, do seguinte modo (fig. n.º 8):

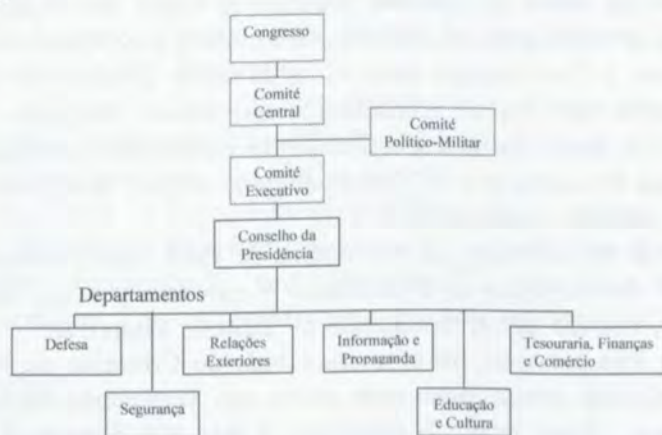
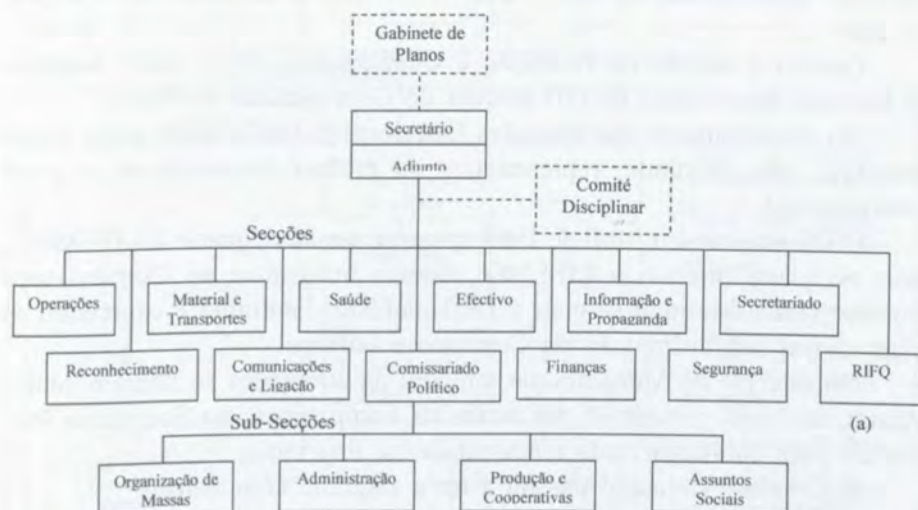


Figura 8 – Estrutura a nível superior – Abril de 1969

De acordo com o que anteriormente ficou referido, pode-se apresentar o organigrama seguinte como o organigrama provável do Departamento da Defesa (DD) (fig. n.º 9):



(a) RIQF – Recrutamento, Instrução e Formação de Quadros

Figura 9 – Departamento de Defesa da FRELIMO – Abril de 1969

Facilmente se verifica o alargamento do âmbito do DD, pois no presente organigrama encontram-se as Secções e Sub-Secções responsáveis pelas funções dos Departamentos extintos, funções essas que passaram a ser da responsabilidade do DD como também já ficou referido. De notar que, como se disse, quase todas essas funções ficaram subordinadas ao Comissariado Político. Exceptua-se, como vimos, o caso dos Serviços de Saúde que constituem uma Secção Nacional do DD. A presente Secção de Saúde do DD é uma “Secção Nacional” – uma verdadeira “Chefia dos SS⁷³ da FRELIMO”.

O “Centro Sanitário Central de Mtwara” (Tanzânia) funcionava também como centro de formação de pessoal e de quadros “para-médicos” de necessidade imediata.

No âmbito do Departamento de Educação e Cultura, o “Comité de Abril de 1969” decidiu que se intensificasse o ensino da “Política” nas

⁷³ SS – Serviço de Saúde.

escolas da FRELIMO. Para isso criou o lugar de “Comissário Político” tanto na Escola Secundária como nas Escolas Primárias.

Foi ainda constatada a necessidade de uma “Escola de Formação Política” independente do DEC⁷⁴ e sob a direcção do Comissariado Político do DD.

Quanto à Secção de Produção e Cooperativas, ficou, como também já foi dito, dependente do DD através do Comissariado Político.

Do Departamento das Relações Exteriores passou a fazer parte, como membro, uma militante, representante da mulher moçambicana a nível internacional.

O CC reunido em Abril de 1969 aprovou, também, quanto à LIFEMO⁷⁵, que, no plano interno, a LIFEMO, deveria integrar-se no Comissariado Político (DD) fundindo-se com o Destacamento Feminino e exercendo as suas tarefas sob a direcção do Comissário Político.

No interior de Moçambique também as alterações se fizeram sentir. Assim, ao nível provincial, foi atribuída competência ao Secretário Provincial para coordenar toda a actividade na Província.

O Comité Provincial passou a ter a seguinte composição:

- Secretário Provincial;
- Secretário Provincial Adjunto (é o responsável pelo órgão provincial do DD);
- Adjunto do Secretário Provincial Adjunto;
- Comissário Político;
- Chefe da Secção de Operações do Comando Operacional Provincial;
- Chefe da Secção de Segurança do Comando Operacional Provincial.

Devido às alterações sofridas a nível nacional, o DD, através do Comissariado Político Provincial, passou a superintender nos seguintes assuntos:

- Organização política de massas;
- Administração;
- Educação e Cultura;
- Assuntos Sociais;
- Produção e Cooperativas.

⁷⁴ Departamento de Educação e Cultura.

⁷⁵ Liga Feminina de Moçambique.

Pode-se pois, apresentar o seguinte organigrama como representando a Estrutura Governativa Provincial, após o “Comité de Abril de 1969”:

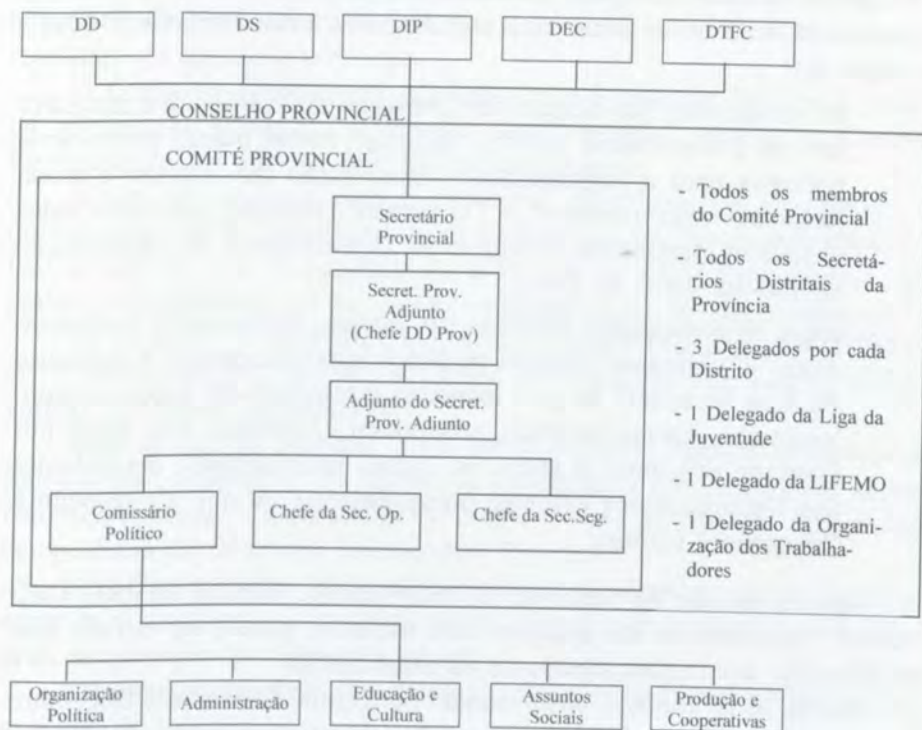


Figura 10 – Departamentos com representação no Interior

Verifica-se assim que também as Milícias e as Organizações Femininas do interior estão na dependência do DD através do Comissário Político Provincial, por intermédio da Sub-Secção “Organização Política”.

Salienta-se que a ligação entre os Departamentos e as Secções era feita, conforme relatório do próprio CC, através do Secretário Provincial. Note-se que do antecedente o Secretário Provincial era apenas um coordenador – um fiscal do CC junto da Província – não tendo, como passou a ter, comandamento técnico sobre os restantes responsáveis provinciais.

Mais uma vez se verifica que à medida que se desce de escalão, mais difícil se torna, após o “Comité de Abril de 1969”, diferenciar o poder militar do poder administrativo. Na verdade, aparecem muitas funções que anteriormente pertenciam ao escalão político-administrativo, subordinadas a órgãos dependentes do DD. A este respeito merecem especial destaque

os dependentes do Commissariado Político. É mais uma demonstração da “ditadura militar” implantada pelo Partido.

Devido a todo o conjunto de alterações já referidas, a nível nacional e provincial, referem-se como mais significativas a nível “Sector Militar”, as seguintes:

- foi criada uma Sub-Secção do Commissariado Político que integrava não só o comissário político sectorial, como outros comissários políticos para a organização e doutrinação das massas e ainda todos os “organizadores” e “chairman”. Note-se que todos estes elementos pertenciam a órgãos do Departamento de Organização extinto em Abril de 1969;
- todos os comissários políticos das massas, assim como “organizadores” e “chairmen”, ficaram na directa subordinação do “Comissário Político Sectorial” ao qual incumbia a resolução de todos os problemas nos aspectos político, económico e sanitário, bem como nos aspectos referentes a todos os órgãos anteriormente dependentes dos Departamentos extintos, nomeadamente no que diz respeito à Educação e Cultura.

Após a reunião de Maio de 1970 do Comité Central da FRELIMO e como consequência das decisões nele tomadas, parece ter havido uma estabilização dos órgãos superiores da organização.

Assim, só se conhece nova reunião do Comité Central em Dezembro de 1972, em que são tomadas decisões sobre organização interna (produção, comércio e Serviço de Saúde) e é criada a OMM (Organização das Mulheres Moçambicanas).

É também preconizada uma ofensiva geral com o alargamento da luta a outras regiões.

Organização político-militar no interior do território⁷⁶

Generalidades

O escalão mais elevado da Organização Político-Militar do inimigo, a nível provincial, era o Comando Operacional Provincial, directamente dependente do Departamento de Defesa e responsável pela orientação e

⁷⁶ Supintrep n.º 24 (Edição de 1970), QG/RMM – 2.ª Rep – Maio de 1970.

direcção das operações militares na “Província”. Em todas as “Províncias” sublevadas (Cabo Delgado, Niassa e Tete) foram detectados Comandos Operacionais Provinciais funcionando no interior do território, com excepção do Comando Territorial de Tete que, ainda em 1970 se encontrava instalado em território zambiano.

O Comando Operacional, chefiado pelo Secretário Provincial Militar, encontra-se integrado no governo da “Província”, através do Comité Provincial de que o Secretário Militar era membro.

Assim, por analogia com as estruturas administrativas provinciais, a militar dependia do Departamento de Defesa somente no aspecto técnico. Isto de acordo com a organização estrutural da FRELIMO porque, na prática, a organização militar nunca se subordinou ao “governo provincial”.

Do ponto de vista territorial, o inimigo dividiu cada uma das “Províncias” sublevadas em Sectores Militares, os quais, por sua vez, se subdividiam em Zonas Operacionais.

Julga-se que os Sectores eram meros escalões tácticos apenas com funções de coordenação da actividade operacional nas respectivas áreas, não lhes cabendo o planeamento e decisão dessa actividade, que era da competência do Comando Operacional Provincial.

Os Acampamentos Militares do inimigo, designavam-se por Bases e eram de diversos tipos consoante as suas funções específicas e também o grau de evolução da subversão violenta.

Nas alíneas seguintes procurar-se-á descrever a composição dos órgãos militares do inimigo.

Comando Operacional Territorial

A descrição que se vai apresentar é uma hipótese provável resultante de elementos colhidos relativamente à composição do Comando Operacional de Cabo Delgado, composição esta que se considera de carácter genérico na medida em que aquela “Província” era a mais evoluída sob o aspecto de organização e aquela onde o inimigo procurava implantar a sua estrutura tal como a preconizou nos Estatutos aprovados pelo II Congresso.

Assim, o Comando Operacional Provincial era chefiado por um Comandante Provincial, coadjuvado por um Adjunto, que controlava as Secções de Operações, Reconhecimento, Comissariado Político, Segurança, Instrução, Material e Efectivo, Saúde e Finanças.

O comandante operacional era o Secretário Provincial Militar.

Quanto às Secções tinham as funções que as respectivas designações sugerem e constituíam antenas, a nível Provincial, das diferentes Secções

do Departamento de Defesa, havendo apenas a acrescentar mais alguns esclarecimentos em relação às seguintes:

- Secção de Operações – Tinha na sua directa dependência os Comandos dos Sectores dos quais dependiam os Destacamentos de Guerrilheiros;
- Secção do Commissariado Político – Tinha na sua dependência os comissários políticos militares das Bases e os comissários políticos distritais dos quais dependiam os comissários políticos das localidades;
- Secção de Instrução – Controlava os Centros de Instrução das FPLM⁷⁷ e provavelmente também os Centros de Instrução de Milícias. Tem-se conhecimento de, pelo menos, um Centro de Instrução das FPLM em cada Província e de vários centros de Instrução de Milícias localizados em órgãos político-administrativos, a nível de Distrito.

Na Fig. 11, apresenta-se um organigrama provável do Comando Operacional Provincial.

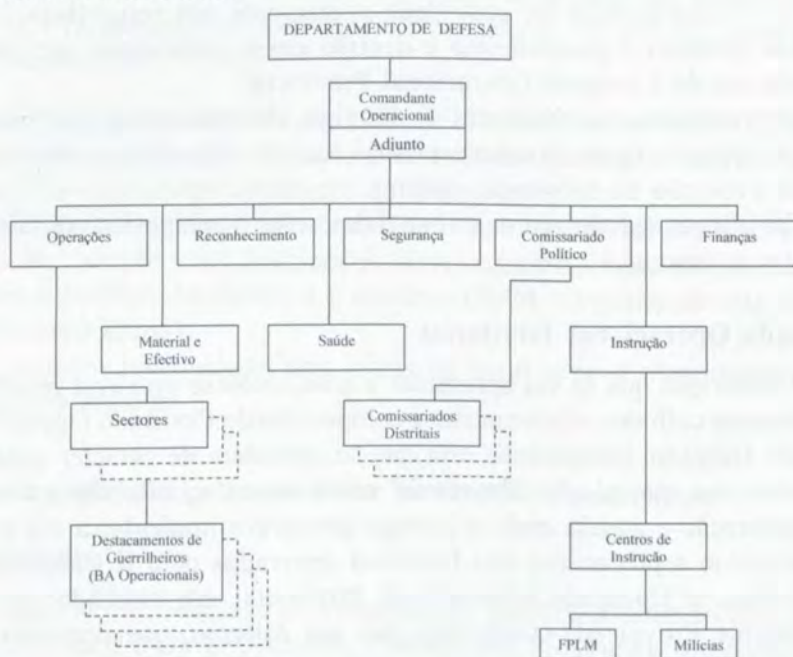


Figura 11 – Organigrama provável do Comando Operacional

Anexo “V” ao Supintrep n.º 24

⁷⁷ Forças Populares de Libertação de Moçambique.

Organização das Bases e Acampamentos

De um modo geral, as instalações das Bases eram constituídas por um conjunto de palhotas mais ou menos numeroso, consoante a sua importância em efectivos.

Disponham, regra geral, das seguintes instalações:

- Parada;
- Local para içar a Bandeira;
- Residências dos chefes e dos “quadros” (comandantes de pelotão e de secção);
- Casernas em número variável consoante o efectivo;
- Instalações de pessoal de segurança (Polícia), normalmente na periferia da Base;
- Refeitório;
- Posto de Socorros;
- Prisão;
- Depósito de Material. Normalmente o depósito de material principal da Base encontrava-se fora desta, num raio de 4 a 5Km, enterrado em local secreto só do conhecimento do Comandante da Base e do Chefe do Material;
- Postos de Sentinela, em número variável, havendo sempre um à “porta de armas”;
- Postos de Vigilância, montados normalmente de noite em pontos escolhidos, na área que circundava a Base;
- Abrigos anti-aéreos, individuais ou colectivos. Nas Bases mais importantes estes abrigos eram construídos solidamente por forma a resistirem aos bombardeamentos aéreos. Eram constituídos por buracos cobertos de uma grossa camada de paus e terra.

A segurança imediata e próxima das Bases era garantida pela polícia da Base, sendo a segurança afastada garantida por pequenos destacamentos temporários, designados por Patrulhas, e ainda por população controlada das proximidades, que mantinham as Bases informadas dos movimentos das NT.

As Bases eram normalmente localizadas junto de rios, muitas vezes na confluência de dois rios, e quase sempre em locais ao abrigo das vistas terrestres e aéreas e afastadas da população que as apoiava logisticamente em alimentação. A este respeito salienta-se que o inimigo, em relação às populações, mantinha rigoroso sigilo no tocante à organização e funcionamento

das Bases, para evitar que elementos da população capturados pelas NT fornecessem informações que levassem à detecção e destruição das Bases.

Ainda que fossem, como o foram a maior parte delas, por várias vezes, atacadas e destruídas pelas NT, as Bases são normalmente reconstruídas, quase sempre na mesma região e por vezes até no mesmo local. Isto compreende-se na medida em que a implantação das Bases estava condicionada ao apoio logístico em alimentação, que lhes era fornecido pelas populações, e em material e outros artigos provenientes dos órgãos de reabastecimento e cujo movimento se processava por etapas. Qualquer alteração sensível de localização obrigaria a remodelações profundas de dispositivo e criaria graves complicações ao apoio logístico.

Processo de estabelecimento

O processo de estabelecimento das Bases era o seguinte:

- O trabalho de aliciamento, propaganda e preparação da população de uma dada área, levado a cabo pelos activistas, organizadores e quadros do DO⁷⁸, visava a conquista da cumplicidade dessa população, em especial dos seus Chefes naturais. Obtido este resultado, era criado um órgão político-administrativo para junto do qual ia um grupo In que instalava uma Base (Base Geral);
- A partir dessa Base Geral partiam grupos menores em acção de aliciamento e intimidação da população da ZA⁷⁹, instalando Bases de Segurança;
- A consolidação das Bases de Segurança servia de ponto de apoio à fase de preparação do DO nas zonas vizinhas, repetindo-se o processo.

Classificação das Bases

A análise de documentos capturados permitiu estabelecer a seguinte hipótese de classificação das Bases In, também designadas por Campos ou Destacamentos:

- Bases Centrais ou Provinciais

São Bases estabelecidas no interior do território, uma por Província, nas quais se encontravam os elementos directivos do Comando Operacional. Podem conter também elementos da estrutura político-administrativa, que nela se encontrem por motivo de segurança.

⁷⁸ Departamento de Organização.

⁷⁹ ZA (Zona de Acção).

– *Bases Sub-Provinceais ou Sub-Bases Provinceais*

São Bases estabelecidas para descentralização dos Comandos Operacionais Provinceais. Por dificuldades de comunicações não era possível aos Comandos Operacionais Provinceais do In controlar a actividade operacional nas regiões mais afastadas da ZA. Assim, surgiu a necessidade de manutenção de “antenas” nessas zonas, por intermédio das Sub-Bases Provinceais, uma por Província, onde normalmente se encontravam os Adjuntos dos Comandos Operacionais Provinceais.

Estes Subcomandos, estavam subordinados aos Comandos Operacionais mas tinham uma certa capacidade de decisão, podendo alterar e adaptar os planeamentos operacionais de acordo com as circunstâncias de momento, devendo no entanto dar conhecimento ao Comando Operacional Provincial de que dependiam.

As Bases Sub-Provinceais, estavam localizadas nas chamadas zonas de “avanço”, ou seja, zonas que o inimigo pretendia controlar. Por isso a actividade violenta a desenvolver não podia ser pré-planeada a longo prazo, estando mais dependente de circunstâncias de ocasião.

– *Bases de Artilharia* (Batalhões de Artilharia)

Sabe-se que em cada “Província” o In dispunha de uma base em que concentrava a sua “artilharia” (material pesado de infantaria), base essa que designava por Base de Artilharia e que, normalmente, ficava relativamente próximo da Base Provincial.

– *Bases Gerais*

Serão Bases com efectivos apreciáveis e com funções simultaneamente político-administrativas e militares, sendo comparáveis a sedes de Unidades de quadricula de escalão Companhia e Batalhão, cujos comandos estivessem investidos de funções de governo militar de populações. A sua missão era servir de base e ponto de apoio para operações militares e, simultaneamente, de escalão funcional básico de governo civil. Eram Bases características de áreas de população controlada, possivelmente simpatizante mas não aderente nem militante. Cada Base Geral controlava um número variável de Bases de Segurança.

– *Bases de Segurança*

Eram Bases de pequeno efectivo instaladas junto de acampamentos de população controlada ou de núcleos de acampamentos relati-

vamente próximos. A sua missão primária era garantir o controlo e a cumplicidade dessa população, promover que a mesma fornecesse alimentação e apoio aos guerrilheiros, e defender essa população. Dependiam de uma Base Geral e tinham como missão secundária realizar patrulhamentos nas proximidades, acções de combate de pequena envergadura contra as NT e ainda colocar minas e armadilhas. Eventualmente as guarnições destas Bases poderiam agrupar-se para acções de maior vulto.

Documentação capturada ao In, atribui às Bases de Segurança funções de segurança das Bases Hospitalares, Linhas de Infiltração, Cooperativas, etc., contribuindo ainda, pela sua dispersão, para a segurança geral de todo o dispositivo inimigo.

Verifica-se assim que as Bases de Segurança surgem numa fase adiantada da evolução do aparelho militar do inimigo.

– *Bases Operacionais* ou simplesmente *Bases*

São Bases de efectivo variável, cuja missão era servirem, exclusivamente, de ponto de apoio para acções militares contra as NT. Eram Bases características de zonas de plena implantação da estrutura político-administrativa do DO, julgando-se não terem quaisquer outras responsabilidades que não fossem operacionais.

– *Bases de Instrução*

São Bases cuja missão era treinar combatentes não especialistas nem destinados a graduados. Quanto a estes elementos, eram, tanto quanto se dispôs de elementos precisos, treinados na Tanzânia, Rússia, Europa Oriental, China, Coreia de Norte e Cuba.

– *Bases Logísticas*

São Bases cuja missão era servirem de depósito de armas e munições ou de hospitais. Têm sido referenciadas bases-hospitais cuja guarnição tinha apenas por missão a defesa próxima e imediata das instalações não tendo responsabilidades de combate ofensivo contra as NT.

Composição das Bases

A composição apresentada foi deduzida de documentação apreendida e de outras fontes:

Bases Provinciais

- Comando Operacional Provincial Territorial

- Chefe da Base
- Comissário Político da Base e Adjunto
- Comandantes das Unidades instaladas na Base e Adjuntos
- Chefe do Material da Base e Adjunto
- Secretário da Base e Adjunto
- Tesoureiro da Base e Adjunto
- Chefe de Cozinha e Adjunto
- Chefes de pelotão e Adjuntos
- Chefe de Reconhecimento e Adjunto
- Chefes de Secção
- Chefe do Armazém de Géneros e Adjunto
- Chefe da Polícia da Base e Adjunto
- Chefe do Efectivo e Adjunto
- Enfermeiro
- Auxiliares femininos
- Soldados
- Polícia da Base

Bases Sub-Regionais

Julga-se que seja muito semelhante à das Bases Regionais. Os elementos do Comando Operacional Regional faziam-se representar pelos seus adjuntos.

Houve conhecimento de uma Base Sub-Regional em cada uma das Províncias de Cabo Delgado, Niassa e Tete.

Bases de Artilharia

Como já se referiu, o In dispunha em cada “Província” de uma Base de Artilharia, onde concentrava o seu material pesado de Infantaria. Não significa isto que noutras Bases não existissem morteiros pesados ou canhões sem recuo, mas sim que a maior parte deste “material pesado” se encontrava concentrado, sendo atribuído quando necessário.

Conhecia-se uma Base de Artilharia em Cabo Delgado (o Batalhão Gungunhana), outra no Niassa e admitia-se a existência de outra relativa a Tete, talvez fora do Território Nacional (1970).

Do que se sabe do Batalhão Gungunhana pode afirmar-se que se tratava de uma Base com organização e efectivo semelhantes a uma “Base Regional”, adaptada na parte de organização, evidentemente, à sua função.

Tinha um Comandante, um 2.º Comandante ou Adjunto, um Comissário Político, um Chefe da Segurança (Polícia), um Enfermeiro, etc.; e era constituída por três grupos.

Cada Grupo, que se admite seria formado por três Pelotões, dispunha de um Comandante, de um Adjunto que seria o Chefe do 1.º Pelotão, de mais dois Chefes de Pelotão e de um Secretário.

Cada Chefe de Pelotão dispunha ainda de um Adjunto.

Bases Gerais

Estas Bases, conforme se referiu, destinavam-se a administrar as Populações através das Bases de Segurança e a realizar operações de combate contra as NT. No campo puramente militar, competia às Bases Gerais efectuar ataques e emboscadas às NT, minar e armadilhar itinerários e, eventualmente, concentrar forças para operações de maior vulto.

As Bases Gerais dependiam directamente de uma Base Provincial ou de uma Base Sub-Provincial, delas recebendo todas as directivas para a actividade a desenvolver em ambos os seus aspectos, político-administrativo e militar.

O canal de Comando ia directamente de uma Base Geral à Base Sub-Provincial, ou à Base Provincial de que depende, não podendo as Bases Gerais corresponder-se directamente com os Departamentos no exterior (DD e DO)⁸⁰.

Julga-se que as Bases Gerais podiam ser de dois níveis diferentes, na medida em que a determinadas Bases deste tipo correspondia, ao que se presume, uma ZA dividida em zonas mais pequenas cuja responsabilidade era atribuída a Bases Gerais de escalão inferior.

Nem todas as Bases Gerais tinham pois a mesma orgânica, por falta de pessoal e material, pela sua importância, ou ainda pela área de actuação ser limitada e não comportar grandes efectivos. As Bases de escalão mais elevado, quando completas, comportariam normalmente o efectivo de 1 Batalhão de guerrilheiros a 3 Companhias. As Bases Gerais de escalão menos elevado comportavam, normalmente, 1 Companhia a 3 Pelotões.

Neste caso o Chefe da Base e o seu Adjunto eram o Comandante do Batalhão ou Companhia e o seu Adjunto. Cada Companhia tinha um Comandante e um Adjunto, um Comissário Político e um Adjunto, bem como três Enfermeiros.

Uma Base Geral de nível Batalhão era, por vezes, apenas a sede deste Batalhão (Comando), mantendo os efectivos necessários às acções na área da sua responsabilidade. Neste caso, os restantes efectivos encontravam-se nas Bases Gerais dela dependentes (Bases de Companhia) e nas Bases de Segurança respectivas.

⁸⁰ DD – Departamento de Defesa; DO – Departamento de Organização.

Cada Base Geral de escalão Companhia controlava 3 a 4 Bases de Segurança.

A composição de uma Base Geral era a seguinte:

- Chefe Geral da Base e Adjunto
- Comissário Político da Base e Adjunto
- Chefe Geral da Região
- Chefe da Secção de Saúde e Adjunto
- Comandantes das Companhias
- Chefe do Material de Guerra e Adjunto
- Secretário da Base e Adjunto
- Tesoureiro da Base e Adjunto (encarregado das compras e cobranças)
- Chefes de Pelotão e Adjuntos (Informações)
- Adjunto do Chefe de Reconhecimento
- Chefe de Efectivos e Adjunto
- Chefes de Secção e Adjuntos
- Chefe de Cozinha e Adjunto
- Chefe da Polícia da Base e Adjunto
- Chefe dos Reabastecimentos e Adjunto
- Chefe de Armazém de Géneros e Adjunto
- Enfermeiro
- Elementos de ligação
- Auxiliares femininos
- Soldados
- Polícia da Base.

Julga-se que as Bases Gerais desempenhavam as suas funções político-administrativas através de Branchs (designação antiga dada aos órgãos político-administrativos) junto de cada um dos quais existiria uma Base de Segurança. Estes Branchs dependiam do Comissário Político da Base Geral, por intermédio do Chefe Geral da Região.

Cada Branch era dirigido por um Sub-Comité composto por:

- Chairman,
- Secretário-Geral,
- Subsecretário,
- 2.º Vogal,
- Tesoureiro.

Este Sub-Comité tinha por missão servir de elemento de ligação da Base Geral e das Bases de Segurança com a população, assegurar o comprometimento da população e garantir o apoio às Bases em alimentos e assistência de vária ordem.

O Chefe da Região dirigia a actividade dos Chairmen na recolha de elementos para as Bases. Era um elemento da população, conhecedor da região, devendo escolher e propor lugares para novas Bases de Segurança e novos Branchs, e itinerários para infiltração e deslocamentos. Era um elemento “civil” oriundo da população controlada, não podendo fazer “banjas”⁸¹ para doutrinar as Populações, tarefa que competia aos Comissários Políticos e aos Chefes das Bases de Segurança que existiam junto dos Branchs. Podia ser chamado a colaborar com os Comissários Políticos mas como assistente.

O Chefe Geral da Base é o Comandante Militar da área; dirigia as operações, pedia reforços e mudava os locais da Base quando o achasse conveniente. Era obrigado a tomar parte nos combates para moralizar os seus “soldados”.

O Comissário Político e o seu Adjunto, formavam a Comissão Política da Base e da Área. Competiam-lhe as funções de governo civil da população da ZA da Base Geral, doutrinando-a politicamente, organizando as Milícias e os Chairmen, e montando o serviço de informações; actuavam também como censores dos actos do Chefe Geral, firmando toda a sua correspondência e todas as suas ordens. Controlavam a população por intermédio dos Branchs, que dependiam dos Comissários Políticos, como se referiu, recorrendo ao Chefe da Região quando o julgassem conveniente.

A Comissão Política representava, em todos os actos, a consciência do Partido, a sua censura e a sua linha de acção. Criava os Branchs e nomeava os seus Sub-Comités. Era ainda responsável pela propaganda e doutrinação política não só dos elementos militares como da população.

Nas Unidades da FPLM (Un), o Comissário Político (CP), juntamente com o chefe militar, eram os chefes da Unidade, situando-se no mesmo escalão e com iguais responsabilidades. Competia ao Comissário Político em especial:

- garantir a fidelidade de todos os elementos da Un à linha política do Partido;
- garantir a harmonia entre quadros e combatentes;

⁸¹ Reuniões da população para transmissão de directivas ou ordens.

- dirigir as reuniões e programas de formação política revolucionária das Un;
- organizar a segurança da Unidade.

Os CP de Companhia (Instrutores Políticos) eram obrigados a conhecer a vida militar, familiar e social de todos os elementos. Os documentos operacionais eram assinados no mesmo plano pelo Comandante da Unidade e pelo CP.

Cada Base Geral dispunha ainda de um Corpo de Polícia encarregado da defesa da Base.

As funções dos restantes elementos estavam implicitamente descritas nas respectivas designações.

Por cada Base Geral havia um Sub-Comité Disciplinar, encarregado de resolver os problemas internos de disciplina, mas cujas punições tinham que ser sancionadas pelos Comissários Políticos e pelo Chefe Geral. Este Sub-Comité compunha-se de um Chairman, um Adjunto, um Secretário e dois membros.

Cada Base Geral controlava um número variável de Bases de Segurança. Presumia-se que as Bases Gerais, viessem a ser substituídas pela Área Branch (“Distritos” na designação de 1970) da organização político-administrativa, pelo que se admitia a hipótese de a ZA de uma Base Geral de menor escalão corresponder a uma Área da divisão administrativa da FRELIMO e, por conseguinte, a um Posto Administrativo da nossa divisão administrativa. Esta hipótese foi verificada através das Bases Gerais referenciadas e pareceu confirmar-se pelo facto de a cada Branch corresponder, segundo os documentos disponíveis, uma Regedoria. Julga-se assim também que estes Branchs (Círculos), órgãos administrativos de governo militar, passariam a Localidades quando a estrutura do governo militar fosse substituída por uma estrutura político-administrativa do DO.

No aspecto exclusivamente militar admitia-se que a organização de uma Base Geral incluísse um Grupo de Comando semelhante ao que se julga estar incluído nas Bases Operacionais.

Bases de Segurança

No âmbito da missão de controlo de populações, dependem de uma Base Geral, não podendo corresponder-se directamente com as Bases Provinciais nem Sub-Provinciais. O canal de comando vai da Base de Segurança à Base Geral de que depende, que por sua vez transmite os assuntos à Base Provincial ou Sub-Provincial.

Têm um efectivo variável entre 6 a 15 elementos. Contudo, foram referenciadas Bases de Segurança com efectivos de 20 elementos e, até, com efectivos de Pelotão (30 a 40 elementos).

A sua composição era a seguinte:

- Chefe da Base e Adjunto;
- Chefes de Secção;
- Comissário Político e Adjunto;
- Chefe de Cozinha;
- Chefe de Armazém;
- Chefe do Material;
- Tesoureiro;
- Soldados;
- Usiliks (milicianos);
- Polícia da Base.

As funções destes elementos eram as mesmas dos seus correspondentes nas Bases Gerais.

Por cada Base de Segurança havia também um Sub-Comité da Base, de composição e funções semelhantes, dentro do seu escalão, às de um Sub-Comité de Base Geral.

Bases Operacionais ou simplesmente *Bases*

São Bases cuja missão exclusiva era servirem de base de estacionamento de Grupos e Unidades e de ponto de apoio para o desencadeamento de operações contra as NT. Contudo há referências a Bases Operacionais no Niassa, julgando-se que, neste caso, acumulavam com as funções político-administrativas das respectivas ZA, substituindo as Bases Gerais.

A composição das Bases Operacionais variava muito de Base para Base consoante os efectivos e missões. Apresenta-se o seguinte organigrama que se julga o mais adequado à composição tipo de uma Base desta natureza:

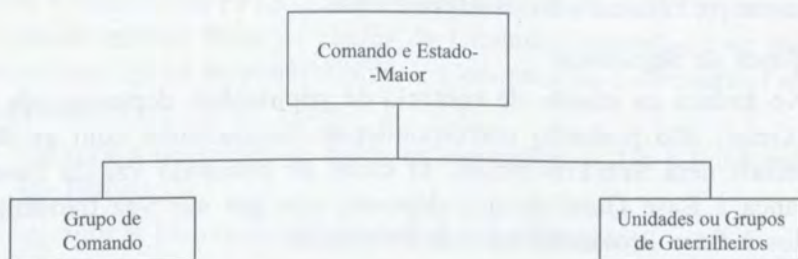


Figura 12 – Composição tipo de uma Base Operacional

O “Comando e Estado-Maior” de uma Base Operacional tinha a seguinte composição:

- Chefe da Base e Adjunto do Chefe da Base; Chefe do Estado-Maior e simultaneamente Chefe de Operações; Subchefe do Estado-Maior; Subchefe do Planeamento e Organização; Chefe do Reconhecimento (SERECO); Chefe do Efectivo (Pessoal); Chefe das Transmissões; Tesoureiro e Adjunto do Tesoureiro (encarregado de compras e cobranças); Secretário e Adjunto; Chefe do Material e Adjunto; Comissário Político e Adjunto.

Um documento capturado referia ainda como pertencente ao comando de uma Base:

- Secretário de Anúncios;
- Chefe de Recrutamento, Treino de Formação de Quadros.

A designação Grupo de Comando não foi encontrada em nenhum documento inimigo. Era usada para referir um conjunto de pequenos grupos com missões bem definidas, cujas características permitiriam situá-los numa Companhia de Comando e Serviços da nossa organização. Talvez por falta de maturidade militar a FRELIMO incluía estes Grupos, no Estado-Maior das Unidades, e julga-se que, conseqüentemente, os EM⁸² das Bases Operacionais, tinham a seguinte composição tipo:

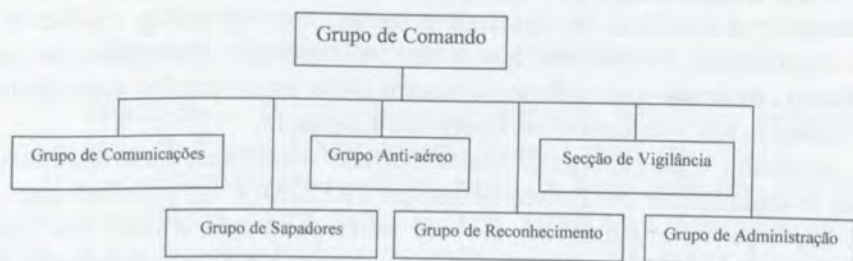


Figura 13 – Grupo de Comando das Bases Operacionais

- O *Grupo de Comunicações* (transmissões) compunha-se de 16 elementos:
 - Chefe e Adjunto 2 H
 - Secção de rádio 7 H
 - Secção de telefone 7 H

⁸² Estado-Maior.

- O *Grupo de Sapadores* tinha um efectivo de 16 a 30 homens e compunha-se de Chefe, Adjunto e 2 a 4 Secções com 7 homens em cada secção. Um documento capturado, referia que, em cada Base Operacional, haveria uma “Secção de Sabotagem”, articulada em vários grupos dos quais identificam dois: o Grupo de Mineiros e o Grupo de Explosivos. Julga-se que, segundo o documento, haveria um terceiro Grupo que o documento não especifica. Com a ressalva da troca das designações, parece assim poder concluir-se que se trate do Grupo de Sapadores já referenciado na composição das Bases Operacionais, que teria na sua orgânica 3 Secções, das quais se identificam 1 Secção de Mineiros e 1 Secção de Explosivos.
- O *Grupo Antiaéreo*, encarregado da defesa antiaérea da Base, tinha um efectivo de 26 a 39 homens em 6 secções de 4 a 6 homens cada, com uma Metr AA⁸³ em cada secção.
- O *Grupo de Reconhecimento*, compunha-se de 11 homens com um Chefe (12, no total), e tinha por missão obter informações.
- A *Secção de Vigilância*, compunha-se de 1 Chefe (Chefe de Ronda), 1 Adjunto e 10 homens, num total de 12.
- O *Grupo de Administração*, compreendia: Chefe dos Transportes, Chefe de Cozinha e Adjunto, Chefe de Reconhecimento e Adjunto, Chefe de Armazém e Adjunto, Enfermeiro e auxiliares.

Julga-se que muito poucas Bases, ou mesmo muito provavelmente nenhuma, por carência de efectivos e meios, correspondiam realmente a esta organização. Pelo menos não foram referenciados elementos que permitissem confirmar que as Bases tivessem todas estas funções preenchidas, em especial nos elementos do Grupo de Comando.

Contudo, e do recorte de várias notícias anteriores, num documento sobre a organização do Estado-Maior da FRELIMO, foi possível admitir esta hipótese de organização, embora correspondendo a uma fase mais adiantada de evolução. Julga-se, porém, que em 1970, a composição das Bases continha apenas alguns dos órgãos mencionados.

As Unidades aquarteladas na Base, apoiavam-se e integravam-se nesta estrutura, sendo um número variável consoante a sua importância, localização e o desenrolar das operações. De resto, admite-se como extremamente provável que o Estado-Maior da Base seja o Estado-Maior da Unidade nela aquartelada.

⁸³ Metralhadora Anti-Aérea.

Bases de Instrução

Eram Bases que tinham por missão preparar recrutados para o ingresso nas Unidades e Grupos das FPLM, ou treinar elementos, homens e mulheres, para as Milícias Populares. Julga-se que a sua composição se aproximava bastante da das Bases Operacionais, com algumas ligeiras diferenças. Por vezes certas Bases de Segurança podiam receber também missões de instrução, transformando-se em Bases de Instrução.

As Bases de Instrução, funcionavam junto das Bases Gerais, pois que muitos dos quadros instrutores eram os chefes militares daquelas Bases.

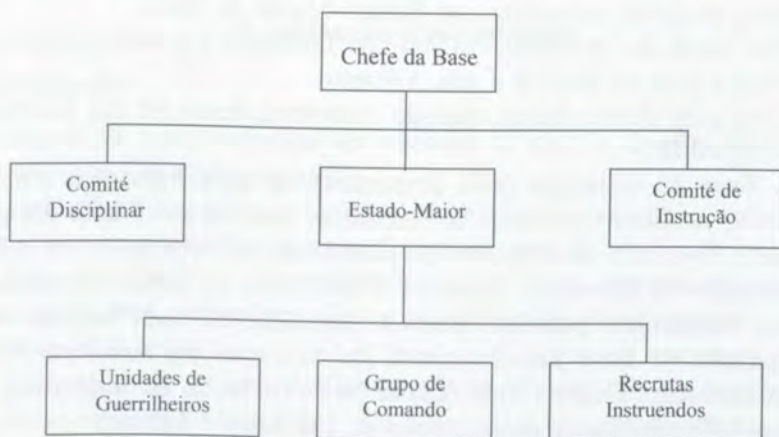


Figura 14 – Composição esquemática de uma Base de Instrução

O Estado-Maior de uma Base de Instrução tinha uma composição semelhante à do Estado-Maior de uma Base Operacional.

O Comité Disciplinar ou Sub-Comité da Base tinha por função resolver os problemas disciplinares da Base, sendo uma espécie de tribunal militar. A sua composição era semelhante à dos Sub-Comités das Bases de qualquer tipo, sendo da mesma forma nomeado pelo Chefe da Base, mas carecendo essa nomeação de ser sancionada por todos os outros elementos.

O Grupo de Comando e as Unidades de Guerrilheiros tinham a mesma composição que em qualquer outra base.

O Comité de Instrução era composto por:

- Chefe de Instrução da Base
- Adjunto do Chefe de Instrução
- Chefe de Instrução do “Quadro Político”
- Adjunto do Chefe de Instrução do “Quadro Político”

Instrutores:

- Armamento;
- Técnica de ataque e emboscadas;
- Marcha e progressão no terreno;
- Guerrilhas;
- Estocada e baioneta;
- Actos individuais;
- Higiene e primeiros socorros.

O Comité de Instrução estava liberto de todas as preocupações operacionais as quais competiam ao Estado-Maior da Base.

Nas Bases de Instrução, o Chefe da Instrução e o seu Adjunto eram também o Chefe da Base e o seu Adjunto.

Cada uma destas Bases, quando completa, devia ter um efectivo de uma companhia.

A Base de Instrução mais importante de uma Província tomava a designação de Base Provincial de Instrução, sendo o seu Chefe designado por Chefe Provincial de Instrução e competindo-lhe orientar todas as Bases de Instrução da Província. Quando a Província se achava dividida em Regiões Militares, a principal Base de Instrução de cada Região recebia a designação de Base Sub-Provincial de Instrução ou Sub-Base Provincial de Instrução. O seu Chefe (Chefe Sub-Provincial de Instrução) era o responsável pelas Bases de Instrução da sua Região Militar.

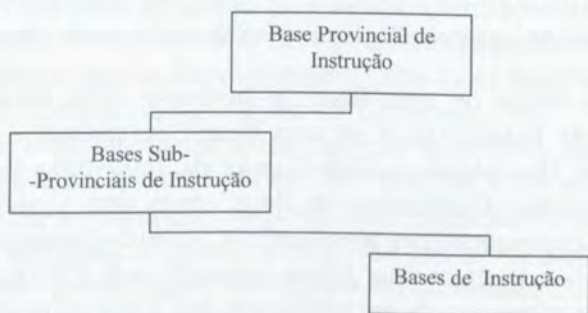


Figura 15 – Esquema de relações de escalonamento das Bases de Instrução

Tanto quanto se sabe, as Bases de Instrução instaladas no interior de Moçambique destinavam-se apenas a ministrar Instrução Básica aos recrutados, continuando a instrução de pessoal especializado e de quadros a processar-se na Tanzânia, no Campo de Instrução de Nashingwea, ou noutros países estrangeiros.

Bases Logísticas

Eram Bases destinadas a servir exclusivamente de Depósitos ou Hospitais, dispondo apenas de um Destacamento de FPLM para a sua segurança.

A sua composição, quanto a elementos de direcção, presumia-se semelhante à das Bases de Segurança.

Apenas se tinham referenciado Bases – Hospitais, não se dispondo contudo de elementos que permitam formular qualquer hipótese sobre a sua composição.

Organização das Unidades

Generalidades

São relativamente poucas as notícias de que se dispõe sobre a organização das Unidades inimigas.

Têm sido referenciadas unidades do tipo convencional - batalhões e companhias, enquadradas numa organização ternária.

Têm sido também referenciados Grupos, cuja composição, ou pelo menos o efectivo, difere um pouco do referido nas notícias relativas às Unidades atrás referidas.

Tanto quanto se sabe, muito embora o inimigo empregasse com frequência os termos “Batalhão” e “Companhia” quando se referia às suas forças, julga-se que nem sempre lhes atribui o verdadeiro significado, ou pelo menos o significado que para nós têm estes termos, porquanto apelida de Companhia grupos com a mais variada composição e com os efectivos mais diversos.

Temos que referir contudo que se ia notando uma tendência cada vez maior para o inimigo uniformizar a sua nomenclatura e a aproximar da nomenclatura convencional por nós usada e seguida.

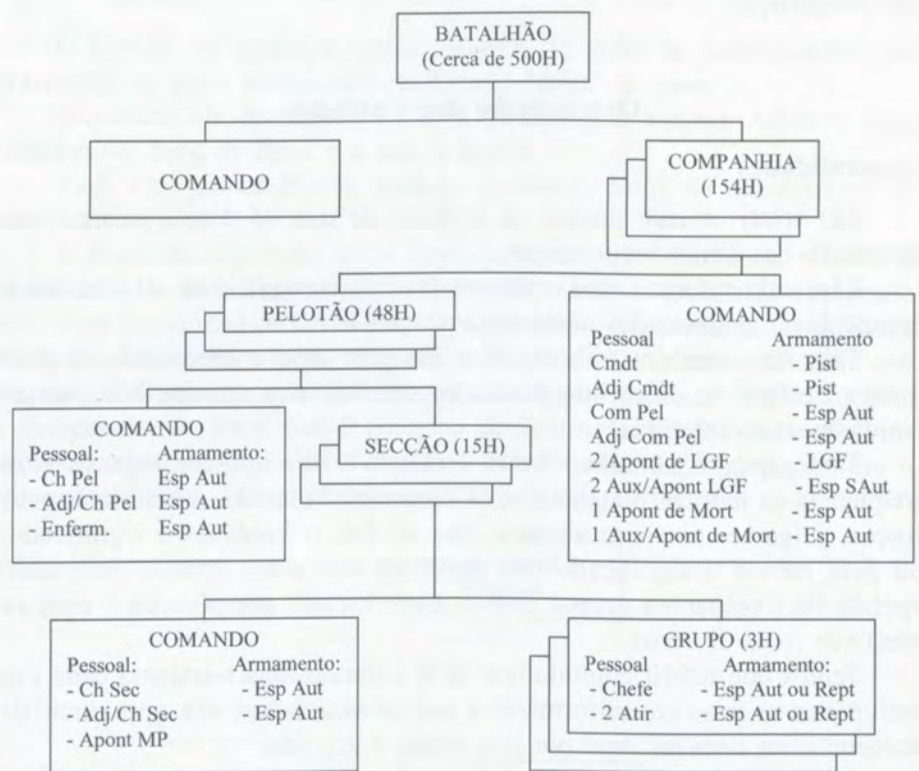
Apresenta-se assim, a composição do Batalhão e da Companhia, extraída de documentos capturados, na certeza de que, se em 1970 apresentava um aspecto bastante teórico, demonstra pelo menos um limite a atingir neste campo pelo Partido, numa fase mais avançada da sua evolução.

Assim, um Comando do Batalhão compunha-se possivelmente de:

- Comandante e Adjunto; Chefe do Estado-Maior e de Operações; Sub-Chefe do Estado-Maior; Sub-Chefe do Planeamento e Organização; Chefe do Reconhecimento; Chefe do Efectivo; Tesoureiro e Adjunto; Secretário e Adjunto; Chefe do Material e Adjunto; Comissário Político e Adjunto.

Cada Batalhão tinha ainda um grupo ou Companhia de Comando composto por: Grupo de Guarnição (Vigilância); Grupo de Sapadores; Grupo de Sabotagem; Grupo de Morteiros (Artilharia) e Grupo de Cozinha.

Cada um destes grupos tem um Chefe e um Adjunto desconhecendo-se contudo a sua composição.



(De notar a existência de 4 Grupos)

Figura 16 – Unidades tipo convencional (Batalhões e Companhias)

Supintrep 24 QG/Av/RMM – 2.ª Rep JAN68 – págs 173 e 174

O armamento das unidades dos diversos escalões era o seguinte:

ARMAMENTO UNIDADE	PISTOLA	ESAutm	EAutm	LGF	MORT 60mm ou 82mm	MP (PESSA)	METR A.A.
GRUPO	-	2	1	-	-	-	-
SECÇÃO	1	6	5	-	-	1	-
PELOTÃO	3	18	18	-	-	3	1
COMPANHIA	15	54	58	2	1	9	1
BATALHÃO	45	172	174	6	3	27	3

Figura 17 – Armamento das Unidades dos diversos escalões

Grupos Itinerantes

Eram grupos de efectivos de cerca de 100H, portanto inferiores a uma Companhia normal das NT.

Quando começaram a ser referenciados estes grupos móveis (Impopotes) admitiu-se que se tratasse de Companhias de efectivo reduzido ou de Grupos com missão diferente do das Unidades tipo convencional e portanto, também, com organização diferente.

Posteriormente, o In começou a designar estes Grupos por Companhias de Comandos, o que, aliado à sua designação de “itinerantes”, nos dá uma ideia do seu modo de actuação como “tropa especial”.

Surgiram várias referências à actuação e localização destes grupos em Cabo Delgado e foram referenciados, em formação na Tanzânia, grupos de cerca de 100H a 3 Pelotões.

Quanto à composição (estrutura orgânica) destes grupos, não são conhecidos elementos concretos que nos permitam construir um organigrama, ainda que provável.

Destacamento de Guerrilheiros

- A composição que se indica para estes Destacamentos é extraída de documentos de instrução de um elemento da FRELIMO. Desconhece-se até que ponto estas Unidades serviram de base à organização descrita nas alíneas anteriores ou se eram a futura organização da Unidade-base das FPLM. De acordo com a interpretação dada ao

organigrama constante do referido documento, a composição destes Destacamentos que tinham um efectivo de 300 a 400H é a seguinte:

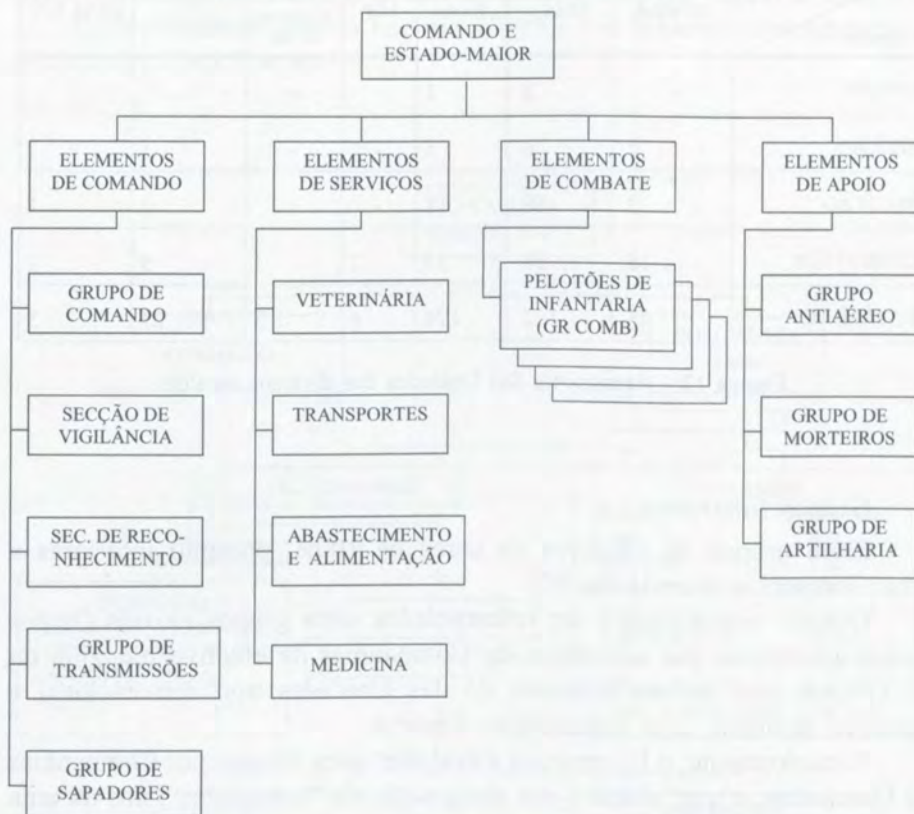


Figura 18 – Organigrama dos Destacamentos de Guerrilheiros

- O Comando e Estado-Maior compunham-se de:
 - Chefe do Destacamento e Adjunto; Chefe do Estado-Maior e Chefe das Operações; Sub-Chefe do Estado-Maior; Chefe do Reconhecimento, Chefe das Transmissões, Chefe do Efectivo (Pessoal), Chefe do Planeamento e Organização e Chefe do Material; Tesoureiro; Comissário Político;
- Os “Elementos de Comando” são:
 - Grupo de Comando, composto por Secção de Efectivos, Secção de Finanças e Secção de Material (manutenção);

- Secção de Vigilância (policia militar), com 10 H;
- Secção de Reconhecimento (informações), com 10 H;
- Grupo de Transmissões, com 16 H, composto por Comandante e Adjunto; Secção de “Radistas” (TSF), 7 H; Secção de “Telefone” (TPF), 7 H;
- Grupo de Sapadores, com 15 a 29 H, e composto por Chefe e 2 a 4 Secções, a 7 H.
- A composição dos “Elementos de Serviços” não é indicada no documento.
- Os “Elementos de combate” julga-se que sejam 3 a 6 Pelotões com um efectivo de 41 a 49 H cada. O pelotão teria a seguinte composição:
 - Comando com 9 H: Chefe e Adjunto; 2 atiradores; 3 sapadores e 2 “radistas” (operadores de rádio);
 - 2 a 3 Secções (8 H cada), com Chefe, 1 Ap de Metr, 1 Ap de LGF, 3 atiradores com carabina, 2 atiradores com EAutm;
 - Sec. Armas Pesadas (16 H), com Chefe, Esq de Metr Pes⁸⁴ (5 H), Esq Mort⁸⁵ 82 (5 H) e Esq “canhão” (canhão S/R⁸⁶) (5 H);
- Os “Elementos de apoio” são:
 - Grupo Anti-Aéreo (26 a 38 H), com Comandante e radista (Op Rádio), 2 H, 6 Sec Metr AA com 1 Metr AA, e 4 a 6 H em cada Secção
 - Grupo de Morteiros (33 H), com Comandante, explorador e radista (Op Rádio), 3 H e 6 Sec Mort 82 com 1 Mort 82 e 5 H cada Secção.
 - Grupo de Artilharia (26 H), com Comandante; Comando (5H), 2 exploradores e 3 radistas (Op Rádio).
 - 2 Sec de Canhão S/R 57 mm com 1 canhão e 6 H cada e 2 Sec de Canhão S/R 82 mm com 1 canhão a 4 H cada.
- Acentua-se que se desconhece a validade do documento onde se colheu esta notícia, admitindo-se no entanto tratar-se de uma hipótese remota de organização, na medida em que refere meios consideráveis, sobretudo em armamento pesado.

⁸⁴ Metralhadora Pesada.

⁸⁵ Morteiro.

⁸⁶ Canhão sem recuo.

- Foi capturado um documento do DD/FRELIMO que, para determinado Destacamento, tinha a seguinte composição:

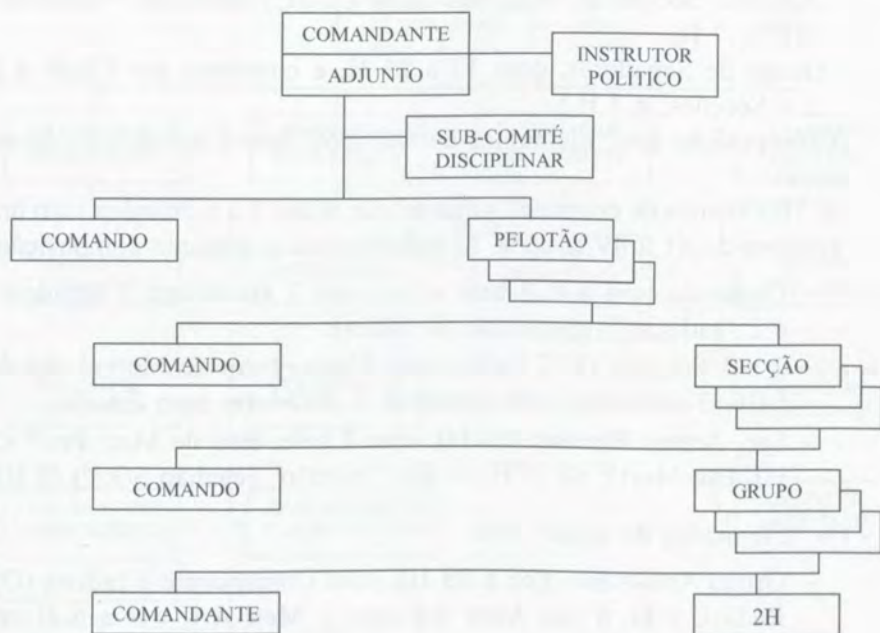


Figura 19 – Composição de um destacamento da FRELIMO

Potencial de Combate

O Potencial de Combate “é a resultante de todos os meios e acções que uma Unidade (Força) pode aplicar contra um adversário e a sua capacidade de evitar ou limitar as acções que contra ela são, por este último, dirigidas”⁸⁷.

É óbvio que este potencial sofre sucessivas flutuações provocadas pelas baixas de pessoal e capacidade para o seu re completamento, perdas e fornecimentos de material, maior ou menor capacidade de apoio logístico e, particularmente, pela maior ou menor capacidade de emprego dos meios por parte dos chefes.

Tratando-se de forças irregulares mais difícil se torna obter elementos fidedignos e completos que permitam a sua avaliação pelo que os elementos

⁸⁷ Regulamento de Campanha – 130 – 1 – EME 1987.

obtidos na documentação existente e consultada têm lacunas e imprecisões. Julga-se, contudo, que podem fornecer uma ideia, ainda que aproximada, do Potencial de Combate da FRELIMO durante a Campanha.

Efectivos⁸⁸

Embora fosse de cômputo difícil é geralmente aceite que, no fim da campanha, os efectivos da FRELIMO orçavam os 6.500 combatentes, bem treinados.

A estes há que juntar vários milhares de “milicianos” obtidos quer pelo aliciamentos das populações subvertidas em novas áreas do Teatro de Operações quer pelo recrutamento de refugiados de Moçambique, estabelecidos em campos na Tanzânia.

Tornou-se igualmente sensível o esforço de aliciamento das mulheres, o que permitiu o aumento do número de “Destacamentos Femininos” os quais, progressivamente, foram transferindo as suas tarefas de simples mobilização política e transporte, para uma colaboração mais estreita e directa com a actividade de guerrilha.

Material utilizado

Armamento⁸⁹

Ao contrário do que aconteceu em Angola, o inimigo em Moçambique não começou por utilizar nas acções de guerrilha apenas armas gentílicas (catanas, canhangulos e outras), pois, logo de início, fez uso de armas de fogo modernas. Das mais variadas origens, conforme os vários apoios que a FRELIMO foi obtendo, o armamento utilizado foi aumentando de qualidade e potência ao longo da luta, ao mesmo tempo que se mantinha a sua grande diversidade.

Durante toda a campanha empregou largamente minas anti-pessoal e anticarro de variados tipos e origens com vista a impedir a movimentação das nossas tropas e produzir-lhes baixas.

No Perintrep 33/74/QG/RMM/2.^a Rep de Agosto de 1974 (o último que se conhece), são contabilizadas 12.194 minas das quais foram accionadas 4.561, tendo as restantes sido levantadas, capturadas ou destruídas (cerca de 72%).

⁸⁸ Supintrep n.º 31 – Evolução da Situação no TO de Moçambique, QG/CC/RMM – Abril de 1974.

⁸⁹ Ver fotografias no Anexo A.

O primeiro accionamento de mina referenciado no TO ocorreu em 14 de Junho de 1965 entre Luabo e Miandica por forças da CArT 637 que sofreram um morto e a destruição de uma viatura Unimog. (Anx E ao Relatório Especial de Informações 1/67 – Com Sec Quelimane – elaborado por BCav 1879 – Metangula).

Muito embora não tenha feito uso de artilharia, o inimigo usou, largamente, quer os morteiros de 8,2 e 12,0cm, quer metralhadoras pesadas de calibres elevados (12,7 e 14,5 mm).

Dado o tipo de luta que conduziam, com predominância de utilização de emboscadas às nossas tropas, foram utilizadas espingardas automáticas, metralhadoras, lança-granadas foguete LGF, e, também, canhões sem recuo de vários calibres (5,7, 8,2 e 10,5cm).

A primeira acção envolvendo a utilização de LGF ocorreu em 23 de Fevereiro de 1965, durante uma emboscada a um Grupo de Combate da CCAç 607, a norte de Mueda. Foi atingida uma viatura da coluna, tendo provocado três mortos e 6 feridos (Perintrep 63 – QG/RMM/2.^a Rep – 1 de Março de 1965).

Na sua constante preocupação de valorizar o seu potencial de fogo, o In utilizou foguetões de 122mm, de origem russa, assinalados pela primeira vez em Tete, em Novembro de 1972, flagelando com esta arma o AB 7⁹⁰, a partir de uma base de fogos que situou a cerca de 11Km a NE do objectivo⁹¹.

A partir de Outubro de 1973⁹² começaram a processar-se notícias sobre a possibilidade da FRELIMO já ter recebido mísseis antiaéreos “Strella” (SA-7 Grail-Strella).

Em Abril de 1974 é referida⁹³ uma flagelação a uma aeronave da FAP a sudoeste de Mueda “em que parece ter sido utilizado um míssil terra-ar”. A dúvida tem origem no facto de não ter havido explosão, mas apenas contacto do “objecto” com a aeronave.

Em Maio de 1974 é referida⁹⁴ nova flagelação a uma aeronave da FAP, a sul de Nangololo, sem consequências. A saída do míssil foi detectada por Forças Nacionais que se encontravam em operações na zona.

⁹⁰ Aeródromo Base n.º 7.

⁹¹ Perintrep 46/72 de 15Nov – 2.^a Rep/QG/RMM/CCM.

⁹² Relatório Mensal de Informações 10/73 – 2.^a Rep/QG/RMM – Outubro de 1973.

⁹³ Relatório Mensal de Informações 4/74 – 2.^a Rep/QG/RMM – Abril de 1974.

⁹⁴ Relatório Mensal de Informações 5/74 – 2.^a Rep/QG/RMM – Maio de 1974.

Relação do armamento utilizado⁹⁵

PISTOLAS

- 1 - Pistola Beretta M-34 9mm - Itália
- 2 - Pistola Browning 9mm – Bélgica
- 3 - Pistola Ceska Zbrojavka M-7 1927 7,65mm - Checoslováquia
- 4 - Pistola FN 6,35 - Bélgica
- 5 - Pistola Luger (08) 9mm - Alemanha
- 6 - Pistola M-48 7,65mm - Hungria
- 7 - Pistola M 50 7,65mm - Checoslováquia
- 8 - Pistola M-52 7,62mm - Checoslováquia
- 9 - Pistola M-63 9mm - Polónia
- 10 - Pistola M-64 9mm - Polónia
- 11 - Pistola M-67 7,65mm - Hungria
- 12 - Pistola Makarov (PM) 9mm - URSS
- 13 - Pistola PA-63 9mm - Hungria
- 14 - Pistola Parabellum 9mm - Alemanha
- 15 - Pistola Radom Mod VIS 35-9mm - Polónia
- 16 - Pistola Sauer und Sohn (Behordenmodell) 7,65mm - Alemanha
- 17 - Pistola Skorpion M-61 7,65mm - Checoslováquia
- 18 - Pistola Stechkin (APS) 9mm - URSS
- 19 - Pistola Strakonice M/1947-7,65mm - Checoslováquia
- 20 - Pistola Tokagyp 9mm - Hungria
- 21 - Pistola Tokarev 1933 7,62mm (TT) – URSS
- 22 - Pistola Walam - 48 9mm - Hungria
- 23 - Pistola Walther Mod P38 9mm – Alemanha

PISTOLAS DE SINAIS⁹⁶

- 1 - Pistola de Sinais 26,5mm - URSS
- 2 - Pistola de Sinais 26mm – EUA(?)
- 3 - Pistola de Sinais 1.0.WO.1.MK.5 27mm - Desconhecida

⁹⁵ Supintrep n.º 29, QG/CC/RMM, Dezembro de 1972

Supintrep n.º 30, QG/CC/RMM, Outubro de 1973.

⁹⁶ Além das pistolas de sinais referidas há conhecimento de terem sido utilizados outros tipos não referenciados.

PISTOLAS METRALHADORAS

- 1 - PM Beretta M-38A 9mm - Itália
- 2 - PM Beretta M-38/42 9mm - Itália
- 3 - PM L243 (Sterling ou Patchett) 9mm - Reino Unido
- 4 - PM Lanchester 9mm - Reino Unido
- 5 - PM Luigi Franchi Mod LF-57 9mm - Itália
- 6 - PM M-1 11,43mm - Jugoslávia
- 7 - PM M-3 A1 11,4mm - EUA
- 8 - PM M-23 e M-25 9mm - Checoslováquia
- 9 - PM M-24 7,62mm - Checoslováquia
- 10 - PM M-43/52 7,62mm - URSS
- 11 - PM M-49 7,62mm - Jugoslávia
- 12 - PM M-56 7,62mm - Jugoslávia
- 13 - PM M-1941 "ORITA" 9mm - Checoslováquia
- 14 - PM MAC 9mm - França
- 15 - PM MATT 49 9mm - França
- 16 - PM 43 9mm - Alemanha (?)
- 17 - PM Shmeisser 9mm - Alemanha
- 18 - PM Shpagin (PPSH) - 7,62mm - URSS
- 19 - PM Star Mod 45 9mm Largo - Espanha
- 20 - PM Sten Mark II 9mm - Reino Unido
- 21 - PM Sudayev M/1943 (PPS) 7,62mm - URSS
- 22 - PM Suomi M 31/44 9mm - Finlândia
- 23 - PM Thompson 11,4mm - EUA
- 24 - PM Uzi 9mm - Bélgica
- 25 - PM Vigneron M2 9mm - Bélgica

ESPINGARDAS

- 1 - Carabina M1 7,62mm - EUA
- 2 - Esp Dragunov (SVD) 7,62mm - URSS
- 3 - Esp Lee Enfield Mark II 7,7mm - Reino Unido
- 4 - Esp M 52 7,62mm - Checoslováquia
- 5 - Esp M 59/66 7,62mm - Jugoslávia
- 6 - Esp Mas M 36 7,5 mm - França
- 7 - Esp Mauser FN m/924/30 (Herstal) 7,65 e 7,9mm - Bélgica
- 8 - Esp Mauser K98K 7,92mm - Alemanha

- 9 - Esp Mauser M 48 - Jugoslávia
- 10 - Esp Mauser M 1889 (Pieper-Herstal) 7,65mm - Bélgica
- 11 - Esp Mosin-Nagant M/44 7,62mm - URSS
- 12 - Esp Mosin-Nagant M/1891 7,62mm - URSS
- 13 - Esp Pattern 14 (P-14) 7,7mm - EUA
- 14 - Esp Simonov (SKS) 7,62mm - URSS
- 15 - Esp Steyer M-95 9,3mm - Hungria (?)
- 16 - Esp Styer-Manlicker M 95 8mm - Hungria
- 17 - Esp Winchester M/70 7,62mm - EUA
- 18 - Esp Garand 30-M1, 7,62mm - EUA

ESPINGARDAS AUTOMÁTICAS

- 1 - Esp Aut BROWNING M 1918 A2 7,62mm - EUA
- 2 - Esp Aut KALASHNIKOV 7,62mm - URSS
- 3 - Esp Aut M 58P 7,62mm - Checoslováquia
- 4 - Esp Aut M 58V 7,62mm - Checoslováquia
- 5 - Esp Aut MP 44 7,92mm - Checoslováquia

METRALHADORAS LIGEIRAS

- 1 - ML Borsig MG 34 7,92mm - Alemanha
- 2 - ML Borsig MG 42 7,92mm - Jugoslávia
- 3 - ML Bren Mark II 7,7mm - Reino Unido
- 4 - ML "BRNO ZB 26" 7,92mm - Checoslováquia
- 5 - ML Degtyarev DP 7,62mm - URSS
- 6 - ML Degtyarev RPD 7,62mm - URSS
- 7 - ML Kalashnikov (RPK) - URSS
- 8 - ML M 52 7,62mm - Checoslováquia
- 9 - ML M 1946 (RP-46) 7,62mm - URSS
- 10 - ML Degtyarev (modernizada) 7,62mm - URSS

METRALHADORAS PESADAS

- 1 - MP Browning 7,62mm - EUA
- 2 - MP Browning 12,7mm - Reino Unido
- 3 - MP Degtyarev-Shpagin (DShK) 12,7mm - URSS
- 4 - MP Goryonov M/943 (SG e SGM) 7,62mm - URSS
- 5 - MP Kalashnikov PK 7,62mm - URSS
- 6 - MP Kalashnikov PKS 7,62mm - URSS

- 7 - MP M 2HB - 12,7mm - URSS
- 8 - MP M 37 7,92mm - Checoslováquia
- 9 - MP AA M53 12,7mm - Checoslováquia
- 10 - MP M59 7,62mm - URSS
- 11 - MP M 1910 (SPM) 7,62mm - URSS
- 12 - MP M 1943 (SGM) 7,62mm - URSS
- 13 - MP Vladimirov (KPV) - 14,5mm - URSS
- 14 - MP ZB-37 “Zbrojovska” (VZ-37) 7,92mm - Checoslováquia
- 15 - MP AA ZPU-1 (1 cano) 14,5mm - URSS
- 16 - MP AA ZPU-2 (2 canos) 14,5mm - URSS
- 17 - MP AA ZPU-4 (4 canos) 14,5mm - URSS
- 18 - MP Breda 12,7mm - Itália
- 19 - MP Schwarlose, 12,7mm - Alemanha (?)

MORTEIROS

- 1 - Morteiro Ligeiro 60mm - China Comunista
- 2 - Morteiro Médio (M-37; M-41; M-43) 82mm - URSS
- 3 - Morteiro Pesado (M-38; M-43) 120mm - URSS

CANHÃO SEM RECUO

- 1 - Canhão S/R M 18 – 5,7cm - Jugoslávia
- 2 - Canhão S/R 7,5cm M/56 - China Comunista
- 3 - Canhão S/R B-10 82mm - URSS
- 4 - Canhão S/R T-21 “Tarasnice” - 82mm - Checoslováquia
- 5 - Canhão S/R M-65 – 10,5cm - Jugoslávia
- 6 - Canhão S/R B-11 – 10,7cm - URSS
- 7 - Canhão S/R 7,5cm - USA

CANHÃO ANTICARRO

- 1 - Canhão A/C 5,7cm M/43 (ZIS-2) - URSS

FOGUETÕES

- 1 - Foguetão 122mm - URSS⁹⁷
- 2 - Foguetão AS-7 Grail-Strella - URSS

⁹⁷ Supintrep n.º 29/72 – 2.ª Rep/QG/RMM – Dezembro de 1972.

LANÇA GRANADAS

- 1 - LG M 9 A1 - Jugoslávia
- 2 - LG M 20 B1 - EUA
- 3 - LG M/57 - Jugoslávia
- 4 - LG P-27 “Pancerovka” - Checoslováquia
- 5 - LG RPG-2 - URSS
- 6 - LG RPG-7 - URSS
- 7 - LG SPG-82 - URSS
- 8 - LG Piat Mark 1 - Reino Unido

GRANADAS DE MÃO⁹⁸

- 1 - GMD 38-MR - França
- 2 - GMO AMS - França
- 3 - GMINC AN-M 14 - EUA
- 4 - GMO/Armadilha TIPO TT 5/125/50 - Desconhecida
- 5 - GMO “Breda” - Itália
- 6 - GMD F-1 - URSS
- 7 - GMD Mill’s - Reino Unido
- 8 - GMD MK2 - EUA
- 9 - GMO RG-4 - Checoslováquia
- 10 - GMO RG-34 - Checoslováquia
- 11 - GMD RG-42 - URSS
- 12 - GMD RGD-5 - URSS
- 13 - GMO “Societta Romana” - Itália
- 14 - GMO PRB/7 - Desconhecida
- 15 - GMD PRB/8 - Desconhecida
- 16 - GMD M-42 - Jugoslávia

GRANADAS DE ESPINGARDA

- 1 - GEsp YUG/AT – YUG/APERS - Jugoslávia
- 2 - GEsp F-1/N60 e PGN60 - Polónia

MINAS

- 1 - Mn APess - AUPS - Itália
- 2 - Mn Acar - FD-64 - Itália

⁹⁸ GMD – Granada de mão defensiva

GMO – Granada de mão ofensiva

GMINC – Granada de mão incendiária

- 3 - Mn Apress, tipo Inkstand - Desconhecida
- 4 - Mn ACar - "Mark 7" - Reino Unido
- 5 - Mn APess - Plástica - URSS
- 6 - Mn APess - PMA-1 - Jugoslávia
- 7 - Mn APess - PMD-6 - URSS
- 8 - Mn APess - POMZ-2 - URSS
- 9 - Mn APess - PPMI Sr (S 57/53) - URSS
- 10 - Mn ACar - TM46 e TMH46 - Jugoslávia
- 11 - Mn ACar - TMA-1 - Jugoslávia
- 12 - Mn ACar - TMD - URSS
- 13 - Mn ACar - TMDB - URSS
- 14 - Mn ACar MK5 - Reino Unido

VIATURAS

Existem muitas referências à utilização de viaturas pela FRELIMO especialmente destinadas a transportes logísticos no interior dos territórios Tanzaneano e Zambiano. Foram utilizadas, em especial, para transportar o material de guerra fornecido pelos países amigos, particularmente a URSS e a China, dos portos onde era desembarcado (Dar-es-Salam e Mtwara) para os seus depósitos logísticos em especial Nachingwea, Tunduru, Songea e Mbeya, na Tanzânia e daí para a fronteira com Moçambique.

Existiam igualmente viaturas destinadas ao transporte de pessoal para a fronteira e para a recolha de feridos e doentes. É inclusivamente referenciada uma ambulância⁹⁹.

Os principais fornecedores de viaturas são a URSS - Jeeps e camiões¹⁰⁰ - a Roménia, o Governo da Tanzânia e o Comité de Libertação da OUA¹⁰¹.

A própria FRELIMO comprou algumas viaturas quer na Tanzânia quer no Malawi¹⁰².

As "Forças Populares de Defesa da Tanzânia" (TPDF) e o Exército Zambiano colaboraram activamente nos transportes logísticos¹⁰³, tendo a TPDF ministrado, igualmente, cursos de condução auto a guerrilheiros da FRELIMO¹⁰⁴. Foi igualmente referenciada a existência de elementos da FRELIMO especializados na URSS em condução auto e mecânica¹⁰⁵.

⁹⁹ Perintransrep 1594 de 13 de Abril de 1972 - CHERET Lisboa e outros.

¹⁰⁰ No Perintrep 21/72 de Maio de 1972 é referenciada uma entrega à FRELIMO pela URSS de 30 viaturas, 10 Jeeps, 15 camiões e 5 ambulâncias.

¹⁰¹ Relatório Mensal de Informações 2/71 - 2.ª Rep/QG/RMM, Agosto de 1971.

¹⁰² Relatório Mensal de Informações 12/68 - 2.ª Rep/QG Av/RMM, Dezembro de 1968.

¹⁰³ Perintrep 12/73 - 2.ª Rep/QG/RMM de Março de 1973.

¹⁰⁴ Relatório Trimestral de Informações 03/70 - CC MOÇ/2.ª Rep, Outubro de 1970.

¹⁰⁵ Perintrep 27/73 QG/RMM/2.ª Rep, Julho de 1973.

Não havendo números exactos pode admitir-se que a FRELIMO possuía largas dezenas de viaturas de vários tipos que, juntamente com o apoio recebido dos Governos Tanzaniano e Zambiano, lhe permitiram manter o apoio logístico em frentes muito distantes das suas bases como foi, em particular, a frente de Tete.

Não se encontraram notícias referentes à entrada de viaturas da FRELIMO no território de Moçambique, enquanto duraram as operações militares.

MATERIAL RÁDIO

Data de Agosto de 1965¹⁰⁶ a primeira referência quanto à possibilidade do In dispor de emissores receptores.

Em Outubro do mesmo ano¹⁰⁷, são referidas escutas, efectuadas pelo DLRT¹⁰⁸, da rede do Exército da Tanzânia.

Em Novembro do mesmo ano¹⁰⁹ é referida a possibilidade de entrada em Moçambique de emissores receptores da FRELIMO.

Nos anos seguintes as referências à utilização de meios rádio pelo In dentro e fora do território de Moçambique começaram a avolumar-se. É, contudo, a partir da instalação de um órgão da CHERET¹¹⁰, de nível Chefia, em Novembro de 1967, que é possível incrementar a intercepção e a análise criptográfica do já volumoso tráfego rádio da FRELIMO, em especial na Tanzânia.

Foi, assim, possível referenciar a rede da Tanzânia com postos em Dar-es-Salam, Mtwara, Nachingwea, Tunduru, Songea e M'Beya.

Esta rede ligava os portos (Dar-es-Salam e Mtwara) onde era descarregado o material enviado à FRELIMO pelos países e organizações que a apoiavam e os principais depósitos logísticos destinados a apoiar a guerrilha como Nachingwea, Tunduru, Songea e M'Beya. Era igualmente utilizada para coordenar movimentos de pessoal e efectuar ligações com algumas bases no interior do território, que possuíam emissores receptores, tais como Base Beira, Base Moçambique e Base Gungunhana, e, mais tarde, bases em Tete e Vila Pery. Esta rede era igualmente utilizada para troca de mensagens pessoais entre os quadros superiores da FRELIMO.

¹⁰⁶ Sitrep Circunstanciado nº 3 – RMM – Lourenço Marques, Agosto 1965.

¹⁰⁷ Sitrep Circunstanciado 2/65 Cmd ZIN Nampula, Outubro de 1965.

¹⁰⁸ DLRT – Destacamento de Ligação e Reconhecimento das Transmissões. O DLRT 11 e uma Secção de Segurança Cripto tinham chegado à RMM em Novembro de 1963 e ficado sedeados em Lourenço Marques (4ª Volume desta obra – Dispositivo das Nossas Forças – Moçambique, pg 227).

¹⁰⁹ Sitrep Circunstanciado nº 5/65 ComZin Nampula, Novembro de 1965.

¹¹⁰ Chefia de Reconhecimento das Transmissões.

Foi igualmente detectado um emissor receptor nas imediações de Mueda, destinado a alertar as várias Bases sobre as saídas da Força Aérea ¹¹¹.

O material utilizado era fornecido pela URSS onde, igualmente, eram instruídos os operadores.

No Relatório Mensal de Informações 4/68 do QG Av ¹¹²/RMM de Abril de 1968, são assinalados “os bons conhecimentos técnicos dos especialistas em Transmissões da FRELIMO”.

O tráfego rádio da FRELIMO, permanentemente interceptado e descriptado, tornou-se uma excelente fonte de informações ¹¹³.

Em Agosto de 1973 foi capturado, no Niassa (Serra Jeci) um emissor receptor completo ¹¹⁴ e em Outubro, na ZOT, 2 E/R completos. (SITREP 45/73)

INSTRUÇÃO ¹¹⁵

Para preparação dos seus combatentes e Quadros políticos a FRELIMO utilizou campos de treino na Tanzânia, bases de instrução no interior de Moçambique e o envio de instruendos para países (em especial do Bloco Soviético) que lhe davam apoio nesta matéria.

É de salientar que, enquanto a URSS e os países satélites recebiam instruendos de matérias especializadas como armas pesadas (em especial foguetões terra-terra e terra-ar), sabotagem, táctica, transmissões e formação política, a China Continental preferia enviar instrutores, em especial para a Tanzânia (onde desenvolveu apreciável esforço de penetração), que a par da instrução militar que ministravam, procuravam veicular doutrinação política maoísta.

Nos países limítrofes apenas foram referenciados campos de treino na Tanzânia, a saber:

- Bagamoyo

- Campo de treino para instrução básica (3 meses) e formação política;

- Kongwa

- Campo de treino de instrução especial de combate e de especialidades;

¹¹¹ Perintrep 45/73 – 2.ª Rep/QG/RMM, Novembro de 1973.

¹¹² Quartel General Avançado (Nampula).

¹¹³ É extremamente interessante o conteúdo dos PERINTRANSREP (Relatório Periódico de Informação das Transmissões) elaborados pela CHERET (em Lisboa) e referentes aos diversos TO.

¹¹⁴ Perintrep 33/73 – 2.ª Rep/QG/RMM, Agosto de 1973.

¹¹⁵ Supintrep n.º 24 – Ordem de Batalha (composição e dispositivo) da FRELIMO – 2.ª Rep QG Av/RMM, Janeiro de 1968.

Supintrep n.º 31 – O Inimigo – Evolução da situação no TO de Moçambique, 2.ª Rep/QG/CC/RMM – Abril de 1974.

Documentos periódicos.

- Nashingwea

Era, de todos, o mais importante¹¹⁶ até por, no mesmo local, ser a sede do DSD - Departamento de Segurança e Defesa, da Chefia das Operações, da Chefia do Reconhecimento e da Chefia do Material, além de outros órgãos e dispor de um Hospital Militar e um Depósito Logístico.

No aspecto da Instrução, era ministrada Doutrinação Política, Luta de Guerrilhas, Armamento ligeiro e pesado, Minas e Armadilhas e Tática. É referida, igualmente, a intensificação da instrução do Serviço de Saúde para provimento dos órgãos no interior de Moçambique, da condução auto, em virtude do aumento do número de viaturas de que a FRELIMO dispunha e a importância dada à instrução literária que constituía motivação para o recrutamento de muitos elementos. Em 1973 admitia-se que o campo tinha capacidade para 1000 instruídos, sendo cada período de instrução variável de 3 a 5 meses.

Foram referenciados, como instrutores, além dos elementos da FRELIMO treinados no estrangeiro, chineses (cerca de 30 em Nashingwea), cubanos e alguns argelinos.

Os cursos literários (a que não era estranha uma forte componente ideológica) eram propiciados por “bolsas de estudo” postas à disposição por países como a Bulgária, Roménia e República Democrática Alemã.

Nesta matéria há ainda que referir que organizações de carácter político de países do Norte da Europa, Holanda e Itália também apoiaram desta forma a FRELIMO, bem como a UNESCO e o Conselho Mundial da Paz.

Além dos campos de treino existiam Campos de Reunião, destinados à reunião dos elementos prontos da instrução e Campos de Trânsito, que eram locais de instalação de Unidades que se deslocavam para ou de o interior de Moçambique.

Calcula-se em algumas centenas o número de membros da FRELIMO que se deslocaram para o estrangeiro para receber instrução especializada.

A URSS treinou a maior parte, especialmente, em sabotagem, armas pesadas, transmissões e, também, em política.

¹¹⁶ Esta importância determinou o planeamento por parte do Comando Chefe de Moçambique, de um ataque aéreo com a finalidade de o destruir, utilizando os meios das Forças Aéreas existentes no TO. Tal não chegou a ser executado devido à proibição imposta pelo Presidente do Conselho de Ministros, ao tempo o Dr. Marcelo Caetano, de realizar acções violentas fora do território nacional, em consequência das reacções internacionais ao ataque a Conakri (República da Guiné), ordenado em Novembro de 1970 pelo Comando Chefe da Guiné.

Arriaga, Kaúlza, Guerra e Política, 2.ª Edição - Edições Referendo 1987.

Cuba, Argélia e alguns países de Leste contribuíram, embora em quantitativos reduzidos, para este tipo de instrução.

TÁTICA

A acção da FRELIMO durante a campanha exerceu-se segundo três eixos fundamentais:

- Cabo Delgado – Distrito de Moçambique;
- Norte para Sul do Niassa;
- Tete – Manica e Sofala.

Os dois primeiros apoiavam-se na Tanzânia e o último (diferido no tempo), na Zâmbia, embora a partir da Tanzânia.

O esforço principal foi exercido, inicialmente, em Cabo Delgado e Niassa mas a partir de 1970 passou a exercer-se, principalmente, em Tete ao que não foi estranho, de início, a reacção à construção do empreendimento hidro-eléctrico de Cabora Bassa e, mais tarde (Junho de 1972), na Beira e Vila Pery, passando o esforço secundário a ser exercido em Cabo Delgado. No Niassa procurava, apenas, manter o empenhamento das Nossas Forças por forma a não poderem ser utilizadas noutras áreas do Teatro de Operações.

De facto, e tomando como exemplo o ano de 1973¹¹⁷, o Inimigo realizou 3.865 acções sendo 9% no Niassa, 32% em Cabo Delgado, 43% em Tete e 16% na Beira/Vila Pery.

O número de engenhos explosivos utilizados foi de 2.255, em 1258 acções, dos quais foram neutralizados pelas Nossas Tropas, cerca de 70%.

Os tipos de acções realizadas foram:

- Acções de iniciativa do In – 18%;
- Acções de reacção à actividade das NT – 23%;
- Acções contra a população – 19%;
- Acções diversas – 5%.

No terreno, a actuação da FRELIMO obedeceu aos cânones usuais das guerras subversivas.

Assim, utilizou em larga escala a acção psicológica apoiando-se, particularmente, nas emissoras da Tanzânia, Zâmbia, Rádio Moscovo e outras, além dos contactos directos com as populações.

¹¹⁷ Supintrep n.º 31 – O Inimigo – Evolução da Situação no TO de Moçambique – QG/CC/RMM – Abril de 1974.

Utilizou o terrorismo sistemático sobre as populações nativas e também o selectivo, com rapto ou eliminação de chefes tribais para, posteriormente, controlar as suas populações e em acções sobre civis isolados europeus e nativos, procurando criar o desequilíbrio psicológico das populações.

Foram particularmente bem sucedidas nesta matéria, algumas acções perpetradas contra fazendeiros e comerciantes europeus na Região de Vila Pery.

Embora se processassem notícias sobre a existência na FRELIMO de pessoal com a especialidade de “guerrilha urbana”, não foi realizada qualquer acção deste tipo.

A sabotagem, em especial das vias férreas, foi largamente empregue, não só para afectar a vida das populações e prejudicar o comércio, mas também para causar prejuízos materiais e baixas às populações civis e tropas.

Foi particularmente visado o troço D. Ana-Moatize, do caminho de ferro de Tete (Beira-Moatize), numa tentativa, nunca conseguida, de influenciar o andamento das obras do aproveitamento hidro-eléctrico de Cabora-Bassa, dado que, por essa via, se processava o transporte da maior parte dos materiais necessários à construção, em especial cimento e equipamentos de grande volume como turbinas, transformadores e outros.

As acções da guerrilha envolveram acções de:

- Flagelações contra povoações, aquartelamentos das nossas tropas, aldeamentos e meios aéreos;

São de assinalar, pelo volume e tipo de fogos empregues - foguetão 122mm - as flagelações a Tete, Mocimboa da Praia e Palma e aos aquartelamentos de Mueda e Vila Gamito.

Igualmente é de referir o ataque a aviões da FAP com foguetões SA-7 Grail (Strella) já em 1974, bem como o incremento da utilização de Metralhadoras Anti-Aéreas pesadas.

Foram, em número reduzido, as tentativas de golpe de mão a povoações ou aquartelamentos sendo as excepções mais relevantes, as acções sobre Vila Gamito (Março de 1973), Aquartelamento de Nazombe (Junho de 1973), Destacamento da ponte do rio Messalo (Outubro de 1973) e Negomano (Fevereiro de 1974);

- Emboscadas contra Unidades em operações e colunas de reabastecimento;

Eram realizadas por grupos de pequenos ou médio efectivo que utilizavam, normalmente, armamento ligeiro (Espingardas automáticas, Metralhadoras ligeiras, Lança Granadas foguete - RPG7 - e granadas de mão).

Os ataques às colunas de reabastecimento, facilitados pela utilização, pelas Nossas Tropas, de itinerários fixos e, praticamente, a “horário”, eram muitas vezes conjugados com a utilização de minas anti-carro a anti-pessoal, fornilhos e armadilhas de vários tipos¹¹⁸.

- Acção de Obstrução de Itinerários;

Destinada a dificultar os movimentos das Nossas Tropas, quer tácticos quer logísticos, e bem assim, afectar a economia de várias zonas, a obstrução de itinerários foi uma das formas de actuação mais utilizada pelo Inimigo.

Além dos abatizes, cortes de estradas e destruição de pontes e pontões, foram utilizadas milhares de minas anti-carro, reforçadas, por vezes, com explosivos, granadas de mão e, até, bombas de avião não detonadas.

Sem dados objectivos consistentes, presume-se, contudo, que esta forma de actuação esteve na origem da maior parte das baixas e perdas materiais, especialmente de viaturas, sofridas pelas Nossas Tropas. Os tipos de minas utilizados e o seu quantitativo total, constam deste capítulo.

LOGÍSTICA¹¹⁹

Desde 1967 que se encontravam referenciados “depósitos logísticos” em Dar-es-Salam, Nashingwea, Mtwara, Tunduru, Songea e M'beya, localidades tanzanianas onde, igualmente, se encontravam sedeados outros órgãos da FRELIMO (fig. n.º 20).

Os portos de Dar-es-Salam e Mtwara, em especial o segundo, constituíam os terminais marítimos do material proveniente do exterior, posteriormente encaminhado para o Depósito Central em Nashingwea (caso do desembarque em Mtwara) ou para Nashingwea ou M'beya (caso do desembarque em Dar-es-Salam).

A partir de M'beya e Nashingwea o material era encaminhado respectivamente para os órgãos da fronteira de Tete, através da Zâmbia, e das fronteiras de Cabo Delgado e Niassa nas quantidades necessárias à execução do planeamento em curso.

¹¹⁸ Sobre “Tácticas e Técnicas usadas pelo Inimigo desde 1968” ver Supintrep n.º 27/73 – 2.ª Rep/ QG/RMM – Abril de 1972.

¹¹⁹ Supintrep n.º 24 – Ordem de Batalha – Composição e Dispositivo da FRELIMO – 2.ª Rep QG/ Av/RMM Janeiro de 1968.

Supintrep n.º 31 – O Inimigo – Evolução da Situação no TO de Moçambique 2.ª Rep QG/CC/ RMM – Abril de 1974.

O depósito de M'beya, cuja importância aumentara devido ao incremento das operações em Tete, era, muitas vezes recompletado a partir de Nashingwea.

Para matérias específicas, os depósitos base podiam não coincidir com os do material de guerra. Era o caso do material sanitário, cujo órgão central era em Mtwara, onde existia um hospital da FRELIMO¹²⁰, e do material escolar, sediado no Campo Educacional de Tunduru.

O encaminhamento do material dos terminais marítimos para os depósitos e destes para as fronteiras de Moçambique, era feito em meios auto, quer da FRELIMO quer dos Exércitos da Tanzânia e da Zâmbia que, igualmente, apoiavam no transporte de pessoal.



Figura 20 – Bases Logísticas da FRELIMO na Tanzânia

¹²⁰ Perintransrep 1871 – CHERET, Lisboa, Fevereiro de 1973.

Para transportar o material, a partir das fronteiras para o interior de Moçambique, eram utilizados vários métodos:

- transporte por carregadores, que se deslocavam à fronteira;
- transporte por carregadores que viviam nas proximidades da fronteira;
- cadeia de reabastecimento para um primeiro lugar de destino ao qual se deslocavam os carregadores das zonas mais avançadas e assim sucessivamente, até que o transporte atingisse a profundidade desejada.
- eram igualmente utilizados como carregadores, os elementos das populações que se deslocavam à fronteira para comercializar os seus produtos.

Este sistema logístico, se permitiu um abastecimento adequado de armamento, munições e outro material de guerra foi, contudo, insuficiente noutros tipos de reabastecimento como fardamento, géneros alimentícios e medicamentos e, também, na evacuação sanitária.

ACÇÃO PSICOLÓGICA¹²¹

A FRELIMO, seguindo os princípios da Guerra Revolucionária¹²² dedicou, desde sempre, grande atenção à Guerra Psicológica¹²³.

Ciente que só depois da “conquista das populações” poderia iniciar a luta armada, a FRELIMO procedeu a um trabalho persistente de alicia-mento das populações que já em 1963 era referido no “Plano de Acção Psicológica n.º 2/QG/RMM/2.” Rep (Parágrafo 1. Situação, sub-parágrafo 1.a. Acção do Inimigo) nos seguintes termos:

“a. Acção do In

- (1) As organizações clandestinas localizadas nos territórios limítrofes da RM encontram-se empenhadas no desencadea-

¹²¹ Adaptação do Anx A (Inimigo) à Directiva Geral de Acção Psicológica 1/71 – 5.ª Rep/QG/RMM Maio de 1971.

¹²² “O Conceito de Guerra Revolucionária foi apresentado pela primeira vez por Marx e, depois, sucessivamente detalhado por Lenine, Trotsky, Estaline e Mao Tsé Tung, entre outros. Tem, simultaneamente, dois significados:

- Guerra total, levada a efeito pelos países comunistas com o fim de implantarem o Comunismo em todas as Nações.

- A doutrina estabelecida para conduzir essa Guerra”.

O Exército na Guerra Subversiva - Volume I Generalidades – EME 1966 – Cap I, pág 6

¹²³ “Guerra Psicológica – Luta levada a efeito por um conjunto de meios e processos que tem por fim influenciar as opiniões, os sentimentos e as crenças dos homens – população, autoridades e forças armadas – e, portanto, as suas atitudes e o seu comportamento. É uma forma de acção comum a todos os tipos de guerra (convencional, nuclear ou subversiva) e, portanto, um dos processos empregados para levar a efeito uma guerra subversiva.

Ibidem, pág. 17.

mento de acções subversivas com o objectivo de alcançarem a independência da PU de Moçambique.”

Os processos utilizados foram evoluindo consoante o grau de receptividade das populações e, sobretudo, das autoridades tradicionais verificando-se, por vezes, o recurso a processos violentos, em especial no distrito de Tete, na fase primária da conquista e adesão das populações.

É, igualmente, de notar que foi através da actividade psicológica inimiga que se verificou, com maior nitidez, a existência de estruturas de âmbito mais vasto responsáveis pela unidade de acção conseguida na Guerra Psicológica movida a Portugal.

Com efeito, a simultaneidade e uniformidade da exploração de grande parte dos temas de propaganda pelos Movimentos Subversivos das três Províncias Ultramarinas, pelos partidos clandestinos portugueses de orientação comunista e por alguns países e organizações, utilizando uma poderosa cadeia de meios de comunicação com as massas, revelaram essa unidade de acção.

Como exemplo, em Londres funcionava uma agência coordenadora, o “Comité para a Liberdade da Guiné, Angola e Moçambique”, que se encarregava de obter oradores para conferências, possuía filmes para exhibir e distribuía dois boletins “War on three fronts” e “Guerrilheiro”. Juntam-se em Anexo B, pelo seu interesse, a primeira e a última página do n.º 3 (Jan/Fev 1971) do “Guerrilheiro” e a capa e contracapa do “War on three fronts”, sem data nem número.

Igualmente se junta a primeira página de “Mozambique Revolution, órgão oficial da FRELIMO, n.º 43 de Abril - Julho de 1970.

É, contudo, após a Organização de 1969 que fica definitivamente estruturado o “Departamento de Informação e Propaganda (DIP)”, cuja constituição era a seguinte:



Figura 21 – Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO

Era o Departamento encarregado da “Guerra Psicológica” e tinha como responsabilidades a “informação nacional e internacional das razões da luta e dos factos favoráveis dessa mesma luta”, e, ainda “a propaganda e contra propaganda utilizando diversos processos”.

O Departamento tinha a sua sede em Nashingwea, mas a Secção de Informação e Propaganda funcionava em Dar-es-Salam.

As delegações eram constituídas pelos representantes do Departamento nos Comitês Regionais e Delegações do Partido. Foram referenciados delegados do DIP em Mtwara, Tunduru e Songea (Zâmbia).

Os jornalistas (foram referenciados quatro), deslocavam-se frequentemente entre Dar-es-Salam e Nashingwea, introduzindo-se por vezes, clandestinamente, no interior de Moçambique.

As “Equipas de Informação” destinavam-se à divulgação de notícias e propaganda do Partido e operavam a partir de Dar-es-Salam, Cairo e Argel.

A delegação de Dar-es-Salam publicava “comunicados de guerra”, um “resumo mensal de informações políticas e acontecimentos” e fornecia à Rádio Tanzânia (que emitia em português, inglês, swaili e outros dialectos de Moçambique), material de propaganda.

A delegação do Cairo publicava e difundia em inglês, para a imprensa e rádio do Médio Oriente, a informação e propaganda recebida de Dar-es-Salam.

A delegação de Argel publicava e difundia, em francês, informação e propaganda para a Europa e África de expressão francesa.

Outros Departamentos da organização da FRELIMO possuíam, igualmente, funções específicas no campo psicológico.

Assim, o Departamento de Defesa possuía duas secções com funções no campo psicológico; a Secção de Informação e Propaganda dedicava-se, exclusivamente, à acção psicológica sobre os combatentes e a Secção de Comissariado Político, órgão de que dependiam os comissários políticos, e que tinha, também, a seu cargo os Assuntos Sociais que incluíam o estudo e resolução dos problemas das populações refugiadas.

O Departamento das Relações Exteriores estava encarregado da política externa a qual incluía as “campanhas de explicação” junto aos povos, governos e organizações “amigas”. Elaborava estudos e análises sobre os diferentes problemas políticos mundiais destinados a ser difundidos entre os militares.

O Departamento de Educação e Cultura, para além das suas funções específicas, tinha também a seu cargo a mentalização política dos estudantes através dos Comissários Políticos que recebia para o efeito.

O Inimigo, coerente com os princípios de actuação que perfilhava, desenvolveu uma intensa actividade psicológica sobre uma grande diversidade de alvos que podem ser agrupados, em síntese, nos seguintes grupos humanos¹²⁴:

- populações nativas presentes na Província sob controlo das autoridades;
- populações nativas controladas pelo In nas matas e refugiadas nos países limítrofes;
- população europeia da Província;
- tropas portuguesas metropolitanas;
- tropas portuguesas moçambicanas, nomeadamente as nativas;
- aderentes e militantes do “Partido”;
- público e, em especial, governantes dos países da OUA;
- público português em geral
- público internacional, com incidência no europeu e norte americano.

O conhecimento das doutrinas que regiam a actuação psicológica do inimigo e a análise das informações que se possuíam sobre as suas actividades neste campo, permitiram deduzir alguns dos objectivos psicológicos que a FRELIMO pretendia atingir para cada grupo humano enunciado:

- Em relação às populações nativas presentes na Província:
conquistar a sua adesão e apoio e subtraí-las ao controlo das Autoridades;
- Em relação às populações nativas controladas nas matas e refugiadas nos países limítrofes:
fortalecer a adesão ideológica dessas populações;
anular a acção contra-subversiva de recuperação das mesmas;
- Em relação à população europeia da Província:
conseguir divorciá-la das Autoridades;
- Em relação às tropas:
quebrar a sua vontade de combater;
fomentar a indisciplina e a rebelião, ou a deserção, especialmente das tropas nativas.
- Em relação aos aderentes e militantes do “Partido”:
criar um sentimento místico de luta.

¹²⁴ Grupo humano – conjunto de indivíduos que, apresentando certas características comuns, podem ser influenciados psicologicamente da mesma forma e apresentar a essa influência reacções semelhantes.
O Exército na Guerra Subversiva – Volume I Generalidades - Anexo pág 16.

- Em relação aos países da OUA:
convencê-los da preponderância política e militar do Movimento,
no quadro das organizações “emancipalistas” africanas.
- Em relação ao público português em geral:
incrementar a oposição interna ao Governo, que o obrigasse a
alterar a sua política ultramarina.
- Em relação ao público internacional:
obter o apoio moral da opinião pública internacional como meio
de pressão para subtrair a Portugal todo o apoio que possa receber
dos governos ocidentais e conseguir de governos e organizações
ajuda material para o prosseguimento da luta de “libertação”.

Foram inúmeros os temas explorados pela propaganda do inimigo, uns com carácter permanente e de generalidade em relação aos grupos humanos a que se destinavam, outros, ainda, planeados para atingir determinados grupos.

Como exemplo do tipo de temas utilizados indicam-se os que foram mais frequentemente explorados durante o 4.º trimestre de 1970.

- De carácter geral:

“Portugal ao serviço dos interesses económicos imperialistas”;
 “A ajuda dos países da OTAN e dos EUA, única forma de Portugal prolongar a guerra”;
 “Os ataques portugueses aos países africanos independentes”;
 “As atrocidades cometidas pelas Forças Nacionais”;
 “Cabora-Bassa representa a perpetuação do regime racista e colonial”;
 “As condenações de Portugal na ONU”;
 “A ajuda e o apoio dos países socialistas aos movimentos de libertação”;
 “O desenvolvimento das ‘Zonas Libertadas’ comparado com a exploração colonial”;
 “A exploração das riquezas do território pelos portugueses e pelos monopólios estrangeiros”;
 “A política colonialista portuguesa não sofreu alterações com o novo governo”;
 “Tentativa de alastramento da guerra a todos os distritos e os sucessos obtidos nesta acção”;
 “O regime de ‘trabalhos forçados’ que continua a vigorar”.

- Especificamente destinados às populações nativas:
 - “Promessas aliciantes no campo económico e social”;
 - “A exploração das riquezas de Moçambique e a obrigatoriedade de certas culturas, de interesse exclusivo para os brancos e com flagrante prejuízo para as populações negras” (é frequente a referência à cultura do algodão);
 - “As desigualdades de tratamento, de oportunidade e principalmente de remunerações de trabalho, entre os trabalhadores brancos e negros”;
 - “Apelos constantes à união entre toda a população da província – igualdade racial e tribal”.
- Especificamente destinados à população europeia:
 - “A FRELIMO luta pela liberdade do povo, contra o colonialismo, mas não contra o branco”;
 - “A integração da população branca na ‘Nova Ordem Social’ que será imposta após a vitória”;
 - “A política do governo português acabará por entregar todas as riquezas de Moçambique aos monopólios estrangeiros”.
- Especificamente destinados às tropas:
 - “Diferença entre o recrutamento compulsivo do exército português e a adesão espontânea dos homens da FRELIMO”;
 - “Declarações de desertores do exército português”;
 - “Fugas de portugueses à incorporação nas fileiras”;
 - “O soldado português utilizado apenas na defesa dos interesses económicos de capitalistas portugueses e estrangeiros”;
 - “A injustiça da guerra que os soldados portugueses são obrigados a travar”.
- Especificamente destinados aos aderentes e militantes da FRELIMO:
 - “O apoio dos povos africanos independentes – confiança na vitória final”;
 - “A preparação da juventude, base da continuidade da luta”;
 - “Guerra prolongada. Necessidade de incentivação dos meios de produção e controlo”;
 - “Necessidade de mentalizar e organizar pessoal e as populações”;
 - “Sucessos obtidos na luta armada”.

Os processos utilizados para difusão desses temas foram a radiodifusão, publicações escritas, processos audio-visuais, agentes clandestinos, “Banjas”¹²⁵ com as populações e lançamento de boatos. O Inimigo utilizou, igualmente, o terror como arma psicológica.

- Radiodifusão

Emitiam para Moçambique transmitindo em português e dialectos nativos:

Rádio Moscovo, Rádio Tanzânia, Rádio Cairo, Rádio Ghana, Rádio Pequim, Rádio da Alemanha Oriental, Rádio Portugal Livre (órgão da FAP¹²⁶ – sede em Argel), Rádio Voz da Liberdade (órgão do PCP – sede Praga).

Dos tempos totais de emissão, quase uma centena de horas semanais era dedicada a Moçambique.

- Publicações escritas:

Além de vários panfletos disseminados no mato, deixados em aldeamentos atacados, ou enviados directamente do estrangeiro pelo correio a determinados elementos visados, o In publicava com certa regularidade jornais e revistas. Destacam-se:

Escritos em português, os jornais:

“A Voz da Revolução”, do Comité Central da FRELIMO

“O 25 de Setembro”, do Comissariado Político do Exército

“Rasgando as Trevas”, do Departamento de Educação e Cultura

“O Patriota” e os “Heróicos”, da Província de Cabo Delgado.

Escrita em inglês, a revista:

“Mozambique Revolution”, do Departamento de Informação e Propaganda.

Constam do Anx B, a página 3 e a contra capa do n.º 43.

¹²⁵ Termo nativo para designar grandes reuniões de populações, destinadas a transmitir notícias ou orientações por parte de qualquer autoridade preponderante na zona.

¹²⁶ FAP – Frente de Acção Popular, criada pelo Comité Marxista-Leninista, uma dissidência do PCP. É de notar que a “Rádio Portugal Livre (que emitia a partir de Argel, graças às facilidades concedidas pela Rádio Televisão Argelina) foi igualmente utilizada pela FPLN (Frente Patriótica de Libertação Nacional) composta por elementos do PCP, Resistência Republicana, Movimento de Acção Revolucionária e algumas entidades a nível individual.

Mais tarde, fomentada pelo General Humberto Delgado e para se opor à anterior, foi criada a Frente Portuguesa de Libertação Nacional (FPLN).

In – Mc Gowan, Patrícia – O Bando de Argel – Editora Intervenção, 1979.

Era publicada, igualmente em inglês, a revista "O Guerrilheiro", Boletim do "Committee for Freedom in Mozambique, Angola and Guiné". A primeira e última página do n.º 3 constam do Anx B.

- Processos áudio visuais

Houve conhecimento da produção e exibição, para diversas audiências estrangeiras, do filme "VENCEREMOS" e de documentários; Foram também utilizadas as televisões de vários países, nomeadamente europeus, para apresentação de filmes e entrevistas.

- Agentes clandestinos

Infiltrados no seio das populações para as subverter. Actuavam, fundamentalmente, através do contacto directo, pelo aliciamento de autoridades tradicionais, chefes religiosos e outros elementos com prestígio entre as populações.

Este constituiu, talvez, o principal processo.

- "Banjas"

Notícias frequentes referiam a utilização pelo In destas reuniões de massas para exercer APsic sobre as populações que directamente controlava ou sobre as que, estando refugiadas nos países vizinhos de Moçambique, podia, facilmente, ter à disposição.

- Boatos

Este processo insidioso foi largamente empregado. Dada a caracterizada clandestinidade da origem, podiam, por vezes, surgir dúvidas quanto à raiz subversiva de determinados boatos detectados, psicologicamente desfavoráveis à nossa causa. Todavia, tendo ou não essa origem, tais boatos eram sempre exploráveis pelo In.

- Terrorismo

O In utilizou o terror como arma psicológica, substituindo ou alternando com o aliciamento persuasivo.

Indicam-se a seguir algumas das acções mais frequentemente empregadas:

- Ameaças a chefes nativos fiéis, por vezes concretizadas, chegando muitas vezes até ao assassinato;
- Flagelações e ataques a cantinas e aldeias;
- Raptos de populações;
- Ameaças a agentes da autoridade;
- Intimidações e ameaças de bombardeamentos às aldeias caso as populações aceitassem aldear-se nas novas povoações criadas pelas Autoridades;

- Ameaças às populações refugiadas em territórios vizinhos, que tentem regressar ao território nacional.

Os temas e os processos de difusão utilizados mantiveram-se, genericamente, até ao fim da Campanha embora, quanto aos primeiros, se observasse uma permanente exploração de factos, empolados ou não, que ocorriam em cada momento e que podiam favorecer a propaganda da FRELIMO.

A título exemplificativo, indicam-se vários acontecimentos explorados pelo inimigo, a nível mundial, no segundo semestre de 1973 e constantes do Relatório de Acção Psicológica 2/73 (2.º Semestre de 1973) – 5.ª Rep/CC/RMM – Abril de 1974:

- Campanha sobre um massacre que teria sido cometido pelas Forças Nacionais (Wiriamo)¹²⁷
- Visita do Presidente do Conselho¹²⁸ a Londres
- Expulsão de Moçambique de padres espanhóis¹²⁹
- Declaração da Independência da Guiné-Bissau¹³⁰.

As acções dirigidas às Nossas Tropas e populações não sofreram grandes alterações até ao fim das operações.

De notar que, após o 25 de Abril “os órgãos de informação moçambicanos aderiram, na sua totalidade e de forma incontrolável, à FRELIMO, o que lhe permitiu desenvolver uma ampla propaganda a nível interno”¹³¹.

¹²⁷ A campanha mundial sobre este assunto foi iniciada em 10 de Julho de 1973 com a publicação de um artigo no jornal “Times” assinado pelo padre católico Hadrian Hastings e que teve imediatas repercussões noutros jornais, organismos políticos individuais, especialmente na Europa.

¹²⁸ Era o Dr. Marcelo Caetano. A visita destinava-se a comemorar o 6.º centenário da Aliança Luso-Britânica e iniciou-se em 16 de Julho de 1973.

A propósito da campanha sobre Wiriamo foi pedida, por personalidades ligadas à esquerda europeia, a suspensão da visita e a rotura da Aliança Luso-Britânica.

¹²⁹ Padres da Congregação de Burgos, acusados de actividades anti-nacionais. Foram amnistiados e expulsos de Moçambique antes de serem julgados.

Sobre este assunto pode ver-se uma versão dos factos em Brandão, Pedro Ramos – A Igreja Católica e o Estado Novo em Moçambique – Editorial Notícias, Outubro de 2004.

¹³⁰ O PAIGC proclamara unilateralmente a independência da Guiné-Bissau em 24 de Setembro de 1973.

¹³¹ Relatório de Acção Psicológica 1/74 (1.º Semestre de 1974) – 5.ª Rep/CC/RMM – Setembro de 1974.

Comité Revolucionário de Moçambique - COREMO¹³²

Em Outubro de 1964, por iniciativa da UDENAMO, realizou-se em Lusaka (Zâmbia) nova conferência com vista à unificação dos partidos de Moçambique, à qual compareceram representantes da UNAMI, UDENAMO e MANC. A FRELIMO, convidada a tomar parte, rejeitou o convite. Dessa conferência, presidida pelo Secretário do Ministro Kapwepwé, da Zâmbia, nada resultou, tendo voltado a realizar-se nova conferência com o mesmo fim em Lusaka em Março de 1965. A esta segunda reunião assistiram representantes da UDENAMO, UDENAMO MONOMOTAPA, MANC e FRELIMO. A finalidade da nova conferência de Lusaka era reunir, num único partido, todos os Movimentos Emancipalistas da Província, que deveriam ser dissolvidos para formar um Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), partido único que dirigiria a luta contra o "Colonialismo". O COREMO deveria reunir não só as quatro organizações representadas na conferência, como ainda a UNAMI e a MANU, não representadas, sendo criado desde 31 de Março de 1965 um Comité preparatório que, já com a designação de COREMO, vigiaria e promoveria a aceleração das medidas tomadas pelos diversos partidos até à sua completa unificação.

A FRELIMO pretendeu, logo desde o início, que a fusão dos partidos se verificasse sob a sua égide, e sem implicar a sua dissolução; pela intransigência da posição tomada, a delegação da FRELIMO foi convidada a abandonar a conferência.

Os quatro restantes partidos continuaram os trabalhos, tendo-se fundido num único, o COREMO, realizando assim os objectivos da conferência. A MANU e a UNAMI, contudo, não se associaram e embora a partir de Outubro de 1965 estes dois partidos tenham estabelecido estreitos contactos com o COREMO, eles continuaram a manter a sua actividade independente.

Ficou assim constituído em 31 de Março de 1965, presidido por Adelino Gwambe, o Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), tendo resultado da fusão das duas UDENAMO e do MANC.

Após a constituição do COREMO, a direcção do Partido ficou com a seguinte constituição:

- *Presidente Nacional* – Adelino Gwambe, ex-presidente da UDENAMO
- *Vice-Presidente Nacional* – Peter Simbi
- *Secretário Geral Nacional* – Paulo José Gumane

¹³² Texto organizado a partir do SUPINTREP n.º 25 – QG/Av/RMM/2.ª Rep Janeiro de 1968 e documentação periódica referida.

- *Vice-Secretário Geral Nacional* – Mahlatini Ngombe
- *Secretário Nacional de Finanças* – David Mabunda
- *Vice-Secretário Nacional de Finanças* – A.T. Bahulo
- *Adjunto Nacional Militar* – Fanuel Mahluza
- *Vice-Adjunto Nacional Militar* – John Genti Bande
- *Director Nacional de Informação, Cultura e Serviços Sociais* – Vasco Maboya
- *Vice-Director Nacional de Informação, Cultura e Serv. Sociais* – Manzunzo N. Bobo
- *Director Nacional* – Joseph Nyamkhumbé
- *Secretário Nacional Organizador* – José Chitaze (Abel Sazu)
- *Director Nacional dos Assuntos Pan-Africanos* – Mateus Hambred
- *Secretário Administrativo Nacional* – Amos Sumane (Gabriel Muchava)
- *Director Nacional dos Assuntos Internacionais* – Calvino Mahlayeye
- *Director Nacional da Brigada de Juventude* – J.A. Mazama
- *Director Nacional da Liga Feminina* – Sleta Garawi
- *Secretário Plenipotenciário* – Zacaria John Sekupwanyé

Embora modesto e sem grandes possibilidades, o COREMO recebeu desde logo subsídios e apoios da China Continental por intermédio da Embaixada Chinesa em Lusaka; em Julho de 1965 uma Embaixada do COREMO, constituída por Paulo Gumane, Fanuel Mahluza e Manzunzo Bobo, deslocou-se a Pequim em missão de amizade, a convite do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China Continental.

Em Setembro de 1965 o COREMO tentou novas medidas relacionadas com a unificação dos partidos, anunciando a intenção de realizar uma conferência com os dirigentes da FRELIMO com o objectivo de fundir as duas organizações. O COREMO teria mesmo, por essa data, encetado conversações em Lusaka com representantes da OUA e da Nigéria para avaliar as possibilidades dessa fusão. Ainda nesse mesmo mês de Setembro, o COREMO promoveu também uma reunião, que já havia sido anunciada um mês antes, com os dirigentes da UNAMI e da MANU.

Estas iniciativas do COREMO, acompanhadas do aliciamento de personalidades dos restantes partidos, visava o fortalecimento da sua posição perante a OUA, a quem o COREMO precisava de apresentar-se como o representante de todos os partidos emancipalistas de Moçambique. Enfrentava porém a animosidade da MANU e da UNAMI, ressentidas das suas

recentes experiências com a FRELIMO; a MANU, em especial, depois dessa experiência havia manifestado claramente que jamais colaboraria com qualquer elemento do Sul do Save. Julga-se que a conferência com a FRELIMO não se chegou a realizar, desconhecendo-se os resultados da reunião com a MANU e UNAMI; porém, a avaliar por notícias posteriores que referiam actividades separadas destes dois partidos, parece poder afirmar-se que estas tentativas de unificação, da iniciativa do COREMO, não obtiveram qualquer sucesso, como era de prever.

Entretanto o COREMO entra numa fase de desorientação, resultante de lutas internas que opunham entre si os elementos do partido na disputa dos lugares de maior projecção; os próprios elementos mais destacados do Partido, Gumane e Simbi, teriam disputado a posição de Gwambe, tendo daí resultado a expulsão de Peter Simbi, acusado de ser um informador da FRELIMO no seio do COREMO. Afastado Simbi, Gumane iniciou a luta para derrubar Gwambe e ocupar a presidência. Vários elementos do COREMO opunham-se a que Paulo Gumane viesse a ser presidente, pois desejavam evitar qualquer unificação com a FRELIMO, o que Paulo Gumane procurava mais que Adelino Gwambe. Apesar dessa resistência, Gumane procurou lançar o descrédito sobre o Presidente de então, com vista a conseguir ser eleito para o cargo em futuras eleições no Partido. As desinteligências entre os dirigentes continuaram, agravando-se por vezes ao ponto de as autoridades da Zâmbia terem de interferir.

As primeiras acções armadas do COREMO têm lugar em Tete, no PAdm do Zamboé, Circunscrição do Zumbo, em Outubro/Novembro de 1965¹³³. Essas acções levadas a cabo por grupos de aliciadores sumariamente armados, incidiram em especial sobre as regedorias de M'Sandaluz, João e Nyakoroto e levaram à fuga de populações e autoridades tradicionais para a Zâmbia. Esses grupos nunca se empenharam contra as nossas tropas, quer em acções de fogo quer mesmo pela colocação de engenhos explosivos.

A sua missão era de reconhecer e avaliar o estado de espírito das populações da área, como preparação para a acção armada em grande escala. O grupo inicial que saiu de Lusaka em Outubro de 1965, para esta missão, e que depois se fragmentou actuando disperso, foi comandado por Fanuel Mahluza. Este grupo tencionava dirigir-se primeiro ao Malawi para se infiltrar a partir daquele país, tendo porém, por motivos que se

¹³³ O Perintrep n.º 100 QG/RMM/2.ª Rep de 15 de Novembro de 1965 refere: "Alvejada, sem consequências, com rajadas de PM (pistola metralhadora), junto à residência da Autoridade Administrativa, uma patrulha da Autoridade Administrativa do Zumbo; na fuga, o In deixou propaganda do COREMO".

desconhecem, posto de parte este plano inicial. Na mesma altura, um outro grupo chefiado por Nyamkombe, infiltrou-se na área da Regedoria João (Circunscrição do Zumbo) onde chegou a montar uma Base de Instrução. Nessa Base chegaram a estar a receber instrução 30 elementos recrutados no local.

Verificou-se também nessa época (Outubro/Dezembro de 1965), uma infiltração no Niassa de 3 elementos do COREMO, com a mesma missão de reconhecimento. Presume-se que se tenham juntado à FRELIMO

A acção das nossas tropas, uma ausência de Gwambe que entretanto ocorreu e que mais adiante se referirá, as dificuldades com o Governo da Zâmbia e as lutas internas, limitaram e quase anularam a actuação destes grupos armados, que a partir dessa data começam a ser cada vez mais raros. Os grupos passaram a actuar a partir de bases rudimentares instaladas junto à fronteira, das quais realizavam curtas incursões para aliciamento e intimidação das populações fronteiriças e venda de cartões, após o que regressavam imediatamente à Zâmbia, não permanecendo, normalmente, mais de 2 dias no território de Moçambique. Desde Abril de 1965 até ao começo de 1967 não voltaram a ser detectados grupos do COREMO na área.

Apesar de os grupos do COREMO actuarem a partir da Zâmbia, o Governo deste País não reconhecia o COREMO nem autorizava oficialmente este Partido a instalar Bases militares no seu território, ou a realizar incursões na medida desejada pelo COREMO, que, aliás, tão pouco fora ainda reconhecido pela OUA.

Esta atitude do Governo da Zâmbia era, contudo, de efeitos muito atenuados na medida em que correspondia apenas a uma posição oficial. Alguns elementos do Governo, entre os quais o Vice-Presidente Kamanga, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Kapwepwé e o Sub-Secretário do Desenvolvimento Social Kalanga, prestaram então grande apoio ao COREMO. Um dos funcionários ligados a estes ministros estaria até a procurar que o COREMO pudesse treinar clandestinamente os seus elementos na Zâmbia, chegando a ser escolhida uma Base, julga-se que em Nymba, ou no Chimoto. Foi mercê destes apoios ocultos que o COREMO, apesar da proibição oficial, conseguiu reunir na Zâmbia não só o escasso armamento que serviu às incursões armadas de Outubro de 1965, já referidas, como ainda um número apreciável de militantes, dispersos pelo território, treinados militarmente no Ghana e em Cuba, e apenas aguardando armas para passarem à acção.

Por Outubro de 1965, Adelino Gwambe tentou deslocar-se à Tanzânia para assistir à reunião do "Comité dos Nove". Expulso da Tanzânia em 1961 por indesejável, Adelino Gwambe foi, porém, preso junto à fronteira

com a Zâmbia, em Tunduma, não conseguindo participar na reunião, onde teria sido representado por um comité de membros do Partido. Esta atitude da Tanzânia resultou de uma manobra da FRELIMO, que pretendia limitar os movimentos políticos de Gwambe e evitar o seu regresso a Lusaka, onde o COREMO tinha a sua sede. Fracassada a tentativa junto do “Comité dos Nove”, Adelino Gwambe decidiu fugir de Tunduma, onde continuara aguardando autorização para entrar de novo na Zâmbia, dirigindo-se para Nairobi, de onde partiu em Dezembro de 1965 para Accra, na esperança de convencer Nkrumah a obter o reconhecimento do seu Partido pela OUA e a levar Kaúnda a apoiar oficialmente o COREMO. No seu encontro com Gwambe, Nkrumah tê-lo-ia aconselhado a prestar mais atenção à luta em Moçambique.

A existência de um tratado entre a Zâmbia e a Tanzânia, de onde Gwambe fora expulso, e em face do qual após a sua ida a Accra, continuava a não ser autorizado a regressar à sede do Partido, levou Gwambe a fixar-se no Malawi, onde se encontrava ainda em Abril de 1965.

Julga-se também que em Dezembro de 1965 tenha havido uma modificação da atitude do Governo da Zâmbia em relação ao COREMO, na medida em que os escritórios que o Partido mantinha na Stanley Road, em Lusaka, foram fechados passando a sede do Partido a funcionar nos edifícios do “Centro de Libertação”, que o Governo da Zâmbia pusera à disposição de todos os partidos subversivos que actuavam na Zâmbia. Contudo, Kaúnda impôs ao COREMO que apenas 6 membros do Partido poderiam permanecer em Lusaka, devendo todos os restantes actuar no interior de Moçambique.

Assinalou-se nesta altura a intenção da Zâmbia de reconhecer o COREMO, devido às pressões feitas nesse sentido pelo Comité de Libertação das Nações Unidas.

Começou nesta data (Dezembro de 1965) a acentuar-se a crise política que afastaria Adelino Gwambe da presidência do Partido. Aproveitando a sua ausência em Accra, Paulo Gumane tentou afastar Gwambe da chefia, acusando-o de desenvolver actividades contrárias aos interesses do COREMO, e de ser um elemento demasiado independente e como tal dificilmente capaz de servir os movimentos de libertação de Moçambique, razão pela qual fora expulso da Tanzânia em 1961.

De resto, sempre tinha havido rivalidades entre Paulo Gumane e Adelino Gwambe embora se reconcilhassem aparentemente quando os seus interesses o aconselhavam.

Por outro lado, o COREMO foi abalado em Fevereiro de 1966 pela espectacular demissão de 2 dos seus dirigentes - Joseph Nyankombe, Di-

rector Nacional, e Vasco Maboya, Director da Informação -, que deixaram o COREMO para se juntar à FRELIMO. Estes dois elementos publicaram então uma declaração que deixou o COREMO numa posição extremamente precária. Segundo essa declaração, o Partido era acusado de falta de sinceridade dos dirigentes e incompetência no planeamento da acção, falta de disciplina e falta de honestidade. No documento em questão os elementos dissidentes manifestaram a sua discordância quanto ao desencadeamento das acções armadas sem que o Partido e o Povo estivessem preparados para lhe darem continuidade. A este respeito, esclarece-se que Nyankombe chefiara um dos grupos armados infiltrados no Zumbo em Outubro de 1965. A falta de disciplina revelar-se-ia em lutas constantes pela disputa do poder, entre chefes desonestos para quem o COREMO seria apenas um meio de obter vantagens financeiras. Não admira pois que, durante a realização da conferência anual do COREMO, em Lusaka, de 12 a 16 de Maio de 1966, Adelino Gwambe fosse afastado da presidência para um cargo secundário, tendo em Agosto desse ano sido expulso do COREMO, fundando mais tarde um novo partido, o PAPOMO (Partido Popular de Moçambique).

Após a conferência de Lusaka de Maio de 1966, a nova direcção do Partido ficou assim constituída:

- *Presidente* – Paulo José Gumane
- *Vice-Presidente* – Amos Maurício Sumane
- *Secretário Geral* – José Chiteji
- *Vice-Secretário Geral* – Alfredo Chambone
- *Tesoureiro* – A.T. Bahule
- *Secretário da Defesa e Segurança* – Gabriel Machava
- *Vice-Presidente da Defesa* – John Genti Joe Bande
- *Secretário de Informação* – Julius Ozonzi
- *Vice-Secretário de Informação* – Alex Malunga
- *Secretário da Organização* – Joaquim Nawawa
- *Vice-Secretário da Organização* – Tangazi Makalika Macapende
- *Secretário Administrativo* – Nahlative Ngome
- *Secretário para os Negócios Estrangeiros* – Mazuze Bobo
- *Secretário dos Serviços de Trabalho e Sociais* – Hómulo Gwambe (Adelino)
- *Secretário de Educação e Cultura* – Fanuel Mahluza
- *Chefe da Missão Externa na RAU* – Alberto Z. Nkutumula

Pouco se soube das actividades do COREMO desde a conferência de Lusaka, de Maio de 1966 até Fevereiro de 1967. Presume-se que, durante este período, e como resultado das várias tentativas de Paulo Gumane e das pressões do Ghana e da China Continental, o COREMO tenha conseguido o reconhecimento pela OUA em Janeiro de 1967. Julga-se que este período tenha correspondido a uma reestruturação e preparação do Partido e das populações para acções de maior vulto, o que veio a verificar-se em Fevereiro/Março de 1967, no Distrito de Tete, com a colocação da primeira mina logo seguida de algumas outras, e da realização de ataques a estacionamentos de Milícias da OPVDC¹³⁴, emboscadas e acções contra a população. Estas acções passam-se ainda na área que havia sido afectada em Novembro de 1965; porém, a partir de meados de 1967, o COREMO surgiu com mais incidência na circunscrição de Macanga para onde alastrou a sua actividade.

Alguns aspectos do COREMO e da política de Gumane

Menos intelectual e mais activo e vivido que Gwambe, Paulo Gumane dirigiu o COREMO segundo as directrizes da doutrina maoísta para a insurreição e agitação das massas populares, mais aliciante e mais adaptada às características da população africana. Embora basicamente semelhante à doutrina soviética adoptada pela FRELIMO, o COREMO procurou apoiar a sua organização na criação de comunidades agrárias, na identificação dos dirigentes com o povo e no seu comandamento “do interior”. De resto, a organização do COREMO a nível superior assemelhava-se bastante à da FRELIMO¹³⁵; de resto, tanto Gumane como o Vice-Presidente Amos Sumane foram elementos da FRELIMO; Paulo Gumane foi inclusivamente Secretário Geral Adjunto daquele Partido.

Na primeira conferência de imprensa após assumir a presidência, Gumane condenou as empresas que continuavam a fazer investimentos em Moçambique. Partindo do princípio que o investimento de capitais europeus antes da “independência” é um factor do seu retardamento, as acções dos seus grupos visaram a actividade económica de capitais europeus na sua única manifestação nas zonas afectadas pelo COREMO: as cantinas de europeus.

Sabe-se que uma das intenções do COREMO, anunciada por Paulo Gumane, era a de tudo fazer para prejudicar a execução do projecto de

¹³⁴ Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil.

¹³⁵ Ver “Organização Provável da Estrutura Superior do COREMO” – Figura n.º 22.

Cabora Bassa, compensando a falta de meios com o aliciamento de trabalhadores, por forma a permitir acções de sabotagem sem possibilidades de identificação dos seus autores. De resto, julga-se que a acção do COREMO fora orientada mais para objectivos económicos do que para objectivos militares, uma vez que, como o próprio Gumane admitiu, seria utópico pretender derrotar militarmente o Governo e, portanto, só economicamente o poderia afectar.

O Partido procura também fazer crer que a sua política em relação à presença de não autóctones é liberal e multirracial.

Conhecendo a FRELIMO, Gumane procurava conduzir o COREMO por forma a evitar os erros que, na sua opinião, levaram a FRELIMO a “falhar completamente nos seus objectivos e actuação contra o imperialismo português”; esses erros teriam sido:

- fragilidade da FRELIMO, que não teria apoio das massas africanas mas apenas de algumas minorias étnicas;
- aburguesamento dos dirigentes;
- despotismo no exercício da autoridade e no investimento dos cargos de chefia;
- tribalismos e conflitos resultantes de uma selecção de dirigentes baseada nas tribos de origem;
- falta de contacto dos dirigentes, no exterior e sem quaisquer riscos, com os militantes que participam na luta armada.

Para evitar estes erros, o COREMO procurava que os seus dirigentes políticos actuassem no interior da Província e não do exterior, admitindo-se que a sua acção se limitou a penetrações de carácter político por lhe faltarem os meios de que até ali apenas a FRELIMO tinha beneficiado.

No aspecto externo, vários países deram substanciais auxílios ao COREMO, auxílios esses que, na maior parte das vezes, não foram convenientemente administrados. A maior parte das despesas do COREMO foram custeadas pela Embaixada da China Continental, em Lusaka. Além do apoio financeiro, a China apoiou o COREMO, desde o início, em armas e nas facilidades do treino concedidas no seu próprio território.

Em África, o COREMO teve o apoio do Congo (Leopoldville), do Malawi e do Ghana. O Congo teria auxiliado o COREMO em armas e treino militar dos seus elementos, e em facilidades na aquisição de armamento nos “mercados ilegais de armas” que proliferavam no Congo. O Malawi apoiou, também, o COREMO, na concessão não oficial de facilidades aos seus elementos.

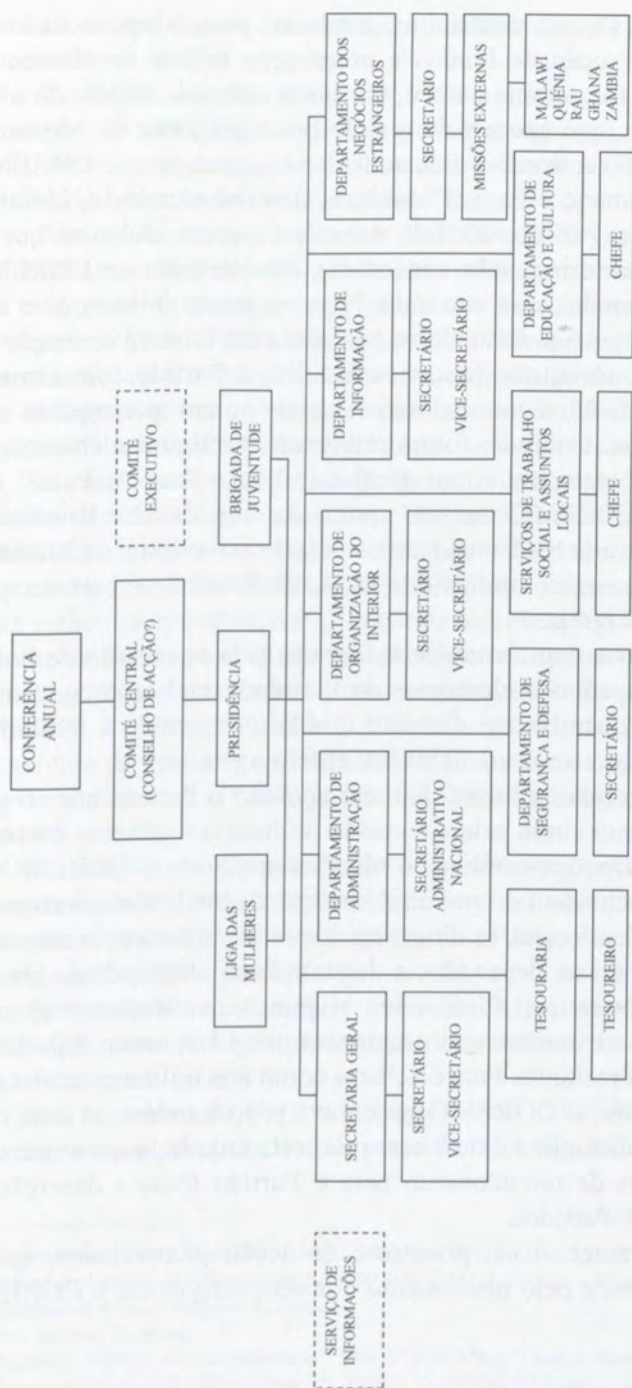


Figura 22 – Organograma Provável da Estrutura Superior do COREMO¹³⁶

¹³⁶ Anexo A, ao Supintrep N.º 25 (Ordem de Batalha do “Coremo”), QG/Av/2.ª Rep Dezembro de 1967.

O Governo do Ghana contribuiu, também, para o apoio dado ao COREMO, pela atribuição de fundos e preparação militar de elementos. Contudo, este apoio foi, ao que parece, um tanto reduzido depois do afastamento de Gwambe, que gozava de grande prestígio junto de Nkrumah.

A RAU¹³⁷ manteve, desde o início, fortes ligações com o COREMO através de Paulo Gumane e Fanuel Mahluza, desconhecendo-se, contudo, que facilidades terá o Partido recebido daquele Governo. Julga-se que os auxílios da RAU não teriam sido concedidos directamente ao COREMO mas sim a Paulo Gumane, que mantinha ligações muito íntimas com elementos do governo egípcio. Assinala-se também uma relativa aceitação do COREMO pela Indonésia, que prometeu auxiliar o Partido com armas e treino militar dos seus elementos, desconhecendo-se em que medida esse auxílio se concretizou. Contudo, foram referenciados alguns elementos do COREMO que receberam treino em escolas militares daquele País.

Na Europa, o COREMO recebeu apoios da Jugoslávia e Roménia.

Apesar da sua nítida tendência para os países comunistas, o COREMO teria também já conseguido apoios dos EUA, de Israel e de certos representantes da própria Igreja.

O apoio dos EUA manifestou-se sobretudo pela concessão de bolsas de estudo nas suas escolas a elementos do Partido; Israel teria concedido, a título não oficial, quantias em dinheiro e bolsas de estudo a indivíduos que pretendiam dedicar-se à medicina ou enfermagem.

O "Catholic Secretariat" teria também apoiado o Partido não só pela incitação à acção como ainda pela concessão de fundos e géneros diversos. Várias outras organizações católicas e missões apoiaram o COREMO.

O COREMO pretendia ser um Partido independente. Embora fortemente apoiado pela China Continental, os dirigentes do partido rejeitavam a afirmação de que se encontravam na dependência daquele País, afirmando-se abertos a qualquer auxílio fosse qual fosse a sua origem, e manifestaram grandes esperanças nos seus elementos que estudavam nos EUA como bolseiros.

Em relação aos restantes Partidos, bem como aos militares autóctones do Exército Português, o COREMO procurava propagandear os seus conceitos aliciantes de disciplina e de hierarquia; esta atitude levou a que uma das principais fontes de recrutamento para o Partido fosse a deserção de elementos de outros Partidos.

Pelas suas características, processos de acção já revelados, apoios externos conseguidos, e pelo pensamento dos seus dirigentes, o COREMO

¹³⁷ República Árabe Unida.

era susceptível de vir a constituir uma ameaça que, na realidade, não se concretizou.

De facto, durante o ano de 1968 assistiu-se à “desintegração” dos efectivos do COREMO no interior de Moçambique, havendo notícias que consideravam que os poucos elementos existentes tinham retirado, na sua totalidade, para território Zambiano¹³⁸.

Parecia, assim, que o efectivo de 1500 a 2000 guerrilheiros atribuído ao COREMO em fins de 1967, teria sido substancialmente reduzido pois não foi desenvolvida qualquer actividade que se coadunasse com tal efectivo.

Em 1969 o COREMO aparece envolvido em várias tentativas de cooperação com outros partidos emancipalistas no sentido da obtenção de vantagens mútuas. Assim, desde Janeiro de 1969 que se processavam notícias¹³⁹ sobre diligências realizadas pela Direcção do COREMO junto do Governo Zambiano, a fim de permitir a fixação, na Zâmbia, da UPA (União dos Povos de Angola) de Holden Roberto em troca de apoio em armamento e bases de treino no Katanga a fornecer pela UPA. Mais tarde (Outubro), há notícia da intenção de Paulo Gumane se deslocar ao Congo para entabular conversações com várias individualidades governamentais no sentido de obter apoios e a permissão de enviar pessoal para bases de treino.

Igualmente é referida uma reunião entre dirigentes da PAPOMO, ZANU¹⁴⁰, PAC¹⁴¹ e COREMO, ocorrida em Março de 1969, em Lusaka, no sentido de apoiarem o PAPOMO a fixar-se em Moçambique auxiliando este (e certamente o COREMO), a ZANU a alcançar a Rodésia e a PAC, a África do Sul¹⁴².

No interior da Zâmbia, Paulo Gumane arrogava-se como o verdadeiro representante do povo moçambicano e procurava controlar a actividade dos naturais de Moçambique que viviam naquele país e garantir a sua contribuição para o partido.

Em termos de actividade guerrilheira foi apenas referenciada uma penetração, com um grupo de pequeno efectivo, no Distrito de Tete, ao que se crê para marcar presença¹⁴³.

Em Fevereiro de 1970, a delegação do COREMO chefiada por Paulo Gumane e que pretendia tomar parte na 16.ª Sessão Ordinária do Comité

¹³⁸ Supintrep n.º 21 – QG/RMM/2.ª Rep – Abril de 1970.

¹³⁹ Relatório Mensal de Informações n.º 1/69 – QG/RMM/2.ª Rep – Janeiro de 1969.

¹⁴⁰ Zimbabwe African National Union.

¹⁴¹ Pan African Congress.

¹⁴² Relatório Mensal de Informações n.º 5/69 – QG/RMM/2.ª Rep – Junho de 1969.

¹⁴³ Relatório Mensal de Informações n.º 10/69 – QG/RMM/2.ª Rep.

de Libertação da OUA que teve lugar em Moshi (Tanzânia) em 16 desse mês, regressou a Lusaka por não ter recebido permissão do Ministro do Interior da Tanzânia para entrar no país. Julga-se que, mais uma vez, tal foi devido a uma intervenção da FRELIMO junto das autoridades Tanzanianas.

Datam do mesmo ano as tentativas de aliciamento do Padre Mateus Pinho Gwenguere para as fileiras do partido, convidando-o a visitar a Zâmbia e a desempenhar o cargo de Vice-Presidente, sendo possível que se pretendesse utilizar a sua influência para atrair, igualmente, Uria Simango e os seus simpatizantes.

O Padre Mateus teria aceitado ingressar no Partido mas recusado o cargo por o considerar incompatível com a sua condição de eclesiástico ¹⁴⁴.

Em Junho de 1970 foi referenciada a entrada em Moçambique de um grupo do COREMO a quem foram atribuídas algumas acções na área Oeste do Distrito de Tete (Regulados João, Messandaluz e Macungue).

Em Junho, a FRELIMO terá atacado o acampamento do COREMO em Messandaluz, capturando 16 elementos que, mais tarde, conseguiram fugir.

Era evidente que, em Tete, só a FRELIMO estava em condições de empreender acções significativas.

Contudo, em 15 de Janeiro de 1971 um grupo referenciado como do COREMO e estimado em 15 elementos atacou o acampamento do GPZ em Mucangadze (3111.1538), destruindo as instalações e viaturas e raptando 4 europeus (Perintrep 3/71 – CCM).

Ainda em 1971, as Nossas Tropas detectaram e atacaram a Base Macheka do COREMO, perto da fronteira da Zâmbia, obrigando a transferir este órgão para o interior do território zambiano ¹⁴⁵.

Nesse mesmo ano continuam a processar-se notícias sobre os apoios concedidos pela China ao COREMO através da sua embaixada em Lusaka e, à partida para aquele país, de dez elementos do COREMO a fim de receberem treino militar.

A nível interno conhecem-se as ligações cada vez mais estreitas entre Uria Simango e o COREMO bem como a hipótese de uma aliança dos partidos emancipalistas de “segundo plano” sob a direcção de Simango, o que não veio a concretizar-se.

O ano de 1972 é bastante complexo para o COREMO.

Na realidade, ao mesmo tempo que se processavam reorganizações internas, com a adesão dos antigos membros da FRELIMO, Uria Simango,

¹⁴⁴ Relatório Trimestral de Informações n.º 02/70 – QG/CCM/2.ª Rep.

¹⁴⁵ Relatório Mensal de Informações n.º 1 – QG/RMM/2.ª Rep – Julho de 1971.

Faustino Ambeu, Judas Honwana e Lourenço Mutaca, regressavam os dez elementos treinados na China e era recebido material em quantidades apreciáveis, e a FRELIMO atacava em Tete um grupo do COREMO que se dirigia para a região de Zumbo, a fim de “organizar” as populações.

Desse ataque resulta a morte de quatro elementos do grupo, entre os quais Gabriel Machava que era o adjunto do Secretário da Defesa, Educação e Relações Exteriores Fanuel Mahluza, e a desintegração do grupo, tendo um dos seus membros, Raul Ararias Cossa, sido capturado pelas Nossas Tropas.

Aliás, as suas declarações¹⁴⁶ permitiram obter uma visão bastante clara do que era o COREMO em 1972, em especial:

- as ligações entre o COREMO e a República do Zaire;
- a intensa campanha que o COREMO estava a desenvolver para a angariação de auxílios, em particular junto da China e da Zâmbia;
- o antagonismo da FRELIMO em relação ao COREMO;
- as ligações entre o COREMO e a ZANU.

Indicou ainda que o efectivo total do COREMO oscilava entre 300 a 500 guerrilheiros dos quais apenas uma pequena parte estaria no activo devido às dificuldades financeiras do Partido.

Referiu ainda como elementos preponderantes do COREMO, os seguintes:

- *Paulo Gumane*: presidente
- *Absalão Bahule*: secretário geral
- *Fanuel Mahluza*: secretário da Defesa, Educação e Relações Exteriores
- *Gabriel Machava*: adjunto de Mahaluza (morto pela FRELIMO no recontro ocorrido em Tete, em Fev72)
- *Bernardo Fote*: Comissário político geral e secretário administrativo (morto pela FRELIMO nas mesmas circunstâncias que o Machava)
- *Joaquim Nauana*: chefe da segurança
- *Félix Sithole*: chefe das Operações
- *James White*: chefe de sabotagem
- *Machatine Ngome*: secretário administrativo
- *Sebastião Sigauque*: “organizador”
- *Xavier Langwane*: comandante do Grupo que se infiltrou em Tete em Janeiro 1972

¹⁴⁶ Perintrep n.º 8/72 e 10/72 do QG/RMM/2.ª Rep.

Data de Março de 1972 o artigo publicado pelo jornal “Pravda” de Moscovo, em que Oleg Iguatiev, jornalista russo que visitara Cabo Delgado a convite da FRELIMO, ataca violentamente o COREMO acusando-o de “minar a principal força que orienta a luta de Libertação do Povo Moçambicano”.

O jornalista denuncia a orientação pró-chinesa do partido.

Por seu turno, o COREMO dirige uma carta aberta ao Comité Central da FRELIMO onde se protesta contra o ataque a um grupo de membros seus, já referido.

Era, sem dúvida, não só o antagonismo entre dois grupos políticos, mas também entre os dois blocos comunistas pela hegemonia da subversão em Moçambique.

É referida ainda uma reunião do Comité Central do COREMO em Novembro de 1972 onde, após grande discussão, não foi aceite a proposta de os membros do partido que estavam em Lusaka se transferirem para a Base Macheka, tendo Paulo Gumane sido muito criticado.

Apesar desta atitude, processaram-se, em Janeiro de 1973 notícias sobre as intenções do COREMO de estabelecer mais três Bases (possivelmente na fronteira Zâmbia-Tete) e aumentar os seus efectivos.

Na mesma altura, Uria Simango contactava as autoridades do Malawi no sentido de abrir uma representação do COREMO naquele País. Mais tarde (em Junho de 1973), Uria Simango desloca-se a Adis-Abeba para assistir à conferência comemorativa do 10º Aniversário da OUA.

Em 27 de Agosto de 1973, um grupo do COREMO atacou o aldeamento de Peze, o que constituiu a única acção armada conhecida, do COREMO, durante este ano. Apesar disso a FRELIMO reagiu no sentido de impedir tais actividades pois reivindica, apenas para si, o controlo da subversão em Moçambique¹⁴⁷.

Em 1974 é nula a actividade do COREMO, quer externa quer interna.

O Partido está definitivamente bloqueado pela FRELIMO e não mais terá influência na evolução da situação em Moçambique antes ou depois da independência do Território.

¹⁴⁷ Perintrep n.º 36/73 do QG/RMM/2.ª Rep de Setembro de 1973.

ANEXO A

Diagrama de Números Complexos em Plano Complexo



ANEXO B

Da equação para a função

- Movimento harmônico simples (MHS)

Função de movimento harmônico simples

ANEXOS



ANEXO C

1 - Movimento Harmônico Simples

2 - Função de Números Complexos em Plano Complexo

3 - Movimento Harmônico Simples (MHS)

4 - Movimento Harmônico Simples (MHS)

5 - Movimento Harmônico Simples (MHS) - Função de Números Complexos em Plano Complexo

6 - Movimento Harmônico Simples (MHS)

7 - Movimento Harmônico Simples (MHS)

Anexo A

Fotografias de Material capturado em Moçambique



Figura A

Da esquerda para a direita

- Morteiro médio 82mm M-37 (URSS)
- Canhão sem recuo 7,5 cm M/56 (China)



Figura B

- 1 - PM Shpagin (PPSH) 7,62 mm
- 2 - PM Suomi M 31/44 9 mm (Finlândia) Identificação não confirmada
- 3 - ML BRNO ZB 26 7,92 mm (Checoslováquia)
- 4 - ML Degtyarev (DP) 7,62 mm (URSS)
- 5 - ML Bren Mark II 7,7 mm (Reino Unido) - Identificação não confirmada

(Cortesia do Cor Casaca Pulguinhas)



Figura C

Em primeiro plano
Lança granadas P-27 “PANCE ROVKA”
(Checoslováquia) e respectiva granada



Figura D

Em primeiro plano MP DSHK 12,7 mm (URSS)

(Cortesia do Cor Casaca Pulguinhas)



Figura E

Vista parcial de material capturado na op “Nó Górdio”



Figura F

Corte de um “fornilho” detectado numa picada do Norte de Moçambique composto por (de cima para baixo) GMD RG 42, petardos de trotil de origem URSS, granada de morteiro 82 mm e GMO de origem nacional

(Cortesia do Cor Casaca Pulguinhas)



Figura G

1.º Plano

EAutm. Kalashnikov AK 7,62 mm

ESAutm Simonov 7,62 mm

PM Shpagin (PPSH) 7,62 mm

Minas Anticarro

2.º Plano

Pistola Tokarev 7,62 mm

Lança Granadas RPG-2

Granada de RPG-2

GMD F-1



Figura H

- Minas anticarro TM 46 e TMH 46 (Jugoslavia)

- Granada de RPG-2

- GMD F1

(Cortesia de Sarg. Ajudante Cristo Carraça)



Figura I

- Metralhadora Ligeira Degtyarev RPD 7,62 mm
- ESAutm Simonov 7,62 mm
- Pistola de sinais 26.5 mm (URSS)
- GMD RG-42 (URSS)
- Pistola (não identificável)



Figura J

- Metralhadora pesada Degtyarev – Shpagin (DSHK) 12,7 mm
- PM M1 11,43 mm (Jugoslávia)
- Armas gentílicas

(Cortesia do Sarg. Ajudante Cristo Carraça)

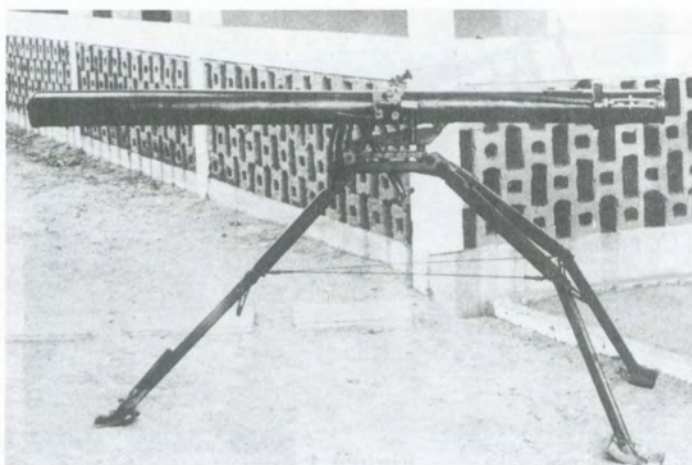


Figura L

Foguetão 122 mm, HE, B-11-P (URSS) – Rampa de lançamento e tripé

GUERRILHEIRO

Bulletin of the Committee for Freedom in
Mozambique, Angola and Guiné

Issue No.3 Jan-Feb 1971

EDITORIAL



For people accustomed to the monolithic forces behind conventional warfare in this technological age, guerrilla warfare is very difficult to comprehend. Its whole basis is different and requires the abandonment of traditional concepts on the nature and therefore the practice of the struggle. Though military capability is of course vital, equally essential is a thorough, sound political awareness on the part of all involved, both civilian and military. Without it, a protracted war of this kind can never be successful. To smash the enemy through sheer force of strength is out of the question; he has to be gradually worn down. It clearly requires a complete understanding of the objectives of the struggle, and the problems that will inevitably arise, to be able to face constant physical hardship with courage and determination; to accept that two steps forward then one step back is almost inevitable, and to acknowledge that this could last a life-time.

Consequently, definitions of "success" or "failure" are not as simple as just winning or losing battles. The formation of, maintenance of, and politicalised cadres is more important than the loss of a temporary base, or the mine detected before it can explode. At the same time, the destruction of a lorry containing a few soldiers is not dramatic, but repeated in many regions day in, day out, throughout the years, defeats the enemy more finally than does the traditional style of physical confrontation.

In terms of relations with the outside world, this sort of situation always favours the guerrilla. For he can present evidence of military success in terms and concepts that can be readily understood - so many thousands of troops, planes bombing missions etc. - and thus for a long time maintain, with some credibility, that everything is under control, and that the "small bands of terrorists" are being contained.

Until recently, this was precisely the case in the Portuguese colonies. However, the situation is changing rapidly. The steady, often imperceptible advances of the liberation movements over the last five or six years have taken effect, with two important results.

Firstly, the image of the happy Lusitanian community has been smashed and the Portuguese can no longer conceal the extent of their involvement in bitter wars on three fronts - and this by their own words and actions. Massive offensives in all three territories of which the much publicized effort in Mozambique and the abortive invasion of Guiné-Conakry are only the latest,

all give the lie to their constant claims of security and peace in the colonies, and the colonial peoples' desire to remain Portuguese.

Secondly, as the struggle developed in Africa, so support grew in Europe and elsewhere, resulting in the formation of numerous groups like ourselves, with the dual aims of fighting their own countries' involvements in Portuguese colonialism and of providing practical material and financial assistance. The results achieved so far have been highly encouraging: for example, the political campaign against the Cebora Base, and grants made to FRELIMO, MPLA and PAIGC by the World Council of Churches. This increase in awareness is resulting in growing international criticism of Portugal's policies and growing support for the liberation movements.

There has also been without its repercussions on the Portuguese, as António's recent speech to the National Assembly demonstrated. It contained a long tirade against the growing "international conspiracy" against Portugal.

The Portuguese are obviously very worried, so we must make every effort to maintain the political pressure and agitation that has been built up, and also to step up the level of our material aid to the movements. Britain, in particular, compares badly in this respect with some other European countries.

Earlier this year the Labour Party Conference passed a resolution offering 'full support, moral and material, to the liberation movements in Southern Africa' and a group of MPs produced the 'African Manifesto' pledging 'the mobilisation of aid for freedom fighters'. Nothing has come of this so far, although the Swedish Social Democratic Party has been making financial grants to the liberation movements in the Portuguese colonies for some years. So far most material assistance received has been the work of one or two individuals. An ambulance was sent to FRELIMO a couple of months ago, and our first consignment of used clothing and medical supplies will be despatched shortly. Hopefully this will only be the beginning but it all depends on our supporters throughout the country taking the initiative.

Only the peoples of the Portuguese colonies themselves can fight and win their struggle for liberation. But their tasks will be made much easier, and certain problems that much more soluble, with constant and substantial support from outside.

Anexo B-02

FUN & GAMES AT DCO

On 13 January a demonstration took place at 54 Lombard Street in the City, where Barclays Bank DCO's annual shareholders meeting was being held. Two thousand leaflets were distributed outside, while inside the Chairman, Sir Frederick Seabrook, devoted most of his speech to a defence of the bank's policies. He maintained that a solution to South Africa's problems 'can only come after years of patient and constructive thought. When changes come in southern Africa, as they surely will, our long and world-wide experience will stand us and all the people there in good stead'. He put the campaign against Barclays down to one or two 'politically identifiable groups', bent on destroying society in order to impose their own minority ideologies.

The only opponents of Cabore Bassa that had shares and were able to attend were David Head of the Student Christian Movement and Mrs Laura Ross. They both managed to speak but not unexpectedly to no avail. On the face of it, therefore, the event was not particularly fruitful, but in fact it presented hard evidence of the success of the growing campaign. As one daily put it: 'It is the first time that the bank has paid its critics the compliment of a lengthy and official reply to their charges'.

NOTE: The bank declared a profit of £14.3 millions and the AGM approved a final dividend of 7% on £40 millions of ordinary stock.

APPEAL

The Committee for Freedom in Mozambique, Angola and Guinea is the official British support committee for the liberation movements of the Portuguese colonies - FRELIMO, MPLA and PAIGC. We are not a mass-membership organisation as our role is to inform, activate and co-ordinate. Our major fund-raising effort is directed towards gaining material support for the liberation struggles in Africa: money donated specifically for this purpose does not go on our running expenses.

But in order to do our work effectively we must have a secure financial basis, and our activities have expanded beyond the point of being able to survive on irregular donations.

We therefore ask our readers to associate themselves positively with the work of the Committee, by making a commitment of at least £3 a year by banker's order. As an associate you will receive this bulletin, our annual report, notices of meetings and any other information we publish. Write to 531 Caledonian Road, London N7 for a banker's order.

APPEAL

AVAILABLE AT PRESENT

LITERATURE

<i>The Struggle for Mozambique</i> by Eduardo Mondlane	(Penguin 8/-)
<i>Revolution in Guinea</i> by Amilcar Cabral	(Sage One 9/-)
<i>The Liberation of Guinea</i> by Basil Davidson	(Penguin 1/-)
Portugal and NATO Published by the Dutch Angola Committee	(2/-)
<i>The Cabore Bassa Project and the UN Sanctions Resolution on Southern Rhodesia</i>	(6d)
<i>Cabore Bassa/Barclays leaflet</i>	(30/- per 1000)
<i>Fact sheets on British involvement in Cabore Bassa</i>	(30/- per 1000)
<i>Leaflet - "War on Three Fronts"</i>	(1/-)
<i>The Programme of the PAIGC</i>	(6d)
<i>Statutes and Programme of FRELIMO</i>	(6d)

POSTER

"Cabore Bassa Dam - smash Cabore Bassa." (1/-)

SPEAKERS

Speakers are available from the Committee to talk to public meetings and groups. Arrangements can be made with the Committee.

Anexo B-03

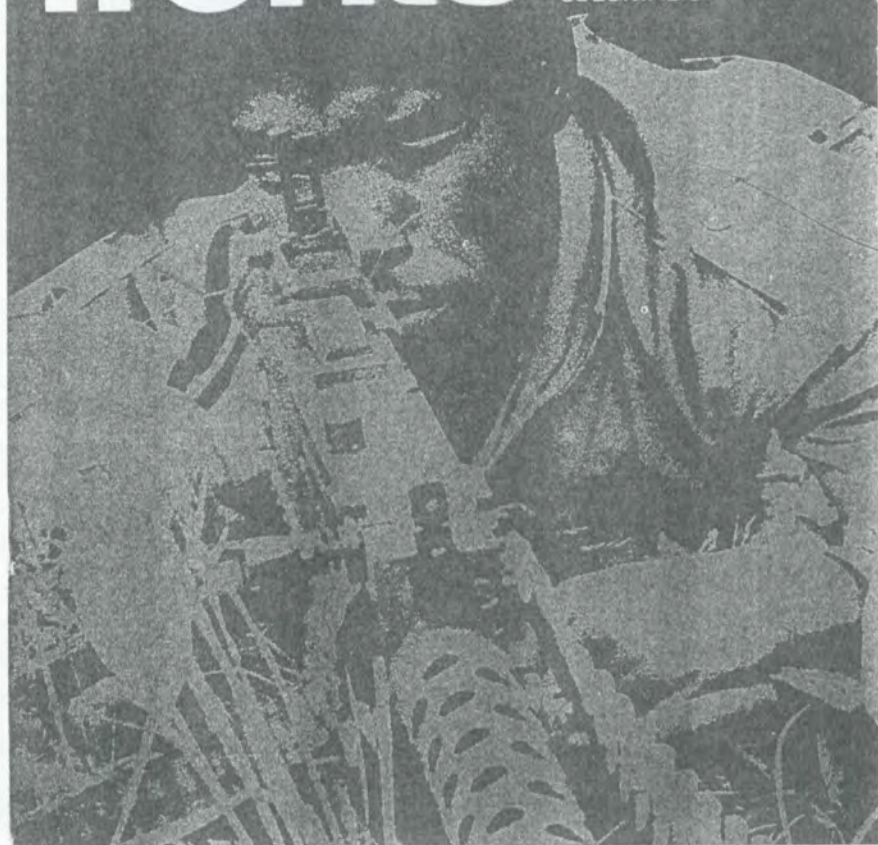
Published by Committee for Freedom in Mozambique, Angola & Guinea
and the Africa Research Group SOAS-SU.

531 Caledonian Road, London N7 phone 01-607-2170

Price: 18p

war on three fronts

THE FIGHT
AGAINST PORTUGUESE
COLONIALISM



MOZAMBIQUE REVOLUTION

April - June 1970 N. 43

contents

EDITORIAL on the Central Committee meeting May 1970	3
COMMUNIQUE OF THE CENTRAL COMMITTEE report on the present situation, analysis on ideological development of the struggle, disciplinary sanctions and elections	4
MASSACRE OF MUEDA 16 June 1960-1970	12
IF YOU ASK ME WHO I AM poem	15
WAR COMMUNIQUE	16
ATAQUE! a fighter reports	18
THE ROME CONFERENCE International Conference of Solidarity with the peoples of Portuguese Colonies 27 June 1970	19
UNITED NATIONS COMMITTEE ON DECOLONISATION meeting with an Ad Hoc Committee	20
MESSAGE of solidarity to the Revolutionary Government of South Vietnam	23
THE STRUGGLE IN OTHER "PORTUGUESE" COLONIES a report	24

EDITORIAL

A Central Committee meeting is always an important event in the life of our organisation. The Central Committee is the ruling organ in the periods between Congresses, and it formulates the lines of orientation of FRELIMO within the principles defined by the Congress. In addition to its importance in the hierarchical structure of our organisation, the Central Committee is also important through its composition: it is made up of comrades engaged in direct action, representatives of the people, Provincial Secretaries, Political Commissars, military cadres (for example, the comrade who is responsible for sabotage operations in Tete Province is a member of the Central Committee) and members elected by the people. It was this Central Committee, with its special nature and composition (delegated to it by the Second Congress of July 1968) that again met in May 1970.

The essential aspect to be underlined at this meeting was the unity revealed in the discussions and in the positions taken. In previous editorials we referred to the existence of contradictions in our midst, derived from the struggle of two ideological lines. We restated the revolutionary line—the one defined by the First and Second Congresses. We explained how the ambitious, opportunists and exploiters existent in our organisation saw their manoeuvres frustrated by the action of the revolutionary militants, who are ready to give their lives for the defence of our ideological achievements. We showed how the reactionaries are being gradually rejected by the Revolution.

The spirit which prevailed at the latest meeting of the Central Committee revealed that we have already reached an advanced phase in that process of purifying our ranks. Frankness reigned—there was friendship and revolutionary fraternity among all members. The climate that we felt was the result of the ideological unity that existed among us. For the first time in the history of FRELIMO, there were no discordant voices in the Central Committee which where opposed to the revolutionary positions; it constituted a solid and united block.

We consider that a great victory has been achieved, one which must be preserved and defended at all costs. The Central Committee itself recommended continuous vigilance; in order that that vigilance may be efficiently exercised, the Central Committee clarified certain concepts. Thus, the Central Committee stressed its definition of the

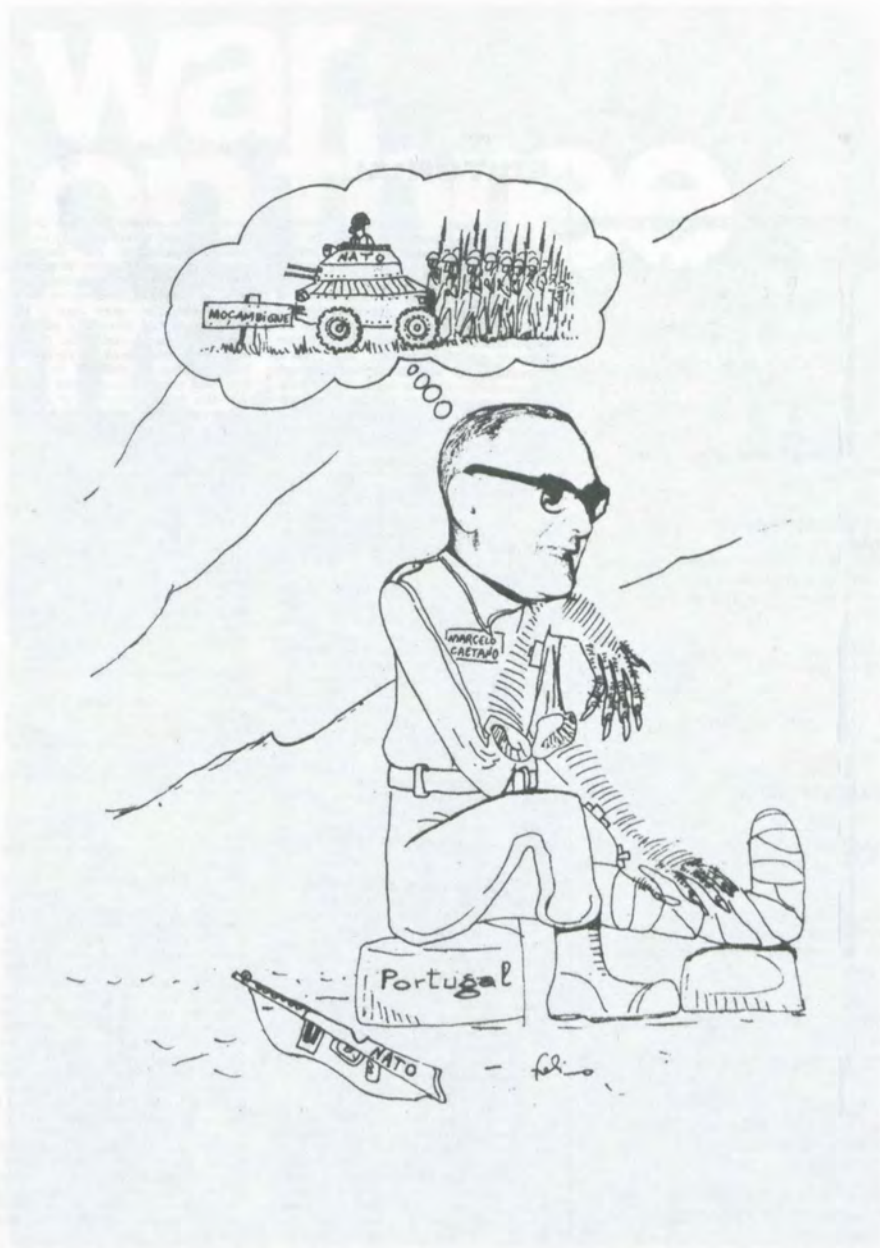
enemy. The enemy has two faces: principal and direct enemy, i.e. Portuguese colonialism and imperialism which are open enemies whom we front daily in the battlefield, in relation to whom no doubt or conflict is possible. The other face is the indirect and secondary enemy, presents himself under the cover of nationalist and even a revolution thus making it difficult to identify him. The Central Committee reaffirms that the characterization of the enemy for us will never be derived from colour, nationality, race or religion. On the other hand, our enemy is that one who exploits or creates conditions for exploitation of our people, whatever his colour, race, nationality or religion.

Within the same intention of pointing ideological weapons to our comrades so that they may be able better defend our Revolution, the Central Committee defined the qualities which every FRELIMO militant must build or develop in himself: continuously fighting ambition, opportunism, tribalism and corruption. The existence of a high level of these qualities is the condition for a militant to be appointed for positions of responsibility in our organisation.

The Central Committee met, studied and solved several problems. In general they were problems of development of the struggle in its multiple aspects—police-military, economic and cultural.

One of these problems concerned the centralization of leadership. The creation of the Council of Presidents in April 1969 had responded to the difficult period subsequent to the death of President Comrade Mondlane, a situation having been stabilised. This solution ceased to have validity. It was necessary to re-establish a strict direction. Within this new framework the Central Committee elected a President and a Vice-President. The choice fell on the two comrades who after the death of Comrade Mondlane had in fact assumed the direction of FRELIMO, and who had fought to ensure the structural and ideological integrity of the organisation: Comrade Sam Moises Machel, elected President of FRELIMO, and Comrade Marcelino Santos, elected Vice-President.

Thus, a new period is being opened in the life of FRELIMO. We took an important step forward in the consolidation of our unity, we elected a revolutionary leadership, we clarified our political line, we came nearer to final victory.



CAPITULO IV

O INÍCIO DA SUBVERSÃO (1964/65)¹

INTRODUÇÃO

Muito antes da eclosão das acções violentas no Norte de Moçambique (1964), era já do conhecimento das Autoridades a actividade de Movimentos de cariz emancipalista que desenvolviam a sua acção em várias áreas do território².

Estas actividades envolveram o envio de agentes aliciadores para o interior do território que distribuíam propaganda e angariavam fundos, tendo como objectivo a adesão das populações à sua causa, no sentido de fomentar o espírito de revolta e a insubmissão à presença portuguesa em Moçambique.

Este procedimento estava enquadrado no “clima” anticolonialista da época, já marcada pela independência de muitos territórios de África e ao qual a ONU dava o seu apoio. Há que referir que estas acções eram facilitadas por vários factores negativos inerentes à vivência, ao tempo, das populações e de que devem ser salientados os seguintes:

- abusos cometidos por algumas empresas que se dedicavam ao cultivo do algodão;
- incidentes violentos provocados por cipaiois, durante a construção do Posto Administrativo do Mutuali e de uma estrada em Ribaué;
- o facto de alguns núcleos islamizados de Cabo Delgado e do Niassa estarem dependentes do sultão de Zanzibar a qual pagavam tributo;
- a carência de boas vias de comunicação e meios de transporte fácil nas áreas excêntricas do território, como deveriam ser considerados todo o distrito do Niassa, boa parte do de Moçambique e de Cabo Delgado;
- a fraquíssima “malha” administrativa, muito débil e rala, naqueles Distritos;
- a pouca existência de ocupação comercial, com muito poucos estabelecimentos de permuta comercial, nos mesmos Distritos;

¹ Elaborado com base em PERINTREP do QG/RMM e no “Relatório do início e evolução da subversão em Moçambique”, de Outubro de 1969, do Major Rui Freitas Lopes.

² Ver Cap. III.

- a tradicional movimentação das populações nas zonas fronteiriças, atraídas pelos maiores centros populacionais e comerciais existentes nos países limítrofes de Moçambique e apoiadas na vivência da mesma etnia de um e outro lado da fronteira;
- instigação da etnia Maconde, estimulada por elementos vindos da Zâmbia, aproveitando e empolando abusos havidos nos contratos de trabalho e, mais tarde, a obrigatoriedade do pagamento da água fornecida pelo sistema de distribuição implantado na região.

É, aliás, no planalto dos Macondes que se desenrolam dois incidentes, espaçados no tempo, e que, por terem sido muito aproveitados pela propaganda da FRELIMO devem ser referidos.

Em 16 de Junho de 1960, o Governador do Distrito de Cabo Delgado promoveu e presidiu, em Mueda, a uma banja³ com a população, a fim de tratar de problemas relativos à cultura do algodão, comercialização de produtos agrícolas e abastecimento de água.

Juntou-se uma multidão de cerca de 5.000 pessoas que, inesperadamente, investiu ameaçadoramente contra o pequeno grupo das Autoridades o que levou à necessidade da intervenção de uma pequena força militar, um pelotão, que, anteriormente, o Governador não tinha querido aceitar como escolta mas que, por iniciativa do seu Comandante, se postara à retaguarda, em posição de espera.

A actuação dessa força permitiu a defesa do Governador e dos seus acompanhantes, tendo os manifestantes sofrido cerca de 20 mortos e alguns feridos⁴.

Mais tarde, seguiram para Mueda duas Companhias de Atiradores e um Esquadrão de Cavalaria, que repuseram a tranquilidade na região.

Em 1962, com a finalidade de levar a água ao seco e árido planalto onde se situava Mueda, o Governo Geral de Moçambique iniciou a montagem de uma rede de abastecimento de água, que ficou concluída em Fevereiro de 1963 e entregue à Administração da Circunscrição dos Macondes, em 02 de Agosto do mesmo ano.

Esta obra envolveu um investimento de certa monta⁵ e o emprego de mão de obra local.

³ Banja – Reunião da população para tratar assuntos do seu interesse, por iniciativa das Autoridades Administrativas ou das populações e que, algumas vezes, era seguida de festa segundo os usos e costumes africanos.

⁴ Sobre o incidente de Mueda ver o depoimento do Ten Gen Silvestre Martins que, como alferes, comandava o pelotão que interveio, in "A geração do fim - Infantaria 1954 - 2004", editora Prefácio.

⁵ O custo total da obra foi de 17.369.653\$74 o que, na época, era um valor elevado, correspondendo, na actualidade (2009) a cerca de 86.500 €.

O sistema compunha-se de:

- represa, situada no rio Chomba, provida de duas tomas de água, sendo uma superficial e outra profunda;
- estação elevatória, com ventiladores;
- equipamento, constituído por 2 grupos elevatórios e um agitador, servidos por 2 motores Hatz, 2 bombas marca Sulzer, 2 geradores marca Anderson, 1 agitador marca Dosarro;
- estação de tratamento, no mesmo edifício da estação elevatória e equipada com 2 bombas injetoras, sendo uma de cloro e outra de sal;
- conduta de recalque, desde a estação elevatória ao reservatório de armazenamento de 300 m³;
- reservatório de armazenamento, constituído por 2 células circulares de 150 m³ cada, dotados de ventiladores, rede mosquiteiro e 4 focos de luz;
- casa do encarregado, com 2 quartos de dormir, sala, cozinha, dispensa, quarto de banho e uma varanda;
- depósitos elevados de 30 e 20 m³, um de cada, o de 30 situado em Mueda e o de 20 em Mocímboa do Rovuma e ambos dotados de indicadores de nível visíveis do exterior;
- rede de distribuição, toda em tubo de ferro galvanizado, de diâmetro entre as 4 e 1 polegadas, numa extensão de 242 Km, abrangendo 8 ramais principais e 10 secundários;
- A rede dispunha de 44 postos de distribuição com 4 m³ de capacidade cada um que eram dotados de dispositivo automático de venda, da marca “Fordham”. Os postos 15, 21, 35, 39, e 41 tinham, ainda, a função de câmara de redução de carga;
- câmara de redução de carga, construída no troço 35-37 da rede de distribuição;
- armazém, sito próximo da estação elevatória e que se destinava à guarda de combustível, reagentes, ferramentas, tintas, tubagem, e outros;

A localização dos 44 Postos de Abastecimento é apresentada no “Esquema do Abastecimento-Rede da Distribuição”. (fig 1)

Após um período de utilização gratuita, a coincidir com avarias e depredações várias, as Autoridades decidiram que as populações passariam a comprar a água, tal como acontecia na Tanzânia, pois as Autoridades Administrativas concluíram que, por ser de graça as populações não conservavam o sistema a funcionar. O pagamento foi estabelecido à razão de “uma quinhenta” (\$50) o galão (4,546 litros), através da aquisição de

uma ficha apropriada ao sistema montado (fig 2), junto das Autoridades Administrativas e/ou dos cantineiros; Tal medida foi estabelecida com a finalidade de acabarem os estragos produzidos por, assim, verem as populações reflectir-se nas próprias o custo das reparações.

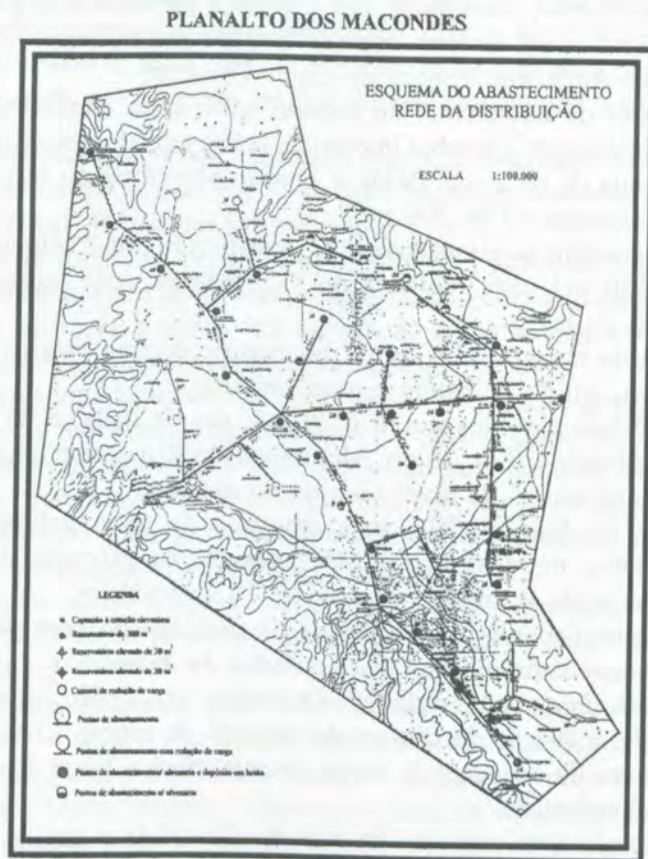


Figura 1 – Esquema do abastecimento. Rede de distribuição



Figura 2 – Serviço de Águas de Mueda
Ficha para abastecimento – Diâmetro real 20 mm
Cortesia do Cor Eng Armando Cação

Esta decisão, em tudo igual ao sistema praticado pelos ingleses nos territórios vizinhos, foi mal aceite pelos Macondes, incitados pelos agitadores, por não entenderem o porquê de pagar um bem que era dádiva da Natureza, esquecendo-se que, antes de montado o sistema, não tinham água. Aproveitou-se a FRELIMO para, conjugando-o com o imposto já existente “de palhota”, o apontar como um outro imposto, fomentando e favorecendo, no sentido do seu interesse, o estado de espírito de revolta que entretanto ia conseguindo criar.

Assim, um trabalho válido de apoio às populações, com vista ao seu bem estar e comodidade, foi transformado em motivo de ataque às Autoridades que implantaram o sistema.

No dealbar da sublevação que, mais tarde, veio a eclodir naquela região da Província, a rede dos postos de água foi destruída pelo inimigo.

Além destas situações, pela sua natureza mais evidentes, outras manifestações de índole subversiva se verificaram, tais como:

- cartas anónimas com ameaças de morte, dirigidas a brancos e Autoridades Tradicionais tidas como fieis à soberania portuguesa;
- tentativas de desencadeamento de actos de sabotagem com o objectivo deliberado de ataques a instalações militares e assassinato de europeus e africanos;
- reuniões, a pretexto de actos de culto, de seitas em trabalho religioso, seguido, para os elementos de confiança, de trabalho político;
- colecta de fundos por redes clandestinas de angariadores;
- actos de desobediência civil, de todo fora do comportamento habitual;
- receios, à primeira vista injustificados, mas assentes no comprometimento e/ou conhecimento de actos e pessoas ligados às actividades clandestinas;
- fugas organizadas de elementos detidos por comprovada actividade delituosa, quer do foro comum, quer de raiz subversiva;
- existência de redes de fuga e encaminhamento para os países limítrofes de elementos capazes, para aproveitamento posterior nas acções a desenvolver depois de devidamente instruídos quer doutrinária quer militarmente;
- sinais exteriores de reconhecimento, tais como o erguer o braço com o punho fechado em saudação, para identificação;
- uniformidade no vestir (camisa branca e calça preta, à Lumumba)⁶;

⁶ Lumumba - Patrice Emery - Nasceu em 1925 em Dualua, Cassai, actual Lumumbashi. Foi um dos mais activos promotores do movimento nacionalista congolês. Foi primeiro ministro e ministro da Defesa do 1º Governo do Congo após a independência (Junho de 1960). Após um período conturbado foi preso em Dezembro de 1960 e morto em Janeiro de 1961. (Verbo - Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura).

- difusão de notícias falsas sobre Angola a referir êxitos dos Movimentos ali existentes e denegrindo a acção e resultados das Nossas Forças;
- alusões a possíveis tomadas de posição de países limítrofes de Moçambique, quer quanto a atitudes contra a soberania portuguesa, quer quanto a uma hipotética tomada de parcelas do território moçambicano por, alegadamente, serem essas parcelas o natural prolongamento dos seus territórios para o mar;
- profusão de boatos, todos eles com a finalidade de criar a confusão nos espíritos e instalar-se uma psicose do medo, criando a instabilidade e cavando, quanto possível, o fosso da desconfiança entre a população e as Autoridades.

Estava-se, indubitavelmente, na 1ª e 2ª fases da evolução de uma acção subversiva⁷ que, na realidade, se consolidou a partir de 1964.

A Acção Subversiva em 1964 e 1965

Em 1964

Em princípios do ano de 1964, o grupo do Xequê Chibuané e do Mualimo Imenda volta a Cabo Delgado e percorre várias regedorias das áreas de Nairoto e Balama, obtendo novas adesões ou pelo menos, o comprometimento de Autoridades Tradicionais e avisando da futura vinda de agentes subversivos.

De regresso à Tanzânia, este grupo faz entrega de cerca de 600 contos a Nyerere e a Mondlane, produto de colectas feitas.

Em meados deste ano, o Xequê Sabite, em digressão pela área de Montepuez, teria feito declarações anti-portuguesas. Igualmente por essa altura o Xequê Vazila Issusso, de Mocimboa da Praia, ordenou que fosse desenvolvido entre os muçulmanos o tema da subversão.

O grupo do Mualimo Chicanga, reúne-se em casa do Régulo Toma e fracciona-se, posteriormente, em pequenos grupos que contactam com numerosas Autoridades Tradicionais, voltando a reunir-se em casa do Régulo Mualia.

Em fins de Julho de 1964 começam a aparecer espancados, não só elementos da população civil, mas, também, Autoridades Tradicionais da população Maconde que, quando interrogados sobre a origem dos seus ferimentos, informavam tratar-se de acidentes.

⁷ O Exército na Guerra Subversiva - I Generalidades - Cap. I - Estado-Maior do Exército - 1966.

Este clima de insegurança foi-se agravando ao longo do mês de Agosto, chegando-se ao assassinato de alguns chefes que nos eram dedicados, o chefe Joaquim, por exemplo.

“Em 21 de Agosto, no fim da tarde, foram atacados com tiros de canhangulo os ocupantes de uma viatura civil, na estrada Mueda-Mocimboa da Praia, por alturas de Nova Esposende (Sagal).

Em 24 de Agosto, um grupo terrorista assassinou o padre holandês Daniel Boormans, da missão de Bomela. O crime deu-se junto à missão de Nangololo onde se procedia a uma reunião de missionários. O padre Daniel, ao regressar de uma caçada, acompanhado de um serviçal, Ernesto Dinagongo, sofreu uma emboscada, e, atingido com tiros de canhangulo foi posteriormente abatido à catanada.

Uma patrulha militar foi enviada ao local onde ainda se encontrava o corpo em que eram visíveis os cortes nos braços, que testemunhavam uma tentativa de defesa desesperada. O serviçal Dinagongo escapou apenas com ferimentos”⁸.

Na noite de 24 para 25 foram destruídas várias pontes, executados cortes de estrada e danificadas linhas telefónicas nas regiões de Mocimboa da Praia, Palma, Quinhevo, Nova Esposende e Nangade.

No dia 25, patrulhas militares percorrendo as zonas afectadas, encontraram as povoações abandonadas.

Em 14 de Setembro de 1964, foi assassinado um guarda auxiliar da PSP. O grupo responsável foi, mais tarde, detectado sendo detidos alguns dos seus membros”.

Em 25 de Setembro de 1964, deu-se um ataque ao Posto Administrativo do Chai. Foi executado por elementos da FRELIMO, que, de acordo com a sua historiografia, considera esta data como a do início da luta armada em Moçambique.

Este grupo foi capturado no dia seguinte por forças da 1ª CCaç do BCaç Porto Amélia que imediatamente se tinha deslocado para o Chai.

Na mesma data é atingida por armas de fogo, no lago Niassa, uma lancha da Marinha.

“Em 29, foi atacado o quartel de Mueda. Vários grupos posicionaram-se em volta das instalações militares, aguardando, para atacar, a hora da formatura do recolher (20 horas), hora em que o pessoal estaria, naturalmente, mais vulnerável.

⁸ Depoimento dos Coronéis José Vaz Serra e António Duarte Botelho, ao tempo capitães da guarnição de Mueda.

⁹ PERINTREP N° 40 QG/RMM/2ª Rep Lourenço Marques, Setembro de 1964.

Um disparo de um cipaio da Administração sobre um detido que tentou pôr-se em fuga desencadeou o ataque prematuramente. Foram atacados simultaneamente o quartel do Exército, as instalações do AM 51¹⁰, a captação de água e as casas dos comerciantes locais (China e outros).

Após reacção das Nossas Tropas, o ataque, que teve alguma intensidade embora feito só com armas ligeiras, terminou tendo o inimigo retirado cerca de 2 horas depois. Por volta das 2 horas da manhã, voltou a flagelar as nossas instalações com menor intensidade¹¹. Este foi o primeiro ataque às Nossas Tropas em Moçambique.

Foi executado, como se averiguou na altura, por dissidentes da FRELIMO, posteriormente identificados como pertencentes à MANU, razão pela qual aquele Movimento o ignora, dando todo o ênfase à data e ao incidente do Posto Administrativo do Chai.

Este despique entre a FRELIMO e a MANU, organização através da qual o governo tanzaniano procurava obter um controlo efectivo da evolução da situação, levou a FRELIMO a antecipar todos os seus planos de começo e generalização do terrorismo em Cabo Delgado. Aliás, a FRELIMO dispunha já de chefes e de combatentes bem doutrinados e preparados no estrangeiro para a guerra de guerrilhas, em particular na Argélia e também no Zanzibar.

A partir dessa altura, sucederam-se os ataques a alguns Postos Administrativos, flagelações e emboscadas, assim como a continuação de acções de intimidação sobre as autoridades tradicionais e populações não aderentes ao movimento subversivo, movimento este que foi alastrando, rapidamente, no planalto dos Macondes, passando para Sul do rio Mesalo, ainda no ano de 1964.

Apesar de todo o vasto trabalho de subversão que vinha sendo realizado, e até dos actos de intimidação sobre os resistentes ou indecisos, houve régulos e núcleos que não quiseram aderir à subversão. Esses elementos e núcleos foram vítimas de verdadeiros morticínios por parte da FRELIMO, em violentas acções de represálias.

Na opinião do então Governador do distrito de Cabo Delgado que viveu toda a situação, o verdadeiro êxito da FRELIMO não consistiu em transformar toda a população Maconde em militantes, mas sim em subtrair quase toda essa população, a bem ou a mal, ao nosso controlo.

Em 06 de Outubro, um pelotão das Nossas Tropas foi emboscado na região de Licomantira (sul de Mueda).

¹⁰ Aeródromo de Manobra 51.

¹¹ Depoimento dos Coronéis Vaz Serra e Botelho.

Em fins deste ano de 1964 verificou-se nova infiltração de elementos anteriormente referenciados, como o grupo do Xequê Chibuane, e outros. Destas digressões resultou o comprometimento de novas Autoridades Tradicionais.

Em Dezembro, na área de Balama-Montepuez, é detectada, pela primeira vez, uma vasta rede subversiva, rapidamente desmantelada. Englobava um grande número de Autoridades Tradicionais tais como, entre outros, os Régulos Toma e Mualia, o conselheiro Gincore e o “Velho” Inquita.

Esta área, considerada como um dos objectivos preferenciais do inimigo, foi, mais tarde, novamente agitada e trabalhada, tendo-se gorado outro grande movimento subversivo em Agosto de 1965¹².

Considerava-se em 1964 que, no distrito de Cabo Delgado, o inimigo era constituído no seu conjunto por dois grupos pertencentes a facções que se opunham uma à outra, por motivos de diferenciação de política de actuação contra a nossa soberania. Um dos grupos pertencia à MANU (ou a uma organização dissidente desta) e o outro pertencia à FRELIMO.

Estes grupos tinham penetrado no território de Moçambique vindos da Tanzânia.

No Distrito do Niassa registaram-se as primeiras acções nas áreas de Metangula, Messumba, Nova Coimbra e Cobué (24Set64), sendo aqui assaltadas a secretaria e a residência do Chefe do Posto Administrativo, por um grupo chefiado por um ex-aluno da Missão de Messumba.

No dia 26, um grupo chefiado por outro ex-professor da mesma Missão, abriu fogo sobre a lancha “Castor”, da nossa Marinha, a navegar no lago Niassa. Posteriormente, foram feitos ataques ao Posto Administrativo de Olivença, em 30 de Dezembro de 1964 e 14 de Janeiro de 1965. Também nesta altura, se verificou actividade inimiga nas áreas de Mandimba e Mecanhelas.

Neste Distrito às acções referidas, a que se sucederam algumas outras de certo modo incaracterísticas, pareceu seguir-se um período de certa acalmia. Pode mesmo afirmar-se que a actividade do In começa a ter mais incremento a partir dos finais de Maio, com o rebentamento de uma carga comandada à distância no dia 29 e uma emboscada com lança granadas foguete no dia 31, ambas na região de Miandica, evoluindo a seguir para a chamada “guerra de minas” dirigida sobre as principais vias de comunicação deste distrito.

¹² PERINTREP nº 90 – 2ª Rep/QG/RMM de 06 de Setembro de 1965).

Antes do fim do mês de Agosto de 1965, porém, já se verificava o alastramento da actividade do In às áreas da circunscrição de Sanga e ao concelho de Vila Cabral, especialmente no itinerário a sul de Vila Cabral para Mandimba, principal via de comunicação deste distrito.

No Distrito de Moçambique verificou-se em Outubro de 1964, a primeira incursão de um grupo que, vindo da área de Montepuez, se dirigiu para a área de Muíte-Mecuburi-Muecate.

Em 04 do mesmo mês de Outubro registou-se o ataque ao Posto Administrativo de Mongué, no Distrito da Zambézia, seguido de ataque à residência do Administrador do Posto.

As investigações feitas levaram à prisão de quatro Regedores, três Chefes de Grupo e um Chefe de Povoação, da área do Posto de Muecate.

No Distrito da Zambézia, em Maio de 1964, foi atacado o Posto Administrativo de Chire por um grupo de quatro terroristas que arrearam e espezinharam a bandeira portuguesa. Este grupo foi todo ele neutralizado pelos cipaíes do Posto.

Registaram-se ainda o apedrejamento de um cinema em Alto Molocué (24 de Setembro de 1964), um ataque à residência do Administrador do Posto de Tacuane (24 de Outubro de 1964) e a um estabelecimento comercial. Foi igualmente emboscada uma escolta que levava preso o chefe da povoação Conea, tido como implicado nas acções anteriores. Em Dezembro de 1964 foi assassinado o Regedor Balaleia, por se recusar a fornecer alimentação e a aderir à subversão.

Nos Distritos da Beira, Manica e Sofala e de Tete em particular junto à fronteira com o Malawi, foi detectada, em Novembro de 1964, a presença de um grupo inimigo armado. Na área de Gomba, foi alvejada uma sentinela em Dona Ana, no limite do Distrito da Beira com Tete. Em 23 de Dezembro de 1964, registou-se um ataque ao Posto Administrativo do Charre e, em 12 de Janeiro de 1965, outro ao de Inhangoma. (Ver fig. 3)

Tal como sucedeu no distrito da Zambézia, nos primeiros meses de 1965 a actividade do In foi neutralizada.

Nos Distritos de Inhambane e Gaza foram então detectadas infiltrações de elementos aliciadores e angariadores de fundos, provenientes da Tanzânia, mas não se verificaram acções violentas.

Por outro lado, entre os Changanas, no Sul, é detectado um movimento visando a reconstituição do Império Vátua, do Gungunhana, de quem foram aliados, constituindo sempre a vanguarda das suas tropas, no sec. XIX, princípio do sec. XX.

No Distrito de Lourenço Marques, na capital, foi detectada e desmembrada, em Dezembro de 1964, uma rede subversiva que ali operava.

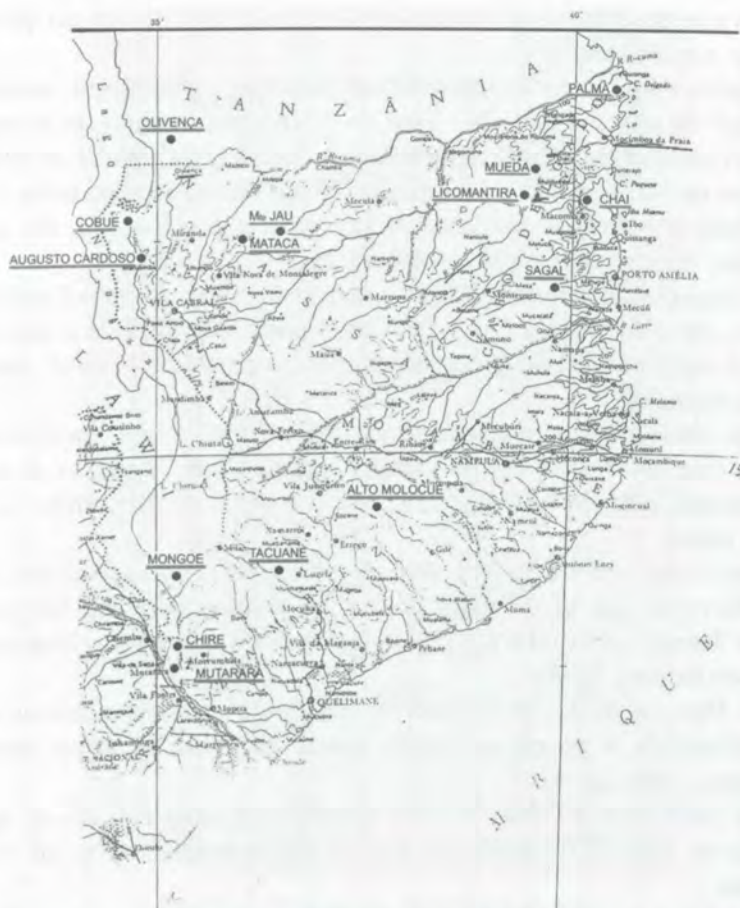


Figura 3 – As primeiras acções violentas em 1964 de 24 de Agosto a 06 de Outubro

Entretanto, poder-se-á considerar-se todo o território da Província alvo de um processo activo de subversão, sendo as populações, em especial no Norte, sujeitas a maior ou menor contacto com elementos agitadores, características de uma primeira fase preparatória de organização e amadurecimento de condições para a agitação violenta.

Em 1965

No Distrito do Niassa, depois de ter sido referenciada e localizada a primeira base inimiga, em Ngomba, na margem do lago Niassa, forças da Marinha tentaram efectuar um desembarque nesta localidade, onde depararam com forte resistência durante as três horas que durou o con-

fronto, o que de certo modo moralizou o In e consolidou o seu prestígio junto das populações.

A partir daqui a subversão violenta alastrou, rapidamente, através do "território" Nianja e Ajáua. No final do 1º trimestre atingia já as regiões de Nova Coimbra, Metangula e Maniamba, bem como a partir do Malawi, as regiões de Mecanhelas e Mandimba. Nesta última região, onde viviam lado a lado populações católicas, islamizadas e protestantes, foi apenas entre estas últimas que a subversão grassou.

No final do 2º trimestre de 1965 a subversão atingia a linha Candulo-rio Lugenda, abria uma bolsa em Nantuego, a partir da Tanzânia e alcançava, no Sul, a região de Chala-Lione-Messagulo, a partir do Malawi, tudo em áreas fronteiriças.

O In começou logo a empregar, de preferência, minas, furtando-se ao contacto com as Nossas Forças sempre que possível, o que se enquadrava na mentalidade do Nianja, pouco dado a actos de heroísmo e a lutas corpo a corpo.

Continuava a verificar-se o trânsito de agentes subversivos via Tanzânia e Marrupa, que se dirigiam depois ao distrito de Cabo Delgado. O Regedor Teleué, continuava a servir de intermediário para o alastramento da subversão para Leste.

No Distrito de Cabo Delgado a subversão violenta alastrou a toda a área Maconde e procurou depois passar às áreas de Porto Amélia e Montepuez. (Ver fig. 4)

Em princípios do ano de 1965 assinalou-se uma entrada de agentes subversivos, através de Marrupa, que se deslocaram às áreas de Nairoto e Balama.

Em Agosto nova entrada, com destino à área de Montepuez. Este último grupo fraccionou-se e os seus elementos percorreram, praticamente, toda a área de Montepuez, dirigindo-se ainda para as áreas de Mecufi e Porto Amélia.

A subversão atingiu, essencialmente, os clãs Econe, Lapone e Mualia e o núcleo dos Chacas.

É detectada uma vasta rede subversiva no Distrito ao nível de Autoridades Tradicionais, de que resulta a incriminação de 826 indivíduos, sendo 54 chefes tradicionais, 345 conselheiros, 111 mualimos, 171 polícias da terra e 145 autóctones influentes, dos quais foram presos 581.

Em Dezembro de 1965 é descoberta outra rede subversiva, resultante de novas infiltrações, presumindo-se que o In tinha a intenção de vir a atacar o PAdm de Balama. Daqui resultou nova onda de prisões. Todas estas prisões (os indivíduos presos foram levados para a Ilha do Ibo) parece terem des-



Figura 4 – Zonas activas em Setembro de 1965
(Niassa, Cabo Delgado e Zambézia)
(Apêndice I ao PERINTREP nº 90 – QG/RMM - 2ª Rep
Lourenço Marques)

mantelado as redes In, redes essas que, segundo se crê, não se estenderam às populações, entre as quais o In não encontrou apoio suficiente. Só entre as Autoridades Tradicionais esse apoio foi obtido, umas vezes através de ramificações familiares, clânicas ou religiosas, outras por intimidação.

No decorrer deste ano tinha começado, por iniciativa do Governador do Distrito de Cabo Delgado, Cor Basílio Seguro, a construção de aldeamentos, quer na área de Macomia, quer na de Montepuez, com vista a constituir uma linha de contenção. Esta iniciativa, a detenção de grande número de Autoridades Tradicionais e a acção militar permitiram conter, então, a subversão no distrito.

De entre as linhas de acção subversiva salientam-se, a título de exemplo, uma que utilizou o canal religioso e outra que utilizou o canal espiritual e tradicional.

Em Agosto de 1965, o Xeque Murumpa, de Montepuez, em reuniões com os seus “Mualimos” na mesquita de Montepuez, debateu assuntos de carácter subversivo, anunciando a vinda de gente da Tanzânia com o fim de fomentar “a grande revolta contra os brancos portugueses”.

Em Dezembro, a Piamuene¹³ Omacage obrigou os habitantes da sua povoação a prestar juramento sobre o Corão no sentido de não denunciarem às autoridades portuguesas a próxima chegada à povoação de elementos vindos da Tanzânia.

No Distrito de Moçambique são assinaladas, entre Novembro de 1965 e Novembro de 1966 novas infiltrações de elementos aliciadores, quase todos pela área de Lalaua, para a região de Lalaua-Ribaué-Iapala, e, posteriormente, outra infiltração para a área Malema - Mutuali.

O conhecimento da passagem destes grupos In deu origem a severa repressão policial, mediante a qual, e só na área de Ribaué, em 1965/66, foram presos 12 regedores, 34 chefes de grupo de povoações, 84 chefes de povoação, 1 suposta piamuene e 13 conselheiros, nas áreas de Erati, Muecate, Murrupula, e, sobretudo, Mecuburi, havendo áreas em que todos os regedores, e, mais tarde, os seus substitutos, foram presos, o que caracterizava bem o grande esforço que a FRELIMO estava então a fazer para conseguir o domínio deste distrito.

No Distrito de Zambézia as manifestações de actividades subversivas e violentas tiveram início em fins de 1964 e terminaram em 1965. Assim:

- “Em Janeiro de 1965 ataque à cantina da povoação de Limbué. Depois do ataque seguiram para uma casa da empresa de Chá Madal onde assassinaram e mutilaram um capataz que ia ali trabalhar,

¹³ Piamuene, mulher influente que simbolizava a origem da família, sendo considerada a mãe das mães. Representava, simbólica e espiritualmente, a essência mística de um antepassado comum, embora remoto, essência que era transmitida, de geração em geração, às mulheres e aos homens, mas que só elas gozavam da faculdade e do privilégio de transmitir aos filhos. Era preparada em vida a sua sucessora, cuidadosamente escolhida entre os elementos femininos da sua família, normalmente uma sua neta, filha de uma sua filha ou de uma sobrinha, ou então uma sua sobrinha, filha ou prima, que passava a viver com ela a partir dessa altura e ia ser instruída para a importante missão de Piamuene. Presidia a várias cerimónias tribais, por ex. a da iniciação das raparigas, e tomava parte em quase todas as cerimónias, por norma acompanhada da sua corte, constituída por Piamuenes secundárias ou simplesmente familiares e outras mulheres. Desempenhava ainda a função de ligação com os antepassados, a fim de invocar a protecção dos espíritos, realizando certas cerimónias junto das respectivas sepulturas, tendo em vista obviar casos de calamidade ou acontecimentos imprevistos.

espalharam cartões da FRELIMO e danificaram a ponte da estrada entre Tacuane e Lugela;

- Ainda nesse mês o inimigo fez uma emboscada ao chefe do posto de Mongué, tendo ferido o mesmo e morto dois autóctones;
- Em Fevereiro de 1965 uma viatura foi emboscada na estrada de Milange, tendo sido morto o condutor europeu;
- Em Março de 1965 o grupo responsável pelas acções referidas, comandado por Rui Alberto Mutumula e constituído por 9 oficiais, 6 sargentos e 36 praças é localizado e desmantelado na serra de Marevone, tendo sido capturadas 5 armas, munições, granadas, explosivos, muitas bandeiras e cartões da FRELIMO assim como um “Diário de Guerra” e ainda a relação de 3.000 nomes de residentes da região para aliciar¹⁴. Com base nestes elementos realizam-se o julgamento de várias Autoridades Tradicionais e outros elementos implicados nas acções anteriores, sendo o Tribunal constituído pelos Regedores da área;
- Em Abril de 1965 realizou-se no campo de futebol de Tacuane por iniciativa do Governador do Distrito de Zambézia¹⁵ uma “banja” em que durante 3 dias cerca de 4.000 autóctones vieram rasgar o cartão da FRELIMO e reafirmar a sua lealdade a Portugal. A partir daqui não houve, na região, qualquer acção de realce, praticamente até à independência, tendo-se processado a normal actividade comercial, a apanha do chá, a realização de mercados e a convivência fraterna entre todos.
- Em Maio de 1965 é morto o regedor Mugauanha;
- Em Junho/Julho de 1965 são presas várias Autoridades Tradicionais, das áreas do Gurué e Mopeia;
- Em Outubro de 1965 é descoberta uma vasta rede subversiva de autóctones da Missão Adventista do 7º Dia da área de Milange.

No distrito de Tete começa a assinalar-se, neste ano de 1965, a movimentação de grupos In, armados ou não, e ocorrem as primeiras acções violentas na área habitada pela tribo Senga - Circunscrição de

¹⁴ In “História da CCav 570” e depoimento do seu Comandante, Major de Cavalaria João Mendes Paulo. Esta Companhia actuou na Zambézia (regiões de Mocuba e Tacuane) de Dezembro de 1963 a Março de 1966.

¹⁵ O Governador do Distrito era o Dr. Gouveia e Melo que, com as milícias organizadas no Distrito tomou parte na acção de contra-subversão, com muito êxito.

Zumbo e Marávia -, em parte da autoria do COREMO, verificando-se as seguintes acções:

- Em Novembro, no dia 8, são vistos na região de João, Posto Administrativo de Zambué, 60 In armados;
- No dia 12, na mesma região, é ferido a tiro um cabo de milícias, e são vendidos cartões da FRELIMO;
- No dia 14, é feita uma rajada de metralhadora contra a casa do Administrador da circunscrição do Zumbo;
- No dia 15, é destruído um acampamento inimigo e preso um elemento;
- No dia 26, é incendiada a loja da Povoação João, na circunscrição de Zumbo, e morto um empregado;
- No dia 29, no Zobué - (fronteira com o Malawi) é flagelado o estacionamento do pelotão ali sediado;
- No mês de Dezembro registam-se fugas de população na área fronteiriça do PAdm de Zambué;
- São encontradas bandeiras e propaganda do COREMO;
- Aparecem alguns habitantes com cartões da UNIP, o partido governamental da Zâmbia, país que se havia tornado independente em Outubro do ano anterior;
- Nos distritos de Inhambane e Gaza, a partir de 1965, verifica-se, em certas regiões do concelho do Alto Limpopo (etnia Changana), o aliciamento de Autoridades Tradicionais e angariação de fundos a favor do Movimento rodesiano pró-NKomo (ZAPU), Movimento que se estendeu também à etnia Tsua.

Consequências Gerais dos Focos de Subversão no Norte de Moçambique

Em resumo, após o surto inicial dos focos de subversão, detectados em regiões dispersas nos distritos do Norte do território, assiste-se:

- à generalização da guerrilha no planalto dos Macondes e alastramento para Sul do rio Messalo, até ao paralelo de Macomia, no Distrito de Cabo Delgado;
- à situação de certo modo calma até finais de Maio de 1965, a que se segue um grande incremento de actividade e alastramento da subversão no distrito de Niassa;
- à neutralização do surto subversivo nos distritos da Zambézia e de Moçambique;
- à detecção de pequenos núcleos disseminados em grande parte do território da Província.

Da parte das Nossas Tropas foi mantida, dentro das condições em presença, face aos efectivos disponíveis e ao dispositivo existente, a actividade operacional tendente a:

- evitar a eclosão dos actos de terrorismo, e, caso se verificassem, eliminá-los imediatamente, impedindo o seu alastramento;
- evitar o isolamento de qualquer parcela do território da Província onde os terroristas pudessem tentar a criação de um governo;
- garantir a segurança dos centros ou regiões importantes, das actividades básicas e dos elementos fundamentais das áreas e pontos sensíveis - portos, aeroportos, centrais eléctricas, caminhos de ferro, e outros, em cumprimento da missão definida na Directiva nº 9, de 03 de Maio de 1961¹⁶ do CEMGFA.

Com a data de 07 de Maio de 1965, o Gab.Mil/CCM¹⁷ emitia a Directiva nº 3/65 (Para a actividade operacional das Forças Armadas de Moçambique) em que, entre outras orientações, constituíam intenção (conceito de manobra):

- exercer o esforço no distrito de Cabo Delgado, quer nas zonas onde se verificava ou viesse a verificar a actividade de grupos terroristas (vigiar as fronteiras e por acção ofensiva contra aqueles grupos criando condições de eliminar, rapidamente, tentativas de incursão em força, em especial através da fronteira da Tanzânia, e/ou de isolamento de qualquer parcela do território da Província), quer naquelas zonas onde não se verificava actividade de grupos terroristas (mantendo vigilância constante e desenvolvendo, progressivamente, os contactos com as populações para lhes aumentar a sensação de segurança, detectar actividades subversivas e ter condições de eliminar, rapidamente, tentativas de alteração da ordem nessas zonas);
- aumentar, logo que possível, a densidade das Unidades de protecção (quadrícula) nas zonas afectadas pelos grupos terroristas, ocupando, por ordem de urgência, Mocimboa do Rovuma, Nangade, Muidumbe, Olivença, Diaca (ou Namaua), Negomano, Macomia, Meluco, Nairoto e outros locais a revelarem-se necessários, a fim de melhorar a vigilância da fronteira entre a foz do rio Lugenda

¹⁶ Ver Cap. II.

¹⁷ Gabinete Militar do Comando Chefe de Moçambique.

- e Pundanhar, na região de Olivença e isolar, o mais possível, a região do planalto de Mueda;
- reforçar a acção das forças de vigilância da fronteira com o emprego de armadilhas e outros meios passivos;
 - aproveitar a linha do rio Messalo para, em complemento da vigilância do rio Rovuma e das acções do planalto de Mueda, evitar a infiltração terrorista para o Sul do mesmo rio;
 - vigiar as áreas costeiras, em especial a Norte de Porto Amélia e, no lago Niassa, a Norte de Metangula; descentralizar a acção de comando das operações no distrito de Cabo Delgado, criando, logo que possível, um Comando de Sector para coordenar as acções terrestres;
 - seguir atentamente a evolução da situação nas zonas onde não se verificava actividade terrorista, em especial nos distritos do Niassa, Zambézia e Tete, prevendo transferir para eles, se necessário, o esforço ofensivo;
 - apoiar a organização da auto-defesa das populações leais, em especial nos Distritos de Cabo Delgado, Niassa, Zambézia, Tete e onde viesse a verificar-se a iminência de subversão;
 - em ligação com as autoridades civis, organizar e melhorar a defesa dos principais centros populacionais, das actividades básicas, e das infraestruturas, em especial dos caminhos de ferro de Tete, Beira, Ressano Garcia e Goba, e dos portos, centrais eléctricas e aeródromos da Província, fazendo cooperar nessa defesa as forças militarizadas e a OPV¹⁸;
 - promover e estreitar a cooperação entre as forças armadas, as militarizadas e as autoridades civis por forma a que, da acção comum, resulte benefício na manutenção e restabelecimento da paz.

No mesmo documento era fixada à RMM¹⁹ a seguinte missão:

- desenvolver acção operacional com meios activos e passivos, a fim de procurar impedir a infiltração através das fronteiras, em especial pela da Tanzânia, entre a foz do rio Lugenda e Pundanhar e entre o lago Niassa e a foz do rio Messinge, afluente do rio Rovuma e ocupar, logo que possível, Mocimboa do Rovuma, Nangade e Olivença e em 2ª urgência, Negomano, com vista a evitar

¹⁸ Organização Provincial de Voluntários.

¹⁹ O Comandante da RMM era o General (Ten General) João Alexandre Caeiro Carrasco (de Agosto de 1962 a Agosto de 1965).

- o reforço e reabastecimento dos grupos terroristas que actuavam nos distritos de Cabo Delgado e Niassa;
- procurar isolar as zonas de refúgio dos grupos terroristas para limitar as suas acções e evitar o alastramento da subversão, em especial para Sul do rio Messalo e, para isso, ocupar, logo que possível, Muidumbe e, em 2ª urgência, Macomia, Meluco, Diaca (ou Namaua), Nairoto e outros locais a revelarem-se necessários;
 - exercer o esforço ofensivo no distrito de Cabo Delgado, destruindo os bandos terroristas infiltrados na Província;
 - manter-se em condições de se opor a ataques em força vindos do exterior, em especial da Tanzânia;
 - destruir qualquer tentativa de isolamento de parcelas do território;
 - prever o adensamento da quadricula na área do Comando Territorial do Centro (CTC), em especial no distrito de Tete;
 - prever ainda a localização das forças de intervenção para poder transferir, se necessário, o esforço para a área do mesmo CTC;
 - criar, logo que possível, no Distrito de Cabo Delgado, um Comando de Sector (Agrupamento) que permita descentralizar a coordenação das operações terrestres no distrito;
 - manter, na área do Comando Territorial do Norte, uma Reserva que permitisse:
 - reforçar qualquer das áreas do CTN;
 - actuar como força de intervenção, para reduzir os grupos terroristas nas suas zonas de refúgio;
 - executar planos de emergência;
 - reforçar o CTC, em caso de transferência do esforço ofensivo para a sua área.

Em resumo, destaca-se:

- aplicação do esforço em Cabo Delgado;
- ocupação, logo que possível, de Mocimboa do Rovuma, Nangade, Muidumbe e Olivença, e, em 2ª urgência, Negomano, Macomia, Meluco, Diaca (ou Namaua) e Nairoto;
- criação, com a maior brevidade, de um comando de Sector em Cabo Delgado.

No início de Junho de 1965, o In continuava a tentar garantir o seu domínio sobre as populações de Cabo Delgado, a Norte do rio Messalo e procurava alargar, também, a acção subversiva à região costeira e para

Sul daquele rio. Intensificava ainda a acção subversiva na zona do distrito do Niassa confinante com o lago e procurava estende-la para Sul. Era de esperar, igualmente a curto prazo, uma tentativa de alastramento até à zona de Milange, na Zambézia e previa-se, a longo prazo, uma tentativa de alteração da ordem no distrito de Tete.

Estava-se, pois, perante duas ameaças reais e presentes, uma em Cabo Delgado e outra junto ao lago Niassa. Existia, também, a probabilidade de duas novas ameaças: uma, a prazo relativamente curto, no Distrito da Zambézia; outra, a longo prazo, no distrito de Tete.

Das ameaças reais, continuava a ser mais importante e perigosa a do distrito de Cabo Delgado. No Distrito do Niassa, a actividade subversiva concentrava-se na Circunscrição do Lago, entre Maniamba e Cobué.

Em face desta evolução da situação, o Gabinete Militar do CCM emite a sua Directiva Nº 4/65, de 2 de Junho, "Para a Actividade Operacional das Forças Armadas em Moçambique", na qual expõe a seguinte intenção:

- "a. Não alterar o que consta da Directiva Nº 3/65, quanto ao esforço principal, que continuará a exercer-se no distrito de Cabo Delgado para restabelecimento da ordem nesta zona, o mais rapidamente possível.
- b. Fazer face, no entanto, às outras ameaças e, entre estas, com mais urgência à real existente na Circunscrição do Lago, no distrito do Niassa.

Para este efeito é necessário:

- (1) Evitar o alastramento da subversão em especial para Sul, protegendo as populações;
 - (2) Evitar o reforço dos grupos terroristas já instalados na zona;
 - (3) Criar as condições duma acção futura mantendo os grupos terroristas em insegurança, procurando localizá-los e, se possível, destruí-los.
- c. No que respeita às ameaças nas regiões da Zambézia e de Tete, seguir mais atentamente a evolução da situação e incrementar a actividade das forças de protecção estabelecidas nessas zonas, preparando-nos para, em especial no Distrito da Zambézia, reforçarmos, rapidamente, as forças da fronteira".

Neste documento é atribuído ao Comando da RMM a missão de: "Sem prejuízo das acções a levar a efeito na região de Cabo Delgado, procurar estabelecer um dispositivo conveniente e aumentar a actividade das NT na região do lago Niassa".

Remodelação do Dispositivo das NT em 1965 e Lançamento das Operações “Águia”

Em 21 de Junho de 1965 tinham acabado de chegar ao território os Comandos dos Agrupamentos nº 23 e 25, o que foi aproveitado para dividir a área do Comando Territorial do Norte (CTN), sendo atribuída como zona de acção ao primeiro, o distrito de Cabo Delgado (78.374 Km²) e ao segundo os distritos do Niassa (127.087 Km²), Moçambique (78.265 Km²) e Zambézia (102.880 Km²). O Agr nº 23 localizado em Mueda ficava com uma área de responsabilidade de 78.374 Km² e o Agr nº 25 localizado em Vila Cabral com um total de 308.232 Km². Ia-se, assim, ao encontro do recomendado nas directivas anteriores do Comandante Chefe de Moçambique, criando-se um Sector em Cabo Delgado.

Para efeitos operacionais, disciplinares e de instrução, ficaram:

- Sob a dependência do Agr nº 23:
 - Batalhão de Caçadores de Porto Amélia, as CCaç de Porto Amélia e as CCaç 548 e 614;
 - Batalhão de Caçadores 558 e as CCaç 607, 688, 803 e a CCav 755;
 - Batalhão de Caçadores 608 com as CCaç Mocimboa Praia, 592, 606, 687 e três Pel Rec (812, 835 e 836).
- Sob a dependência do Agr nº 25 ficaram:
 - Batalhão de Caçadores de Nampula, com a CCaç Nampula, a CArt 560, as CCaç 605 e 802;
 - Batalhão de Cavalaria 571, com a CCaç Milange, a CCaç Quelimane e as CCaç 569 e 570;
 - Batalhão de Caçadores 598, com a CCaç Vila Cabral, a CCaç 612, as CCav 754 e 568 e a CArt 636;
 - Batalhão de Caçadores 729, com a CCaç 689;
 - GAC de Nampula, o ERec de Nampula e a CCaç 696.

Ou seja, para actuar em 78.374 Km² o Agr nº 23 dispunha de 3 Batalhões de Caçadores, 13 Companhias e 3 Pelotões de Reconhecimento.

O Agrupamento nº 25 para actuar em 308.232 Km² dispunha de 4 Batalhões, 14 Companhias, 1 GAC e 1 ERec.

No CTC e CTS manteve-se o dispositivo sem alteração, correspondendo ao primeiro, o distrito de Tete (100.714 Km²) e o distrito de Manica e Sofala (129.854 Km²) englobando o segundo os distritos de Lourenço Marques (16.184 Km²), de Gaza (83.133 Km²) e de Inhambane (68.470 Km²), num total, para a Província, de 784.961 Km², (incluindo-se os 6.952 Km², parte do Lago Niassa).

Nesta data (1965), a RMM atribuía ao inimigo, no capítulo da guerrilha, as seguintes possibilidades:

- “ - Manter e intensificar as acções de guerrilha nas zonas activas e estendê-las às áreas vizinhas, nas direcções:
 - Montepuez e Porto Amélia;
 - Vila Cabral e Nova Freixo.
- Aumentar a sua actividade nas linhas de infiltração:
 - Gomba - Mecula – Marrupa;
 - Negomano - Nairoto – Montepuez.
- Isolar uma área restrita nas zonas activas do distrito do Niassa e/ou no Cabo Delgado;
- Desenvolver as actividades de terrorismo e guerrilha nas zonas de Mecanhelas, Milange, Tacuane, Morrumbala e Mutarara;
- Abrir uma nova frente no distrito de Tete, sendo de considerar, em especial, as regiões de Zumbo, Vila Gamito e Zobué”.

Operações “Águia”

Neste período, e a fim de dar cumprimento ao estabelecido nas directivas anteriores do CCM, nomeadamente no que diz respeito à aplicação do esforço “destruição do inimigo na região Norte do distrito de Cabo Delgado, consolidar as nossas posições e barrar o alastramento daquele para Sul do rio Messalo”, a RMM levou a efeito a operação “Águia”.

O comando da operação pertenceu ao Comando do Agrupamento nº 23, que dispunha de três Baterias de Artilharia do GAC de Nampula e de três Batalhões eventuais, constituídos por Unidades dispersas e oriundas de vários pontos da Província, com a seguinte composição:

BCaç “A” - Cmd e CCS/BCaç Nampula

- 1ª CCaç Nampula

- CCaç 605

- CCaç 802

BCaç “B” - Cmd e CCS/BCaç 729

- CCaç Marrupa

- CCaç 550

- CCaç 615

BCaç “C” - Cmd e CCS/BCaç Beira

- 1ª CCaç Beira

- 2ª CCaç Beira

- CCav 756

- CCaç Paraq 32

Em 28 de Junho de 1965, era a seguinte a localização destas unidades: PC Av/Agr. 23, em Mueda; BCaça "A", em movimento para Mueda; BCaça "B", em Sagal; BCaça "C", em Mueda; 3 Bat. de b.f. em movimento para Mueda; BCaça de Porto Amélia, no Chai.

Ao dar-se início à operação, as Unidades concentradas estavam dispostas da seguinte forma: PC Av/Agr 23, em Mueda; BCaça "A", em Muidumbe; 1ª CCaça Nampula, em Nangololo; CCaça 605, em Mutide; CCaça 802, em Miteda;

BCaça "B", em Sagal; CCaça Marrupa, em Sagal; CCaça 550, em Mutamba dos Macondes; CCaça 615, em Namualadi (3939.1127); CCav 755, em Sagal; CCaça 688, em Nangade;

BCaça "C", em Mocimboa do Rovuma; 1ª CCaça/Beira, na região de (3922.1123); 2ª CCaça/Beira, em Balalé (3926.1116); CCav 756, em Chomba (3922.1133); CCaça Paraq 32, na região de (3922.1126); 1ª Bat b.f./GAC Nampula, em Mutamba dos Macondes; 2ª Bat. b.f./GAC Nampula, em Miteda; 3ª Bat. b.f./GAC Nampula, em Mueda. (fig.nº 5)

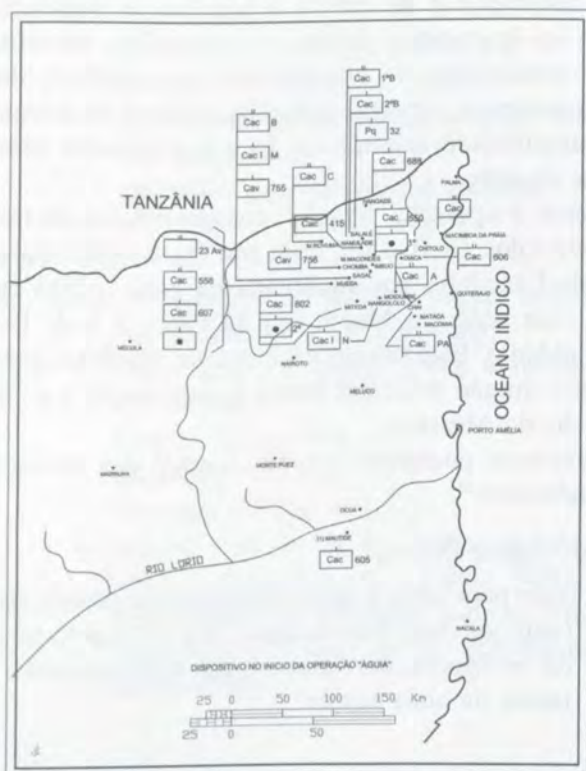


Figura 5 – Dispositivo no início da "OP ÁGUA"

Esta Operação “Águia” traduziu-se, na prática, no adensamento do dispositivo de quadricula já ali existente, com mais 3 Batalhões (A,B e C) e 3 Baterias de bocas de fogo, o que permitiu uma intensificação da actividade operacional em toda a área a Norte do rio Messalo.

A operação desenvolveu-se durante o período de três meses que decorreu entre 25 de Junho de 1965 e igual data de Setembro e consistiu numa série de acções independentes levadas a efeito pelas subunidades constituintes, tais como, nomadizações, patrulhamentos, reconhecimentos, batidas, escoltas, emboscadas, apoio às populações, golpes de mão, desmatações e outras.

Sempre que surgiam objectivos compensadores, eram montadas operações parciais integradas na Op. “Águia”, destacando-se entre outras, as operações “Águia Branca”, “Águia D’Ouro”, “Águia Azul”, “Cotovia”, “Gato Bravo”, “Águia Vermelha”, “Águia Rósea”, “Bola”, “Águia Rubra”, “Águia Amarela”, “Ofir”, “Águia Verde”, “Cata-vento” e “Melro”, estas com uma articulação, por norma, de forças não superiores ao escalão Companhia, por vezes com apoio da aviação e de fogos de artilharia.

Quanto a resultados é de referir a recolha de populações fugidas, baixas causadas ao In (mortos, feridos e capturados), apreensão do mais variado tipo de armamento, do convencional ao genílico, destruição de machambas, aldeamentos, viveres, colheitas, captura de documentos, sem esquecer a intranquilidade causada ao In e o pertinente reforço no que respeita à nossa situação.

Muito embora a operação “Águia” compreendesse os três Batalhões anteriormente referidos (A,B e C), com ela foi coordenada a acção dos três Batalhões de Caçadores em quadricula na zona (o 558 com sede em Mueda, o 608, com sede em Mocimboa da Praia, e o de Porto Amélia, com sede nesta cidade). Este último deslocou-se durante o período, para o Chai, tendo como missão principal barrar a penetração e o alastramento do In para Sul do rio Messalo.

Pelo seu interesse pormenorizam-se algumas das operações da série Águia, acima indicadas²⁰.

- Operação “Águia Branca”

Missão: Bater para Leste a região limitada pela estrada Miteda-Mueda (entre os depósitos de água 13 e 15) e pelo troço Sul-Norte do rio Muera, destruindo todas as povoações e lavras existentes na zona batida.

²⁰ História do BCaÇ Nampula.

Conceito: a. constituir 2 agrupamentos:

I - CCAç 802 (-) ref. 1 Pel/CCAç 605;

II - CCAç 605 (-).

b. largar o Agrupamento I, aproveitando uma escolta que se dirige a Mueda, constituindo 3 grupos actuando paralelamente.

c. fazer a batida em 2 lanços:

1º - picada Dumussa - Mulamba (dia 22);

2º - picada Muatide - Chilundo (dia 23).

d. montar emboscadas com o agrupamento II ao longo do vale do Muera, dentro dos limites da zona batida.

e. coordenar a acção dos grupos de batida em PC aéreo²¹.

Duração: De 220600 a 231500 Jul65²²

Resultados: - Destruido 1 acampamento com 30 palhotas;

- 2 mortos In;

- vários feridos não controlados;

- 1 prisioneiro;

- centenas de palhotas destruídas;

- dezenas de abrigos destruídos;

- armamento gentílico apreendido (não especificado nos relatórios);

- utensílios domésticos apreendidos.

- Operação "Águia D'Ouro"

Missão: Bater no sentido Sul-Norte a região definida pelos vales dos rios Muera, Muatide e Cavanga.

Conceito: a. Bater cada um desses vales e imediações por uma subunidade:

Muera - CCAç 605 (-);

Muatide - 1ª CCAç (-);

Cavanga - CCAç 803 (-);

b. Sugerir que pelas Unidades vizinhas sejam montadas emboscadas, na margem Norte do rio Muera, nos pontos de confluência daqueles vales com este rio.

c. Reforçar a 1ªCCAç com o Pelotão de "Comandos" do Batalhão.

²¹ Posto Comando montado em meio aéreo.

²² Das 0600 horas do dia 22 até às 15 horas do dia 23 de Julho de 1965.

d. Coordenar a ação das três companhias em PC aéreo.

Duração: De 260430 a 271630JUL65

Resultados: Material apreendido ao In:

- 1 espingarda russa MOSIN NAGANT 7,7; 5 cartuchos 7,7; 4 granadas de mão defensivas; 1 granada de mão ofensiva; 1 par de polainitos de lona; 3 canhangulos; vários documentos; 30\$00 em dinheiro;
- Baixas no In:
 - 6 mortos controlados (1 da OB)²³; 4 feridos controlados; 3 prisioneiros.
- Destruições nas organizações In:
 - 2 acampamentos CT c/OD²⁴, respectivamente, de 500 habitantes e 10 palhotas; 3 acampamentos de PF s/OD²⁵, de 30 palhotas; comida, criação, roupas e utensílios; centenas de palhotas e cobertos isolados.

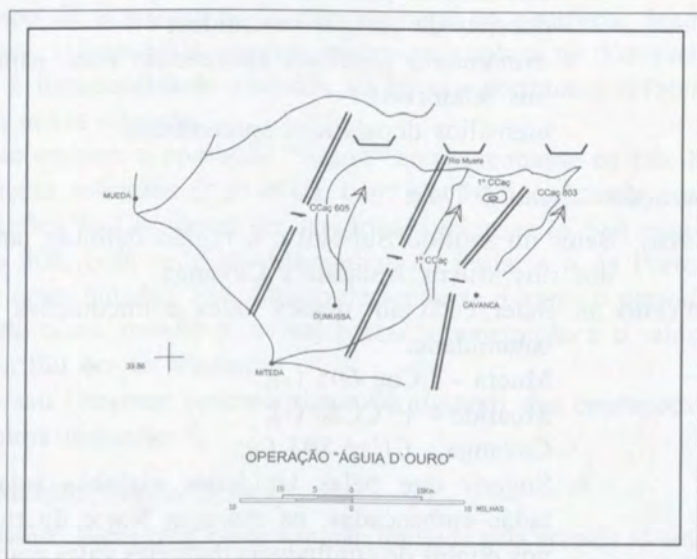


Figura 6 – Operação "Águia d'Ouro"

²³ referenciado na ordem de batalha do In.

²⁴ campos de treino com organização defensiva.

²⁵ população fugida sem organização defensiva.

- Missão: Destruir um acampamento situado no grupo de povoações Chilambo, regedoria Massomué, área de Mueda, distando do rio Messalo cerca de 02 Km, onde o In, com cerca de 200 elementos, dispõe de armas automáticas e de repetição, bazookas e morteiros, em dispositivo militar com trincheiras e sentinelas, aniquilando ou capturando os elementos rebeldes e o material encontrado.

b. Bombardear o objectivo em 310530²⁷ durante meia hora;

c. Executar uma batida com o BCaÇ A sobre o objectivo até à margem do Messalo, 30 minutos após o bombardeamento;

d. Cobrir a margem Sul do Messalo com 2 companhias do BCaç Porto Amélia na região fronteira à ZA do Batalhão Caçadores A.

Resultados: 2 acampamentos de população fugida destruídos; 1 In
armado morto; dezenas de palhotas isoladas destruídas.



Figura 7 – Operação “Cotovia”

²⁶ 04 horas e 30 minutos do dia 31.

²⁷ 05 horas e 30 minutos do dia 31.

- Operação “Águia Vermelha”

Missão: Destruir uma base In a SE de Papalola (3934.1151) constituída por cerca de 8 casas onde vivem cerca de 20 rebeldes armados com pistola-metralhadora, metralhadoras e 2 basookas, aniquilar o bando rebelde e capturar-lhe o armamento e munições.

Conceito: a. Aproveitar a manhã de domingo para desencadeamento da acção por ser provável uma menor vigilância In.

b. Efectuar um golpe de mão com um grupo de assalto (grupo de “Comandos” do Batalhão) e um grupo de apoio sob o comando da CCaç 802.

c. Bater com a 1ª CCaç as imediações da base In, após o golpe de mão.

Duração: De 141100 a 151930 Ago65.

Resultados: Baixas ao In:

- 19 prisioneiros; 18 mortos (controlados); vários feridos (número indeterminado); destruições nas organizações In; um acampamento destruído; um acampamento (campo de treino) destruído; 4 acampamentos PF; centenas de palhotas dispersas; dezenas de abrigos; 199 documentos, alguns escritos em papel timbrado da FRELIMO; 289 cartões de membro da FRELIMO, todos já preenchidos; armamento gentílico; criação e utensílios domésticos.

Terminada a Operação “Águia”, que se desdobrou em várias operações, recolheram algumas forças ali empenhadas aos locais donde tinham sido destacadas, ficando outras implantadas em novas zonas no planalto de Mueda, até que a chegada de novos reforços permitisse a sua rendição. No primeiro caso contam-se o Comando do Batalhão de Caçadores nº 729, a 1ª e a 2ª CCaç Beira, a CCaç Marrupa, a CCaç Nampula, as CCaç 802, 550, 615, 688, as CCav 755 e 756 e a 2ª Btr de b.f./GAC Nampula.

Após esta operação, e depois de pequenos ajustamentos do dispositivo, ficou implantado no Norte um Batalhão - cerca de 500 homens - ao longo da fronteira do rio Rovuma (o BCaç 729), com as suas Subunidades instaladas em Negomano, Mocimboa do Rovuma, Nangade e Pundanhari, numa frente de 500 quilómetros.

Igualmente, ficaram ocupadas as outras restantes localidades preconizadas em 1ª e 2ª urgências na Directiva Nº3/65: Meluco, Nairoto, Macomia, Muidumbe e Diaca.

O Sector de Cabo Delgado passou então a dispor de quatro sub-agrupamentos: BCaç 729, BCaç 596, BCaç 608 e BCaç de Porto Amélia, ou seja, quatro Batalhões para os 78.374 Km² de superfície.

A evolução da situação

Entretanto, a 10 de Julho de 1965 era difundida pelo Gab.Mil. do Comando Chefe de Moçambique a Directiva nº 5/65, na qual era feita a seguinte apreciação da situação:

- “(1) As ameaças decorrentes da situação nos territórios vizinhos fazem concluir que:
- (a) Se mantém, com intensidade, o apoio da Tanzânia à acção de subversão nos distritos de Cabo Delgado e Niassa;
 - (b) Se mantém o apoio dos elementos desafectos do Malawi à subversão na circunscrição do Lago, concelho de Amaramba e região Oeste do Distrito da Zambézia;
 - (c) A longo prazo e com base na Zâmbia, pode ser afectado o distrito de Tete e, a mais longo prazo e condicionado à evolução da situação política na Rodésia, pode ser afectado o território nacional junto desta.
- (2) Das conclusões anteriores e de acordo com o conhecimento da situação no interior da Província, é minha impressão que o In pode, desde já:
- (a) continuar a actividade contra as NF a Norte do rio Messalo, com particular intensidade na região de Mueda;
 - (b) alastrar a subversão activa para Sul do rio Messalo, procurando conquistar as populações e afectando a colheita e comércio de algodão;
 - (c) tentar, no concelho de Amaramba (Niassa) e na região Este do distrito da Zambézia, captar as populações, por aliciamento, intimidação e eliminação dos chefes tribais que nos são fiéis, para “abrir nova frente” e afectar a campanha de algodão;
 - (d) continuar a sua actividade no distrito de Niassa, a Norte de Vila Cabral, especialmente pelo emprego de minas e captação das populações;
 - (e) reforçar as possibilidades anteriores:
 - 1. em Cabo Delgado, com meios infiltrados através do rio Rovuma, directamente para a área de Mueda ou para Sul do rio Messalo, pela região compreendida entre os rios Matiu e Lugenda;

2. no Concelho de Amaramba (Niassa) e região Oeste do Distrito da Zambézia, com meios infiltrados através da fronteira com o Malawi;
 3. a Norte de Vila Cabral, com meios infiltrados através da fronteira Norte e do lago Niassa.
- (3) A longo prazo, pode vir a concretizar-se a ameaça sobre o Distrito de Tete e, a mais longo prazo e sob condicionamento da evolução política da Rodésia, sobre o território nacional fronteiro a esta.
 - (4) Das possibilidades enunciadas tem particular acuidade a de alastramento da subversão activa para Sul do rio Messalo, especialmente entre este rio e Montepuez, procurando conquistar as populações e afectando a colheita e comércio do algodão, e de reforço desta zona com meios infiltrados através do rio Rovuma, particularmente pela região entre os rios Matiu e Lugenda”.

Face a esta apreciação sobre o inimigo, o Comandante Chefe expressava naquela directiva o seguinte conceito de operação:

- “(1) manter o que consta das Directivas 3/65 e 4/65, quanto ao esforço principal, que continuará a exercer-se no Distrito de Cabo Delgado, para restabelecimento da ordem naquela zona, o mais rapidamente possível;
- (2) ampliar este esforço principal, fazendo face à ameaça de alastramento da subversão activa para Sul do rio Messalo, em consequência desta possibilidade do In, por reforço dos seus meios e/ou por desvio da sua zona de actividade, em resultado da operação em curso na área de Mueda;
- (3) continuar a fazer face à ameaça na Circunscrição do Lago, conforme o estabelecido na Directiva 4/65, considerando a possibilidade de reforço desta ameaça;
- (4) conforme já determinado, incrementar a actividade no Concelho de Amaramba;
- (5) por razões idênticas, intensificar a vigilância e contacto com as populações, em ligação com as autoridades civis, na região Oeste do Distrito da Zambézia”.

A mesma Directiva atribuía como missão à RMM: “sem prejuízo das acções em curso em Cabo Delgado e Niassa, reforçar o dispositivo entre os rios Messalo e Montepuez, por forma a impedir a expansão das activi-

dades In de aliciamento, terrorismo ou guerrilha nesta área e incrementar a actividade das NF na região Oeste da Zambézia.”

Enquanto no Distrito de Cabo Delgado se desenrolavam as operações “Águia” a situação evoluía no Distrito do Niassa²⁸. Assim, e depois de uma fase relativamente incipiente, o In continuava a reforçar o seu dispositivo na área confinante com o Lago, a fim de consolidar posições a Norte de Metangula e estender a sua actuação para Sul (área Norte do Concelho de Vila Cabral) e para Este (Circunscrição de Sanga). Previa-se, face à revelação recente de uma maior actividade terrorista, o incremento, a curto prazo, de acções contra as NF, em conjugação com um maior esforço de aliciamento e de intimidação, como recentemente tinha ocorrido com a etnia Ajaua.

Definiam-se como principais faixas de infiltração de meios, em pessoal e material, as águas do lago Niassa; as linhas que, paralelamente à costa, cruzavam a fronteira na região de Lipoche; o vale do rio Messinge, em paralelo com o itinerário de Olivença para Sul; o vale do Lucheringo, em paralelo com o itinerário Mazoco - Miranda.

Pelo esforço revelado o inimigo parecia pretender criar, na faixa costeira do lago Niassa, para Norte de Metangula, uma zona interdita onde a acção das Nossas Forças fosse fraca, de forma a não só garantir uma mais fácil e prática entrada de meios, mas também para impressionar a “opinião internacional” pelo eventual estabelecimento de um pseudo governo em território dito sob o seu controlo.

Neste quadro se desenvolvia a actividade operacional das NT sendo de referir, particularmente, duas operações realizadas na área de Metangula.

- Operação sem nome, realizada em Julho de 1965, de cerco e batida, na região Messumba - Massange - Machequene, em colaboração com o DFE de Metangula, AAdm e P.I.D.E.;
Foram capturados 150 suspeitos, dos quais, cerca de 50, foram entregues à P.I.D.E..
- Operação “Tilápia”, em 18 de Agosto de 1965, cuja finalidade era destruir o acampamento In de Gaunge, na região do rio Mepotxe (3455.1231), em que tomaram parte a CArt 637 (-), CCav 568, CCav 754, DFE de Metangula e F.Aérea e que teve os seguintes resultados: causados ao In 4 mortos (2 com farda camuflada), 3 capturados, ferida uma mulher. Capturadas 3 granadas de mão ofensivas, 5 defensivas, 1 P.M. “Mat”, fardamento e material diverso.

²⁸ Directiva 6/65 - Para a Actividade Operacional das Forças Armadas em Moçambique - Gab Mil/CCM Agosto de 1965.

No que respeitava à zona fronteiriça da Zambézia e da Circunscrição de Amaramba, no Distrito do Niassa, o aumento do controlo efectivo do território e população do Malawi, por parte do Dr. Banda, fizeram diminuir, pelo menos a curto prazo, as ameaças previstas nas duas zonas.

Pelo contrário e no que ao Distrito de Tete dizia respeito, a evolução política da Zâmbia e as facilidades concedidas ao inimigo, naquele país, para o estabelecimento de campos de treino dos movimentos anti-portugueses, aliadas às várias manifestações de uma primeira fase da guerrilha que vinham sendo detectadas, faziam crer que, a prazo mais curto do que se supunha, haveria tentativas de alteração da ordem neste Distrito.

Em conclusão, pode afirmar-se que das duas ameaças “reais” atrás enunciadas, continuava a ser a mais perigosa a do Distrito de Cabo Delgado, tendo-se agravado a que incidia sobre o Distrito do Niassa²⁹.

Face ao atrás referido o CCM manifestava a intenção de:

- continuar a exercer o esforço principal no Distrito de Cabo Delgado;
- no Distrito do Niassa:
 - interdizer, ao máximo, o reforço de pessoal e o reabastecimento de material inimigo pela fronteira Norte, com particular acuidade entre o rio Lucheringo e a costa do lago Niassa; e ao longo deste lago, em particular de Metangula para Norte;
 - vigiar e interdizer, na medida do possível, a fronteira Oeste, entre o lago Niassa e a área de Mecanhelas;
 - incrementar a actividade no Distrito do Niassa, com vista a contactar, controlar e manter do nosso lado a grande massa da população não aliciada pelo inimigo, com especial importância para os Ajauas; realizar uma intensa actividade ofensiva para destruir os grupos de guerrilheiros existentes na circunscrição do Lago e detectar e capturar ou destruir os elementos infiltrados no restante território do distrito, com particular atenção para a circunscrição de Sanga e concelho de Vila Cabral.
- no que respeita às regiões de Tete e Zambézia, incrementar a actividade das forças de quadrícula estabelecidas na zona, preparando-se para, em especial no Distrito de Tete, reforçar rapidamente as forças de fronteira.

²⁹ Directiva nº 6/65, de 17Ago, do CCM.

E fixa, como missão, ao Comando da RMM:

- “- que estabeleça um comando de agrupamento no Niassa e reforce o dispositivo do Distrito, por forma a conseguir a máxima interdição das fronteiras Norte e Oeste e o incremento da actividade ofensiva contra os guerrilheiros, um maior controlo e contacto com as populações para evitar o seu aliciamento pelo inimigo e a detecção, captura ou destruição dos elementos subvertidos e subversivos que se infiltrem;
- que incremente toda a actividade das restantes forças em quadricula, com especial empenho nos Distritos de Tete e Zambézia;
- que procure estabelecer na zona um CCO³⁰ para obter uma acção harmónica de meios;
- que planeie e execute as operações em cooperação com as autoridades civis, com as quais deve estabelecer estreito contacto.”

De harmonia com o recomendado na Directiva anteriormente citada, a RMM procedeu ao reforço da zona do Distrito do Niassa, com os seguintes meios:

- o Comando do AGr 25 deslocou-se para Vila Cabral, donde, a partir de 28 de Agosto de 1965 passou a controlar, operacionalmente, as unidades suas subordinadas e assumiu o comando do Sector A, cuja ZA compreendia todo o distrito do Niassa e o concelho de Malema (Distrito de Moçambique).
- BCaçEv 6³¹ deslocou-se para a circunscrição de Amaramba, com o seguinte destino, que atingiu em 26 de Agosto:
- Comando e CCS, em Nova Freixo; CCaç 61, em Entre-os-Rios; CCaç 62, em Conjereje; CCaç 63, em Vila Cabral;

As CCaç 61, 62 e 63, a quem tiveram de ser distribuídas áreas de responsabilidade, estavam ainda a receber instrução de aperfeiçoamento operacional (IAO). Por esse motivo foi publicada uma Directiva no sentido de dar a essa instrução uma orientação prática e que se coordenasse com as acções que as tropas teriam que executar neste tipo de guerra, dado que o inimigo se revelava particularmente activo em toda a ZA do BCaç 598 e nos arredores de Vila Cabral.

³⁰ CCO - Centro Conjunto de Operações.

³¹ Batalhão de Caçadores Eventual - Batalhão constituído para o cumprimento de uma determinada missão.

A apreciação, posteriormente feita pelo CCM³², sobre a evolução da situação do In, a nível da Província, levava a concluir que:

— No Distrito do Niassa

- a. Além de se revelar fortemente instalado, armado e municiado, continuava a reforçar o seu dispositivo em todo o Distrito e manifestava-se por acções de guerrilha nas circunscrições de Metangula e da Sanga e pelo de minas - conjugado ou não com acções armadas - nas áreas de Macaloge, Unango e Vila Cabral. O período de relativa acalmia que se vinha notando na circunscrição do Lago (em especial a Norte de Metangula), fazia sobressair a possibilidade de o inimigo procurar, eventualmente, reunir meios que lhe permitissem tentar ataques a bases essenciais das Nossas Forças (Metangula, Nova Coimbra e Cóbue) e manter a insegurança nos itinerários Vila Cabral-Metangula, Vila Cabral-Catur, Vila Cabral-Nova Coimbra-Metangula e Cóbue.
- b. Revelavam-se produtivos o aliciamento e intimidação exercidos sobre a etnia Ajaua, havendo já casos de guerrilheiros desta etnia a actuarem em território, por tradição, de ocupação dos Nianjas e vice-versa, o que agravava a situação em relação à etnia Macua que vinha, igualmente, sendo alvo de esforços de aliciamento.
- c. Por francamente apoiado e instalado na Tanzânia e gozando de certa liberdade de movimentos no Malawi, parecia continuar a utilizar como principais faixas de infiltração de meios, além dos já indicados na Directiva Nº 6/65, as regiões de Chala e Cuizimba, o lago de Amaramba e a região imediatamente a Sul do lago Chirua (ver fig. 8).
- d. Mantinha-se a possibilidade, já apontada naquela Directiva, de, na circunscrição do Lago e para Norte de Metangula, tentar criar uma situação que lhe permitisse mais fácil entrada de meios e eventual estabelecimento de um pseudo-governo, em território dito sob o seu controlo.

— No Distrito de Cabo Delgado

O In revelava-se, principalmente, por reacção às Nossas Forças e se a sua actividade se mostrava dispersa e menos intensa na região do planalto dos Macondes, confirmava-se a intenção que se lhe atribuía de estender as acções terroristas para Sul do rio Mes-

³² Directiva 8/65 - CCM/Gab Mil - Setembro de 1965.

Nos restantes Distritos da Província não se previa, igualmente a curto prazo, a actuação de bandos armados, embora se admitissem as possibilidades de continuação do esforço de aliciamento, realização de atentados selectivos e efectivação de sabotagens, a primeira afectando todo o Moçambique e as duas últimas incidindo, principalmente, sobre os centros populacionais mais importantes e as estruturas económicas mais válidas.

Das ameaças reais atrás enunciadas sobressaíam duas - no Niassa e em Cabo Delgado - considerando-se mais perigosa a que incidia sobre o primeiro Distrito.

Assim, atendendo a que:

- no Distrito do Niassa o In exercia forte ameaça, a qual podia ser ainda reforçada;
- se tornava indispensável, antes da época das chuvas, utilizar as vias de comunicação livremente e desarticular o In naquele Distrito;
- não se previa, para breve, que o In se lançasse em subversão activa (3ª fase) em Tete e nos restantes distritos a Sul do Zambeze;
- estava previsto o reforço da Província em meios das Nossas Forças, a partir de fins de Outubro, o que nos permitiria correr certos riscos temporários nas zonas não afectadas activamente.

O Gab Mil /CCM difundiu a Directiva nº 8/65, de 17Set (Reforço do Niassa), já referida.

Esta Directiva, a par da manutenção da actividade em Cabo Delgado e de seguir atentamente a evolução da situação nos restantes distritos, em especial na Zambézia e Tete, expressava a intenção de impulsionar a actividade geral no Niassa por forma a conseguir no distrito, por ordem de importância:

- libertar ou garantir maior segurança nas vias de comunicação;
- evitar o reforço do In através da fronteira Norte e Oeste (lago Niassa);
- provocar, por uma operação ofensiva, na circunscrição do Lago, a captura ou destruição do In ou, no mínimo e para já, a sua desorganização.

Para esse efeito, foi reforçado o Distrito do Niassa, diminuindo assim a densidade de forças nos CTC e CTS, compensando-se esta diminuição de efectivos, com maior dispersão de forças nas áreas daqueles Comandos Territoriais.

Em consequência, foram fixadas, naquele documento as seguintes missões ao Comando da RMM:

- “(1) Manter o desenvolvimento da actividade das Nossas Forças no Distrito de Cabo Delgado com vista a:
 - (a) interdizer ao máximo o reforço do In em pessoal e seu reabastecimento em material através da fronteira Norte e Este (costa);
 - (b) evitar maior alastramento da subversão activa (3ª fase) para Sul do rio Messalo;
 - (c) capturar ou aniquilar os bandos armados ou de guerrilheiros, aproveitando, ao máximo, a desarticulação conseguida.
- (2) Reforçar o Distrito do Niassa com uma força da ordem de 3 companhias, de preferência metropolitanas, à custa do CTC e CTS e incrementar, com todo o esforço, a realização duma actividade planeada e contínua naquele Distrito, por forma a:
 - (a) por acção das Unidades de protecção (quadrícula) e doutros meios a isso destinados, tornar livres ou no mínimo garantir maior segurança nas vias de comunicação, especialmente no troço final do Caminho de Ferro e nos itinerários Catur-Vila Cabral-Metangula e Vila Cabral-Ponte Arroio (Meponda);
 - (b) por actividade de forças de protecção junto da fronteira Norte, conjugado com armadilhas, interdizer, ao máximo, o reforço do inimigo e o seu reabastecimento;
 - (c) com a realização de uma operação ofensiva planeada para o conjunto da Circunscrição do Lago, conseguir a captura ou destruição dos bandos armados e de guerrilheiros ou, no mínimo e para já, a sua desorganização, remetendo-o a zonas de refúgio, para sobre eles desencadear operações futuras;
 - (d) por acção conjugada com as Autoridades Administrativas e policiais, numa intensa actividade de pesquisa, contacto e controlo das populações, procurar detectar e localizar os bandos armados e/ou de guerrilheiros e capturá-los ou destruí-los e, simultaneamente, proteger as populações contra a subversão e “comprometê-las” até, perante o In, com a finalidade de evitar maior expansão daquele para Este e Sul da Circunscrição do Lago.
- (3) Dispersar ao máximo, as suas forças no restante território da Província, compensando, de certo modo, a diminuição de efec-

tivos e vigiando sempre a fronteira, especialmente nos Distritos da Zambézia e Tete, desenvolver, em colaboração com as Autoridades Administrativas e Policiais, intensa actividade de pesquisa, contacto e controlo das populações, para as proteger contra a subversão e eliminar qualquer foco subversivo detectado”.

De harmonia com o recomendado na Directiva 8/65, anteriormente citada, o Distrito do Niassa é substancialmente reforçado até ao fim de Novembro de 1965 com as seguintes unidades: BCaçEv 7, BCaç 1870, CCaç 73, CCaç 695, CCaç 591, CCaç 1470, CCaç 1471, CCaç 1472, CCaç 1478, CCaç 1481, CCaç 591, 1ª/GAC NP³³, ERec NP.

No total, este Distrito (Sector A) passou a dispor, além do Comando do Agr 25, de 5 comandos de Batalhão, 18 Companhias tipo Caçadores, o Esquadrão de Reconhecimento de Nampula, 1 Bateria de Artilharia e 1 Companhia de Engenharia³⁴, o que se pode observar na figura 2 do cap V.

O dispositivo deste Sector, em particular na parte referente à sua metade ocidental, foi ao encontro do prescrito na Missão atribuída à RMM, constante da Directiva 8/65.

Ainda neste mês de Setembro de 1965 é emitida pelo Comando Chefe de Moçambique a Directiva 9/65 (Comandos) de 22 de Setembro de 1965 que cria a Zona de Intervenção Norte (ZIN).

Outras operações realizadas

Estes reforços e alterações do dispositivo das Nossas Forças permitiram o aumento da actividade operacional destacando-se, em seguida, algumas das mais significativas operações realizadas em Cabo Delgado e no Niassa, em 1965³⁵.

- Op “Triângulo”, em 23 de Agosto de 1965, golpe de mão na região de Matepué (3944.1127) para destruição de um quartel In, realizada pelas CCaç 550, CCaç 615, CCav 755, reforçada com um Pelotão de Sapadores e tendo como resultados:
- CCaç 550, destruiu um acampamento com 35 palhotas, paliçada e abrigos e que possuíam local para sentinela e capturou 1 mulher

³³ Nampula.

³⁴ “Resenha Histórica - Militar das Campanhas de África” 4º Vol - Dispositivo das Nossas Forças - Moçambique, ed EME/CECA, 1989.

³⁵ SITREP Circunstanciados de 1965 RMM (Lourenço Marques e Nampula) e números 01, 02 e 03/66.

- e 1 criança. Causados ao In 2 M e 1 F. Foram destruídas 18 aldeias abandonadas de população fugida.
- CCaç 615 causou ao In 1 M, 3 F; destruiu 14 acampamentos com sinais recentes de vida, 300 palhotas e 10 toneladas de alimentos. Capturou canhangulos.
 - CCav 755 destruiu 100 palhotas. Foram avistados 4 In que, reagindo pelo fogo, causaram às NF 1 F.
 - Op “Sheltox” - destruição de quartel In, na região (3454.1316), em 20 e 21 de Setembro de 1965, levada a efeito por subunidades do BCaçEv 7, com os seguintes resultados: capturou 1 espingarda de repetição 1 Pist Parabellum, 4GMO, 4GMD, 1 mina, 4 carreg PM, trotil, 4 detonadores de minas, munições e documentos. Destruiu um acampamento e víveres.
 - Op “Cuangar” - destruição de um acampamento In região (3519.1351), em 28 de Setembro de 1965 com 2 GComb/ERec Nampula. Destruído o acampamento In e víveres.
 - Op “Elvira” - destruição de um acampamento In região (3523.1245), em 29 e 30 de Setembro de 1965, por subunidades BCaçEv 7. Destruído um acampamento recentemente abandonado; avistados 5 In armados com 2 PM e 2 canhangulos. Fugiram ao contacto.
 - Op “Augusto” - captura de elementos suspeitos na região da Missão Unango (3513. 1234), em 29 e 30 de Setembro de 1965, por Subunidades do BCaçEv. Durante o cerco à sanzala do régulo Bagalisa, foram capturados quatro suspeitos.
 - Op “Luaice” - em 02 de Outubro de 1965, golpe de mão no rio Luaice (3457.1312), realizada por 1 Gr Comb/CCaç Quelimane e 1 Gr Comb/CCaç 591, com os seguintes resultados: causados ao In 3 M (sentinelas); destruídas cerca de 1.000 palhotas de população concentrada à força pela acção do In, recuperadas 30 mulheres e capturados 18 suspeitos.
 - Op “Campango” - com início em 04 de Outubro de 1965 e por 4 dias, realizada na região de Ambuzi-N’Dalada, com a participação da CCav 568, CCav 754, Caç Paraq/ DFE 1, DFE 2, LDP 203 e 204, LFP Castor e Força Aérea. Verificaram-se os seguintes resultados: capturadas 2 PM, 1 espingarda, 4 G Mão, 1 bolsa com 140 cartuchos de PM, 30 cartuchos 7.7, material diverso e diversas peças de equipamento. Causados ao In 3 mortos, 1 ferido e 2 capturados. Recuperados 24 H, 1 M e 1 C.

- Op “Espera Pouco” - golpe de mão sobre acampamento In, na região de Macungulo (3527.1235), em 11 de Outubro de 1965, levada a efeito por 3 GComb/CCaç Vila Cabral. O acampamento foi encontrado abandonado e não houve contacto com o In.
- Op “Atum” - Transporte de 3 lanchas de fiscalização pequenas (LFP) entre o Lumbo (Distrito de Moçambique) e Meponda (Lago Niassa) de 8 de Outubro a 9 de Dezembro de 1965. São referenciadas em vários Sitrep Circunstanciados do ComZIN como tendo tomado parte nesta operação planeada e executada pela Marinha, as seguintes Unidades: CCAç 61 (Sitrep 2/65), CCAç 591, Comando e CCS/BCaç 6, CCAç 61 (Sitrep 3/65), 1 Pel ERec Nampula, 1 Pel Caç 605 (Sitrep 4/65), 2 GComb “Comandos”³⁶, 1 GComb/CCaç 61 (Sitrep Circ 5/65), CCAç 62, CCAç 696, 1 GComb/694 (Sitrep Circ 6/65). A missão foi cumprida.
- Op “Canguru” - reabastecimento a Macaloge e construção provisória de ponte, na estrada Unango-Macaloge. Início em 11 de Outubro de 1965 e duração de 10 dias, levada a efeito por Pel.Sap/BCaçEv 7, 1 Pel/CCaç 591, 1 Pel/CCaç Vila Cabral. A coluna atingiu Macaloge em 20 de Outubro e em 21, Unango.
- Op “Pantera” - golpe de mão sobre um acampamento In, na região da serra Nhuzné (3518.1254), em 12 de Outubro de 1965, por 1 GComb/CCaç 591. Foi destruído o acampamento e capturados 2 suspeitos.
- Op “Jacaré” - com início em 13 de Outubro de 1965 e por 3 dias, levada a efeito na zona costeira do lago Niassa, região de Chigoma (3451.1204), a Norte do Cobué, e teve a participação da CCAç 612, CCAç Páras 32, DFE1, LFP Castor, LDP 204 e Força Aérea. Foram capturadas 2 PM “Mat” com carregadores, 4 esp. 7.7, 1 PM “Thompson” com 2 carregadores, 1 GMD, 1 Granada de Mort 60, 175 cartuchos 7.62, 20 cartuchos 7.7, 28 cartuchos 9 mm, material diverso, vários artigos de fardamento, 70 cabeças de gado, documentos e reabastecimentos do In. Foram destruídas centenas de palhotas que serviam de abrigo ao In na região a Sul de Ponta de Mapunda.
- Op “Escaravelho” - com início em 15 de Outubro de 1965 e duração de 15 dias, batida na região compreendida por (3948.1203) margem Sul do rio Messalo (4006.1151), (4006.1118) e rio Mapi,

³⁶ Eram os GComb “Sombras” e “Vampiros” formados no Centro de Instrução de Comandos da Namaacha, em 1964.

foi levada a efeito por CCAç Nampula, CCAç 804, CArt 560, CCAç 687 (a vigiar a margem Sul do rio Messalo), tendo-se obtido os seguintes resultados: causados ao In 48 mortos, vários feridos (dos quais 16 controlados), 34 capturados (13 H e 21 C); capturados 3 canhangulos, dezenas de armas gentílicas, pólvora, cartões da Frelimo, dinheiro (500\$00); destruídas 33 palhotas e 21 acampamentos, sal, grandes quantidades de peixe, milho, mandioca, e utensílios diversos.

- Op "Bazooka" - golpe de mão, região (3513.1343), em 16 de Outubro de 1965, com a CCAç 694 (-), tendo sido destruído 1 acampamento, já abandonado e dispondo de palhotas tipo caserna. Capt 1 canhangulo e 1 bolsa de lona para munições.
- Op "Cobra" - de 17 a 25/26 de Outubro de 1965, cuja finalidade era deslocar a CCAç 73 para Olivença, com o seu material orgânico e material para a construção do seu aquartelamento. Nesta operação colaboraram as forças de quadricula do BCCAç 598 e, temporariamente, a CCAç Páras 32 e CCAç 695. Apesar da oposição feita pelo In e das numerosas minas accionadas pelas Nossas Forças - 16 - , a CCAç 73 chegou a Olivença sem qualquer baixa, bem como as tropas de apoio.

No regresso a Vila Cabral, que foi efectuado entre 29 de Outubro e 03 de Novembro de 1965, datas de saída de Olivença e chegada a Vila Cabral, respectivamente foram capturadas 1 Metr. e 1 PM.

- Op "Nómada" - golpe de mão sobre acampamento In, na região de Chipanga (3507.1340). Teve início em 23 de Outubro de 1965, por 3 dias, 2 GComb/CCAç 694. Capturados 5 elementos, 4 canhangulos e destruídos 2 acampamentos.
- Op "Elvira Segunda" - golpe de mão na região entre Lissasse (3450.1314) e rio Luaice, em 23 de Outubro de 1965, por 1 GComb/CCAç 591, com os seguintes resultados: destruídos 2 acampamentos; capturadas 5 mulheres, mortos 2 suspeitos que fugiam e avistados 5 elementos em fuga.
- Op "Elvira Terceira" - destruição de acampamentos, na região dos rios Luaice (3509.1303), Luqueca (3507.1302), Logo (3500.1254) e seus afluentes, com início em 27 de Outubro de 1965 e duração de 4 dias, sendo levada a efeito por 1 GComb/CCAç 591. Resultados obtidos: em consequência das emboscadas montadas, foi abatido 1 H que tentou fugir e capturados 4 H e 1 mulher. Em exploração de informações fornecidas por pessoal capturado foi

cercado, durante a noite, um acampamento no rio Longo. Foram abatidos 6 In, capturados 6 suspeitos e recuperados 85 mulheres, 35 homens e muitas crianças. Destruido o acampamento, com cerca de 1.000 palhotas, que era controlado pelo In. No regresso, um atrelado de uma das viaturas que ia ao encontro do pessoal empenhado na operação, accionou uma mina na região de Bandece.

– Op “Barbado” - reconhecimento do ribeira Bichi (3451.1313), de 28 a 31 de Outubro de 1965, por 1 GComb/CCaç 694. O reconhecimento foi feito e foram encontrados 2 acampamentos de passagem, abandonados, que foram destruídos. Não houve contacto com o In.

– Op “Falas Mansas” - com a finalidade de actuar psicologicamente sobre as populações de Messumba, quer pela presença de tropas, quer pela acção de bombardeamentos de artilharia e aviação sobre as regiões limítrofes, quer ainda pelo lançamento de panfletos; região de Messumba, em 03 e 04 de Novembro de 1965, com o emprego da CCAç 695 (-), Pel Sap, Pel Art 8.8. e DC A³⁷.

Resultados obtidos: no dia 03, pelas 11H00, um avião DO³⁸ fez, sobre a região, um lançamento de panfletos endereçados à população de Messumba.

Na parte da tarde do mesmo dia aviões T6³⁹ do DC A executaram, na região, manobras de demonstração de força.

Ainda em 03 o Pel Art 8.8 (-), estacionado em Nova Coimbra, executou tiros de flagelação sobre a região de Matenge (3448.1235) e Norte de Messumba:

- 10 tiros entre as 20H00 e as 24H00;
- 10 tiros entre as 04H00 e as 06H00 de 04Nov.

Em 040700 os aviões T6 bombardearam 1 acampamento In no vale do rio Limbué (3442.1222).

Em 040800 a CCAç 695 lançou 2 GComb para a região de Messumba, com o fim de contactar com as populações.

³⁷ Destacamento de Cooperação A (da Força Aérea) sediado em Vila Cabral.

³⁸ Dornier DO 27-A4 - Avião monomotor de ligação e transporte logístico ligeiro. Eventualmente era armado com foguetes. Foram adquiridos à Firma Dornier.

³⁹ North American T6-G (e outros modelos). Monomotor, inicialmente concebido para avião de treino mas que podia ser armado com 4 metralhadoras 7,7 bombas e casulos para 36 foguetes SNEB de 37 mm. Foram cedidos pela França e Alemanha várias dezenas destes aparelhos.

(M. Canongia Lopes e outro - “Os Aviões da Cruz de Cristo” - Dinalivro Lisboa 1989)

Em 041600 a Sec Art, estacionada em Metangula, ocupou uma posição na praia de Chuanga, de onde executou 10 tiros de flagelação sobre a região a Norte de Messumba, desde o rio Mondué (3446.1234) até Matenge.

Comentário:

Por informações colhidas após a realização da operação, sabe-se que:

- logo que as NF terminaram a acção, os chefes In, entre os quais o Catarino, fizeram “banja” aconselhando a população a fugir para o mato, pois os portugueses iriam matar toda a gente com os aviões e artilharia. De perto de 6.000 pessoas, apenas conseguiram que 2 homens os seguissem;
 - as populações estão muito aborrecidas com os elementos In por os obrigarem a vender peixe e farinha a baixo preço, tendo já chegado a pedir à tropa para as proteger;
 - os elementos In deixaram de fazer o percurso para Messumba pelos caminhos habituais, mais fáceis e passaram a fazê-lo através dos montes, por recearem a acção das Nossas Forças;
 - a acção dos aviões e o tiro da Artilharia tiveram grande efeito psicológico sobre as populações.
- Op “Elmo” - nomadização na zona de provável linha de infiltração In, regiões de (3931.1151)-(3929.1153)-(3936.1156)-(3934.1151) e (3929.1107), com duração de 03 a 19 de Novembro de 1965 e emprego da CCav 756 (-).
Resultados obtidos: destruídos 5 acampamentos; capt 3 homens (um dos quais importante) e 3 mulheres; 4 In mortos e 3 feridos controlados. Capt 5 canhangulos, armas gentílicas, pólvora, dinheiro e documentos importantes.
- Op “Busca” - reconhecer e bater a região onde se teriam refugiado os elementos In que assassinaram o régulo Lulimira, na região Mepamila (3501.1331) e Pelula (3507.1334), de 05 a 08 de Novembro de 1965, realizada por 2 Pel/CCaç 694 e 1 Pel/CCaç Quelimane. Foram detidos 4 homens suspeitos que se dirigiam para o Malawi. A coluna auto que ia recolher as NF accionou uma mina, na região (3505.1303); no local foram capturados 4 detonadores de GMD.
- Op “Pé Leve” - início em 06 de Novembro de 1965 e duração até 12, destruição de acampamentos In nas regiões do rio Logo (3500.1254) e (3456.1256), com 1 Gr Comb/CCaç 591 e 1 GComb/CCaç 1478.

Resultados obtidos: destruídos 3 acampamentos na região do rio Logo; na região (3456.1256) foram destruídos os acampamentos de Cuizunga e Liconhir, tendo o In reagido à penetração das NF utilizando PM, Esp, e GMão ofensivas. Foram causados ao In 18 mortos, capturados 9 homens e 22 mulheres, 6 cagangulos, munições 7.7 m, pólvora e outro material. Destruídos mais 11 acampamentos que serviam de apoio ao In, bem como tudo o que pudesse servir para se reabastecer na região.

O In flagelou a base das NF montada a 4 Kms de Linconhir.

- Op "Falcão" - com a finalidade de limpar a região de Miandica/Mecuela, aniquilando os bandos In, possivelmente ali existentes e procurando fazer prisioneiros, abrangendo ainda Lupeta e o rio Tulo, de 06 a 09 de Novembro de 1965, utilizando a CCAç 695, CCAç-Paraq 32, 1 Pel Art. 8.8, DFE 12 e DC A.

Em 06, um soldado do Pel Art 8.8 accionou 1 mina na ponte do rio Lunho (3505.1226), que lhe provocou a morte. Em 09 a CCAç 695 capturou, na região de Mecuela, 2 canhangulos e aprisionou 8 mulheres. O In abriu fogo de Metr e PM, quando as NF procuravam capturar a população.

A CCAç-Paraq 32 capturou, num acampamento em Naxiué (3459.1220), 12 granadas de LGF, 12 GMão, 4 Minas, 3 esp. Lee Enfield, 1 esp. 7.7 de origem russa, 2 fatos camuflados, armas gentílicas e muito material diverso. Causado ao In 2 mortos e 1 capturado.

- Op "Rio" - reconhecer o rio Sauca, onde se supunha existir um acampamento In de onde partiria o pessoal que colocava minas no itinerário Vila Cabral-Maniamba; região rio Sauca (3509.1252), de 06 a 08 de Novembro de 1965, 1 GComb./CCAç 591. Não foi detectado o Ac In; abatido In armado de canhangulo que se pôs em fuga ao avistar as Nossas Forças.
- Op "Lua Cheia" - golpe de mão nocturno sobre acampamento In em Lienga, a 10 Kms a Sul de Nambude, em 09 de Novembro de 1965, operação realizada por CCAç 606 (-), 1 Pel/CCAç 592, Pel Rec Info⁴⁰ e 1 Sec Sap.

Em 10 de Novembro, quando o Pel Rec Info escoltava a coluna de viaturas que transportavam o pessoal para a operação, a 3ª viat

⁴⁰ Pelotão de Reconhecimento e Informação.

da coluna accionou uma mina, provavelmente A/P e reforçada, ficando parcialmente destruída. A mina foi colocada na picada de Nambude, na região (4016.1130). As Nossas Forças sofreram 3 F ligeiros; foi destruído o acampamento de Lienga (4011.1140) e feridos 2 In, capt armas gentílicas, documentos e material diverso; perto de Nambude um grupo In tentou emboscar a Companhia quando regressava da operação. As NF detectaram-no à distância e alvejaram-no, causando baixas não controladas.

- Op "Caça Minas"- golpe de mão sobre acampamento In na região a Oeste de Bandece (3501.1254), de 15 a 18 de Novembro de 1965, realizada por 1 GComb/CCaç 1470. O acampamento In estava abandonado e era de passagem. Foram encontrados no local involucros de 7.7. Não houve contacto com o In. No regresso, na região de Maleme (3511.1259) foi avistado, ao longe, 1 grupo de 5 In que, apesar de perseguidos pelas NF, conseguiram fugir.
- Op "Busca Pé" - destruição de acampamento In nas regiões de Chala (3502.1339), Chipanga (3508.1341) e rio Liunde (3510.1347), no período de 17 a 21 de Novembro de 1965, em que tomaram parte 3 Gr Comb/CCaç 591, 3 GComb/CCaç 1471 e 1 GComb/CCaç 63. O guia para o acampamento principal de Chipanga, cujas declarações deram origem à operação, depois de conduzir as NF durante 2 noites a pé, através do mato, declarou desconhecer a existência do acampamento. Foi destruído 1 acampamento abandonado, na região de Chala, junto ao rio Litupote, a 3 Kms da povoação de Chala. O guia para o rio Liunde também não conseguiu localizar o acampamento referenciado na região.
Foram capturados, nas emboscadas montadas nos principais trilhos, elementos da população suspeitos de apoiarem o In.
- Op "Ana" - destruição de organizações In, pesquisa de informações e acção de presença junto das populações, na região a NW de Macaloge, Candulo (3524.1227) e Matanganha (3512.1230), com início em 19 de Novembro de 1965 e por 2 dias, por 3 GComb/CCaç 1471. Foram avistados 2 grupos In armados; feita batida fugiram ao contacto.
- Op "Jarro de Vidro" - montar emboscadas e patrulhamento da serra Lissiete, região (3532.1410), de 23 a 25 de Novembro de 1965, a realizar por 1 GComb/CCaç 62. Não foi estabelecido contacto com o In. Foi prestada assistência sanitária às povoações de Matreze e Napulo.

- Op “Gato Bravo” - nomadizar e montar emboscadas com vista à exploração dos EEI⁴¹; exercer acção psicossocial. Região dos vales dos rios Parreia e Nacore (3624.1450)-serra Namironde (3620.1503)-Mte Tchirombo (3624.1509)-vale rio Nametimboa, com início em 24 de Novembro de 1965 e duração de 4 dias, a realizar por 1 GComb/CCaç 696, não tendo sido estabelecido contacto com o In.
- Op “Morcego - 2ª Fase” - em 29 de Novembro de 1965, com a finalidade de limpar a bacia do rio Fugué, nas ravinas convergentes no rio e vale do mesmo rio. Levaram a efeito esta acção 2 GComb/CCaç 1472 e DFE 12.
Resultados obtidos: o DFE 12, destruiu 3 acampamentos; a CCAç 1472 (-), destruiu 2 acampamentos; foram capturados 2.500 cartuchos 7.62 de PM e 1 fita com 60 balas tracejantes. 1 praça ficou queimada quando lançou uma granada de fumos.
Em 30 de Novembro e 01 de Dezembro de 1965, regressaram a Messumba e Nova Coimbra cerca de 600 pessoas refugiadas no vale do rio Fugué.
- Op “Mão Branda” - com início em 01 de Dezembro de 1965, tinha finalidade recuperar populações fugidas e foi realizada na região do rio Luchamange, a 12 Km a Oeste de Maniamba, sendo levada a efeito por 1 GComb/CCaç 1478.
Foram recuperados 388 homens, mulheres e crianças.
- Op “Espera Aí” - nomadização com vista a detectar e destruir organizações In, na região do rio Meluluca, 15 Km a SW de Maniamba, com início em 09 de Dezembro de 1965 e durante 1 dia, realizada por 1 GComb/CCaç 1478. Destruído 1 acampamento de 70 cubatas abandonadas, possuindo ninhos de atiradores, na região (3450.1249).
- Op “Mandioca” - recuperar para Maniamba as populações do régulo Maniamba sequestradas pelo In e destruir o acampamento onde viviam elementos In que atacaram a coluna no dia 10 de Dezembro de 1965, na região de Maniamba, com início em 12 de Dezembro de 1965 e até 14, a realizar pela CCAç 1478 (-).
Resultados obtidos: dado que o acampamento das populações ficava a cerca de 50 Km de Maniamba não foi possível atingi-lo, mas

⁴¹ Elementos Essenciais de Informação - elaborados sob a forma de perguntas sobre actividades do In a que é necessário responder, com esforço de pesquisa, para conhecer, com oportunidade e realidade, a situação que se está a viver.

foi detectado um acampamento das populações em (3513.1234), abandonado cerca de 10 minutos antes da chegada das NF. Não foi destruído o acampamento a fim de mostrar às populações a “intenção de paz”. Quando as NF iam no encalço da população, o In reagiu abrindo fogo de LGF e Metr, mas não reagiu à reacção das Nossas Forças.

No regresso, um soldado que seguia em quinto lugar na coluna pisou 1 mina A/P de que resultou ficar ferido, bem como uma outra praça.

No estacionamento, 1 guia e 1 guarda especial informaram que, durante um dos ataques sofridos pelas NF durante a Operação, uma granada de LGF lançada pelas Nossas Forças caiu no meio de 1 Gr In, estimado em cerca de 30 elementos e que após ter-se dissipado o fumo causado pela explosão apenas viram fugir 5 In pelo que se presume ter o In sofrido cerca de 25 baixas.

- Op “Pré Sever” - detectar acampamentos In, nas regiões dos rios Chimbuega (3504.1312), Lucombeze (3510.1313), Lucheringo (3521.1318) e Lussanhando (3519.1310), de 17 a 19 de Dezembro de 1965, levada a efeito por 2 GComb/CCaç 591 e 2 GComb/CCaç 612. Destruido 1 acampamento de 16 cubatas abandonado, na região (3507.1312).
- Op “Sever” - de 19 a 24 de Dezembro de 1965, tinha como finalidade a destruição da organização In nas regiões entre as estradas Cantina Dias - Miandica e Cantina Dias - Pauíla, sendo realizada pelos BCaç 7, 598 e 1870, CCaç 696, CPáraq 33, 1ª/GAC 9 Nampula e Força Aérea. Foram causados ao In 10 mortos, 1 ferido e 30 capturados. Destruidos 4 acampamentos. Foi capturado 1 canhangulo. Incendiados cereais e retiradas armadilhas e abatizes. Apresentaram-se na Cantina Dias cerca de 900 nativos.
- Op “Papagaio” - destruir a organização In, na região a Norte do rio Messalo, entre a estrada 243 e a região de Muidumbe, com início em 20 de Dezembro de 1965 e duração de 15 dias, realizada por CCaç 804, CArt 560, CCaç 803, CCaç- Paraq 32 e F.Aérea. Os resultados obtidos foram: feridos 3 In e capt 3 mulheres e 1 criança. Destr. 11 acampamentos; Capturados documentos, dinheiro, ferramentas e armas gentílicas. Mortos 8 In, capt 3 In e mais 3 mulheres, 2 crianças e 2 homens. Destruidos vários acampamentos e cereais. Avistados 10 In que fugiram. Capturado 1 canhangulo. Destruidas 11 aldeias, vários postos de sentinela e culturas.

- Op “Marabunta” - com a finalidade de destruir a organização In na região entre os rios Muera e Messalo, com início em 21 de Dezembro de 1965 e duração de 3 dias, realizada por 1 GComb/1ªCCaç Porto Amélia.

Resultados obtidos: causados ao In 1 morto, 3 feridos; capturados 2 homens e 1 mulher; destruídos 30 acampamentos e machambas e capturadas armas gentílicas.

- Op “Carpa” - destruir a organização In na região de Nangololo, de 23 a 28 de Dezembro de 1965, realizada por 2 GComb/CCav 756 e 1 GComb/CCaç 802.

Resultados obtidos: causados ao In 6 M (um dos quais era o chefe da Bolange⁴² de Nangololo), 2 feridos e capturados 4 homens, 20 mulheres e 20 crianças; destruídos 9 acampamentos, 1 bolange e quartel muito grande, que estava a ser defendido por elementos armados de LGF e Metr; destruídas 405 palhotas; capturadas 1 esp. caçadeira de fabrico inglês, 4 canhangulos e muitas armas gentílicas que foram destruídas.

As Nossas Forças sofreram 1 ferido ligeiro.

- Op “Palanca” - destruição da organização In, a Sul do rio Muera, com início em 26 de Dezembro de 1965 e duração até 03 de Janeiro de 1966, levada a efeito por 2 GComb/CCaç 1480 e 1 Pel/2ªBtr/GAC Nampula.

Resultados obtidos: foram avistados 4 Gr In fugindo: o primeiro era constituído por 10 elementos de camuflado, o segundo por 12, o terceiro por 2 e o quarto por 7.

O último Gr In foi alvejado e sofreu 2 feridos controlados: foram destruídos 5 acampamentos com 100 palhotas, lavras e celeiros. Avistado 1 Gr In na nascente do rio Muera.

Comentário:

A maior parte destas operações tiveram lugar no Distrito do Niassa com 127.087 Km² de área, sem estradas alcatroadas, cortado por numerosos rios entre os quais avultam grandes serras, isoladas e muitas vezes cobertas de mata, em plena época das chuvas (Dezembro).

Lembramos que o monte Txitongo tem 1848m de altitude, a serra Jéci 1836, a serra Mitucué 1803, os Montes Metónia 1608, a serra Lissiete 1598 e mais dezasseis outras elevações com cotas acima dos 1.000 metros.

⁴² Ver Cap. III – Organização do In.

O Niassa era um Distrito com fraca ocupação administrativa e comercial que estava precisamente, na época, a ser penetrado pelo progresso.

Com um clima variado, mas onde o calor e as chuvas abundantes, na época própria eram uma constante, sem grandes recursos locais de apoio às tropas, tinham estas que ser reabastecidas de tudo - víveres, medicamentos, combustíveis, munições e re completamentos de armas e viaturas - das grandes bases logísticas estabelecidas em Nampula e Vila Cabral.

Se acrescentarmos a estas dificuldades a acção do inimigo, com minas e ataques com armas várias e a inexistência de aquartelamentos permanentes para as tropas que, em geral, tinham que os improvisar, teremos uma pequena ideia do esforço extraordinário que estas e muitas outras operações representaram para quem as cumpriu com valentia e dignidade.

Por tudo o que fica dito é fácil constatar quão difíceis foram as condições em que as Nossas Tropas operaram no Niassa e Cabo Delgado nos dois primeiros anos da campanha.

Síntese da situação

No período observou-se uma mudança de actuação por parte do In, sobretudo na região do planalto de Mueda. Assim em vez da colocação sistemática de minas nos itinerários conjugada, ou não, com acções de emboscadas, passaram a verificar-se ataques aos aquartelamentos com Mort 82 ou com LGF e armas automáticas. Esta nova táctica parecia vir a ser bastante rendosa já que podendo flagelar as nossas bases com fogo, mais ou menos preciso, a cerca de 3Km (alcance de morteiro 82), o In poucos riscos corria.

A fim de o obrigar a mudar de táctica, foram enviadas às Unidades várias Directivas, no sentido de elaborarem planos de reacção a estas flagelações tendo em consideração os acessos e os locais mais favoráveis às acções do In. Os resultados obtidos pareceram ser satisfatórios.

Dada a excentricidade do posicionamento da CCaç 1473, localizada na Fazenda Leal, em relação à sua ZA, foi determinado em 1966 ao BCaç 1871 (Mocimboa da Praia) que iniciassem, imediatamente, os trabalhos de construção de uma ponte sobre o rio Nango, bem como a abertura da picada para Nambude com os meios orgânicos do Batalhão dado que, só a longo prazo, se admitia a possibilidade da Engenharia Militar poder vir a realizar tais trabalhos. Estes, ainda que se considerassem morosos devido à deficiência dos meios, foram tidos como indispensáveis para que o In deixasse de dispôr de uma larga zona de refúgio, onde só muito dificilmente as NT poderiam chegar.

Assim, em meados de Outubro de 1966, já uma coluna motorizada pôde atingir Nambude, nova sede daquela CCaç, utilizando a ponte e a picada feitas pelo BCaç 1871.

Uma das grandes preocupações do ComSec B era a desmatção dos itinerários principais, pois a vegetação densa junto das bermas das estradas, facilitando as acções de ataque In, já tinha causado numerosas baixas às NT.

Tendo sido posta à disposição do Governador do Distrito Cabo Delgado uma verba, ainda que reduzida, para a desmatção e conservação de itinerários, conseguiu-se que parte da mesma fosse posta à disposição dos Batalhões para desmatção nas respectivas áreas de responsabilidade, a propósito do que o ComSec B enviou várias directivas aos Batalhões.

Por motivos de ordem operacional, em 18 de Junho de 1965, foi dada ordem à 2ª/GAC Nampula⁴³ para deslocar a sua sede de Sagal para Miteda, mantendo os Pelotões destacados em Nangololo e Mutamba dos Macondes, sendo-lhe dada a missão de Apoio Directo (A/D) ao BCav 1880. Procurou-se, assim, permitir-lhe uma mais rápida e flexível actuação em proveito do Subsector onde era maior a actividade do In.

Durante o período o ComSec B publicou directivas sobre actividade operacional focando, entre outros aspectos:

- o reverso da medalha dos bombardeamentos aéreos contra quartéis In, por este se ausentar e assim fugir ao contacto com as NF;
- pareciam perfeitamente definidas as correntes de infiltrações In, pelo que era recomendado o máximo uso de emboscadas nos itinerários que eram indicados;
- as reacções das Nossas Forças aos ataques In aos nossos aquarte-lamentos tinham de ir mais além do que “fazer fogo para o mato”; bem pelo contrário, deviam ser elaborados planos de reacção em que se previsse manobra exterior, fazendo com que o In corresse o risco de ser envolvido e eliminado;
- a necessidade de serem feitos planos de reacção a flagelamentos, embora sabendo, de antemão, da dificuldade da sua execução.

Verificando-se, em alguns casos de ataque In aos aldeamentos, uma certa inércia das NT em acudir à sua defesa, era determinado, por directiva, que as Unidades deviam acorrer, imediatamente, à defesa dos aldeamentos da sua área, quando atacados, para o que deveriam, com antecedência, elaborar e testar os respectivos planos.

⁴³ 2ª Bateria de Grupo de Artilharia de Campanha de Nampula.

Efectuando-se, quase no final do período (1965) a rendição de algumas Unidades do Sector, foi chamada a atenção das Unidades rendidas para a necessidade de elaborarem “Estudos de Situação”, de acordo com as NEP^{44/3}Rep, o que devia ser considerado prioritário de modo a tudo fazerem para que as Unidades a chegar não pagassem com o sangue a sua inexperiência, mas antes beneficiassem do conhecimento da área e do In, obtidos pela Unidade rendida.

Eficiência para o combate

Quanto ao apetrechamento para o combate e apoio logístico das NT, no período, transcrevem-se dos Sitrep Circ de 1965 (RMM-Lourenço Marques, de 26 a 27 de Dezembro de 1965 ComZin-Nampula, de 11 de Outubro a 27 de Dezembro de 1965), os seguintes considerandos:

- “A eficiência para o combate das Unidades em operações pode vir a ser afectada enquanto não forem substituídas as viaturas destruídas por minas;
- Do mesmo modo o sistema de re completamento em vigor, baseado nas requisições individuais para a Metrópole, poderá afectar a eficiência das Unidades, se se mantiver o ritmo das baixas verificadas nos meses de Junho e Julho;
- Durante o período, foram destruídas, por acção de minas, mais viaturas, o que agravou a situação das Unidades em operações;
- O abastecimento das Unidades tem-se feito sem dificuldades de maior;
- O abastecimento de frescos (carne e peixe) às Unidades instaladas na região de Marrupa, foi afectado ultimamente pelo facto do avião da FAP da carreira normal não ter disponibilidade de carga para o efeito. O problema está a ser revisto, pois que, do antecedente, havia uma carreira por semana para servir aquela localidade. Presentemente essa localidade está integrada numa das carreiras de Nampula-Mueda e daí os inconvenientes apontados;
- O reabastecimento às Unidades de Macomia faz-se com certa dificuldade dado que muitas das viaturas do Destacamento de Intendência nº 662, em PAmélia estão inoperativas, bem como as do Batalhão. A agravar ainda o problema surge o facto da CCAç 804 não dispor de viaturas enquanto não chegar o Pacote “Moçambique”;

⁴⁴ Normas de Execução Permanente.

- Continua sem solução o problema de reabastecimento de sobressalentes, pois que a Metrópole ainda não os enviou e a RMM não dispõe de verba para a sua aquisição;
- A operacionalidade das viaturas, especialmente nos Distritos de Cabo Delgado e Niassa, continua a baixar sem possibilidades da RMM poder remediar o problema. O assunto está posto à Metrópole;
- A existência de uma única CTranspGerais⁴⁵ em toda a Província não permite a resolução dos problemas mais prementes nem sequer nas zonas menos afectadas pela subversão.
Está a verificar-se especialmente na área de Mocímboa da Praia-Mueda, certa dificuldade por parte do agente da SONAP⁴⁶ em colocar a gasolina em Mueda. Alega que não tem viaturas para o efeito. O problema já foi posto à SONAP que, de acordo com o contrato, deve pôr a gasolina em Mueda;
- Continua a fazer-se sentir a falta de meios aéreos para evacuação dos feridos, quer a partir dos locais de combate, quer dos hospitais ou enfermarias;
- Há necessidade de accionar o problema da vinda de helicópteros já pedidos;
- Adquiriu a RMM mais 8 auto-macas que vão ser distribuídas brevemente;
- Montou-se em Mueda uma “antena cirúrgica” para tratamento imediato dos indisponíveis e preparação para ulterior evacuação para Nampula;
- Vai-se proceder à montagem de três câmaras frigoríficas, vindas de Angola, em Mocímboa da Praia, Montepuez e Marrupa;
- Encontram-se operacionais as novas pistas de aterragem em Pundandar e Mutamba dos Macondes, construídas pelas CCAç Marrupa e CCAç 550;
- O apoio logístico das NT na ZIN não foi essencialmente afectado durante o período. As limitações existentes nos transportes terrestres, quer por falta de viaturas quer motivadas pela actuação do In permitem prever maiores dificuldades no apoio logístico das tropas em operações, durante a época das chuvas que se avizinha;

⁴⁵ Companhia de Transportes Gerais.

⁴⁶ SONAP – Sociedade Nacional de Petróleos.

- Continua a processar-se a concentração dos meios necessários à elevação dos níveis para noventa dias. Algumas Unidades dispõem já desse níveis no Sector A. O Depósito Base de Víveres de Nam-pula bem como os Dest/Int⁴⁷ estão processando o envio de víveres para as restantes Unidades.
- Tem-se verificado que o reabastecimento a partir dos Dest Int não tem sido eficiente, por não haver um controlo perfeito dos transportes e por falta de viaturas. Apesar do princípio geral de que o reabastecimento se processa do escalão superior para o inferior verifica-se que muitos Batalhões não se integram na cadeia logística o que provoca a necessidade de as CCaç isoladas terem de se deslocar aos Dest Int; este facto acontece geralmente nas Un apoiadas por Dest Int que não dispõem de viaturas para reabastecimentos das Unidades apoiadas, não podendo portanto levar os géneros directamente às Unidades;
- Continua a verificar-se grande dificuldade no apoio de frescos às Unidades dado os escassos meios aéreos existentes para o efeito;
- Com o incremento das operações, cada vez é maior a necessidade de helicópteros para as evacuações de urgência. Torna-se indispensável num tipo de guerra como esta, sem vias de comunicação e com poucas pistas de aterragem a existência de um meio eficiente de evacuação. O moral das tropas é afectado e a evacuação faz-se em condições muito precárias e com perigo para a vida dos militares a transportar;
- Há longo tempo foi pedido o completamento em viaturas da Companhia de Transportes Gerais existente na ZIN (possui apenas vinte viaturas recondicionadas “Bedford” e muitas delas já avariadas) e o envio de nova Companhia de Transportes. As necessidades em transportes aumentam dia a dia visto a subversão se processar em zonas onde não há viaturas civis sendo portanto impossível o seu aluguer. Prevê-se que o problema dos transportes entre Catur-VCabral só esteja completamente resolvido a partir de meados de Dezembro, dado que há necessidade de colocar nas Unidades antes da época das chuvas, níveis para noventa dias.
- Os transportes aéreos estão saturados e sujeitos às servidões normais de manutenção dado que o material é pouco e necessita constantes revisões.”

⁴⁷ Destacamento de Intendência.

Baixas causadas pelo In às NF e Populações em 1964/1965⁴⁸

a. Nossas Forças

Mortos	Feridos	Desaparecidos *	Raptados *
189	538	21 *	10 *

* Forças Militarizadas

b. Populações

Mortos	Feridos	Desaparecidos	Raptados
107	156	51	475

⁴⁸ Fonte - SITREP da RMM.

CAPITULO V

A REESTRUTURAÇÃO DOS COMANDOS EM 1965/66

A Reestruturação dos Comandos

Introdução

A evolução da situação nos Distritos do NE de Moçambique - Niassa e Cabo Delgado - impôs, além do reforço das tropas em presença, a necessidade do avanço dos comandos operacionais e formações logísticas, que tinham sede em Lourenço Marques, para a zona do território onde decorriam as operações, constituindo-se aí num comando próprio dessa zona territorial.

O Ministro da Defesa Nacional emitiu, em Setembro de 1965, a sua Directiva 22 (Para a criação e organização de um PC avançado no Norte da Província). (Anexo A)

Na sequência deste documento o Comando Chefe de Moçambique difundiu a Directiva 9/65, de 22 de Setembro que estabelecia uma "Zona de Intervenção Norte" (ZIN), dando cumprimento ao estabelecido na Directiva 22.

Mais tarde, em Março de 1966, é emitida pelo MDN a Directiva 23 (Anx B), que esclarece, completa e precisa, a Directiva 22 e em Outubro de 1966 é emitida nova Directiva, a Directiva 26 (Anx C), que adopta a solução de criar para a ZIN um Comando Chefe Adjunto.

Porque estas Directivas são estruturantes da organização militar no Teatro de Operações até ao fim da Campanha, terão um tratamento mais pormenorizado neste capítulo.

As Directivas

A Directiva nº 22 do MDN de Setembro de 1965

Em Setembro de 1965 o Ministro da Defesa Nacional difunde a Directiva Nº 22 "Para a Criação e Organização de um PC Avançado no Norte da Província", dirigida ao Cmdt Chefe de Moçambique¹, na qual prescreve a conveniência em estabelecer uma "Zona de Intervenção" que, tendo em conta a distância a que a mesma se encontrava da sede

¹ É Comandante Chefe e Governador Geral o Vice Almirante Manuel Maria Sarmento Rodrigues e Comandante da Região Militar o General (Ten General) Emilio Mendes Moura dos Santos.

do Comando-Chefe e do Comando dos três Ramos das Forças Armadas, deveria possuir Comando próprio. Este Comando deveria funcionar como um comando conjunto para accionar operacionalmente os três Ramos das Forças Armadas, e ser estruturado em volta de um PC Avançado da Região Militar, tendo-lhe agregados os meios necessários à sua transformação em comando conjunto.

Aquele documento punha seguidamente o problema do limite da “Zona de Intervenção”, apontando duas soluções possíveis:

- ou considerar apenas os Distritos que continham áreas afectadas, (Niassa e Cabo Delgado);
- ou considerar aqueles e mais os que, tendo fronteiras sensíveis, pudessem vir a tornar-se áreas de operações.

Para não atrasar a resolução do problema, estes dois critérios poderiam ser considerados como duas fases: o mais rapidamente possível, os Distritos que englobavam as áreas afectadas e o Distrito de Moçambique, provavelmente, sede do comando da “Zona de Intervenção”; no seu máximo desenvolvimento, mais os Distritos de Tete e Zambézia.

O comando da “Zona de Intervenção” actuaria por delegação directa do Comando-Chefe dentro das directivas operacionais que lhe fossem enviadas e para efeito de coordenação das acções das forças militarizadas e conduta com as populações deveria, por directiva do Governador-Geral, poder entender-se directamente com os Governadores dos Distritos coincidentes com a sua área de responsabilidade.

Directiva nº 9/65, do CCM, de 22 de Setembro e a criação da ZIN

No seguimento da Directiva 22, o CCM difunde, com data de 22 de Setembro, a Directiva Nº 9/65 “Para a Estruturação de Comandos em Moçambique”.

Nessa data, a subversão no território encontrava-se na 3ª fase activa no Distrito do Niassa, particularmente na circunscrição do Lago, para Norte de Metangula e área de Macaloge, procurando estender a sua actividade para Sul e Este de Cabo Delgado, onde a sua actividade era, então, mais dispersa e menos intensa no planalto dos Macondes, revelando-se, porém, por acções de guerrilha e alastrando para Sul do rio Messalo e por forte aliciamento das populações nas áreas de Balama e Montepuez, com possíveis extensões para o Distrito de Moçambique.

Mantinhm-se as ameaças de infiltrações inimigas na zona Oeste do Distrito da Zambézia e em todo o distrito de Tete, com particular acuidade no primeiro.

Nos restantes Distritos, embora não se previsse a actuação a curto prazo de bandos armados, o inimigo continuava a revelar-se pela continuação do esforço de aliciamento das populações nativas, sendo sua possibilidade imediata a realização de atentados selectivos e de sabotagem, uns e outros visando os centros populacionais mais importantes e a estrutura económica mais representativa.

Na referida Directiva (9/65), de acordo com determinações superiores, dada a evolução da situação do Norte da Província e a distância a que Lourenço Marques - sede dos comandos das Forças Armadas - se encontrava daquela região - 1.340 Km a Nampula e 1.720 a Mueda - era estabelecida uma Zona de Intervenção Norte (ZIN), com comando próprio e sede em Nampula, a qual entrou em funcionamento em 01 de Outubro de 1965. Este comando era apoiado num PC avançado da RMM.

Para efeitos operacionais, a ZIN dispunha, na dependência do respectivo comandante e de acordo com as determinações constantes na Directiva Nº 22 atrás referida, de:

a - Exército

- (1) as forças dependentes da RMM estacionadas ou em serviço na área da ZIN (Agr Nºs 23 e 25 e todos os meios que lhe estavam atribuídos);
- (2) as reservas da RMM e do Comando-Chefe que lhe viessem a ser adstritas, localizadas dentro ou fora da sua área de responsabilidade.

b - Armada

- (1) os Comandos de Defesa Marítima incluídos na área da ZIN, com todos os meios que lhe estavam atribuídos;
- (2) outros meios na dependência do Comando Naval quando actuando na área da ZIN, para coordenação e eventual impulsionamento em missões de urgência;
- (3) créditos, eventualmente estabelecidos pelo Comandante-Chefe, sobre meios directamente dependentes do Comando Naval.

c - Força Aérea

- (1) os comandos dos Aeródromos-Base, Destacamentos de Cooperação (DC) e respectivos meios, estacionados na área da ZIN;
- (2) o destacamento de P2V5², a fim de ser detectado o tráfego nocturno na costa do Índico, rio Rovuma e lago Niassa na sua área de responsabilidade;

² Lockheed P2V-5F – avião bimotor de patrulha marítima, de origem americana.

(M. Cannongia Lopes e outro – “Os aviões da Cruz de Cristo” – Lisboa 1989, Dinalivro.

- (3) créditos de missões de bombardeamento concedidos pelo Comandante-Chefe sobre meios directamente dependentes do Comando da 3ª RA; para utilização deste crédito, os pedidos seriam feitos directamente à Unidade executante, com conhecimento ao Comando da 3ª RA;
- (4) as reservas do Comandante-Chefe que lhe viessem a ser adstritas, localizadas dentro ou fora da sua área de responsabilidade.

d - Forças militarizadas e outras:

as que, estacionadas ou em serviço na área da ZIN, fossem postas à sua disposição.

Os comandantes de cada um dos Ramos das Forças Armadas só podiam alterar os meios atribuídos à “Zona de Intervenção” com a concordância e através do Comandante-Chefe.

A zona de acção compreendia numa primeira fase, os Distritos de Cabo Delgado, Niassa e Moçambique e respectivas águas territoriais e, numa segunda fase, os Distritos de Tete e Zambézia, bem como as respectivas águas territoriais, ou seja, 283.726 Km² na 1ª fase e 487.320 na 2ª fase, de áreas de responsabilidade.

O comando da ZIN, exercido pelo comando da RMM, para poder funcionar como comando conjunto, accionando operacionalmente todos os meios das forças armadas postas à sua disposição, disporia, além de outros meios julgados necessários, de:

- um Estado-Maior e Órgãos dos Serviços necessários e suficientes para o eficaz planeamento da actividade operacional das forças, conduta das operações e seu apoio logístico, tendo em atenção que o centro de gravidade das Forças Armadas na Província estava deslocado para a ZIN;
- representações da Armada e da F.Aérea, para cooperarem nas decisões do Comandante da ZIN e impulsionearem os respectivos meios na cooperação (ar e mar, visto que os de terra o são directamente); cada uma destas representações seria completada com uma pequena secretaria e servida por um posto rádio e secção de cifra das respectivas redes.

Os meios em pessoal e material eram fornecidos pelo comando da RMM, de imediato, com prejuízo do QG e serviços estacionados em Lourenço Marques. O comando da RMM deveria pedir os reforços necessários para, no futuro, poder fazer face a esta dispersão de meios de comando.

As representações da Armada e da Força Aérea deveriam ser fornecidas, respectivamente, pelo CNM e Comando da 3ª RA, ficando a chefia de tais representações a cargo:

- para a Armada, provisoriamente, dum capitão de fragata; logo que possível, de um capitão de mar e guerra;
- para a Força Aérea, do próprio Comandante da 3ª Região Aérea, do seu 2º Comandante ou também de um coronel nomeado para o efeito.

O Comandante da ZIN dependia directamente do Comandante-Chefe no exercício das suas funções e atribuições; era responsável pela execução das directivas, planos, ordens e instruções enviadas pelo Comandante-Chefe e promulgava novas directivas, planos, ordens e instruções quando a evolução da situação o aconselhasse e as não tivesse recebido.

Como delegado do Comandante-Chefe, entender-se-ia com os Governadores dos Distritos coincidentes com a sua zona de acção, para coordenação das acções das forças militarizadas e outras e para a conduta com as populações.

Este entendimento, quando a distância o justificasse, poderia fazer-se por intermédio dos comandos imediatamente subordinado ao Comandante da ZIN.

As suas atribuições consistiam:

- a - na defesa do território da ZIN e emprego operacional das forças;
 - na segurança e defesa do território, águas territoriais e espaço aéreo da ZIN, elaborando, para sua consecução, as directivas, planos, ordens e instruções convenientes, tais como:
 - o emprego operacional dos meios das forças armadas sob a sua dependência e a conduta das operações na ZIN, que superiormente, planeava e coordenava;
 - submeter à aprovação do Comandante-Chefe as directivas e planos, dando-lhe conhecimento das ordens e instruções elaboradas;
 - propor ao Comandante-Chefe o que julgasse conveniente para maior eficiência da defesa do território e emprego operacional das forças armadas;
 - manter o Comandante-Chefe constantemente informado da evolução da situação.
- b - no capítulo da Administração e Logística:
 - estabelecer o plano administrativo/logístico para o conjunto das Forças Armadas da zona, por forma a apoiar o emprego operacional das respectivas forças, respeitando as directivas, ordens ou instruções gerais que, sobre o assunto, dimanassem dos respectivos comandos na Província.

Subordinadas ao comando da ZIN, para efeitos de defesa do território e emprego operacional das forças, as representações da Armada e da Força Aérea no Comando da ZIN:

- cooperariam com o Comandante da ZIN nas decisões deste;
- impulsionariam os respectivos meios de cooperação;
- manteriam os respectivos Comandantes, Naval e da Força Aérea, permanentemente informados da evolução da situação e da acção desempenhada pelos meios dependentes, para poderem beneficiar a tempo dos eventuais reforços e dos apoios técnico e logístico indispensáveis às necessidades operacionais.

A ZIN, para efeitos de defesa do território e emprego operacional das forças, era dividida em Sectores³, correspondentes a Comandos de Agrupamentos, já existentes ou a criar, podendo estes ficar, provisoriamente, sob o comando dum Comandante de Batalhão.

Para o efeito o comandante da ZIN estabeleceria os respectivos limites pormenorizados, devendo cada sector ser dividido em subsectores de Batalhão e estes quadriculados em áreas de Companhia ou Unidade equivalente.

Os primeiros sectores considerados foram os seguintes:

- Sector A: Todo o Distrito do Niassa; o Distrito de Cabo Delgado, a região limitada pelo rio Lugenda, rio Luambeze, - (3759.1259), -(3800.1305), rio Nurrumo, rio Messalo, -(3743.1308), rio Lucinge, rio Lugenda; e do Distrito de Moçambique, a aérea da Circunscrição de Malema.
- Sector B: Distrito de Cabo Delgado, excepto a região atribuída ao Sector A.
- Sector C: Distrito de Moçambique, excepto a região atribuída ao Sector A.

Ainda segundo a Directiva 9/65, a que nos estamos a referir:

- nos Sectores A e B criar-se-iam Centros Conjuntos de Operações (CCO) com a finalidade de, em conformidade com as directivas, planos ordens e instruções recebidas do Comando da ZIN:
 - se tirar o máximo rendimento dos meios das forças militares e militarizadas, pelo estabelecimento dum planeamento adequado;

³ A designação de Sectores substitui, pela primeira vez, a anterior divisão da área de operações por Distritos.

- se conseguir a máxima colaboração entre as autoridades militares e administrativas, com vista a uma acção harmónica dos meios disponíveis no seu emprego operacional.

De cada CCO fariam parte:

- o Comandante do Sector responsável na zona pelos assuntos de defesa do território e emprego operacional dos meios;
- um representante de cada um dos Ramos das outras forças militares em actividade no Sector;
- o Governador do Distrito ou um seu representante, essencialmente para os assuntos relacionados com a coordenação do emprego das forças militarizadas e outras e com a acção a desenvolver sobre as populações, particularmente sobre aquelas que não estivessem aliadas pelo inimigo.

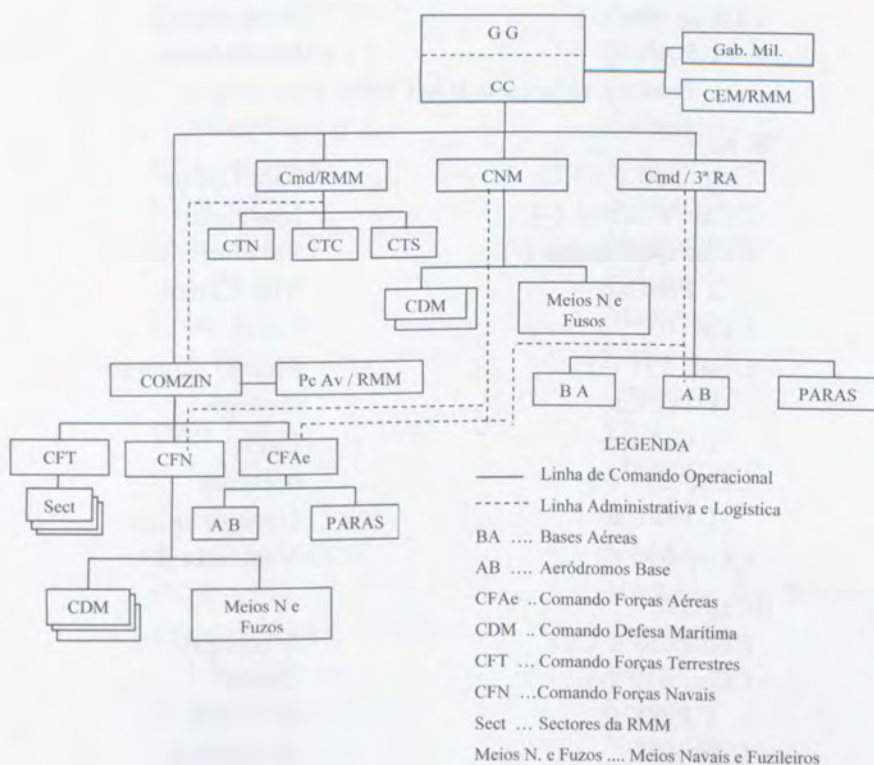


Figura 1 – Organograma das Forças Armadas de Moçambique depois da criação da ZIN

Dispositivo das Forças Armadas, na ZIN, em 11Out65

O primeiro Sitrep Circunstanciado elaborado pelo comando da ZIN, datado de 11 de Outubro de 1965, difundiu o Dispositivo das Forças Armadas na ZIN, naquela data (Fig nº 2). O mesmo Sitrep incluía também o dispositivo total das forças do Exército em Moçambique.

a. COMZINMOÇ	Nampula
1. Sector "A" (Agr 25)	
Comando	Vila Cabral
BCaç 6	
Comando e CCS	Nova Freixo
CCaç 61	Entre Rios
CCaç 62 (-)	Belém
1 Pel/Caç	Mandimba
CCaç 696 (-)	Nova Freixo
1 Pel/Caç	Mecanhelas
1 Pel/Caç reforça o BArt 639	
BCaç 7	
Comando e CCS	Vila Cabral
CCaç VCabral (-)	Macaloge
CCaç Quelimane (-)	Valadim
2 Pel/Caç	Vila Cabral
CCaç 63	Catur
CCaç 591 (-)	Missão Unango
1 Pel/Caç	Unango
2 GComb	Catur
CCaç 694 (-)	Metónia
1 Pel/Caç	Unango
CCaç 695	Vila Cabral
BCaç 598	
Comando e CCs	Metangula
CCaç 612 (-)	Cóbué
1 Pel/Caç	Olivença
CArt 637	Maniamba
CCav 568	Nova Coimbra
CCav 754	Ambuzi

BArt 639 (ref 1 Pel/CCaç 696)

Comando e CCS

Marrupa

CArt 636

Mecula

1 Pel/CCaç 696

Maúa

CCaç 73 (desde 04OUT)

Destina-se ao BCaç 598 e a ocupar Olivença

V.Cabral (trânsito)

1ª Btr/GAC Nampula

em trânsito para Vila Cabral

ERec Nampula

Massangulo

2. Sector "B" (Agr 23)

Comando

Porto Amélia

BCaç Porto Amélia

Comando e CCS

Porto Amélia

CCaç PAmélia (-)

Porto Amélia

1 Pel/Caç (-)

Ocuá

1 Pel/Caç (-)

Quiterajo

CCaç Nampula

Meluco

CCaç 72

Nairoto

CCaç 548 (-)

Montepuez

1 Pel/Caç

Balama

CCaç 804 (-)

Macomia

1 Pel/Caç

Chai

1 Pel/Caç

Quiterajo

CArt 560 (-)

Chai

1 Pel/Art

Mataca

BCaç 596

Comando e CCS

Mueda

CCaç 550

Mutamba dos Macondes

CCaç 615 (-)

Esposende

1 Pel/Caç

Imbuo

CCaç 802 (-)

Miteda

1 Pel/Caç

Nangololo

CCaç 803

Muidumbe

CCav 755

Mueda

CCav 756	Nancatari
Pel Rec 811,833 e 834	Mueda
BCaç 608	
Comando e CCS	Mocímboa da Praia
CCaç MPraia (-)	Mocímboa da Praia
1 Pel/Caç (+)	Palma
1 Pel/Caç	Messangi
CCaç 592 (-)	Chitolo
1 Pel/Caç	Mepanga
CCaç 606	Diaca
CCaç 687	Fazenda Dias dos Santos
Pel Rec 812 e 835	Mocímboa da Praia
Pel Rec 836	Diaca
BCaç 729	
Comando e CCS	Mocímboa do Rovuma
1ªCCaç/Beira	Mocímboa do Rovuma
2ªCCaç/Beira (-)	Negomano
1 Pel/Caç (-)	Nassombe
CCaç Marrupa (-)	Pundanhar
1 Pel/Caç	Namioca
CCaç 688	Nangade
2ª Btr/GAC Nampula	Esposende
3. Sector "C"	
BCaç Nampula	
Comando e CCS	Nampula
CCaç 605 (-)	Ribaué
1 Pel/Caç	Nacala
CCaç 614 ref 1 Sec/CCaç 605 (-)	António Enes
1 Pel/Caç e 1 Sec/CCaç 605	Ilha de Moçambique
1 Pel/Caç	Ibo
GAC Nampula (-)	
1ªBtr de ref ao Agr 25 - Em movimento para Vila Cabral	
2ªBtr de ref ao Agr 23 - Encontra-se a aguardar destino no GAC Nampula, uma Btr BF constituída por elementos das BIAC ⁴ LMarques e BIAC Beira.	

⁴ Bateria Independente de Artilharia de Costa.

b. CONFORMARZIN

- | | |
|---------------------------------|--------------------|
| 1. C.D.M.P. Niassa ⁵ | Metangula |
| a. LF "Castor" | |
| b. LDP 107 | |
| c. LDP 203 | |
| d. LDP 204 | |
| e. DFE 1 | |
| f. DFE 12 | |
| g. 1 Pel/CF 6 | |
| 2. C.D.M. Porto Amélia | Porto Amélia |
| - LF "Dragão" | |
| 3. C.D.M. Porto Moçambique | Ilha de Moçambique |
| 4. C.D.M. Porto Nacala | Nacala |
| 5. C.D.M. Porto António Enes | António Enes |

c. COMZINFA

- | | |
|-------------------------|--------------|
| 1. AB5 | Nampula |
| 2. DC ⁶ A | Vila Cabral |
| 3. DC B | Mueda |
| 4. DAT | Nampula |
| 5. FAV ⁷ 303 | Nampula |
| 6. FAV 304 | Porto Amélia |
| 7. FAV 307 | Vila Cabral |
| 8. FAV 311 | António Enes |
| 9. FAV 312 | Lumbo |
| 10. CCAçPqt 32 | Metangula |

Outras Forças da RMM

a. Comando Territorial do Centro (Agr 20)(CTC) Beira

- | | |
|---------------|----------|
| 1. BCaç Beira | |
| Comando e CCS | Beira |
| CCAç 536 | Mutarara |

⁵ Comando de Defesa Marítima dos Portos do Niassa.

⁶ Destacamento de Cooperação – Sub Unidade da Força Aérea de constituição eventual e destinada a apoiar uma área ou acção.

⁷ Força Aérea Voluntária – Grupos de pilotos civis, normalmente de Aeroclubes que colaboravam com a Força Aérea em missões de reabastecimento, evacuação e distribuição de correio.

CCaç 549 (-)	Inhaminga
1 Pel Caç	Marromeu
CCaç 613	Dondo ⁸
2. BCaç 558	
Comando e CCS	Vila Pery
CCaç VManica (-)	Vila Manica
1 Pel Caç	Chibabava
CCaç VGouveia	Vila Gouveia
3. BArt 562	
Comando e CCS	Tete
CCaç Tete (-)	Tete
1 Pel Caç	Magué
1 Pel Caç	Changara
CART 559 (-)	Moatize
1 Pel Art	Zobué
CART 561 (-)	Furancungo
1 Pel Art	Vila Gamito
1 Pel Art	Vila Coutinho
CART 638 (-)	Fingoé
1 Pel Art	Gago Coutinho
1 Pel Art	Zambué
4. BAC Beira (-)	Beira ⁹
5. ERec VPerly (-)	Chicamba Real
1 Pel Rec	Mavuzi
b. Comando Territorial do Sul (CTS)	
1. BCaç L Marques	L. Marques
Comando e CCS	L. Marques
CCaç L Marques	L. Marques
CCaç Inhambane (-)	Inhambane
1 Pel Caç	Vilanculos
CCaç 607 (-)	Ponta Mahone
1 Pel Caç (+)	Paiois de Benfica

⁸ À disposição do Comando do Agrupamento 20.

⁹ Os elementos em falta constituem, com outros elementos da BAC L Marques uma Batr b.f., que operou no Agr 23.

CART 563 (-)	Chibuto
1 Pel Art (+)	Mabalane
2. BCaÇ Boane	
Comando e CCS	Boane
1ª CCaÇ Boane	Boane
2ª CCaÇ Boane	Boane
CCaÇ 71	Namaacha
3. BAC LMarques (-)	LMarques ¹⁰

c. Sector Independente da Zambézia

1. BCav 1571	Mocuba
Comando e CCS (-)	Mocuba
Pel Rec Info	Alto Molocué
CCaÇ Milange, ref 2 Pel/CCaÇ 689(-)	Milange
1 Pel/CCaÇ 689	Molumbo
1 Pel CCaÇ (-)	Majua
1 Sec Caç	Liciro
CCav 569 (-)	Morrumbala
1 Pel Cav (+)	Namuanza
1 Sec Cav	Metolola (3523.1643)
CCav 570 (-)	Mabo-Tacuane
2 Pel Cav	Mocuba
CCaÇ 689 (-)	V. Junqueiro ¹¹

d. Reserva do Comando da RMM

1. 1 Batr b.f./GAC Nampula	Nampula
2. ERec LMarques	LMarques
3. 1 Grupo de Comandos	Nampula

¹⁰ Os elementos em falta constituem com outros elementos da BAC da Beira uma Btr b.f., que operou no Agr 23 e que na altura se encontrava no GAC Nampula, aguardando destino.

¹¹ 2 Pel Caç reforçam a CCaÇ Milange.



Directiva 23/66 do MDN, de Março de 1966

Em Março de 1966, o MDN difundiu a Directiva Nº 23 (Anx B) dirigida ao Cmdt Chefe de Moçambique¹², com a finalidade de esclarecer, completar e precisar a doutrina da Directiva Nº 22 (Anx A), tomando por base a experiência vivida até então. A mesma dizia que, enquanto a situação não aconselhasse um comando próprio, a ZIN seria comandada efectivamente e em permanência pelo Comandante da RMM, tendo como órgão de comando um PC avançado dirigido pelo CEM da RMM e constituído pelas 2ª e 3ª Repartições do QG e uma representação da 4ª Repartição e dos Serviços adequados às funções que lhes competiam e em todos os casos chefiados pelos seus primeiros responsáveis. O QG da RMM providenciaria para que o controlo operacional e do Serviço de Informações Militares (SIM) sobre toda a Província se realizasse através do PC avançado. Acrescentava ainda aquele documento que o comando da ZIN funcionaria para a sua área de responsabilidade como comando conjunto, por delegação do Comando-Chefe e que, para o efeito, os Comandos Naval de Moçambique e da 3ª Região Aérea deveriam igualmente constituir PC avançados na ZIN, para onde deveriam ser deslocados, além dos respectivos comandantes e CEM, os serviços de operações e informações e outros que pudessem garantir uma eficiente acção de comando, não apenas na ZIN, mas sobre toda a área de responsabilidade.

Assim, após a publicação da Directiva Nº 22, e como resposta prática e imediatamente viável à necessidade da criação e organização de um PC avançado no Norte da Província, tendo em conta o deslocamento do centro de gravidade das forças para o Norte, os elementos do referido PC avançado eram reduzidos e preenchidos pelos adjuntos das 2ª e 3ª Rep. e pelo Sub-CEM, ficando os órgãos principais em Lourenço Marques.

A publicação porém da Directiva Nº 23, cuja doutrina teve por base a forma como havia sido executada a Directiva Nº 22 e a experiência obtida quanto à influência que esta deveria ter tido na condução das operações, permitiu, a partir de Julho de 1966, muito provavelmente no dia 1, a inversão da situação, ficando o QG da RMM em Nampula, praticamente com os seus primeiros responsáveis e ficando em Lourenço Marques apenas os elementos menos preponderantes, com manifesta vantagem para a conduta das operações. Isto é, como se desejava e era necessário, o esforço

¹² O Cmdt Chefe e o Cmdt da RMM continuavam a ser o Vice Almirante Sarmiento Rodrigues e o General Moura dos Santos.

principal do comando das Forças em Moçambique, transferia-se para o Norte, em Nampula, mais perto portanto das áreas afectadas da Província.

Directiva 26/66 do MDN

Ainda sobre a questão da estrutura de comando a implantar na ZIN, o MDN emite em Outubro de 1966 a Directiva 26 dirigida ao Comandante Chefe de Moçambique¹³. (Anx C)

Nesta Directiva determinava-se em particular:

- A criação, para a ZIN de um “Comando Chefe Adjunto” que seria organizado com um Comandante – o Comandante Chefe Adjunto – e um órgão de trabalho, o Gabinete Militar do Comandante Chefe Adjunto.

Na área da sua responsabilidade este Comando podia ter acção directa e assistência dos comandos responsáveis pelos três Ramos das Forças Armadas;

- Que os Comandos responsáveis pelos diversos Ramos das Forças Armadas na ZIN sejam os próprios Comandantes da Região Militar, Região Aérea e Comando Naval.

Era mais uma insistência para a transposição para o Norte dos Comandos dos três Ramos e que mais tarde veio a ter concretização total com a instalação do Comando Chefe e órgãos de apoio em Nampula.

¹³ Era o General da Força Aérea José Augusto da Costa Almeida.

O Comandante da Região Militar era o General Moura dos Santos (até Novembro de 1966). Sucedeu-lhe o General João de Paiva de Faria Leite Brandão.

O Comandante Chefe Adjunto era, desde 1963, o General António Augusto dos Santos (ver Cap. II)

SGDN
LISBOA
SET65

“DO: Ministro da Defesa Nacional
PARA: Comandante-Chefe de MOÇAMBIQUE

DIRECTIVA Nº 22

(Para a criação e organização de um PC avançado no Norte da Província)

1. A evolução da situação no Norte de MOÇAMBIQUE aconselha a que se estabeleça uma “zona de intervenção”, que, tendo em conta a distância a que se encontra a sede do Comando Chefe e dos Comandos dos três ramos das Forças Armadas, deverá possuir comando próprio.

2. Este Comando próprio, tendo em conta a existência na área a englobar na “zona de intervenção” de comandos de Agrupamento, tem naturalmente de lhes ser superior, dispondo além do mais de orgânica que lhe permita funcionar como um comando conjunto para poder accionar operacionalmente os três ramos das Forças Armadas.

3. A economia dos meios e a urgência da sua constituição obrigam a que se opte por uma solução prática e imediatamente viável. Tendo em conta o deslocamento do centro de gravidade das forças para o Norte e também do volume que entre elas ocupam os meios terrestres, conclui-se que o comando da “zona de intervenção” se deverá estruturar em volta de um PC Avançado da Região Militar, tendo-lhe agregados os meios necessários à sua transformação em comando conjunto.

4. Para que não haja dificuldades no exercício do Comando parece convir que estes elementos agregados sejam qualificados para cooperarem eficazmente nas decisões do comando da “zona de intervenção” e impulsionarem os respectivos meios na cooperação (ar e mar, visto que terra o é directamente).

Tendo em conta que o Comandante Naval, além da sua maior graduação, é também Director dos Serviços e Fomento Marítimo e os meios

empenhados pela Armada talvez o não justificasse a representação naval no Comando da “zona de intervenção” deverá ser entregue a um Cap de Mar e Guerra do Comando Naval.

A representação da Força Aérea poderá ficar a cargo do próprio Comandante da 3ª Região Aérea, do seu 2º Comandante ou também de um Coronel nomeado para o efeito.

Qualquer das representações deverá ser completada com uma pequena secretaria (um ou dois amanuenses) e servida por um posto rádio e secção de cifra das respectivas redes.

5. Põe-se seguidamente o problema de qual deverá ser o limite da “zona de intervenção”. Duas soluções podem ser adoptadas:

- ou considerar apenas os distritos que contêm áreas afectadas (Niassa e Cabo Delgado)
- ou considerar aqueles e mais os que tendo fronteiras sensíveis podem vir a tornar-se áreas de operações.

Para não atrasar a resolução do problema estes dois possíveis critérios poderiam ser considerados como duas fases: o mais rapidamente possível os distritos que englobam as áreas afectadas e o Distrito de MOÇAMBIQUE, provável sede do Comando da “zona de intervenção”; no seu máximo desenvolvimento, mais os distritos de Tete e da Zambézia.

6. Meios na dependência do Comando da “zona de intervenção” para efeitos operacionais:

a) Exército:

- 1) Os agrupamentos nºs 23 e 25 e todos os meios que lhe estão atribuídos
- 2) As reservas da RMM e do CChefe que lhe venham a ser adstritas, localizadas dentro ou fora da sua área de responsabilidade.

b) Marinha:

- 1) Os Comandos da Defesa Marítima de Nacala, Porto Amélia e Lago com, os meios que lhes estão atribuídos.
- 2) Outros meios na dependência do Comando Naval quando actuando na área de responsabilidade, para coordenação e eventual impulsionamento em missões de urgência.
- 3) Créditos eventualmente estabelecidos pelo CChefe sobre meios directamente dependentes do Comando Naval.

c) Força Aérea:

- 1) Os Comandos dos Aeródromos-Base e Destacamentos de Cooperação estacionados na sua área de responsabilidade;
- 2) O destacamento de P2V5 a fim de ser detectado o tráfego nocturno na costa do Indico, Rovuma e Lago Niassa na sua área de responsabilidade;
- 3) Créditos de missões de bombardeamento concedidos pelo CChefe (por ligação directa com a BA10);
- 4) As reservas do CChefe que lhe venham a ser adstritas, localizadas dentro ou fora da sua área de responsabilidade.

7. Delegações e ligações técnicas e logísticas

O Comando da “zona de intervenção” actuará na sua área de responsabilidade por delegação directa do Comando Chefe e dentro das directivas operacionais que lhe tenham sido enviadas. Manterá o CChefe permanentemente informado da evolução da situação e promoverá a promulgação de novas directivas quando a evolução da situação o aconselhe e as não tenha recebido.

Os representantes Naval e da Força Aérea junto do Comando de Zona manterão os seus respectivos Comandantes permanentemente informados da evolução da situação e da acção desempenhada pelos meios dependentes para poderem beneficiar a tempo dos eventuais reforços e dos apoios técnico e logístico indispensáveis às necessidades operacionais.

Os Comandos Naval e Aéreo só poderão alterar os meios atribuídos à “zona de intervenção” com a concordância e através do Comando Chefe.

Os Comandos Naval e Aéreo deverão sempre exercer a função de inspecção operacional dos meios respectivos empenhados na “zona de intervenção” para zelar pelo seu melhor rendimento. Nestas funções de inspecção será feito relato ao CChefe e dado conhecimento das conclusões tiradas ao Comandante da “zona de intervenção”.

8. Coordenação das acções das forças militarizadas e conduta com as populações.

Para o efeito o Comandante da “zona de intervenção” deve, por directiva do Governador Geral, poder entender-se directamente com os Governadores dos Distritos coincidentes com a sua área de responsabilidade.”

O MINISTRO DA DEFESA NACIONAL

Manuel Gomes de Araújo
General

SGDN
LISBOA
MAR66

“Do: Ministro da Defesa Nacional

Para: Comandante-Chefe de MOÇAMBIQUE

DIRECTIVA Nº 23

1. A presente Directiva esclarece, completa e precisa a doutrina da Directiva nº 22, tomando por base a forma como foi executada e a experiência que se obteve quanto à influência que deveria ter tido na condução de operações.

2. Enquanto a situação não aconselhar a criação de um Com. próprio, a ZIN será comandada efectivamente e em permanência pelo Comandante da RMM tendo como órgão de comando um PC avançado dirigido pelo CEM da RMM e constituído pelas 2ª e 3ª Rep do QG e uma representação da 4ª Rep e dos serviços adequados às funções que lhes competem e em todos os casos chefiados pelos seus primeiros responsáveis.

O QG da RMM providenciará para que o controle operacional e do SIM sobre toda a Província se realizem através do PC avançado.

3. O PC avançado do Com da ZIN funciona para a sua área de responsabilidade como comando conjunto, por delegação do Comandante-Chefe.

Para o efeito, os Comandos Naval de Moçambique e da 3ª Região Aérea devem igualmente constituir PC avançados na ZIN, para onde deverão ser deslocados, além dos respectivos comandantes e Chefes de EM, os serviços de Operações e Informações e outros que possam garantir uma eficiente acção do comando, não apenas na ZIN mas sobre toda a área de responsabilidade.

4. Quando por efeito das próprias necessidades de condução das operações os PC avançados Naval e Aéreo não convier ou não puderem justapor-se ao PC avançado do Exército, como órgão de Trabalho do comando conjunto, deverão ser nomeados oficiais de ligação da Armada e da Força Aérea para os serviços de operações e informações a fim de garantirem em permanência a coordenação das acções.

Estas nomeações não substituem a necessidade de assíduo contacto entre os Comandos e EMs como importa à condução unificada das operações e à perfeita coordenação entre as Armas.

5. O Comandante da ZIN, por delegação do Comandante Chefe e através dos Comandantes Naval e Aéreo e, directamente, dos Comandos terrestres, superintende e impulsiona o conjunto das operações na ZIN.

Com a prioridade aconselhável e pelo menos duas vezes por mês deverá promover reuniões de comandos, onde deverão ser analisados:

- a evolução do IN
- a acção das NF
- o rendimento das operações
- os projectos de directivas ou planos para a acção futura

O Comandante da ZIN promoverá que nas diversas áreas ou sectores da ZIN os comandos terrestres, navais e aéreos por elas responsáveis, realizem, com os mesmos objectivos, as reuniões necessárias à coordenação inter-armas.

Os Comandantes da ZIN, Naval ou Aérea têm o direito de assistir a estas reuniões ou de nelas se fazerem representar por um seu delegado qualificado.

6. O Comandante-Chefe, a fim de se manter permanentemente actualizado e informado sobre a evolução da situação na ZIN e sobre a condução das operações, deverá destacar a título permanente para junto do Com ZIN os elementos do seu Gabinete Militar que entenda por convenientes, incluindo o seu Chefe do GM.

Esses oficiais poderão assistir a todas as reuniões de comandos da ZIN e ter acesso a toda a documentação dizendo respeito a informações e a operações.

7. As reuniões de Comandos de TO realizar-se-ão normalmente na ZIN. O Comandante-Chefe poderá, sempre que entender conveniente em função dos assuntos a tratar, fazer comparecer a estas reuniões, ou à parte que interessar, as autoridades políticas e administrativas ou os representantes dos Serviços Cíveis ou militarizados que importe ouvir para a necessária cooperação político-militar ou a coordenação das actividades cíveis com as operações.

Por delegação do Comandante Chefe estas autoridades ou representações locais poderão igualmente ser convocadas pelo Comandante da ZIN para as reuniões neste âmbito ou convidadas a estarem presentes nas reuniões dos responsáveis militares nas diversas áreas ou sectores da ZIN.

As conclusões ou sugestões sobre a acção civil a que nestas reuniões se chegar não obrigam as autoridades ou representações presentes, devendo, para que tenham efeito, delas ser dado conhecimento pelas vias hierárquicas respectivas e obtida a concordância superior.”

O MINISTRO DA DEFESA NACIONAL

MANUEL GOMES DE ARAÚJO
GENERAL

“Do: Ministro da Defesa Nacional

Para: Comandante-Chefe de Moçambique

DIRECTIVA Nº 26

1. As condições particulares do T.O. de Moçambique, as tentativas e esforços de extensão da subversão que o In vem exercendo e a consequente necessidade de aumento de efectivos que se vai processando no Norte da Província, aconselham que se entregue a condução das operações na ZIN a um Comando próprio, como aliás já estava previsto, em princípio, na Directiva nº 23.

Concorre também para esta decisão o facto do Comandante da RMM, que do antecedente exercia cumulativamente as duas funções, ser muitas vezes solicitado para problemas tanto operacionais como especialmente de ordem logística fora da ZIN, não podendo, portanto, assegurar ao comando operacional da Zona de subversão violenta a continuidade que se afigura necessária.

2. O Comando da ZIN tem de obedecer a várias condições, entre as quais:

- estar normalmente liberto de preocupações exteriores à sua área de responsabilidade de modo a nela poder concentrar a sua capacidade de acção;
- estar livre de todos os problemas de pormenor de administração e logística de qualquer dos ramos das forças armadas que emprega para ter a liberdade de acção e movimentação que lhe permitam uma presença efectiva junto dos comandos e tropas subordinados, essencial a uma avaliação correcta da situação e a uma fiscalização conveniente do emprego dos meios de acordo com as decisões tomadas;
- ter capacidade para uma permanente coordenação das acções entre as diversas forças armadas sob o seu comando e da sua ligação com as importantes acções nos campos político, económico e social de tão grande influência no tipo de luta que se enfrenta.

O Comando da ZIN tem, assim, de actuar por delegação directa do Comandante Chefe e dispor de larga iniciativa nas relações a manter com a administração.

A solução adoptada é a da criação para a ZIN de um Comando Chefe Adjunto, a única que se afigura permitir o preenchimento conveniente das condições indicadas.

Tendo em atenção a unidade de acção de comando que importa garantir e manter, o CChefe poderá condicionar no que entender por conveniente o exercício do comando na ZIN por parte do ComChefe Adjunto ou delegar nele acções de direcção e de coordenação fora daquela área de responsabilidade.

3. Atendendo às implicações do exercício do comando conjunto e da coordenação das acções militares com as desenvolvidas nos outros campos da administração, dever-se-á promover:

- 1º - Que o Comando seja organizado com um Comandante (o Comandante Chefe Adjunto) e um órgão de trabalho (o Gabinete Militar do Comandante Chefe Adjunto);
- 2º - Que na sua área de responsabilidade este Comando possa ter acção directa e assistência dos Comandos responsáveis pelos três ramos das forças armadas.

4. Sempre que o CChefe Adjunto, por virtude das suas funções ou outros impedimentos, estiver ausente da sede onde tiver estabelecido o seu OC¹⁴, será automaticamente substituído, por delegação, pelo Comandante do ramo das forças armadas mais graduado ou antigo.

5. A experiência tem demonstrado que os Gabinetes Militares dos Comandantes Chefes, embora de organização muito ligeira, são órgãos úteis de trabalho susceptíveis de garantir um eficiente exercício do Comando num teatro de operações em que a segunda condição, expressa no nº 3, se verifique.

No caso especial de Moçambique e dada a distância a que o Comando Chefe Adjunto actua do Comando Chefe do T.O., opta-se pela organização de um Gabinete Militar semelhante ao deste para apoio do Comandante Chefe Adjunto visto que se considera a impossibilidade de desdobramento de um órgão já de si próprio tão ligeiro.

¹⁴ OC - Órgão de Comando.

6. Quanto ao contacto directo e à assistência dos Comandos das forças armadas ao Comandante-Chefe Adjunto, considera-se que não se justifica para já a criação de Comandos próprios na ZIN, o que corresponderia, neste caso, à necessidade de criação de uns segundos Quartéis Gerais e a uma divisão do T.O. em duas áreas de responsabilidade totalmente diferenciadas sob todos os aspectos, com prejuízo da unidade de comando e da economia dos meios.

Nestas circunstâncias, e como a ZIN é, de momento, a única área de subversão violenta do T.O., opta-se pelo desdobramento dos Quartéis Gerais existentes, em dois escalões, um avançado e outro recuado.

A evolução futura da situação poderá aconselhar a necessidade de se encontrar outra solução, que tanto poderá ser a opção por comandos próprios na ZIN, como o alargamento desta às áreas que se venham a mostrar de maior sensibilidade.

7. A importância actual da ZIN em relação aos efectivos empenhados e ao In que se enfrenta leva a considerar que os Comandos responsáveis pelos diversos ramos das forças armadas na ZIN sejam os próprios comandantes da Região Militar, Região Aérea e Comando Naval.

Pelas mesmas razões os escalões avançados dos QG que os servem devem ser dirigidos pelos respectivos Chefes do Estado Maior das Regiões.

Por exclusão de partes serão os 2ºs Comandantes das regiões que gerirão, por delegação, a actividade militar fora da ZIN, apoiados pelos escalões recuados dos QG.

No entanto, dado o volume das forças do Exército já empenhadas no T.O. e, em especial, dos complexos problemas logísticos e outros que envolve, considera-se a necessidade da criação de um 2º Comandante das Forças Terrestres na ZIN, em condições de poder coadjuvar o Comandante da RMM na ZIN e substituí-lo nos seus impedimentos. Esta solução garantirá a continuidade de comando das F.T. na ZIN, de contrário difícil de obter e susceptível de criar problemas por a hierarquia e funções do Chefe do EM não o qualificarem para uma eventual substituição por ausência do Comandante da Região.

8. A divisão dos QG em dois escalões tal como se determina, e aliás já estava do antecedente em execução, obrigará certamente a uma revisão dos quadros, com vista ao seu reforço. O Comandante Chefe determinará a execução dos estudos necessários pelos diversos comandos responsáveis para serem objecto de proposta fundamentada e enviar com urgência.

9. Mantém-se em execução tudo o que foi determinado em directivas anteriores e não é especificamente alterado pela presente directiva. ”

O MINISTRO DA DEFESA NACIONAL

Ass. Manuel Gomes de Araújo
General

CAPÍTULO VI

O ALASTRAMENTO DA SUBVERSÃO EM 1966

Situação Geral

De maneira genérica, resumida, referem-se alguns dos factos mais significativos, relativos a cada Distrito afectado, em relação ao ano de 1966.

- No Distrito do **Niassa**, a subversão violenta alastrou para Leste, atingiu os Macuas vivendo em território Ajaua e ultrapassou o rio Lugenda, alcançando o seu máximo ao longo da linha definida por Chamba – Marrupa (excl.) – Moluco (incl.) – Nova Freixo (excl.) – Mecanhelas (incl.).
- No Distrito de **Cabo Delgado**, a subversão violenta é contida e até mesmo cede em algumas áreas, o que não obsta a que o In procure, a todo o custo, estender a sua acção para Sul e Sudoeste, continuando a haver notícias de infiltração no concelho de Montepuez.
- No Distrito de **Moçambique** sucedem-se novas vagas de prisões de Autoridades Tradicionais, implicadas na aceitação ou ocultação da passagem de grupos aliciadores vindos do Norte, num “ total “ de cerca de 20 Regedores, 16 Encarregados de Regedoria, 38 Chefes de Grupo, 69 Chefes de Povoação, 13 Conselheiros, além de vários outros nas áreas de Erati, Mecuburi, Murrupula, Muecate, Malema e, sobretudo, Ribaué. A partir de Novembro deixa de haver notícias de outras infiltrações.
- No Distrito da **Zambézia**, é descoberta em Fevereiro/Março, uma vasta rede subversiva em que estavam implicadas numerosas Autoridades Tradicionais da Circunscrição de Morrumbala e do Concelho de Milange, que foram presas ou fugiram para o Malawi. Em 12 de Março é morto, por elementos In, o Chefe da Povoação Gopane (região de Chire). Em Abril regista-se a tentativa de assassinato do Regedor Tengane, da Morrumbala e é atacado o Chefe da Povoação Sombua, de Milange. A partir desta data cessam as notícias de comprometimento de Autoridades Tradicionais e de subversão, limitando-se o In a assaltar cantinas nas imediações da fronteira, assaltos, esses que, reivindicados pela FRELIMO, muitas vezes, no entanto, são atribuídos a bandos de

salteadores perseguidos no próprio Malawi. Esta acção terrorista foi, em grande parte, comandada por Rui Alberto Mutumula, já referido – cap. IV – e que foi ferido na tentativa de assassinato do Regedor Tengane. Segundo o Administrador que vivia na área à data dos acontecimentos, a subversão no Distrito alastrou, fundamentalmente, entre os indivíduos atraídos à região do chá pelo surto de progresso aí verificado, tais como condutores, enfermeiros, pessoal de construção civil, vindos de todo o Distrito, indivíduos esses que, deslocando-se com frequência ao Malawi, ou tendo dali regressado em virtude de uma quebra da economia verificada naquele país aceitaram, de boa mente, as novas ideias. Segundo o mesmo Administrador, as populações locais, salvo num ou noutro caso, resistiram à subversão, e verificou-se mesmo que a massa dos Tacuanes, por toda a gente tidos como subvertidos, foi induzida a comprar cartões da FRELIMO na ideia de que era um imposto que estavam a pagar ao governo português.

As acções violentas do In contra algumas Autoridades Tradicionais levam a admitir a verosimilhança desta opinião.

A região de Tacuane, de difícil acesso, montanhosa, arborizada e dispondo de água, oferecia excelentes condições para a implantação de um reduto terrorista, e daí o interesse do In por esta região.

- No Distrito de **Tete** intensificaram-se as acções subversivas e violentas contra as populações, levadas a cabo pelo COREMO. É, no entanto, assinalada a acção de aliciamento por parte da UNAMI.

Como factos de destaque, apontam-se:

- em Janeiro, fuga de população da área do PAdm de Zambué, para a Zâmbia;
- em Março, agredido a tiro o Fumo Zipula;
- em Abril, preso pelo In e agredido a tiro o Chefe de Pov Chalamba, e ameaçados de morte os Chefes de Pov Cassepa, Manchala e Nhacauera;
- em Maio, atacada uma patrulha em Messandaluz;
- em Junho, assinalada a venda de cartões do COREMO na área de Messandaluz e havia notícias de reuniões suspeitas, em que estariam, implicados além de outros, o Regedor e o Chefe da Pov Massassa;
- em Agosto, detectada actividade da UNAMI nas Regedorias Messandaluz e Cachimbo, através de reuniões e venda de cartões. Ainda neste mês são incendiadas povoações a Norte de Cassapa por elementos do COREMO.

- Em Setembro:
 - em 4, assinalados cartões da UNAMI em Unhaca - Fingoé;
 - em 7, incendiadas palhotas na povoação Jamesson, PAdm do Zambué;
 - em 17, reuniões da UNAMI;
 - em Novembro, surgem actividades de aliciamento do COREMO na área de Chofombo.
- Em relação aos Distritos de **Inhambane** e **Gaza** verifica-se, a partir de meados do ano, apreciável decréscimo na actividade subversiva, em virtude das medidas de vigilância exercida pelas AAdm, de que resultou a passagem do In a uma maior clandestinidade.

Uma tentativa de infiltração

Na primeira metade de Fevereiro é detectado e perseguido um numeroso grupo In, poderosamente armado e municiado, que, entrando pela fronteira Norte, junto ao Lago Niassa (linha de infiltrações do Lago), foi percorrendo, por etapas, um itinerário muito próximo da fronteira Oeste, com a finalidade de atingir a região de Tacuane, na Zambézia, para aí se instalar.

Este grupo era constituído, de início, por 89 elementos saídos de Chiwindi (3457.1132); alguns desertaram pelo caminho nos primeiros dias de viagem, em virtude de dois ataques da FAP, quando progrediam ao longo do lago Niassa; outros houve que adoeceram e ficaram em “ bases de passagem “. Da base “ Chipende “ saíram 80 homens do grupo inicial, a que se juntaram o chefe de comité, o comissário político e seu adjunto, num total de 83 elementos:

chefe de região	1	chefe geral	1
chefes de grupo	5	adjuntos chefes de grupo	5
chefe de comité	1	comissário político	1
adj.comissário político	1	agente de ligação	1
soldados	67		
Total			83

Os números apontados são valores estimados em função dos dados obtidos a partir dos interrogatórios dos vinte elementos In capturados e da documentação apreendida¹.

¹ Perintrep nº 15 (21 a 28Fev66), da COMZIN/2ª Rep.

O grupo In, a partir do Catur dividiu-se em três, indo cerca de 40 elementos para a região de Maniamba, outros 40 para a de Milange e os restantes para a de Amaramba, e foi sendo sujeito a acções diversas e sucessivas, levadas a cabo por GComb das CCAç 61, CCAç 62, CCAç 696 e CCAç 1481, no período de 02 a 23 de Fevereiro e em várias localizações, tais como ponte sobre o rio Lúrio, regiões de Minhomar, Mucajama, Messia, Lipembecué, Correia, Mepica, Maicuna, Chipa, Mus-sarepa, Cocola, Caronga, Lago Amaramba, Serras Mero e Litumde e Mte Ruanca, tendo sofrido bastantes baixas e sendo-lhe capturada apreciável quantidade de material ².

Completamente destruído antes de atingir o seu destino - distritos de Moçambique e Zambézia - era sua intenção, na sequência desta infiltração, o alastramento da subversão para estes distritos, partindo de bases a criar ou já criadas em Tacuane e Mongoé e entre Catur e Vila Cabral, respectivamente, segundo as linhas de irradiação de Tacuane-Mongué, para Molumbo – Lioma – Mutuali; Nampula; Pebane; Quelimane; Manica e Sofala, e de Catur – Nova Freixo, para Metarica; Malema – Nampula – Ilha de Moçambique e Mecanhelas.

Esta irradiação seria precedida do estabelecimento dum núcleo inicial em cada uma destas duas zonas de acção, à custa de pessoal e material infiltrados através do lago Niassa.

Posteriormente, verificar-se-ia o reforço destes dois núcleos com pessoal concentrado no Malawi e que, ao que se julgava, já se encontraria em movimento.

Por último, verificar-se-ia a entrada através do Niassa e de Cabo Delgado de dois “batalhões”, cerca de 300 homens cada, com destino, um ao distrito de Moçambique e o outro ao da Zambézia, com a irradiação segundo os eixos referidos ³.

Sobre estes dados, o Comando do RMM tecia, na altura, as seguintes considerações ⁴:

“As operações do In na Zambézia devem estar, de momento, prejudicadas, em consequência da captura da maior parte do pessoal e material do grupo que a elas se destinavam, a irradiação de Catur para Nova Freixo, Mutuali e Malema não deve ser possível, de momento, dada a grande distância entre as bases In situadas mais a Sul e Nova Freixo e ainda pela falta de apoio dado pelas populações do concelho de Amaramba ao In.

² Perintrep nº 13,14 e 15 FEV66, da COMZIN/2ª Rep.

³ Perintrep nº 16 (28Fev a 07Mar66), da COMZIN/2ª Rep.

⁴ Perintrep nº 12, de 21Mar66, do QG/RMM.

Todavia, a irradiação para o distrito de Moçambique não se deveria fazer apenas por grupos idos de Catur, mas em conjugação com grupos idos de Montepuez e Balama, e também de Révia e Maúa.

Com efeito, durante a fase da detecção do grupo que se dirigia para a Zambézia, houve um prisioneiro feito em Lalaua que diz ter vindo por Maúa, como emissário dum acampamento de terroristas estacionados em Mepania - junto às margens do Lugenda -, para averiguar se já tinham chegado os outros grupos que estavam para entrar, no distrito de Moçambique.

Dada a proximidade de Mepania das bases do In a norte de Catur e, portanto, a facilidade de ligação com elas, não será de admitir que tenha sido enviado um elemento a tão grande distância para colher uma informação que poderia obter mais próximo, se efectivamente se tratasse de outro grupo partido de Catur.

Parece, portanto, tratar-se de grupos, a infiltrar-se de Norte, via Balama e Montepuez. Aliás, essa hipótese é confirmada pela infiltração periódica de aliciadores que daquelas regiões contactaram as populações do Norte do Distrito de Moçambique, atravessando o rio Lúrio e prometendo a vinda de grupos durante a época das chuvas, ou finda ela.

A notícia informava:

- a existência de um grupo In entre Ribaué e Lalaua, enquanto o outro se encontra ainda em Nipepe, vindo de Révia, devendo atravessar o rio Lúrio, só na semana seguinte (...);
- que o grupo já estacionado entre Ribaué e Lalaua a verificar-se, deve ter vindo de Mecula ou Nairoto, por Balama - Montepuez, já ali devendo encontrar-se há algum tempo.

Por último, o previsto fraccionamento entre Maúa e Nipepe do grupo vindo de Révia, pode ser uma tentativa para se infiltrar em Malema, torneando por Norte - através de populações que se sabe que lhe são favoráveis - as dificuldades resultantes da falta de apoio declarado das populações situadas entre Catur e Nova Freixo."

Evolução da Situação do In no 1º Trimestre de 1966

No primeiro trimestre de 1966, a evolução da situação do In faz sobressair os seguintes aspectos:

- reforça os seus meios nas áreas anteriormente em subversão violenta, nos Sectores A e B, onde se mostra agressivo e melhor instruído,

- conseguindo alastrar, em superfície, aquele tipo de subversão no Sector A e procurando consegui-lo a Sul do rio Messalo, no Sector B;
- exerce forte pressão de propaganda e aliciamento no Concelho de Amaramba (Sector A) e nos de Montepuez e Porto Amélia (Sector B), a fim de neutralizar a acção das NF e das Autoridades Administrativas sobre as populações;
 - tenta, com insistência, fazer passar a subversão violenta aos Distritos de Moçambique e Zambézia, através de Maúa (Sector A) e Balama (Sector B), realizando, simultaneamente, acções de propaganda e aliciamento a S do rio Lúrio e a infiltração de elementos subversivos na região de Milange-Tacuane, através do Malawi;
 - ameaça o Distrito de Tete, onde se revela a Oeste por acção do COREMO e a Este pela FRELIMO;
 - continua a exercer a actividade de propaganda e aliciamento em todo o território da Província.

Directiva nº 3/66 do CCM, de 13Abril

Contando receber, em Maio seguinte, reforços vindos da Metrópole, o Comandante-Chefe de Moçambique⁵ emitiu uma Directiva com vista a:

- “1 – Fazer face, em 1ª prioridade, à tentativa In de alastramento de subversão violenta aos Distritos de Moçambique e Zambézia:
 - (a) pela cobertura dos seus limites Norte, onde de momento, constitui principal preocupação a área de Maúa a Sul da linha Révia - Nungo, do antecedente com fracos efectivos;
 - (b) pela permanente vigilância e interdição da fronteira a Oeste da Zambézia;
 - (c) por maior generalização da actividade no Distrito de Moçambique e manutenção da desenvolvida no da Zambézia.
- 2 – Opor-se à tentativa In de desenvolvimento da subversão violenta no Distrito de Tete, por incremento, dispersão e generalização da actividade dos meios ali disponíveis, enquanto não for possível o seu reforço.

⁵ O Cmdt Chefe era o Gen Pilav José Augusto da Costa Almeida, também Governador Geral.

- 3 – Evitar, ou, no mínimo diminuir as possibilidades de infiltração de pessoal e material In através das fronteiras Norte e Oeste, com especial acuidade para o rio Rovuma.
- 4 – Continuar a actual actividade sobre os bandos armados e guerrilheiros, com espírito nitidamente ofensivo, para conseguir a sua destruição.
- 5 – Incrementar a actividade no restante território da Província, para evitar e/ou neutralizar a actividade In de propaganda e alicia-mento das populações.
- 6 – Desenvolver toda a actividade com vista à conservação ou recon-quista, protecção e controlo das populações, o que não constitui dever exclusivo das autoridades administrativas.
- 7 – Tirar o máximo partido das populações na luta contra a subversão, nomeadamente na pesquisa, detecção e detenção de bandos ar-mados e guerrilheiros (...)"

Ainda mais se determinava nesse documento, ao comando da RMM e ao da ZIN que promovessem o desenvolvimento da actividade das suas forças, de acordo com a intenção expressa em 1 (a), na parte que lhes dissesse respeito, e que, em conjugação, estudassem a distribuição dos meios de reforço a chegar da Metrópole e propusessem ao Comando-Chefe a sua distribuição de acordo com aquela manobra.

Ao Comando da ZIN se determinava ainda que reforçasse, de imediato, a área de Maúa, com um mínimo de duas Companhias de Caçadores, à custa da própria ZIN, enquanto não fossem recebidos novos reforços da Metrópole.

Em consequência da referida Directiva N°3/66, o COMZIN, no seu Relatório Periódico de Operações N° 3/66, de 31 de Maio, refere que, tendo em consideração a escassez de forças disponíveis e a vastidão da sua zona de acção - 283.726 Km² - fora decidido atribuir ao Sector A um dos Batalhões recentemente chegados à Província para reforço da guarnição normal - BCaÇ 1889 -, a fim de constituir um novo Subsector em Valadim (AVL). Este Batalhão ficaria com o Comando e a CCS em Valadim, a CCaÇ 1552, em Valadim (com um pelotão reforçado em Milepa), CCaÇ 1553 em Muembe (com um pelotão reforçado em Chiconono) e a CCaÇ 1554 em Nova Viseu (com um pelotão reforçado em Lutize) (fig 1).

Se a estas Unidades juntarmos, também, a CCaÇ 1573, que se encontrava em Malapsia (área de Majune - Esperança) e a CCaÇ 1570, sediada em Révia Comercial, poderá concluir-se que fora substancialmente reforçada uma das zonas mais afectadas pelo terrorismo, no Sector A, continuando,

no entanto, a ser muito fraca a presença militar naquela área, como aliás em toda a RMM que sempre se debateu com escassez de efectivos.

No Subsector ARU - Marrupa -, e dado que lhe foram atribuídas de reforço duas Companhias (uma das quais com carácter temporário), o BART 639 teve que remodelar o seu dispositivo a Sul do rio Lugenda.

Deste modo, esta área anteriormente entregue à CART 637 e à CCS do Batalhão, foi dividida da seguinte forma:

- CCAç 1571, com a ZA de Révia;
- CART 637, com a ZA de Maúá;
- CCav 756, com a ZA de Nipepe.

Este Subsector ficou também reforçado, em relação ao período anterior.

Ponderada a situação na linha Meponda - Messangulo - Esperança, foi também decidido reforçar o que restou do Subsector AVC - Vila Cabral -. Assim, a CCAç 1573 foi colocada em Malapisia e a CCAç 1572 em Messangulo, uma das regiões preferenciais do inimigo. Deste modo, pretendeu-se estabelecer uma barreira para a penetração terrorista, na direcção do Subsector ANF - Nova Freixo - e dos Distritos de Moçambique e Zambézia.

O BCAç Ev 7 passou, assim, a dispor de cinco Companhias, o que, considerando, por outro lado, a redução da sua ZA, se traduziu num reforço apreciável.

Quanto à Zambézia, este vasto e importantíssimo distrito passaria, em breve, a fazer parte da ZIN, de acordo com o determinado pelo Comando Chefe. Para o controlo de uma área enorme - aprox 103.000 Km² -, existia na Zambézia um batalhão - BCAç 1878 - constituído pelas suas três Companhias orgânicas e duas de reforço. Posteriormente, foi-lhe atribuído o BCAç 1891, ao qual foi dada uma ZA centrada em Alto Molocué, que abrangia toda a parte norte do Distrito.

Situação Geral na ZIN no final do 1º Semestre de 1966

No final do primeiro semestre o PC Av/QG/RMM (COMZIN) considerava⁶:

“O In, no Sector A, a par de acções dispersas de subversão violenta nos Subsectores de Vila Cabral, Sanga e Metangula, ameaça o Subsector de Nova Freixo.

⁶ Relatório de Operações Nº 4, de 30Jun66, do PCAv / QG/RMM.

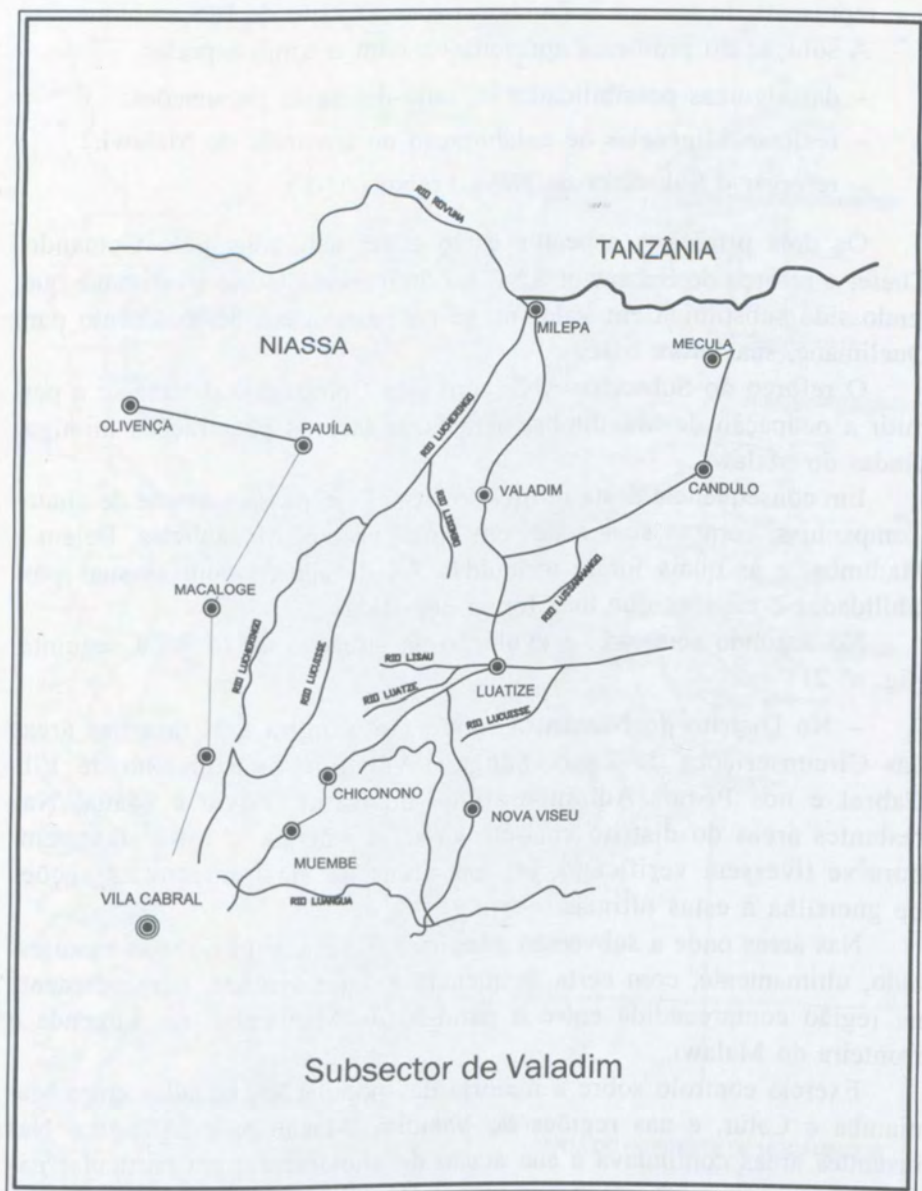


Figura 1 – Subsector de Valadim

Esta situação causa preocupações ao Comando, em si própria e no que representa de ameaça à Zambézia e ao Distrito de Moçambique.

A solução do problema apresenta-se com o triplo aspecto:

- dar algumas possibilidades de auto-defesa às populações;
- realizar diligências de colaboração no território do Malawi;
- reforçar o Subsector de Nova Freixo (ANF).

Os dois primeiros aspectos estão a ser activados pelo Comando-Chefe; o reforço do Subsector ANF foi feito com a CCaç Quelimane que, tendo sido substituída em Valadim, se encontrava em deslocamento para Quelimane, sua futura base.

O reforço do Subsector ANF com esta Companhia destina-se a permitir a ocupação de Mandimba, para fazer face às penetrações inimigas vindas do Malawi.

Em consequência deste reforço, o BCaçEv 6 passa a dispor de quatro Companhias, com as suas sedes em Nova Freixo, Mecanhelas, Belém e Madimba, e às quais foram atribuídas ZA de acordo com as suas possibilidades e missões que lhes foram cometidas.”

No segundo semestre, a evolução da situação do In foi a seguinte: (fig. nº 2)

– No Distrito do **Niassa**, a subversão atingira a 3ª fase nas áreas das Circunscrições do Lago, Sanga e Valadim, no concelho de Vila Cabral e nos Postos Administrativos de Catur, Révia e Maúa. Nas restantes áreas do distrito encontrava-se, ainda, na 1ª ou 2ª fase, embora se tivessem verificado, já, tentativas de alastramento de acções de guerrilha a estas últimas.

Nas áreas onde a subversão atingira a 3ª fase, o In tinha-se manifestado, ultimamente, com certa frequência e agressividade, nomeadamente na região compreendida entre o paralelo de Maniamba, rio Lugenda e fronteira do Malawi.

Exercia controlo sobre a maioria das populações situadas entre Maniamba e Catur, e nas regiões de Valadim, Macaloge e M’Pagira. Nas restantes áreas continuava a sua acção de aliciamento, em particular nas áreas da Circunscrição da Amaramba e Révia.

No Distrito de **Cabo Delgado**, a subversão atingira a 3ª fase em toda a região a Norte do rio Messalo e a Sul deste rio, na área da Circunscrição de Macomia e do Posto Administrativo de Meluco.



Nas restantes áreas do distrito encontrava-se ainda na 1ª fase. Nas áreas onde a subversão atingira a 3ª fase, havia-se manifestado, ultimamente, com mais agressividade em Muidumbe, Nangololo e Mutamba dos Macondes.

Exercia controlo sobre a maioria das populações a Norte do rio Messalo e manifestava-se, também, por aliciamento das populações nas áreas de Balama e Montepuez, com extensão para o Distrito de Moçambique.

No Distrito de **Moçambique** continuavam a verificar-se tentativas de aliciamento das populações, em particular das situadas junto ao rio Lúrio, como prelúdio de penetração ulterior de grupos armados.

No Distrito de **Zambézia** existiam ameaças de infiltrações inimigas através da fronteira com o Malawi e através do seu limite Norte - por transbordamento dos distritos do Niassa e de Moçambique - com o objectivo de criação de bases terroristas para futura irradiação da subversão violenta a todo o Distrito.

Em resumo:

O In mantinha a sua actividade de guerrilha nos Sectores A e B, onde se mostrava agressivo e melhor instruído, procurando alastrar aquele tipo de acções, no Sector A, nas direcções:

Révia	—	Maúa e Marrupa
Catur	—	Nova Freixo e Molumbo

e procurando consegui-lo a Sul do rio Messalo, no restante do Sector B.

Exercia forte pressão de propaganda e aliciamento nos concelhos de Amaramba (Sector A) e de Montepuez e Porto Amélia (Sector B).

Procurava fazer alastrar a subversão violenta através das áreas de Maúa e Balama, realizando, simultaneamente, acções de propaganda e aliciamento a Sul do rio Lúrio e infiltrações de elementos subversivos, nas regiões de Milange e Mabo - Tacuane, através do Malawi.

Directiva geral nº1/66 à ZIN, de 1 de Julho

Face a esta situação, na sua Directiva Geral Nº 1/66, à ZIN, o PCAv/RMM (COMZIN) expressa o seguinte conceito de operação:

- “ — Promover o adensamento da ocupação da região a Sul da linha geral Messangulo- Catur - Révia - Nungo - Rio Messalo, com efectivos suficientes para negar ao In o estabelecimento de bases e a ultrapassagem do rio Lúrio pela subversão violenta;

- opôr-se à tentativa de alastramento da subversão violenta aos distritos de Moçambique e da Zambézia pelo reforço, incremento e generalização da actividade das forças existentes nos Sectores C e D;
- exercer um intenso esforço de pesquisa, terrestre e aérea, para definir as linhas de infiltração profunda no território da Província e actuar ofensivamente sobre elas com meios terrestres e aéreos, constantemente e nos diferentes pontos, aniquilando os bandos detectados e os seus locais de refúgio, de estacionamento e reabastecimento;
- actuar de uma forma dinâmica e agressiva contra os bandos armados In nas zonas mais afectadas, nomeadamente nas regiões de Bandece, Serra Jeci, Messangulo, Muembe, Catur e Révia (Sector A) e no planalto dos Macondes e suas vertentes e na região de Quiterajo - Macomia (Sector B);
- exercer uma forte acção de vigilância e patrulhamento aéreo, naval e terrestre, combinada com armadilhamento, ao longo das fronteiras da ZIN, com especial atenção para a linha do rio Rovuma, a fim de dificultar ao máximo os movimentos do In (pessoal e material) de e para o território nacional;
- procurar, por todos os meios, cativar a população, comprometendo-a a nosso favor e levando-a a colaborar com as NF na luta contra a subversão, na pesquisa de notícias e na detecção de bandos armados ou agentes aliciadores do In;
- manter uma força de intervenção de efectivo mínimo de três Companhias em condições de reforçar os comandos de sector da ZIN, a fim de ampliar as suas possibilidades de intervenção;
- em íntima ligação com as autoridades administrativas, às quais compete a responsabilidade primária desta actividade, colaborar na protecção às populações e ao trabalho, e na acção psicossocial.”

Este documento atribuía, além das missões à Força Aérea e à Marinha, na ZIN, as seguintes missões às Forças Terrestres, sendo que se registou entre outras, uma alteração de importância assinalável, ou seja, a absorção pela ZIN do Sector Independente do Distrito da Zambézia que passou a designar-se por Sector D⁷, com o respectivo comando instalado em Quelimane (sede de Cmd Agr de Dez66 a Mai71):

- aniquilar os bandos terroristas existentes ou em trânsito na sua ZA, exercendo o esforço principal: nas regiões de Bandece, serra

⁷ Em vigor desde 01Fev67.

Jeci, Massangulo, Catur, Muembe e Révia, ou noutros onde o In se venha a revelar em força (Sector A); na do planalto dos Macondes e suas vertentes e na região Quiterajo - Macomia ou noutros onde o In se venha a revelar em força (Sector B);

- exercer estreita vigilância e manter constante actividade com vista a detectar e a opôr-se às infiltrações de agentes aliciadores do In ou de bandos armados: ao longo da linha do rio Lúrio, tendo especial atenção as regiões de Nacala, Lalaua, Muíte, Mirrote e Namapa (Sector C); ao longo da fronteira e dos limites com os Sectores A e C, tendo em especial atenção as regiões de Molumbo, Mongué, Vila Junqueiro, Alto Molocué, Gilé e Milange (Sector D);

- isolar as zonas de esforço por uma constante e dinâmica acção de contra-guerrilha nas regiões envolventes (Sectores A e B);

- exercer vigilância e manter intensa actividade operacional com vista a opor-se às infiltrações In ao longo da fronteira terrestre, tendo em especial atenção as linhas de infiltração: - marginal do lago Niassa - Vila Cabral; - Milepa - Valadim; - Forte Mazúia - Metarica - Révia; - Mandimba - Belém; - Vila Cabral - Catur (Sector A).

Ao longo da fronteira do rio Rovuma, tendo em especial atenção as linhas de infiltração: - Negomano - Balama; - rio Nange - Mueda (Sector B).

- patrulhar intensamente toda a ZA com o objectivo de pesquisa de notícias, determinação das linhas de infiltração e detecção de actividades terroristas, em especial nas regiões de Nova Freixo, Mecanhelas, Marrupa e Maúia (Sector A); nas regiões de Balama, Montepuez, Meluco e em toda a faixa costeira entre Porto Amélia e rio Messalo (Sector B); de acções de aliciamento das populações e actividades terroristas (Sector C); tendo especial atenção as regiões de Mabo - Tacuane, Derre e Morrumbala (Sector D);
- vigiar a faixa costeira do lago Niassa, em cooperação com as forças navais (Sector A);
- dar o maior incremento a todas as actividades relativas à pesquisa de notícias e detecção das actividades subversivas contactando, para o efeito, as autoridades administrativas, os órgãos de informação e segurança publica e as populações (Sectores C e D);
- exercer persistente vigilância sobre as populações de modo a prevenir qualquer princípio de subversão e reagir imediata e violentamente para eliminar surto de subversão (Sectores A, B, C e D);

- procurar por todos os meios e em coordenação com as autoridades administrativas, o apoio e colaboração das populações na luta contra a subversão, na pesquisa de notícias e na detecção e detenção de bandos armados ou agentes aliciadores In (Sectores A, B, C e D);
- manter a situação nas zonas não afectadas (Sectores A e B);
- em intima coordenação com as autoridades administrativas colaborar na protecção às populações, às actividades económicas e ao trabalho, e na acção psicossocial (Sectores A, B, C e D);
- manter-se em condições de impedir qualquer tentativa de isolamento de parcelas do território (Sectores A, B, C e D);
- colaborar com as forças militarizadas e autoridades administrativas para manter nas melhores condições de segurança na sua ZA o caminho de ferro de Moçambique (Sectores A e C); o caminho de ferro de Quelimane (Sector D); (fig. 3)
- garantir a liberdade de utilização: dos portos de Porto Amélia e Mocimboa da Praia (Sector B); porto e aeroporto de Nacala e do aeroporto de Nampula (Sector C); porto e aeroporto de Quelimane (Sector D);
- Forças de intervenção (Reserva):
 - Exército :1 Batalhão, 1 Companhia de Comandos e 1 ERec.
Mantém-se em condições de reforçar qualquer Comando de Sector ou actuar segundo orientação directa do COMZIN;
 - Forças do Comando-Chefe - 1 BCaç Paras - quando posto à disposição do COMZIN.
Reforçam qualquer Comando de Sector ou actuam segundo sua orientação directa.

Em 25 de Julho de 1966, e para complemento da Directiva Geral Nº 1/66 à ZIN, o PC/Av da RMM (COMZIN) difunde o Aditamento Nº1, no qual estabelece que, conforme orientação do Comando-Chefe, “ao mesmo tempo que as forças de quadrícula cumprem as suas missões de hostilização do In, combatendo-o dentro das respectivas áreas, os comandantes dos Sectores A e B promovem a utilização de forças de intervenção, disponíveis ou organizadas à custa da quadrícula, no combate definitivo do In em áreas sensíveis, de preferência de Sul para Norte, em ambos os Sectores, e de Este para Oeste no Sector A”.

Entretanto, em meados do mesmo ano e no que respeitava ao In, mantinha-se, no Distrito de Tete, a situação de expectativa, nomeadamente nas áreas do Zumbo e Zambué, a Norte do rio Zambeze, onde se haviam concretizado já acções armadas de intimidação efectuadas por pequenos grupos adeptos do "COREMO" infiltrados da Zâmbia.

Verificavam-se esforços crescentes de propaganda e infiltração de adeptos da FRELIMO, no restante território e Norte do rio Zambeze, com especial acuidade para as regiões de Vila Gamito, Furancungo, Vila Coutinho e Zobué, onde podia prever-se o desencadeamento de alguns actos de subversão violenta.

Nos restantes distritos, embora se não previsse a actuação a curto prazo, de grupos armados, o In continuava a revelar-se pela continuação do esforço de propaganda e aliciamento das populações autoctones, sendo sua possibilidade imediata a execução de atentados selectivos e de sabotagem, uns e outros visando, principalmente, a intimidação das populações, a propaganda internacional e a perturbação da estrutura industrial e dos transportes.

Directiva geral nº 2/66 do COMZIN, de 16JUL

Após a Directiva Geral nº 1 à ZIN (que era a área que suscitava, naturalmente, as maiores preocupações), o Pc/Av/QG/RMM emite, quinze dias depois, a Directiva nº 2/66 agora dirigida a toda a Região Militar. É de notar, contudo, uma evidente e explícita preocupação com o que se passava em Tete (...) "onde se concretizavam já acções armadas de intimidação efectuadas por pequenos grupos adeptos do COREMO (...). Verificam-se esforços crescentes de propaganda e infiltração de adeptos da FRELIMO no território a Norte do Zambeze (...), onde pode prever-se o desencadeamento de alguns actos de subversão violenta".

Esta preocupação é explicitada na Missão onde se especificam as linhas de infiltração em Tete que devem ser interditadas, bem como no conceito da operação que contempla "(...) reforçar rapidamente o Distrito de Tete, em especial a zona fronteiriça, nas regiões de Zumbo – Zambué – Fingoé; Vila Gamito – Vila Coutinho – Cobué; Doa - Mutarara. São igualmente indicadas as áreas em que o CTC e o CTS devem exercer o maior esforço.

Da missão atribuída por esta directiva ao Comando Territorial do Centro -CTC - (Distritos da Beira, Vila Pery e Tete), destaca-se o seguinte:

“– Patrulhar intensamente toda a ZA com o objectivo de pesquisa de notícias, para detecção de possíveis actividades terroristas e de-

terminação de linhas de infiltração, com especial atenção para as regiões de: - Zumbo - Zambué - Fingoé; Vila Gamito - Furancungo - Vila Coutinho; Zobué, - Doa - Mutarara; Vila Manica - Vila Pery; Espungabera - Chibabava.

- Manter-se em condições de impedir qualquer tentativa de isolamento de parcelas do território, tendo em especial atenção as regiões de Fingoé, Vila Gamito, Furancungo, Casula, Vuende e Vila Coutinho;
- garantir a liberdade de utilização do porto e aeródromo da Beira;
- colaborar com as forças militarizadas e administrativas para manter em melhores condições de segurança as linhas de CF da Beira - Moatize e Trans-Zambézia Railway (TZR) (fig. 3);
- defesa da cidade da Beira a cargo do COMEVBEIRA (Comando Eventual de Defesa Aero-Terrestre da Beira).

Em relação ao Comando Territorial do Sul (CTS) (Distritos de Inhambane, Gaza e Lourenço Marques), destaca-se:

- “- Patrulhar intensamente toda a ZA, com o objectivo da pesquisa de notícias para detecção de possíveis actividades terroristas e determinação de linhas de infiltração. Especial atenção para as regiões de: - Mambone - Mabote - Vilanculos; Malvéria - Pafúri; Chibuto - João Belo; Namaacha - Goba; (...)
- manter uma força de intervenção pronta a acorrer rapidamente a qualquer local da ZA onde o In se tenha revelado e não possa ser dominado pelas forças de quadrícula;
- quando a existência de forças militarizadas permitir garantir a segurança da zona onde não haja, abertamente, actividade terrorista, recuperar efectivos para reforço do dispositivo de quadrícula noutras áreas ou, se possível, para reforço da força de intervenção; (...)
- Colabora com as forças militarizadas para manter, nas melhores condições de segurança as linhas de caminho de ferro de Goba, de Ressano Garcia e da Malvéria.
- Defesa da cidade e garantia de utilização do porto e aeroporto de Lourenço Marques a cargo do COMDELM.”

São igualmente indicadas as actividades a realizar pelo Comando Naval de Moçambique e pela 3ª Região Aérea.

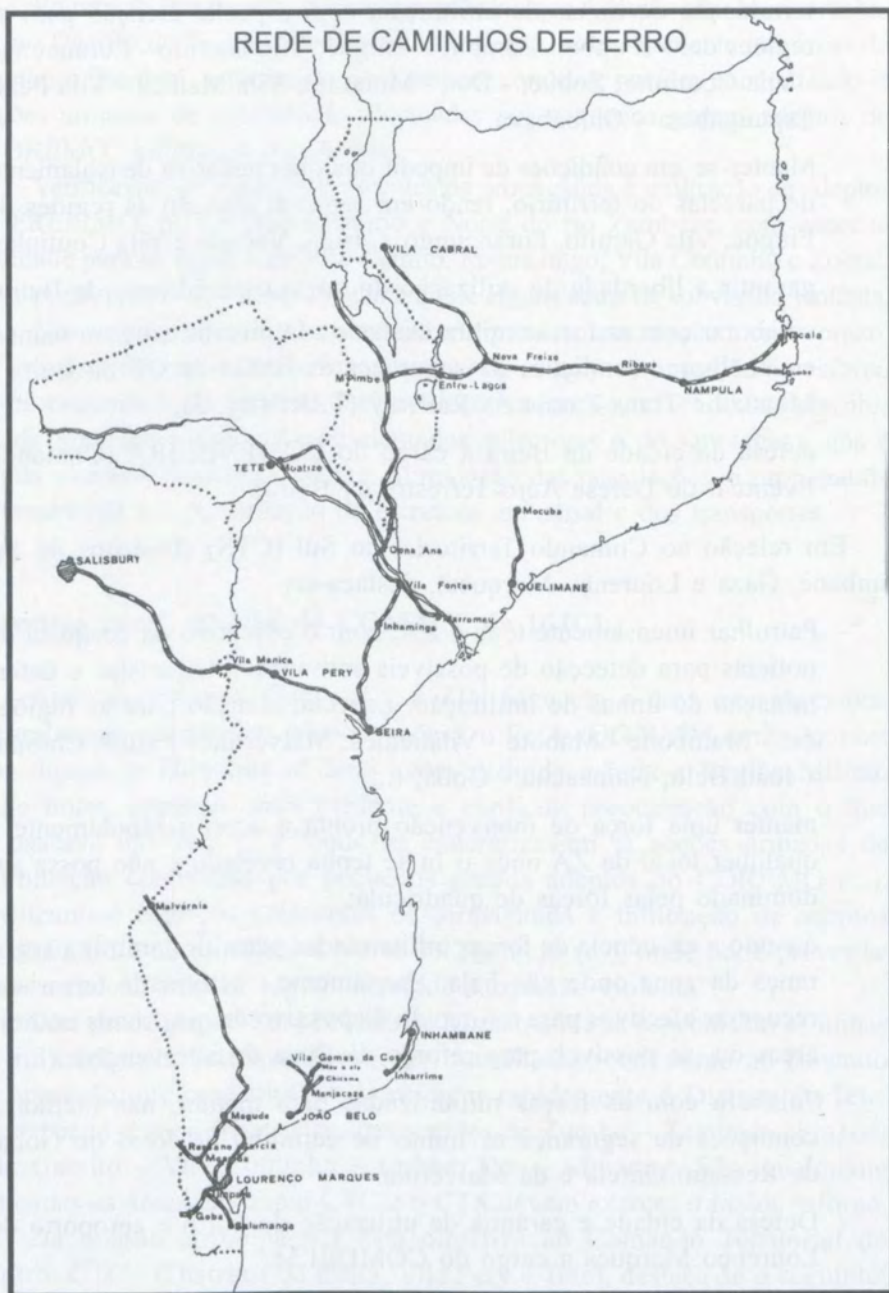


Figura 3 – Rede de Caminhos de Ferro em Moçambique
(Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África – 4º Volume)

Directiva para a Criação do Sector E, Distrito do Niassa, de 19Out66

Durante o mês de Outubro, agravou-se a situação na zona SE do Distrito do Niassa. Daqui resultou a necessidade de se libertar o comando do Sector A da responsabilidade de uma parcela da sua ZA, em que as acções do In e a actividade operacional das NF possuíam características diferenciadas. Criou-se então, um novo Sector (Sector E) com um comando próprio e abrangendo os subsectores de Marrupa e Nova Freixo⁸. O comando deste Sector foi atribuído ao comando do Agrupamento 1979, que se foi instalar em Marrupa, sede de Cmd Agr de Dez66 a Mai71.

A Directiva para a criação do Sector E, emanada do PC/Av/QG RMM, e datada de 19Out66, fixou as seguintes missões aos dois Sectores em que se dividiu o Distrito do Niassa:

Sector A:

- “Aniquilar os bandos terroristas existentes ou em trânsito na sua ZA, exercendo o esforço principal nas regiões de Bandece, serra Jeci, Massangulo, Catur e Muemba, ou noutra onde o In se venha a revelar em força. (...)
- Ao longo da fronteira terrestre, exercer vigilância e manter a actividade operacional com vista a opôr-se às infiltrações do In, tendo em especial atenção as linhas de infiltração:
 - Marginal do lago Niassa - Vila Cabral;
 - Milepa - Valadim;
 - Forte Maziúá - Metarica - Révia;
 - Mandimba - Belém; - Vila Cabral - Catur. (...)
- Patrulhar intensamente toda a ZA, em especial nas regiões de Vila Cabral e Catur. ” (...)

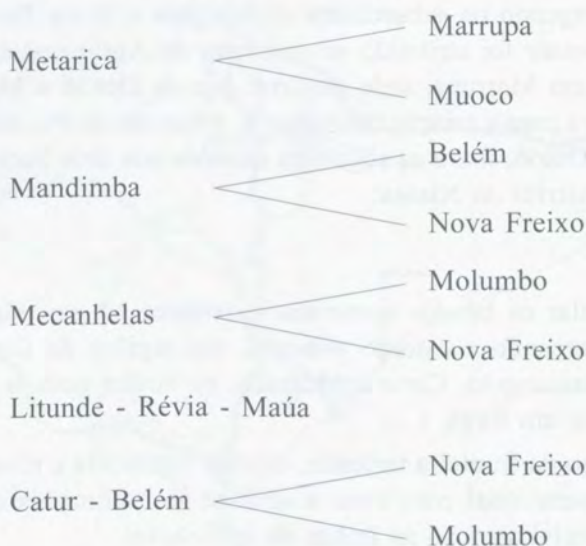
Sector E

- “Aniquilar os bandos terroristas existentes ou em trânsito na sua ZA, exercendo o esforço principal nas regiões de Révia e Muoco, ou noutras onde o In se venha a revelar em força.

⁸ Relatório Periódico de Operações Nº 7, de 25Out66, da RMM.

- Isolar as zonas de esforço por uma constante acção de contra-guerrilha nas regiões envolventes.
- Ao longo da fronteira terrestre, exercer vigilância e manter a actividade operacional, com vista a opor-se a infiltrações In, tendo em especial atenção as linhas de infiltração:

Negomano - Mecula - Marrupa



- Patrulhar intensamente toda a ZA com o objectivo de pesquisa de notícias, determinação das linhas de infiltração e detecção das actividades terroristas, em especial, nas regiões de Nova Freixo, Mecanhelas, Marrupa, Maúa, Nipepe, Chamba e Gomba. " (...)

A Subversão nos Sectores A, B e E ⁹

A ameaça de alastramento da subversão violenta na zona do Muoco exigiu medidas imediatas, e, em consequência, foi decidido:

- reforçar a guarnição do Muoco, substituindo o pelotão da CCaç 1571 (Révia) ali destacado, por uma Companhia a retirar do Sector D;

⁹ Actividade Operacional no 4º trimestre de 1966.

- reforçar o Subsector ERU, colocando na região de Namicunde a 1ª CCaç Nampula (-), reforçada, temporariamente, com um pelotão do ERec Nampula.

Por sua vez, no Sector B, os bandos armados inimigos que vinham actuando a Sul do rio Messalo acoitavam-se nas vertentes Sul do planalto dos Macondes, de onde desciam para as suas incursões na área de Macomia - Chai - Muchojo.

Por tal facto, foi decidido realizar uma acção ofensiva entre o meridiano de Nancatari e a estrada Diaca - Chai, na região correspondente à vertente Sul do planalto de Mueda, com a finalidade de:

- detectar e aniquilar os bandos terroristas que ali se acoitavam, destruir-lhes as instalações e meios de vida não necessários às populações fieis ou de impossível transporte, e capturar-lhes o armamento;
- recuperar populações fugidas;
- se possível, obter meios de vida para abastecimento das populações que nos eram fieis.

Para cumprir esta missão, o comando do Sector B decidiu:

- empregar as forças de quadrícula do Subsector BMU - Mueda - a Norte da linha geral Nancatari - Miteda - estrada de Nangololo - Muidumbe, e as forças do Subsector BPA - Porto Amélia - a Sul do rio Messalo, em acções de emboscadas, para evitar fugas para Norte e Sul;
- com as forças de intervenção - BCaç Paras 31 (-) e BCaç 1870 (-) articuladas em dois Destacamentos, com base de partida respectivamente na picada Nancatari - Nairoto e na estrada Diaca - Chai, bater toda a zona compreendida entre as duas linhas.

Para tanto, seriam tomadas as seguintes medidas:

- a força de intervenção da RMM continuaria à disposição do Comando do Sector B para realizar acções de nomadização na referida bolsa, tendo em especial atenção a serra Mapé;
- as acções de nomadização das CCav 1508 e 1510 deveriam descer até ao rio Messalo;
- intervenção da 2ª Companhia de Comandos sobre o quartel “Inhambane”, seguida por outras acções na mesma área, a executar segundo o critério do Comando do Sector B durante um período de 15 dias;

- a actuação das Companhias de quadrícula no Subsector BPA de modo a continuar em tempo a acção das forças de intervenção.

Com vista a obterem-se resultados mais fecundos e duradouros das operações, foi recomendado ao COMSEC B que o respectivo planeamento fosse estudado em coordenação com o Governador do Distrito de Cabo Delgado e, em simultaneidade com as acções ofensivas, se montasse um sistema de protecção às populações e de controlo da área em causa, com a participação das forças administrativas e das próprias populações.

Voltando ao Sector A, a situação na área a Sul de Vila Cabral (Mandimba), que anteriormente se vinha mantendo estacionária, agravava-se, dado que em Agosto de 1966 se verificou uma acção levada a efeito por um grupo In, vindo do Malawi.

A situação nesta ZA era ainda mais delicada devido às condições de que o In disfrutava: a estrada Vila Cabral - Catur situa-se em diversos locais a escassa distância (50 ou 100 metros) do território estrangeiro e o In aproveitava essa circunstância para atacar as NF e retirar para o seu "santuário".

Ocorre ainda a circunstância de, nesta ZA, se estar a proceder a obras de prolongamento do caminho de ferro entre o Catur e Vila Cabral, englobando o troço Catur - Nova Guarda, de 31 Km e o troço Nova Guarda - Vila Cabral, de 46 Km.

Em virtude do agravamento da situação, que chegou a ameaçar a paralisação dos trabalhos, o COMSEC A estabeleceu a necessária coordenação com o Governador do Distrito do Niassa, para se tomarem as medidas convenientes de protecção aos acampamentos, que passaram a processar-se com os seguintes efectivos ¹⁰:

Locais	Guardas europeus	Milícias africanos	Total
Nova Guarda	9	33	42
Lumbala	3	15	18
Luíse	3	14	17

Entretanto, vinha constituindo uma das principais preocupações do Comando a contenção da subversão no Sector A (zona de Vila Cabral) e para isso tomaram-se todas as providências possíveis, tendo as tropas realizado grandes esforços.

¹⁰ Relatório Periódico de Operações nº 7, PC/Av/QG/RMM - Nampula - Outubro de 1966.

A área de Catur – Massangulo foi reforçada, bem como a de Namicunde – Muoco e colocou-se uma Companhia em Mandimba.

Renderam-se Unidades com muito tempo de permanência na ZIN por outras, chegadas da Metrópole.

Impulsionaram-se as NF no sentido de aumentarem a sua actividade operacional nas zonas mais críticas ou menos batidas.

Estreitaram-se os contactos entre o Comandante do Sector A e o Governador do Distrito do Niassa, no sentido de se promover a recuperação, contacto, controlo e defesa das populações.

Garantiu-se todo o apoio e colaboração na constituição e actuação das Milícias de Intervenção do Niassa¹¹ (MIN), que trabalhavam com o Governo do Distrito do Niassa, forças que se reputavam de grande importância na luta contra o terrorismo.

Foram estas as medidas que o Comando decidiu tomar, mas qualquer solução definitiva contando com as Companhias destacadas em Muoco e Namicunde, só poderia conseguir-se se viessem a manter-se os reforços prometidos. Então, poderia constituir-se o Subsector de Mecula, adensar-se a quadrícula no Sul do Subsector ERU – Marrupa – e colocar um Comando de Batalhão em Maúa, para melhor controlo da zona crítica Muoco – Maúa – Nipepe.

Embora se reconhecessem os grandes esforços que todas as unidades da ZIN vinham desenvolvendo na luta contra o terrorismo, houve necessidade de incrementar as acções das NF nas zonas mais afectadas e, ao mesmo tempo, tentar impedir ou, no mínimo, dificultar o mais possível as infiltrações de bandos armados e de reabastecimentos no território para, deste modo, diminuir as possibilidades de actuação de guerrilheiros.

Nesta ordem de ideias, foi determinado o desenvolvimento em superfície das forças de quadrícula, em especial nas seguintes áreas:

– Sector A

- Região entre o Cobué e Olivença;
- ZA das CART 1540 e 1541, sobretudo para Este de Pauíla e Macaloge, respectivamente;
- ZA da CCAç 1554, entre o meridiano de Nova Viseu e o limite do Sector;
- toda a parte Este da ZA da CCAç 1552, entre a fronteira e o rio Luatize, até ao limite do Sector.

¹¹ Relatório Periódico de Operações Nº 3, de 31 Mai 66, do QG/RMM.

- Sector B
 - Subsector BMU, hostilizando os bandos In, onde quer que eles se encontrem.
- Sector E
 - Toda a parte Norte da estrada Nova Freixo - Maúá, a Sul do paralelo de Muoco;
 - Parte Norte da ZA da CCaç 696.
 - BCaç Nampula
 - Parte Norte da ZA da CCaç 1481, em especial na proximidade do rio Lúrio;
 - Parte Norte da ZA da CCaç 1574, em especial nas proximidades do rio Lúrio e limite Oeste da ZA.

Ao mesmo tempo, foi igualmente determinado que a actividade das forças da fronteira Norte fosse impulsionada, com vista a um maior rendimento na detecção e detenção de infiltrações In.

No Sector B, refira-se que as Unidades do Subsector BMU – Mueda vinham sendo chamadas a cumprir missões numerosíssimas de escolta a colunas e protecção de itinerários. Estas missões absorviam grande parte da actividade operacional das referidas unidades, não permitindo a sua aplicação de uma forma mais rendosa contra bandos terroristas que actuavam no planalto dos Macondes.

Para libertar as Unidades de Caçadores (quadrícula) das escoltas de protecção, foi resolvido colocar, em Mueda, o ERec Nampula.

Em finais de 1966¹², a evolução da situação do In no Distrito de Tete fazia prever que, a curto prazo, aquele procuraria desenvolver a subversão violenta neste Distrito, com especial incidência na parte Este da Marávia, na Macanga e na Angónia.

Para se antecipar, com êxito, a qualquer surto de subversão, o comando da RMM pensava que havia que adensar a quadrícula nos locais mais vulneráveis. Com a colocação da CCaç 802, transferida de Montepuez para Vila Coutinho, fora possível ocupar com maior densidade a Angónia e a Macanga. Então, ficava a faltar uma solução para o Zumbo, já que a Marávia estava guarnecida com um Comando de Batalhão e uma Companhia metropolitana, enquanto que no Zumbo apenas se encontrava a 2ª CCaç, de Boane.

¹² Relatório Periódico de Operações Nº 9, de 29Dez66, da RMM.

Operação “Falcão”¹³

Sabia-se ainda que a FRELIMO, sediada na Tanzânia, utilizava também, para reforçar os seus grupos no território português, o lago Niassa como via de acesso, quer directamente, quer através do território do Malawi a Este daquele lago. Com o comprometimento e, possivelmente, apoio das populações ribeirinhas daquela parte do território malawiano, os elementos e grupos “terroristas” estabeleciam-se junto daquelas, constituindo “bases de passagem”, donde se infiltravam em Moçambique, ou “bases de partida” para acções nas regiões portuguesas limítrofes.

Dado que a acção de fiscalização e controlo, pelo governo do Malawi, desta actividade ilegal carecia de eficiência, o CCM resolveu montar uma operação (Falcão), a fim de impedir ou dificultar a utilização, pelo In, das povoações ribeirinhas da costa Este do lago Niassa como bases de passagem, de partida ou de refúgio.

As instruções para esta operação são difundidas através da Directiva Nº 9/66 (Para o contacto com as populações malawianas ribeirinhas do Lago Niassa), de 23Nov, do Gab Mil/CCM.

Neste documento, é expressa a intenção (manobra) de “em complemento das actividades já realizadas e da fiscalização das águas territoriais do Malawi, a Sul da fronteira portuguesa retirar ou limitar o apoio das populações malawianas ribeirinhas da costa Este do Lago Niassa aos elementos e grupos “terroristas” que ali pretendam acoitar-se ou passar ao território português.

Para já e até ordem em contrário, actuar apenas a partir da lagoa Y (incl.) e, progressivamente para Norte.”

Para esse efeito:

“(a) Com os meios à disposição de COMDEFMARNIASSA (Marinha), estabelecer-se-ão inesperada e periodicamente, em extensão da fiscalização por unidades navais, contactos e relações amigáveis com aquelas populações, de forma a fazer-lhes compreender que não pretendemos hostilizá-las, mas sim protegê-las contra as acções ilegais dos bandoleiros.

(b) As acções deverão tomar o seguinte aspecto:

1. desembarque de um pequeno destacamento que incluirá, além duma pequena força de protecção, um interprete, e, se possível, um médico, um enfermeiro, um elemento da PIDE¹⁴ e um elemento das autoridades administrativas;

¹³ Directiva nº 9/66 do CCM, de 23Nov.

¹⁴ P.I.D.E – Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

2. contacto com os chefes das povoações e realização de acção psicológica e social, especialmente no campo da assistência sanitária, com particular incidência sobre as crianças que dela necessitem;
3. obtenção de informações acerca da estadia, passagem ou actividades “terroristas” e, ainda, da existência de populações portuguesas na região;
4. no caso de, nas povoações visitadas, existirem elementos “terroristas”, tentativa para obter dos chefes das povoações que os mesmos nos sejam entregues; nesta acção deverá usar-se firmeza, mas evitando o recurso a actos de força que possam prejudicar as boas relações criadas e tendo em atenção que mais vale perder um “terrorista” do que a confiança e o respeito das populações;
5. se existirem populações portuguesas na área procurar-se-á convence-las a regressar ao nosso território facilitando-lhes o transporte, mas evitando o recurso à força, pois que esta é uma missão de amizade e não de hostilidade;
6. o recurso à força só é de admitir em legítima defesa para proteger os elementos desembarcados e o seu reembarque e, neste caso, deve evitar-se deixar quaisquer vestígios materiais da acção.” (...)

Desconhecem-se quaisquer resultados desta Operação.

Actividade Operacional das NT em 1966

Com origem nos Relatórios Periódicos disponíveis referem-se, de entre os milhares de acções realizadas pelas NT no período, algumas consideradas mais relevantes:

- Op “Atum 2º” – Transporte de 2 lanchas de desembarque médias (LDM) entre o Lumbo (Distrito de Moçambique) e Meponda (Lago Niassa) de 7 a 16 de Maio de 1966; Um DFE, 1 Pel/ERec, 1 Pel Sap/CCS/BCaç 7 e 1 Pel Daimler. A missão foi cumprida sem incidentes tendo a coluna chegado a Meponda em 16 de Maio.
- Op “Garganta” – Destruição do “Loko Branch Moçambique”. Início em 4 de Maio com duração prevista de 8 dias. 3 GComb/CCaç Porto Amélia e um GComb/CCav 755. Foram capturados 10 homens, 10 mulheres e 6 crianças e documentos. Destruido um acampamento e machambas. Não foi localizado o “Loko Branch Moçambique”.

- 1 GComb/CCaç VCabral em nomadização, de 2 a 5 de Maio na região (3529.1301) abateu 2 In e capturou 2 nativos que indicaram a existência de 1 acampamento na região. Ao aproximarem-se, as NT foram emboscadas por um Grupo In estimado em 20 elementos que utilizou armas automáticas, sem consequências para as NT. O acampamento com 2 casernas e 50 palhotas foi destruído e capturadas munições.
- 1 GComb/CCaç VCabral reforçada com 1 Sec/CCaç 1470 destruiu, em 7 de Maio, um acampamento na região (3539.1316), composto por 5 palhotas, sendo 3 do tipo caserna e com capacidade para 25 pessoas. Foi ferida 1 sentinela e capturadas 1 EAutm¹⁵ e 1 ESAutm¹⁶, ambas chinesas, 1 Pistola tipo Walther russa, 7 carregadores de carabina e 2 detonadores para mina.
- 1 GComb/CCaç VCabral destruiu na região (3504.1313) a Base de Segurança "Licol" e capturou 1 ESAutm chinesa, 1 Mauser russa, 1 GMD, 1 GMO, e carregador de PMetr¹⁷ PPSH, munições e material diverso.
- 1 GComb da CCaç 63 que patrulhava a linha do Caminho de Ferro levantou, em 28 de Maio, a 16Km do Catur, 4 minas. Estas estavam colocadas em grupos de 2 sobrepostas.
- 1 GComb da CCaç 694 que, com a colaboração das Forças Administrativas, nomadizava, de 1 a 3 de Maio, na região de Chala, foi emboscado por um grupo In de cerca de 20 elementos que utilizou LGFog, armas automáticas e granadas de mão, do que resultou 1 ferido ligeiro para as NT. Na reacção à emboscada as NT causaram 4 mortos e vários feridos e capturaram 1 ML, 1 EAutm, e vários carregadores. Capturaram ainda elementos da população que apoiavam o In.
- 1 GComb da CCaç 694 destruiu, em 12 de Maio, 1 acampamento de construção recente na região (3503.1319). Causou 1 morto, 1 ferido e 1 capturado, tendo ainda capturado 1 ESAutom com 3 carregadores.
- 1 Sec/CCav 1505 emboscou o grupo In que retirou após ter flagelado o estacionamento de Nova Viseu durante 10 minutos com armas automáticas. Foi capturada 1 arma e vistos rastos de sangue. 1 GComb que perseguiu o In capturou 2 GMO, 1 GMD e 2 carregadores.
- A coluna de Reabastecimento da CCaç 1474 foi emboscada em 9 de Maio na região de (3945.1135) por um numeroso grupo In que

¹⁵ Espingarda Automática (Regulamento de Abreviaturas Militares – EME – 1970).

¹⁶ Espingarda Semi Automática - idem.

¹⁷ Pistola Metralhadora - idem.

- utilizou LGF, armas automáticas, GMD e GMO. As NT reagiram causando 1 M e feridos prováveis e capturando 2 granadas de LGF, 1 GMD e 1 GMO. As NT sofreram 2 mortos e 6 feridos (2 graves).
- Op “Rainha” – Destruir a actividade In na região de Metarica (zona dos rio Luatize, rio Muando e rio Levele) com início em 10 de Junho e duração prevista para 10 dias. 1 GComb/CCS/BArt 639, 2 GComb/CCaç Marrupa, 2 GComb/CCaç 1554 e 2 GComb/ /CCaç 1571. Feridos 2 In e capturados 3. Destruídos 3 acampamentos.
 - Op “Rainha 2ª” – Destruir a actividade In na região de Metarica (Ilha de Metarica) com início em 17 de Junho e com a duração prevista para 10 dias. 3 GComb/CCaç 1552, 2 GComb/CCaç 1554 e 3 GComb/CART 1542 (a partir de 25 de Junho). Foram destruídas várias palhotas e capturadas munições. As NT sofreram 2 mortos, 3 feridos graves e 3 feridos ligeiros.
 - Op “Aranha” – Detectar e destruir os bandos armados In, seus locais de refúgio e meios de subsistência na região compreendida pelo rio Lugola (3513.1349), estrada VCabral-Mandimba, rio Luculumesi (3523.1358) e fronteira, com duração prevista de 9 dias, com início em 9 de Junho. Foram capturados 8 elementos da população e destruídas 749 palhotas.
 - Op “Açôr” – Detectar, perseguir, aniquilar ou aprisionar os bandos armados In e destruir os seus locais de refúgio pela execução de um golpe de mão sobre a base “Tete” seguida de uma batida conjugada com uma rede de emboscadas na região a Sul e Sudoeste de Ingolonga, definida pelas picadas Macondes-Ingolonga, Diaca-Namacoma, Diaca – bifurcação Madide – Chombo e Lhussa-Luvume. Início em 15 de Junho com duração prevista de 4 dias. 2ª CComandos, CCaç 1473, CCaç 1474 reforçada com 2 GComb/CCav 1509 e 1 GComb/CCav 1510, CCaç 1480 reforçada com 1 GComb/CCav 1510 e CART 1541. Abatidos 7, feridos 4 e capturados 11 In. Destruídos 4 acampamentos e capturada 1 PM e 1 carregador circular. Não chegou a ser lançado o ataque à base “Tete” por não ser possível referenciar a sua localização.
 - Op “Catatua” – Detectar, perseguir, aniquilar ou aprisionar os bandos armados In e destruir os seus locais de refúgio, na ZA da CCaç 71, com início em 27 de Junho e duração de 20 dias pela 2ª CComandos. Foram abatidos 32 In, feridos 6 e capturados 8 elementos da população. Destruídos 9 acampamentos e capturadas 8 espingardas e 1 PM (Relat. Per. Op. nº 5 de 31 de Julho).

- Op “Flecha Longa” – Destruir o acampamento “Niassa” na região (3957.1107) de 3 a 12 de Junho. CCAç 1475 (-), 1 Pel/CCAç MPraia e 1 Pel/CART 1515. Abatido 1 In, ferido outro e capturados 21 elementos. Destruída a Base “Niassa”, 5 acampamentos e 80 palhotas isoladas e capturadas 4 GM. A Base foi previamente bombardeada pela FAP, tendo havido reacção com fogo antiaéreo.
- Op “Rapa” – Destruir o “Loko Branch Moçambique” e os bandos armados In que se revelem. Região (4012.1146) de 23 a 28 de Junho. CCAç PAmélia e 2 GComb/CART 1513. Destruído o acampamento “Namador”, mais 5 acampamentos e cerca de 80 palhotas isoladas. Abatidos 8 In e capturados 16.
- 2 GComb da CCAç VCabral destruíram, em 10 de Junho, a Base Geral de “Meponda” (3503.1326) e capturaram 3 PM PPSH, 3 carabinas semi-automáticas, 1 Espingarda de repetição russa, 2 GMO, 2 Granadas de LGE, centenas de munições, carregadores e equipamento, além de 3 cunhetes com 1200 munições para ML 7,62mm.
- 1 GComb/CCav 1509 encontrou na região (3933.1142) e na picada que percorria, 1 abatiz, cerca de 200 m depois uma mina anticarro reforçada com 3 granadas de morteiro, 1 granada de obus e 1 GMO. A cerca de 1 Km desta o In colocou outra mina anticarro reforçada com 3 granadas de morteiro. Foram todas levantadas¹⁸.
- Op “Estribo” – Bater os vales do rio Mepotxe e as nascentes do rio Lucombo com vista a destruir a actividade In na área de Mecuela com início em 17 de Julho e duração de 4 dias. 3 GComb/CCav 1506, 3 GComb/CCav 1507 e 3 GComb/CART 1540. Foram abatidos 9 In, capturados 49 elementos da população, destruídos 17 acampamentos e capturada 1 EAutm chinesa, 1 GMO, 1 canhangulo e documentos.
- Op “Terra Seca” – Detectar, perseguir, aniquilar ou aprisionar os bandos armados In, explorar informações e capturar populações fugidas. Região de Matende, com início em 12 de Julho, com a duração de 6 dias. 2 GComb/CCAç 1553, 1 GComb/CCAç 1478, guias e carregadores. Capturados 12 elementos da população, destruído 1 acampamento e centenas de palhotas e capturadas munições. As NT sofreram 1 ferido.
- Op “Trazer para casa” – Acções de nomadização com vista a destruir a actividade In, nas áreas de Cajamoca, Lijombo e rio Lucheringo, com início em 21 de Julho e duração de 5 dias. 2 GComb/CCAç

¹⁸ Perintrep nº 36 – 18 a 25Jul66 – PCAv 2º Rep.

- 1552 reforçada com o Pel Rec/CCS/BCaç 1889. Foram capturados 5 elementos da população e destruídos 2 acampamentos.
- Op “Tralhão” – Atacar e destruir objectivos referenciados com vista a destruir a actividade In. Região das nascentes do rio Muera e planalto de Mueda, com início em 24 de Julho e duração de 6 dias. CCAç Paras 32 e CCAç Paras 34. Abatidos 11 In, feridos 7 e capturado 1. Destruido 1 acampamento. As NT sofreram 1 morto, 3 feridos graves e 1 ligeiro.
 - Na reacção ao ataque ao estacionamento da CCAç 73 em 17 de Julho, 1 GComb abateu 2 In e capturou 1 morteiro 82mm, 1 ES-Autm, 3 PM, 1 GMD, 1 granada de LGF, carregadores e munições.
 - 1 GComb/CCav 1510 capturou, em 12 de Julho, na picada para a captação de água, 2 In e 2 caixas com cargas propulsoras de LGF.
 - 1 GComb/CCAç 1510 abateu 1 In e capturou 1 espingarda de repetição russa em 21 de Julho na região (3957.1143).
 - 1 GComb/CCAç 804, na reacção a um ataque In na região de Macomia, capturou 1 ESAutom chinesa, 1 GMD, 1 canhangulo e munições várias.
 - Para a exploração de notícias que faziam supor a entrada de grupos armados pela fronteira do Malawi a CCAç 63 efectuou uma grande batida na região de Chamba com a colaboração activa dos povos dos régulos Chamba, Mecanhelas e Messossomera e diversos chefes de povoação. Não foi capturado qualquer elemento In, mas a acção foi importante pela grande movimentação voluntária das populações¹⁹.
 - Op “Insiste” – Efectuar um golpe de mão à “2ª Base Geral Maniamba”, na região (3513.1234), com início em 27 de Agosto e duração de 2 dias. 2 GComb/CCav 1505 e 2 GComb/CCav 1507. Ferido 1 In (sentinela) e destruídas a 2ª Base Geral “Maniamba” e a Base alternativa. As NT sofreram 1 morto.
 - Op “Olho Vivo” – Efectuar um golpe de mão ao acampamento “Lusonece”, de modo a aniquilar ou capturar elementos In. Região dos rio Lusonese (3533.1258), rio Lucheringo e rio Lucuise, com início a 17 de Agosto e duração de 4 dias. 2ª CComandos, 2 GComb/CCAç VCabral, 2 GComb/CCAç 1553, 3 GComb/Cart 1541 e 3 GComb/Cart 1542. Abatidos 2 In, ferido 1 e capturado 1. As NT sofreram 1 ferido grave ao montar uma armadilha.

¹⁹ Relatório Periódico de Operações nº 5 - PCAv/QG/RMM – Jul66.

- Op “Vale Escuro” – Efectuar um golpe de mão sobre a Base Geral de Saniala (M’Bala Pate) conjugada com uma rede de emboscadas a fim de aprisionar ou aniquilar elementos In, na região (3620.1227), rio Lussanhando e rio Namalave, em 29 de Agosto com a duração de 3 dias. CCaç Paras 33. Foram abatidos 2 In e capturados 3.
- Op “Picanço” – Detectar, perseguir, aprisionar ou aniquilar os bandos armados In que se revelem e destruir os seus locais de refúgio na região de Selemane, Matipa e Chala com início em 23 de Agosto e duração de 4 dias. 2ª CComandos e CCaç 694(-). Abatidos 2 In. Capturada 1 ESAutm, 1 PM e levantada 1 mina. As NT sofreram 1 morto e 2 feridos ligeiros numa emboscada.
- Op “Alvorada” – Atacar a Base “Limpopo” e destruir a actividade In na região do Lago Lidede e rio Rovuma, com início em 3 de Agosto e duração de 3 dias. CCaç 1479, CCaç 1555 e CCaç 1557. Destruída a Base Limpopo, o Tawi Branch Mataca e 8 acampamentos. Capturados 8 In e 5 GMD, 2 GMO, 13 petardos TNT, carregadores de armas diversas, equipamentos vários e documentos.
- Op “Basta” – Destruir a Base “Nacala”, aniquilar os seus elementos e recuperar a população. Região 4km a Sudoeste de Capunga (3919.1126), com início em 30 de Agosto e duração de 2 dias. Abatidos 7 In, ferido 1 (vários não controlados) e capturado 1. Destruída a Base Nacala e 14 acampamentos e capturadas 3 Caçadeiras, 5 canhangulos, 1 GMD e documentos.
- Op “Papagaio” – Efectuar batidas para encontrar um avião T6 sinistrado. Região a Oeste, Sul e Leste de Muade, com início em 2 de Agosto e duração de 3 dias. CCaç Paras 32, CCaç Paras 34 e CCaç 71(-). Foram abatidos 6 In, feridos 3 e capturados 2. Não foram encontradas referências quanto ao destino do avião e do piloto.
- Op “Rajada Alta” – Detectar, perseguir, aprisionar ou aniquilar os bandos armados In que se revelem e destruir os seus acampamentos, locais de refúgio e meios de subsistência. Região da Serra Mapé, Regulados Daiamué (4003.1213), Coveque (3959.1204), Riambedo (4004.1206) e Ricaimo (4002.1206). Início em 6 de Agosto e duração de 5 dias. 2 GComb/CCaç PAmélia, 2 GComb/CCaç 804 e 3 GComb/CART 1513. Foram abatidos 7 In, feridos 4 e capturados 4. Destruídos 7 acampamentos e várias machambas.
- Na reacção a um ataque In a Révia, em 25 de Agosto, as NT capturaram 1 EAutm, 1 PM, granadas de LGF, 8 GMD, 3 GMO, 11 carregadores de PM e diversas munições. O In sofreu baixas não controladas.

- Na reacção ao ataque ao estacionamento do rio Nango, em 27 de Agosto, as NT capturaram 1 PM Thompson, 2 PM MAT, 1 Esp 7,7, 1 Granada de LGF, carregadores e munições.
- Op “Hebraico” – Detectar, perseguir, aprisionar ou aniquilar os bandos armados que se revelem e os seus locais de refúgio e meios de subsistência. Região de Chissindo com início em 16 de Setembro e duração de 5 dias. 2ª CComandos, 2 GComb/CCav 1505, 1 GComb/CCav 1506 (reforçada com Pel Sapadores) e 3 GComb/CART 1541. Abatidos 10 In, feridos 2, capturados 45 elementos da população. Destruídos 16 acampamentos e vários celeiros. Capturada 1 PM e munições.
- Op “Aproveita Agora” – Destruir a actividade do In por meio de uma acção de limpeza na região dos rio Lucuise, rio Lucheringo (3557.1218), (3557.1220), rio Lijombos e Monte Lucauanga, com início em 6 de Setembro e duração de 4 dias. CCAç Paras 33, 3 GComb/CCAç 1552, 2 GComb/CCAç 1554, Pel Sapadores e Pel Reconhecimento/BCAç 1889 e 2 GComb/CART 1540. Abatido 1 In, capturados 2 e destruídos 7 acampamentos. Capturada 1 EAUTM chinesa, fardamento e equipamento. As NT sofreram 5 feridos devido ao accionamento de 1 mina.
- Op “Picanço 2º” – Detectar, perseguir, aprisionar ou aniquilar os bandos armados In e destruir os seus locais de refúgio na região Selemene – Matica – Chala, com início em 15 de Setembro e a duração de 2 dias. 1 GComb/2ª CComandos. Feridos 2 In e destruída a “Base Chala”.
- Op “Basta” – Destruir a “Base Nacala”, aniquilar os seus elementos e recuperar populações do controle In. Região a 4km a Sudoeste de Capunga (3919.1124) com início em 30 de Agosto e duração de 2 dias. CCAç 1555, 1 GComb/CCAç 1480 e GComb/CCAç 1510. Foram abatidos 7 In, ferido 1 e capturado 1. Capturada 1 GMD, 3 caçadeiras, 5 canhangulos e documentos.
- Op “Charreu” – Efectuar golpe de mão sobre o “acampamento Gaza”. Região (4019.1142). Início em 9 de Setembro e duração de 4 dias. DFE 12, CCAç 1569(-), 2 GComb/CCAç 1473 e Forças Administrativas. Foram abatidos 8 In, capturados 4 e destruídos 2 acampamentos, não sendo nenhum deles o acampamento Gaza. Num combate de encontro com um grupo In, as NT sofreram dois feridos.
- Op “Chega-lhe” – Detectar, perseguir, aprisionar ou aniquilar os bandos armados In e destruir os seus locais de refúgio e meios de subsistência na região compreendida entre os paralelos 1139 e

1145 e os meridianos 4015 e 4019, com início em 21 de Setembro e duração de 2 dias. DFE 12, 2 GComb 1569 e FAdministrativas. Foi destruído o “acampamento Gaza” composto por cerca de 200 palhotas com arruamentos e áreas para os diversos serviços (refeitório, posto de socorros, camaratas, comando, etc.). O acampamento estava abandonado. Foram capturadas munições e documentos. As NT sofreram 1 ferido ligeiro devido ao accionamento de 1 mina.

- Op “Limpa Tudo” – de 05 a 07Out66, com a finalidade de detectar, perseguir, aprisionar ou aniquilar os bandos armados In que se revelassem, destruir os seus locais de refúgio e meios de subsistência e recuperar população do controlo do In. Foi realizada ao longo da picada Unango – Cantina Dias, nos vales dos rios Luchimua, Lucindece e Luculece. 2 GComb/CART 1541, 2 GComb/CART 1542, Pel Rec/CCS/BART 1885 e 30 Milícias. Capturados 30 elementos (6 homens, 14 mulheres e 10 crianças) e vários documentos; destruídos três AcTQ e 36 AcPF com 390 palhotas, 4 celeiros subterrâneos com 6 tons. de milho, muitas machambas, meios de subsistência e vários utensílios. O In flagelou as NF próximo da confluência dos rios Luchimua e Lucimbese (3522.1302), com tiros de pistola e LGF, sem consequências.
- Op “É Pra Já” – com início em 28Out66 e por 5 dias, com a finalidade de destruir a actividade In na região a Este do Mte Balise (3512.1311). Foi realizada por 1 GComb/CCaç Vila Cabral, 3 GComb/CCav 1601, DFE 5, DFE 12 e MIN (Milícias do Niassa, do Gov. Distrito). Capturado Mdala Abudo, armado com carabina chinesa; causado ao In 1 morto e 2 prováveis e 4 feridos, não controlados. Capturados 2 homens, 1 mulher e 7 crianças da população fugida; capturado material diverso e documentos; destruídas 600 palhotas, 45 tons. de milho, 300 Kg de arroz e 200 de mapira.
- Op “Torna a Limpar” – de 30Out a 01Nov66, batida e limpeza na região a Norte da picada Cantina Dias - Unango. 3 GComb/CART 1441, 2 GComb/CART 1542, 2 Sec Art/Pel Unango e 15 Milícias de intervenção do Niassa. Causados ao In 2 mortos e vários feridos não controlados; capturados 2 homens, 16 mulheres e 25 crianças da população fugida, 1 pistola, 1 PM PPSH, 2 esp. aut. chinesas, 2 carregadores para cada arma, 110 cartuchos diversos, documentos e outro material. Destruidos 7 acampamentos tipo quartel (AcTQ), 220 palhotas e 7 celeiros com mais de 6 tons. de milho. Um grupo In estimado em cerca de 15 elementos flagelou as NF com tiros de PM, sem consequências. Outro grupo In, estimado

em cerca de 10 elementos, camuflados, emboscou as NF com tiros de PM, metr e granadas de mão ofensivas, durante 2 minutos, do que resultaram 2 feridos para as NT.

- Op “Abóbora” – com início em 08Nov66 e duração de 3 dias, constando de nomadizações nas regiões (3526.1308) e (3525.1305), rio Lucheringo - Mte Bingue. Foi realizada por 2 GComb/CCaç Vila Cabral. Causados ao In 2 mortos. Capturada 1 PM, 1 GMD e 2 camuflados.
- Op “Leão Grande” – de 14 a 16Nov66, golpe de mão na região dos rios Nagwenha, Maulela e Cacuia. Foi realizada por 1 Pel. Rec., 1 Pel Sap, 2 GComb/CCaç 1552 e 1 GComb/CCaç 1553. Capturado o régulo Mataka e 2 das suas mulheres, causados 7 mortos, capturados 1 homens, 4 mulheres e 2 crianças; causados ainda ao In 2 feridos não confirmados. Capturadas armas, munições, material diverso, documentos e fardamento. O In reagiu às NF com tiros de EAutm, sem consequências.
- Op “Gazela” – de 23 a 25Nov66, com a finalidade de capturar ou destruir elementos In, na região a Norte do rio Luaice, até ao limite da ZA. Foi realizada por 3 GComb/CCav 1601 que assaltaram a base In de Meponda. Causado ao In 1 morto (armado) e 1 capturado (era sentinela); capturadas 2 esp. Mauser chinesas, 1 pistola Mauser russa, 14 pentes de munições, 9 carregadores diversos, 1 granada de LGF, 7 GM, 5 cartucheiras, documentos, material sanitário, medicamentos, e artigos de fardamento. As NF accionaram 1 mina que danificou uma viatura.
- Op “Caçada” – de 04 a 06Dez66, com a finalidade de efectuar um golpe de mão combinado com emboscada, na região dos rios Liqui e Luquesi. Foi realizada por 3 GComb/CCaç 1553 e 1 GComb/CCaç 1552. Destruídos vários acampamentos, num total de cerca de 300 palhotas em (3536.1314), região Mte Mate, e vários celeiros cheios de milho.
- Op “Bota Abaixo” – com início em 05Dez66 e por 3 dias, golpe de mão à base In de Chala, na região do mesmo nome. Foi realizada por 3 GComb/CCaç 1583. A base foi encontrada abandonada, com fogo ainda aceso e duas marmitas com comida. Capturados 1 elemento suspeito, material diverso, várias munições e alguns documentos.
- Op “Quarto Crescente” – em 21Dez66, cerco e limpeza a uma povoação na região (3512.1329). Foi realizada por 2 GComb/CCaç 1583. Destruídas 50 palhotas, capturados 40 elementos suspeitos, apreendidos 4 canhangulos, 4 cinturões com cartucheiras, explosivos, dinheiro do Malawi, fósforos checoslovacos, outro material, documentos e várias ferramentas.

- Op "Quorum" - com início em 25Dez66 e por 6 dias, com a finalidade de efectuar um golpe de mão a um acampamento In, seguido de uma batida, nas regiões de Mecuela - Manherere - Mepotxe. Foi realizada por 2 GComb/CCaç 1560, 1 GComb/CCav 1506 e 1 GComb/CCav 1507. Destruído um acampamento In em MPauíla que estava abandonado; foi destruído 1 AcTQ na região (3456.1229) recentemente abandonado; causados ao In 1 morto e 1 ferido; capturada 1 espingarda Mauser russa, 4 munições e documentos.
- Op "Chango" - de 29 a 31Dez66, golpe de mão a um acampamento In, na região da confluência dos rios Luvanga e Leancala. Foi realizada por 3 GComb/CCaç 1608 reforçados com 1 Sec de Milícias do Governo do Distrito do Niassa. Destruídos 2 AcPF, num total de 14 palhotas, nas regiões (3540.1333) e (3542.1332) e ainda grandes quantidades de alimentos em celeiros escondidos. Foram recuperados 2 homens, 2 mulheres e 3 crianças.
- Op "Ou Vai ou Racha" - de 15 a 17Out66, com a finalidade de destruição de acampamento In, na região (3624.1417). Foi realizada por 3 GComb/CCaç 1560 e 3 GComb/CCaç 1571. Causados ao In 7 mortos, 2 feridos e vários não controlados. Capturada 1 carabina aut. chinesa, várias munições, material diverso e documentos. Recuperada alguma população. As NF sofreram 3 feridos ligeiros.
- Op "Abidis" - de 12 a 14Nov66, com a finalidade de destruir 1 acamp. e bando In, na região (3604.1408). Foi realizada por 2 Gr Comb/1ª CCaç Nampula. Destruídas 3 machambas.
- Op "Pinhal Novo" - de 11 a 14Nov66, para destruição de 1 acamp. e bando In, na região a Sul de Catur (3635.1352). Foi realizada por 2 GComb/CCaç 1560 e 1 GComb/CCaç 1571. Destruída a base In do Punvala, constituída por 1 AcPF de cerca de 800 palhotas, que foram destruídas. Foram capturados estojos de LGF com 1 granada, 1 Pistola de sinais com estojo e 10 cartuchos, 300 cartuchos 7.62, 10 GMD, 1 GMO, 25 cartuchos de PM, 1 tambor de ML com estojo, 1 canhangulo, material diverso, fardamento, artigos de higiene e limpeza, material sanitário, medicamentos, 12 bicicletas, muitas armas gentílicas, roupas, utensílios diversos e documentos. As NT, causaram 4 feridos ao In. O In reagiu com LGF, ML, PM e EAutm e SAutm., causando 1 ferido ligeiro às NT, tendo voltado a atacar com EAutm e PM, sendo posteriormente repellido.

- Op "Santa Cruz" - com início em 22Nov66 e duração de 5 dias, golpe de mão a 1 AcTQ, na região (3640.1314). Foi realizada por 1 GComb/CCS/BART 1893, 2 GComb/CCaç 1571, 1 GComb/CCaç 1560, 1 GComb/CART 1596 e 1 GComb/CART 1597. O In sofreu baixas não confirmadas, tendo as NF destruído 3 AcPF, recentemente abandonados, e atacou as NF na região de Mantia, durante 15 minutos, sem consequências, tendo retirado a reacção das NF.
- Op "Boa Esperança 2" - em 29 e 30Nov66, golpe de mão a 1 AcPF, na região (3631.1345). Foi realizado por 1 GComb/CCaç 1560, 1 GComb/CCaç 1571 e 1 GComb/CART 1596. Destruido o AcPF, abandonado há cerca de 15 dias, com 30 palhotas e tabuleta que indicava " Base militar do Napulo 25-10-66 ".
- Acção da CÇaç 1571 - Em 26Dez66, 1 GComb que efectuava uma batida à região (3630.1330), foi emboscado por 1 Gr In que utilizou Metr, armas Autm e SAutm e granadas de mão. As NT sofreram 1 morto e 1 ferido grave (cipaio), tendo o In sofrido 1 morto, feridos não controlados; capturada 1 esp. SAutm chinesa, 1 GMO e uma fita de elos de Metr.
- Acções da CART 1596 - 27Dez66 - Uma secção que patrulhava a área do Régulo Vátina, capturou 2 elementos suspeitos; 28Dez66 - 1 GComb que montou segurança a uma "banja", na regedoria Mueda, efectuou algumas prisões de elementos suspeitos.
- Op "Centauro Vingador" - duração 2 dias, 07 e 08Ago66, com a finalidade de executar um golpe de mão sobre a base " Macanga " (3930.1158) por forma a destruí-la, aprisionando ou aniquilando os seus ocupantes e capturando o seu armamento. Esta operação foi orientada de Sul para Norte. Foi realizada por 2 GComb/CCav 1509, 2 GComb/CCaç 1570/BCaç Porto Amélia e 1 grupo de assalto constituído por 13 elementos da CÇaç 1570. O acampamento encontrado havia sido abandonado dando indícios de o ter sido há cerca de um mês. Foi detectado novo acampamento, mas abandonado recentemente, pois o lume estava aceso, o que indica ter havido uma fuga precipitada do In. Foram destruídos 23 AcPF que constituíam como que uma cintura do Quartel-base " Macanga " - e vários víveres.
- Op "Cilindragem" - a partir de 01Out66 e por 15 dias, com a finalidade de detectar e aniquilar os bandos terroristas, destruir-lhes as instalações e meios de vida não necessários às populações fieis, capturar-lhes o armamento e recuperar as populações fugidas.

Decorreu na região das faldas Sul do planalto de Mueda, desde a estrada Nancatari - Mueda, até à estrada Chai - Diaca e o rio Messalo. Foram empenhados os seguintes meios:

a. *Forças de Intervenção*

(1) BCParas 31 (-)

- 1ª CParas a 3 GC
- 4ª CParas a 4 GC

(2) BCaç 1870 (-)

- CCaç 1471 a 3 GC
- CCaç 1472 a 3 GC

b. *Forças de Quadrícula*

(1) do BCPA²⁰ ref com 1 GC do BCaç 1873

- CCaç 1570 (-) ref com 30 cipaioes especiais
- CCav 1602 (-) ref com 58 cipaioes especiais e 35 milícias

(2) Do BCav 1880, ref com CCaç 1555 (-)/BCaç 1890 e 2 GC do BCaç 1871

- CCaç 1555 (-) ref com 1 GC da CCav 1508
- CCav 1508 (-) ref com 2 GC/BCaç 1871
- CCav 1509
- CCav 1510, ref com 1 GC da CCaç 1480

(3) Do BCaç 1873

- 2 GC/CCaç 72 ref com 66 cipaioes especiais

c. *Reserva*

- Inicialmente
 - CCaç 803 (-) a 2 GC
- Posteriormente
 - Mais CCaç 1592

Causados ao In 97 mortos (3 prováveis), 38 feridos, 319 capturados; capturada 1 EAutm chinesa, 11 canhangulos, 8 granadas de mão (6 def, 1 of e 1 de instrução), 2 minas A/P, 2 granadas de LGF, 3 car-

²⁰ Batalhão de Caçadores de Porto Amélia, a partir de 01Mai67 designado BCaç 14.

regadores de esp aut, vários cartuchos de esp. e pistola, fulminantes, e material diverso. Destruídos 72 AcPF, 13 AcTQ, 2 depósitos de munições, 2 celeiros grandes e 9 bicicletas. Apresentaram-se entre homens, mulheres e crianças 114 elementos da população.

No relatório desta Operação o BCPA referia:

“Esta Operação pode considerar-se muito rendosa no seu conjunto. Obtiveram-se resultados que podem considerar-se vultosos, foi percorrida uma vasta região que até então tinha sido muito pouco visitada pelas NF, criou-se insegurança ao In e alguns grupos de terroristas foram abatidos. Analisando os resultados desta operação, verifica-se um grande desequilíbrio entre o número de baixas causadas ao In e o material capturado. Este facto explica-se devido ao In ter o máximo cuidado em não deixar cair armas nas nossas mãos que chega ao ponto de um elemento arriscar a vida para recuperar a arma de um outro abatido ou ferido durante a luta. O armamento ou está distribuído individualmente, sendo o seu utente inteiramente responsabilizado pela sua posse e conservação ou então, aquele que não é distribuído é guardado com o maior cuidado e sigilo, enterrado e o esconderijo mudado amiudadas vezes.

Quer durante a operação, quer depois dela terminada, verificou-se a apresentação voluntária de populações fugidas que regressavam do Norte do Messalo para o Sul. Estas populações foram muito bem acolhidas pelas AAdm. que estão fazendo o melhor que podem para que, em aldeamentos já existentes, ou noutros, a construir, tenham casa, machamba, assistência sanitária, escola, luz e água em vez da vida miserável que levavam no mato sob o domínio dos terroristas. Este aspecto, pelo desânimo que pode criar ao In na sua tentativa de luta integral do preto contra o branco, pode conduzir mais populações fugidas a escolherem a liberdade e a passarem o rio Messalo”.

- Op “Centurião Picanço” – com início em 21Out66 e por 5 dias, com a finalidade de detectar, perseguir e eliminar os grupos In, capturar-lhes o material e destruir-lhes os meios de vida. Realizou-se na região do médio curso do rio Muera (3959.1138). 2ª e 3ª CParas; 2 Gr Comb (+)/CCaç 1447. Causados ao In 7 mortos, 1 ferido e 2 capturados; capturado 1 canhangulo, vestuário, várias armas gentílicas e documentos.
- Op “Centauro Picapau” – com início em 09Nov66 e duração de 3 dias, com a finalidade de detectar, perseguir e eliminar os grupos In,

capturar-lhes o material e destruir-lhe os meios de vida, a realizar na região das nascentes do rio Muera. 2ª e 3ª CParas, 2 GComb/CCaç 1592, 2 GComb/CCaç 1600, 2 GComb/CCav 1510, 1 GComb/CCav 1508. Causados ao In 11 mortos, 12 feridos e 12 capturados; capturada 1 ESAutm, 5 canhangulos, 1 caixa de fulminante, 2 Kg de pólvora e meios de subsistência. Destruídos 21 AcPF, com 232 palhotas e vários víveres.

- Op “Centauro Castelão” – com início a 09Nov66 e por 2 dias, com a mesma finalidade da operação anterior, a levar a efeito na região do rio Uteco (3936.1147). 2ª e 3ª CParas, 2 GComb/Cart 1592, 1 GComb/CCav 1508, 2 GComb/CCaç 1509. Causados ao In 6 mortos (dos quais 4 prováveis), 8 feridos e 3 capturados, capturado 1 canhangulo, várias armas gentílicas e 1 bicicleta.
- Op “Polinómio” – com início em 29Out66 e duração de 10 dias e tendo como finalidade destruir a base “Inhambane” e exercer intensa nomadização na zona limitada pela picada do Luvico - Almeida - Iangua - rio Messalo - Pte do Chai - Estrada 243 - Luvico. Foram empenhados os seguintes meios:

Forças de Intervenção: 2ª CCmds/4 GComb; CCAç 1473/3 GComb; Grupo do Baptista (F.Adm.) e 3 Grupos de 10 milícias.

Do BCPA – que actuou por forma a impedir que elementos In transpusessem o rio Messalo: CCAç 1584/2 GComb; CCav 1602/2 GComb; 3 Grupos de cipaio e 90 milícias.

Forças de Quadrícula: BCAç 1871

Resultados obtidos pelos:

- BCPA: Causados ao In 1 morto e 10 capturados; capturada 1 granada de mão defensiva; destruído 1 AcPF com 15 palhotas e 4 machambas.
- BCAç 1871: Causados ao In 55 mortos, vários feridos, 8 capturados; capturados 2 canhangulos, 2 punhais, 5 catanas e vários invólucros. Destruída a base “Inhambane” (4010.1138), vários acampamentos com 557 palhotas, machambas e víveres.
- Op “Ripagem” – de 22 a 26Out66, com a finalidade de nomadizar intensamente a serra Mapé, a fim de detectar, perseguir e eliminar os grupos In, capturar-lhes o material e destruir as suas instalações e meios de vida.

Operação a realizar na serra Mapé, incluindo o planalto superior e vertentes Norte, Oeste e Leste, entre os rios Micola e Messalo e a estrada Chai - Macomia.

Foram utilizados os seguintes meios:

- CCAç 1570, reforçada com 1 GComb de cipaio; CCAç 1584, reforçada com 1 GComb. de cipaio; CCav 1602 (-) reforçada com 1 GComb. de cipaio; CCAç 1471 (-)/BCaç 1870 ref. com 50 milícias; CCAç 1472 (-) /BCaç 1870 reforçada com 40 milícias. Causados ao In 17 mortos, vários feridos (1 controlado). Capturados 9 homens, 15 mulheres e 18 crianças, elementos da população fugida, documentos e utensílios domésticos. Destruidos 38 acampamentos, num total de 379 palhotas e 35 machambas.

- Acção da CCav 1602:

Em 19Nov66, 2 GComb que nomadizavam na região (3959.1155) abateram 1 homem, feriram 2 que conseguiram fugir, destruíram 2 machambas e capturaram 3 mulheres e 1 criança.

Em 22Nov66, 1 grupo In estimado em cerca de 20 elementos atacou o pavilhão das FAdm no Mte Oliveiras, com PM e LGF. A reacção das NF obrigou o In a fugir, tendo-se capturado 1 carregador circular com 70 cartuchos, 1 carregador trapezoidal com 30 cartuchos, 2 empenagens de granada de LGF, 2 embalagens de very-lights, 75 invólucros de calibre 7.7 e 65 de calibre 9.

Em 24Nov66, o GComb que patrulhava a região (4017.1155), abateu 1 homem e 1 mulher. Capturou 1 homem, 6 mulheres e 15 crianças e destruiu 1 acampamento com 5 palhotas e 2 machambas.

- Op “Vai de Volta” - operação complementar da Op “Polinómio”, teve início em 23Nov66 e duração de 2 dias e tinha como finalidade:

- “- nomadizar a região compreendida entre as estradas: Mocimboa da Praia - Nambude - Nhambane; Mocimboa da Praia - Marere e limitada a Norte pelo rio Bandaze e a Sul pela linha Nhambane - Marere.

- Executar um golpe de mão sobre a nova base “Inhambane”.

- Ocupar Nambude com a CCAç 1473, fazendo recolher às suas bases 1 GComb /CCAç 1474 e 1 GComb/CCAç 1475.”

Foram empenhados os seguintes meios: - BCaç 1871; - CCAç 1473;

- 1 GComb/CCAç 1474; - 1 GComb/CCAç 1475; - 2 GComb/Cart 1515; - Grupo do Baptista (FAdm.).

- BCPa – que actuava nomadizando e montando emboscadas na margem esquerda do rio Messalo, desde a foz do rio Muera até Tumbelique; - CCAç 1569 ref. com 1 GComb/1ª CCAç Porto Amélia. Resultados obtidos pelos:
- BCAç 1871;
 - causados ao In 14 mortos, 1 ferido e 4 capturados; capturados 1 canhangulo e vários documentos. Destruidos 10 AcPF, 2 mach-ambas e vários géneros alimentícios. Foi abatido o guia do Grupo de Milícia do Baptista quando tentava fugir durante a reacção á emboscada feita pelo In. Em consequência desta emboscada, o grupo de milícias do Baptista sofreu 1 morto e 4 feridos.
- BCPA:
 - Causados ao In 1 morto e 2 capturados. Destruidas 10 AcPF com 183 palhotas e vários utensílios domésticos.
- Op “Centauro Glorioso” – com início em 22Nov66 e duração de três dias, com a finalidade de “Nomadizar a região compreendida entre o vale do rio Muatide e o Meridiano 3954 e limitada a Norte pelo Paralelo 1139 e a Sul pela picada Miteda - Muidumbe. Atacar a base “Moçambique”, logo que localizada.
- Foram empenhados os seguintes meios: - 1ª e 4ª CPáras; - 2 GComb/CCav 1510; - 2 GComb/CART 1600; - 1 Pel/2ª Btr/GAC Nampula.
- Resultados obtidos: - Causados ao In 43 mortos, 12 feridos e 1 capturado; capturados 1 carregador de metr., 4 fitas de Metr lig., 30 munições e outro material.
- Destruidos 30 acampamentos, géneros alimentícios, e utensílios domésticos.
- As NF sofreram 1 morto e 1 ferido ligeiro, ambos da CART 1600.
- Feito um RVIS, que levou à localização da base “Moçambique” na Op “Centauro Indomável”.
- Op “Centauro Teimoso” – a partir de 30Nov66 e durante 3 dias, com a finalidade de “Nomadizar a região a Sul de Nangololo por forma a detectar, perseguir e eliminar os bandoleiros que nela se acoitem, destruir-lhes as instalações e meios de vida e capturar-lhes o material.” Foram empenhados os seguintes meios: - 1ª e 4ª CPáras. Resultados obtidos: causados ao In 11 mortos (6 prováveis), 4 feridos; capturado 1 EAutm chinesa com carregador, 1 PM chinesa c/ carre-

gador, 1 pistola SAutm russa c/ carregador, 1 bolsa, 1 esp. repetição russa, várias armas gentílicas, 118 cartuchos, artigos de fardamento e documentos. Destruídos 1 canhangulo, 1 palhota e víveres.

Capturados 1 homem, 2 mulheres e 1 criança da população fugida. As NF sofreram 1 morto (4ª CParas).

- Op “Varredela” – com início em 02Dez66 e duração de 4 dias com a finalidade de: “detectar, capturar ou aniquilar os bandos armados In e destruir os seus locais de refúgio e meios de subsistência, na região entre os Meridianos 4011 e 4014 e Paralelos 1148 e 1151”. Foram empenhados os seguintes meios: - 3 GComb/CCaç 1569 reforçados com 1 GComb/1ª CCAç Porto Amélia.

Resultados obtidos: causados ao In 3 mortos e 2 feridos. Destruídos 4 acampamentos com 158 palhotas, grandes machambas, milho, tabaco, feijão, mapira, amendoim e pequenos núcleos de cubatas. Foram avistados 2 very-lights vermelhos.

Um Gr In de 8 elementos, com farda camuflada, respondeu ao fogo das NF, tendo sofrido baixas não controladas.

O In flagelou as NF com Metr, causando 2 feridos, um dos quais morreu.

- Op “Centauro Indomável” – de 05 a 07Dez66, nomadização na região entre o vale do rio Muatide e o vale da nascente do rio Muera, limitada a Norte pelo paralelo 1139 e a Sul pela picada Miteda-Muatide, a fim de atacar a base “Moçambique”, logo que localizada. Foram empenhados os seguintes meios: - 1ª e 4ª CPáras; - 2 GComb/CArt 1600; - 2 GComb/CCaç 1508; - 1 GComb/CCav 1510. Resultados obtidos: causados ao In 26 mortos confirmados, 26 mortos prováveis, 8 feridos controlados e vários prováveis. Material capturado: - 1 carabina de repetição, 1 pistola c/carregador, 21 granadas de mão defensivas, 43 carregadores para cartuchos, 230 cartuchos para metralhadoras, carregadores para armas diversas e outro material, medicamentos e 4 canhangulos.

– Destruições:

- base provincial de “Moçambique” com quartel, escola, enfermaria, depósitos e outros; grandes quantidades de meios de subsistência, roupas e vestuários, mantas, fardamentos, artigos de mobiliário, utensílios diversos e 55 palhotas.
- Destruídos: - 8 Ac, num total de 56 palhotas, 11 isoladas, vários víveres, várias armas gentílicas e armas automáticas de 15 elementos que não foi possível recuperar.

- As NF sofreram 1 ferido ligeiro.
- Op “Bota Abaixo” – com início em 09Dez66 e por 2 dias, com a finalidade de: “Detectar, capturar ou aniquilar os bandos armados In e destruir os seus locais de refúgio e meios de subsistência, na região da serra Mapé, área Coveque e desde o Paralelo 1213 até à povoação da FAdm de Darumba - Mataca.”
 - Foram empenhados os seguintes meios: - CCaç 1584, reforçada com 1 Esq Mort 81; - 1 Gr de cipaio.
 - Resultados obtidos: - causados ao In 2 mortos e 2 feridos; - capturados 1 homem, 3 mulheres e 1 criança, milho, feijão e documentos; - destruídos 4 AcPF, com 19 palhotas e uma machamba.
- Op “Centauro Insatisfeito” – com início em 10Dez66 e 3 dias de duração, nomadização e emboscadas na região entre Nangololo e Muidumbe, por forma a “Localizar e perseguir elementos In para os destruir, bem como os seus meios de vida e instalações e capturar o seu material.”
 - Foram empenhados os seguintes meios: - 1ª e 4ª CParas; - 1 GComb/CCav 1510.
 - Resultados obtidos: - causados ao In 3 mortos, 4 feridos e 1 capturado; - capturada 1 granada de mão defensiva e várias armas gentílicas; - destruídos 1 AcTQ (Moscow) e 6 AcPF, meios de subsistência e vários utensílios domésticos.
- Op “Primadona” – com início em 22Dez66 e duração de 3 dias, com a finalidade de:

“Atacar e destruir a base “Nagélia” e nomadizar ofensivamente a área limitada a: - Norte, Paralelo 1115; - Sul, picada Sandoca - Mutamba dos Macondes; - Oeste, rio Litinguinha (margem direita); - Este, picada Nangade - Mutamba dos Macondes”.

 - Foram empenhados os seguintes meios: - BCaç 1880; - CCaç 1470, CCaç 1471 e CArt 1600; - BCaç 1890; - 3 GComb/CCaç 1556, 2 GComb/CCaç 1557 e 1 GComb/CCaç 1592.
 - Resultados obtidos: - 1 ferido provável e capturado 1 canhangulo, várias armas gentílicas e involucros de carabina chinesa e metr. russa; - destruídos 10 AcPF, 2 grandes celeiros de milho e outros géneros alimentícios; - vários feridos não controlados e 8 mortos. Capturada 1 esp. 7.7 de origem russa, 1 canhangulo, várias armas gentílicas e documentos; - destruídos 8 AcPF.

- Op "Destroçar" - em 28, 29 e 30 Dez66, com a finalidade de:
 - "- Nomadizar de Sul para Norte o vale do rio Nange por forma a detectar, perseguir e eliminar os bandoleiros.
 - Atacar a base " Nova Limpopo " e o Ac Litamana logo que localizados.
 - Montar emboscadas na região do lago Lidede e na região de Tutuma. "
 - Foram empenhados os seguintes meios: - CCAç 1470; CCAç 1471 e CCAç 1556; - 3 Pel/CCAç 1557 e 1 Pel/CCAç 1555.
 - Resultados obtidos pelas
 - CCAç 1470 e CCAç 1471: - destruídos 5 acampamentos abandonados.
 - CCAç 1556: - causados 3 mortos, 10 feridos e 1 capturado; - capturadas 2 granadas de mão defensivas, várias munições e material, medicamentos, documentos e artigos vários; - Destruída a base "Nova Limpopo" (3926.1105) e 10 AcPF, abandonados.
 - CCAç 1557: - capturados 7 mulheres e 8 crianças; - capturada 1 esp. russa, 1 pistola, 4 granadas de mão defensivas, 1 tambor circular PM, várias munições, artigos diversos e documentos; - destruído o acampamento "Litamana" (3932.1103) e 4 AcPF.
- Op "Encontro" - na ZA do BArt 1881, sediado em Tete, de 16 a 20Nov66, batida na região limitada pelos paralelos de Doa - Caldas Xavier e linha férrea - fronteira com o Malawi.
 - Foram empenhados os seguintes meios: - 2 GComb/CART 1512; - 2 GComb/CART 1513, de colaboração com as AAdm de Moatize e Mutarara, PSP, OPVDC e população. Não houve contacto com o In.
- Op "Ricochete" - a partir de 01Dez66 e por 7 dias, com a finalidade de:

"Exercer sobre as populações intensa acção psicológica, utilizando-as, enquadradas pelas NF, numa batida, coordenada com uma rede de emboscadas, a levar a efeito na região entre os rios Zambeze e Uncanha e fronteira com a Zâmbia."

Foram empenhados os seguintes meios: - 2ª CCAç de Boane; - 1 GComb/CART 1514; - 2 GComb/CART 1516.

– Resultados obtidos:

Nada de anormal se verificou; não houve contacto com o In nem foram detectados vestígios da sua presença. A população mostrou-se interessada em cooperar.

– No Sector C (sediado em Nampula) referem-se apenas as seguintes acções da CCAç 1574:

- em 09Nov66, 1 Sec Caç/Pel de Lalaua que patrulhava Mahage e Cueria, capturou 9 homens armados;
- em 01Dez66, as NT em colaboração com as FAdm, capturaram 4 homens, estando 1 armado de canhangulo.
- em 13Dez66, as NT capturaram 1 homem suspeito, na região de Mirrapue, entregando-o às AAdm de Ribaué.

A questão da Rodésia e a ameaça ao porto da Beira

A tentativa da Inglaterra de se opor à independência unilateral decidida pela Rodésia em 1965 incluiu um bloqueio naval ao porto da Beira, testa das principais vias por onde se processavam todas as importações do novo país, em especial o petróleo e, mais tarde, já em 1966, a hipótese de criar uma base de operações em território nacional, com maior probabilidade na área da Beira.

Como tal violação da soberania nacional era inaceitável, foram tomadas medidas que envolveram deslocação de tropas para aquela área, o que veio perturbar a actividade operacional do TO já de si complexa, como atrás foi referido.

Este assunto é desenvolvido no Cap. VII.

Eficiência para o combate

Os Relatórios Periódicos relativos a 1966 continuam a referir faltas e deficiências de material que, pelo seu elevado número e especificidade como eram as viaturas, material de transmissões, material sanitário, armamento e meios aéreos, condicionavam, negativamente, a actividade operacional.

São igualmente referidas deficiências na instrução de algumas Unidades chegadas à RMM o que levantava problemas de vária ordem devido

à necessidade imperiosa de serem imediatamente enviadas para zonas operacionais activas, e outros factores susceptíveis de influenciar o moral.

Para concretizar estas situações transcrevem-se alguns trechos desses relatórios.

– *Do Relatório Periódico de Operações nº 3 (1 a 31 de Maio de 1966) Com ZIN/3ª Rep – Nampula*

“ Mantém-se e agrava-se a situação das Unidades da ZIN no tocante a viaturas. Além das destruições provocadas pelo In por meio de numerosas minas colocadas precisamente nas áreas de ocupação mais densa, há que considerar o grande desgaste provocado pelas péssimas picadas e estradas onde são obrigadas a transitar e, também, a grande falta de sobressalentes.”

Como exemplos, refere:

“ O Comando e CCS²¹ do BCaÇ Porto Amélia encontra-se a 28% em relação ao material autorizado. O BCaÇ 7 dispõe apenas de 9 viaturas de ¾ de Ton e 2 viaturas pesadas. ”

– *“ Situação das Unidades de reforço recentemente chegadas à RMM*

A situação em material destas Unidades é muito precária devido ao desfasamento na recepção dos respectivos lotes de material, nomeadamente no que respeita a viaturas e a material de transmissões, cuja falta temporária afecta de uma forma muito sensível a actividade operacional.

Há diversas Companhias, das vindas para a RMM nos últimos transportes de tropas, que ainda se encontram isoladas nas suas bases de quadrícula por falta de comunicações rádio.

– A estas unidades apenas foi atribuído um lote de 3 AN/PRC 10 e de 3 AVF, o que é absolutamente insuficiente para satisfazer as necessidades do Comando e assegurar o controlo operacional.

Os meios de TSF existentes na RMM (especialmente ER AN/GRC 9) são em número mais que insuficiente para satisfazer as necessidades mínimas de ligação e há ainda postos inoperativos

²¹ Companhia de Comandos e Serviços.

por falta de sobressalentes. Quase todos estão muito cansados pelo muito uso. Para manter os ER em bom estado de funcionamento faltam os grupos de carga ou rectificadores de corrente para manter as baterias com a carga adequada. Esta falta obriga a empregar os motores das viaturas para carregar as baterias, o que os arruina rapidamente. ”

— “ *Assistência médica*

Além de tudo o que se referiu nos Relatórios anteriores menciona-se que as clínicas de urologia e oftalmologia só estão em funcionamento graças aos especialistas respectivos terem trazido com eles o seu material particular, pois no HM 125 não existe material destas especialidades. Também a Secção ortopédica continua com falta de material.

Estas faltas afectam a capacidade operacional das Unidades porque se traduzem em demoras excessivas do pessoal com baixa ou em regime de consulta externa. ”

— *Correspondência particular*

Embora o não recebimento do correio produza um certo abatimento no moral das tropas, é todavia o problema da expedição o que mais nos preocupa. Durante o mês de Abril em que as tropas se viram privadas de mandar o correio aos seus familiares, particularmente no período de 8 a 15 e de 15 a 21, foi evidente o volume de telegramas enviados para a Metrópole prevenindo as famílias sobre a razão da falta desse correio.

Todos sabemos as preocupações que no dia a dia as famílias na Metrópole vivem quanto ao estado da saúde e destino de todos aqueles que aqui se encontram, especialmente quando em zona de intensa actividade operacional. Este facto leva-os também, e muitas vezes, a solicitarem informações por meio de telegramas e até aos meios oficiais da Metrópole.

Este estado de coisas gera manifesto mal-estar não só entre nós, militares, mas, muito especialmente, entre as suas famílias na Metrópole, criando nestas um estado de espírito propício à criação de boatos cujo perigo todos nós conhecemos.

Reputamos como um mínimo indispensável, que o assunto de expedição e recepção do correio se faça duas vezes por semana e fazemos esta afirmação pela experiência já vivida, pois que durante o mês de Março não se notaram quaisquer preocupações nas tropas nem nos seus familiares.

– *“Mantém-se a situação expressa nos Relatórios anteriores na parte relativa a:*

- Instabilidade dos quadros
- Falta de meios aéreos
- Assistência médica
- Minas e explosivos
- Emprego de helicópteros para evacuação sanitária
- Recomentamentos
- Rede de abastecimento de água. ”

– *“Instrução das Unidades recém-chegadas à Província*

As Unidades do Exército que ultimamente chegaram à RMM apresentam-se com uma instrução operacional deficiente, conforme se pode verificar pelos relatórios próprios e, também, pelos contactos estabelecidos com os Comandos e Oficiais daquelas Unidades. Embora com conhecimento pleno desta situação, não tem este Comando outra solução senão a de empregar, em muitos casos, tais Unidades em zonas activas, sujeitando-se aos riscos que poderão advir de tal procedimento.

Tendo em consideração a necessidade do emprego das Unidades na luta contra a subversão logo que desembarcadas na Província, foi o assunto exposto superiormente, ponderando a responsabilidade moral que impende sobre este Comando.“

– *Do Relatório Periódico de Operações nº 4(1 a 30 de Junho de 1966) Com ZIN/3ª Rep – Nampula*

- Não tendo as Unidades estacionadas a Norte do rio Messalo e assistidas pelo Pel A/D 853 quaisquer possibilidades de adquirir

localmente sobressalentes, seria conveniente que este pelotão dispusesse de uma reserva de sobressalentes para fornecimento imediato, nomeadamente de:

- condensadores
- platinados
- dedos rotores
- correias de ventoinha
- bobines
- velas de ignição
- velas de incandescência
- conjuntos de reparação de bombas receptoras de travões e de bombas principais
- remendos para câmaras de ar.

Deste modo, qualquer viatura que careça dum destes sobressalentes, fica parada por vezes mais de 1 mês, aguardando o fornecimento da requisição à Companhia A/D ou que haja a possibilidade de deslocar alguém a Nampula a fim de fazer a respectiva aquisição.

Parece de toda a conveniência que também dispusesse de um jogo de maçaricos de soldadura e corte, com bicos para soldadura a autogénio. ”

“ Situação das Unidades de reforço recentemente chegadas à RMM

Continua a ser muito precária a situação destes Unidades devido a não se ter recebido ainda os lotes de material que lhes são destinados. A situação é particularmente delicada no que respeita a viaturas e a postos de TSF. O BCaç 1891 (subsector DAM) não possui viaturas e apenas tem por empréstimo um Unimog por Companhia para cumprir as missões de reabastecimento e satisfazer a actividade operacional que é imposta às Unidades de batalhão.

O Comando do Batalhão tem apenas um posto AN/GRC 9 mas as Companhias têm só HF 156 para ligação com o Comando. Como o Comando e cada uma das Companhias têm apenas uma bateria, muitas vezes os respectivos postos estão inoperativos o que, como é evidente, prejudica imenso a actividade operacional da unidade. ”

– *Do Relatório Periódico de Operações nº 5 (1 a 31 de Julho de 1966) PC Av/QG/RMM – Nampula*

– *“Situação em viaturas*

Actividade operacional na zona do Balama

A CCaÇ 1568 tem apenas uma viatura operacional em Balama e outra no Pel destacado no Toma. Se considerarmos que qualquer destes pontos, nesta época, é de importância fundamental, a situação crítica das viaturas desta Companhia e Pel destacado limita a sua acção a patrulhamentos de curto raio, morosos e de difícil execução o que faz baixar naturalmente o seu rendimento operacional, a acção de presença junto das populações, as acções de controlo e cria a impossibilidade de realizar qualquer acção de intervenção a distância, em tempo oportuno.

Não podemos esquecer que estamos na época dos mercados de algodão e que esta será a melhor oportunidade que se apresenta ao In para fazer a sua colheita de fundos e consequente acção sobre a população.

Vê-se ainda o Comandante da Companhia impossibilitado de satisfazer os pedidos da população para o fornecimento de água, o que nesta altura pode trazer um descontentamento que poderá ser de consequências desagradáveis e ser explorado pelo In a nosso desfavor. Haja em vista que à população de Chipembe costumam ser distribuídos duas vezes por semana 4000 litros de água. Estas populações têm uma nascente em que são necessárias várias horas para se obter pouco mais de 1 litro de água barrenta.

Indicam-se os quadros de situação em viaturas relativas ao BCaÇ 1889, Unidade colocada num Subsector de grande responsabilidade e que carece de desenvolver uma actividade operacional muito intensa.

Esta não é, porém, uma Unidade de excepção havendo mais em idênticas circunstâncias pelo que a falta de viaturas pode, num futuro próximo, vir a afectar seriamente a actividade operacional. ”

C.C.S.

Designação	Orgânico	Existente	Operacional	Percentagem
JEEP	15	12	7 (c)	33,3 %
UNIMOG 411D	19	7	3 (a)	15,7 %
6x6	5	-	-	0 %
4x2	-	4	2 (b)	50 %
AMBULÂNCIA	-	1	1	100 %

CCaç 1552

Designação	Orgânico	Existente	Operacional	Percentagem
JEEP	12	-	-	0 %
UNIMOG 404	14	8	8	57,1 %
6x6	3	-	-	0 %

CCaç 1553

Designação	Orgânico	Existente	Operacional	Percentagem
JEEP	12	-	-	0 %
UNIMOG	14	-	-	0 %
AMBULÂNCIA	-	1	-	0 %
6x6	3	-	-	0 %

CCaç 1554

Designação	Orgânico	Existente	Operacional	Percentagem
JEEP	12	6	4	33,3 %
UNIMOG 404	14	7	1	7,1 %
6x6	3	-	-	0 %
4x2	-	1	-	0 %

– *Do Relatório Periódico de Operações nº 6 (1 a 31 de Agosto) PC Av/QG/RMM*

– *“Situação em viaturas*

A situação em viaturas das tropas da ZIN tem melhorado sensivelmente, em especial com as últimas entregas de viaturas BERLIET e UNIMOG que foram distribuídas proporcionalmente pelos Batalhões atendendo-se às suas faltas, às características do In e da sua ZA. Todavia, existem ainda Unidades em que a situação em viaturas é crítica o que afecta grandemente a eficiência operacional.

Mantém-se a situação exposta em relatórios anteriores no tocante a meios rádio sendo os postos (especialmente AN/GRC 9) em número insuficiente para a satisfação das necessidades mínimas de ligação e há ainda bastantes postos inoperativos por falta de sobressalentes, faltando, também, os grupos de carga ou rectificadores de corrente para a carga das baterias.

– *Morteiros de 81mm*

Como no período coberto pelo relatório anterior, o In continua a utilizar morteiros de 82mm nas flagelações a alguns estacionamentos das NT, nomeadamente a Mueda, Miteda e MPraia, no Sector B. Para poder responder eficientemente a esta modalidade de acção do In é preciso que as NT possam dispor de fogos potentes e profundos, disparados por armas suficientemente ligeiras para lhes permitir uma grande mobilidade.

Dado que havia em depósito 5 destas armas e foi possível obter mais 10, retirando-as a Unidades em zonas calmas, foi possível atribuir às Companhias colocadas nas zonas mais perigosas, 15 morteiros de 81mm. No entanto, este número não é ainda suficiente e está em estudo o pedido à Metrópole de material deste tipo, cuja vinda é urgente. Por outro lado, há determinados lotes de munições que não oferecem garantias de bom funcionamento pelo que deverão ser substituídos. Cada granada que deixe de rebentar é mais uma hipótese que damos ao adversário de reforçar as suas minas e armadilhas.

– *Moral das NT*

O moral dos quadros das NT ressentiu-se um pouco pelo facto do último aumento de vencimentos dizer respeito à Metrópole e às Ilhas Adjacentes, não tendo execução nas Províncias Ultramarinas. Há a mencionar a situação desigual, no tocante a remunerações, dos oficiais e sargentos em relação a empregados e funcionários civis, na generalidade de reduzidas habilitações, particularmente nas zonas onde estes auferem gratificações de isolamento sem que as forças militares beneficiem de qualquer regalia a despeito de manterem uma intensa actividade operacional e de incomodidade de vida a que estão sujeitos.”

– *Do Relatório Periódico de Operações nº 7 (1 a 30 de Setembro)*
PC Av/QG/RMM

– *“Completamentos e recompletamentos*

Duma forma geral quase todas as Unidades chegadas à RMM se apresentam com os seus efectivos orgânicos desfalcados, especialmente no respeitante a pessoal especializado, tais como médicos, enfermeiros, operadores cripto, radio telegrafistas, condutores auto, etc., etc..

Como é óbvio, tais faltas fazem-se sentir, quer afectando o moral das tropas que muitas vezes não podem dispor do apoio sanitário conveniente em zonas de clima doentio, quer dificultando o exercício do Comando e o processamento dos transportes.

Por outro lado, a demora de substituição do pessoal indisponível e das baixas em combate (mortos e feridos) evacuado para a Metrópole ou em tratamento demorado nos órgãos hospitalares da RMM, igualmente se faz sentir por reduzir a capacidade de combate das Unidades, algumas com um potencial de combate muito baixo, como por exemplo:

- CCaç 71 (Mutamba dos Macondes) – 54,3%
- CCav 1506 (Nova Coimbra) – 63,3%
- CCaç 804 (Macomia) – 65,8%
- CCaç 1556 (Negomano) – 66,8%

– *Insuficiência de meios aéreos*

Este assunto foi já tratado em Relatório anterior mas agora, em face de uma informação do Comando das Forças Aéreas na ZIN, pode-se esclarecer:

- Os reconhecimentos prolongados a grande distância exigem um tipo de avião de que se não dispões nesta altura, nem sequer para o Sector A que mais os justifica e exige.
- Com meios ligeiros em sistema escalonado resulta um sistema pouco remunerador e exige um esforço, difícil de satisfazer com os meios disponíveis. Casos haverá, porém, que o justifiquem no equilíbrio das acções com o efeito.
- Os apoios de fogo não poderão ser efectuados de forma indiscriminada porque não será compensador ou não se justifica e, ainda, em presença dos meios disponíveis, não seria possível.
- Sobre a existência de helicópteros continuamos a esperar que a boa sorte nos conserve um operativo em cada um dos Sectores A e B.
- Quanto a aviões de transporte pesado²² a sua falta na ZIN assume por vezes proporções muito graves porque todas as vezes que há avarias no único aparelho normalmente existente na ZIN se verificam alterações profundas no sistema de abastecimento de frescos, carne e peixe, e, também, na distribuição de correio, elemento fundamental para o moral das NT. É necessário e urgente que existam, no mínimo, em permanência, 2 aviões em Nampula (AB 5) para se poder fazer face a avarias e suplementar, se necessário, as carreiras normais.

O transporte aéreo pesado é absolutamente vital para manter as forças em operações na ZIN e é necessário que o problema seja encarado de frente com a urgência que a próxima época das chuvas impõe. ”

²² Eram os C-47 ou os Nord-Atlas.

– *Definição de zonas perturbadas*

(1) Por despacho de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional passaram também a ser consideradas zonas perturbadas a acrescentar às já existentes, as seguintes:

- Restante área do Concelho de Vila Cabral ainda não considerada.
- Circunscrição de Valadim.

(2) Sobre este assunto, e por se considerarem oportunas e, talvez mais pertinentes, repetem-se as considerações feitas no Relatório de Operações nº 1:

“ – A actividade operacional a que estão sujeitas todas as Unidades que guarnecem a ZIN, é idêntica, com mais intensidade nos Sectores A e B, existindo, naturalmente, dentro destes, regiões mais activas que outras mas que se alteram frequentemente, como característica duma guerra subversiva.

Também as Unidades dos Sectores C e D podem ser chamadas a intervir em qualquer dos outros dois, o que já tem sido caso.

- Nos Sectores C e D, com menor incidência em certos casos, dum modo geral todas as Unidades se encontram em situação de isolamento, em muito precárias instalações, faltando-lhes, por vezes, as mínimas comodidades, vivendo uma actividade operacional intensa, que não é compensada por um descanso em condições razoáveis.
- A definição das actuais áreas consideradas, onde a acção terrorista põe em perigo as condições normais de vida de populações, cria anomalias de difícil resolução e justificação, tanto mais que zonas não consideradas, auferiam subsídios de isolamento, por exemplo, Mecanhelas e Mandimba, desde 01Jan64, pela Portaria nº 20.267 de 31/12/63, perdendo-o nas actuais condições.
- Tem-se verificado mesmo, em determinados períodos, maior actividade In em zonas consideradas não afectadas do que em outras afectadas pela subversão, donde resulta certa incompreensão, por parte das Unidades, do critério seguido para a atribuição da subvenção de campanha.

Nestas condições, este Comando apresenta superiormente a seguinte proposta:

- a – Que os Sectores A e B, correspondentes aos Distritos Administrativos de Niassa e Cabo Delgado sejam considerados zonas para efeitos de abono da subvenção de campanha e alimentação por conta do Estado;
- b – Que os Sectores C e D correspondentes aos Distritos Administrativos de Moçambique de Moçambique e Zambézia sejam consideradas zonas para abono de alimentação e alojamento por conta do Estado;
- c – Que o aumento de tempo de serviço seja considerado de 100% em toda a ZIN. ”

– ***Do Relatório Periódico de Operações nº 8 (1 a 31 de Outubro)***
PC Av/QG/RMM – Nampula

– “*Situação em viaturas*

Julga-se que a situação em viaturas nas Unidades da RMM melhorará sensivelmente num futuro relativamente próximo devido a:

- Aquisição de 40 viaturas Mercedes e que se prevê sejam entregues na Chefia do Serviço de Material até final do corrente ano.
- Ao fornecimento de 30 viaturas Berliet, pela Metrópole, cuja data de embarque em Lisboa ainda se desconhece, mas se prevê para breve.
- Ao envio de 7 Diamond para Vila Cabral, das quais 6 já estão, nesta data, em Nacala. A outra aguarda em Lourenço Marques oportunidade de transporte.
- Ao fornecimento de Unimogs 404 a partir do início do próximo ano.”

– ***Do Relatório Periódico de Operações nº10 (1 a 31 de Dezembro)***
PC Av/QG/RMM – Nampula

– “ *Morteiros 81*

Conforme se afirmou no Relatório anterior, foram atribuídos à RMM 31 morteiros de 81mm. Foi agora feita a sua distribuição

e a redistribuição de alguns já existentes de modo a facultar às Unidades das zonas perturbadas a possibilidade de montar um sistema eficaz contra as acções dos morteiros In.

– *Armamento colectivo das Companhias*

Pela actual orgânica dos Batalhões, cada Companhia dispõe de 3 morteiros de 60mm e de 4 LGFog.

Constituindo-se, normalmente, as Companhias com uma organização em 4 grupos de combate, o armamento colectivo é insuficiente se tivermos em consideração os pelotões destacados e, em especial, os pelotões colocados nas proximidades da fronteira que têm que possuir o armamento suficiente para se pôr a coberto de qualquer surpresa por parte do In. Embora estes pelotões disponham, em regra, de um mort de 60mm e de 1LGFog, esta dotação é insuficiente porque se alguma força é destacada do Pelotão para qualquer missão, ou sai sem aquelas armas, ou fica sem elas o núcleo que permanecer no estacionamento.”

Baixas causadas pelo In às NF e Populações em 1966 ²²

a. *Nossas Forças*

Mortos	Feridos	Desaparecidos	Raptados
329	589	2*	2**

* – 1 das Forças Militarizadas

** – Forças Militarizadas

b. *População*

Mortos	Feridos	Desaparecidos	Raptados
66	133	17	519

²³ Fonte - CECA e Sitrep da RMM.

ANEXO A

A análise da situação em Moçambique

Informação nº 161/66, da 2ª Repartição do EME, de 29 de Agosto de 1966, sobre a situação em Moçambique

Para efeitos de elaboração do “Plano Trienal das Necessidades Operacionais” a 3ª Repartição do Estado-Maior do Exército solicitou à 2ª Repartição do mesmo Estado-Maior uma Informação sobre a situação em Moçambique.

Esta Informação, datada de 29 de Agosto de 1966, contém elementos que caracterizam de forma bastante precisa a situação no território em meados de 1966 e a sua evolução provável.

A sua inserção neste trabalho esclarece a visão que o EME tinha da situação em Moçambique, numa época de grande sensibilidade, quer na evolução da situação, quer na reestruturação do dispositivo das Nossas Tropas.

“Informação nº 161/66 sobre a situação em Moçambique

A – SITUAÇÃO ACTUAL (meados de 1966)

1. *Subversão activa* – área, população dessa área.

1.1. A subversão activa em Moçambique circunscreve-se actualmente aos Distritos do Niassa e de Cabo Delgado, respectivamente designados por sectores A e B.

1.2. A subversão activa – que estava planeada para eclodir simultaneamente nos dois distritos do Norte – iniciou-se porém mais cedo no Cabo Delgado (Agosto de 1964), do que no Niassa (25 de Setembro de 1964). A quebra da simultaneidade que estava planeada resultou do facto de um grupo de dissidentes da FRELIMO, e que entretanto aderira ao Partido MANU, ter tomado a iniciativa das infiltrações em Moçambique no evidente intuito de atribuir à MANU os louros do lançamento da subversão activa, para assim, posteriormente, poder discutir a liderança na condução política da acção contra Moçambique.

Porém, a FRELIMO, melhor estruturada, melhor apoiada e sobretudo dispendo duma chefia bastante qualificada, rapidamente neutralizou a MANU e assumiu o comando integral dos acontecimentos.

- 1.3. A subversão rapidamente alastrou no Cabo Delgado, com predomínio no chamado planalto dos Macondes, atingindo uma virulência acentuada, enquanto que o Niassa foi, de início, de progressão mais lenta, só vindo a atingir grande intensificação em 1965. O facto pode atribuir-se a variados factores, mas admite-se que o principal, e que foi determinante, se filia no binómio terreno-população. Enquanto no Cabo Delgado a FRELIMO dispunha duma massa de 70 a 80.000 Macondes, bastante receptiva à subversão, sobretudo pela animosidade que a etnia Maconde demonstrava contra a nossa presença e dum terreno extraordinariamente apto para a guerrilha, no Niassa a FRELIMO dispunha apenas duma pequena massa de 10 a 15.000 Nianjas, que, embora caracterizada por ser das etnias mais intelectualmente evoluídas de Moçambique, não é contudo caracterizada pela agressividade e valentia que tão tradicionalmente define a etnia Maconde, e nem tão pouco dispunha dum terreno apto para a guerrilha, pois que, se a faixa Nianja ribeirinha do lago Niassa é sem dúvida susceptível de acoitar a guerrilha, não tem contudo as condições que o planalto dos Macondes oferece.
- 1.4. Contudo, como já se referiu, a subversão no distrito do Niassa, servida por melhores cabeças (os Nianjas), e depois de melhor apoiada pelas bases terroristas situadas no sudoeste da Tanzânia, de que Songea é o fulcro, evoluiu espectacularmente, conseguindo um alastramento muito maior comparado com o que se verificou no Cabo Delgado, onde, apesar de tudo, a subversão se mantém, grosso modo, limitada a sul pelo rio Messalo. Isto significa que pouco alastrou em relação à mancha resultante do rompante inicial, não obstante haver numerosos indícios positivos e concretos de tentativas de alastramento para sul, com a evidente intenção

de penetrar na numerosíssima etnia Macua, a etnia de maior predominância para norte do Zambeze.

1.5. Pormenorizando a situação actual nos Distritos do Niassa e do Cabo Delgado, verifica-se:

– **Distrito do Niassa** – Sector A

A subversão activa afectou já as seguintes divisões administrativas do Distrito:

- Circunscrição do Lago
- Circunscrição da Sanga (área do antigo Posto de Macaloge)
- Circunscrição de Valadim
- Concelho de Vila Cabral
- Circunscrição de Marrupa (área Revia-Maúa)

e tem feito várias tentativas de alastramento à área do Concelho de Amaramba (Mandimba e Mecanhelas), que contudo não têm sido bem sucedidas.

Pode pois concluir-se que, grosso modo, a subversão afectou já cerca de $\frac{2}{3}$ da área do Distrito. Quanto à população, a subversão que de início afectou somente a etnia Nianja, contaminou já toda a etnia Ajaua, que é a etnia dominante do planalto principal do Niassa e tem feito tentativas para se infiltrar na etnia Medo-Macua (Amaramba e Maúa) que é a etnia de transição para a etnia Macua do Distrito de Moçambique.

– **Distrito de Cabo Delgado** – Sector B

A subversão activa afectou já as seguintes divisões administrativas do Distrito:

- Circunscrição de Palma
- Circunscrição dos Macondes
- Concelho de Mocimboa da Praia

e tem feito várias tentativas de alastramento à área da Circunscrição de Macomia, que contudo não têm sido bem sucedidas.

Pode pois concluir-se que, grosso modo, a subversão afectou já cerca de $\frac{1}{3}$ da área do Distrito.

Quanto à população, a subversão de início afectou toda a etnia Maconde para Norte do rio Messalo (que se consideram os Macondes de 1ª), bem como contaminou toda a população Suaíli da costa e tem feito tentativas várias para afectar a população da área do Concelho de Montepuez, sobretudo a que vive entre os rios Montepuez e Lúrio, de etnia Medo-Macua ou seja, a etnia de transição para a etnia Macua do Distrito de Moçambique.

- Verifica-se assim um nítido paralelismo de actuação para a infiltração na etnia Macua do Distrito de Moçambique, que, pelas suas características e volume populacional, é, como já se acentuou, a etnia dominante a Norte do Zambeze.

2. *Subversão latente* – área, população dessa área.

2.1. A subversão latente em Moçambique verifica-se um pouco por toda a parte, e em especial nos principais centros urbanos e grandes concentrações de mão-de-obra. Tal facto já no nº 20 de 31Jan64 da RMM era assinalado. De resto, a subversão latente já de há muito que vinha sendo referenciada. As zonas de acção, onde se têm verificado maior número de factos que caracterizam a subversão latente em Moçambique, são:

- Principais centros urbanos – Lourenço Marques, Beira, Quelimane, Nampula, Inhambane, João Belo, Tete e Porto Amélia, sendo de salientar em todos estes centros urbanos os chamados “bairros indígenas”, que especialmente em Lourenço Marques constituíam uma autêntica cintura negra à volta da cidade constituída por cerca de 150.000 pretos.
- Portos e caminhos de ferro de Lourenço Marques, Beira e Nacala.
- Complexo industrial Beira – Dondo.
- Grandes plantações da região do Gurué, Milange, Tacuane, Buzi e Sena Sugar.
- Explorações madeiras da área de Cheringoma.

B – EVOLUÇÃO POSSÍVEL (1966-1969)

1. Hipótese A (menos favorável)

1.1. *Subversão activa* – área total afectada e respectiva população

1.1.1 Desde há bastantes meses que há indícios concretos do inimigo pretender alastrar a sua actividade a outras áreas. Nalgumas áreas até, como seja nos distritos de Tete e da Zambézia, já foram assinaladas acções típicas de subversão activa, que por várias razões não conseguiram, porém, consolidar a subversão activa naquelas áreas.

1.1.2 Quer a RMM, quer o SGDN têm admitido através dos seus documentos de informações que a subversão activa alastre a novas áreas.

Assim, passando a uma ligeira análise de alguns dos documentos oriundos da RMM e do SGDN, verifica-se:

– Do nº 12 da RMM (14 a 21Mar66)

“– Refere a concretização da ameaça de alastramento da actividade In aos Distritos de Moçambique e Zambézia a partir de bases a criar em Catur e Tacuane.”

– Do nº 15 da RMM (04 a 11Abr66)

“– Refere a presença de elementos armados na parte oeste do Distrito de Tete”.

“– No Cabo Delgado, as actividades da guerrilha do In a sul do rio Messalo, não tinham passado abaixo do paralelo de Macomia.

As acções agora referidas reflectem uma concretização da ameaça do In sempre pendente sobre a área de Montepuez”.

“– Refere ainda boatos sobre acções violentas em futuro próximo na área de Gaza”.

- Do nº 17 da RMM (18 a 25Abr66)
 - “- Refere que se materializa nova ameaça sobre a área de Tete, pela chegada de armamento perto da fronteira, no Zumbo.”
- Do Estudo de Informação nº 26 da 2ª Rep do SGDN e referido a Maio de 1966
- “A actividade do In, ao nível do período anterior, continuou a revelar a firme decisão que este possui em radicar-se no Sudeste do Sector A.

Assim, embora tenha actuado menos vezes na área de Revia, o In manifestou-se por três vezes na área de Maúã, o que ainda não havia sucedido desde a eclosão da subversão. Por outro lado, foram processadas diversas notícias sobre aumento de efectivos In na área de Catur (Sudeste de Vila Cabral), o que vem corroborar a ideia de que este pretende, a todo o transe, alastrar a área afectada do Sector e, posteriormente, actuar na Zambézia e Distrito de Moçambique”.

Quanto ao Sector B:

“Revelando-se com um número de acções ao nível do período anterior, o In voltou a patentear, com as suas actuações na área de Montepuez na Circunscrição da Quissanga, o desejo que possui de se fixar naquele Concelho e posteriormente alcançar o Distrito de Moçambique”.

“Os moldes da actividade In nos Sectores A e B tornam bem claro o esforço que este envia para se fixar nos distritos da Zambézia e Moçambique”.

Ao apreciar o grau de probabilidade a dar às possibilidades do In, considera:

“Atribui-se elevada probabilidade à possibilidade do In alastrar mais para sudeste a zona afectada no Sector A. Considera-se com apreciável probabilidade a possibilidade de o In alastrar, no Sector B, a subversão para Sul já que voltou a manifestar-se no Concelho de Montepuez e Circunscrição de Quissanga.

Julga-se de considerar com grande probabilidade a possibilidade de o In estender a sua actividade operacional ao distrito da Zambézia.

Atribui-se média probabilidade à possibilidade de o In estender a sua actividade operacional aos distritos de Moçambique e Tete, com maior sensibilidade o 1º.

Quanto a novos meios que o In tenha revelado ou novas formas de organização da sua guerrilha, aparece pela primeira vez uma notícia referente à existência de forças pseudo-regulares. A referida notícia, ainda não recortada, assinala a presença de “companhias regulares” em Mepoche, Muembe, Catur, Macaloje e Maniamba. (Sector A)

1.1.3. Além dos extractos mais significativos dos Perintreps da RMM e dos Estudos de Informações do SGDN, entende-se que para se avaliar em maior profundidade as possibilidades que o In dispõe para o alastramento da subversão activa a novas áreas, será conveniente fazer-se uma ligeira análise à situação política dos países estrangeiros limítrofes de Moçambique e em seguida uma análise também sumária aos distritos da Província que se consideram mais ameaçados pelo alastramento da subversão.

1.1.4. Assim, passando à análise da situação política dos estados vizinhos das áreas em estudo, situação cuja evolução necessariamente se repercutirá em Moçambique, temos:

Tanzânia – À moderação da política de Nyerere, que de início se verificou (não se esqueça que Nyerere é católico romano e que foi a instâncias suas que o Vaticano elevou à dignidade cardinalícia um dos seus Bispos), seguiu-se posteriormente uma nítida atitude de franca animosidade contra Portugal, que atingiu as culminâncias, quando no Governo do até então relativamente moderado Nyerere entraram os irrequietos, agitados e revolucionários homens de Zanzibar, Babu e companhia, a quem no norte de Moçambique os autóctones se referem como os “pretos chineses”...

Admite-se assim que a situação na Tanzânia só possa evoluir de forma a ainda mais afectar a nossa presença

em Moçambique, pois que, para além de Nyerere, cuja situação não é muito sólida, não se vislumbra no quadro geral dos políticos em acção, nenhum político que porventura venha a determinar uma orientação política ao Governo da Tanzânia mais moderada ao estilo duma co-existência pacífica nas margens do Rovuma. Vislumbra-se pelo contrário uma plêiade de políticos ambiciosos, sem escrúpulos, envenenados pela semente revolucionária chinesa que, muito subtilmente, está tentando neutralizar o tradicional islamismo dominante na faixa litoral de toda a África Oriental.

Desses políticos, tais como Cambona, Kawawa, Babu, etc. Cambona (com raízes de sangue na nossa região nianja do Cobué) e Kawawa, também igualmente oriundo duma família da nossa região da Sanga (antigo Macaloje), são nitidamente caracterizados por forte ódio contra Portugal. Tudo leva assim a admitir que dos lados da Tanzânia a situação continue favorecendo altamente as possibilidades do In.

Malawi – É um país cuja situação política é muito incerta, pois que todo o seu aparelho político-partidário depende apenas e somente de um homem, o Dr. Banda. Os seus mais capazes auxiliares e que com ele constituíram a independência da antiga Niassalândia, Chipembere, Chiume, Chirua, Chiziza, etc., entraram numa dissidência de tão graves repercussões que abandonaram em bloco o Malawi e estão hoje preparando na Tanzânia (o apoio americano por parte de Chipembere e o chinês por parte dos outros não deve faltar) um Movimento destinado a depor o Dr. Banda. E depor um chefe africano e ainda por cima ingénuo e de formação britânica como é o Dr. Banda, é como se sabe tarefa que se apresenta com extrema facilidade, pois que dada a imaturidade dos quadros e a consequente instabilidade, qualquer grupelho de políticos à mistura com algumas fardas modifica a situação de um dia para o outro.

Criou-se assim, com o afastamento dos elementos mais chegados ao Dr. Banda, e que, diga-se, eram homens inteligentes e qualificados, um vácuo à volta do próprio Dr. Banda, que

agora somente dispõe no Governo de homens muito novos, a quem ele por vezes tem apelidado em público como os “my boys”. São elementos jovens, sem maturidade política de qualquer espécie, que as “massas” não conhecem — o que para o preto é muito significativo e que um dia desaparecido o Dr. Banda, facilmente também desaparecem da cena política. A futura situação política do Malawi é assim uma incógnita agravada recentemente com a proclamação da república e consequente saída do governador-geral, que como representante da coroa britânica constituía como que um dissuasor de qualquer alteração brusca da situação, pois que, nos termos da lei, podia dispor em situação de emergência (por ele declarada), dos elementos de força existentes.

A situação futura do Malawi poderá assim ter graves repercussões em Moçambique, pois que se hoje, dentro do regime “estável” do Dr. Banda, o Malawi é um território facilmente transitável por bandos destinados a Moçambique, dado que o Governo dispõe de irrisórias forças militares e policiais para o controle do território amanhã numa transição de situação política, o Malawi tornar-se-ia numa ótima base de flanco extremamente perigosa para Moçambique, até certo ponto, porém, neutralizável se porventura se se souber utilizar contra o Malawi os argumentos sempre disponíveis que possuímos, ou sejam, as saídas para o mar, Beira e em breve, Nacala. Só pressionando, pois, fortemente o futuro Governo malawiano, qualquer que ele seja, no sentido de demonstrarmos claramente que somos os únicos detentores das saídas para o mar, poderá levar o Malawi a pensar que, tirando o chá, nenhum outro produto que o Malawi produz (milho, amendoim, café...), poderá economicamente suportar desvios de escoamento pela Tanzânia. E entre uma agonia económica e uma co-existência mais ou menos pacífica, não deve o Malawi demorar muito a decisão.

Faz-nos isto sorridentemente relembrar, o que Cecil Rhodes disse aos missionários escoceses que no século XIX “invaíram” a Niassalândia: “Deixem os Portugueses entreterem-

se com as terras pantanosas do litoral onde a malária os matará, enquanto nós vamos saboreando o ar puro das montanhas”. De qualquer modo, porém, deve ter-se sempre presente, que pela insuficiência das forças de que dispõe e que pela natureza montanhosa do território, do Malawi serão sempre possíveis infiltrações contra Moçambique.

Zâmbia – Embora a fronteira comum com Moçambique não seja muito extensa, é contudo muito apta para a infiltração de bandos armados na nossa Província. Daqui ser conveniente uma rápida análise à situação política da Zâmbia. Com um Governo de certo modo moderado, não esconde a animosidade que nos move, pelo que, um tanto encaipotadamente, vai dando auxílio à instalação dos grupos políticos FRELIMO e COREMO no seu território, com vista à infiltração pelas zonas fronteiriças do Zumbo, Maravia e Macanga.

Admite-se que a situação política não se altere e as relações com o nosso país continuem no estado actual, com tendências para piorarem, dado que a influência das relações Zâmbia-China, bem como acordos mútuos de cooperação económica (é sempre o veículo para o resto), se estão a pouco e pouco concretizando.

Rodésia – A queda da Rodésia nas mãos dum Governo de maioria negra traria para Moçambique repercussões muito graves de difícil previsão.

Tal porém não se admite que venha a acontecer, não só pela firmeza e determinação que o Governo e o povo rodesiano têm demonstrado, como também porque a África do Sul considera como limite mínimo da sua segurança estratégica a norte, o curso do Zambeze... e daí, o seu total apoio ao governo rodesiano.

Admite-se portanto que, fora pequenos incidentes, o Distrito de Manica e Sofala deve continuar com a sua fronteira Oeste protegida.

- 1.1.5 Passando agora à análise das áreas sobre as quais pretende o In alastrar a subversão activa, temos:

Distrito de Moçambique

- Área – 78 300Km².
- População – 1 500 000 hab.
- O Distrito de Moçambique constitui, quer pela sua localização a cavalo de todas as comunicações dominantes do Norte da Província, quer pelas características, religiosidade islâmica e volume da sua população, quer ainda pelo seu valor económico, o verdadeiro “pivot” da nossa presença de todo o Norte de Moçambique.

A sua população de etnia Macua constitui a etnia mais numerosa e mais predominante na Província e tem sido sujeita a variada infiltração ideológica e também a variada intimidação para alinhar com a subversão.

Além de ser uma etnia bastante homogênea, tem a seu favor dois preciosos trunfos para mais concretizar a sua homogeneidade, e que são a religião islâmica e a língua veicular da própria semente religiosa, o suaíli.

É uma etnia completamente islamizada e que utiliza o Suaíli como língua veicular, língua considerada como “língua franca” em toda a costa da África Oriental.

Acerca do seu islamismo, será conveniente salientar o que o nº 16-11 a 18Abr66-da RMM admite e que é do teor seguinte:

“Não subsistem já quaisquer dúvidas sobre o comportamento generalizado da hierarquia islâmica com a subversão. De salientar que: O Distrito de Moçambique é extremamente islamizado e a adesão dos dignatários islâmicos será susceptível de praticamente, provocar a adesão total das populações do Distrito, à causa subversiva.

No islamismo, à autoridade religiosa corresponde sempre a autoridade temporal – em grau maior ou menor – mas efectiva”.

Das áreas mais islamizadas referem-se as da Ilha de Moçambique-Lumbo e António Enes (antiga área do Sultanato de Angoche) que sempre foram tradicionais no seu arabismo não muito ortodoxo e um tanto feiticista mas firme e obstinado.

Para além do que foi citado, que por si só classifica o Distrito de Moçambique como um objectivo extraordinariamente remunerador para o In, há que salientar que o Distrito de Moçambique de parceria com o da Zambézia é dos Distritos que mais pesam em toda a Província. Primeiro produtor de algodão, caju e sisal, o desmoronamento da sua economia afectaria gravemente toda a economia moçambicana.

Distrito da Zambézia

- Área – 102 000Km².
- População – 1 400 000 hab.
- O Distrito da Zambézia com antigas, tradicionais e influentes ligações ao Malawi, dispondo da mais equilibrada estrutura económica da Província e duma população menos homogénea do que a do Distrito de Moçambique, em que predomina uma etnia tradicionalmente fraca e sem prestígio – os Lomué – e dispondo de um terreno altamente propício à guerrilha (é na Zambézia que se situam das melhores zonas de refúgio), é também um objectivo altamente remunerador para o In e onde a subversão activa, desde que instalada no vizinho distrito de Moçambique, facilmente poderá penetrar, pois que o Lomué, também islamizado, é um preto facilmente intimidável.

Distrito de Tete

- Área – 100 000Km² .
- População – 450 000 hab.
- Distrito excêntrico em relação ao corpo principal da Província, com fronteiras abertas para três territórios africanos independentes, com uma orografia difícil, falho de comunicações e de presença branca e dispondo de uma população muito heterogénea e facilmente sujeita a influências vindas do exterior, é uma área onde o In facilmente pode conduzir a subversão e onde nós teremos as maiores dificuldades, dados os factores negativos exis-

tentes e que já se citaram – excentricidade, inexistência de comunicações, orografia adversa e fronteiras abertas. Economicamente, tem reduzido valor.

1.1.6 Em face do exposto, é de admitir, na hipótese que se está considerando (a menos provável), que o In:

- Tendo demonstrado por várias vezes a sua firme intenção de alastrar a subversão;
- Dispondo duma situação política na Tanzânia, que lhe é francamente favorável;
- Dispondo duma situação política no Malawi, que não lhe sendo claramente favorável, é, contudo, incapaz de impedir os seus movimentos;
- Dispondo duma situação política na Zâmbia que também lhe dá apoio, embora não seja tão determinante como o que possui na Tanzânia;
- Contando com o mal estar e animosidade de parte da população contra a nossa presença;
- Contando com o islamismo dominante em todo o Norte da Província como excelente veículo para a infiltração ideológica e consequente apoio;
- Tendo em atenção que a infiltração e consequente apoio da etnia Macua lhe poderá dar o domínio de todas as outras etnias do Norte ainda vacilantes;
- Contando que, uma vez a subversão activa alastrada aos Distritos de Moçambique e da Zambézia, disporia de amplo apoio logístico (no tocante a subsistência), dada a riqueza daqueles distritos em recursos locais principalmente originários da agricultura, o que contrasta grandemente com a pobreza do Niassa e Cabo Delgado;

e tendo em atenção, como vem desenhando nos Sectores A e B, a sua actividade subversiva no sentido de afectar a etnia Macua, e tendo também em atenção que o alastramento da subversão activa a grandes áreas constituiria

uma espectacular arma de propaganda política, é de admitir, como se dizia, que o In alastre a subversão activa aos Distritos de Moçambique, Zambézia e Tete.

1.2. *Subversão latente*

- Considera-se a mesma hipótese admitida para a Situação Actual (meados de 1966), embora aqui e além possa adquirir maior intensificação como reflexo directo da admitida expansão da actividade operacional do In.

2. Hipótese B (mais favorável)

2.1. *Subversão activa*

Admitindo-se que a situação política do Malawi se consolide e que, por pressões do nosso Governo, o Malawi exerça um controlo mais apertado do seu território, e admitindo-se que os Distritos de Moçambique, Zambézia e Tete passem a beneficiar duma melhor ocupação militar e administrativa, pode admitir-se que a subversão activa continue circunscrita aos Distritos do Niassa e Cabo Delgado, com a verificação de incidentes nos Distritos de Tete e da Zambézia nos moldes dos já ocorridos.

2.2. *Subversão latente*

Admite-se que se vá intensificando. ”

Lisboa, 29 de Agosto de 1966

O CHEFE DA REPARTIÇÃO, INTº

Ass. Ernesto Ferreira de Macedo

Ten-Cor do CEM

CAPITULO VII

CASOS PARTICULARES DA DEFESA DO TERRITÓRIO

A questão da Rodésia e a ameaça aos portos da Beira, Lourenço Marques e Nacala

A independência unilateral da Rodésia, proclamada em 1965, provocou reacções por parte da comunidade internacional e, em especial, da antiga potência administrante, a Inglaterra.

No âmbito das várias medidas então tomadas pelo governo britânico, foi decidido que uma força naval inglesa¹ procedesse ao bloqueio do porto da Beira, através do qual se efectuavam a maior parte das exportações e importações, em especial petróleo, para aquele território.

Além desta situação “de facto” o Comando Chefe de Moçambique admitiu como possível e provável que o governo inglês tentasse criar uma base de operações aero naval para possibilitar uma intervenção armada no território da Rodésia. Para tal, e não parecendo viáveis acções a partir da Tanzânia ou da África do Sul era admissível uma acção sobre o porto e aeroporto da Beira ou, com menor grau de probabilidade, sobre Lourenço Marques e Nacala².

Como tal violação da soberania nacional não podia ser tolerada, foi decidida a oposição por todos os meios a qualquer tentativa desse tipo.

¹ Os navios referenciados na zona em Maio de 1966 como pertencentes a esta Força Naval eram:

1 Porta aviões (“Eagle”) – Este navio embarcava aviões “Gannet” e “Sea Vixen”, além de helicópteros.

2 Fragatas (F125 “Mohawk” e F109 “Leander”)

1 Destroyer (D119 “Delight”)

1 Navio auxiliar

4 Navios de apoio logístico

Além dos aviões embarcados no “Eagle” estavam baseados em Madagáscar (base de Majunga) quadrimotores “Shackleton” de patrulha marítima

(Anx B – Informações à Directiva 5/66)

² A Beira constituía com Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Porto Amélia e Nacala (talvez o de maiores potencialidades de toda a África) uma rede de portos de assinalável valor, de que era exemplo o de L. Marques, com o movimento superior aos de Lisboa e Porto em conjunto.

Quanto a aeroportos, a Beira era um dos nove preparados para receber grandes aviões a jacto, juntamente com os de Lourenço Marques, Quelimane, Nampula, Tete, Nova Freixo, Nacala, Vila Cabral e Porto Amélia.

A defesa do Porto da Beira

Para o efeito, foram difundidas pelo CCM as Directivas 1/66, de 12 de Abril, “Para a Actividade Operacional na Região da Beira”, e 5/66, de 03 de Maio “Para a defesa do Porto e Aeroporto da Beira”.

Nestes documentos era expresso um conceito de operações que consistia em:

- (1) - “Manter a todo o custo a posse do porto e aeroporto da Beira.
- (2) - Colocar-se em condições de, se necessário, inutilizar o caminho de ferro e a estrada Beira - Vila Manica e o oleoduto Beira - Untáli.
- (3) - Inutilizar o caminho de ferro e estrada Beira - Vila Manica e o oleoduto Beira - Untáli, no caso do In conseguir apoderar-se do porto e aeroporto da Beira.
- (4) - Entregar ao Comando do Agrupamento Nº 25 o Comando Eventual da Defesa Aeroterrestre da Beira (COMEVBIEIRA) e fazer cooperar intimamente com aquele comando o Command Task Group 133 (CTG) 26.7 em operações nas águas da Beira.”
Para o efeito, o COMEVBEIRA deveria:
 - (a) - “Estabelecer os necessários sistemas de vigilância e defesa aeroterrestre, de acordo com o expresso no conceito atrás referido, e com a cooperação do CTG 26.7³.
 - (b) - Utilizar os meios terrestres e das forças armadas postos à sua disposição, com base na seguinte atribuição mínima:
 - Defesa fixa do porto: 1 CCaç e 1 BAC (Bateria de Artilharia de Costa).
 - Defesa do aeroporto: 1 CCaç Páras, a PA (Policia Aérea) da BA 10 e 1 Pel AA (Pelotão de Artilharia Anti-Aérea).
 - Defesa móvel efectiva das praias e áreas de desembarque aéreo e reforço eventual das defesas fixas: três destacamentos móveis, cada um de valor de 1 CCaç Páras, 1 Pel Rec e 1 Pel AC.
 - Reservas: outros meios das Forças Armadas normalmente estacionados na Beira, ou que venham a ser-lhe atribuídos.

³ CTG – Command (ou Commander) Task Group 26.7 – Comando(ou Comandante) de Grupo Naval. Força desmembrada logo que cumprida a missão para que haja sido criada. Pode contudo ser alterada a sua composição no decurso da acção (durante o cumprimento da missão); 26.7, identificação numérica. Este Comando era constituído por navios nacionais.

- (c) - Estudar e preparar a inutilização do caminho de ferro e estrada Beira - Manica e do oleoduto Beira - Untáli, nas condições expressas naquele conceito de operações.”⁴

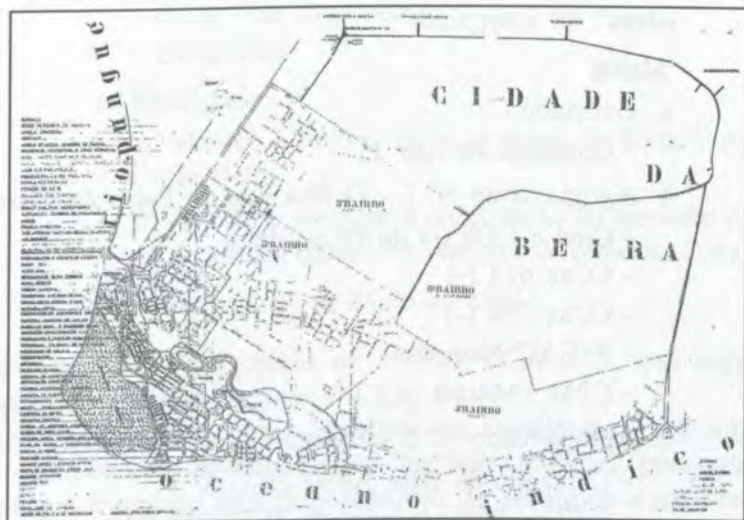


Figura 1 – Planta da cidade da Beira

Os meios afectos à defesa da Beira foram os seguintes:

- Exército

O Comando Eventual da Defesa Aero-terrestre da Beira, o Comando do BCaÇ Beira, a CCaÇ 613 (-), a CCav 754 (-), o ERec Vila Pery, o Comando do GAC Nampula, 2 BAC, 1 Pel a 6 b.f. de AA 4 cm (a receber da RMA) e elementos de Engenharia.

- Força Aérea

O Comando do BCaÇ 31, as CCaÇ Páras 32, 33, e 34, 2 CCaÇ Páras (a receber da 2ª RA⁵), Polícia Aérea da BA 10, meios aéreos da BA 10 (PV2 e T6) e 6 aviões F-84⁶ (a receber da 2ª RA).

⁴ Directivas 1/66 e 5/66, de 12Abr e 03Mai, do CCM.

⁵ 2ª RA – 2ª Região Aérea – compreendia Angola, S. Tomé e Príncipe e Guiné, com Comando em Luanda.

⁶ Republic F-84G. Foi o primeiro jacto de combate da Força Aérea. Foram recebidos 50 em 1953, ao abrigo de programas da NATO. A partir dos primeiros anos da década de 60, os aviões remanescentes constituíram a Esquadra 93 da BA 9 em Luanda. (“Os aviões da Cruz de Cristo” – Mário Canongia Lopes e outro – Dinalivro – Lisboa)

Em Abril de 1966 a BA10 (Beira) foi reforçada com 6 F84-G e 2 P2V5 Neptune vindos da BA9 (Luanda). Este reforço durou cerca de seis meses.

(A Guerra do Petróleo – Maj Pil Av Adelino Cardoso – Mais Alto – Novembro/Dezembro 2006).

- Comando Naval

TG 26.7 (já em operações)

(d) - A articulação das forças atribuídas, conforme a OOp “Sacripanta” foi a seguinte⁷:

“Meios

a. Comando

- Comando de Agr 25

b. Agrupamento Nº 1 - Defesa fixa do Porto da Beira

- Cmd e CCS (-) do BCaÇ Beira

- CCaÇ 613 (-)

- CCav 754 (-)

- 3ª/GAC Nampula

- CPM 1444 (-)

c. Agrupamento Nº 2 - Defesa fixa do Aeroporto

- Comando da Base Aérea (BA) nº 10

- 2 CCaÇ Páras (vindas da 2ª Região Aérea - Angola)

- 1 Companhia Polícia Aérea

- 1 Pel AA de 4cm (vindo da RMA⁸)

- 1 Pel AA, de 20 m/m (vindo da RMA)

- Meios aéreos-6 F-84 G; 4 PV-2 C; 8 T-6; 2 P2V5

d. Agrupamento Nº 3 - Defesa móvel das praias e locais de lançamento de para-quedistas

- Cmd BCP 31 (vindo da RMA)

- 3 CCaÇ Páras (vindas da RMA)

- 1ª/GAC Nampula

- ERec Vila Pery

- 1 Pel Can S/Rec (vindo da RMA)

e. Destacamento de Engenharia - Destruições

- Destacamento de Engenharia do Centro

- Pel Sap/BCaÇ Beira

- Pel Sap/BCaÇ 1872

⁷ História da Unidade / Cmd Agr 25.

⁸ Região Militar de Angola.

f. Reserva

- Cmd e CCS (-) do BCac 1872
- CCAç Vila Manica
- CCAç Vila Gouveia
- CCAç Tete

e. Finalidade

- a. Manter, a todo o custo, a posse do Porto e Aeroporto da Beira.
- b. Estudar e preparar a inutilização do caminho de ferro e da estrada Beira-Vila Manica e do oleoduto Beira-Untáli⁹.

Data início – 05 de Maio de 1966”

No fim do mês de Maio de 1966 a CCAç 613, que regressou à Metrópole, foi substituída pela 1ª CCAç Beira.

Foram difundidas várias directivas no sentido de serem intensificados, ao máximo, os patrulhamentos das Sub-Unidades, para, através de um contacto frequente com as populações, se promover a sua conquista e controlo, evitar a infiltração de bandos e propaganda In.

Com a mesma finalidade se ocuparam, com efectivos militares, Mungári e Doa, estando ainda prevista a ocupação de Vila Paiva de Andrade e Canxixe.

Em 07 de Junho foi realizado, para treino das tropas empenhadas na Op “Sacripanta”, um exercício denominado “Alvorada” com fogos reais de AA e da Força Aérea.

- f. Mais tarde, já a 26 de Setembro de 1967, o Comandante-Chefe Adjunto, através do seu Gabinete Militar, em Nampula, desenvolve o tema, através da sua Directiva Nº 6A/67. Aí, expressa a sua opinião sobre o In, dizendo que:

- (1) “É possível que uma potência estrangeira tente apoderar-se do porto e aeroporto da Beira, a fim de aí estabelecer uma base de operações para uma intervenção armada na Rodésia.

⁹ Linha da Beira – Beira – Machipanda (fronteira) – 317 Km (294 km até Vila Manica). Estrada Beira – Vila Manica, EN Nº 6, 283 Km.

No Dondo (Linha da Beira) entronca a linha que segue até Vila Nova da Fronteira, fronteira com o Malawi, na extensão de 335 Km (Caminho de Ferro da Trans-Zambézia), passando por Dona Ana de onde sai a linha de Tete-Dona Ana a Moatize, na extensão de 254, 647 Km.

- (2) Na área da Beira e suas vizinhanças o In pode:
- (a) actuar com meios aéreos e navais, dispondo de superioridade aérea¹⁰ e naval¹¹;
 - (b) efectuar desembarques, utilizando, conjuntamente ou não, forças anfíbias e heli-transportadas no valor total, aproximado, até 1.600 homens (durante o mês de Outubro poderá dispor de 2.400), dispondo do apoio de:
 - 1 - cerca de 20 helicópteros (durante o mês de Outubro, 36);
 - 2 - 4 a 8 LDM (Lança desembarque, tipo médio) e 8 a 12 LDP (Lancha desembarque, tipo pequeno);
 - 3 - eventualmente, cerca de 15 blindados (durante o mês de Novembro, 30).
- (3) Considera-se pouco provável o lançamento de paraquedistas, cuja presença não se assinala à distância útil da área da Beira.”

E atribui ao Comando Eventual da Defesa Aero-Terrestre da Beira (COMEVBEIRA) a seguinte Missão:

- (1) “Com vista a manter a todo o custo a posse do porto e aeroporto da Beira:
- (a) Estabelecer os necessários sistemas de vigilância e defesa aero-terrestre, de acordo com o exposto na “manobra”, em cooperação com o CTG 26.7.
 - (b) Utilizar, para a defesa a todo o custo, os meios das forças terrestres e aéreas postos à sua disposição, articulando-os em:
 - defesa fixa do porto, com pelo menos 1 Companhia;
 - defesa fixa do aeroporto, com pelo menos 1 Companhia, PA da BA 10 e 1 PelAA;

¹⁰ A Inglaterra dispunha em Setembro de 1967 de 34 aviões (a maior parte jactos) embarcados no Porta aviões “Eagle”

¹¹ A Força Naval era composta, na mesma época, por:

- 1 Porta Aviões
- 2 “Comando Carrier” (Transporte de Tropas)
- 2 Navios de assalto
- 8 Contratorpedeiros e Fragatas*
- 3 a 6 Navios de reabastecimento*

* Nem todos se encontravam em permanência.

- (2) Participar no estudo e preparação da interdição e destruição das pistas do aeródromo da Beira, em ligação com o Cmd da 3ª RA e o Cmd da RMM, na parte respeitante a cada um destes comandos.
- (3) Participar, em ligação com Cmd/RMM, no estudo e preparação da destruição de:
 - caminho de ferro e estrada Beira-Vila Manica;
 - oleoduto Beira-Untáli.
- (4) Estudar e preparar a localização, dissimulação e protecção das posições e forças de defesa e dos órgãos e instalações logísticas, nas condições indicadas na “manobra”.
- (5) Inutilizar e interditar as pistas do aeródromo da Beira, nas condições expressas na “manobra”.
- (6) Se o In se apoderar do aeroporto e porto da Beira, procurar entrar em ligação directa e imediata com o Comando-Chefe Adjunto para decisão da inutilização do caminho de ferro, da estrada e do oleoduto referido em (3). Se não obtiver esta ligação imediata, toma por si próprio a decisão, dentro da ideia expressa na “manobra”.

No documento atrás referido, dizia-se ainda que o comando do Agrupamento estacionado na Beira deveria constituir um comando conjunto aero - terrestre - COMEVBEIRA - do qual faria parte o Comando da BA 10 e por intermédio do qual seriam accionados, operacionalmente, os meios aéreos postos à disposição do COMEVBEIRA e, bem assim, os meios terrestres da defesa do aeródromo da BA 10, de acordo com as directivas, ordens e instruções do COMEVBEIRA, que continuava a exercer as funções do CTC, no âmbito da RMM; e que o COMEVBEIRA ficava sob o Comando Operacional directo do Comando-Chefe Adjunto.

Posteriormente, em Instruções Nº 6A - 1/67 (Aditamento à Directiva Nº 6A/67) especifica-se que:

- “1 - No caso do In se apoderar do aeródromo e porto da Beira, apesar de todos os esforços da defesa em contrário, deveria o COMEVBEIRA, em última instância:
 - a - Impedir, ou, no mínimo, demorar a progressão do In em direcção à Rodésia, executando uma acção retardadora ao longo do eixo Beira-Vila Manica e inutilizando o caminho de ferro e a estrada Beira-Untáli.

b - Impedir, segundo o mesmo eixo, a utilização do oleoduto, em especial, assegurando a destruição das partes essenciais das estações de bombagem.

2 - Para tal efeito, o Cmd RMM e o Cmd 3ª RA, em ligação com o COMEVBEIRA, deveriam prever e planear todo o seu apoio possível a este último comando.”

Os meios afectos à defesa da Beira seriam, agora, os seguintes:

“ 1 - Do Exército

- 1 comando eventual de defesa aero-terrestre da Beira
- 1 comando de batalhão (Cmd BCaÇ 16)
- 2 companhias (2ªBCaÇ 16 e CCav 1505)
- 1 esquadrão de cavalaria (ERec 3)
- 1 comando de GAC (Cmd GAC 6)
- Os meios de artilharia de campanha disponíveis na Beira
- 1 pelotão de Artª AA a 6 bf de 4 cm (Pel AAA 1108)
- 1 pelotão de Canh S Rec (PC S/R 1202)
- 1 companhia de PM (-) (CPM 1573)
- 1 destacamento de engenharia
- Meios de reforço previstos:

Numa 1ª fase: 1 BCaÇ a 3 companhias (em princípio, Comando e CCS do BCaÇ 20 (VilaPery); CCaÇ VG (Vila Gouveia); CCav 1508 (Murrumbala); CArt 1513 (Mutarara)).

Posteriormente: 2 companhias das forças de intervenção do Cmd RMM e outros meios a indicar oportunamente.

2 - Da Força Aérea

- 1 comando de base aérea (COM BA 10)
- 1 comando de BCaÇ Páras (Cmd BCaÇ Páras 31)
- 2 CCaÇ Páras
- Polícia aérea BA 10
- Meios aéreos da BA 10
- Meios de reforço previstos:

Numa 1ª fase: 2 companhias de para-quedistas

Posteriormente: a indicar oportunamente

3 - Da Armada

- 1 comando de defesa marítima (COMDEFMARBEIRA)
- TG 26.7 (2 fragatas)
- eventualmente, outros meios de reforço conforme a evolução da situação.”

g. Dado que a situação parecia ter evoluído, levando o CCM a alterar a atribuição de meios à disposição do COMEVBEIRA e de acordo com o estipulado em l.b. da nota 2289/C de 21 de Dezembro de 1967 do CCMAAdj, o COMEVBEIRA elabora e submete a aprovação o Plano de Operações nº 6 (Safardana 3º), actualização e conversão em um só, dos planos Safardana 1º e 2º anteriormente elaborados por si, apresentando as seguintes diferenças fundamentais conforme a nota 10/CEB de 16 de Janeiro de 1968 do COMVBEIRA:

“1º. Um plano único, para evitar possíveis confusões.

Os diversos agrupamentos têm sempre a mesma missão; as unidades de reforço integram-se à medida que chegam aos agrupamentos existentes, reforçando-os. Isto confere mais elasticidade ao plano permitindo manter o mesmo esquema sejam quais forem os meios existentes.

2º. Atribuição de missão ao BCaÇ de Vila Pery (BCaÇ 1889) logo de início, com vista a tornar independente a acção retardadora dos resultados da luta na Beira.

3º. Acção retardadora por resistência a todo o custo, como consequência de deficiência de meios, de nível operacional das NT e da enormíssima disparidade entre a capacidade dos meios de manobra e armamento do In (em especial helicópteros) e os nossos.

4º. Atribuição ao Agrupamento B de meios AA e colaboração das fragatas na defesa antiaérea do porto, por ser manifestamente impossível fazer durar uma resistência sem um meio activo de reacção AA.

5º. Atribuição a núcleos diferentes das funções de reserva e intervenção, de acordo com a directiva, concedendo ao 2º. meios que lhe confirmam possibilidades de fixar e contra atacar com maior potência.”

Sugeria ainda o COMEVBEIRA que a Companhia das FI¹², a ceder pelo COMRMM, fosse uma CCmds e que a sua chegada à

¹² Forças de Intervenção.

Beira tivesse prioridade sobre qualquer outra de reforço, a fim de se dispor, desde o início, de uma tropa apta a emboscar e flagelar a força In, nas melhores condições.

Referia, nomeadamente, o Plano de Operações N° 6 “Safardana 3°” de 13 de Janeiro de 1968

3. “EXECUÇÃO

a. Conceito de operação

b. Agrupamento A

- (1) Em colaboração estreita com o CTG 26.7, reconhece o Canal de Moçambique, especialmente na região do estuário do rio PUNGUÉ, por forma a detectar as alterações dos meios navais ingleses (reforço e atitude) e a aproximação de meios aéreos e navais inimigos.
- (2) Organiza a defesa em todas as direcções na área Aeroporto - Base Aérea, que defende a todo o custo, captura ou destrói todos os meios aéreos In que tentem desembarcar ou aterrar sem autorização e interdita as pistas de aterragem.
- (3) Em ligação com a 3ª RA participa no estudo e preparação da interdição e destruição das pistas do aeroporto. Liga-se para o efeito com o Destacamento de Engenharia.
- (4) Na iminência de ataque In, procede à dispersão dos meios aéreos existentes na Beira, especialmente de transporte.
- (5) Na iminência do In se apoderar do aeroporto, destrói as pistas conforme o plano previsto.
- (6) Prepara-se para receber o reforço de 1 a 2 CCaç.

c. Agrupamento B

- (1) Organiza a defesa em todas as direcções no porto, que defende a todo o custo, tendo em especial atenção a estação de bombagem do oleoduto e os cais de acostagem cuja utilização interdiz.
- (2) Na iminência do In se apoderar do porto e (ou) da estação de bombagem, colabora com o Dest Eng na destruição desta.
- (3) Prepara-se para receber o reforço de 1 a 2 CCaç.
- (4) Contacta com o CTG 26.7 no sentido de coordenar com este a protecção anti-aérea do porto.

d. Agrupamento C

- (1) Monta e mantém um sistema de vigilância permanente que permita detectar imediatamente qualquer tentativa de desembarque In entre o porto e Macuti, e as praias a NE até 5Km.
- (2) Prepara, em colaboração com as forças militarizadas e voluntários, a manutenção da ordem pública na cidade da Beira, assumindo o seu comando à ordem deste.

e. Agrupamento D (defesa móvel)

- (1) Inicialmente:

Reunida na zona dos quartéis de Matacuane prepara planos de contra-ataque às áreas mais prováveis de desembarque aéreos ou navais.

- (2) Concretizado um desembarque In:

Actua rápida e violentamente contra o In desembarcado até o capturar ou aniquilar.

Em desembarques simultâneos, prioridade aos vindos do ar.

- (3) Posteriormente (à ordem):

Em caso de insucesso reforça com 1 Comp de Páras o Agr A, com 1 CCaç o Agr B e, com os restantes efectivos, passa à reserva.

f. Agrupamento E

- (1) Ocupa, organiza e defende a todo o custo as pontes rodoviária e do caminho de ferro do rio Pungué, interdizendo ao In a sua utilização.
- (2) Apoia o destacamento de Engenharia na preparação e destruição das mesmas e da estação de bombagem de Maforga.
- (3) Após a execução das destruições pela Eng, bate pelo fogo o obstáculo criado.
- (4) Procura retardar o mais possível o In sobre o eixo ponte do rio Pungué-Vila Manica.

g. Reserva

Inicialmente na zona do porto.

Preparada para, à ordem, efectuar operações de guerrilha, com efectivo até 1 Comp. fora da ZA do Agr C.

Prevê, a organização de cinco posições defensivas em locais a indicar por este Comando.

h. Artilharia

(1) Missão

- Inicialmente em A/C¹³:

Bate as áreas de desembarque

- Posteriormente, à ordem:

Passa ao A/D¹⁴ dos núcleos de resistência na defesa dos quais se integra.

(2) Articulação:

- Inicialmente 3 Btr a 4 b.f.:

Btr 1 - Na área do Aeroporto em condições de bater as praias a NE do Farol Macuti, as picadas a Este do Aeroporto e as saídas da cidade na zona do hipódromo.

Btr 2 - Na área do porto em condições de bater as praias a Oeste da Praça do Império e os cruzamentos da Rua Krusse Gomes.

Btr 3 - Em condições de bater as praias entre a Praça do Império e o Farol Macuti.

- Posteriormente, à ordem:

Btr 1 - É reforçada c/2 b.f. da Batr 3

Btr 2 - É reforçada c/2 b.f. da Batr 3

Btr 3 - Dissolve-se em proveito das Batr 1 e 2.

(3) Plano de fogos

i. Destacamento de Engenharia

(1) Apoia o COMEVBEIRA na organização de defesa, tendo em especial atenção:

(a) O A/D às defesas fixas do porto e aeroporto e para o que coordena com os Agr A e B.

¹³ A/C – Acção de Conjunto.

¹⁴ A/D – Apoio Directo.

- (b) O estabelecimento de barragens de minas anti pessoal e anti carro sobre as picadas de acesso às praias de Macuti, RLuis, Nhangau, coordenando com o Agr D para o efeito.
- (2) Promove o estabelecimento do plano de destruições para a inutilização das vias de comunicação (rodoviária e ferroviária) Beira-Vila Manica e das estações de bombagem do oleoduto Beira-Untáli, participando no respectivo estudo e preparação.
Liga-se com os Agrs B e E para o efeito.
Da mesma forma, liga-se com o Agr A para o estabelecimento do plano de destruições nas pistas do aeroporto.
- (3) Executa as destruições preparadas à ordem expressa do Comandante do COMEVBEIRA e em coordenação com a acção retardadora, para o que:
 - (a) Se coloca em contacto directo com ele logo que tenha conhecimento da aproximação do In;
 - (b) Liga-se com o Com Agr A para a inutilização das pistas do aeroporto;
 - (c) Liga-se com o Com Agr B para a inutilização da estação de bombagem do oleoduto no porto da Beira.
 - (d) Coordena com o Com Agr E para a inutilização das vias de comunicação Beira-Vila Manica e da estação de bombagem na Maforga, e, em 2ª prioridade, a destruição dos pontões a Norte das Pontes do Pungué.
- (4) Plano de Barragens
- (5) Plano de Destruições

j. TG 26.7

- (1) Além das suas missões específicas:
Presta apoio Anti-aéreo ao Agr B na defesa do porto.
Reforça, eventualmente, o Agr B com os seus efectivos desembarcados.

l. Instruções de coordenação

.....

4. ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

5. COMANDO E TRANSMISSÕES

a. Comando

(1) PC/COMEVBEBIRA:

- normal: no CTC
- alternativa: móvel, a indicar oportunamente.

(2) Unidades:

- a indicar por estas nas suas OOp.

b. Transmissões

(1) Plano de Comunicações

ANEXO

Composição e Articulação das Forças ao Plano de Operações Nº 6 “Safardana 3ª” de 13 de Janeiro de 1968

1. AGRUPAMENTO A

- Comandante e Comando da BA 10 (nos seus impedimentos o Cmd do BCP 31)
- 2 CCaç Paras (1 só após a dissolução do Agr D - defesa móvel)
- PA/BA 10
- Pel AAA 1108 (-)
- Meios aéreos disponíveis da BA 10
- 1 Btr Art do GAC 6 (à ordem)
- Pel de Cav ACar de 5,7 (a 4 b.f.) da CPM 1753

2. AGRUPAMENTO B

- Comandante, Comando e CCS (-) do BCaç 16
- 2ª/BCaç 17
- 2ª/BCaç 16 (só após a dissolução do Agr D - defesa móvel)
- 1 Btr Art/GAC 6 (à ordem)
- Pel CSR 1202 (- 2 Sec)
- 2 Sec/Pel AAA 1108 (a 2 b.f., 4 Autmetr e 2 Met AA 12,7)

3. AGRUPAMENTO C

- Comandante e Comando (-) do GAC 6
- CPM 1753 (-)
- PSP da BEIRA
- Polícia do Porto e Caminho de Ferro da Beira
- Guarda Fiscal
- OPVDC
- Remanescente do pessoal das Unidades

4. AGRUPAMENTO D (defesa móvel)

- Comandante: 2º Cmdt do BCaç 16 (- CCS)
- 2ª/BCaç 16
- 1 CCaç Paras
- ERec 3
- 1 Sec/Pel CSR 1202

5. AGRUPAMENTO E

- Comandante, Comando e CCS do BCaç 1889
- CCaç Vila Gouveia
- 1 Sec/Pel CSR 1202

6. DESTACAMENTO DE ENGENHARIA

- Comandante e Comando do DEC¹⁵
- DEC
- Pel Sap/BCaç 16

7. ARTILHARIA

- Comandante: o Of Operações do GAC 6
- 3ª/GAC 6 (a 4 b.f.)
- 2 Btr Ev/GAC 6

8. RESERVA

- Comandante: 2º Cmdt do BCaç 16 (só após a dissolução do Agr D - defesa móvel)
- ERec 3 (só após a dissolução do Agr D - defesa móvel)
- 1 CArt 1513 (Mutarara)
- 1 CCav 1508 (Morrumbala)
- 2 CParas
- 1 DFE
- Outros reforços.

Esta situação, como vimos, estendeu-se ao longo dos anos de 1966, 1967 e 1968 e evoluiu, nos anos seguintes, de acordo com o grau de ameaça representado pelas intenções expressas pelo Governo Britânico.

A defesa do Porto de Lourenço Marques

No que respeita a Lourenço Marques¹⁶, admitia-se, como possível, que a Grã-Bretanha, dispondo ainda de forças militares na Suazilândia, procurasse, a partir deste território, penetrar em Moçambique e dirigir-se a Lourenço Marques para, em conjugação, ou não, com desembarques aeronavais, estabelecer uma base para intervenção armada na Rodésia. Sabia-se que as forças inimigas eram da ordem de um batalhão de infantaria reforçado com 8 autometralhadoras e 4 Can S Rec (75 ou 105 m/m).

¹⁵ Destacamento de Engenharia do Centro.

¹⁶ Ligada, por caminho de ferro, através de Ressano Garcia, à República da África do Sul.

As Directivas Nº 6 e 7/66 do CCM estabeleciam instruções no tocante às medidas a tomar, atribuindo as seguintes missões:

- À RMM

- “(1) Procurar detectar o movimento das forças inimigas logo a partir das proximidades da fronteira com a Suazilândia.
- (2) Com as forças estacionadas em Boane e Namaacha e não atribuídas ao COMDELM (Comando de Defesa de Lourenço Marques) preparar e executar a barragem das direcções Namaacha - Lourenço Marques e Goba-Lourenço Marques, de acordo com o exposto na “manobra”.
- (3) Preparar e executar a retirada das forças empenhadas na defesa e sua reunião com as do COMDELM.”

O Dispositivo consta da fig. 3.

- Ao Comando da 3ª Região Aérea:

“Com os meios aéreos disponíveis prever e preparar o apoio das forças terrestres na defesa das posições defensivas dando prioridade às acções de cooperação referidas na Directiva Nº 6/66.”

As forças retiradas das posições defensivas passariam ao comando operacional do COMDELM logo que se encontrassem a Este do rio Matola.

A estas preocupações corresponderam os planos de operações “Dragão Branco”, para a defesa de Lourenço Marques no caso de acções de origem subversiva e “Ouro Negro” em caso de ataque do tipo convencional ao Porto e Aeroporto de Lourenço Marques.

O COMDELM havia sido criado pela Directiva nº 10/65, do Gab. Militar/CCM, de 22 de Dezembro de 1965, que lhe atribuía a missão de organizar e conduzir a defesa da capital, fazendo face à subversão e seus agentes, impedir acções de carácter violento e prever medidas para evitar acções de carácter generalizado e em força sobre a mesma.

O COMDELM, além dos seus meios próprios, disporia da colaboração:

- dos Comandos da RMM, CNM e 3ª RA;
- dos meios do Exército, Marinha e Força Aérea, destinados a cooperar na defesa, os quais coordenaria operacionalmente;
- dos Comandos dos Corpos da PSP, GF e OPVDC e dos meios respectivos, postos sob o controlo operacional para o efeito;
- da Comissão Distrital de Informações do SCCIM (Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique) e da PIDEM, no campo de informações de interesse para a defesa de Lourenço Marques.

A ZA de responsabilidade atribuída ao COMDELM abrangia¹⁷:

- Foral de Lourenço Marques
- Matola - rio
- Machava
- Benfica
- Mahotas

A defesa do porto de Nacala

O CCM considerava ainda, por essa ocasião, que existia o risco de possível desembarque de forças estrangeiras por meios aéreos na região de Nacala, com o fim de ocuparem o aeródromo ali existente. Considerava, porém, esta ameaça em grau de probabilidade inferior às da Beira e de Lourenço Marques.

Para tanto, pretendia estabelecer um sistema de vigilância que permitisse detectar a aproximação de meios aéreos à região de Nacala e defender o seu aeródromo, por meios activos e passivos, contra possíveis tentativas de desembarque directo sobre a faixa de aterragem ou de heli-transportados nas proximidades do mesmo.

Na Directiva Nº 2/66, de 13 de Abril, o CCM atribui ao Comando da ZIN o encargo de preparar, organizar e accionar o sistema de vigilância e a defesa do aeródromo de Nacala, utilizando, para o efeito os meios terrestres da força de intervenção do Comando-Chefe, normalmente baseados em Nacala e, se necessário, outros meios julgados convenientes; e os meios aéreos de que possa dispor, em colaboração com o Comando da 3ª RA, sem prejuízo das missões que a estes competem nos Sectores A e B.

Para cumprimento desta determinação, adoptou o COMZIN as seguintes medidas:

- fazer deslocar para Nacala uma das Companhias da força de intervenção da ZIN;
- criar obstáculos nas pistas, de modo a impossibilitar a aterragem de meios aéreos;
- vigiar o porto de Nacala e em especial os prováveis locais de desembarque de acesso mais fácil ao aeroporto;
- no caso do In conseguir desembarcar por ar ou por mar, aniquilar as forças desembarcadas, negando, a todo o custo, a ocupação do aeródromo e a sua utilização.

¹⁷ Ver fig. 4

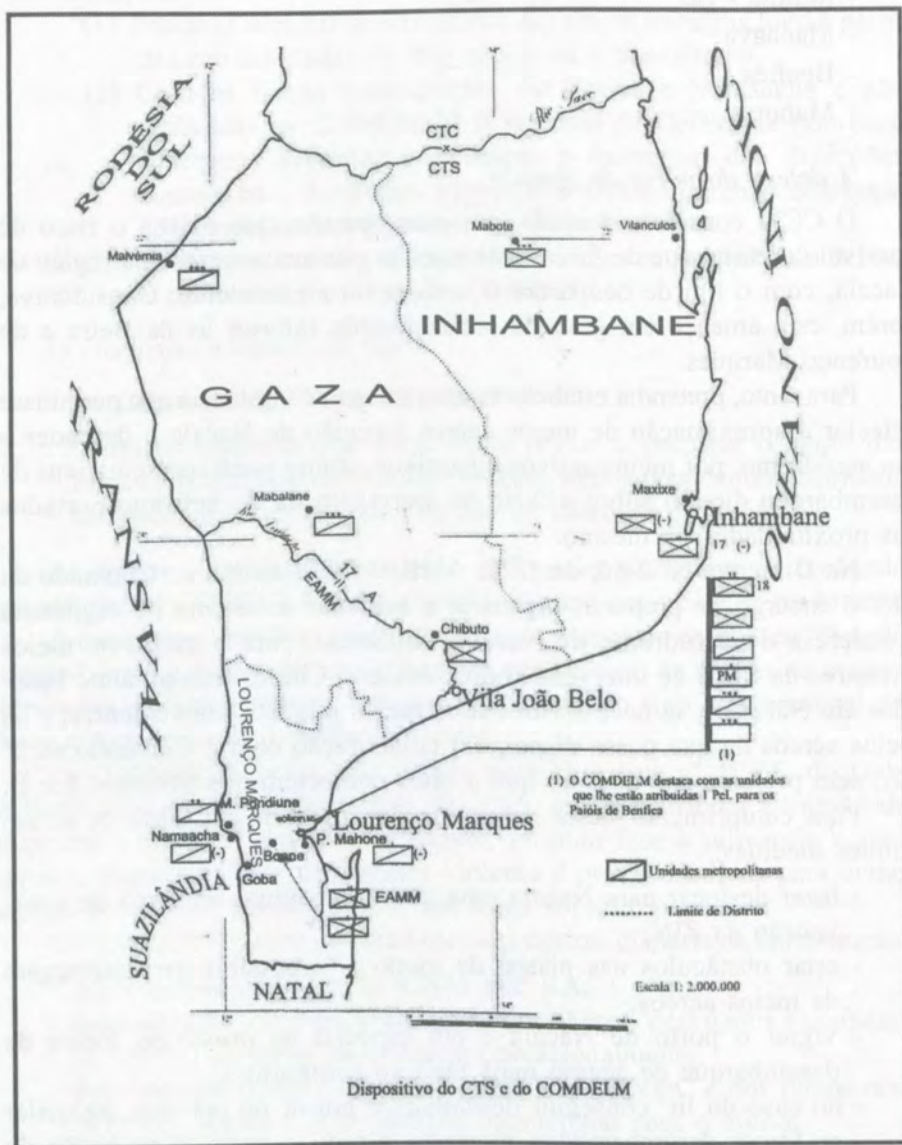


Figura 3 – Dispositivo do CTS e do COMDELM

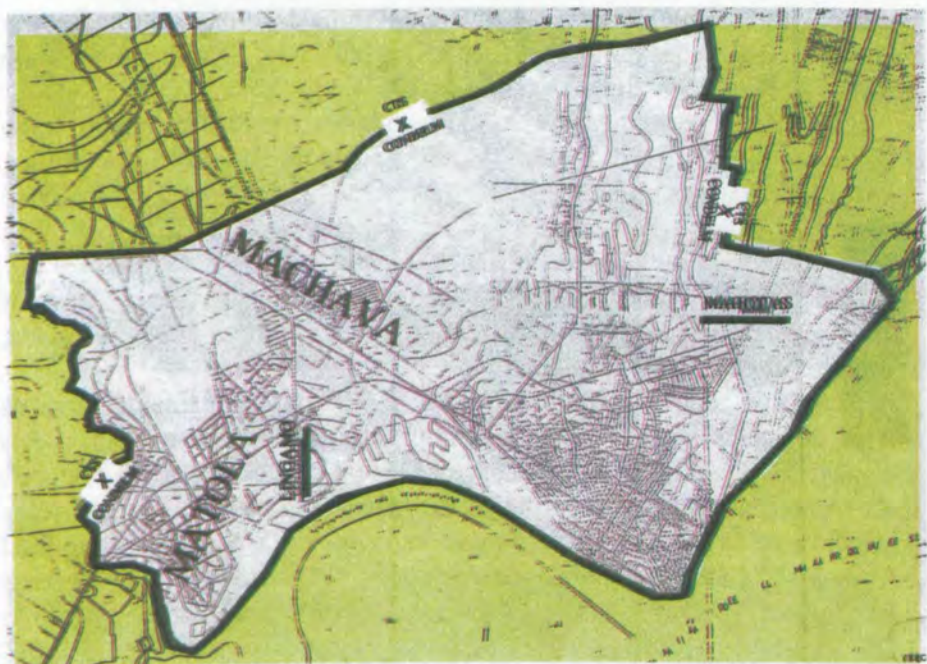


Figura 4 – Zona de Ação do COMDELM

A defesa das margens do Lago Niassa - O transporte dos meios navais¹⁸

A fronteira de Moçambique, ribeirinha do Lago Niassa, com uma extensão de 240km, era, naturalmente, bastante permeável à penetração de elementos hostis pois o lago fazia, igualmente, fronteira com o Malawi e a Tanzânia

Havia, portanto, que reforçar os poucos meios existentes não só para conseguir um patrulhamento eficaz, mas também para permitir a deslocação das Forças que tivessem que operar naquela área.

O transporte das várias embarcações destinadas ao Lago Niassa (LDP¹⁹, LDM²⁰ e LFP²¹) da Costa do Índico até Meponda, mais de 1000 quilómetros, revestiu-se sempre de grandes dificuldades e foi realizado a

¹⁸ A partir do trabalho "Transporte de meios navais da Marinha de Guerra Portuguesa para o Lago Niassa", do Cor Comando Glória Alves, Relatórios Periódicos e documentação avulsa.

¹⁹ LDP – Lancha de desembarque pequena.

²⁰ LDM – Lancha de desembarque média.

²¹ LFP – Lancha de fiscalização pequena.

partir de 1965 com a cooperação dos três Ramos das Forças Armadas, em três fases (Operações “Atum”²² - Nov/Dez de 1965, “Atum 2”²³ - Maio de 1966 e “Ruaz”²⁴ - Julho/Agosto de 1967).

Contudo, já antes de 1964 existiam embarcações da Marinha no Lago Niassa. Assim, em 1957, a lancha “Mina”, de 20 toneladas de deslocamento, foi transportada do porto da Beira, pela Trans-Zambeian Railways até Chipoka, na então Niassalândia e, posteriormente, para Metangula. Nunca foi armada e prestou serviço hidrográfico.

Em 1963, a LPF “Castor”, deslocando 28 toneladas, é transportada por caminho de ferro de Nacala até Catur e por via rodoviária até Meponda, seguindo depois para Metangula.

Em 1965, com o evoluir da situação no Niassa, intensificam-se os envios de meios navais para o lago. Em Abril e Outubro chegam, pelas mesmas vias, 3 LDP (a 107, a 203 e a 204) e é realizada a Op “Atum”. Esta Operação que envolveu meios da Marinha, Exército e Força Aérea justificava-se não só pela situação que se vivia, em especial na parte final do percurso (Catur-Meponda), mas, também, pelo maior volume e peso²⁵ a transportar. Tratava-se da LDM 404 (deslocava 58 toneladas enquanto as LDP deslocavam 18), e 3 LFP (a “Regulus” deslocando 20 ton, a “Marte” e “Mercúrio”, deslocando estas últimas 44 ton) e ainda uma lancha destinada à Administração (LP1).

Em 1966 realiza-se, em Maio, nos mesmos moldes, a Op “Atum 2” para transporte das LDM 405 e 408 e de outra lancha para a Administração (LP2).

Em 1967, em Agosto e no âmbito da Op “Ruaz”, são transportadas as LDM 407 e as LFP “Saturno” e “Urano”.

Para se ter uma ideia das dificuldades sentidas na execução destas missões, transcreve-se o artigo “Navegando do Índico ao Lago Niassa” da autoria do Capelão Grad em Cap Fragata João Soares Cabeçadas e publicado no nº 32 de Maio de 1974, da Revista da Armada.

²² Ver Cap IV.

²³ Ver Cap VI.

²⁴ Nesta Operação participou a 4ª CCmd no troço entre Vila Cabral e Meponda. Não foram encontrados relatórios desta acção por parte do Exército. Depoimento do Cor Comando Glória Alves.

²⁵ Não foi possível determinar o “peso” das embarcações mas, apenas, o seu deslocamento.



Figura 5 – A LFP “Urano” navegando no lago Niassa em 1973
(Foto do Cor Manuel Rio Carvalho)



Figura 6 – Uma LDP navegando no lago Niassa em 1973
(Foto Cor Manuel Rio Carvalho)

“Navegando do Índico ao Lago Niassa”

“Antes desta “grande operação” já tinham sido enviadas para o Lago Niassa a embarcação “Castor”, de cerca de 20 toneladas, e a “Régulus”, vedeta de plástico, também com cerca de 20 toneladas, operação que já dera alguns dados e experiência em ordem a novas viagens deste tipo.

As vedetas foram desembarcadas na baía da Ilha de Moçambique, em 9 de Setembro de 1965, de bordo do navio “Beira”.

Entretanto, os berços em que as vedetas deveriam assentar foram desembarcados no porto de Nacala e por terra foram transportados para o Lumbo, localidade situada em frente da Ilha de Moçambique, a fim de aí receberem as vedetas.

Na noite de 17 para 18 daquele mês de Setembro, nas praias do Lumbo, junto ao caminho de ferro, fez-se o primeiro encalhe de uma das vedetas, a fim de ser colocada no respectivo berço. Esta operação ofereceu tais dificuldades que os responsáveis pelo transporte das vedetas – Cami-nhos de Ferro de Moçambique – desistiram do trabalho, considerando-o impraticável. Voltou a vedeta para o mar e criou-se uma situação deveras embaraçadora.

Um engenheiro altamente influente em Moçambique e na Metrópole, que tinha assistido àquelas manobras, conhecedor da competência do senhor Águas Trindade para trabalhos daquele género, deslocou-se a Lisboa e levou instruções especiais em ordem ao Comando Naval de Moçambique assumir a plena responsabilidade de toda a operação.



Figura 7 – Transporte de Lanchas em Moçambique

O comodoro Pedro Mousinho, ao tempo capitão-de-mar-e-guerra EMQ e chefe do Serviço de Assistência Oficial, foi nomeado responsável e agregou ao seu grupo de trabalho o carpinteiro da Capitania do Porto da Ilha de Moçambique, Carlos Águas Trindade.

Tudo a postos. Nas noites de 11 para 12 e de 27 para 28 de Outubro de 1965, fizeram-se os encalhes das vedetas, a fim de as colocar nos

respectivos berços. Foi um encalhe que exigiu muito trabalho e extremamente delicado.

Foram preparadas previamente rampas, para por elas subirem as vedetas. A “Mercúrio” foi a primeira a adormecer sobre o berço que a esperava, em cima de uma plataforma dos Caminhos de Ferro de Moçambique. Seguiu-se a mesma operação para a vedeta “Marte”.

Na expressão do Sr. Águas, “iniciava-se uma odisseia através do imenso mato agreste, solitário e cheio de surpresas. Rumo: Lago Niassa; Duração: indeterminada; Probabilidades: totais, já que os portugueses eram os homens que a iniciavam”.

Foram tomadas as devidas precauções, estudados os percursos e solicitadas as forças armadas para cobertura e tranquilidade de quem iria trabalhar nas operações que surgiram nos dias seguintes.

Eis uma Companhia de Comandos pronta a enfrentar o que de algo surgisse. A força era deles; o engenho seria nosso.

A marcha do comboio teria de ser lenta, a fim de evitar qualquer sacudidela mais brusca que pusesse em perigo a segurança das vedetas.

A primeira grande dificuldade a vencer surgiu na ponte de caminho de ferro do Monapo, a meio caminho entre o Lumbo e Nampula. Aqui efectuou-se a primeira operação técnica, a qual, nas palavras do Sr. Águas, era “arriscada e cheia de surpresas”, pois as vedetas não cabiam na ponte, facto aliás já previsto. Tinham de ser levantadas cerca de dois metros acima da plataforma ferroviária, elevando os seus berços, onde elas dormiam serenamente, seguras, entregues às mãos dos homens. Colocou-se travessa após travessa até ao ponto pretendido.

Efectuou-se a passagem da ponte, empurradas as plataformas à mão, para depois de alguns metros além da ponte, voltarem a repousar nas plataformas e continuarem a viagem. Três dias se gastaram nestas manobras, que requereram cautelas e engenho. Tudo se moveu, desde o pequeno alicate até à máquina de elevado porte.

Chegados a Nampula, havia que rectificar todos os pequenos pormenores, fazer todas as previsões, solicitar máquinas, carruagens, vagões, tractores, niveladoras, ferramentas, aparelhos de soldar e recheiar a despensa, que a máquina humana também carecia de atenções.

A caravana até aqui tinha sido constituída pelo comboio, com as duas plataformas em que seguiam as vedetas e as carruagens necessárias para o pessoal mais directamente responsável pela segurança das mesmas.

Daqui em diante, por estrada, acompanhando tanto quanto possível a linha férrea, seria ela acrescida de dois autocarros com pessoal civil e trinta viaturas militares.

As guarnições das vedetas de fiscalização, incluindo os respectivos comandantes, 2º tenente José Deolindo Torres Sobral (Mercúrio) e guarda – marinha RN Manuel Abecassis (Marte), também fizeram parte da caravana.

No dia 28 de Novembro, pelas 01.00 partem os comboios – um por caminho de ferro, outro por estrada – a caminho do Catur, local onde terminava então a via ferroviária.

Pouco depois, surgia a ponte sobre o rio Mecuburi, para aí se iniciar operação idêntica à do rio Monapo. Mais adiante, operação igual na ponte sobre o rio Malema.

Em qualquer destes trabalhos, demorou-se três dias, sob um sol tórido. E Catur era o termo da viagem por caminho de ferro. (...)

Aqui tivemos uma manobra arriscada na passagem das vedetas das plataformas ferroviárias para plataformas rodoviárias.

Esta operação durou cinco dias. E assim, numa bela manhã, foram dadas as ordens de partida. Aquecidos os motores, embraiou-se e aí vamos nós vencendo lentamente quilómetros após quilómetros, numa estrada traiçoeira a prometer surpresas. Mas, estava escrito, nada teria que acontecer. Funcionava bem a ligação civil-militar. Tensos, mas seguros, todos executavam as suas tarefas. E nem os percalços técnicos foram dignos de algum relevo.

Eis-nos chegados às portas de Vila Cabral. Aí surgiu-nos a traiçoeira curva do Bispo. Sob chuva miudinha, impertinente, por meio de reboques, as plataformas passaram (...)



Figura 8 – Na passagem das pontes ferroviárias as plataformas foram empurradas à mão

Nada nos detinha. Um dia de descanso em Vila Cabral, como justo prémio para o nosso esforço, foi aproveitado para reparação de algumas avarias. No dia imediato, eis-nos a caminho de Meponda. Escoraram-se algumas pontes durante esse percurso, já que não ofereciam segurança. O certo era preferível ao duvidoso. Mesmo assim e quando se iniciava a passagem sobre o rio Manguel, já no segundo pilar, a ponte partiu-se ficando a plataforma encravada na mesma, com a vedeta prestes a tombar ao rio. Imediatamente se tomaram as medidas necessárias, construindo-se um desvio sobre o leito do rio, pelo qual nos foi possível de novo o acesso à estrada. Vencido aquele obstáculo, que exigiu esforços sobre-humanos para retirar a plataforma e respectiva vedeta daquela situação crítica, a 12 quilómetros do Lago Niassa, o atolamento de uma plataforma fez-nos perder mais três dias de trabalho exaustivo (...)

Finalmente chegamos ao Lago. Mas, nem aqui acabaram os trabalhos. O lançamento à água das unidades navais, naquelas circunstâncias, não era tarefa fácil. Havia que se inventar uma carreira, deitando mão aos fracos materiais de que dispúnhamos. Uma das plataformas iria servir de rampa de lançamento. Cinco dias foram gastos nestes preparativos. Cinco dias de trabalho febril, olhando de perto as águas do Lago, prontas a receber aquelas Unidades da nossa Armada (...)

Sustém-se a respiração. A primeira vedeta ia ser lançada.” (...) ²⁶

A defesa das linhas de caminho de ferro

Sendo Moçambique um território com extensa costa marítima, foi com naturalidade que se foram construindo linhas de caminho de ferro que permitissem a ligação com os territórios do interior, República de África do Sul, Rodésia, Swazilândia e Malawi, em especial para o escoamento dos seus produtos pelos portos de Lourenço Marques, Beira e Nacala.

A primeira linha foi construída em 1894 e ligava Lourenço Marques à fronteira do Transval, numa extensão de 88 Km.

Em 1971 o território dispunha de 3.725Km ²⁷ de via férrea, tendo as linhas principais origem nos portos de maior importância como Lourenço

²⁶ Para mais pormenores sobre este assunto consultar:

- “75 anos no mar, LFP”, 16º Volume, Comissão Cultural da Marinha, Lisboa 2005.
- CMG Gomes Ramos - “Por terras nunca dantes ...” Anais do Club Militar Naval nº 4 a 6, Lisboa, Abril/Junho de 1966
- Cabeçadas, João Soares - “Navegando do Índico ao Lago Niassa” - Revista da Armada nº 32, Maio de 1974.
- A Marinha nos últimos 40 anos (1926-1966) Ministério da Marinha 1966.

²⁷ Anuário da Província de Moçambique 1970/71 - J.ª Carvalho e Cia - Lourenço Marques - 1972.

Marques, Beira e Nacala. A evolução da situação no território veio criar a necessidade de proteger essas importantíssimas vias de comunicação com especial relevo para as linhas Nacala-Vila Cabral (em especial no troço de 154Km, Belém-Catur-Vila Cabral) e, posteriormente, por se tornar essencial à construção do empreendimento hidro-eléctrico de Cabora Bassa, a linha D. Ana-Moatize (linha de Tete) com a extensão de 254Km.

A preocupação do Comando da RMM quanto às medidas a tomar para a defesa e protecção dos Caminhos de Ferro data de 1963, ano em que foi constituída uma comissão específica para tratar do assunto²⁸ e que elaborou um relatório de que apenas há referências.

Em Junho de 1966 é emitida pelo COMZIN a “Directiva para a Defesa e Protecção do CFM”²⁹ nas linhas Nacala-Catur e Lumbo-Monapo que admitia como possibilidades do In em relação ao CFM:

- a) Utilizar o Caminho de Ferro para transporte dos seus elementos de ligação e propaganda;
- b) Sabotar ou destruir a via, tomas de água e obras de arte;
- c) Sabotar ou destruir material rolante;
- d) Atacar estações e apeadeiros;
- e) Utilizar em seu proveito os meios telefónicos de serviço, privativos do CFM que ligam entre si as estações e apeadeiros.

Para obstar a estas possibilidades do In havia que coordenar e utilizar os meios que a legislação, em vigor ao tempo, preconizava.

Transcreve-se o que sobre este assunto consta no Relatório Periódico de Operações nº 5 (já citado) e que espelha bem a complexidade e mesmo dificuldade na concretização das medidas necessárias à segurança das linhas férreas em Moçambique³⁰.

“Segundo a legislação em vigor, à OPVDC cabe a orientação, inspecção e aprovação dos planos de auto defesa das organizações de interesse público e, no caso dos CFM, indispensável à vida da Província.

Por outro lado, encontra-se determinado pelo Comandante-Chefe das FAM que às Forças Armadas compete, em ligação com as autoridades civis, organizar e melhorar a defesa dos principais centros populacionais, das actividades básicas e das infraestruturas, em especial dos CF, fazendo

²⁸ Relatório Periódico de Operações nº 5 (1 a 31 de Jul66) Pc Av/QG/RMM – Nampula.

²⁹ Caminho de Ferro de Moçambique.

³⁰ Faz-se notar que nesta época (1966) apenas havia preocupação com a linha Nacala-Catur e apenas em parte do seu percurso.

cooperar nessa defesa as Forças Militarizadas e a OPV. E, também, que ao Comando da RMM compete cooperar com o Governo dos Distritos na organização e execução das medidas de defesa e protecção das capitais de Distrito e outros centros populacionais importantes e, bem assim, na dos elementos das infraestruturas, em especial dos caminhos de ferro, sem prejuízo da sua missão fundamental de destruição dos bandos terroristas.

Atentas as considerações anteriores, o Comandante-Chefe comunicou que o Comando da OPVDC, em ligação com o Comando da RMM, deve estudar a resolução do assunto, considerando ambos os Comandos a seguinte directriz geral:

- Os CFM deverão ter a seu cargo, sob a orientação e inspecção da OPVDC, a defesa dos pontos vitais das vias férreas (especialmente pontes), parte da vigilância móvel das vias, por patrulhas de vigilância, e as medidas de segurança imediata.
- As forças do Exército, dentro de cada Sector, Subsector ou área deverão realizar:
 - A segurança afastada
 - A actividade de segurança próxima não realizada pelos “voluntários”
 - Actividades de segurança imediata (completando ou justapondo-se à acção dos voluntários) para os comboios de grande importância.

A linha de Nacala ao Catur é de uma grande extensão com elevado número de obras de arte.

Embora possuindo um número considerável de funcionários, a concentração da grande maioria em determinados locais e a grande dispersão do pequeno número restante ao longo da via (várias centenas de quilómetros), torna o problema da protecção de difícil solução.

É opinião do Comando da Zona de Moçambique da OPVDC que os CF só poderão resolver suficientemente o problema da seguinte maneira:

- Atribuição a determinados pontos – considerados pontos chave – de um mínimo de 3 zorras³¹ que se destinariam a efectuar rondas, patrulhas, transporte de pessoal para guardas, prestação de socorros, etc..
- Divisão da linha em Sectores que ficariam a cargo do pessoal desses pontos-chave.
- Atribuição de uma guarda privativa dos CF de Moçambique a esses pontos-chave, guarda essa que, em caso de necessidade, seria reforçada com funcionários dos CFM.

³¹ Viaturas de linha, autopropulsionadas, e destinadas, habitualmente ao transporte de pessoal e material para reparação da via. Mais tarde, para minimizar os efeitos das minas e emboscadas passaram a ser blindadas.

Como solução transitória, até à constituição desse corpo da guarda privativa, o serviço de vigilância e defesa ficaria atribuído aos funcionários dos CFM, conforme escalas a organizar, dentro dos respectivos sectores.

É do conhecimento deste Comando³² que o Comando da Zona da OPVDC tem actuado junto do CFM no sentido de se efectivar a parte que lhes cabe na defesa e protecção da linha, instalações e material rolante mas os resultados têm sido muito fracos e, mesmo estes, obtidos com muita lentidão apesar de estar sobejamente demonstrada a necessidade de defesa e protecção da linha férrea e material, sendo disto prova real o levantamento de uma mina junto à linha e o ataque a um comboio próximo de Catur.

As únicas medidas que os CFM tomaram foram apenas fazer seguir algum armamento nos comboios e engatar à frente da máquina um vagão metálico a partir de Nova Freixo. Parece que estas medidas estão muito longe de satisfazer as necessidades. Em 13 de Julho de 1966 foi recebido o officio nº 916 do Comando da Zona de Moçambique da OPVDC que se transcreve por dar ideia do panorama no que respeita a medidas que já deviam estar, de há muito, em vigor, mas que a maior parte ainda se encontra na fase de estudo:

- Por incumbência do Exmº Senhor Governador do Distrito, como Comandante da Zona da OPVDC, tenho a honra de informar VExª., que logo após a recepção da nota mencionada em epígrafe, foi pedida aos CFM a apresentação dos planos de auto-defesa, até ao dia 6 de Julho p.p..
- Até hoje, porém, não foram entregues os referidos planos, tendo-me, nesta data, o encarregado da Defesa dos CFM, comunicado telefonicamente que fariam a entrega até dia 14 do corrente mês, dos planos de Nampula, Iapala e Lumbo, e que o de Nacala seria entregue oportunamente.
- Sobre os planos além Lúrio-NFreixo, Belém, Catur, etc., é assunto da competência do Comando da Zona de VCabral e dos CFM.
- Continua incompreensível a atitude dos CFM, demorando além do que é normal a apresentação dos referidos planos, pelo que ao Comando Provincial da OPVDC, em Lourenço Marques, se vai dar conhecimento do facto para que sejam tomadas as medidas necessárias.

³² Região Militar de Moçambique.

A Direcção dos Serviços dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes da Província de Moçambique informou o Comando da Zona de Moçambique da OPVDC do seguinte:

- Além da vigilância de rotina efectuada pelo pessoal da via, o pessoal que for admitido para constituir uma pequena força de intervenção, reforçará essa vigilância, sempre que se faça sentir a sua acção. Esse pessoal, será admitido como praticante de via, com o vencimento mensal de Esc. 2.500\$00 com possibilidade de concorrerem a capatazes de via de 2ª Classe e ingressar no quadro privativo.

A sua missão principal será a da vigilância da linha bem como a sua defesa, onde a segurança estiver comprometida. Para isso terão de receber uma instrução detalhada e eficiente da forma como deverão actuar, pelo que os capatazes gerais dos locais onde forem prestar serviço, terão a seu cargo o pô-los em condições de desempenhar a sua missão da melhor maneira, pondo-se a par da forma como a linha deverá ser inspecionada e vigiada, quais os sítios mais vulneráveis e fáceis de sabotar, indicando as obras de arte existentes nos troços onde vão actuar e bem assim a inspecção cuidada que requerem.

Deverão ser pagos pela verba do Artº 910º do Orçamento para 1966 – Defesa Civil – Corpo de Voluntários.

- Em virtude de se tencionar admitir pessoal europeu como praticante de via e que vai exactamente actuar nos locais indicados pela OPV, não se antevê necessidade de admitir grande número de milícias nativas, pelo que se indica:

- | | |
|----------------|--------------|
| - Para Nampula | - 4 milícias |
| - Para Iapala | - 4 “ |
| - Para Lumbo | - 2 “ |

Destinam-se à vigilância nocturna das áreas ferroviárias, organizando-se patrulhas móveis que serão controladas pelo pessoal europeu.

Em Nacala, não se julga necessário admitir milícias porquanto já existe Polícia do Porto, que vai receber nesta data instruções para levar a sua vigilância a toda a área ferroviária.

- Os furgões já estão dotados com cofre de ferro para guarda do armamento estipulado pela OPV.

Quanto a zorras a dotação da DEM³³, é bastante precária, estando no entanto em curso a sua aquisição em número apreciável, pelo que, de momento, para a vigilância da linha não se pode contar com este meio de transporte.

Pede a OPV que sejam atribuídas a determinados pontos (chaves) um mínimo de 3 zorras, por ponto, o que não parece praticável (Lumbo, Nacala, Nampula, NFreixo).

- Foi sugerido pelo Comando da Zona do Distrito de Moçambique a admissão de um Adjunto de Comando para a Defesa Civil, para a DEM, motivado pela grande extensão da área ferroviária, comando e disciplina do pessoal a admitir para a vigilância e segurança do Caminho de Ferro e coordenar os meios existentes de forma a haver a maior colaboração entre Caminhos de Ferro e Comando da Zona da OPVDC, o que vai ser considerado.

A Direcção dos Serviços dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes informou este Comando³⁴ que apenas em Nampula, Iapala, Lumbo e Nacala, a auto-defesa está entregue àqueles Serviços em colaboração com a OPVDC.

Em face desta comunicação, este Comando solicitou do Comando da Zona de Moçambique da OPVDC a indicação de quem tem a seu cargo a defesa das restantes estações e apeadeiros do CFM, não só no Distrito de Moçambique como no do Niassa na certeza, porém, que as Forças Armadas só em caso de urgência, e como reforço, poderão colaborar nessa auto-defesa.

O Comando da Zona de Moçambique esclareceu a Direcção dos Serviços dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes que por força do Decreto-Lei nº 44217, a defesa da linha e de todas as instalações ferroviárias está a inteiro cargo dos CFM e não apenas em Nampula, Iapala, Lumbo e Niassa. O referido Decreto-Lei não estabelece qualquer excepção e na parte referente à Legislação da Província, nada foi publicado que estabeleça qualquer excepção. A criação (supõe-se que em 1965) de um Destacamento Percursor dos Caminhos de Ferro composto de 1 Sargento e 5 Praças e com uma missão nunca claramente definida junto dos CFM, não veio

³³ Direcção de Exploração de Moçambique. Era uma das Direcções de Exploração regionais que integravam os CFM. As restantes eram a DE de Lourenço Marques, Inhambane e Gaza, Beira e Quelimane.

³⁴ Região Militar de Moçambique.

resolver qualquer problema, antes, talvez agudizar alguns. Do mesmo Relatório Periódico de Operações nº 5 transcreve-se:

“Apresentaram-se no BENG^a N o sargento e as 5 praças que constituem o Destacamento Percussor dos CF. Foram estabelecidos contactos com a Direcção de Exploração dos CF em Nampula, tendo-se esclarecido que os CF de Moçambique não necessitam nem julgam conveniente que elementos do Exército se inteírem da localização e qualidade do material existente para reparações nas vias, nem tão pouco das suas possibilidades oficinais, pois dispõem de pessoal técnico habilitado para, em qualquer situação, garantir a operacionalidade do equipamento circulante e da via. Igualmente no que se refere aos trabalhos em curso no troço Catur-VCabral onde dispõe de brigadas com todo o pessoal técnico (engenheiros, agentes técnicos, capatazes e operários especialistas, etc.) suficiente para a garantia da conclusão dos trabalhos.

O Delegado do Director dos CFM informou, numa palavra, que os CF apenas pretendem que o Exército lhes assegure a defesa da linha, material circulante e locais de trabalho o que se julga não constituir missão primária das Forças Armadas conforme já se referiu nesta rubrica do presente relatório.”

A documentação atrás descrita ilustra com clareza as dificuldades burocráticas, económicas e até de preservação do “espaço próprio” por parte dos CFM que durante bastante tempo tornaram muito difícil a obtenção de uma segurança eficaz das linhas, em especial no Niassa e Tete.

Contudo, a evolução negativa da situação, incrementando a ameaça principalmente sobre os troços Belém-Catur-Vila Cabral (no Niassa) e Mutarara-Moatize (em Tete), obrigou a uma evolução do inicialmente previsto.

Assim, as Unidades do Exército dessas zonas foram efectivamente empenhadas na segurança próxima das vias³⁵, ao mesmo tempo que o número de milícias do CFM era aumentado e melhor enquadrado e armado.

³⁵ A partir de finais de 1971 o Batalhão, com sede em Caldas Xavier e com Companhias em Mutarara, Doa, Zobué e Moatize tinha como missão o controlo e segurança do troço da linha de Tete (Mutarara-Moatize), tendo igualmente o controlo operacional das milícias do CFM que operavam na zona. (depoimento do Cor Manuel Rio Carvalho que foi oficial de Operações do BCaç 3865).

Foram igualmente adquiridas pelos CFM zorras blindadas (algumas construídas nas suas próprias oficinas e outras compradas no exterior) e adaptados vagons ao transporte das escoltas dos comboios o que melhorou as condições de segurança mas não evitou que, em especial a linha de Tete, se tornasse um alvo preferencial da FRELIMO. A NEP SEG 2VC, da 3ª Rep/QG/RMM, de 1 de Agosto de 1967, que se transcreve parcialmente, preconizava o entendimento que, à época, se tinha da segurança das vias de comunicação.



Figura 9 – As “Zorras” blindadas em serviço na linha de Tete em 1972
(Cortesía do Sr. António da Silva Vieira, antigo militar do BCaç 3865)

Caminhos de ferro

- (1) A protecção dos caminhos de ferro garante-se por meio de medidas semelhantes às indicadas para os itinerários.
- (2) Além destas, contribui ainda para esse fim a revista de passageiros e bagagens, nas estações, feita pelos elementos de segurança próprios, reforçados, a pedido, por forças militares.
- (3) Neste caso o pessoal militar é transportado em dresinas³⁶, automotoras ou máquinas, de preferência blindadas ou devidamente protegidas, que circulam com frequência nos intervalos entre os comboios, ou imediatamente à sua frente.

Se for frequente o emprego de minas e armadilhas nas vias férreas, por parte do inimigo, é necessário que estas patrulhas – bem como todos os comboios – levem na frente um ou dois vagões plataformas ou de bordas baixas devidamente carregados com sacos de areia, a fim de exercerem sobre os carris a pressão suficiente para provocar o rebentamento dos engenhos existentes.

³⁶ O mesmo que zorras.

- (4) A escolta de comboios, variável com a ameaça inimiga, terreno, etc., poderá ser constituída por um ou mais vagões blindados ou devidamente protegidos, transportando uma subunidade da ordem da secção e dispondo de uma metralhadora.

Por exemplo: um vagão na frente, a seguir a máquina, ou um na frente e outro na retaguarda, ou ainda, um na frente, outro no centro e um terceiro na retaguarda.

- (5) No caso de comboios de passageiros, em cada vagão devem seguir duas praças encarregadas de fiscalizar o comportamento daqueles e, em conformidade com as ordens recebidas do comandante da escolta, colaborar na defesa do comboio.

Faz-se notar que a evolução da situação obrigou a que, além destas medidas, a segurança dos comboios fosse conseguida, especialmente, pela patrulhamento apeado da linha, única forma de levantar minas ou detectar outras formas de sabotagem como, por exemplo, desapertar os “tira-fundos”³⁷ ou partir carris.



Figura 10 – Descarrilamento na linha de Tete provocado por sabotagem na linha (1972)

(Cortesia do Sr. Antônio da Silva Vieira)

A conquista da população – Os Aldeamentos

Um dos princípios básicos da contra-subversão é que esta é uma luta pela população e nunca contra a população.

³⁷ Tira-fundos – Parafusos que apertam os carris às travessas da via. Quando desapertados provocam o afastamento dos carris e o descarrilamento da composição.

Uma sabotagem deste tipo aconteceu em Novembro de 1971 no troço de Nampula para Nacala da linha de Vila Cabral – Nacala, durante o transporte do BArt 2898. (Depoimento do Cor Art Esteves Virtuoso que comandava o referido Batalhão).

Sendo a população o meio em que a guerra se desenvolve, quem garantir a sua adesão evitará que o opositor nela se possa apoiar e actuar³⁸. Assim, a luta contra a subversão implica um conjunto de medidas de que se destacam, entre outras, as “medidas político-administrativas destinadas, em especial, a enquadrar a população e a assegurar o funcionamento de todas as actividades essenciais”³⁹.

No caso concreto das populações rurais africanas que, normalmente, viviam dispersas em pequenas comunidades, a aplicação de tais medidas era extremamente difícil a menos que fosse possível o seu agrupamento em comunidades de maiores dimensões onde fosse viável a implantação de estruturas de saúde, de estruturas de comércio (mesmo embrionárias), de escolas e de meios de defesa.

Este agrupamento não era, contudo, fácil de realizar, não só porque as populações estavam por tradição ligadas aos locais onde sempre tinham vivido, mas também porque não era fácil encontrar locais adequados para a reunião de muitas pessoas o que implicava, além da existência de água em abundância, áreas férteis onde pudessem refazer as suas “machambas”⁴⁰.

Em Moçambique era missão das Autoridades Administrativas a concentração das populações o que, com maior ou menor dificuldade se ia conseguindo dada a situação de conflito que já se vivia nos Distritos do Niassa e Cabo Delgado.

Porém, e para salvaguarda da segurança e controlo das populações aldeadas, eram necessárias medidas activas e passivas de protecção dos aldeamentos cuja concretização apresentava dificuldades de vária ordem.

Assim, e reportando-nos ao Distrito do Niassa onde, em 1966, o aldeamento das populações já decorria, verifica-se a necessidade de enquadrar, com pessoal militar, pois não existia outro disponível, as chamadas “Milícias de Intervenção”, organizadas pelas Autoridades Administrativas, para segurança dos aldeamentos.

Para tal, e porque era necessário definir a posição dos militares enquadrantes perante as Autoridades Administrativas e indicar quem os fornecia e em que quantitativos, preconizava-se⁴¹:

³⁸ Mao Tse Tung (ou Mao Zedong) ilustrou esta ideia com o célebre princípio “o guerrilheiro está para o povo como o peixe está para a água”.

³⁹ “O Exército na Guerra Subversiva” – Volume I (Generalidades) Cap II – Secção B, Estado-Maior do Exército, 1966.

⁴⁰ “Machamba” – Termo tradicional para designar campo de cultivo.

⁴¹ Relatório Periódico de Operações nº 3 (1 a 31 de Maio de 1966) ComZIN/3ª Rep.

“Enquadramento provisório das Milícias de Intervenção”

- Depois de devidamente estudado o enquadramento provisório das milícias civis por alguns graduados do Exército sem que a eficiência operacional das Unidades seja afectada de uma forma muito sensível e a fim de não protelar o início da instrução das milícias existentes nas várias circunscrições do Distrito do Niassa, foram dadas instruções às Unidades estacionadas nas áreas respectivas, no sentido de nomearem os graduados estritamente indispensáveis.
- Após entendimento com o Governo do Distrito do Niassa ficou assente a posição ocupada pelos graduados perante as AAdm, as quais se resumem nos seguintes aspectos:
 - a. No que respeita à hierarquia e disciplina, continuarão aqueles graduados dependentes dos seus Comandos, e os elementos das Milícias dependentes das Autoridades Administrativas;
 - b. Quaisquer atribuições de comando ou orientação a exercer pelos referidos graduados sobre as milícias, ser-lhes-ão comunicadas pela respectiva autoridade administrativa, mediante prévio acordo com a autoridade militar;
 - c. As acções a efectuar serão designadas mediante acordo entre a autoridade administrativa e o comandante do destacamento militar sempre que existir na localidade, e subordinar-se-ão às instruções já aprovadas;
 - d. Os locais e horários para a instrução e treino das milícias devem ser acordados entre a autoridade administrativa e o comandante do destacamento militar ali estacionado.
 - e. E porque o êxito da sua utilização dependerá, em grande parte, do empenho, da imaginação e do espírito manobrador de quem os accione, podem os graduados apresentar quaisquer sugestões que possam conduzir a uma resultante positiva na luta anti-subversiva em que devemos empenhar-nos em todos os domínios, mas sempre com a ideia de desenvolver ao máximo a colaboração entre as autoridades civis e as militares;
 - f. Taís sugestões devem, porém, ser apresentadas directamente às respectivas autoridades administrativas;
 - g. Igual procedimento deverão adoptar sobre quaisquer queixas ou recompensas a propor relativamente aos elementos que enquadram.

- Segundo as necessidades expressas pelo Governador do Distrito do Niassa, foram atribuídos os graduados constantes do seguinte quadro:

Postos Administrativos	Milícias de Intervenção a enquadrar	Graduados atribuídos	Unidade que fornece graduados
Litunde	10	1	CCaç 1573
Catur	10	1	CCaç 63
Mecanhelas	10	1	CCaç 61
Mandimba	10	1	Pel/CCaç 62
Belém	10	1	CCaç 62
Cobué	20	1	CCav 1507
Metangula	40	2	CCS/BCav 1879
Oliveira	20	1	CCaç 73
Maúá	10	1	CART 637
Nungo	20	1	CCaç Marrupa
Nipepe	10	1	CCav 756
Revia	10	1	CCaç 1571
Chamba	20	1	Pel/CART 636
Nantuego	20	1	Pel/CART 636
Sanga – Sede	10	1	CCS/BCaç 1870
Unango	20	1	CCS/BCaç 1470
Valadim – Sede	10	1	CCS/BCaç 1889
Milepa	20	1	CCaç 1552
Muenbe	20	1	CCaç 1553

- Os graduados, 1ºs Cabos, Furriéis ou Sargentos continuarão a vencer e a receber a alimentação a dinheiro ou géneros pela Unidade a que pertencem.”

Era mais uma função atribuída aos militares e que, embora envolvendo um número reduzido de pessoal, representava um novo encargo para o número já reduzido de Unidades que actuavam no Distrito do Niassa.

No âmbito das medidas passivas, estabeleceu-se⁴² que os comandantes responsáveis pelas áreas em que tais aldeamentos fossem construídos entrassem em ligação com as Autoridades Administrativas, forças militarizadas

⁴² Relatório Periódico de Operações nº 5, de 30Jun66, do PC/Av/RMM.

e chefes dos aldeamentos, no sentido de os aconselharem, orientarem e auxiliarem na implantação dos dispositivos de defesa baseados nos recursos e mão de obra próprios.

Nestas condições, foram aconselhadas as seguintes medidas:

- “desmatção da periferia dos aldeamentos numa profundidade até ao máximo possível por forma a desembaraçar eficazmente os campos de tiro e não oferecer abrigos ou máscaras ao inimigo;
- na zona desmatada, construção de armadilhas, em que os nativos são por vezes peritos (laços, covas com estacas afiadas e devidamente ocultas) dispostas em profundidade, de modo descontínuo e desordenado, por forma a tornar insegura a progressão;
- sistema de alarme nocturno na periferia e na profundidade da zona desmatada: fios com latas pendentes, chocalhos, cães presos;
- itinerários em número reduzido através da zona desmatada, balizados discretamente, obrigatoriamente utilizados para saídas e entradas no aldeamento e barrados à noite por obstáculos rapidamente removíveis;
- aproveitamento dos troncos de árvore provenientes da desmatção para a criação de abrigos e parapeitos de posições de tiro na orla do aldeamento;
- aproveitamento das ramagens provenientes da desmatção para, de mistura com capim seco, se fazerem piras para iluminação dos campos de tiro em caso de ataque nocturno;
- construção de postos de vigilância elevados, para alarme durante o dia;
- localização variável de postos de escuta durante a noite, afastados do perímetro defensivo;
- estudo de hipóteses de ataque provenientes de diversas direcções e de montagem rápida das posições de tiro adequadas a cada hipótese;
- localização de zonas de refúgio da população não útil à defesa em caso de ataque (dentro ou fora do aldeamento, em direcção oposta ao ataque, mas sempre a coberto dos fogos inimigos);
- nomeação de guias ou chefes para encaminhamento da população para os locais de refúgio e manutenção de disciplina, para se evitar o pânico;
- sistemas de alarme adequados e codificados (tambores, apitos, e outros);
- ensaios repetidos das medidas de defesa;
- controlo permanente da população existente;
- hora de recolher obrigatório ao aldeamento;

- se as condições de defesa dispuserem de arame farpado, convirá que este não seja disposto na orla imediata do aldeamento, mas a uma distância que permita a sua vigilância e que seja batido pelo tiro. Os acessos obrigatórios serão barrados com cavalos de friza amovíveis”.

A situação no Sector B (Cabo Delgado) era, em Maio de 1966⁴³ de veras preocupante. Transcreve-se o que sobre esta matéria constava do Relatório Periódico de Operações nº 3:

“- Recuperação das populações no Sector B

O número de pessoas recuperadas é já suficientemente elevado para suscitar atenções ao ritmo das recuperações e à situação dos recuperados.

As recuperações na área de Macomia ocasionam sérias dificuldades na integração dos recuperados em vida controlada e com um mínimo de base económica, mas não é ainda de todo impossível encontrar uma solução. (No Concelho de Macomia verifica-se a transição das áreas retiradas do nosso controlo para as áreas que controlamos).

Em Nangade, o acréscimo de recuperações resulta, em especial, da operação realizada nas regiões entre Mueda e Nangade.

Há também a considerar os recuperados que regressaram da Tanzânia para Nangade e para Negomano, em resultado de diligências que aqueles Postos conduzem no sentido dessas recuperações.

A situação dos recuperados em Nangade vem já sendo de grandes dificuldades e inconvenientes. Não se mostra possível conseguir-se criar condições de subsistência para aquela população, e só com pesados apoios do Governo do Distrito e com recolha de alimentação em machambas distantes sob protecção militar ela tem sido mantida.

É assim que o nosso controlo se exerce apenas na Sede Administrativa de Nangade, estando as áreas do Posto, mesmo as contíguas à Sede, retiradas daquele controlo, o que impossibilita trabalho de culturas em extensão proporcionada à população que se encontra nos aldeamentos do Posto.

Tenta-se aumentar a área cultivada pela população por uma extensão contínua de derrubes e preparação de terras, levada desde a perife-

⁴³ Relatório Periódico de Operações nº 3 (1 a 31 de Maio de 1966) ComZIN/3ª Rep.

ria da Sede do Posto até onde se torne necessário, contando que o trabalho agrícola se faça em adequadas condições de protecção. O caso de Mocímboa da Praia tem também graves dificuldades, pela incapacidade de auto-subsistência de vários milhares de pessoas ali recolhidas.

De qualquer forma, todo o esforço para retirar do mato a população que ali se encontra sob o controlo do In para a fazer retornar ao nosso, é útil e está no sentido correcto da luta contra a subversão. Os resultados são sempre um enfraquecimento do In, pois que é naquela população que ele se apoia.

Mas já o mesmo não sucede com o esforço para fazer regressar a população refugiada na Tanzânia. Sabe-se que esta população tem constituído pesados encargos para as autoridades da Tanzânia e que lhes são presença incómoda e perturbadora.

A transferência para o nosso território daqueles refugiados tem aspectos lisonjeiros para nós que, sobretudo internacionalmente, poderiam ter exploração de conveniência. Mas tem também aspectos negativos: aumento de possibilidades de infiltração de elementos rebeldes e, principalmente, o agravamento da situação nas sedes administrativas já carregadas de população recuperada e sem possibilidades de a instalarem e fazerem viver fora dos aldeamentos das mesmas sedes.

Um regresso maciço de refugiados seria também um desaparecimento de encargos e dificuldades para as autoridades da Tanzânia.”

Apesar de todas as dificuldades, o esforço de aldeamento das populações prosseguiu. Assim, em Novembro de 1966 o quantitativo de aldeamentos existentes era já de⁴⁴:

- Distrito de Niassa	- 40
- Distrito de Cabo Delgado	- 136
- Distrito da Zambézia	- 14
- Distrito de Tete	- 8.

A segurança destes aldeamentos era conseguida por elementos da PSP, Guarda Fiscal, Funcionários Administrativos e grupos com várias origens e níveis de instrução tais como os Cipaios Especiais, Guardas Administrativos,

⁴⁴ Relatório Periódico de Operações nº 8 (1 a 31 de Outubro de 1966) PC Av/QG/RMM, Novembro de 1966 – Anexo B.

Milícias de Protecção (com espingarda ou com canhangulo), Guardas de Fronteira, Guardas Especiais e Milícias.

É de notar que o atraso nos aldeamentos do Distrito de Tete favoreceu a actividade do In naquela área, nos anos seguintes.

Em 1969, conforme era determinado na Directiva Conjunta 1/69, de 24 de Janeiro de 1969, do Governador Geral de Moçambique e do General Comandante Chefe de Moçambique “Para a coordenação das actividades de Contra-subversão ao nível Distrito-Sector”⁴⁵, são criadas as Comissões Distritais Coordenadoras de Defesa (CDCD) que, entre outras atribuições, tinha a de “estudar e planear o reagrupamento e a protecção das populações”.

Esta medida veio dar novo impulso à construção de aldeamentos e a outros benefícios sócio-económicos.

A “Operação Fronteira”, iniciada em 1971, em Nangade (Cabo Delgado) e que, pela sua importância e complexidade é tratada em capítulo próprio, pretendia criar o aldeamento exemplar que serviria de modelo para os aldeamentos a erigir por todo o território. Em 1974, estava em vias de conclusão.



Figura 11 – Um Aldeamento

Há ainda a referir, pela sua complexidade, quantidade de pessoas a deslocar e rigor científico como foi preparado, o “Reordenamento das

⁴⁵ Ver Cap II.

Populações da área da Albufeira de Cabora Bassa” realizado pelo Gabinete do Plano do Zambeze⁴⁶.

De facto, a construção da barragem de Cabora-Bassa, criando uma albufeira com cerca de 2700km², obrigava à reinstalação de 24000 pessoas.

A execução deste reordenamento foi iniciada em 1967 com estudos e programação necessários, efectuados pelo GPZ, iniciando-se a reinstalação das populações em 1971, com fim previsto em 1974.

Definidas as “manchas de reinstalação”⁴⁷, a cada agricultor era concedida uma parcela de 5 hectares, em parte já preparada para agricultar e materiais de construção tradicionais para a edificação da sua habitação na nova aldeia.

Na constituição das aldeias, dimensionadas para um número médio de 200 a 250 famílias, foram adoptados como equipamentos sociais de base:

- 1 Escola com duas salas de aula
- 1 Posto de Socorros
- 1 Centro Social
- 1 Habitação para o Regedor
- 1 Edifício para moagem e respectivo equipamento
- 1 Armazém celeiro
- 1 Poço com fontanário
- Balneários
- 1 Eira.

Na mudança de cada família, seus utensílios, gado e produção agrícola era, normalmente, necessário utilizar 5 camiões de 5 toneladas. Por respeito pelas suas crenças era, por vezes necessário e a pedido, transferir para a nova aldeia os “espíritos dos antepassados” que poderiam “habitar” numa árvore, num tronco ou numa pedra.

No princípio da década de 1970 já estavam constituídas 11 aldeias na zona de Estima, 9 na de Mafoi-Changara e 13 na de Mutarara.

Considerava-se que as populações tinham correspondido com a sua adesão a este tipo de vivência.

⁴⁶ Em “A outra face de Cabora Bassa” – Folheto publicado pela Associação Portuguesa das Empresas do Ultramar – Lisboa – Arquivo da CECA.

⁴⁷ Uma mancha de reinstalação tinha de preencher os seguintes requisitos: Solos aptos; existência de água; concordância das populações; compatibilidade étnica entre os que já habitavam e os que iriam habitar a área; possibilidade de saneamento da zona em caso de infestação.

Defesa de Zonas Sensíveis

Em 1969 foram actualizados os planos de defesa de algumas áreas do território que, pela sua especificidade, poderiam, se atacadas, sofrer não só danos humanos e materiais mas também, e principalmente, danos psicológicos nas populações e nas nossas tropas.

As orientações para estes planos de defesa constavam de Directivas emanadas pelo QG/RMM de que se referem, como exemplo, a Directiva nº 1/69 de 22 de Fevereiro, para a Defesa de Lourenço Marques e a Directiva nº 7/69 de 28 de Outubro para a Defesa de Nampula.

Pela sua especificidade (e curiosidade), igualmente se refere a Directiva nº 5/69 de 23 de Dezembro, para a abertura oficial ao tráfego do Caminho de Ferro de Nova Guarda a Vila Cabral.

Directiva nº 1/69 de 22 de Fevereiro (Para a Defesa de Lourenço Marques contra a subversão)

“Em Fevereiro de 1969, o QG/RMM admitia que a FRELIMO, entre outras possibilidades, poderia, no Sul do território, desencadear, a prazo indeterminado, acções de terrorismo contra objectivos seleccionados, visando.

- conseguir um clima de terror na população, por forma a obrigá-la a aderir ou apoiar a subversão e a não cooperar com as autoridades legais;
- paralisar actividades e serviços importantes, designadamente transportes, comunicações, fontes de energia, indústrias e instalações militares.

As populações da região de Lourenço Marques eram consideradas extremamente vulneráveis à propaganda do In e constituíam alvo rendoso para o mesmo, tanto mais que alguns dos mais destacados membros da Frelimo eram oriundos do Sul da Província”.

Nesta conformidade, a RMM difundiu a sua Directiva nº 1/69, para a Defesa de Lourenço Marques contra a Subversão, com data de 22 de Fevereiro.

Neste documento, o QG/RMM expressa a intenção de:

- “(1) Constituir no CTS, no qual fica integrado e ao qual ficará subordinado para todos os efeitos, o Comando da Defesa de Lourenço Marques (COMDELM), como órgão de planeamento e conduta da defesa da cidade.

- (2) Preparar, em todos os aspectos, o emprego dos meios destinados à defesa, mesmo daqueles que não pertencendo normalmente à RMM lhe possam, em caso de emergência, vir a ser atribuídos.
- (3) Procurar evitar, utilizando as medidas de prevenção adequadas, o aparecimento da subversão e a criação de um ambiente subversivo por forma a não ter de recorrer à repressão armada.
- (4) Tomar disposições com vista a garantir, em permanência, a segurança da cidade, dos seus pontos sensíveis, das suas instalações e órgãos militares e civis dominantes e a manutenção dos serviços essenciais.
- (5) Actuar, em cooperação com as Autoridades Administrativas, PSP e OPVDC, sobre a população, de modo a:
 - (a) controlá-la nos seus movimentos e recursos;
 - (b) prepará-la, psicologicamente, para a aceitação de medidas de emergência a tomar em caso de necessidade;
 - (c) poder organizá-la, se aconselhável, em auto-defesa e obter a sua colaboração.
- (6) Tomar disposições para agir rapidamente contra qualquer surto subversivo que se revele, reduzindo-o pela força se necessário.
- (7) Prever a execução da defesa da cidade contra acções externas, isolando-a, se necessário, com obstáculos e dotando-a de posições organizadas.”

A directiva em questão atribui ao CTS o encargo de, através do COMDELM, organizar, planear e conduzir a defesa da cidade, utilizando todas as suas forças localmente disponíveis. É completada com três anexos; um com a referência dos meios disponíveis, outro com a constituição do pessoal do COMDELM e o terceiro com “Instruções gerais para a elaboração do plano de defesa de um grande aglomerado populacional.”

Directiva nº 7/69, da RMMoçambique, de 28 de Outubro (Para a defesa de Nampula contra a subversão)

A subversão em Nampula estava fundamentalmente dependente da evolução da actividade subversiva nos Distritos vizinhos de Cabo Delgado e Niassa e da sua possível expansão para o Distrito de Moçambique e, ainda, do comportamento da etnia Macua perante as ideias subversivas.

O In vinha tentando a contaminação das populações dessa etnia, nas áreas confinantes com os distritos de subversão violenta, mas sem resultados práticos dignos de registo.

A cidade de Nampula, encaixada no meio dos Macuas e muito distante das áreas de influência fronteiriças, não constituía um objectivo de fácil obtenção para o In. Porém, havia notícias de que a FRELIMO teria tentado infiltrar ou feito transitar por Nampula alguns dos seus agentes especiais.

Admitia-se que, eventualmente, o In poderia levar a efeito acções do âmbito de terrorismo urbano do sentido de provocar:

- um clima de insegurança e / ou de terror afectando o exercício das funções das autoridades existentes;
- a anormalidade de funcionamento de actividades e serviços importantes, designadamente transportes, comunicações, fontes de energia, industria e instalações militares.

Para obviar a estas acções, a RMM difundiu a Directiva Nº 7/69, para a Defesa de Nampula Contra a Subversão, de 28 de Outubro, na qual expressa a intenção de:

- “(1) Constituir no COMSEC “C”, no qual fica integrado e ao qual ficará subordinado para todos os efeitos, o Comando de Defesa de Nampula (COMDENP), como órgão de planeamento e conduta de defesa da cidade.”

Seguia-se um articulado semelhante ao da Directiva para a defesa de Lourenço Marques.

Por fim, era incumbido o COMSEC “C” de organizar, estabelecer e fazer funcionar as acções que resultavam das intenções expressas.

Directiva nº 5/69 do Gabinete Militar do Comandante-Chefe, de 23 de Dezembro, para a abertura oficial ao tráfego do Caminho de Ferro de Nova Guarda a Vila Cabral)

Terminado, em Dezembro de 1969, o último troço da linha de caminho de ferro do Norte de Moçambique, ligando Nova Guarda a Vila Cabral, urgia proceder à abertura oficial ao tráfego desse troço, garantindo a sua segurança.

Nesta conformidade, o Gab. Mil. do CCM emitiu a sua Directiva Nº 5/69, datada de 23 de Dezembro, tendo lugar a abertura em 10 de Janeiro de 1970.

Neste documento é expressa a intenção do CCM de:

- “(1) Fazer preceder a operação por uma intensificação de actividade operacional nas áreas mais sensíveis ou confinantes com o eixo geral do movimento, tendo em especial atenção as seguintes áreas:
- Área do “ Catur Malawiano “;
 - Base In “ Meponda “, a Oeste de Vila Cabral;
 - Área de Vila Cabral;
 - Área a cerca de 20 Km a NE de Nova Guarda.
- (2) Impedir a todo o custo que, durante os percursos inaugurais, possam ser infligidos pelo In qualquer baixas ou danos ao pessoal efectuando aqueles percursos, bem como ao respectivo material, equipamento e via férrea.
- (3) Assegurar a cobertura aérea da faixa ferroviária Vila Cabral - Nova Guarda de forma a englobar a fase crítica da operação.
- (4) Em suplemento e reforço da segurança a estabelecer, adoptar medidas de decepção adequadas.”

Esta “manobra” traduz-se em missões à RMM e a 3ª RA, cabendo:

à RMM

- designar o comandante da operação;
- assegurar o planeamento e a execução da operação;
- garantir a segurança terrestre, imediata, próxima e afastada do trajecto ferroviário entre Catur e Vila Cabral, exercendo o esforço no troço Nova Guarda - Vila Cabral (ver fig. 12)
- coordenar o planeamento do emprego e a cooperação das forças administrativas locais;

à RAérea:

- cooperar com a RMM;
- colaborar na segurança próxima e afastada;
- garantir, em coordenação com RMM, o acompanhamento durante o trajecto inaugural, no troço Nova Guarda - Vila Cabral, das composições ferroviárias em movimento, ou estacionadas;
- assegurar, em coordenação com a RMM, o patrulhamento da área definida pela linha geral Cantina Dias - Vila Cabral - Machomane - Nova Santarém - Belém - Massangulo - Lione - Vila Cabral, antes e durante a operação;
- prever o apoio com fogos, das Forças Terrestres;

- pôr à disposição do Comando da operação, os meios necessários para efectuar:
- RVIS, quando necessário;
- PCV, durante a fase crítica da operação.

Como medidas especiais de decepção, as mesmas seriam, segundo o esquema dado verbalmente, a cargo dos CFM, a serem confirmadas no local, oportunamente.

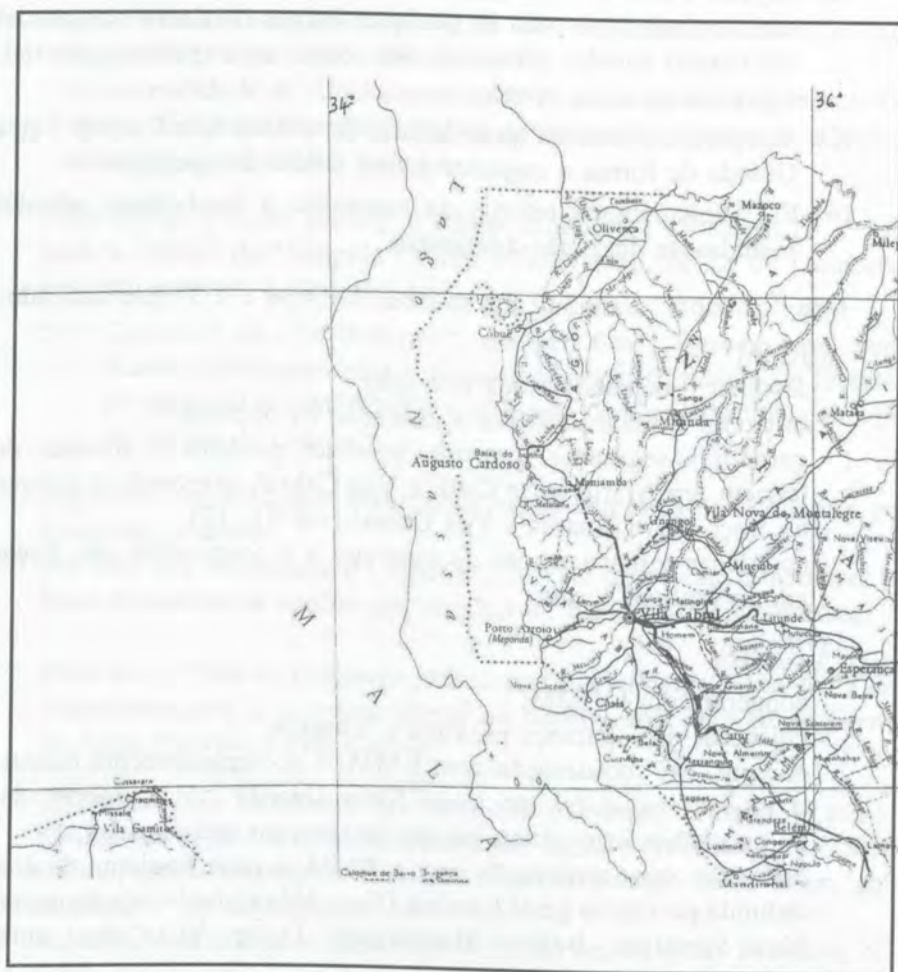


Figura 12 – Troço do Caminho de Ferro Catur – Vila Cabral

A operação tinha como nome de código “Flecha” e o seguinte calendário:

- intensificação das medidas de segurança: D-2
 - fase crítica: manhã do Dia D
 - início do trajecto inaugural: hora H do dia D
- Dia D e Hora H: a indicar verbalmente

Comando:

- PC normal: em Vila Cabral
- PCV: durante a fase crítica da operação e em condições a regular entre a RMM e a 3ª RA.

Ligação:

- a 3ª RA, em coordenação directa com a RMM, designava um oficial de ligação com a RMM, ao nível de Sector, que se apresentaria, ao Comandante da operação, em Vila Cabral.
- Estavam autorizados os contactos e ligação necessários com o Governo do Distrito, Subdelegação da DGS distrital e departamento local do CFM.

Nestas condições e conforme o acordado com os respectivos serviços:

- um delegado local do CFM apresentar-se-ia como elemento de ligação junto do Comando da operação, em Vila Cabral, em oportunidade a acordar localmente;
- em relação ao delegado local da DGS, proceder-se-ia de igual forma.

Transmissões a regular, em pormenor, pela RMM, em estreita coordenação com a 3ª RA, Governo do Distrito, CFM e DGS.

Quanto ao In, e a partir do Estudo da Situação anexo à Directiva, podia concluir-se, em resumo:

- Julgar-se que o In não se encontrava em condições de poder afectar, por forma significativa, a abertura ao tráfego do troço de caminho de ferro Nova Guarda - Vila Cabral, podendo, no entanto, realizar acções esporádicas de fraca intensidade, com o objectivo de tentar perturbar aquela inauguração, não se afigurando, contudo, viável o êxito daquelas acções, com as medidas especiais de segurança previstas.

CAPÍTULO VIII

EVOLUÇÃO DA SUBVERSÃO EM 1967 E 1968

A situação na RMMoçambique em 1967

A situação política/militar por Distritos

No decorrer do ano de 1967 a situação em cada Distrito pode ser resumida da maneira que segue:

- No Distrito do **Niassa** a subversão começa a ceder terreno substancialmente, em especial a E do rio Lugenda e nas áreas de Catur - Vila Cabral. No primeiro caso, tratava-se de Macuas que, em virtude da nossa acção, se viam livres da pressão dos Ajauas. Começa a registar-se a apresentação, em massa, de elementos das PF¹ no Sector “E” e nas áreas de Catur e Vila Cabral. Estes apresentados são Macuas e Ajauas. Começa a verificar-se, igualmente, a apresentação de alguns elementos In, armados ou desarmados.

O In agarra-se, fortemente, à bolsa de Révia - América e ao rio Lugenda.

- No Distrito de **Cabo Delgado**, a situação é estacionária. O In não consegue progredir, muito embora tente subverter a área para Sul de Macomia, onde, em vários aldeamentos, são detectadas redes de apoio ao In e redes de apoio a parentes fugidos na mata.

Por outro lado, as NF não conseguem redução apreciável da área onde o In actua. As apresentações de PF são individuais e muito reduzidas.

- Na **Zambézia**, continuaram os assaltos a cantinas, junto à fronteira.
- No Distrito de **Tete**, dá-se um agravamento da situação.

Verifica-se uma intensificação da acção violenta do In no Zumbo e Marávia, com o rebentamento, pela primeira vez, de engenhos explosivos, num total de três. A acção é essencialmente do COREMO. Começa, no entanto, a assinalar-se a presença de elementos e a acção da FRELIMO.

Os principais acontecimentos foram:

- em Fevereiro, rebentamento de uma mina em Uncanha (Zambué), accionada por uma viatura das AAdm.

¹ Populações fugidas.

- em Março foi avistado um grupo a minar a ponte de Chantaca Zambué.
- em Abril, rebentamento de uma mina na área Uncanha - Massassa, que vitimou um alferes.
- em Maio, rebentamento de uma mina na estrada Muze - (Zambué), accionada pelos próprios elementos que a montavam; em 25 há notícias de um acampamento da FRELIMO na serra de Fingoé.
- em Junho, aparecem 4 elementos armados da FRELIMO na Povoação Cambonde (Chofombo); na povoação Bicausse (Vasco da Gama), elementos armados do COREMO obrigam o chefe da Povoação a comprar cartões.
- em Agosto, registou-se a fuga de populações junto à fronteira.
- em Setembro, tendo sido capturado um elemento In na área do Zumbo, este facto leva à localização de um grande depósito de armamento que continha, entre outros artigos: 41 espingardas, 20 PM, 71 pistolas, 106 granadas de mão ofensivas, 54 defensivas, petardos, munições, documentos e publicações diversas, incluindo obras de Mao-Tse-Tung e de Che Guevara, crendo-se que esta acção constituiu um golpe decisivo nas intenções do COREMO no sentido de ampliar a luta armada; fuga de habitantes da Povoação Colone (Vasco da Gama); detectada uma célula da FRELIMO na área Tsangano, cujos membros se faziam passar por elementos da UNAMI; acções de propaganda da FRELIMO na área do PAdm de Ancuaze (Mutarara).
- em Novembro, um grupo In queima a Povoação Nhacauera (Zumbo), capturando 5 jovens; outro grupo vende cartões e rapta 4 H na área de Vasco da Gama; é morto um milícia.
- No decorrer deste ano de 1967 assinalam-se tentativas In de aliciamento dos Senas, para os quais passa a ser transmitido um programa através da rádio Tanzânia.
- Em **Lourenço Marques** são presos elementos dispersos, por se manifestarem abertamente, contra a nossa autoridade, os quais mostram um perfeito conhecimento do que se passava no Norte da Província.

O Dispositivo das Nossas Tropas:

- **Zona de Intervenção Norte (ZIN)**, correspondente aos Distritos de Niassa, Cabo Delgado, Moçambique e Zambézia, dividida nos Sectores que se indicam a seguir:
- Sector A: Parte no distrito do Niassa, limitado a Este e Sul por Chamba (incl.) - Mte Metondover (incl.) - rio Tapir - rio Lugenda - rio Luchimua - rio Luculumesi.

- Sector E: Partes Este e Sul do distrito do Niassa, limitado a Oeste e Norte pela linha referida anteriormente.
- Sector B: distrito de Cabo Delgado.
- Sector C: distrito de Moçambique.
- Sector D: distrito da Zambézia.
- **Comando Territorial do Centro (CTC)**, correspondendo aos distritos de Tete e Manica e Sofala.
- **Comando Territorial do Sul (CTS)**, correspondendo aos distritos de Inhambane, Gaza e Lourenço Marques.

Os Sectores da ZIN e os CTC e CTS eram divididos em Subsectores de Batalhão e estes quadriculados em áreas de Companhia ou Unidades equivalentes.

Protecção e Controlo das Populações

Como já foi referido (ver Cap. VII) era necessário proceder ao aldeamento das populações em locais onde pudessem obter meios de subsistência e, ao mesmo tempo, ver garantida a sua segurança.

Tal tarefa era da responsabilidade primária dos Governos dos Distritos afectados, ou ameaçados pela subversão, apoiados pelo Exército.

Assim, nos Distritos do Niassa e de Cabo Delgado os respectivos Governos continuavam a procurar soluções para tão complexo problema, o que era dificultado pelos irrisórios efectivos da quadrícula administrativa.

Por outro lado, uma vez aldeadas, as populações tinham que ser protegidas. Não havendo Forças Militares disponíveis para tal, houve que organizar Milícias dependentes das Autoridades Administrativas para garantir a segurança dos aldeamentos. Estas, contudo, teriam que ser enquadradas por elementos do Exército que lhes ministrariam instrução, e as accionariam no desempenho das suas funções.

A zona do Lago Niassa era particularmente sensível em termos de controlo das populações pelo que se procurou aldeá-las em Metangula, Chuanga, Nova Coimbra e N'Goo.

Deveriam ser atribuídas, na proximidade imediata dos aldeamentos, zonas para cultivo e estabelecidas, em volta dos aldeamentos “linhas cuja ultrapassagem seja interdita tanto para as populações como para o In”².

Em Cabo Delgado (Sector B) onde se verificava um número elevado de populações recuperadas, existiam problemas idênticos.

² Relatório Periódico de Operações nº 4 PC Av/QG/RMM, 30 de Junho de 1966.

Macomia, Nangade, Negomano, Mocímboa da Praia, eram zonas sensíveis onde era difícil encontrar meios de subsistência para as populações. Por outro lado, acentuava-se a pressão do In sobre os aldeamentos de Meluco e das zonas de Muirite e Nairoto, certamente na intenção de aproximar a zona de subversão violenta de Montepuez.

Apesar de tudo, no Anexo B ao Relatório Periódico de Operações que estamos a citar já se encontram referidos 63 aldeamentos protegidos, sendo 12 de populações recuperadas. Um estudo realizado e constante do Relatório de operações nº 4, referia que em 1966 existiam no Distrito de Cabo Delgado, aproximadamente, 560.000 pessoas aldeadas o que, comparado com as 725.000 existentes em 1964, indicava a fuga de cerca de 165.000 pessoas das quais 10.000 se teriam refugiado na Tanzânia.³

Das populações presentes, encontravam-se aldeadas cerca de 100.000 pessoas, estando em curso um plano de aldeamento para cerca de 70.000, no Concelho de Montepuez.³

De notar que a zona de Montepuez era alvo de forte acção de aliamento das populações por parte do In.

Em Agosto de 1966 começou a ser possível a substituição das forças militares destacadas em Nova Madeira, N'Goo e Messumba (Distrito do Niassa) por Milícias entretanto preparadas mantendo-se, contudo, a ocupação de outras localidades por forças militares, por indisponibilidade de Grupos de Milícias⁴. Aliás era patente "que os trabalhos de aldeamento das populações estão a efectuar-se a ritmo extremamente lento, aumentando a má vontade e a resistência passiva que as populações estão a opôr aos mesmos"⁵.

É também muito evidente a dificuldade em controlar e defender as populações quando se tinha que permitir que estas se deslocassem "ao mato" na procura de comida, já que esta não existia em quantidade suficiente nos locais onde se encontravam, como aconteceu em Cabo Delgado⁶.

Junto a Mocímboa da Praia organizaram-se dois novos aldeamentos (Quinhevo e Ponta Vermelha) que, além de aumentarem a segurança das populações aldeadas contribuíam para a defesa da própria povoação.

Em Macomia, a situação tendia para uma evolução favorável devido ao desenvolvimento da linha de postos de milícias mas, tanto em Nairoto, como no Meluco havia preocupações quanto ao estado nutricional das populações devido, em particular, às secas ocorridas e que, igualmente, tornaram alarmante

³ Ibidem.

⁴ Relatório Periódico de Operações nº 6 PC Av/QG/RMM, 31 de Agosto de 1966.

⁵ Ibidem.

⁶ Relatório Periódico de Operações nº 7 PC Av/QG/RMM, 25 de Outubro de 1966.

a falta de água, o que se procurou suprir pelo seu fornecimento às populações por meio do seu transporte em viaturas militares e das Obras Públicas.

Em Novembro de 1966 são referidos (Anexo B ao Relatório Periódico de Operações nº 8) em Cabo Delgado 99 aldeamentos protegidos, 7 núcleos protegidos e 5 aldeamentos em construção.

Estas condições permitiram uma melhor resistência das populações às acções agressivas do In sobre os aldeamentos que se mantinham com intensidade variável.

Em Dezembro de 1966 são referidos (Anexo B ao Relatório Periódico de Operações nº 9) 73 aldeamentos no Distrito do Niassa, dos quais 31 não têm protecção.

É no âmbito desta situação que o Comandante da ZIN (era o Gen Emílio Mendes Moura dos Santos) concretiza o conceito de “Postos Avançados de Milícias”, ligados a aldeamentos, ao considerar no Relatório de Operações nº 10 de 29 de Janeiro de 1966:

“A manter-se a actual actividade das NT conforme é intenção deste Comando e a consequente e progressiva implantação dos Postos Avançados de Milícias (PAv) e aldeamentos, de Sul para Norte, até ao próprio rio Messalo, julga-se que poderá ser anulada a presença do In, por lhe faltar o apoio das populações. Então, será possível passar-se a ocupar a margem Norte, primeiro com tropas a deslocar da margem Sul, já consolidada, e a seguir, com PAv de Milícias e aldeamentos.”

De facto, o dispositivo de Postos de Milícias foi iniciado nas proximidades de Macomia desenvolvendo-se depois no sentido da serra Mapé e, para Norte, ao longo da estrada 243, sempre com vista a atingir as proximidades do R. Messalo. Também veio a abranger as áreas do Quiterajo e do Mucojo⁷.

Zonas de esforço no Sector A, em 1966

O comandante do Sector A, de acordo com os outros elementos do Centro de Coordenação de Operações (CCO), elaborou um plano relativo à conduta geral da acção no Sector conforme com as Directivas da RMM⁸.

⁷ Estes postos tornaram-se em breve alvos fáceis para ataques da FRELIMO que, um a um, os foi destruindo. Referem-se como exemplo o ataque ao posto Avançado de Darumba (4002.1211) em 26 de Abril (Perintrep 18/68 QG/Av/RMM - Nampula Maio de 1968) e o ataque ao posto Abiamualo - Chai, este repellido por, ocasionalmente, se encontrar na zona uma Companhia de Paraquedistas em movimento para uma base In previamente referenciada (Relatório da Op “Viagem” da 1ª CCaç Paras/BCP 32 de 21 de Fevereiro de 1968. Depoimento do Cor Paraquedista Moura Calheiros.

⁸ Relatório de Operações nº 10 – PC/Av/QG/RMM 29 de Janeiro de 1967.

Dada a importância deste documento, a seguir se transcreve a súmula de bases, conclusões e decisões:

“1 – Premissas:

- a) A base de consolidação dos resultados da guerra subversiva e muito do sucesso das operações reside na população.
- b) Não temos meios suficientes para uma acção de controlo das populações e de aldeamentos em toda a área do Sector.
- c) Há um desequilíbrio flagrante entre estes meios e os de combate militares, não obstante as limitações dos últimos.

1ª Conclusão: Há que concentrar todos os meios adequados ao controlo da população, empregando-os em prioridade nesta acção.

O Sector A encontra-se dividido numa forma geral em 3 zonas, proporcionalmente distintas:

- 1ª zona – (Norte e margem do lago Niassa) – praticamente desabitada;
- 2ª zona – (Centro e litoral do lago Niassa) – fora de controlo, excepto alguns aldeados.
- 3ª zona – (Sul) – em disputa

2ª Conclusão: Como não é possível exercer uma acção eficaz e simultânea em toda a ZA, há que eleger uma zona de esforço.

2 – Escolha da zona de esforço.

- 1ª Zona – fora de discussão, por sua própria natureza (desabitada);
- 2ª Zona – a que exige mais meios, militares e administrativos, e mais esforço, físico e psicológico, pela natureza do terreno, etnias e estado da subversão;
- 3ª Zona – a menos extensa, mais facilmente recuperável e a que mais importância apresenta na progressão para Sul; contém além disso o itinerário principal de reabastecimento, o objectivo político mais importante (Vila Cabral), a melhor rede de vias de comunicação e o menor apoio político do exterior.

3ª Conclusão: Zona de esforço eleita: 3ª zona, a Sul do paralelo que engloba Vila Cabral.

3 – Planeamento

- 1ª Fase – obter o controlo completo na zona Sul e o seu regresso progressivo à normalidade;
- acções de corte das infiltrações nas áreas fronteiriças;
 - manter a situação física das populações na zona centro, criando dificuldades máximas à vida das não controladas;
 - acção militar visando os terroristas e a propaganda.
- 2ª Fase – manter a acção sobre as linhas de infiltração In;
- exercer o esforço de aniquilamento do In e recuperação física e psicológica das populações na zona Centro.

4 – Acção Imediata

Intensa campanha psicológica na zona Sul, no sentido do retorno das populações fugidas, em especial do Malawi e catequização das não fugidas. Facilidades máximas e exigências iniciais mínimas àquele retorno.

Primeira prioridade aos aldeamentos da zona Sul, no sentido de satisfazerem as condições iniciais mínimas de bem estar e controlo, mesmo com prejuízo dos restantes.

Localização dos mesmos com maior densidade imediatamente a Este e ao longo do itinerário Mandimba - Massangulo - Vila Cabral, e em volta desta última localidade.

Manutenção duma zona tanto quanto possível despovoada, a Oeste, da linha anterior.

Acção militar em conformidade.”

É de salientar a acção no Distrito do Niassa (Sector A e Sector E), no período de Outubro de 1966 a Agosto de 1968, do Comando de Agrupamento 1979.

Na sua actuação norteou-se por um conjunto de “atitudes” consideradas essenciais para o bom êxito da pacificação a que se propunha e que eram⁹:

- Paciência no esforço de pesquisa da informação, dia e noite, onde quer que se encontre a oportunidade na sua exploração.
- Tenacidade na pressão constante a exercer sobre o In de modo a aumentar-lhe o sentimento de insegurança e o desequilíbrio moral e físico.

⁹ Ver Barroso Hipólito, Brig Abel – A Pacificação do Niassa – Um caso concreto de contra Guerrilha Lisboa 1970.

- Durante este período foram realizadas inúmeras operações, algumas de grande êxito, recuperadas populações, destruídas muitas organizações do In, capturado pessoal e muito material, o que permitiu designar este período como o de “repulsão da actividade In no Niassa”.

LEGENDA

LINHAS DE CONTENÇÃO DE SUBVERSÃO VIOLENTA

A - OUT 66
 B - DEZ 66
 C - ABR 67
 D - JUL 67
 E - OUT 67
 F - MAR 68
 G - JUN 68
 H - AGO 68

554

Infiltrações do In no Distrito do Niassa

Considerando que a maioria das infiltrações inimigas na ZA de Mecanhelas, no Distrito do Niassa, Sector E da ZIN, era levada a efeito pela região entre os lagos Chiuta e Chirua e que o Posto Administrativo de Chirúa estava localizado cerca de 30 Km a Norte daquela zona, o Comando do Sector propôs, em 22 de Agosto de 1967, que:

- “1º nas proximidades da povoação Chingué, fôsse criada uma base temporária de Pel, pela CCaç 61, em substituição do Destacamento do Chiúta;
- 2º numa extensão de cerca de 35 Km, entre os lagos e junto à fronteira, fossem colocadas armadilhas com a densidade que as condições locais aconselhassem;
- 3º ao longo de toda a zona armadilhada fosse desmatada uma faixa de cerca de 10 metros de largura e nela colocadas tabuletas indicando que a zona se encontrava armadilhada, impedindo assim que as populações ordeiras caíssem nas armadilhas;
- 4º junto da base temporária de pelotão existisse uma passagem livre, devidamente assinalada para que as populações ordeiras pudessem movimentar-se quanto autorizadas e devidamente controladas, através da fronteira;
- 5º junto dessa passagem fosse criado um posto de Guarda-Fiscal;
- 6º com a antecedência julgada necessária, fossem feitas “banjas” explicativas pelas Autoridades Administrativas às populações da região;
- 7º as populações de Mepopo, Muala e Chingué fossem aldeadas”.

Esta proposta, depois de merecer a concordância do Governador do Distrito do Niassa ¹⁰ foi aprovada pelo Comandante-Chefe Adjunto ¹¹ com indicação para que se iniciassem “desde já” os respectivos trabalhos.

A Directiva 7A/67 de 23 de Novembro, do Comando Chefe Adjunto para a actividade operacional no Distrito do Niassa ¹²

Ao atingir os últimos meses de 1967, o In, depois de um período de expansão da zona de subversão violenta na circunscrição de Marrupa, em direcção à zona Oeste do distrito de Moçambique, e de tentativas mal sucedidas de alargamento

¹⁰ Nota Nº 729/C/67 Pº 04.0305, de 07Set, do COMSEC E.

¹¹ Nota nº 4184/C/67 Pº 344.64.1, de 16Set, do PCAv/QG/RMM.

¹² Ver Anexo A a este Capítulo.

dessa zona ao concelho de Amaramba, em direcção à Zambézia, mostrava-se pouco activo e agressivo nos últimos meses. Manifestava-se, especialmente, pela colocação de minas nos itinerários e algumas flagelações. O seu moral parecia ter sido afectado pelo prolongamento da luta e pelos revezes sofridos.

Continuava a infiltrar pessoal e material no distrito do Niassa, beneficiando da liberdade de acção e apoio que disfrutava na Tanzânia.

As Forças Armadas presentes na Província tinham sido reforçadas com a as seguintes unidades:

- um BCaç, destinado a força de intervenção do Comando da RMM;
- um Dest Fuzos Especiais, destinado a força de intervenção do Comando-Chefe;
- duas lanchas de fiscalização destinadas a actuar no lago Niassa, para onde fora também transferida uma LDM e cujo transporte, desde o litoral, organizado e protegido pela Engenharia, o que deu lugar a uma pequena epopeia face a carências e dificuldades de vária origem¹³.

Prevía-se o reforço breve de uma Companhia de Comandos destinada a força de intervenção do Cmd RMM.

Para além das necessidades noutras áreas, estes reforços permitiriam fazer intervir no Distrito do Niassa mais algumas Unidades, a acrescentar às já ali empenhadas.

Nesta conformidade e face à intenção do Comando-Chefe foram fixadas as seguintes missões:

“ a – Comando da Região Militar de Moçambique

Sem prejuízo do esforço que está a desenvolver no distrito de Cabo Delgado:

(1) Mantém a pressão sobre o In na região a Norte de Révia, de maneira a:

- evitar a expansão da subversão violenta para a circunscrição de Marrupa;
- eliminar toda a actividade In a Este do rio Lugenda;

Conjuga aquela pressão com hostilizações frequentes dos grupos In que actuam na margem Oeste do rio Lugenda, a

¹³ Foi a “Operação Roaz” realizada entre Julho e Agosto de 1967, em que foram transportadas para o Lago Niassa a partir do Lumbo as Lanchas de Fiscalização Pequenas (LFP) “Saturno” e “Urano” e a Lancha de Desembarque Média (LDM) 407. Colaboraram nesta operação, além de Forças da Marinha a 2ª Companhia de Engenharia e a 4ª Companhia de Comandos. (Ver Cap. VII)

Norte do rio Luangua, de maneira a evitar o fortalecimento da organização do In nesta zona.

- (2) Inicia, logo que possível, a redução da zona de subversão violenta a partir da circunscrição da Amaramba, até atingir a linha geral Bandece - Unango - Muembe - rio Luangua, reforçando a acção das Unidades de quadrícula, e de maneira a: (ver figura nº 2)

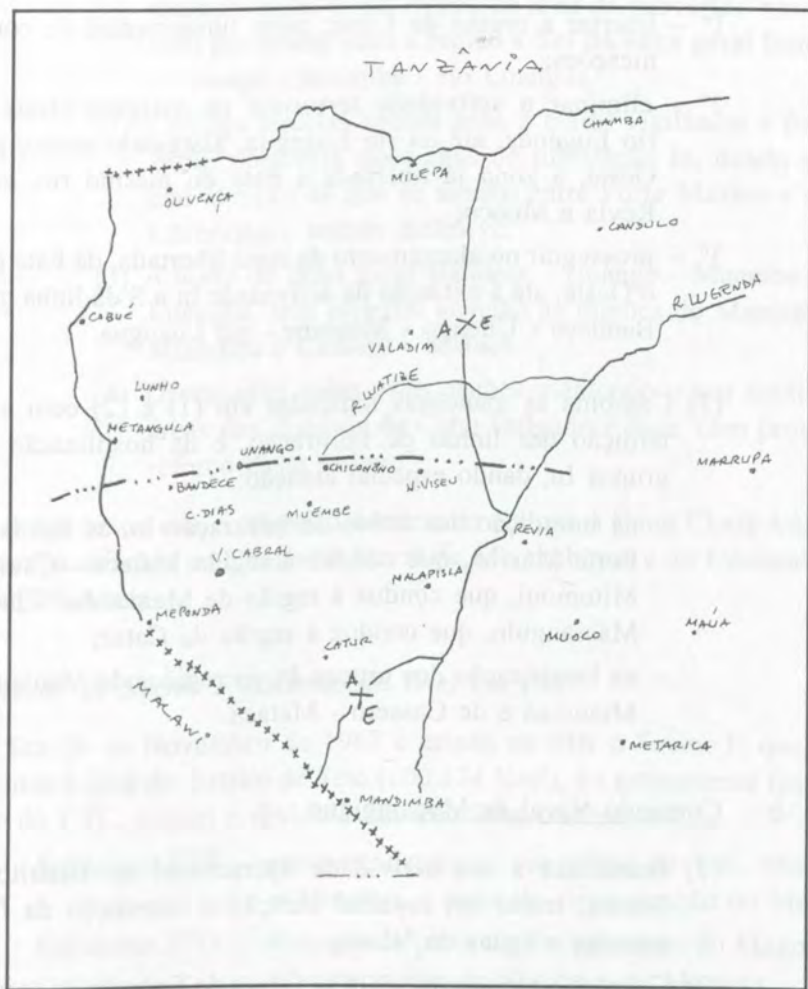


Figura 2 – Linha a atingir na redução da Zona de subversão violenta
(Directiva 7/A/67 de 23 de Novembro do CCM Adjunto)

- recuperar os núcleos de população ainda fora do nosso controlo, a Sul daquela linha;
- privar o In da zona agrícola mais rica do Niassa;
- libertar as principais vias de abastecimento do Niassa;
- criar condições para a livre orientação da manobra ulterior para o Niassa Oriental e Ocidental.

Na manobra de redução, actua progressivamente de maneira a:

- 1º – libertar a região de Catur, zona fundamental de comunicações;
 - 2º – eliminar a actividade terrorista na margem Oeste do rio Lugenda, até ao rio Luangua, alargando assim, para Oeste, a zona já libertada a Este do mesmo rio, entre Révia e Muoco;
 - 3º – prosseguir no alargamento da zona libertada, de Este para o Oeste, até à extinção da actividade In a S da linha geral Bandece - Unango - Muembe - rio Luangua.
- (3) Combina as manobras indicadas em (1) e (2) com a interdição das linhas de infiltração, e da hostilização dos grupos In, dando especial atenção:
- na interdição das linhas de infiltração In, às faixas de: Forte Mazíua, que conduz à região Mataca - Cassero; Mitomoni, que conduz à região de Maniamba; Chala - Massangulo, que conduz à região de Catur;
 - na hostilização dos grupos In, às regiões de Maniamba, Miandica e de Cassero - Mataca.

b – Comando Naval de Moçambique

- (1) Intensifica a sua actividade operacional no Distrito do Niassa, tendo em especial atenção a interdição da faixa costeira e águas do Niassa.
- (2) Coopera estreitamente com as forças do Exército na redução da zona de subversão violenta, designadamente quando estas actuam nas proximidades do lago Niassa.

- (3) Mantém o apoio logístico, para o transporte de material e reabastecimento, às forças terrestres, através do lago.

c – Comando da 3ª Região Aérea

- (1) Assegura a mais estreita colaboração e cooperação da Força Aérea com as forças de superfície, na realização de acções ofensivas, de reconhecimento, de evacuação e de reabastecimento das tropas na área de subversão violenta, com prioridade para a região a Sul da linha geral Bandece - Unango - Muembe - rio Luangua.
- (2) Conjuga aquelas acções com a maior vigilância e fiscalização possíveis das linhas de infiltração In, dando especial atenção às que se situam entre Forte Mazúua e o rio Lucheringo, ambos inclusivé.
- (3) A norte da linha geral Bandece - Unango - Muembe - rio Luangua, tem especial atenção as regiões de Maniamba - Miandica e Cassero - Mataca.
- (4) Desenvolve todas estas acções mantendo o seu apoio nas áreas dos distritos de Cabo Delgado e Tete, com provável reforço desta última.”

Julga-se ser este o primeiro documento em que o Cmdt Chefe Adjunto determina missões ao Comando Naval de Moçambique e ao Comando da 3ª Região Aérea.

A criação do Sector F (Distrito de Tete) em 1967

Em 08 de Novembro de 1967 é criado na ZIN o Sector F, que corresponde à área do distrito de Tete (100.174 Km²), do antecedente fazendo parte do CTC, o qual é dividido em três Subsectores:

- Subsector FTT – compreendendo os concelhos de Tete, Moatize e Mutarara e parte da circunscrição do Magoé;
- Subsector FFG – abrangendo parte da circunscrição do Magoé, as circunscrições do Zumbo e da Marávia;
- Subsector FFR – englobando o concelho da Angónia e a Circunscrição da Macanga.

Em 29 do mesmo mês assumiu a responsabilidade do recém-criado Sector F, o Cmd Agr 1990, cuja composição é a que a seguir se indica, constando o seu dispositivo da fig. nº 3.

Agr. 1990

Tete

BArt 1881

Cmd e CCS	Tete
CCaç Tete (-)	Tete
1 Pel	Changara
CART 1511 (-)	Magoé
1 Pel	Chicoa
CART 1512 (-)	Moatize
1 Pel	Zóbué
CART 1513 (-)	Mutarara

BArt 1882 (Rendido pelo BCaç 1906 em Fevereiro de 1968)

Cmd e CCS	Fingoé
CART 1514 (-)	Zambué
1 Pel	Puato
1 Pel	Zumbo
1 Pel/CART 1516	Cassepa
CART 1515 (-)	Fingoé
1 Pel	GagoCoutinho
CART 1516 (-)	Muze
1 Pel	Zuvié
1 Pel Ref/CART 1514	Cassepa

BCaç 1890

Cmd e CSS	Furancungo
CCaç 1553 (-)	V. Coutinho
1 Pel	Dómué
1 Pel	Tsangano
CCaç 1555 (-)	Vila Gamito
1 Pel	Albano

Freitas
Bene
Cassacatiza
Vuende
Chiuta

Furancungo

Furancungo

Resumo: três Batalhões, cerca de 1500 homens, para os já referidos 100.174 Km²

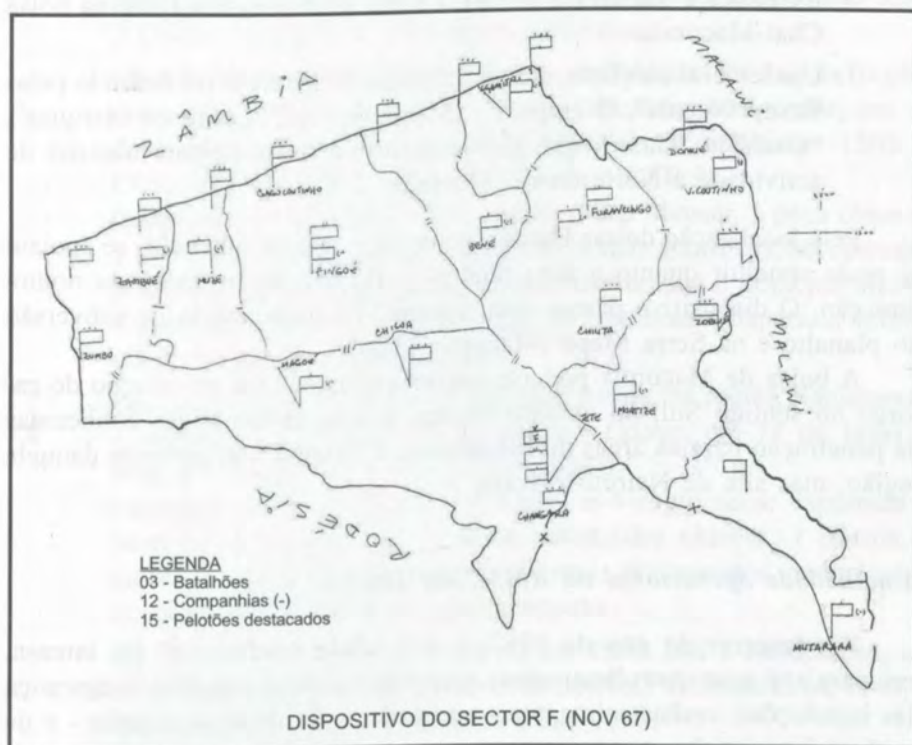


Figura 3 – Dispositivo do Sector F (Nov67)

A Situação do In no Sector B (Distrito de Cabo Delgado) em 1967¹⁴

O In apresenta um dispositivo limitado quase exclusivamente à região do vale do rio Messalo e à região compreendida entre este rio e o rio Rovuma, com as seguintes características:

1. Um conjunto de Bases ao longo da margem do rio Rovuma, implantadas desde as suas margens até ao rebordo do planalto, definidas pelas Bases “Limpopo”, “Beira”, “Tete”, “Montepuez” e “Niassa”, que têm tido até ao presente uma função de ligação entre o planalto e o território de Tanzânia.
2. Outro conjunto, ao longo do rio Messalo e na margem Norte, definido pelas Bases “Macanga”, “Zambézia”, “Moscovo” e “Inhambane”, que pela sua localização e pelas actividades que têm desenvolvido, têm tido até ao presente, uma função de apoio das incursões a Sul do rio Messalo e dos grupos que actuam na bolsa Chai-Macomia.
3. Um terceiro conjunto, situado entre os dois anteriores definido pelas Bases “Nacala”, “Nampula”, “Moçambique”, “Lourenço Marques”, “Gana” e “Gaza”, que têm constituído os principais núcleos de actividade a Norte do rio Messalo.

Pela localização destas Bases e actividade dos Gr que nelas se apoiam se pode concluir quanto a uma tendência de irradiação numa ou noutra direcção. O dispositivo parece estar adaptado à manutenção da subversão no planalto e na Serra Mapé (Macomia-Chai).

A bolsa de Macomia poderia querer desenhar uma orientação de esforço no sentido Sul; no entanto lembra-se que as tentativas conhecidas de penetração para as áreas de Montepuez e Balama não partiram daquela região, mas sim de Nairoto e Toma.

A actividade operacional na RMM, em 1967

No decorrer do ano de 1967, a actividade operacional foi intensa, em paralelo com patrulhamentos, reconhecimentos, escoltas, segurança das instalações, reabastecimentos - nomeadamente de água e lenha - e de acção psicossocial.

¹⁴ Directiva Geral 1/67 QG/RMM/Av Março de 1967.

Em termos resumidos, podem referir-se, para cada um dos Distritos activos, entre vários milhares, algumas operações ¹⁵:

Distrito do Niassa, Sector A:

- Op. "Agora Vai" - batida e limpeza, região Mucalapa (3525.1208), em 03 de Janeiro, com 2 GComb/CART 1540 e 3 GComb/CART 1541. Causados ao In 2 feridos controlados e vários prováveis, capturada 1 EAutm chinesa, 1 GMD, munições, material diverso. Destruido 1 acampamento e 1 machamba.
- Op "Chango 2º" - Destruição da actividade do In na região do rio Chissimbir (3546.1331), em 09 de Janeiro, com 1 GComb/CCaç 1608 ref com milícias.
Assaltada base In, abatidos 3 homens e 3 feridos controlados; capturado 1 LGF, 2 espingardas, 2 canhangulos, 2 granadas LGF, 2 GMD, documentos, munições e diversos.
- Op "Armimarte" - Destruição da actividade do In, na região entre rios Lualece e Michesa e o Sul da serra Juzagombe, em 12 de Janeiro, com 2 GComb/CCaç 1560, 2 GComb/CCav 1505, 2 GComb/CCav 1601, milícias, F Aérea e DFE 8.
Capturada 1 carabina chinesa, 1 PM, 2 esp Mauser, 1 peça chinesa, 1 esp 7.7, munições, material diverso, armas gentílicas; recuperados 3 homens, 12 mulheres, 18 crianças; capturados 3 homens; mortos 4 homens e feridos 6; destruidas 245 palhotas dispersas, muitas machambas e 8 acampamentos.
- Op "Talvez III" - golpe de mão com batida, na região Namatumba - Mepotxe - Miandica - Mecondece - Cobué, em 14 de Janeiro, com 4ª CCmds e 3 GComb/CCav 1507.
Causados ao In 13 mortos, 1 ferido e 4 capturados; capturada 1 Metr pesada chinesa, 1 carabina automática chinesa, 1 pistola, 1 GMO, 1 canhangulo, material diverso, documentos importantes, munições e destruído um acampamento.
- Op "Careca" - batida e limpeza, na serra Jeci e imediações, em 24 de Janeiro, com 2 GComb/CART 1540, 3 GComb/CART 1541, 3 GComb/CART 1542 e 2 GComb/CCaç 1560.

¹⁵ Sitrepes circunstanciados de 1967, do QG/Av/RMM

Causados ao In 6 mortos e 7 feridos. Capturados 27 elementos - 6 homens, 11 mulheres e 10 crianças, 2 EAutm chinesas, 1 canhangulo, material diverso, fardamento e documentos; destruídos 2 acampamentos, vários celeiros, utensílios e cerca de 380 palhotas. As NF foram emboscadas pelo In, durante 5 minutos com LFG, ML e EAutm, sofrendo 1 F grave (carregador) e 2 ligeiros. As NF fizeram feridos não controlados.

- Op “3/B/67” – golpe de mão sobre base In na região do rio Li-ondi - Jalecheta - Mte Chilunda (3557.1306), em 10 de Fevereiro, com 2 GComb/CCaç 1553.

Destruidas cerca de 200 palhotas, 4 celeiros milho, depósito de tabaco, várias machambas, tudo abandonado. As NF foram flageladas com LGF e armas automáticas, sem consequências.

- Op “Alferes” – nomadização conjugada com emboscada, na região de Mte Chale (3503.1327), em 18 de Fevereiro, com 3 GComb/CCav 1601.

Detectada e destruída a nova “Base Geral de Meponda” na região (3500.1326). Abatido 1 homem armado e capturado o tesoureiro da base “geral do Catur”; capturada 1 ESAutm chinesa, 1 carabina chinesa, 1 granada LGF, diversos carregadores carregados - 2 de PM e 7 de carabina – material de aquartelamento e fardamento.

- Op “Fim do Mundo” – golpe de mão a base In, após bombardeamento da FAP, na região compreendida entre (3511.1349) - (3514.1347) - (3517.1349) - (3517-1353), em 22 de Fevereiro, com 1ª e 4ª CCAç Páras e 3 GComb/CCaç 1572.

Detectada e destruída a “Base Geral de Catur”, com 50 palhotas novas, muito mobiliário, incluindo colchões de molas. Abatidos 2 elementos In e capturado material: 1 PM PPSH, 1 Pistola Parabellum, material diverso, munições, material de aquartelamento, fardamento e outro material.

- Op “Castro” – nomadização conjugada com emboscada, na região de Nova Santarém – rio Lugenda, em 25 de Fevereiro, com 2 GComb/CCaç 1608.

Causados ao In 2 mortos, vários feridos prováveis; capturada 1 PM PPSH e munições; destruídas 2 casquinhas¹⁶ e recuperadas 2 mulheres e 5 crianças.

¹⁶ Embarcação gentilíca.

- Op “Armimarte 2^o” – batida na região entre o lago Niassa e a serra Juzagombe, em 02 de Março, com 2 GComb/CCav 1505, 2 GComb/CCav 1507, 2 GComb/CCaç 1560, 3 GComb/CCav 1601 e DFE 8. Destruido 1 acampamento após bombardeamento FAP, 9 acampamentos e 6 machambas; recuperados 7 homens, 12 mulheres e 11 crianças, abatidos 3 homens que tentaram fugir e capturados documentos. Não houve contacto com o In.
- Op “Buepo Macio” – nomadização conjugada com emboscada, na região (3513.1307) - 3514.1310) - (3522.1307) - (3520.1304) em 09 de Março, com 3 Gr Comb/CCaç Vila Cabral.
Feito golpe de mão a um acampamento In, na região (3518.1306) onde foi capturado o “Chairman Maganja”, os seus 7 auxiliares e alguns elementos PF. Capturadas 2 ESAutm chinesas, 1 PM PPSH, 2 GMD, material diverso, equipamento e munições diversas.
- Op “Manuela” – detectar e destruir a nova “Base Chala”, na região (3506.1339), em 28 de Março, com 1 GComb (+)/CCaç 1583.
Destruída a “Nova Base Chala”. Destruídos muitos víveres, caldeiros e pratos; capturados 65 cartuchos de PM, 148 cartuchos de ESAutm, 5 lâminas Mauser, 2 GMO, 1 granada LGF, material de equipamento, fardamento, material diverso, medicamentos e artigos sanitários para cirurgia.
- Op “Nuno Vaz Segundo” – golpe mão à “Base In Chipamulo”, na região rio Lijombo (3600.1224), em 04 de Abril, com 2 GComb/CCaç 1552, 1 Pel Rec/CCS e 1 GComb/CCaç 1554.
Durante a operação as NF sofreram 2 F ligeiros. Destruída 1 base; capturadas 4 Mauser chinesas, 1 carabina, 1 PM, 12 GMO, 7 GMD, 14 petardos trotil, 17 carregadores diversos, 8 fitas carregadoras, 8 lâminas carregadoras, diversos detonadores, calçado, variado fardamento, documentos e diverso material.
- Op “Marretada” – golpe de mão à “Base Geral de Maniamba”, na região (3509.1244), em 10 de Abril, com 2 GComb/CCaç 1560 e 1 GComb/CCaç 1558.
Durante o ataque à base In a população dispersou à aproximação das NF; abatidos elementos não controlados. Capturadas 1 Metr. Lig., 2 EAutm, 1 granada LGF, carregadores e tambores diversos de ML, EAutm, material diverso, cartuchos, material de aquartelamento, muitas roupas e utensílios, documentos de muito interesse. A Base In tinha 9 palhotas e casernas para 30 elementos, refeitório, secretaria,

comando, mastro e bandeira e foi destruída. O In tentou reacção, mas retirou devido à violência do ataque das NF, que não tiveram baixas.

- Op “Insiste” – nomadização conjugada com emboscadas, na região dos rios Luambua (3458.1322), Nasia (3459.1326) e Chitache (3457.1326), em 03 de Maio, com 1 GComb/CCav 1601. Capturados 1 EAutm, 1 SAutm. - ambas chinesas -, fardamento, material diverso e documentos.

- Op “Novo Rumo” – golpe de mão à “Base Mepotxe”, na região (3455.1228), em 15 de Maio, com 1 GComb/CCaç 1558 e 3 GComb/CCaç 1559.

1 Gr In atacou as NF com armas automáticas e LGF, sem consequências. Foi destruída uma base com características operacionais. Abatidos 4 In e feitos 3 feridos graves; capturados 1 mulher e 2 crianças. Capturados 1 Metr lig., 1 espingarda Simonov, 1 espingarda Mosim Nagant, 2 GM, material diverso, roupas, utensílios e documentos. Destruido 1 acampamento que dispunha de enfermaria, refeitório e locais sanitários; 1 acampamento, muitas machambas e armazens de víveres.

- Op “Artilharia I” – golpe de mão a “Base In Maniamba”, na região (3512.1242), em 01 de Junho, com 2 GComb/CART 1541 e 2 GComb/CART 1542.

Durante o ataque à base as NF foram flageladas com tiros de Metr. Pes. e armas automáticas durante 5 minutos sem consequências. À reacção das NF o In fugiu, tendo as NF capturados 3 In (2 homens e 1 mulher), 1 Metr. Pes AA 12.7, 1 Metr. Pes MG 7.62 mm, 3 EAutm Chinesas, 1 espingarda 7.7, 1 PMet PPSH, 3 minas A/C, 13 minas A/P, 10 GMD, 52 petardos trotil, material diverso, muitas munições e diversos documentos.

- Op “Asa Negra” – batida e limpeza, na região de Nhuzne, .cota 1272 e .cota 1235, em 10 de Junho, com 3 GComb/CART 1541 e 2 GComb/CART 1542.

Causados ao In 4 mortos (1 era o Chairman); capturados 29 elementos (1 homem, 12 mulheres, 16 crianças); destruídos 3 celeiros de milho e 60 palhotas.

- Op “Asa Branca” – golpe de mão a base In, na região (3525.1208), em 24 de Junho, com 1 GComb (+)/CART 1540.

Abatido 1 In (sentinela); capturada 1 ESAutm, fardamento, equipamento e documentos; destruída a base.

- Op “Toma Lá Segunda” – destruição da “Base de Chala”, na região (3508.1344), em 26 de Junho, com 1 GComb (+)CCaç 1583.
Capturadas 1 LGF chinês, 3 ESAutm chinesas, 1 ESAutm checa, 1 granada LGF, 1 GMD, 27 munições 7.62, várias peças de equipamento e documentos.
- Op “Prospecção” – verificação de pontes e pesquisa de minas, nas estradas Maniamba, Nova Coimbra e Metangula, em 02 de Julho, com 3 GComb (-)/CCaç 1560.
Reconstruída a ponte a 8 Kms de Maniamba.
- Op “Armando Quelimane” – nomadização e emboscada, na região entre o rio Timba e rio Luaice, em 07 de Julho, com 2 GComb/CCav 1601.
Capturada 1 PM checa, 2 granadas LGF chinesas, 1 checa, 3 carregador PPSH, 1 mina A/P, 7 armadilhas, 7 petardos TNT, material diverso e diversos cartuchos. Capturado 1 In.
- Op “Limpeza 2” – Destruição da actividade do In, no vale do rio Lunho, desde o Mte Lijombo até a confluência com o rio Lunho, em 09 de Julho, com 3 GComb (-) /CCaç 1558.
O In atacou NF, durante 5 minutos, na região (3500.1232), com armas automáticas, sem consequências. Foram destruídos cinco acampamentos, muita alimentação, material doméstico e outro. Capturados 2 mulheres, 1 criança e 2 GMD, 1 granada LGF, material diverso, munições e documentos.
- Op “Toma Lá 3ª” – destruição “Nova Base Chala”, na região (3505.1340), em 09 de Julho, com 1 GComb (+)/CCaç 1583.
Capturadas 2 PM checas, 1 ESAutm chinesa, 5 granadas LGF, 6 cargas suplementares de granadas LGF, material diverso e cartuchos. Destruída a base.
- Op “Abertura I” – Abertura de uma picada, na região Majolela, em 13 de Julho, com 1 GComb/ /CArt 1541.
Construídas 2 pontes, sendo uma de 4 m e outra de 10m; foram desobstruídos e reparados 18 Km da picada.
- Op “Longarinas” – reconhecer o itinerário e reparação de pontes no itinerário Metangula-Nova Coimbra-Uleti e Nova Coimbra-Maniamba, com início em 26 de Julho, com Pel Rec e Pel Sap (-) /CCS/BCaç 1891.
Foram reconstruídas cinco pontes e beneficiadas outras cinco, entre Nova Coimbra e Maniamba. Feito o reconhecimento do itinerário Metangula-

- Nova Coimbra, tendo sido levantada uma armadilha junto da ponte a 12 Kms de Nova Coimbra. 4 In avistados pelas NF, fugiram ao contacto.
- Op “Ponto Final” – golpe de mão à “Base Geral de Unango” (3513.1253), em 28 de Agosto, com 3 GComb/CART 1541 e 2 GComb/CART 1542.
Causados ao In 27 mortos, 28 feridos controlados e vários não controlados. Capturados 8 homens (1 dos quais Chairman), 21 mulheres e 24 crianças; capturadas 1 EAUTM e 5 SAUTM chinesas, 1 pistola, vários carregadores de diversas armas, muitas munições, equipamento, vestuário, medicamentos e documentos muito importantes. Destruída a “Base Geral Unango”, com 250 palhotas, víveres e utensílios. As NF foram flageladas, 2 vezes, com EAUTM e LGF, sem consequências.
 - Op “Abertura IV” – abertura do Itin. rio Monduece (3524.1246) - Metima (3520.1253), em 05 de Setembro, com 1 GComb/CART 1540 e 1 GComb/CART 1541.
Abertos 15 Kms, até Macunganha (3521.1253), permitindo a passagem de viaturas pesadas.
 - Op “Alferes Âmbar” – Destruição da actividade In por meio golpe mão, na região (3421.1257), em 14 de Setembro, com Pel Rec./BCaÇ 1891, 1 GComb/CCaÇ 1559 e 2 GComb/CCaÇ 1560.
Foram destruídos três acampamentos com 60 palhotas e 1 acampamento com 4 palhotas. Destruída a “Base Liconhir”. Capturados o “Chairman” Liconhir e 1 In armado de ESAUTM Simonov.
 - Op “Aniversário” – nomadização, na região (3512.1350), em 23 de Setembro, com 1 GComb/CCaÇ 1671.
Abatido 1 In (enfermeiro). Capturado 1 In (comissário político), 2 pistolas, 1 EAUTM, bolsa de enfermagem e documentos.
 - Op “Mãos Dadas” – nomadização e limpeza, na região SE da serra Jeci e Matenda (3515.1258), em 26 de Setembro, com 2 GComb/CART 1541, 2 GComb/CART 1542, 2 GComb/4ªCCmds e 2 Pel/1/GAC 6 e F.Aérea.
Capturados 8 In, um dos quais o chefe Filimon e outro, um Chairman, 5 mulheres, 3 crianças e 1 EAUTM chinesa. Destruídos 3 celeiros e 67 palhotas.
 - Op “Alferes Âmbar 2ª” – Destruição da actividade In, na região (3457.1255), em 17 de Outubro, com 2 GComb/4ª CCmds.

Destruida 1 base In região (3457.1255), com 6 palhotas. Causados ao In 2 mortos e 1 ferido. Capturados 4 homens, 3 mulheres e 4 crianças, 1 Metr. lig., 1 EAutm e 1 PM.

- Op “Picada” – golpe de mão, região definida pelos paralelos 1224 e 1230, o itinerário Lunho - Miandica e o rio Messinge, em 27 de Outubro, com a 4ª CCmds.

Causados ao In 3 mortos; capturadas 1 mulher, 2 crianças, 1 LGF, 2 carabinas, 1 pistola, 1 GMD, 1 GMO, 1 carregador curvo e 2 granadas LGF.

- Op “Bazucada” – golpe de mão, na região (3559.1258) e rio Luchese, em 16 de Novembro, com 2 GComb/CCaç 1715.

Causados ao In 3 feridos. Destruido 1 acampamento In, na região (3601.1254) com 13 palhotas e outro com 3 palhotas grandes, alimentos e utensílios domésticos. Capturados 1 Metr Lig. com bipé, 2 PM, 5 GMO, 1 GMD, material diverso, cartuchos vários calibres e diverso material para sapadores.

- Op “Alferes Carote” – Destruição da actividade do In, na região (3516.1255), em 17 de Dezembro, com 2 GComb/CCaç 1794 e 1 GComb/CCaç 1795.

Causados 3 mortos, capturados 1 homem, 7 mulheres e 7 crianças; capturados 1 EAutm Simonov, 1 mina A/P e 4 carregadores. Destruidas 100 palhotas e 2 machambas.

- Op “Cobra” – Destruição da actividade do In nas regiões de Mte Lua (3609.1233) e rio Nongo (3607.1235), em 27 de Dezembro, com 2 GComb/CCaç 1713.

Capturados 1 ESAutm, 2 homens, 4 mulheres, 5 crianças; destruidas 10 palhotas. As NF foram flageladas, sem consequências.

Distrito do Niassa, Sector E:

- Op “Shelltox” – limpeza, na região confluência dos rios Lugenda e Tapir entre (3740.1226) e (3717.1230), em 27 de Janeiro, com 2 GComb/CART 1595 e FAdm.. Um Gr In de 15 a 20 elementos atacou NF com 2 Metr., EAutm, GM durante 5 minutos, sem consequências.
- Op “Buçaco” – batida, golpe de mão e emboscada, na região Révia regulado (3628.1326) e Mantia (3467.1319), em 29Jan67, com 2ª e 3ª CPáras, 1 GComb/CCaç Marrupa, 1 GComb/CART 1596, 1

- GComb/CART 1597, 3 GComb/CCaç 1571, 1 GComb/CART 1626.
Destruídos 25 acampamentos com vestígios de ocupação recente, capturados 2 GM e 1 canhangulo.
- Op “Aljubarrota” – golpe de mão, batida, emboscada na região compreendida entre meridianos 3655 e 3644 e paralelo 1356 e 1317, em 09 de Fevereiro, com 2ª e 3ª CCAç Páras e 3 GComb/CCaç 1571.
Abatidos 3 In; capturados 1 GM, 2 canhangulos, munições, material diverso; destruídos 14 acampamentos.
 - Op “Alça 12” – golpe de mão a acampamento In e limpeza, na região (3723.1227), em 11 de Fevereiro, com 2 GComb/CART 1595 e 1 GComb/milícias.
Destruídas 2 bases em (3725.1228) e (3720.1226); capturados 1 Metr., 1 PM chinesa, 1 granada LGF, 4 GMO, 3 GMD, munições, material diverso e outro material.
 - Op “Mesmos Elementos” – limpeza nas margens rio Zoia, na região entre (3635.1346) e (3628.1345), em 18 de Fevereiro, com 3 GComb/CART 1626.
Causados ao In 3 mortos, 1 ferido; capturados 1 ESAutm e material diverso.
 - Op “Cuco” – limpeza na região Muoco - Namarica, em 01 de Março, com 2 GComb/CART 1626.
Abatidos 3 elementos In, causados 3 feridos controlados, capturados 1 Metr. lig., 1 ESAutm, 1 GMD, munições, material diverso e documentos; destruídas palhotas e alimentação.
 - Op “Vendaval” – emboscadas nas regiões (3619.1408) e (3626.1405), em 14 de Março, com CART 1626 (-), 2 GComb/CCaç 1654, 1 GComb/CART 1596 e 1 GComb/CART 1597.
As NF sofreram 2 feridos graves; causando ao In 11 mortos, 6 feridos controlados e vários não controlados; destruídos 2 acampamentos, capturados 1 LGF, 2 Metr. Pes. chinesas, 1 Metr. Lig. tipo Bren checa, 2 ESAutm, 6 ESAutm chinesas, 1 Pistola, 7,65 checa, 3 granadas LGF, 10 GMD, 2 GMO, 6 carregadores diversos, mais de 1400 cartuchos 7.62 - 7.92 - 7.65, material diverso, fardamento, equipamento, vestuário diverso e muitos documentos.
 - Op “Xeque Mate” – golpe de mão a acampamento na região (3625.1359), em 30 de Março, com CART 1626, 2 Pel/CART 1596 e 1 Pel/CART 1597.

Destruída “Base Punhala”; NF sofreram 3 feridos ligeiros; causado ao In 42 mortos e muitos feridos não controlados; capturados 1 mulher e 2 crianças e o seguinte material: 1 EAutm chinesa, 7 ESAutm, 2 PM checas, 23 carregadores, 2 GMO, 1364 cartuchos 9 e 7.62 mm, material diverso e outro material, artigos sanitários, fardamento e diversos documentos.

- Op “Naguema” – Destruição da actividade do In, na região Nambombo (3633.1337), em 31 de Maio, com 4 GComb/CART 1595.

Destruído um acampamento e capturados 30 elementos da população.

- Op “Capim Alto” – Destruição da actividade do In, na região do trilho existente entre Matoto (3644.1355) e Namarica (3635.1401), em 05 de Junho, com 3 GComb/CART 1626. 1 G In, não estimado, reagiu à penetração NF, com armas automáticas, sem consequências. O In sofreu 3 mortos e 4 feridos confirmados. Capturadas 1 EAutm, 1 ESAutm, 2 carregadores, munições. NF accionaram 1 mina A/C que provocou 1 ferido grave e 1 viatura de 3/4 ton com graves danos.

- Op “Garça – 3ª Fase” – Destruição da actividade do In, na região de cota 1170 (3707.1209), Mte Zipetembe (3708.1217), vale rio Medalala (3754.1221) e vale do rio Chiulezi (3651.1211), em 06 de Julho, com 2 GComb/CCaç 1655. Causados ao In 3 feridos controlados. Capturado correio oficial para a Tanzânia, carregadores e 270 munições, diverso material de sapadores, utensílios domésticos, fardamento, calçado e medicamentos.

- Op “Centopeia” – batida, golpe de mão e recolha de população, na região a Sul de “América”, Cota .701 (3639.1315) e Cota .621 (3641.1315), em 28 de Agosto, com 2 GComb/CCaç 1669.

As NF sofreram 2 feridos graves por ataque de leões. Não houve contacto com o In nem detectados vestígios.

- Op “Tornado” – Ataque à “Base Cassero” (3634.1309), em 17 de Setembro, com Pel Rec CCS/BCac 1906, 2 Sec Sap CCS/BCaç 1906, CCAç 1654, CCAç 1655 (-), CART 1600 e CART 1625. Causados ao In 13 mortos; Capturados 3 homens, 9 mulheres e 14 crianças. Capt. 5 GMD, 4 ESAutm Simonov, 6 ESAutm Simonov chinesas, muitas e variadas munições e material diverso, fardamento, material de enfermagem e outro material; destruídas 2 oficinas carpinteiro e respectivo material, 5 povoações com cerca de 36 palhotas, 1000

- palhotas em locais diversos, 44 celeiros de mapira, 21 casquinhas¹⁷, 12 abrigos (3 de morteiro), 1 machamba e utensílios domésticos.
- Op “Prata” – golpe de mão e batida, na região (3614.1348), em 22 de Setembro, com 2 Pel/CART 1626. Adiada por motivo de intoxicação alimentar de grande parte das NF.
 - Op “Lagostim” – golpe de mão e batida, na região Namalavene e Mte Minungo (3641.1307), em 06 de Outubro, com CCAç 1669 (-). Capturadas 2 ESAutm, 1 canhangulo, 2 GMD, 4 petardos TNT, muitas munições, carregadores e fitas, catanas, documentos. Encontradas 4 mulheres e 2 crianças; Destruídos 2 quarteis com 50 palhotas e 1 povoação com 40, 30 vasilhas com alimentos e 17 celeiros, dos quais 6 palhotas, cheios de mapira.
 - Op “Cernelha” – batida e golpe de mão, na região Cassero (3633.1309), em 24 de Outubro, com 1 Sec Sap/CCS/BCAç 1906, CCAç 1655 (-) e CCAç 1669 (-). Levantadas 2 minas A/C nas regiões (3636.1318) e (3636.1319). Capturadas 1 metr. ligeira, 1 fita com 100 munições e 1 tambor metr. lig.. Capturadas 4 mulheres.
 - Op “Penalty” – batida e golpe de mão, às regiões (3707.1237) e (3703.1238), em 02 de Novembro, com 1 Sec Sap/BCAç 1906, 1 GComb/CCAç Marrupa e CART 1600 (-). Foram feridos 2 In. Destruída a base “Chaimite - Chipemba”, com 80 palhotas. Capturadas munições, porta carregadores, 1 bomba de avião de 15 Kg (das NF), vestuário e medicamentos.
 - Op “Limpeza Geral” – Destruição da actividade do In, na região definida por cota 362 (3640.1315), cota 622 (3645.1308), cota 643 (3645.1311), cota 774 (3648.1319) e cota 770 (3648.1317), em 24 de Novembro, com Pel Rec e 1 Sec Sap/CCS/BCAç 1906, 1 Gr Comb (+)/CCAç 1669, 1 Pel/CCAç 1571, CART 1597 e CART 1625. Resultados: CCAç 1669 - Destruído 1 acampamento na região (3640.1315); CART 1597 - destruição da “Base Papani” na região (3645.1316) com cerca de 60 palhotas, 1 acampamento com 10 palhotas. Durante o assalto à base houve contacto com o In, sem consequências. Capturados 6 GMD, vários carregadores, 169 cartuchos 7.62 e diverso material sapadores; CART 1625 - Destruído

¹⁷ Embarcação nativa.

- 1 acampamento com 10 palhotas na região (3645.1305) e 2 acampamentos com 20 palhotas na região (3644.1309).
- Op “Mataca VI” – patrulhamento com emboscadas, na região de Mataca, em 12 de Dezembro, com 1 GComb/CCaç 1655.
Houve contacto com grupo In, que efectuava reabastecimento vindo da Tanzânia, constituído por 3 In armados e 12 carregadores. As NF causaram ao In 6 mortos e capturados 1 EAutm. Simonov, munições, 500 Kg de farinha e medicamentos.
 - Op “Mataca VII” – Assalto à “Base Meninas” (3640.1218), em 20 de Dezembro, com 2 GComb/CCaç 1653 e 2 GComb/CCaç 1655. Durante o assalto à base as NF causaram ao In 1 morto e 1 ferido. Capturadas 2 ESAutm e 1 GMD.
 - Op “Galgos na Mata” – Destruição da actividade do In, na região entre os rios Lugenda, Muitica e rio Chameze, em 28 de Dezembro, com 1 GComb/CCaç 1631 e 2 GComb/CCaç 1797. Causado ao In 1 morto; capturados 1 ESAutm, 1 EAutm e cartuchos. Destruidos 10 ha de machambas e 12 acampamentos. Recuperados 13 homens, 18 mulheres e 25 crianças.

Distrito de Cabo Delgado, Sector B:

- Op “Cúpula” – Nomadização e destruição das bases “LMarques” e “Niassa”, região entre picada Uadimba - Malinga e a estrada Nangade - Pundanmar, em 15 de Janeiro, com 3 GComb/CCaç 1470, 3 GComb/CCaç 1471, 3 GComb/CCaç Mocimboa da Praia, 3 GComb/CCaç 1475, 3 GComb/CCaç 1568 e FAdm.
Foi destruída a “base Niassa” com hospital; causados ao In 3 mortos; capturadas 3 espingardas Lee Enfield, material diverso, artigos de fardamento e equipamento e documentos diversos; destruídas 250 palhotas novas e grande quantidade de mantimentos.
- Op “Castanha” – golpe de mão sobre o acampamento “Naputa” e hospital “Zambézia”, na região limitada: Norte - picada Nangololo - Miteda; Sul - Paralelo 1158; Oeste - Meridiano 3945; Leste Meridiano 3952, em 24 de Janeiro, com 4 GComb/2ª CCmds, 2 GComb/7ª Ccmds, 1 GComb/CCaç 1502, 1 GComb/CCaç 1592 e 2 GComb/CCaç 1504. Causados ao In 25 mortos, capturado 1 homem; destruídos 5 acampamentos e capturados documentos. Sob o mesmo nome foram

realizadas emboscadas para impedir fuga In para Sul do rio Messalo, enquanto decorria o golpe de mão anterior, região a Norte do rio Messalo e Sul Mte Sitate (3945.1159), em 24 de Janeiro, com 2 GComb/CCaç 1570 e FAdm.

Abatido 1 homem e capturados 2 homens e 3 mulheres. Destruidos os acampamentos Untubula (3945.1158) e Inhacona.

- Op “Martelada” – golpe de mão aos acampamentos In de “Namachombué e Lúrio”, a Sul de Miteda, em 31 de Janeiro, com 2ª CCmds, 2 GComb/7ª CCmds, 1 GComb/CCaç 1502, 2 GComb/CCaç 1504 e 2 GComb/CCaç 1570.

Causados 24 mortos (18 homens e 6 mulheres), 2 feridos e capturados (2 mulheres e 6 crianças); destruídos 7 acampamentos incluindo hospital e “Base Zambézia; capturadas 1 PM PPSH, 1 GM e outro material; accionada 1 armadilha do In de que resultou 4 feridos às NF (1 dos quais grave); 2ª CCmds foi emboscada por 3 vezes sem consequências: In emboscou CCaç 1504 de que resultou 1 morto (cipaio) e 1 ferido grave para NF.

- Op “Trolha” – Golpe de mão sobre bases “Nampula” e “Moçambique”, na região a Norte de Miteda, em 08 de Fevereiro, com 2ª CCmds, 2 GComb/7ª CCmds, 2 GComb/CCaç 1504, 1 GComb/CCaç 1502, 1 GComb/CCaç 1592 e 3 GComb/CART 1600.

Causados ao In 22 mortos, 5 feridos e 17 capturados; capturadas 1 carabina Chinesa 7.62, 2 GMD, 1 GMO, material diverso, armas gentílicas e documentos vários; destruídos 28 acampamentos e 1 grande quartel.

- Op “Saca Rolhas” – nomadização, na região a Sul da serra Mapé e regulados Coveque, Mitumba e Darumba, em 16 de Fevereiro, com 2 GComb/CCaç 1570, 2 GComb/CCaç 1584, 2 GComb/CART 1599 e 2 GComb/CCav 1602.

Causados ao In 1 ferido, 5 capturados; destruídos 2 acampamentos com 39 palhotas, 2 palhotas e 3 machambas, uma delas de grande extensão; o In causou às NF 1 morto.

- Op “Finalmente” – eliminar actividade In, aprisionar, destruir ou, no mínimo, expulsar os Gr In para Norte do rio Messalo e recuperar populações, na região limitada a Norte pelo rio Messalo, Oeste a serra Nicheua; a Sul direcção da estrada Macomia - Mucojo e a Este a orla marítima, em 01 de Abril, com Agr 1, 2 e 3.

- Agr 1 - 1 BCaÇ a 2 Comp. - Cmd BCaÇ 1873, 1 Comp. (1 GComb/CCS/BCaÇ 1873, 1 GComb/CCaÇ 72, 1 GComb/CCaÇ 1479, 1 GComb/CCaÇ 1480 e 1 GComb/CART 1627) e 1 Comp. (1 GComb/CCaÇ 1503, 1 GComb/CCaÇ 1618 e 1 GComb/CART 1600); 7ª CCmds, 1 Comp. (1 GComb/CCaÇ Mocímboa da Praia e 2 GComb/CCaÇ 1632); Agr 2 - 1 BCaÇ - Cmd BCaÇ Páras, 2ª e 3ª CCaÇ Páras, DFE 5 e 2 GComb/milícias; Agr 3 - 1 BCaÇ 14, 2ª CCmds, 1 Comp. (2 GComb/1569 e 2 GComb/1ªCCaÇ/BCaÇ 14) e 1 Comp. (2 GComb/CCav 1602 e 2 GComb/CCaÇ 1570). Foram abatidos 35 In, feridos 11, capturados 26 e recuperados 3 homens, 3 mulheres e várias crianças. Capturadas 1 ML, 2 EAutm, 1 esp. rep., 1 PM, 1 pistola, 7 canhangulos, 2 GMD, munições, fardamento e documentos. Foi destruída a “Base Marrupa” e 16 acampamentos. As NF sofreram 2 feridos graves e 7 ligeiros.
- Op “Remate” – localização e destruição da base “António Enes” e acampamento “Bilale”, na região entre Litamanda e mata Niv-erimnia, em 27 de Abril, com 2 GComb (+) BCaÇ 14 e 1 GComb/CCaÇ 1569.
Accionada uma armadilha que causou às NF 1 morto e 5 feridos ligeiros - 2 eram cipaio - . Próximo de um acampamento In as NF sofreram uma emboscada resultando 3 feridos e 2 prisioneiros mortos, que serviam de guias. Destruido grande bananal na margem esquerda do rio Messalo. Posteriormente o In abriu fogo com armas automáticas, morteiro, LGF, Metr. Pes.. Posto em fuga pelas NF que o colocaram entre dois fogos, as NF tiveram 1 ferido grave e 2 ligeiros e o In 1 morto e outros com despojos de braços, pernas e vários rastos de sangue e ouvindo-se gemidos na retirada. O In fez ainda fogo de morteiro 81 à distância e sem consequências.
- Op “Hiena” – aniquilar ou desorganizar o In, capturar populações e destruir os seus meios de vida, região limitada: Norte - Muidumbe - Nambude, rio Nango; Este - Oceano Indico; Oeste - rios Lugombe, Nandulo e Naúnha; Sul - rio Messalo, em 01 de Maio, com os seguintes meios: Agr 1 - 1 CCaÇ/BCaÇ 1878 e 1 CCaÇ/BCaÇ 1873; Agr 2 - 1 CCaÇ/BCaÇ 1899 ref com Pel Sap; Agr 3 - Forças PVig. e Postos de Ocupação do BCaÇ 14; Agr 4 - 1ª e 4ª CPáras, 7ª CCmds e 1 CCaÇ/BCaÇ 14 ref. com Pel Sap; Agr 5 - 1 CCaÇ/BCaÇ 1899 e DFE.

Abatidos 22 elementos comprovados e 2 prováveis e 5 feridos; capturados 6 elementos e apresentaram-se 2 homens e 1 mulher. Capturadas 2 EAutm, 2 ESAutm chinesas, 1 PM, 1 canhangulo e munições; destruídas diversas palhotas e 1 acampamento. As NF sofreram 3 feridos.

- Op “Hiena – 2ª Fase” – aniquilar ou desorganizar o In, capturar populações e destruir seus meios de vida; região limitada: Norte - Muidumbe - Nambude e rio Nango; Este - Oceano Indico; Oeste - rio Lugombe, Nandulo e Naúinha; Sul - rio Messalo, em 11 de Maio, com os seguintes meios: Agr 1 - 1 CCAç/BCaç 1878 e 1 CCAç/BCaç 1873; Agr 2 - 1 CCAç/BCaç 1899 ref com Pel Sap; Agr 3 - Forças dos PVig. e Postos de Ocupação BCaç 14; Agr 4 - 1ª e 4ª CPáras, 7ª CCmds e 1 CCAç/BCaç 14 ref com Pel Sap.; Agr 5 - 1 CCAç/BCaç 1899 e DFE.

Causados ao In 8 mortos, 4 feridos; recuperadas 5 mulheres e 2 crianças. Destruidos 9 acampamentos com 90 palhotas. Capturadas 4 espingardas, material diverso, munições. Destruidos utensílios domésticos, 1 machamba, 1 armazém de 10 metros cheio de farinha de mandioca, milho e mapira, utensílios de lavoura.

- Op “Teimosia – 1ª Fase” – patrulhamento e batida, na serra Mapé, em 26 de Maio, com 2ª CCAç Páras e FAdm.
Abatidos 4 In e capturados 3 homens, 5 mulheres e 3 crianças; capturada 1 espingarda, 1 GMO; destruídas 89 palhotas, 2 tons. milho e vários utensílios domésticos.
- Op “Mabeco” – batida e nomadização para instalação de futuros Postos de Vigilância, na região a Sul do rio Sinheu e regiões (4001.1124) e (4006.1126), Navanão, Nanculane (4002.1116), rio Nhalamundo (4006.1114), Uadimba, cota 112 (4008.1116) e Chitolo, em 31 de Maio, com 2 GComb/CCAç 1633 e 2 GComb/CCAç 1634. Causados ao In 3 mortos e 1 ferido comprovado. Destruidos 12 acampamentos, no total de 140 palhotas, algumas machambas e utensílios domésticos. Capturados cartuchos 7.9 e 7.62 e 7 documentos. Detectados vários In em fuga.
- Op “Mabecos em Marcha” – Destruição da actividade do In, nas regiões (3944.1142), (3943.1143), (3943.1137) e (3941.1142), em 09 de Junho, com 1 GComb/CCAç 1618, 2 GComb/CCAç 1710, 2 GComb/CCAç 1711, 3 GComb/CCAç 1712 e 7ª CCmds.

- O In efectuou 2 emboscadas na região (3945.1145) e (3945.1146) sofrendo as NF 2 feridos em cada uma, da 7ª CCmds, que abateu 30 In e capturou 3. CCAç 1710 destruiu 64 palhotas, das quais 22 habitadas. Uma sentinela alvejou a CCAç 1712, sem consequências.
- Op “Escaravelho” – Destruição da actividade do In e recolher informações da população, na região entre o rio Lugenda e o afluente Irangue, em 16 de Junho, com Pel Sap/CCS/BCAç 1873, 1 GComb/CCAç 72 e 2 GComb/Cart 1627.
Destruídos 3 acampamentos nas margens do rio Irangue (3831.1149). Capturados 7 mulheres e 5 crianças; causado ao In 1 morto e 1 ferido.
 - Op “Mocada” – nomadização para exploração de informações fornecidas por elementos capturados na op “Estocada” a fim de localizar e destruir acampamento In e capturar material de guerra e recuperar população; região a Norte do rio Messalo, Mte Sinalo, Nengue, Assane, entre os Meridiano 3938 e 3945 e o paralelo 1115, em 20 de Junho, com 1 GComb/1ª/BCAç 14 e 2 GComb (-)/CCac 1670.
Destruídos 5 acampamentos antes abandonados com sinais de vida, na região (3945.1201), (3946.1201) e (3948.1202). Capturadas munições 7.7 e 1 GMD.
 - Op “Mabecos em Marcha 4” – Destruição da actividade do In, na ZA do BCAç 1916, em 24 de Junho de 1967, com 3 GComb/CCAç 1618, 2 GComb/CCAç 1710, 2 GComb/CCAç 1711, 1 GComb/CCAç 1712 e 7ª CCmds.
Causados ao In 8 mortos; capturados 1 canhangulo e documentos, destruídos 4 celeiros milho e 3 machambas; aberto o itinerário (3924.1124) - (3936.1123) - (3943.1130). Uma coluna que recolhia as NF foi atacada e accionou 1 forninho sem consequências; mais tarde foi flagelada duas vezes sem consequências. As NF foram novamente emboscadas por numeroso grupo In, tendo sofrido 1 morto e 1 ferido.
 - Op “Mais Mocada” – destruição da “Base Manica” e actividade do In, na região a Norte do rio Messalo, entre os meridianos 3943 e 3948, o paralelo 1151 e o Mte Sinalo, em 03 de Julho, com 3 GComb/1ª/BCAç 14.
As NF foram atacadas na região (3944.1201) e (3045.1202) por 1 Gr In. As NF sofreram 2 feridos ligeiros e causaram ao In baixas

prováveis. Foram destruídas as bases “Manica” e “Nampula”, com mais de 200 palhotas. Apreendidos vários documentos, material doméstico e outro.

- Op “Mabecos Raivosos” – Destruição da actividade do In, nas regiões (3944.1142) e (3943.1137) em 08 de Julho, com 2ª CCmds, 3 GComb/CCaç 1710 e 3 GComb/CCaç 1712.

Causados ao In 10 mortos, 3 feridos e 5 capturados. Capturados, igualmente, 1 PM PPSH, 2 esp. chinesa 7.7, 1 ESAutm 7.62, 1 GMD, 2 GMO, vários materiais de sapadores, 1 canhangulo carregado, material diverso e munições. Destruição da base “Nampula”, “Área “Branch”, “Mueda” e 5 acampamentos. A 2ª CCmds sofreu 2 emboscadas no vale do rio Muera, sem consequências.

- Op “Polvo Gigante” – Destruição da actividade do In, nas regiões a Sul da ZA CCaç 1568 e a Norte da ZA da CCaç 1634, em 12 de Julho, com 2 GComb/CCaç 1568, 2 GComb/CCaç 1633, 2 GComb/CCaç 1634 e 1 GComb/CCaç Mocímboa da Praia.

CCaç 1568 - abateu 8 In, vários mortos e feridos não controlados, capturados 11 elementos (4 mulheres e 7 crianças), 3 ESAutm, 1 granada LGF, 1 carregador, 1 GMD, 6 petardos 200 gr cada, 40 cartuchos 7.62 e destruídas 4 palhotas. A CCaç 1634 - foi emboscada na região Mendire (3955.1115). As NF sofreram 2 mortos e 1 ferido. Posteriormente foi accionada, por 1 carregador, 1 armadilha com garrafa no itinerário Mendire - Navanão. As NF sofreram 4 feridos (1 guia e 3 carregadores). Abatido 1 In, destruídos 6 acampamentos no total de 180 palhotas e capturados 1 homem, 1 mulher e 2 rapazes. A CCaç Mocímboa da Praia - destruiu 10 palhotas. A CCaç 1633 abateu 1 In; capturou 15 (5 homens, 4 mulheres e 6 crianças) e destruiu 10 acampamentos, no total de 83 palhotas e vários utensílios.

- Op “Furriel Aguiar” – Destruição da “Base Beira”, na região Sandoca (3935.1123), em 14 de Julho, com 2ª CCmds, 2 GComb(+)/CCaç 1618, 1 GComb/CCaç 1710, 2 GComb (+)/CCaç 1711 e 1 GComb/CCaç 1712 e 2 Pel/ECav 3.

ECav 3 - accionou parte e detectou 2 armadilhas e 2 fornos compostos de GMD nas regiões (3925.1124) e (3926.1123); a 2ª Ccmds - foi emboscada por 1 Gr In, cerca de 8 elementos, sem consequências; capturadas 2 ESAutm. e mortos 3 In; destruiu 58 palhotas e outros meios de vida In.

- Op “Vingança” – golpe de mão a 1 acampamento, na região de lagoa Baula e “Quadrado 11”, em 23 de Julho, com 3 GComb/CCaç Mocimboa da Praia.
Causados ao In 6 mortos, 2 feridos e 5 capturados. Capturadas 1 PM, 1 ESAutm e 1 GMD; destruídos 1 canhangulo, 2 acampamentos com 21 palhotas, na região da lagoa Chimbumbalo e outro com 30 palhotas, a “Base LMarques” com 70 palhotas e 4 acampamentos no total de 80 palhotas. As NF sofreram 1 morto e 2 feridos.
- Op “Novo Raio” – golpe de mão a 1 acampamento do In, na região de Maputo (3939.1132), em 27 de Julho, com 3 GComb/CCaç 1712.
Causados ao In 7 mortos, capturadas 1 mulher, 1 criança e 3 GMD. Destruidos 1 acampamento e munições. O In emboscou as NF que sofreram 3 F ligeiros.
- Op “Subida” – golpe de mão, batida e emboscada, na região da serra Mapé, entre os meridianos 3957 e 4003 e os paralelos 1204 e 1208, em 09 de Agosto, com CCaç 1473, 1 GComb/CCaç 1584, 1 GComb/CArt 1599 e 7ª CCmds.
Causados ao In 3 mortos e 1 capturado. Capturadas 1 granada LGF e armas gentílicas. Destruidos 5 acampamentos com 90 palhotas, artigos domésticos e víveres.
- Op “Grande Estreia – 2ª Fase” – Destruição da actividade do In, na região entre Pirimita e ponte do rio Bandaze, no itinerário da Mocimboa da Praia - Marere, em 18 de Agosto, com DFE 1 e 2 GComb/CCaç 1632.
Destruída a Base “Inhambane” na região (4014.1142) com palhota grande e 30 pequenas, 20 em construção e 1 de pedra e cal em construção, com alojamento para 80 In e 1 acampamento com 7 palhotas. Causados ao In 3 feridos prováveis.
- Op “Cheleme” – Destruição da actividade do In, na região próxima de Sandoca e Agostinho, em 27 de Agosto, com 2 GComb/CCaç 1618, 2 GComb/CCaç 1711, 2/BCP 31, 3/BCP 31.
Abatido 1 In e capturadas munições. Destruída a “Base Beira” e outros acampamentos. NF sofreram 3 feridos e foram emboscadas na região (3934.1123), sem consequências.

- Op “Abraço 1” – segurança do itinerário na Serração Mecânica - Coveque, em 04 de Setembro, com Pel Sap/BCaç 1907 e CCAç 1474. Abertos 2 Km de itinerário. As NF sofreram 1 morto, 9 feridos e 1 viatura totalmente destruída.
- Op “Tufão” – golpe de mão, na região (3937.1130), em 17 de Setembro, com 2 GComb/CCAç 1712, e 9ª CCmds. Causados ao In 2 mortos, 3 feridos e 2 capturados. Capturada 1 ESAutm, 8 GM, munições e diverso material. Destruída a “Base Loko Massangano” e 2 acampamentos.
- Op “Tufão 3” – golpe de mão, na região (3939.1129), em 19 de Setembro, com 2 GComb/CCAç 1712. Capturados caixotes com 120 GMD, 1260 cartuchos 9 m/m, granadas Mort 82,5 granadas de armadilha, 6 granadas LGF, 18.000 cartuchos 7.62, 933 cartuchos 7.9, 13 equipamentos e 25 capas de lona para camas. Emboscadas, as NF sofreram 4 feridos ligeiros.
- Op “Leão Manhoso” – golpe de mão à base “Zambézia”, nas regiões (3947.1155) e (3945.1155), em 20 de Setembro, com 9ª CCmds. Causados ao In 9 mortos. Capturada 1 Metr. Lig. Degtyarev, 4 ESAutm Simonov, armas gentílicas, fardamento e documentos. Destruída a “Base Zambézia” (Hospital) na região (3947.1156). Destruídos muitos cunhetes de munições e granadas e 43 palhotas.
- Op “Trancada B – 2ª Fase” – golpe de mão à base “Inhambane”, na região (4014.1142), em 22 de Setembro, com 4/BCP 31. Causados ao In 4 mortos e 1 ferido. Capturadas 2 ESAutm, 1 canhangulo, 40 cartuchos e documentos. Destruídos 13 acampamentos com 29 palhotas.
- Op “Outono 2” – Destruição da actividade do In, na região da lagoa Litamanda, em 16 de Outubro, com DFE 9, 1 GComb/CCAç 1569 e FAdm. Causados ao In 1 morto, 1 ferido e 7 capturados. Capturada 1 ESAutm.
- Op “Angola” – Destruição da actividade do In, na região (4011.1055), em 23 de Outubro, com 2 GComb/CCAç Mocimboa da Praia. Destruída a nova base “Niassa”, na região (4011.1156), com 115 palhotas e alimentos. Op suspensa por quebra do segredo.

- Op “Vermelha” – nomadização, na região entre os rios Nangololo e Muidumbe e (3952.1148), em 24 de Outubro, com 1 GComb/CCaç 1503, 1 GComb/CCaç 1504 e 2/BCP 31.
Causados ao In 20 mortos; capturadas 3 ESAutm e 1 espingarda rep.. Destruída a localidade Nanhoca com 50 palhotas.
- Op “Cabra Cega” – Destruição da actividade do In, na região a Norte do itinerário Meluco (3939.1233) - Révia (3921.1239), a Sul do rio Montepuez e entre os meridianos 3930 e 3942, em 20 de Novembro, com 2 GComb (-) /CCaç 1670, 2 GComb/1/BCac 20, 1 GComb/2/BCaç 20, 1 GComb/CCaç 1502 e 1 GComb/CCaç 1504.
Abatido 1 In armado. Capturada 1 EAutm Kalashnikov, material diverso. As NF flageladas com armas automáticas e LGF, causaram ao In 3 feridos controlados e capturaram 1 EAutm, 5 granadas LGF, 3 carregadores PM, 2 GMD e munições. Em novo contacto com o In, este abandonou 1 EAutm e 1 morto.
- Op “Estocada 4” – Destruição da actividade do In, na região (3937.1131), em 09 de Dezembro, com 4 GComb/4ª/BCP 31.
Causados ao In 1 morto e 1 ferido. Capturadas 1 GMD, cartuchos e documentos. Destruído 3 acampamentos com 75 palhotas, utensílios e animais domésticos.
- Op “Razia 2” – Destruição da actividade do In, na região (4015.1136), em 12 de Dezembro, com 2 GComb/CCaç 1633.
Causados ao In 6 mortos, vários feridos e 16 capturados. Capturada 1 GMD. Destruído o “Loko Branch Mitundo” e 11 acampamentos no total de 62 palhotas.
- Op “Dragão Verde” – golpe de mão, na região definida pelo itinerário de Mocimboa do Rovuma-PA 39¹⁸ paralelo 1121 e limite a Sul da ZA, em 29 de Dezembro, com 2 GComb/CCav 1729.
A operação foi interrompida em virtude de as NF terem sido atacadas por um enxame de abelhas.

¹⁸ PA 39 - Posto de Água 39, itinerário de Mocimboa do Rovuma - Mueda, imediações do Acalama, a leste da nascente do rio Nachitacote (carta 55-1/250.000 Moç).

Distrito de Tete, Sector F

- Op “Trovoada” – Destruição da actividade do In, na região (3300.1436), em 09 de Dezembro, com 1 GComb/CCaç 1555, 2 GComb/CCaç 1556, 2 GComb/CCaç 1557, 1 GComb/CART 1512. Não foram detectados vestígios da presença In.
- Op “Canhão” – Destruição da actividade do In por meio de batida e limpeza, na região Eixo - Metamboia e Nhamirongo, em 21 de Dezembro, com 3 GComb/CART 1511 e 3 GComb/CART 1515. Não foram detectados vestígios da presença do In.

No Comando Territorial Centro (CTC)

Em 09 de Setembro, no CTC, na região do rio Areuangua (3015.1500), 2 GCombs da CART 1514 e Pel CCS/BART 1882, levam a efeito a Op “Sempre Prontos”, com a finalidade de destruir a actividade do In, conseguindo os seguintes resultados:

- foi avistado 1 Gr In tendo as NF aberto fogo sobre o mesmo;
- foi capturado 1 In (Ismael Zai Barbota) que informou a existência de 1 acampamento e depósito de material na região (3014.1500).

As NF atacaram o referido acampamento tendo o In fugido e reagido apenas com 1 tiro vindo do Malawi. Foi capturado o seguinte material: 20 PM francesas com 38 carregadores, 45 espingardas russas com 65 carregadores circulares, 2 Metr Lig russas com 6 carregadores, 1 pistola 7,1 russa, 106 GMO, 54 GMD, 32 petardos de 400 gramas, 51 petardos de 200 gramas, 5 cunhetes de munições, 2000 munições 9.1, 16 caixas de detonadores eléctricos, diverso material de fardamento e aquartelamento e documentos. Foram feridos 4 elementos suspeitos.

Eficiência para o combate

Quanto à “Eficiência para o combate”, mantêm-se os problemas já referidos para 1966.

Transcrevem-se os comentários feitos, nesse sentido, nos SITREP CIRC¹⁹ de 1967:

- “O problema da falta de viaturas e de sobressalentes volta a afectar a actividade operacional das Unidades, nomeadamente nos Sectores A e E. Também a falta de material rádio e a carência de conhecimentos do pessoal de Transmissões das Unidades ultimamente chegadas à RMM tem causado várias faltas de ligação com Unidades em operações, o que afecta a sua eficiência operacional.
- Por não ser feita a reparação rápida das viaturas, por falta de sobressalentes, é grande o número delas inoperacionais o que dificulta a actividade operacional das Unidades, nomeadamente nos Sectores “A” e “B”.
- A falta de meios TSF faz-se sentir em todas as Unidades, mas principalmente nos PVig²⁰ e POcup²¹ - que não dispõem de qualquer sistema de ligação, ou de alarme, em caso de ataque, o que se considera grave.
- Algumas das Unidades dos Sectores activos lutam com falta de oficiais e sargentos. Algumas Companhias encontram-se, há vários meses, sem capitão, evacuados para LMarques ou para a Metrópole e ainda não substituídos.
- O número de viaturas inoperativas nas Unidades constitui um factor fortemente limitativo da actividade de algumas Unidades, em especial nos Sectores C, D e CTC.
- Contudo, dado terem sido fornecidos ao CTC-17 Jeeps, ao Sector C-13 Jeeps, ao Sector D-18 Jeeps, além de alguns Unimogs e viaturas pesadas, independentemente de medidas tomadas ou a tomar pela Chefia de Serviço de Material no sentido de procurar enviar na medida do possível, para os seus Órgãos do Serviço, os sobressalentes necessários, julga-se que a situação em viaturas nos Sectores em questão poderá melhorar sensivelmente num futuro muito próximo.
- O controlo da actividade operacional tem vindo a ser prejudicado pelo mau funcionamento das Transmissões, principalmente devido à inexperiência dos operadores, ao cansaço e deficiência dos postos e às faltas existentes.

¹⁹ Sitrep circunstanciados.

²⁰ Postos de Vigilância.

²¹ Postos de Ocupação.

O Comando da RMM está procurando tomar medidas urgentes para remediar esta situação, mas será necessário, que os operadores radiotelegrafistas vindos da Metrópole, se apresentem na Região com um nível de conhecimentos que não afecte grandemente o serviço, como agora acontece.

– Logística

1. Abastecimentos

a. Torna-se necessário o fornecimento à Região dos seguintes artigos:

- colchões e travesseiros de espuma de borracha;
- camas;
- obressalentes e estojos de limpeza para Esp Aut G3;
- equipamento de lubrificação e sobressalentes de viaturas;
- viaturas basculantes e equipamento pesado de Engenharia;
- sobressalentes para E/R THC-766, CHP-1 e DHS-1 a fim de ser criada uma reserva;
- grupos de carga e rectificadores para baterias de Cadmio-niquel;
- postos E/R tipo C;
- sobressalentes que a seguir se indicam:

Para o Amplificador QRTA-1-A: fusíveis de 0,5A, relay K-504, relay de arranque K-501 e relay K-502;

Para o E/R AN/GRC-9: comutador S-103, válvulas 304, tampa para o micro T-17, pastilha do auscultador, cobertura para o micro T-17 e cabo CX-2031;

Para o E/R HF-156: colecção de cristais e aerial insulator.

b. A situação de viaturas assim como os quantitativos recebidos no corrente ano, são:

(1) De 1/4 Ton:

Recebidas 72. Torna-se necessário a substituição das viaturas de modelo 55 e modelos anteriores para as quais não há sobressalentes.

(2) De 3/4 Ton:

Recebidas 52. Torna-se necessário a substituição das

viaturas de modelos antigos.

(3) Pesadas TG:

Recebidas as seguintes:

Berliet (4 Ton)	15
Mercedes (4 Ton)	40
Mercedes (8 Ton)	28
Mercedes (12 Ton)	12

Torna-se necessário a substituição das viaturas de modelos anteriores a modelos 55.

(4) Auto-Metralhadoras FOX:

Das 24 Auto-Metralhadoras Fox, 12 estão inoperativas e não se prevê a sua recuperação; quanto às restantes estão operacionais, mas com bastantes deficiências, tornando-se necessário a sua substituição total.

(5) Auto-Blindados:

Operacionais	45
Inoperacionais	27
Total	72
Percentagem Operacional	62,5%

(6) Tractores:

Dos 52 tractores Morris existentes, em virtude dos muitos nos de serviço, a maioria encontra-se incapaz; dos que estão operacionais verifica-se que a sua manutenção é extraordinariamente onerosa, não havendo sobressalentes e não dando garantias quanto à sua operacionalidade, além do inconveniente resultante do gasto exorbitante de combustível. Torna-se necessário a sua substituição por viaturas que permitam o reboque do material de Artilharia Obuz 8,8 Mod/43 com carro de munições e guarnição. Propõe-se que sejam fornecidas viaturas BERLIET 6 x 6.

(7) Viaturas de duplo comando:

As existentes têm já mais de 10 anos de aturado serviço em instrução do que resulta não estarem presentemente em condições de continuarem a suportar o esforço exigido pela instrução.

O assunto foi posto ao EME pela nota nº 42234/D de 17Jul67 da 4ª Rep. Torna-se necessário a sua substituição total.

c. A situação dos rádios existentes era a seguinte:

Modelos	Op	Inop	Total
SHARP	1.184	16	1.200
THC 736 e THC 766	468	12	480
AN/PRC - 10	314	10	324
HF - 156	313	13	326
AN/GRC - 9	335	12	347
CHP - 1	103	14	117
DHS - 1	124	37	161

d. Diversos

(1) Hospitalização e evacuação

A evacuação é feita essencialmente por meios aéreos, havendo grande falta de tais meios. Frequentemente tem que se recorrer ao serviço dos táxis-aéreos.

(2) Serviços Técnicos

- A Região luta com dificuldades na evacuação do material auto minado dada a falta de viaturas - reboque aptas para tal fim.
- Convém que as Unidades de reforço venham com as dotações completas de material de Transmissões, pois é impossível, em quase todos os artigos, completá-los na Região, por falta de equipamentos de reserva.”

Efectivos presentes na RMMoçambique

Efectivos totais presentes na RMM em 1967, nos meses de Agosto a Dezembro, inclusivé:

Meses 1967 Efectivos	AGO	NOV	DEZ	Valores Médios
Oficiais	1 761	1 797	1 718	1 758
Sargentos	3 989	4 139	4 352	4 160
Praças	28 652	29 264	28 757	28 891
Totais	34 402	35 200	34 827	34 809

Resumo da actividade Operacional em 1967

A actividade operacional em 1967 foi intensa, como mostra o quadro abaixo que resume, por Sector e/ou CT, o número total de acções, conforme elementos dos SITREP CIRC de 1967.

SECTORES E/OU CT		DIAS EM OP	TIPO E NÚMERO DE ACÇÕES								TOTAIS
			Nomad	Rec	Emb	Patru	Bat	G Mão	Esc	Seg	
Distrito de Niassa	Vila Cabral A	1.283	868	4	965	2.828	86	76	2.415	1.093	(8.335)
	Marrupa E	1.222	578	3	477	8.454	161	-	1.713	592	(11.978) 20.313
Porto Amélia - B - Dist Cabo Delgado		1.285	1.275	3	965	14.118	153	401	1.375	2.067	20.357
Tete - F ²² - Dist de Tete		36	139	-	-	612	-	-	-	15	766
Nampula - C - Dist Moçambique		15	41	1	-	10.033	15	-	117	43	10.250
Quelimane - D - Dist Zambézia		28	76	13	38	3.414	20	-	77	59	8.697
Beira - CTC - Dist Manica Sofala		118	1.765	36	72	12.133	9	-	15	12	14.042
Lourenço Marques CTS Dist Inhambane Gaza e LM		-	-	-	-	3.802	-	-	-	301	4.103
		3.987	4.742	60	2.517	60.394	444	477	5.712	4.182	78.528
TOTAIS		3.987									78.528

²² Criado em Nov - SITREP Circ nº 49/67 de 04Dez.

Baixas causadas ao In em 1967²³

Mortos	Feridos	Capturados	Recuperados²⁴
1336	292	2911	1184

Ações realizadas pelo In em 1967²³

Contra NT	471
Contra Forças Militarizadas	49
Contra outras Forças Militares	71
Contra Civis	132
Obstruções/Destruições	55
Colocação de engenhos explosivos	526

Baixas causadas às NF e populações em 1967²³

a. Nossas Forças

Mortos	Feridos	Desaparecidos	Raptados²⁵
88	843	-----	4

b. Populações

Mortos	Feridos	Desaparecidos	Raptados
44	65	57	157

A situação na RMM em 1968

Em Fevereiro de 1968 tendo assumido o comando da RMM (ainda interinamente) o Brigadeiro Francisco da Costa Gomes, emitiu a Directiva nº 3/68 (Para a actividade contra o Inimigo no conjunto da Província)²⁶ em que se considerava:

²³ Fonte SITREP CIRC QG/AV/RMM.

São contabilizadas, apenas, as baixas causadas por acção do In às NT, Forças Militarizadas, Forças Administrativas e Milícias.

²⁴ Inclui os apresentados e os recuperados durante operações.

²⁵ Milícias.

²⁶ Directiva nº 3/68 (Para a actividade contra o inimigo no conjunto da Província) QG/RMM/3ª Rep, de Fevereiro

O Inimigo

- (1) No Niassa (Sectores A e E), constituído por elementos da FRELIMO, dispunha de um dispositivo político-administrativo de enquadramento da população ainda em formação e de um dispositivo militar, praticamente concentrado entre os paralelos 12° 10' e 13° 20', entre a fronteira e o rio Lugenda, e particularmente densos nas regiões de Mepotxe, Cassero e América, onde formou uma bolsa na margem direita do rio Lugenda. Abastecia, recompletava e rearmava o seu dispositivo a partir de Tunduru, Mitomoni e do Catur Malawiano, segundo quatro linhas principais de infiltração que corriam sensivelmente ao longo dos rios Ludimile, Lucheringo, Messinge e Luambala-Luculumezi, sobre os quais dispunha de bases de apoio. Revelava a sua actividade a Norte e Oeste de uma linha definida por rio Luambala - rio Lugenda - Candulo - Chamba e, fora desta área, na bolsa Révia-América, actuando a partir de bases progressivamente mais fortes.
- (2) No Cabo Delgado (Sector B), constituído também por elementos da FRELIMO, dispunha de sólido dispositivo político-administrativo e militar, praticamente concentrado ao longo de uma faixa de cerca de 100 a 150 Km de largura, estendendo-se da região Mocimboa do Rovuma - Pundanhar (a Norte) até à linha Macomia - Quiterajo (a Sul) e especialmente denso no planalto dos Macondes e esporão Norte da serra Mapé.
Abastecia, recompletava e rearmava o seu dispositivo a partir de Newala e N'Kunya, na Tanzânia servindo-se de uma linha principal de infiltração que corria ao longo do planalto dos Macondes.
Revelava a sua actividade a Este e Norte de uma linha definida pelos rios Matire - Mambole - Homba - Messalo e, fora desta área, na bolsa Chai - Macomia - Quiterajo no exterior da qual, contudo, tinham sido detectados indícios da sua presença numa tentativa de expansão.
- (3) Em Tete (Sector F), constituído por grupos da FRELIMO e do COREMO e dispondo provavelmente, de bases no interior da Província, realizara acções de aliciamento e de intimidação, sobre a população actuando a partir do Malawi e Zâmbia, na região a Norte do rio Zambeze, com especial incidência nas circunscrições da Macanga e Norte da Maravia (COREMO) e ainda, embora

com muito menos relevo no concelho da Angónia (possivelmente FRELIMO).

- (4) Nos restantes Distritos e fora das áreas anteriormente citadas nos Distritos de Niassa, Cabo Delgado e Tete, a situação mantinha-se aparentemente calma e sob controlo das autoridades, registando-se uma actividade clandestina generalizada, característica da fase de aliciamento da subversão que se revelava, particularmente:
 - em Cabo Delgado, pela detecção e desmantelamento de sucessivas redes de apoio ao In na região de Balama - Montepuez - Ancuabe - Quissanga;
 - no Sul do Niassa, Zambézia (área de Mongué e Milange) e Tete (Zobué, Moatize - Mutarara e Chire), pela detecção de redes de apoio ao In, disseminação de panfletos e, na Zambézia, por actividade idêntica e ainda, por actos de terrorismo selectivo contra as populações relutantes para com a subversão.
- (5) No estrangeiro, os países limítrofes de governo africano vinham conferindo apoio aos chamados “Partidos Emancipalistas” através de facilidades concedidas na implantação de órgãos de direcção, campos de treino, bases, movimentos e outros, sendo de realçar:
 - o apoio constante e total da Tanzânia à FRELIMO, que se processava desde o início da subversão;
 - o crescente apoio que ultimamente se verificava por parte do Malawi, sobretudo em proveito da FRELIMO;
 - o apoio que a Zâmbia dava ao COREMO e à FRELIMO, o que possibilitou a esta última incrementar a subversão no distrito de Tete.

Populações

- (1) No interior das áreas de subversão violenta, o In contava com a adesão total dos Nianjas (Niassa) e Macondes (Cabo Delgado) e com a aceitação pelos Ajauas (Niassa) cujo controlo carecia de manter.
- (2) Fora da zona de subversão violenta o In tinha oposição dos Lomués, Macuas e Metos que constituíam o principal apoio da contenção da subversão sobre os rios Lugenda e Messalo; tinha a simpatia

das tribos Maraves e o apoio de certas ligações clânicas Meto e das hierarquias islâmicas na região de Montepuez; julgava-se ter aceitação tácita de um amplo sector da população africana.

Esquema de Manobra

Em face da situação exposta, a RMM estabeleceu o seguinte esquema de manobra:

- (1) Conter a subversão no Norte da Província de modo a manter liberta a linha de comunicações Nacala - Nampula - Nova Freixo - Vila Cabral, fundamental para a montagem de todo o dispositivo de manobra nos Sectores A e E;
- (2) Proceder à redução da área de subversão violenta de Sul para Norte, (ver fig 4) na generalidade, e de Este para Oeste nos Sectores A e E, do litoral para o interior no Sector B, aqui para confinar o In à sua área natural de refúgio e privar o In dos reabastecimentos da costa;
- (3) Combinar a acção de redução anterior com a hostilização do In em todo o local onde se encontre e com a interdição das linhas de infiltração através, em especial, do rio Rovuma e das fronteiras de Tete;
- (4) Tomar disposições em todo o território da Província, em ligação com as Autoridades Administrativas, com vista a impedir todas as actividades de subversão, interdizendo a todo o custo os distritos de Moçambique e Zambézia, onde se encontra a maior percentagem de população da Província;
- (5) Empregar a máxima actividade e dinamizar as NT, mas sem atingir o seu limite de resistência.

E fixa as seguintes missões:

a – Sector A

- (1) Em cooperação com as Forças Navais e Autoridades Administrativas do Sector e com apoio da Força Aérea, impede o alastramento da subversão e a infiltração de elementos inimigos e procede à redução da área de subversão violenta até à linha

- Bandece - Unango - Muembe - Nova Viseu (fig. 4) ou, no mínimo até à linha Mte Mepange - Cantina Dias - rio Luangua.
- (2) Mantém-se em condições de impedir qualquer tentativa de isolamento de parcelas do território nacional.
 - (3) Coordena a sua acção com a do Sector E.

b – Sector B

Sem prejuízo da sua missão específica de contra-subversão na área a seu cargo, coopera e coordena com o Sector E na realização de acções na região do seu limite comum.

c – Sector C

- (1) Em cooperação com as AAdm do Sector:
 - (a) exerce estreita vigilância e mantém constante actividade ao longo de vale do rio Lúrio com vista a detectar e impedir a infiltração de agentes aliciadores e de elementos armados do In, em especial nas regiões de Mutuali, Macalia, Selemane, Muite, Mirrote e Namapa;
 - (b) garante a possibilidade de utilização de todas as vias de comunicação, nomeadamente a do porto e aeroporto de Nacala e a do aeroporto de Nampula;
 - (c) patrulha toda a zona de acção, com a intensidade permitida pelos meios disponíveis.
- (2) Garante a possibilidade de utilização segura das vias rodó e ferroviária do eixo Nacala - Nampula - Nova Freixo - Luambala - Vila Cabral e, em ligação com os Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) e nas áreas sensíveis do seu sector, a segurança dos comboios.
- (3) Mantém-se em condições de actuar rapidamente e em força contra qualquer surto de violência detectado e de impedir qualquer tentativa de isolamento de parcelas do território nacional.
- (4) Organiza, estabelece e faz funcionar o Comando de Defesa de Nampula (COMDENP) e coopera com a 3ª Região Aérea no estabelecimento e acção do Comando de Defesa de Nacala (COMDENC).



Figura 4 – Evolução da redução da área de subversão violenta nos Sectores "A" e "E", em 1968

d – Sector D

(1) Em cooperação com as Autoridades Administrativas do Sector:

- (a) exerce estreita vigilância e mantém constante actividade ao longo da fronteira e do limite com o Sector E, com vista a detectar e impedir a infiltração de agentes aliciadores e de elementos armados do inimigo, em especial nas regiões de Molumbo, Lioma, Vila Junqueiro, Alto Molocué, Milange e Mongué;
- (b) garante a possibilidade de utilização segura de todas as vias de comunicação, nomeadamente a do porto e aeroporto de Quelimane;

- (c) patrulha intensamente toda a zona de acção e, em especial, as regiões de Mabo - Tacuane, Derre e Morrumbala.
- (2) Garante, em ligação com os organismos respectivos, a possibilidade de utilização segura do Caminho de Ferro de Quelimane e prevê, se vier a tornar-se necessário, a segurança dos comboios.
- (3) Mantém-se em condições de actuar rapidamente e em força contra qualquer surto de violência detectado e de impedir qualquer tentativa de isolamento de parcelas do território nacional.

e – Sector E

- (1) Em cooperação com as Autoridades Administrativas do Sector e com o apoio da Força Aérea, impede o alastramento da subversão e a infiltração de elementos inimigos e procede à redução da área de subversão violenta, a Este e Oeste do rio Lugenda, até à linha geral do rio Luatize - rio Lugenda.
- (2) Coordena a sua acção com a do Sector A.

f – Sector F (reforçado com 2 Companhias/CTC e 1 Companhia das Forças de Intervenção/RMM)

- (1) Em cooperação com as Autoridades Administrativas do sector e com apoio da Força Aérea, impede o abastecimento da subversão e a infiltração de elementos inimigos, tendo em especial atenção:
 - (a) a defesa dos pontos sensíveis, nomeadamente aeródromos, pontes e outras obras de arte, centrais eléctricas e de abastecimento de água, minas e grandes empresas agrícolas e industriais;
 - (b) a defesa de unidades, povoações e instalações atacadas, só ou em apoio de outras forças;
 - (c) a protecção dos trabalhos de construção da barragem de Cabora-Bassa;
 - (d) a garantia da possibilidade de utilização das vias de comunicação, principalmente do troço da linha de caminho de ferro Beira - Moatize, dentro do sector;
 - (e) a pesquisa constante de notícias sobre o In e de dados sobre o terreno e a população;

- (f) ao permanente contacto com a população, exercendo sobre ela, em conformidade com directivas superiores, uma acção psicológica adequada;
 - (g) a acção psicológica sobre o inimigo²⁷;
 - (h) a procura intensa do inimigo por toda a parte, tanto quanto o permitam os meios disponíveis;
 - (i) as acções ofensivas contra o inimigo e as suas instalações.
- (2) Mantem-se em condições de ocorrer rapidamente e com os efectivos adequados a qualquer local do sector onde o In se tenha revelado.
 - (3) Impede qualquer tentativa de isolamento de parcelas do território à sua responsabilidade.

g – Comando Territorial do Centro (CTC)

- (1) Em cooperação com as Autoridades Administrativas do Sector:
 - (a) exerce estreita vigilância e mantém constante actividade ao longo da fronteira e do limite com o Sector F, com vista a detectar e a impedir a infiltração de agentes aliciadores e de elementos armados inimigos, em especial nas regiões de Sone, Mutarara, Vila Manica e Espungabera;
 - (b) garante a possibilidade de utilização segura das vias de comunicação, nomeadamente a do porto e aeroporto da Beira;
 - (c) patrulha intensamente toda a zona de acção e, em especial, as regiões de Vila Pery e Chibavava.
- (2) Garante, em ligação com os organismos respectivos, a possibilidade de utilização segura dos caminhos de ferro da Beira, Moatize e Trans-Zambézia Railway Company, Limited²⁸ (TZR) e prevê, se houver necessidade, a segurança dos comboios.
- (3) Mantém-se em condições de actuar rapidamente e em força contra qualquer surto de violência detectado e de impedir qualquer tentativa de isolamento de parcelas do território nacional.

²⁷ Directiva nº 1/68 (Comandos) de 20 de Novembro do CCM/Gab Mil.

²⁸ Sede em Londres.

- (4) Organiza, estabelece e faz funcionar o Comando de Defesa da Beira (COMBEVBEIRA).

h – Comando Territorial do Sul (CTS)

- (1) Em cooperação com as Autoridades Administrativas do Sector:
 - (a) exerce estreita vigilância e mantém constante actividade ao longo da fronteira, com vista a detectar e a impedir a infiltração de agentes aliciadores e de elementos armados do In, em especial nas regiões de Mambone, Malvéria, Pafuri, Goba e Namaacha;
 - (b) garante a possibilidade de utilização segura das vias de comunicação, nomeadamente do porto e aeroporto de Lourenço Marques;
 - (c) patrulha intensamente toda a zona de acção e em especial, as regiões de Mabote, Vilanculos, João Belo e Lourenço Marques.
- (2) Garante, em ligação com os organismos respectivos, a possibilidade de utilização segura dos caminhos de ferro de Malvéria, Ressano Garcia e Goba e prevê, se vier a tornar-se necessário, a segurança dos comboios²⁹.
- (3) Mantém-se em condições de actuar rapidamente e em força contra qualquer surto de violência detectado e de impedir qualquer tentativa de isolamento de parcelas do território nacional.
- (4) Organiza, estabelece e faz funcionar o Comando de Defesa de Lourenço Marques (COMDELM).

i – GAC 6

- (1) 1ª Bateria: em reforço do Sector A
- (2) 2ª Bateria: em reforço do Sector B

²⁹ Linha de Limpopo de Lourenço Marques a Malvéria (via Manhiça) - 549 Km (incluindo o ramal de Xinavane, da Moamba e Ungubana, na extensão de 77 Km).

Linha de Ressano Garcia de Lourenço Marques a Ressano Garcia - 98 Km (incluindo via dupla até à Machava).

Linha de Goba de Lourenço Marques a Goba - 93 Km (incluindo os ramais do Entrepósito, do Umbelúzi e do Esteval).

- (3) GAC (-): em reforço do CTC; prevê a atribuição de 1 Bateria em reforço dos Sectores E e F.

j – BEng 2

- (1) Articula-se de modo a colocar 1 Pel Sap em A/D de cada um dos Sectores A, B, E, e F;

(2) BEng 2 (-)-A/C

- (a) exercendo o esforço nos Sectores A, B, E, e F, constrói e mantém abertos por ordem de prioridade:

- itinerários;
- instalações para órgãos de serviços;
- instalações para as tropas.

- (b) prevê a atribuição aos Sectores A, B, E, e F, em apoio directo (A/D) ou reforço, em especial aos dois primeiros, de novos meios.

l – Forças de Intervenção da Região (FIR) - (Reserva)³⁰

- (1) Prevêm o seu emprego em qualquer ponto da Província e em qualquer momento, nos prazos fixados.

- (2) Directiva N° 2/68, de 02Fev, do QG/Av/RMM” (Para a prontidão operacional das Unidades com zonas não activas)”

Situação particular no distrito do Niassa

Neste Distrito, o In após as sucessivas acções de repressão e destruição levadas a efeito pelas NF, encontrava-se, em Fevereiro de 1968, confinado a uma área limitada (ver figura nº 5):

- a Norte, pela fronteira da Tanzânia,
- a Oeste, pela fronteira com o Malawi,
- a Este e Sul pela linha geral Chamba (3700.1136) - Candulo (3705.1205) - rio Lumbuissi - Révia (3637.1330) - foz do rio Luambala - rio Lugenda - rio Luchi e rio Luculumesi.

³⁰ Directiva 4/68 (Para a actividade operacional no Distrito do Niassa) QG/AV/RMM Fevereiro de 1968.

Dentro desta área, encontrava-se especialmente estabelecido e organizado nas regiões de Maniamba - Miandica - Unango, Muembe e Cassero - América - Metarica³¹, havendo ainda indícios de organização ligeira na região de Catur.

Pouco activo nos meses anteriores, tinha-se limitado à colocação de minas nos itinerários e a algumas flagelações, especialmente a Norte da linha geral Meponda - Vila Cabral - rio Luângua.

A Sul desta linha desencadeara acções esporádicas nas áreas de Mes-sangulo - Catur, Malapisia e Révia - América.

O seu moral parecia ter sido afectado pelo prolongamento da luta e pelos reveses sofridos, notando-se, no entanto, sintomas de reorganização, em especial na parte Este e Sul da área de subversão violenta.

Com a liberdade de acção e o apoio de que disfrutava na Tanzânia continuava a infiltrar pessoal e material vindos das suas bases naquele país, utilizando, em especial, as seguintes linhas de infiltração:

- Vale do rio Messinge - Vale do rio Moola - Miandica - Maciço a NNE de Bandece;
- Vale do rio Lucheringo - Vale do rio Lucuise - Maciço a Norte de Chiconono;
- Forte Maziua - Mataca - Cassero - Catur.

Admitia-se que o inimigo poderia:

- procurar manter e consolidar as suas posições no interior da zona de subversão violenta, exercendo o esforço a Norte da transversal Vila Cabral - Révia e, em especial, nas regiões de Révia e Catur;
- reforçar as suas forças e, uma vez enfraquecido o nosso dispositivo, tentar a expansão da subversão violenta: a Norte, na direcção Mataca - Mecula - Mocimboa do Rovuma, a fim de se ligar com a zona subvertida, de aprox. 68.000 Km², do Distrito de Cabo Delgado; no Centro, a partir da região Cassero - América, para Este do rio Lugenda na direcção de Maúa - Nanungo e/ou Nungo - Balama - Montepuez; ou no Sul, a partir da região de Catur, na direcção de Mandimba - Molumbo e/ou Belém - Nova Freixo e/ou Vale do Luleio - Muitetere, combinando ou não esta tentativa com o torneamento do Concelho de Amaramba pela zona fronteiriça do Malawi em direcção à Zambézia.
- retirar forças da região a fim de as utilizar noutras zonas subvertidas.

³¹ Existem na região várias povoações designadas Metarica - Ver Relatório Toponímico de Portugal - 07 - Moçambique Ministério do Exército - Serviço Cartográfico do Exército.



Figura 5 – Área a que o In estava confinado em Fev68

Considerava-se como possibilidade mais provável a primeira, e como mais perigosa a segunda, com tentativa de expansão para Sul.

Quanto à situação das populações, na zona de subversão violenta, verificava-se, dum modo geral, a situação seguinte:

- as populações aldeadas, tanto Nianjas como Ajauas, mostravam-se, de um modo geral, cooperadoras com as nossas autoridades;
- os Nianjas ainda fora do nosso controlo e cujo núcleo principal se situava na região de Maniamba, estavam identificados com a subversão;
- os Ajauas que não estavam controlados pelas nossas autoridades, concentrados em especial na área a Sul de Unango, Muembe, de Litunde e de Catur, cooperavam com a subversão, mas não estavam identificados com ela, sendo mais susceptíveis de recuperação do que os Nianjas.

Fora da zona de subversão violenta:

- as populações da circunscrição de Marrupa, na sua maioria aldeadas e razoavelmente protegidas, mostravam-se hostis à subversão;
- as populações do concelho de Amaramba não se encontravam convenientemente agrupadas para a defesa e, embora cooperassem com as nossas autoridades na contra-subversão, julgavam-se aliciáveis pelo In, por intimidação.

Assim da análise da situação pode concluir-se que as zonas afectadas pela subversão se situavam nos extremos dos distritos do Niassa, de Cabo Delgado e de Tete, próximas às fronteiras com a Tanzânia, o Malawi e a Zâmbia, com áreas, para as zonas de subversão violenta, na ordem, respectivamente, de 50.000, 26.000 e 23.000 Km², num total aproximado de 100.000 Km², e, para as zonas fora das áreas de subversão violenta, não ultrapassando valor estimado em 10.000 Km².

Estas áreas, onde incidia a subversão violenta, eram não só próximas dos países vizinhos que davam largo apoio à FRELIMO e COREMO, como coincidiam também, com zonas de fraca ocupação administrativa, carenciadas em vias de comunicação e com apreciável densidade de população nativa perdida no mato, com limitados contactos com as autoridades.

Mesmo impressionante, o valor de 110.000 Km² calculado para as áreas onde a subversão se fazia sentir, haverá que pô-lo em confronto com a área total de Moçambique, para se concluir pela imensa vastidão dos restantes 675.000 Km² onde a vida decorria com toda a normalidade.

Face à situação descrita, a RMM, sem prejuízo do esforço que desenvolvia no distrito de Cabo Delgado, tinha por missão:

- “a – Manter a pressão sobre o In na região a Norte de Révia, de maneira a:
 - evitar a expansão da subversão violenta para a circunscrição de Marrupa;
 - eliminar toda a actividade In a Este do rio Lugenda, conjugando aquela pressão com hostilizações frequentes dos grupos In que actuavam na margem Oeste do rio Lugenda, a Norte do rio Luangua, de maneira a evitar o fortalecimento da organização do In nesta zona.
- b – Iniciar, logo que possível, a redução da zona de subversão violenta a partir da circunscrição de Amaramba até atingir a linha

geral Bandece - Unango - Muembe - rio Luangua, reforçando a acção das Unidades de quadrícula, de maneira a:

- recuperar os núcleos de populações ainda fora do nosso controlo, a Sul daquela linha;
- privar o inimigo da zona agrícola mais rica do Niassa;
- libertar as principais vias de abastecimento;
- criar as condições para a livre orientação da manobra ulterior, para o Niassa Oriental e Ocidental.

Nesta manobra de redução, actuar progressivamente de maneira a:

- 1º - libertar a região do Catur, zona fundamental de comunicações;
- 2º - eliminar a actividade terrorista na margem Oeste do rio Lugenda, até ao rio Luangua alargando, assim, para Oeste, a zona já libertada a Este do mesmo rio, entre Révia e Muoco;
- 3º - prosseguir no alargamento da zona libertada de Este para Oeste, até à extinção da actividade inimiga a Sul da linha geral Bandece - Unango - Muembe - rio Luangua.

- c - Combinar as manobras indicadas em a e b com a intensificação da interdição das linhas de infiltração e da hostilização dos grupos In, dando especial atenção à interdição das infiltrações In, às faixas de infiltração de Forte Maziuu, que conduz à região Mataca - Cassero; Mitomoni, que conduz à região de Maniamba; Chala - Massangulo, que conduz à região de Catur e à hostilização, às regiões de Maniamba - Miandica e Cassero - Mataca”.

Em face do atrás exposto, resolveu o Comando da RMM³²:

“ (1) Pelo que respeita ao Sector A,

- (a) Exercer uma acção de interdição persistente na zona de fronteira do Malawi, entre a serra Liziette (3531.1409) e o monte Naumar (3455.1328)

- (b) Realizar uma manobra de redução de Sul para Norte para,

1 - Numa 1ª fase,

Permitir a libertação da região de Catur, conjugando esta acção com acções de interdição sobre o vale do rio Luangua, em especial na região de Malapsia;

³² Directiva nº 4/68 (Para a Actividade Operacional no Distrito do Niassa), de 09 de Fevereiro, do QG/Av/RMM.

2 - Numa 2ª fase,

Exercendo o esforço a Este, levar a frente de contenção até à linha Chiconono (3545.1257) - Nova Viseu ou, no mínimo, até ao rio Luangua, e coordenar as acções respectivas com as acções a realizar pelo Sector E na margem direita do rio Lugenda;

3 - Numa 3ª fase,

Exercendo o esforço a Oeste, levar a frente de contenção à linha Bandece-Unango, ou no mínimo até à linha Monte Mepange (3449.1309) - Cantina Dias (3516.1304).

(2) Pelo que respeita ao Sector E,

- (a) continuar a exercer um esforço concentrado de redução na bolsa Révia - América, levando a frente de contenção ao rio Lugenda; facilitar esta acção por actividades de interdição: dificultando os reforços e reabastecimentos do In através das linhas de infiltração, sobretudo do Mataca; flagelando o In, com pertinácia, a Oeste do rio Lugenda, em especial na região de Cassero;
- (b) criar as condições necessárias para estabelecer unidades a Oeste do rio Lugenda e a Sul do rio Lutize.

(3) Detectar, vigiar e interdizer, na maior amplitude possível, as linhas de infiltração do inimigo que penetram no distrito, atendendo em especial às de Chala - Massangulo, Mitomoni - Maniamba e Forte Maziua - Cassero, esta em 1ª prioridade.”³³

Situação particular no distrito de Tete ³⁴

Quanto ao distrito de Tete, a situação no mesmo, já carregada de ameaças, quando da criação do Sector F em 08 de Novembro de 1967, provenientes de núcleos In acoitados nos países limítrofes, em especial na Zâmbia, não deixou de se agravar progressivamente.

Os dois principais Movimentos que constituíam essa ameaça, o COREMO e a FRELIMO, encontravam-se largamente representados no Distrito:

³³ Concretizado no Plano “SAGITÁRIO” adiante referido.

³⁴ Directiva 5/68 (Para actividade operacional no distrito de Tete) QG/Av/RMM, Fevereiro de 1968.

o primeiro com especial incidência nas Circunscrições de Macanga, Norte de Marávia e Zumbo e, o segundo, nos Concelhos de Angónia, Moatize e Mutarara, sendo suas principais linhas de infiltrações os vales dos rios Tchis-savo, Zambeze, Muze, Uncanha, Luatize, e Capoché, Vubue-Luia e Ponfi.

A barragem de Cabora-Bassa, a iniciar em 1968, poderia constituir um dos seus objectivos mais imediatos. Com efeito, em várias declarações, os chefes dos Movimentos citados referiam a intenção de tudo fazer para impedir a valorização do vale do Zambeze e para explorar a pontencialidade subversiva da massa de trabalhadores empregues na barragem, para acelerar a subversão do distrito.

Quanto à população autóctone do Sector F era previsto o seguinte comportamento:

- Sengas, Chewas e Nianjas, a Norte do Zambeze - etnias afectas à ideia subversiva, colaborando já, em certa medida, com o In e apoiando moderadamente os seus grupos e agentes aliciadores; consideravam-se as duas primeiras etnias mais trabalhadas pelo COREMO e UNAMI e a última pela FRELIMO.
- Angonis, Azimbas, Nhungués, Atumbas, Chipetas e Macanjas, a Norte do Zambeze - etnias de comportamento duvidoso, susceptíveis de recuperação e de colaborarem com as NT; consideravam-se mais trabalhadas pela FRELIMO e UNAMI do que pelo COREMO.
- Tawaras, Mazazuos e Chicundas, a Sul do Zambeze - etnias aparentemente fiéis e colaboradores com as Autoridades.

Face ao atrás exposto, a fim de evitar o aparecimento da subversão violenta no distrito de Tete, o Comando da RMM, no quadro da sua missão geral, decidiu:

- “a – intensificar as acções de perseguição e aniquilamento dos grupos inimigos já então existentes ou que viessem a infiltrar-se no nosso território;
- b – tornar mais impermeáveis as fronteiras, em especial a fronteira com a Zâmbia;
- c – reagir energeticamente contra qualquer surto de subversão violenta que se manifeste e procurar eliminar todas as causas e consequências com ele relacionados.
- d – estudar e planear o adensamento do dispositivo das forças de quadrícula na região de Cabora-Bassa por forma a garantir a segurança próxima dos trabalhos e obras da barragem;

- e – integrar a defesa imediata a cargo das forças privativas da baragem com as do Sector, coordenando e fiscalizando a acção daquelas forças, sempre que necessário;
- f – manter-se em estreita ligação com as autoridades administrativas, coordenando com elas todas as acções de interesse comum.”³⁵

Com vista ao adensamento do dispositivo, o Sector F é reforçado com duas Companhias do CTC e uma das Forças de Intervenção da RMM (FIR), prevendo-se ainda o reforço com, pelo menos, duas Companhias do Sector D.

Por seu lado, ainda, ao Sector D e ao CTC, é dada ordem, no documento referido, (Directiva 5/68) para que, sem prejuízo das suas missões específicas de contra-subversão nas áreas a seu cargo, cooperassem e coordenassem com o Sector F na realização de acções na região dos seus limites comuns.

Em meados de Abril de 1968, a situação do inimigo, no distrito de Tete, encontrava-se mais clarificada³⁶. Assim, sabia-se que a FRELIMO dispunha ali de um dispositivo militar relativamente forte, constituído por um comando operacional e várias bases, implantado na área definida pelo triângulo Chofombo - foz do rio Capoché - Furancungo; abastecia, re completava e rearmava o seu dispositivo através do território da Zâmbia, por Katete - Caudama; revelava-se por acções violentas e colocação de minas nos itinerários, na área limitada pelo triângulo acima referido, a Norte do paralelo de Vila Vasco da Gama, com especial intensidade na área de Cassuende. Fora desta região, actuava por infiltração de pequenos grupos em acções de aliciamento e de intimidação nas áreas fronteiriças das circunscrições de Moatize e Mutarara.

O COREMO actuava por infiltração de grupos armados na área definida pela fronteira com a Zâmbia (Norte e Oeste), rio Zambeze (Sul) e rio Mucanha (Este).

*Situação particular no distrito de Cabo Delgado*³⁷

No Distrito de Cabo Delgado (Sector B) o In, constituído por elementos da FRELIMO, dispõe como vimos de um sólido dispositivo militar,

³⁵ Directiva nº 5/68 (Para a actividade operacional no distrito de Tete), de 26 de Fevereiro, QG/Av/RMM.

³⁶ Directiva nº 7/68 (Para a actividade contra o In no conjunto da Província) QG/RMM/3ª Rep Nampula, Abril de 1968

³⁷ Directiva Operacional nº 8/68 (Para a actividade operacional no distrito de Cabo Delgado) QG/RMM/3ª Rep, 15 de Maio de 1968.

praticamente concentrado ao longo de uma faixa de 100 a 150 Km de largura estendendo-se da região de Negomano - Pundanhar (a Norte) até à linha Macomia - Quiterajo (a Sul) constituído por bases de efectivo de Companhia ou Companhia reforçada e organizado em três Sectores:

- 1º – Delimitado a Norte pelo rio Rovuma e a Sul e Sudoeste pela picada Montepuez - Nairoto - Nancatari - Mueda - Diaca - Mocimboa da Praia;
- 2º – Área compreendida entre aquela picada e o rio Messalo;
- 3º – Área a Sul do rio Messalo.

Este dispositivo é especialmente denso no planalto de Mueda e esporão Norte da serra Mapé.

Dispõe de um complexo político-administrativo disseminado por toda a área acima referida.

Abastece, completa e rearma o seu dispositivo a partir do território da Tanzânia (Newala, Mahuta e NKunia), por uma linha principal de infiltração que corre ao longo do planalto de Mueda, apoiada nos vários órgãos militares e político-administrativos aí existentes.

Tem revelado a sua actividade a Este e Norte de uma linha definida por rios Matiu, Muirite e Messalo e, fora desta área, na bolsa Chai, Macomia, Quiterajo a partir da qual, tem feito um esforço de alastramento para a circunscrição de Quissanga, onde procura fixar-se.

Possui um potencial de combate forte, tanto em efectivos como em armamento, nomeadamente armas pesadas (metralhadoras pesadas, canhões sem recuo e morteiros), o que lhe permite actuar em grupos de grande efectivo, da ordem das três centenas, contra as instalações das Nossas Tropas (NT) e aldeamentos. Procura, igualmente, por meio de emboscadas limitar os movimentos das NT ao longo dos itinerários.

Quanto às populações o In conta, nas áreas de subversão violenta com a adesão total do grupo Maconde (Macondes, Andondes e Matambués). Conta ainda com o apoio de pequenos núcleos de Ajauas e Angonis.

Fora da zona de subversão violenta procura subverter os povos Macuas (Metos, Macuanas, Macas e Chacas), em especial os primeiros.

Está a procurar alastrar o seu domínio ao litoral, exercendo pressão constante sobre os núcleos Suhaili que vivem junto à costa, para Norte do rio Messalo.

Face a esta situação foi estabelecida a seguinte manobra:

“A fim de criar condições para o desenvolvimento ulterior da manobra para o vale do rio Rovuma, é minha intenção:

- (1) Hostilizar o inimigo em todas as regiões em que se manifeste a sua existência ou actividade de modo a mantê-lo permanentemente sob pressão.
- (2) Proceder à redução da área de subversão violenta, de Sul para Norte de modo a:

(a) Numa 1ª fase

Libertar e limpar completamente toda a área da serra Mapé e criar aí condições que permitam a sua ocupação permanente;

(b) Numa 2ª fase

Exercendo o esforço a Este, limpar a bolsa Chai, Macomia, Quiterajo e levar a frente de contenção até ao rio Messalo;

(c) Numa 3ª fase

Continuando com o esforço a Este, levar a frente de contensão à linha geral definida pela estrada Mueda - Diaca - Mocimboa da Praia, garantindo a possibilidade da sua utilização segura, ou, no mínimo, à linha Mueda - Macopela (3953.1144) - Nambude, garantindo por Norte todo o vale do rio Messalo.”

No espirito desta “acção” e no documento já referido (Directiva Operacional nº 4/68) é atribuída ao Sector B a seguinte missão:

- “(1) Em cooperação com as Forças Navais e AAdm do distrito e com apoio da Força Aérea, impede o alastramento da subversão e a infiltração de elementos inimigos e procede à redução da área de subversão violenta, até à linha Mueda - Diaca - Mocimboa da Praia, ou no mínimo, até à linha Mueda - Macopela - Nambude.
- (2) Mantém-se em condições de impedir qualquer tentativa de isolamento de parcelas do território nacional;
- (3) Coordena a sua acção com as dos Sectores C e E.”

Prevía-se o reforço do Sector, para esta fase, com um Comando de Batalhão (reduzido), 2 CCmd e 2 CCAç (Força de Intervenção da Região) e 2 CCAç Paras, e mais um DFE (Destacamento de Fuzileiros Especiais) (Reserva do CC).

Na Directiva em questão - Nº 8/68 RMM -, como aliás em todas as anteriormente referidas, estabelecia-se que os Sectores deveriam cumprir, além das suas missões particulares, as tarefas específicas do antecedente definidas. Sempre o desejo de fazer muito com os poucos meios, de que se dispunha.

Directiva nº 2/68, do QG/Av/RMM, de 02 de Fevereiro – Para a prontidão operacional das Unidades em zonas não activas

A intensificação do esforço contra o In, em particular nos Sectores A, B, E e F exigia o emprego, ou hipoteca de emprego, de todos os meios à disposição da RMM, com prejuízo do descanso do pessoal e, consequentemente, da aptidão operacional das Unidades.

Esse esforço caía, em regra, sobre as Unidades de guarnição normal e de reforço localizadas nos sectores afectados, ou nas que se situavam no Sector C.

É oportuno, e obrigatório, lembrar que todo este enormíssimo esforço era feito numa área onde as picadas-caminhos para viaturas auto, abertas, directamente, no terreno natural substituem as estradas, que são pouquíssimas para as áreas a percorrer, em clima quente, com uma temperatura média anual superior a 20°C, chuvoso ou moderadamente chuvoso, isto é, com precipitação média anual entre 500 e 2.000 mm e onde as temperaturas variam entre 45°C de máxima e 24°C de mínima, em alguns locais de Moçambique. Com as grandes bases logísticas a 250/300 Kms de distância, em áreas cortadas por rios caudalosos, entremeados com serras enormes, cobertas de vegetação densa, sem quartéis, sem bombas de gasolina à beira da estrada, nem água canalizada, ou electricidade permanente, as tropas, no terreno, batiam-se com um inimigo, adaptado ao meio, conhecedor dos caminhos e atalhos, rústico, agressivo e bem municiado, num esforço ignorado de todas as horas, quer para se alimentar, para beber, para se reabastecer e para continuar a luta, numa dádiva total, voluntária e consciente.

As Unidades de reforço que, uma vez cumprida a sua missão em áreas afectadas pela subversão violenta, eram destinadas a Sectores ou Comandos Territoriais, em que a actividade do In não existia ou era incipiente, permaneciam aí, em regra, pelo período restante da sua comissão.

Esta situação privava o Comando da RMM de um certo número de Unidades que, pelas condições de repouso de que disfrutavam e, a maior parte delas, pela experiência de combate obtida anteriormente, podiam continuar a prestar um inestimável concurso à missão de quadrícula em

áreas menos calmas e, mesmo, a certas missões de intervenção.

Com vista a uma utilização mais rendosa dos meios disponíveis, resolveu o Comando da RMM:

- a. Mentalizar, dinamizar e preparar as tropas da guarnição normal e de reforço, em zonas não activas, com vista ao seu emprego em qualquer ponto do território da Província e em qualquer momento;
- b. Criar as condições para que esse emprego se possa produzir no mais curto prazo;
- c. Não afectar ou afectar o mínimo possível, na preparação, o cumprimento da missão de quadrícula ou outra atribuída às Unidades afectadas.

Nesta conformidade os Sectores C e D e os Comandos Territoriais do Centro e Sul (CTC e CTS) deveriam estruturar-se e preparar-se de modo a terem, permanentemente, em condições de actuar, em intervenção ou quadrícula, em qualquer ponto da Província, até 2/3 do quantitativo total das Companhias (CCaç, CArt e CCav) que lhes estivessem atribuídas.

As Companhias designadas não seriam utilizadas, em princípio, simultaneamente e o seu deslocamento seria determinado mediante alerta prévio de, pelo menos, 72 horas (3 dias) para o primeiro terço e de 6 dias para o segundo.”

Actividade operacional na RMM, em 1968

Situação Geral

A actividade operacional desenvolvida durante o período que decorreu entre 01 de Julho e 30 de Setembro de 1968 teve a caracterizá-la quatro aspectos fundamentais:³⁸

- conclusão da redução persistente da acção inimiga e da captação de populações em toda a área situada a Sul da linha Bandece – Unango – Chiconono – Nova Viseu, no Sector “A”, de acordo com a Directiva Nº 4/68 da Região Militar;
- conclusão da limpeza da bolsa na região de América, e início das operações na região Cassero-Metarica, na margem esquerda do rio

³⁸ Relatório do Comando 1/68 do QG/RMM de Outubro de 1968.

Lugenda, até então considerado um “santuário” inatingível do In, no Sector “E”, nos termos da mesma Directiva;

- prosseguimento da flagelação e aniquilamento do In por todo o Sector “B” e, em especial, na bolsa Chai – Macomia, serra Mapé e planalto de Mueda, de modo a impedir o seu empolamento e a sua infiltração para Sul, nos termos da Directiva Nº 8/68, da Região Militar;
- criação do Subsector FBN (Subsector do Bene), no Sector “F” (Tete), de modo a deter, detectar e aniquilar a actividade inimiga já instalada no vale do rio Capoche.

Com os dois primeiros procurou-se, e conseguiu-se, criar uma “frente de contenção” aquém da qual foi destruída toda a actividade organizada do In, nas suas bases, nos seus abrigos e nos seus apoios junto das populações, levando estas a apresentarem-se às autoridades constituídas e a abandonarem decisivamente o campo do In. A figura nº 4 dá nítida ideia dos progressos conseguidos no ano de 1968, por comparação directa entre os meses de Janeiro e Setembro.

Em Cabo Delgado, Sector “B”, embora não tão nítida pelas características do terreno e do inimigo, a limpeza conseguida produziu entre o In um sentimento de insegurança e de instabilidade por toda a área do Sector, cujos frutos não tardariam a ser colhidos, se fosse possível manter a mesma pressão permanente sobre ele. Neste Sector, a actividade das NT concentrou-se, em especial, na bolsa Chai – Macomia e na serra Mapé, mas teve um elevado grau de intensidade e dispersão por todo o planalto de Mueda e na zona litoral a Norte do rio Messalo.

Em todas as acções desencadeadas se dispôs, na medida das suas escassas possibilidades, de apoio de fogo, transporte, reconhecimento, reabastecimento e evacuação da Força Aérea.

No Sector “E”, esse apoio foi particular e rendosamente utilizado no desenrolar das acções na área entre os rios Luangua, Lugenda, Luatize e montes Uera, em especial na 1ª e 2ª fases do Plano “Sagitário”³⁹ (ver figura nº 6). A inexistência de meios de transposição do rio Lugenda e a falta de itinerários naquela área fizeram depender a vida das tropas do apoio aéreo (reabastecimento por helicóptero), o qual funcionou sempre a contento.

³⁹ Relatório Especial de Informações (Período de 5 de Novembro de 1967 a 31 de Julho de 1968) do Comando de Agrupamento 1986 (Sector E) - Marrupa 1968

Na 3ª fase do mesmo Plano “Sagitário”, porém, necessidades de outros Sectores levaram a substituir, em parte, o reabastecimento heli por reabastecimento lançado de “Dornier”, o qual não conduziu aos excelentes resultados anteriormente obtidos⁴⁰.

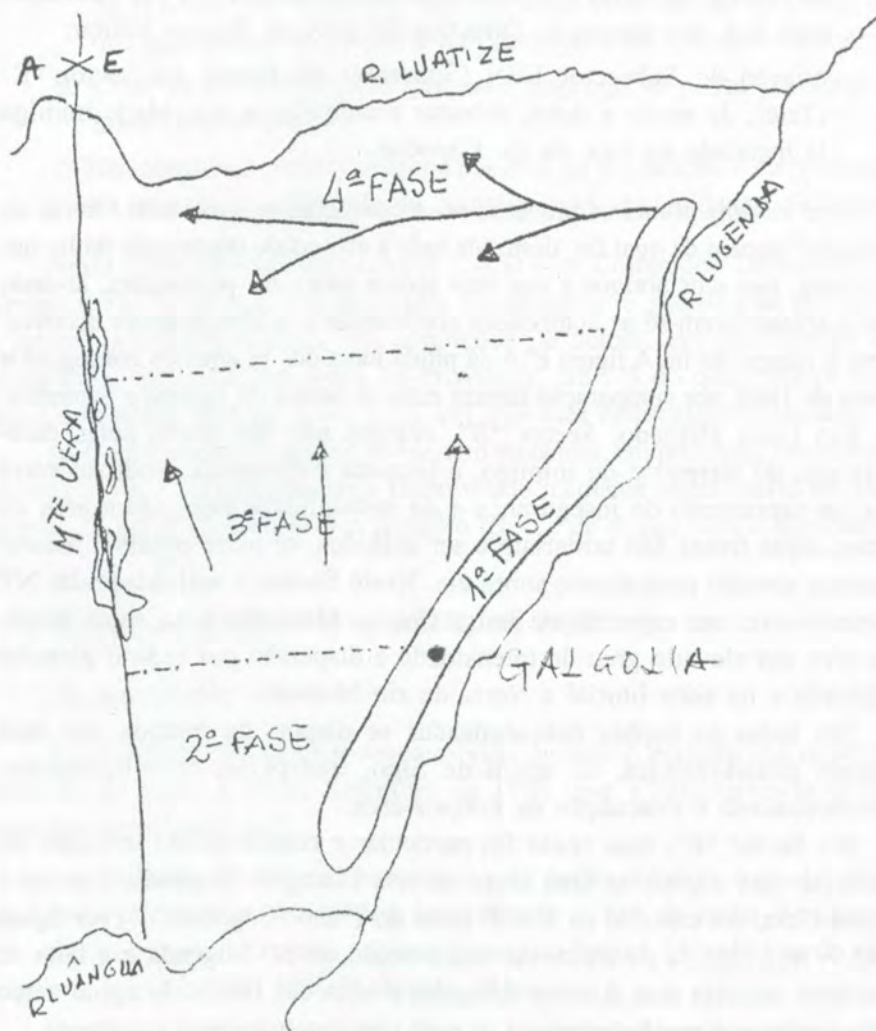


Figura 6 – Esquema do Plano “Sagitário” do Sector “E”

⁴⁰ Relatório de Comando da RMM referido ao 3º Trimestre de 1968.

Na verdade este último sistema mostrou inconvenientes, como os de:

- obrigar as Unidades a permanecerem no mesmo local demasiado tempo, aguardando os lançamentos;
- denunciar, pelas sucessivas passagens do avião, a posição das tropas e permitir ao In alvejá-las;
- haver risco de destruição de parte das rações lançadas, prejudicando as tropas e criando problemas de insuficiência alimentar;
- exigir total ausência do In, na área de lançamento, até à passagem do avião.



Figura 7 – O Gen CCM António Augusto dos Santos em visita a uma Unidade
(Foto BCaÇ 2837)⁴¹

A execução da 4ª Fase do Plano “Sagitário” estava prevista para Setembro de 1968, mas a escassez de meios de Engenharia para a abertura da picada que, do Nicoco à Ilha de Metarica, permitiria deslocar forças e apoiar as acções, fizeram adiá-la para o mês de Outubro⁴².

⁴¹ O BCaÇ 2837 esteve na região de Macomia de Fevereiro de 1968 a Fevereiro de 1970.

⁴² História da Unidade do Comando de Agrupamento nº 1986 e Relatório Especial de Informações nº 1/68, de 31 de Julho, do COMSEC “E”.

A atribuição da “região do Cassero” ao Sector E veio aumentar a ZA deste Sector em alguns milhares de Km², por passar a englobar a área definida pelo rio Luatize - rio Lugenda - rio Luangua - rio Meca e a cadeia dos montes Uera, em virtude de o limite Oeste, entre os Sectores A e E, ter sido alterado, passando a ser definido pela linha - rio Muandile - cota 1075 (3629.1156) - cota 1219 (3629,5.1212,5) - cota 809 (3627.1227) - cota 1054 (3627.1233) - cota 742 (3623.1238) - 1170 (3621.1259) - rio Mecalaué - rio Luangua - rio Lugenda e rio Luchimua (ver figura nº 8).

Face a esta determinação impunha-se operar nessa zona em profundidade, com persistência e com permanência no tempo, por forma a desarticular o In aí radicado, subtrair-lhe a população sob o seu domínio e aniquilá-lo sempre que se revelasse.

Execução do Plano “Sagitário” no Sector E

O Plano “Sagitário”, foi elaborado com a finalidade de limpar uma região, de difícil acesso⁴³ e onde o In estava instalado com alguma força. A maior dificuldade residia na ausência de vias de comunicação que dessem acesso ao rio Lugenda, a transposição do rio e a falta de vias de comunicação nessa mesma região.

Dado saber-se que o In, quando acossado em força numa região a abandonava para retornar a ela quando deixasse de o ser, tornava-se portanto necessário não só fazer acções de batida e limpeza, mas também, simultânea ou sucessivamente, ocupar a região para não deixar que o In a ela regressasse.

A manobra táctica tinha, pois, que consistir em acções de batida e nomadização, mas acompanhadas, ou seguidas, da instalação de Unidades de quadrícula que continuassem e consolidassem esse trabalho. Tal constatação exigia que fosse antecedida por uma manobra de comunicações que vencesse as dificuldades de acesso e movimento naquela região.

Para ser exequível, o Plano foi elaborado para uma realização ao longo do tempo, daí as 4 fases previstas, uma por mês, a abranger toda a época seca, assente em forte apoio da Engenharia - CEng 2349 - e da Força Aérea. Devido a dificuldades técnicas o apoio da Engenharia atrasou a manobra das comunicações e deveu-se ao apoio excepcional da Força Aérea não se ter atrasado a manobra táctica.

⁴³ Região entre os rios Luanga, Lugenda, Luatize e montes Uera.

As quatro fases antes referidas, constavam de:

– 1ª fase

1. Continuar com pertinazes flagelações, o mais profundas possível, ao longo de toda a margem esquerda do rio Lugenda, entre o rio Luangua e o rio Luatize, de maneira a desarticular as instalações In naquela margem:
 - destruindo todas as que fossem encontradas;
 - subtraindo-lhe as populações que aí lhe serviam de tampão e constituíam a segurança afastada das suas organizações mais à retaguarda, não só para capturar prisioneiros que dessem melhor conhecimento delas, como também para lhe eliminar a segurança.



Figura 8 – Sector "E" Região "Cassero"

2. Preparar as picadas:

- Parapi-Lugenda, com vista ao estabelecimento duma testa-de-ponte permanente sobre o rio Lugenda que permita, na fase seguinte, a instalação de uma Companhia de quadrícula na região de Mepejiua e seu respectivo reabastecimento;
- Ponte Nicoco - Lugenda, que permita, na fase seguinte, a instalação de uma Companhia de quadrícula junto ao rio Lugenda defronte da Ilha de Metarica.

– 2ª fase

1. Executar a limpeza - por meio de batidas preparadas para golpe de mão imediato - da região compreendida pelos rios Mecalaué, Namparica, Lugenda e Luangua, - seguindo-se-lhe, imediatamente, a instalação da Companhia de quadrícula em Mepejiua, com a responsabilidade de manter essa região limpa.
2. Logo que possível, instalar uma Companhia de quadrícula em frente à Ilha de Metarica, no rio Lugenda, com meios de transposição que permitam manter, nessa região, uma testa-de-ponte permanente sobre o rio; para isso preparar uma picada que desse passagem a Unimog, entre a margem esquerda do rio Lugenda, em frente a Murama, e a região entre Mepejiua e o rio Namparica, se possível.
3. Em caso de impossibilidade do exposto em 2., instalar uma Companhia de quadrícula na margem esquerda do rio Lugenda, em frente de Murama.
4. Com acções de nomadização e batida preparada para golpe de mão imediato, levadas a efeito pela Companhia instalada em quadrícula na margem esquerda do rio Lugenda, completar a limpeza na zona definida em 1.

– 3ª fase

1. Executar a limpeza da região compreendida por montes Uera (cota 1142), (cota 090) (cota 709) - foz do rio Meteringué - rio Lugenda - rio Namparica, por forma a levar a frente de contenção à linha geral definida por Montes Uera (cota 1142) - foz do rio Meteringué.
2. Se possível, deslocar a Companhia de quadrícula de Mepejiua para Melipa, ficando com a responsabilidade de manutenção de toda a região, limpa nesta fase e na anterior.

– 4ª Fase

A partir da Ilha de Metarica, executar a limpeza da região compreendida entre a foz do rio Meteringué e o rio Luatize, por forma a levar a linha de contenção até ao limite Oeste do Sector.

Para execução do Plano era intenção:

- combinar a manobra 1. da 2ª fase com uma acção de bombardeamentos sistemáticos, a efectuar pela Força Aérea em toda a área a Norte do rio Namparica;
- efectuar a manobra 1. da 3ª fase, a partir do rio Namparica, combinando-a com uma acção de decepção a partir da foz do rio Lulusse e com um forte apoio aéreo;
- combinar a manobra relativa à 4ª fase com uma acção, a efectuar, pelo BCac 2836, entre o rio Tapir e o rio Luatize;
- combinar todas as manobras com persistentes emboscadas no “corredor de Mataca”.

Era previsto, para a sucessão de manobra e respectiva cooperação com a Força Aérea, o seguinte calendário:

Tempo		Forças Terrestres	Apoio Aéreo
Junho 1968		1ª fase	– 2 T-6 em alerta no solo – 1 DO em Révia, para PCV (c) – 1 Heli, para evacuações
Julho 1968	1ª quizena	2ª fase	– 2 T-6 em alerta no solo – 1 DO em Révia, para PCV – 2 Helis (a)
	2ª quizena	–	– AIL (b)
Agosto 1968	1ª quizena	3ª fase	– 2 T-6 em alerta no solo – 1 DO em Révia, para PCV – 2 Helis (a)
	2ª quizena	–	– AIL (b)
Setembro 1968	1ª quizena	4ª fase	– 2 T-6 em alerta no solo – 1 DO em Révia, para PCV – 2 Helis (a)

(a) 1 Heli para reabastecimentos, a partir de Révia; outro, em Mar-rupa, para evacuações.

(b) Área de Intervenção Livre (AIL) - áreas afectadas pela subversão ocupadas por populações nitidamente hostis e irrecuperáveis, onde, quer pelas características geográficas da região e dificuldade de acesso, quer pela indisponibilidade de meios, não possam aí ser levadas

a efeito pelas Forças Terrestres (F.T.) operações com frequência desejável, sendo por isso entregues à intervenção livre da F.Aérea por períodos mais ou menos longos, de forma a que esta, actuando, sistematicamente, em tais zonas pelo reconhecimento e pelo fogo, provoque no In um constante desgaste e instabilidade, inibindo-o ou, pelo menos, dificultando-lhe a criação de instalações ou bases fixas.

Nota: Só o Comandante-Chefe podia determinar a criação ou cancelamento de AIL.

Podiam propor a criação de AIL a RMM, o CNM, a 3ª RA, os CT e COMSECs - estes propondo as áreas que lhes fossem solicitadas pelos Comandantes de Subsectores -.

(c) Posto de Comando Volante.

A quadrícula compreendia as seguintes Unidades:

- 1 Comando de Agrupamento - Agr 1986, em sobreposição, no período de 26 de Agosto a 02 de Setembro de 1968, com o Agr 2955 e tendo marchado para Quelimane em 07 de Setembro;
- 4 Comandos de Batalhão - BCaç 19, BCaç 1935, BCaç 2836, BArt 2839;
- 14 Companhias (6 eram do recrutamento da Província)
- CCaç 1ª/17, 1ª/18, 1ª/19, 2ª/19, 3ª/19, CCaç Marrupa; CCaç 1631, 1796, 1797, 1798, 2318, 2319, 2320, CArt 2388;
- 2 Pel Rec Daimler nºs 1166 e 1167, sediados em Marrupa e Nova Freixo, respectivamente.

Para intervenção, o Sector dispunha de 3 Companhias:

- CCaç 1619, sediada em Metarica;
- CCaç 1669, sediada em Marrupa - seguiu para Montepuez em 23 de Agosto;
- CCaç 1714 sediada em América;
- CCav 2416, sediada em Marrupa, desde meados de Agosto.

Na execução do Plano participaram as várias Unidades de quadrícula e ainda a CArt 1597 (FI), no período de 24 de Junho a 20 de Julho de 1968, além da já mencionada CEngª 2349.

Foram inúmeras as operações executadas, 55, para além das actividades de rotina - nomadizações, emboscadas, patrulhamentos, batidas, escoltas, segurança, na ordem das sete centenas -, sendo a principal força executante o BCaÇ 1935, para o efeito reforçado com 3/4 Companhias. A destacar as operações “Galgos Saltam a Fogueira”, “Galgos de Barrete”, “Leão Infiltrante”, “Manjerico dos Galgos”, “Galgos de Balão”, “Vassourada dos Galgos”, “Galgos Vasculham I, II e III”, “Bicharada”, “Galgos Martelam I”, “Galgos Disparam”, “Falcão Explorador”, “Galgos Remexem”, “Galgos Persistem”, “Puma Teimoso I”, “Galgos Varrem” e “Galgos Encostam”.

- A 1ª fase foi executada, como previsto, em Junho de 1968, tendo sido útil para o reconhecimento do terreno e de organizações In. Foi detectada e destruída a base de segurança “Novo Vietnam” ou “Chiputo” e destruídas as bases “Lumumba” e “Catemba”, entre o rio Namparica e o rio Meteringué que reagiram às NF quando estas pretendiam atravessar o rio Lugenda, designadamente, defronte da foz do rio Lulusse. Foi ainda verificado que a região, depois chamada Galgoliua, era boa para aí instalar uma Companhia de quadrícula. No período só foi possível preparar a picada Parapi - Murama, pelo Pel Sap/BArt 2839 que, em 9 dias, a pôs em condições de dar passagem a viaturas Berliet.

A CEng^a 2349, devido a dificuldades técnicas, atrasou-se e não conseguiu iniciar os trabalhos na picada Ponte Nicoco - Lugenda, como estava previsto.

- A 2ª fase teve o início com bombardeamentos da Força Aérea, na região compreendida entre o rio Luângua e o rio Namparica, batida a seguir pelas CCaÇ 1619, CCaÇ 1669, CArt 1597 e CCaÇ 1796. Esta fase teve êxito dado que as Companhias atravessaram o rio Lugenda, na região da Murama, sem resistência do In. A CCaÇ 1796, reforçada com 3 Esq. Mort. 81 e 1 Pel Sap/BCaÇ 1935, instalou-se em Galgoliua, onde começou a construir o seu aquartelamento, enquanto as restantes três CCaÇ batiam toda a zona prevista para esta Fase. A região estava abandonada e apenas a CCaÇ 1619 teve contacto com um Gr In, de cerca de 10 elementos, talvez da guarnição da base de segurança “Novo Vietnam”; destruída a base “Chaimite - Chipemba”. A CEng^a 2349 montou base em América, onde construiu uma pista e melhorou a picada Parapi - Murama.

Foi consolidada uma testa-de-ponte na Murama, onde um Dest. de Pontoneiros montou uma jangada apta a transportar viaturas para a outra margem do rio Lugenda. O Pel Sap/BCaç 1935 abriu uma picada de acesso desde essa margem até Galiúia.

Pode, pois, dizer-se que a linha de contenção foi levada até ao rio Namparica, e que, na região limpa, já se encontrava instalada uma Companhia de quadrícula com acesso garantido, na época seca, para reabastecimentos e evacuação de qualquer natureza.

A missão imposta às Companhias, para esta fase, foi cumprida, com contributo de realce, pelo BCaç 1935.

A Força Aérea teve papel valioso ao garantir o reabastecimento das quatro Companhias durante os 15 dias de operações, reabastecimento feito por Heli a partir de Révia e para Bases Temporárias (BT) dessas Companhias; o apoio de fogo, o reconhecimento (PCV) e as evacuações de algumas baixas.

Com os bombardeamentos que antecederam a operação, foi a Força Aérea que abriu o caminho às Forças Terrestres.

- A 3ª fase, previa-se a mais dura, talvez, de todo o Plano e assentava em substancial apoio aéreo para a sua execução, por se admitir que, na região a bater, o In teria uma certa força, dado que, na fase anterior, se detectara a localização da base “Msumbiji”, a mais importante de toda a região “Cassero” e de que as outras eram subsidiárias.

O conceito da operação era:

- na 1ª quinzena de Agosto de 1968, destruir o In, suas instalações, meios de vida e recuperar a população na zona compreendida por montes Uera (.1142) - foz do rio Meteringué - rio Lugenda - rio Namparica;
- combinar esta acção com um Golpe de Mão helitransportado⁴⁴, a efectuar sobre a base “Msumbiji”, conjugado com acções de emboscada ao longo do rio Lugenda (margem direita);
- na 2ª quinzena de Agosto, com acções de nomadização e batida, preparadas para golpe de mão imediato, levadas a efeito pela Companhia de Galiúia e outras de quadrícula, completar a

⁴⁴ A 3ª RA cancelou a operação e substituiu-a por uma acção de bombardeamento, a levar efeito em data posterior.

limpeza de toda a zona da margem esquerda do rio Lugenda, compreendida entre o rio Luangua e a nova linha de contenção, atingida na 1ª quinzena.

As NF não encontraram, na 1ª quinzena, qualquer resistência ou oposição por parte do In, tendo destruído vários Acampamentos Tipo Quartel e População Fugida, os quais se encontravam já abandonados, em virtude do In se ter deslocado, apressadamente, para Norte. Com efeito no decorrer das três fases, “as NF atravessaram o Lugenda, limpam grande parte da nova zona atribuída, e fixaram-se na margem esquerda, instalando uma Companhia em quadrícula em Galgoliúá, o que constituiu um golpe profundo para o In, que ficou desequilibrado, tendo perdido o controlo de vários elementos da população.”

No período relativo às três primeiras fases o In reagiu à acção das NF com 6 ataques e/ou emboscadas, 3 acções sobre estacionamentos e aquartelamentos, 17 flagelações, 13 acções de reacção à penetração das NF, colocou 11 minas (5 accionadas e 6 levantadas ou destruídas), 6 armadilhas e outros engenhos explosivos (4 accionadas e 2 levantadas ou destruídas).

Causou 6 mortos e 27 feridos às NF e FAdm e 6 à população; raptou um elemento da população.

Pelas NF foram causados ao In 25 mortos, 15 feridos e 14 capturados; 38 elementos apresentaram-se, dos quais 21 com arma; a população recuperada foi de 552 elementos - 147 homens, 164 mulheres, 241 crianças. As NF sofreram ainda 1 morto, 2 feridos graves e 1 ligeiro, devido ao rebentamento de um dilagrama na ocasião do assalto à base “Nova Vietnam”. Foram destruídas 12 bases, 19 Acampamentos Tipo Quartel (AcTQ), 81 Acampamentos de População Fugida (AcTF), 508 palhotas isoladas, 65 machambas e outros meios de apoio. Quanto a material de guerra capturado há a apontar: 1 EAutm Kalashnikov, 12 ESAutm Simonov, 16 granadas de mão, 1 LG Foguete, 2 pistolas Tula Tokarev, 13 carregadores de EspAutomática, 490 cartuchos 7.62, 1 petardo de trotil de 200 gr, 11 detonadores pirotécnicos, 16 disparadores de tracção, 1 carregador de metralhadora ligeira Degtyarev, 5 carregadores curvos, 1 tambor circ. p/metr., e ainda outro material: 2 binóculos, 1 coldre de pistola, 2 mochilas, 5 cantis, 2 marmitas, cordão detonante, arame de tropeçar, fio eléctrico, 7 cinturões - cartucheira, 3 sabres - baioneta, 2

cartucheiras, 1 cinto de cabedal, 1 baú, 1 máquina de costura, 1 sacomochila, 1 escovilhão de limpeza, 1 bainha de sabre-baioneta. Capturada ainda documentação vária nomeadamente na base “Novo Vietnam” -, utensílios domésticos, roupas, louças, 1 bandeira da FRELIMO, géneros alimentícios, artigos de higiene, maleta com livros, ferramentas, panos novos, 1 bolsa com medicamentos, livros, calçado e alfaías agrícolas. Na 2ª quinzena o In não ofereceu qualquer resistência na região do rio Meteringué e, se bem que fossem encontrados vários acampamentos abandonados, não foram encontradas populações fugidas. O In revelou-se, esporadicamente, tendo feito uma flagelação a Galgoliúa; outra em frente da ilha de Metarica aos elementos que faziam o reconhecimento técnico da picada Nicoco - Metarica; e ainda uma emboscada na região de Mucuavira, entre Mucuaia e o rio Lugenda. A repetição da 3ª fase do Plano “Sagitário”, que teve lugar de 04 a 29 de Setembro de 1968, - quando já havia sido assumida a responsabilidade do Sector pelo Agr 2955, compreendeu, principalmente, as seguintes operações, efectuadas pelas Companhias de Intervenção sob controlo operacional do BCaÇ 1935: “Galgos Persistem II”, “Galgos Persistem III”, “Galgos Voltam II” e “Galgos Voltam III”.

- A 4ª fase do Plano “Sagitário”, teve execução de 16 a 30 de Outubro de 1968 e compreendeu, ainda sob o controlo operacional do BCaÇ 1935, as operações: “Galgos Empurram I”, “Galgos Empurram II” e “Aniversário dos Galgos”, as duas primeiras realizadas por Companhias de Intervenção - CCav 2416, CCaÇ 1619 (deixou o Sector em 17 de Novembro de 1968), CArt 2327 (entrou em Sector em 01 de Outubro de 1968) -, e a última pela CCaÇ 1797, da quadricula. No período o In causou 1 morto às NF.

Como resultados obtidos, mais vultuosos em material e pessoal capturado do que nas fases anteriores, apontam-se:

- baixas causadas ao In - 1 morto, 2 feridos e 1 capturado;
- recuperados (da população fugida) - 12 homens, 61 mulheres e 92 crianças, no total de 165;
- apresentados - 7 homens, 27 mulheres e 39 crianças;
- instalações de apoio ao In a às pop. (PF), atacadas ou destruídas pelas NF;
- acampamento tipo quartel 8;

- acampamento tipo população fugida 65;
- cerca de 40 ha de machambas;
- material e documentos capturados: 13 ESAutm Simonov, 1 EAutm Kalashnikov, 1 carreg. Metr. lig. Degtyarev, 16 carreg. EAutm Kalashnikov, 648 cartuchos 7,62 m/43, 17 GM defensivas, 3 GM m/NF, 1 carga explosiva de 3 Kg, 3 canhangulos, 6 cinturões - cartucheira, 1 cartucheira, 1 coldre para Pistola Tula Tokarev, 2 sabres baioneta, outro material, fardamento e equipamento, utensílios vários e documentos que permitiram a reconstrução da Ordem de Batalha (OB) do In e a sua evolução, desde o início da subversão nas “Áreas” de Révia e Cassero.

Além deste material foram entregues, por apresentados vindos da região Cassero - Luatize:

- Às NF - BCaç 1935 – ESAutm Simonov 6
- BCaç 1936 – ESAutm Simonov 1
- À AAdm da Maúá – ESAutm Simonov 1
- EAutm Kalashnikov 1

Comentários

A área de responsabilidade do Sector “E” era bastante grande, com cerca de 82.000 Km² e uma configuração rectangular um pouco distorcida. (fig. nº 8)

Confinava a Norte com a Tanzânia e, na parte SW, com o Malawi. Devido a isso e dada a sua situação relativamente aos sectores confinantes, podia ser considerada uma ZA de ligação entre os Sectores A e B e de passagem de elementos infiltrados para os Sectores C e D.

A orientação geral de escoamento das águas é no sentido SW - NE, apresentando os cursos de água grande diferença de volume entre as épocas seca e das chuvas; a ZA é fortemente influenciada pela bacia hidrográfica do rio Lugenda que, na época das chuvas, oferece sérias dificuldades à transitabilidade na direcção Sul - Norte e Este - Oeste.

Devido à fraca rede de comunicações existiam vastas zonas de difícil acesso, especialmente na época das chuvas, que o In aproveitava para seu refúgio e onde tinha vivido a coberto da acção das NF; entre estas zonas há a destacar a região “Cassero”, onde se havia instalado, e o corredor de “Mataca” que lhe servia para as infiltrações e para reforçar e reabastecer as forças instaladas na região.

“As acções realizadas em cumprimento do Plano “Sagitário”, conseguiram desarticular completamente a organização In, a qual se encontrava fixada na margem esquerda do rio Lugenda, entre o rio Luatize a Norte, o rio Luangua a Sul e a cadeia dos Montes Uera a Oeste, tendo por ponto forte o Monte Cassero. Esta região, dadas as suas condições naturais, funcionava como um “santuário”, mas nem por isso deixou de ser atacado, as suas bases destruídas, a população fugida recuperada, e o “golpe” no In foi tão duro, que ainda hoje⁴⁵ não se conseguiu recompor, pois ficou completamente desarticulado.

Entre as mais importantes instalações de apoio ao IN destruídas, podem ser indicadas as bases “Msumbiji”, “Cassero”, “Novo Vietnam”, “Fornalha Ardente”, “Negolola”, Chaimite - Chipenda”, “Lumumba”, “Maguiguane”, e “Chiulezi - Catembe”⁴⁶.

Colheram-se os melhores resultados e foi muito boa a aceitação, por parte das tropas, da modalidade de fornecer, a partir do 4º dia de operações, uma refeição quente para obviar os inconvenientes que resultam de uma tropa alimentada, durante 15 dias seguidos, a ração de combate.

A CEng 2349 iniciou, em 13 de Setembro de 1968, o arranjo da picada ponte Nicoco - Ilha de Metarica, a partir de Nicoco, e em 27 de Setembro também a partir da Ilha Metarica. Dado o volume de material empregado e o muito desembaraço do pessoal da Companhia, a picada está em vias de conclusão e deve permitir o trânsito durante todo o ano.

Da pista da Ilha de Metarica partiu o apoio aéreo logístico e de PCV na 4ª Fase do Plano Sagitário, depois da sua construção pela CEng 2349 (-), com início em 24 de Setembro de 1968 e prontidão em 14Out⁴⁷.

O II Congresso da FRELIMO

Entre 20 e 25 de Julho de 1968 a FRELIMO, realizou em território de Moçambique, mas junto à fronteira com a Tanzânia, em zona desabitada e longe de qualquer actividade civilizada, o seu II Congresso. O local da reunião foi detectado pelos Serviços de Informação Militar e, posteriormente, bombardeado pela FAP, o que obrigou ao seu abandono precipitado pelos membros do Congresso⁴⁸

⁴⁵ 1968.

⁴⁶ História da Unidade, Cmd Agr 1986.

⁴⁷ História da Unidade, BCaç 1935.

⁴⁸ Relatórios Mensais de Informação n.ºs 8 e 9 (Julho e Agosto de 1968) QG/Av/RMM e nota n.º 1153/B de 14 de Dezembro de 1968 da 2ª Rep/QG/RMM.

A actividade operacional no conjunto do território nos fins de 1968 e resultados obtidos

As Directivas operacionais

O bom andamento das tarefas de redução a que se procedeu nos Sectores “A” e “E” levaram à difusão, em fins de Agosto, da Directiva Nº10/68 (Para o Prosseguimento da Actividade Operacional no Distrito do Niassa)⁴⁹, com a qual, actuando metódica e sistematicamente sobre o In, de Sul para Norte, e fazendo o esforço a Oeste nos dois Sectores, se tentava procurar, em três fases, empurrar a frente de contenção até à linha geral Chigoma (3441.1205) - rio Itonga - Monte Jau (3631.1228) - rio Metapire - monte Namanhanga (3710.1220) - rio Miuro, limpando toda a área até às regiões do Cobué, Macaloge e vale Norte dos rios Luatize e Lugenda.

Também no Sector “B” se procurou acelerar a execução da Directiva relativa às operações no mesmo Sector, graças à desorganização e desarticulação do In conseguida a Sul do rio Messalo. Assim, a partir dos primeiros dias do mês de Setembro, iniciou-se a transferência gradual e progressiva do esforço para a margem Norte do vale daquele rio, de modo a interceptar, ao In, as suas vias de acesso para Sul.

A intensificação da actividade no vale do rio Capoché, no Sector “F”, Distrito de Tete, principal área de infiltração detectada do In para a região de Cabora-Bassa e a criação, no mesmo, de um novo Subsector, com 1 Batalhão, a 4 Companhias, permitiu considerar que o In se encontrava já, aí, um tanto desarticulado e desorganizado e sem apoio de populações que, na sua maioria, se refugiaram na Zâmbia.

Para os resultados conseguidos muito contribuiu a execução de duas operações com tropas helitransportadas, com empenhamento de quatro aparelhos.

O incremento da actividade operacional registado durante o período de 1 de Julho a 30 de Setembro e a movimentação permanente dos dispositivos só foram possíveis pela chamada à função de intervenção de Unidades de áreas calmas dos Sectores activos e, fundamentalmente, de Unidades dos Sectores “C” e “D”, uma e outras com evidente prejuízo das funções de quadrícula.

Não se dispunha na Região, à data, com excepção de quatro Companhias de Comandos, de Unidades especialmente destinadas à intervenção.

⁴⁹ QG/RMM/3ª Rep., Nampula, Agosto de 1968.

Assim, durante o período, mantiveram-se cinco Companhias de intervenção no Sector “A”, 9 no Sector “B”, incluindo-se nestas 1 DFE e 2 CCaÇ Paras do Comando-Chefe, 4 no Sector “E” e 3 no Sector “F”, que correspondiam às de 7 Batalhões.

Dado o seu interesse, transcrevem-se os comentários, relativos às operações, do Relatório de Comando Nº 1/68 da RMM, de 31 de Outubro:

“A manobra prevista nas Directivas particulares relativas às acções a desenvolver nos três Distritos em que existe subversão violenta, como nos restantes, tem sido conduzida de acordo com a intenção expressa na Directiva Nº 7/68, respeitante à actividade contra o In no conjunto da Província, e na qual se consubstanciam, em síntese, os seguintes tipos de acções simultâneas, fundamentais e complementares:

- uma acção de contenção;
- uma acção de redução;
- uma acção de interdição;
- uma acção de hostilização generalizada;
- uma acção de controlo e coordenação.

A primeira acção visou impedir o alastramento da subversão violenta para além das áreas sublevadas, confinando-a aos seus limites actuais, e mantendo livres os itinerários fundamentais à condução das operações.

A acção de redução, a principal, tem sido conduzida de modo a, actuando sistemática e persistentemente por áreas sucessivas, caminhando de Sul para Norte e de Este para Oeste, limpar completamente essas áreas de actividade do In e criar, assim, uma “frente de contenção”, frente para áquem da qual não há inimigo em força e organizado e populações fora do nosso controlo.

Como se depreende, este aspecto da manobra tem conduzido a resultados francamente positivos destacando-se hoje, quer nos Sectores “A” e “E”, quer, em certa medida, nos Sectores “B” e “F”, extensas áreas inteiramente pacificadas onde há poucos meses campeava ainda o terrorismo.

Esta actividade permanente e persistente não tem dispensado a acção em profundidade, para além da mesma frente de contenção, em que se processa, de forma dispersa, a acção contra as suas vias de apoio e as suas bases recuadas.

A acção de interdição das “linhas de infiltração do In através das suas fronteiras”, não tem sido executada junto das mesmas visto o terreno ser localmente muito coberto, extenso e sem vias de comunicação e exigir um elevado número de meios, em pessoal e material, que a Região não

comporta. Como regra, tem-se procurado colmatar essas linhas em zonas mais acessíveis, embora mais recuadas, em que os meios disponíveis tornam possível obter um mais adequado rendimento.

Finalmente, com as acções de hostilização generalizada do In, de controlo e coordenação, estendidas a todo o território da Província, tem-se procurado manter a pressão sobre o In em todos os locais em que se encontre ou em que se revele e evitar, em estreita ligação com as Autoridades Administrativas, que a subversão se alargue aos Distritos ainda não por ela contaminados.



Figura 9 – Trabalhos na picada - Nancunda
(Foto BCaç 2837)



Figura 10 – Trabalhos de detecção de minas na picada de Nancunda
(Foto BCaç 2837)



Figura 11 – Partida para a instalação, em 24 de Dezembro de 1968, da CCaç 2321 no alto da serra Mapé, no estacionamento designado por Cruz Alta
(Foto do BCaç 2837)



Figura 12 – Secção de Cães de Guerra
(Foto do BCaç 2837)

A actividade operacional da Região tem sido, no entanto, substancialmente afectada:

- “pela escassez de meios de transporte;
- pela escassez de meios de transmissões;
- pela falta de instalações adequadas, em especial para as Forças de Intervenção;
- pela escassez de apoio aéreo, particularmente para reconhecimento, ligação e evacuações;
- pela deficiente instrução da generalidade do pessoal e dos especialistas recebidos da Metrópole;
- pela escassez de apoio de uma Engenharia muito insuficiente;
- periodicamente, pelo sistema de rendições em vigor, o qual impede a aclimação e a sobreposição do pessoal antes de assumir a responsabilidade das áreas respectivas⁵⁰.

Prosseguiu, no período final do ano de 1968, com bom rendimento, a execução das directivas da Região Militar no conjunto da Província e, em especial, nos quatro Sectores activos em que se procurou alargar e intensificar, antes da época das chuvas⁵¹ que se avizinhava, a redução sistemática e por áreas sucessivas das zonas de subversão violenta:

“(1) No Sector “A” actuou-se em toda a área compreendida entre a linha geral Bandece - Unango - Chiconono - Nova Vi-seu e a linha geral Lunho - Cantina de Lumbiza - rio Luatize, tendo-se conseguido apreciáveis resultados na destruição da actividade In, quer a Oeste quer a Este, apesar das dificuldades que representam os maciços montanhosos aí existentes.

(2) No Sector “E” desencadeou-se, como previsto, a execução da 4ª fase do Plano “Sagitário” - redução da actividade inimiga - numa zona limitada a Oeste pelos montes Uera, a Sul pelo rio Naissanga, a Este pelo rio Lugenda e a Norte pelo rio Luatize.

Com base no estacionamento constituído a Sul da Ilha de Metarica e dispondo de apoio aéreo de reabastecimento lançado de avião ligeiro

⁵⁰ Relatório de Comando nº 1/68, de 31 de Outubro, da RMM.

⁵¹ Uma época seca, menos quente e de cacimbo, normalmente de Maio a Outubro; outra chuvosa, mais quente, no período de Dezembro a Março; Abril e Novembro, são períodos de transição entre duas épocas.

(Dornier) ou heli-transportado, as NF bateram toda aquela área, destruindo acampamentos, culturas e capturando pessoal e material. Em vista da mudança prevista do esforço para outras zonas sensíveis, foi levada a efeito pelo COMSEC, na segunda quinzena de Dezembro, uma operação de reconhecimento que se estendeu a duas dezenas de quilómetros para Oeste, NE e SE da confluência dos rios Luatize e Lugenda.

- (3) No Sector “B” continuou-se a impedir o empolamento do In e a sua infiltração para Sul do rio Messalo, tendo em vista criar as condições necessárias para a passagem do esforço para Norte daquele rio. Verificaram-se, ainda, dois aspectos altamente positivos:
- a abertura da EN 243 entre a ponte do Chai e a transversal Diaca - Mocimboa da Praia, em Oasse, permitindo dispor de uma via de acesso Norte - Sul pela zona litoral;
 - a instalação de uma Companhia no alto da serra Mapé, conferindo maiores possibilidades de pacificação de toda a região⁵²;
- (4) No Sector “F”, Distrito de Tete, levaram-se a cabo três operações com meios helitransportados, uma em cada mês, e ainda, nas duas últimas, com a utilização de “pisteiros”, a fim de detectar, seguir e, se possível, interceptar os movimentos do In e das populações afectas. Tais operações, com largo emprego de efectivos em acções de coordenação e de decepção, desenrolaram-se na principal área infiltrante conhecida - os vales do rio Capoche e dos seus afluentes principais - desde a área fronteiriça até à região Cangombe - Chipera. Além da insegurança criada, os resultados concretos obtidos foram, no entanto, muito diminutos por fluidez do In e inexistência de bases e de populações localizadas que o apoiem.”

O desenvolvimento das operações de redução, em especial nos Sectores “A” e “B”, teria permitido obter melhores resultados se neles fôsse possível

⁵² No alto da serra do Mapé, estacionamento da Cruz Alta, estiveram sediadas:

CCaç 2321, Natal 68 a Março de 1969, CArt 2386, Março a Setembro de 1969; CCaç 2554, Setembro de 1969 a Setembro de 1970; CCav 2752, Setembro e Outubro de 1970.

Por um Destacamento de Eng^a foram realizados trabalhos de descapinação e terraplanagem para melhoria de instalações e construção da pista de aviação, em terra compactada, de 750x40 metros. Actividade operacional permanente com nomadizações, pesquisa e destruição de acampamentos e machambas exploradas pelo In e ainda patrulhamentos constantes das picadas Cruz Alta – Darumba, Cruz Alta – Coveque e Cruz Alta – Serração Mecânica.

dispôr, ainda que não em permanência, de helicópteros. Na verdade, muitas dessas operações viram prejudicado o cumprimento da missão respectiva, quer por dificuldades de acesso aos objectivos, quer por falta de adequada ligação, quer, ainda, por dificuldades de montagem do melhor sistema de apoio de reabastecimento. Uma conveniente mobilidade permitiria às NF aumentar o número de operações e ampliar a área geográfica das suas sortidas e consequentemente, operar maior desarticulação e insegurança no seio do In.

A actividade operacional do Sector “F” decorreu em torno de três operações com meios helitransportados, tendo sido estudada a organização dos Gr CombT a 18 elementos para adaptação à disponibilidade de meios, resumida a 4 helicópteros de transporte e 1 para evacuações.

Foram utilizados, nas duas últimas operações, em Novembro e Dezembro, pisteiros, um ou dois, conforme as disponibilidades nos transportes. Os resultados não foram compensadores porque o In, em escasso número, aliado à provável perda de surpresa da nossa parte, soube furtar-se às acções desencadeadas e porque, em especial na última operação, em Dezembro, intensas chuvas destruíram todos os vestígios deixados no terreno, impedindo a actuação dos pisteiros⁵³.

Operações realizadas em 1968⁵⁴

Das inúmeras acções e operações realizadas destacam-se:

- No Distrito do Niassa, Sector A
 - Op “Falcão 3”, golpe de mão na região (3536.1227), área de Macalogue em 18 de Fevereiro, por 2 GComb/4^aCCmds. Causados 3 mortos ao In e 14 à PF. Capturados 5 homens, 1 EAutm, 2 ESAutm, 1 GM, munições e documentos. Destruídos 5 acampamentos.
 - Op “Marte” – Ver Anexo B
 - Op “Antecipação”, Golpe de mão, à base “Maputo”, em 26 de Abril por 4 GComb/4^a CCmds e 2 GComb/Cart 1625. Destruída uma base abandonada com 50 palhotas; causados ao In 7 mortos; capturados 1 ESAutm, munições e 4 autoctones.

⁵³ Relatório de Comando 2/68 da RMM de 15 de Fevereiro de 1969.

⁵⁴ A partir dos SITREP CIRC. de 1968 da RMM

- Op “Antecipação 2”, Golpe de mão, na região (3454.1303), em 12 de Maio, por 2 GComb/4^aCCmds. Causados ao In 4 mortos, 2 capturados e 5 elementos da população fugida. Capturados 1 EAutm, 1 ML, munições e material diverso. Um dos capturados era o Chairman Banazani Azani.
- Op “Lacraus Primeiro”, Batida e golpe de mão, na região (3515.1302), em 01 de Julho, por 2 GComb/CCaç 1794. Causados ao In 7 mortos, 12 feridos, capturados 2 EAutm, 1 GM, 2 granadas LGF, munições e documentos. Destruídos 3 celeiros e 1 Ac PF com 80 palhotas.
- Op “Vamos Todos”, Batida e golpe de mão, na região (3556.1258), em 14 de Julho, por 1 GComb/Cart 2373. Capturados. 1 esp russa, 1 PM chinesa, 2 granadas LGF, 5 minas A/C russas, 12 minas A/P, 8 petardos trotil de 400 gr, munições e material diverso.
- Op “Apanha 4”, Batida na região da serra Jeci (3515.1250), em 06 de Novembro, por 2 GComb/BCaç 16. Destruído Ac PF e capturados 10 autoctones.
- Op “Lobo Arremete”, Destruição da actividade do In, na região (3452.1231), em 20 de Novembro, por 3 GComb/CCaç 1793 (I), 2 GComb/Cart 2324 (I), 2 GComb/Cart 2325. Capturados 2 pistolas chinesas, 1 GMD e 2 homens, 3 mulheres, 4 crianças e 2 barcos. Ferido um In confirmado e avistado Gr In de 17 elementos fardados e armados que fugiu ao contacto com as NF.
- No Distrito do Niassa, Sector E
 - Op “Os Galgos Filam”
 - Op “Galgos Ultrapassam”, Destruição da actividade do In, na região (3629.1317) e (3626.1318), em 07 de Fevereiro, por 1 GComb/CCaç 1796 e 3 GComb/CCaç 1997. Foi destruída a base “Napoloma” (3629.1314); causados ao In 3 mortos, 1 dos quais chefe. Capturados 1 soldado da FRELIMO, 73 elementos da população, 2 EAutm, 1 ESAutm, 2 GMD e destruídos 10 ha de machambas.
 - Op “Galgos Ladram”, Batida na região (3642.1259), 20 de Maio, por 4 GComb/CCaç 1583, 1 GComb/CCaç 1669 e 2 GComb/CCaç 1797. Destruída a base “Fornalha Ardente”. Causados ao

- In 1 morto, 2 feridos. Capturados 3 ESAutm, 1 Pistola, 3 GMD, munições, 1 bussola, fardamento e material diverso.
- Op “Mais Leão”, Nomadização, na região (3630.1227), em 19 de Setembro, por 3 GComb/CCaç 2320. Capturado 1 In ferido grave, 1 EAutm, 2 Pistolas e documentos.
 - Op “Galgos Acoosam 2”, Batida, na região (3647.1247), em 28 de Novembro, CArt (-). Causados ao In 4 mortos e capturados 30 autoctones, 2 ESAutm, munições, material diverso e documentos.
 - Op “Procurando”, Batida na região a NW de Belém, em 25 de Novembro, por 2 GComb/2/BCaç 19. Não foram detectados vestígios da presença In.
 - Op “Leão Fresco”, Golpe de mão, na região (3640.1220), em 15 de Dezembro, por 2 GComb/CCaç 2320. Destruída a base “Catembe” (3644.1215). Causado ao In 1 morto e 2 feridos; capturada 1 mulher e 1 ML, 9 ESAutm, 1 GM, material diverso, medicamentos e documentos.
- No Distrito de Cabo Delgado, Sector B
- Op “Lousada”, nomadização na região do Lago N’Guri, em 19 de Fevereiro, por 3 GComb/4ª/BCP 31. Causados ao In 10 mortos e 2 feridos. Capturados 1 GM e destruídos 2 acampamentos com 38 palhotas e material diverso.
 - Op “Titan”, Destruição da actividade do In, na região (3952.1139), em 11 de Maio, por 4 GComb/2/BCP 31, 4 GComb/10ª CCmds, 3 GComb/CCaç 1712 e 3 GComb/CCaç 1804.
Destruída a base “Moçambique” área “Branch Muidumbe” e 12 acampamentos, num total de 250 palhotas. Causados ao In 33 mortos confirmados e mais 17 prováveis; capturados 8 autoctones e 1 ESAutm. Destruída grande reserva de alimentação.
 - Op “Agora Vai”, Golpe de mão e nomadização, na região da serra Mapé, Base “Maputo”, Grupo “Moçambique”, “Loko Branch Coveque”, Chuaia, Macomia e área “Branch Mataca”, em 17 de Maio, por 4 GComb/DFE, 4 GComb/1ª/BCP 32, 3 GComb/CArt 1595, 3 GComb/CCaç 2323 e ainda 1 GComb/CCS/BCaç 2837. Causados ao In 10 mortos, 1 ferido e vários prováveis; capturados 6 autoctones, 1 ML, 1 ESAutm, 1 LGF, 1 granada LGF, material diverso. Destruídas 120 palhotas e 2 celeiros de milho.

- Op “Pardal 3”, Batida e nomadização, na região da serra Mapé (esporão NE) - picada da Serração Mecânica, em 24 de Julho, 3 GComb/CCaç 2321 e 4 GComb/1ª/BCP 32. Causados ao In 8 mortos e 2 feridos. Capturada uma mulher, destruídas 116 palhotas e levantada armadilha.



Figura 13 – Armamento capturado na operação “Agora Vai”
(Foto BCaç 2837)

- Op “Àguia”, Destruição da actividade do In, na região de Maiembe, em 03 de Agosto, 4 GComb/7ª CCmds. Atingido “Loko Branh Maiembe”, verificando-se que organização administrativa desapareceu do local depois do bombardeamento da F Aérea em (4010.1132). Destruidas 100 palhotas. Causados ao In 22 mortos e 4 feridos. Apreendidas 4 esp. repetição, 1 ESAutm Simonov, 2 canhangulos, munições e documentos.
- Op “Alicate”, Nomadização, na região Miteda - Nangololo e Miteda - Muidumbe, em 18 de Agosto, 4 GComb/CCaç 1803 e 2 GComb/CCaç 1804. Causado ao In 3 mortos; capturados 10 H, sendo 1 deles guerrilheiro, 15 mulheres e 18 crianças. Apreendida uma esp. Kalashnikov e documentos. Destruidos 4 acampamentos com 100 palhotas, utensílios domésticos.

- Op "Pantera 1", Golpe de mão, a SE de Miteda (Base Lúrio), em 11 de Setembro, por 4 GComb/1/BCP 32 (I). Destruída a base "Lúrio", 22 acampamentos com 260 palhotas e material diverso. Causados ao In 3 mortos, vários feridos. Capturados uma esp. repetição, 6 ESAutm, 2 granadas LGF, 5 GMD, documentos, munições, e material diverso. O In accionou mina das NF, sendo encontrados vestígios de sangue e grande quantidade de mandioca.
- Op "Águia Verde", Golpe de mão sobre a Base "Nampula" com início em 22 de Setembro e duração de 4 dias por 4 GComb/10ª CCmds. Abatidos 2 In, capturado 1 Mort 82, 2 Eautm e granadas. Destruída a Base "Nampula" com 320 palhotas e alimentos.
- Op "Leão da Rodésia", Nomadização, na região Miteda - Nangololo - Capoca, em 24 de Setembro, por 2 GComb/CCaç 1805 (I). Capturados 8 In, uma carabina repetição, 2 GMD, munições e documentos. Destruídos 4 Ac PF. Detectadas e levantadas 3 armadilhas.
- Op "Cobra 2", Nomadização, na "Zona dos Paus", em 09 de Outubro, por 4 GComb/10ª CCmds (I). Causados ao In 4 feridos; capturados 5 autoctones, material diverso e documentos. Destruídas mais de 100 palhotas, 5 celeiros com cerca de 1.000 Kg de mapira e 5 sacos de víveres. As NF sofreram 2 feridos.
- Op "Marte 6", Nomadização, na zona da "Base Pemba", em 04 de Novembro, por 4 GComb/9ªCCmds (I). Causados ao In 3 mortos controlados e vários prováveis, vários feridos controlados. Capturada 1 ESAutm., na região (4000.1159).
- Op "Ralo de Água 2" - Emboscada, na região Umbué, em 13 de Novembro, por 3 GComb/CCaç 2419. Causados ao In 2 mortos. Capturadas 1 ESAutm e munições.
- Op "Vida Nova 4", destruição da actividade do In por meio de batida, na região (3947.1156), em 11 de Dezembro, por 4 GComb/2ª/BCP 31 (I). Causados ao In 1 morto e 3 capturados. Destruídos 19 acampamentos entre os quais as bases "Lúrio" e "Zambézia", com cerca de 350 palhotas e 4 celeiros com muita alimentação. Capturadas 2 ESAutm, 3 esp. Steyer, 61 petardos de trotil, 3 GMD, 4 granadas morteiro e muito material de guerra diverso.

- Op “Raio Negro 4”, Nomadização no vale do rio Muera, em 21Dez68, 4 Gr Comb./CArt 23 69. Causados ao In 5 mortos e 7 capturados. Destruídas 80 palhotas e utensílios domésticos.
- No Distrito de Tete, Sector F
 - Op “Concorde”, batida e montagem de emboscadas, regiões a E e W de Cassuende, em 09 de Março, por 3 GComb/CCaç 1655. Foi capturada 1 PM “Shpagin”, uma metr. pesada, 2 ESAutm, 24 granadas LGF, 38 GMD, 9 minas A/P, 12 Kg TNT, 100 petardos de explosivos 808, 6.772 munições 7.72 p/PM, 6 canhangulos, material de guerra diverso, fardamento, vestuário, agasalhos, géneros alimentícios e documentos.
 - Op “Aperto”, Batida e golpe de mão, na região (3230.1448), em 16 de Abril, por 3 GComb/CCaç 1655. Destruída a base “Chizane” (3231.1447) com 14 palhotas. Causados ao In 7 mortos, 3 feridos. Capturadas 2 PM, 2 ESAutm, 1 EAutm, 4 GMD, Munições, documentos e material de guerra diverso.
 - Op “Ajuda”, Batida e golpe de mão, na confluência dos rios Capoche e Luangua (base “Mutarara”), em 10 de Maio, por 3 GComb/CCaç 1654. Destruída a base “Mutarara” e uma povoação (3211.1424). Capturadas 3 ESAutm, 1 Pistola, 2 GMD, documentos, equipamento e material diverso. Causados ao In 5 mortos e 3 feridos, baixas não confirmadas. Destruídos 6 acampamentos.
 - Op “Tripper”, Destruição da actividade do In por meio de batida, emboscada e golpe de mão, na região das margens esquerda e direita do rio Capoche, entre a foz do rio Luatize e rio Mucumbuxi, em 27 de Julho, por 3 GComb/CCaç 1730, 1 GComb/CPáras, 3 GComb/CCaç 1632, 3 GComb/CCaç 1655, 2 GComb/CCaç 2358, 1 GComb/CCaç 2359. Destruídas palhotas e celeiros em grande abundância. Causados ao In 3 mortos; capturadas 2 GMD; destruído 1 acampamento; capturados 27 autoctones.
 - Op “Equator Alfa”, Destruição da actividade do In por golpe de mão, “Base Rovuma” (3254.1458), Base “Quelimane” (3306.1454) e Base “António Enes” (3306.1505), em 17 de Setembro, por 1 GComb/CCaç 2357, 2 GComb/CCaç 2358, 1 GComb/CCaç

2359, 1 GComb/CCS/BCaç 2842. Destruidas as bases “Rovuma” e “António Enes”, sem contacto, Destruída a base “Quelimane”, sendo queimadas mais 200 palhotas e capturados 8 autoctones. Causados ao In 2 mortos e 1 ferido. Capturada 1 esp. Simonov, munições, medicamentos e documentos.

- Op “Garden” – Golpe de mão, na região R. Duangwa – Montes Melimba e Domué, com início em 15 de Outubro, duração de 4 dias por forças da CCav 1728, CCav 1730 (I) e CArt 2385. Abatidos 5 In além de outros mortos e feridos não controlados, capturados 45 elementos da população, 1 ESAutm, Canhangulos e munições. Destruidos 6 acampamentos. Levantado engenho explosivo constituído por 15 minas A/P e GMD.
- Op “Sentinela Alerta”, Destruição da actividade do In por meio de emboscada, junto da fronteira da Zâmbia, desde o rio Capoche até ao rio Mucumbuzi, em 24 de Outubro, por 2 GComb/CCav 2400 e 2 GComb/CCav 2399. Desbaratado Gr In de 30 elementos. Capturados 1 Metr. com bipé, 37 ESAutm chinesas, 2 EAutm, 2 de repetição, 18 PM, 10 GMD, 37 carregadores de diversas armas, 1400 munições, explosivos e muitos medicamentos.
- Op “Birthday” – Golpe de mão na região (3209.1431) com início em 14 de Novembro e duração de 10 dias por forças de CCav 1728, 1730 (I), 2398 e 2400. Localizada base In abandonada. Capturada 1 ESAutm, 1 GMD, documentos e material diverso.
- Op “Natal”, Destruição da actividade do In por meio de batida, região (3230.1500), em 10 de Dezembro, por CCav 1730 (I), CCav 2399. Encontradas abandonadas 15 povoações. Localizadas 10 bases. Morto 1 In e capturados 4, sendo 1 ferido e 30 autoctones. Capturada 1 esp. e documentos. Destruidos meios de vida.

Resumo da actividade operacional em 1968

Ao ano de 1968 correspondeu ainda intensa actividade operacional, de que se apresenta, por Sector e/ou CT, o “Tipo e número total de acções”⁵⁵.

⁵⁵ Dos SITREP CIRC, de 1968, QG/RMM/3ª Rep.

Sector e/ou CT		Acções (Op) ofensivas			Patrulha- mentos	Nomadi- zações	Protecção de Itinerários		TOTAIS
		Golpes de Mão	Emboscadas	Batidas			Escoltas	Seguranças	
Distrito de Niassa	Vila Cabral	338	919	494	6.725	1.264	2.040	2.906	14.686
	A Marrupa E	49	462	470	10.286	940	2.524	2.015	16746 31.432
Porto Amélia – B Dist Cabo Delgado		70	1.539	191	14.709	898	1.682	2.680	21.769
Tete – F Dist de Tete		98	378	220	6.708	501	839	265	9.009
Nampula – C Dist Moçambique		-	5	1	7.686	236	12	4	7.944
Quelimane – D Dist Zambézia		3	37	244	9.036	37	164	51	9.572
Beira – CTC Dist Manica Sofala		-	25	10	3.764	2	-	3	3.804
Lourenço Marques CTS Dist Inh, Gaza e LM		-	-	-	4.227	-	-	-	4.227
SOMA		558	3.365	1.630	63.141	3.878	7.261	7.924	87.757
TOTAL		5.553			63.141	3.878	15.185		87.757

Resultados obtidos

Baixas causadas ao In em 1968⁵⁶

Mortos	Feridos	Capturados	Recuperados
877	248	4.350	4.020

Material apreendido⁵⁷

	Sector A	Sector B	Sector E	Sector F	Na RMM
Morteiro 82	-	1	-	-	1
Metralhadora Ligeira	4	1	1	3	9
Lança Granadas Foguetes	1	1	3	-	5
Espingarda Automática	21	8	4	4	37
Espingarda Semi Automática	34	37	34	39	144
Pistola Metralhadora	7	2	-	20	29
Pistolas	4	3	5	-	12
Espingardas	21	18	3	3	45
Carabina	-	1	-	-	1
Canhangulos	5	3	2	3	13
Granadas de Morteiro	6	25	-	-	31
Minas Anti-carro	8	1	-	3	12
Minas Anti-pessoal	14	-	-	-	14
Granadas de Lança Granadas Foguetes	5	8	36	1	50
Granadas de Fumos	1	-	-	-	1
Granadas de Mão	27	110	27	14	178

⁵⁶ Fonte – SITREP CIRC QG/RMM de 1968.

⁵⁷ Relatório de Comando nº 1/68 da RMM, de 31 de Outubro de 1968 do QG/RMM e Relatório de Comando nº 2 da RMM de 15 de Fevereiro de 1969 do QG/RMM.

Meios de vida destruídos

	Sector A	Sector B	Sector E	Sector F	Na RMM
Bases	11	11	2	5	29
Ac TQ	31	11	5	6	53
Ac PF	115	216	12	7	350
Celeiros	39	25	-	6	70
Palhotas	3.517	4.539	695	433	9.184

A eficiência para o combate

Em relação à “Eficiência para o combate”, mantêm-se os problemas já apontados nos anos anteriores. Dificuldades em pessoal (complementos e re complementamentos) material (viaturas e sobressalentes, meios rádio, material sanitário, de aquartelamento, meios de evacuação e outros), todos com influência na condução da acção, quer seja do ponto de vista psicológico, quer do reabastecimento, nomeadamente de frescos ou, ainda, do apoio aéreo-RVIS, apoio de fogo, evacuações e outros.

Os meios não abundam, a qualidade está aquém do desejável, sendo acrescido por graves lacunas na preparação da generalidade do pessoal e, particularmente, na dos especialistas, nomeadamente dos de transmissões.

Com uma ou outra correcção de pormenor, mantêm-se actuais as dificuldades expressas, para 1966 e 1967, neste capítulo, como se verifica pelas transcrições que se seguem dos SITREP CIRC de 1968.

- “— Continua a haver défice em granadas de morteiro 6 cm e 8 cm.
- Mantém-se a situação de incapacidade dos equipamentos m/43⁵⁸.
- Mantém-se a falta do sobressalentes para Esp Aut G-3, L G Fog 8,9 cm e viaturas de todos os tipos.
- Continua a verificar-se a falta de material e equipamento oficial.
- Os colchões pneumáticos são insuficientes para as necessidades das tropas.
- A falta de viaturas, conjugada com o estado precário dos itinerários motivado pelas chuvas intensas que ultimamente têm caído, está a prejudicar a prontidão operacional das unidades.
- Continuou a verificar-se a inutilização de viaturas em resultado do accionamento de engenhos explosivos.

⁵⁸ Equipamento individual.

– Abastecimentos

Materiais mais necessários: viaturas basculantes e equipamento pesado de Engenharia, atrelados de água, auto-tanques, moto-bombas, postos do rádio tipo C, sobressalentes para E/R THC-766, AVP-1, CHP-1 e DHS-1, carregadores para baterias de cádmio-níquel, meios necessários à manutenção de meios de frio, equipamentos individuais, cantis, porta carregadores, volume 18 reduzido, lança granadas foguete e dilagramas.

– Hospitalização e Evacuação

As evacuações são feitas essencialmente por meios aéreos; devido à falta de tais meios na 3ª Região Aérea, frequentemente se recorre aos serviços de táxis aéreos.

As chuvas têm dificultado as evacuações que, eventualmente, se poderiam fazer também por via terrestre.

– Serviços Técnicos

A região luta com dificuldades na evacuação de material auto minado, dado que a distância normal dos locais do acidente até à Unidade são tais que se torna necessário uma preparação especial de viaturas para o reboque desse material.

– Abastecimentos

Continua a verificar-se que as Unidades que só podem ser reabastecidas em fresco por via aérea não recebem as quantidades consideradas necessárias por falta de meios aéreos.

Mesmo com o recurso aos táxis aéreos, não se tem conseguido suprir esta deficiência que afecta de maneira notória o moral e a eficiência para o combate das Unidades, com dificuldades de ligação terrestre.

– Direcção logística

Dispositivo logístico

Torna-se necessário dotar a Região dos seguintes órgãos:

- 1 Companhia de Manutenção de Equipamento de Engenharia
- 1 Companhia de Comando do Agrupamento de Engenharia de Moçambique
- Depósitos Avançados de Material de Engenharia (Porto Amélia, Tete e Nova Freixo)
- Companhias de Engenharia
- Batalhão de Transmissões

- Companhia de Reabastecimento e Manutenção de Material de Transmissões
- Enfermarias de Sector (Marrupa e Tete)
- Companhia de Apoio Directo do Serviço de Intendência (Para accionamento dos serviços de fabrico de pão e abate de gado)
- Companhias de Apoio Directo do Serviço de Material (Vila Cabral e Mocimboa da Praia)
- Pel de Apoio Directo do Serviço de Material (Marrupa)
- Unidades de Transportes Gerais (ligeiros e pesados)
- Logística

Abastecimento

Além das necessidades já citadas no SITREP CIRC 14/68, verifica-se ainda:

- Falta de equipamentos de lubrificação
- Que os sobressalentes para GMC ⁵⁹ recebidos, são inferiores às necessidades, apenas solucionam pequenos problemas.
- Que os filtros recebidos para Berliet ainda não satisfazem o montante dos requisitados para 1967.

Das necessidades já citadas no SITREP CIRC 14/68 e no período anterior são de salientar:

- O défice das seguintes munições: G M Of, Dilagramas ⁶⁰, GE Mort 6cm, GE Mort 8 cm, GLFog A/C 8,9 e GE 8,8.
- O défice em equipamento de destruição 1, 2 e 3, cabo 2 condutores 0,75 mm² e minas, cargas dirigidas e potes de fumo.
- A falta de componentes dos equipamentos individuais m/43 e m/63.

Mantem-se as necessidades já citadas no SITREP CIRC 14/68 e no do período anterior, sendo de assinalar:

- A falta de porta-carregadores e cantis.
- A falta do sobressalente para Esp Aut G-3 E ML 7,62mm, m/962.

⁵⁹ GMC Viatura pesada de origem americana utilizada pelo nosso Exército.

⁶⁰ Sistema de Lançamento de Granadas de mão defensivas como granadas de espingarda

Referem-se as seguintes necessidades:

- Sobressalentes para viaturas, especialmente Berliet e Unimog;
- Pneus para Unimog;

– Logística

Abastecimento

- Foram recebidas guias de fornecimento de:

G E Mort 6 cm	516
G E Obús 8,8 cm	300
Equip Destr nº1/m/967	39
Mn Ligeiras ACar	24
Cargas dirigidas de 0,5Kg	100

- Foi comunicado o fornecimento breve, à RMM, de:

G M O m/962	3.000
Cart T 12,7mm	1.500
Dilagramas	510
G E Mort 6 cm	500
G F Mort 6 cm	100
G E A/C CSR 10,6	100
G FOG A/C 8,9 cm	400
G E Obús 8,8 cm	1.000

- Continua a haver falta de sobressalentes de viaturas médias e pesadas e de Esp Aut G-3.

- Contudo, o SITREP CIRC 32/68, de 5 de Agosto de 1968 refere o fornecimento de 50 viaturas tipo “UNIMOG” e 70 viaturas tipo JEEP, bem como munições e colecções de ferramenta de mecânico auto.

- Déficit nas seguintes munições em relação à dotação da RMM:

Dilagramas

G Fog A/C 8,9 cm

G IL Mort 6cm

G E Mort 6 cm

- Mantem-se o déficit de minas A/P.”

Efectivos presentes na RMM em 1968

Meses	EFFECTIVOS TOTAIS PRESENTES NA RMM EM 1968												△ %
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Varição
Efectivos									Mx				Mx
													1.786
Oficiais	1.692	1.672	1.690	1.525	1.533	1.530	1.756	1.641	1.786	1.746	1.740	1.775	Md
				Mn									1.673
													Mn
													1.525
				Mx									Mx
													4.975
Sargentos	3.656	4.890	4.975	4.099	4.079	4.058	4.163	3.816	4.106	4.068	3.988	4.208	Md
													4.175
	Mn												Mn
													3.656
													Mn
												Mx	Mx
													31.298
Praças	29.461	28.789	28.987	30.057	30.034	30.033	30.533	28.184	30.880	30.784	29.938	31.298	Md
													29.914
								Mn					Mn
													28.184
												Mx	Mx
													37.281
TOTAIS	34.809	35.351	35.652	35.681	35.646	35.621	36.452	33.641	36.772	36.598	35.666	37.281	Md
								Mn					35.764
													Mn
													33.641
													6,3

Mx – valor máximo Md – valor médio Mn – valor mínimo △ – variação ao valor médio

É do maior interesse nesta matéria o conteúdo de uma carta particular⁶¹ enviada pelo General Francisco da Costa Gomes ao “seu prezado amigo” subsecretário de Estado do Exército e que era o Cor João António Pinheiro.

Nela, após expor uma questão referente a um despacho exarado num requerimento de um oficial e que poderia anular legislação em vigor, faz considerações sobre outros problemas que “estão a ter impate directo no moral das tropas”.

Assim enuncia questões relativas ao subsídio do custo de vida, de gratificação de isolamento e mesmo de concessão de subvenção de campanha, que considera gravosas para os militares, especialmente, quanto às duas primeiras, em relação a idênticas situações de funcionários civis.

Considera depois a situação em viaturas de transportes e operacionais (estas, no momento, a 40% do quantitativo autorizado), a material de Transmissões, armamento ligeiro (o que existia estava todo distribuído nada havendo em depósito) e viaturas blindadas, que estavam “a acabar” sendo “urgentíssima a sua substituição”.

Terminava traçando um quadro negativo do estado do moral dos Oficiais e Sargentos do QP: “Nas minhas peregrinações pelas Unidades começo a pressentir que se encontra abalado o moral dos QP. São mobilizações sucessivas com agravamento progressivo dos problemas familiares. Há que encontrar soluções rápidas que debelem a crise que se esboça”.

Aspecto geral da Actividade do In em 1968

Em 1968, de uma maneira geral a evolução da situação no decorrer do ano, é de cristalização táctica no Distrito de Cabo Delgado, ainda que com acentuada deterioração psicológica das populações, melhoria acentuada no Distrito de Niassa e súbito e sensível agravamento no Distrito de Tete.

No Distrito do Niassa há redução sensível da zona de subversão violenta a Este e a Sul.

As NF passaram a actuar na margem esquerda do rio Lugenda - região do Cassero -, em território até então considerado um santuário pelo In, e a cuja invasão reagia violentamente.

A Sul, a linha de contenção sobe para a área acima de Vila Cabral, passando o esforço das NF a ser executado nas áreas de Unango - Cantina Dias - Nova Viseu, onde o In se defende pertinazmente.

⁶¹ Arquivo da CECA. Caixa 209.

Acentua-se a crise no seio do In ⁶², e as populações fugidas (PF) apresentam-se, em grande número, quer vindas da mata, quer do Malawi. Apresentam-se também numerosos militares In, armados ou desarmados, sobretudo na área de Maúa - rio Lugenda.

Numa operação na área de Metangula é localizada e assaltada a base “Gungunhana” (Op Marte) tendo sido capturada grande quantidade de material e armamento. Esta acção parece ter constituído um golpe importantíssimo nos projectos do In de inverter a evolução da situação.

O In realiza grande esforço de aliciamento no Malawi, entre os refugiados moçambicanos.

Aparece no Malawi e na Zambézia, a UNAR – Ver Cap. III.

Quanto ao Distrito de Cabo Delgado e devido a sérias divergências no seio das suas organizações, a FRELIMO é teatro de desordens, deserções, expulsão de membros e outros.

Assim e para além dos assassinatos já referidos no Cap III, de Mateus Mutemba e Pedro Kamkomba, há a referir:

- são expulsos da Tanzânia vários elementos europeus portugueses, ligados a Mondlane, entre os quais o Chefe do Departamento de Saúde e Higiene ⁶³ e o Chefe do Departamento e Propaganda ⁶⁴, o que afecta, profundamente, a programação da FRELIMO emitida através da Rádio Tanzânia;
- no que respeita às populações fugidas (PF), há notícias, frequentes, de desânimo e cansaço da guerra, para o que muito influíram os bombardeamentos aéreos às bases In e o mau ano agrícola;
- os sintomas, que a FRELIMO começa a apresentar, de desmoronamento a Sul do rio Messalo.

Contudo, no período referente ao último trimestre de 1968 a actividade do In registou em relação ao trimestre anterior, um certo aumento no número de acções que realizou (292/233). No entanto, grande parte das acções In tiveram carácter tipicamente defensivo, na medida em que, ou foram de reacção à actividade operacional das NF, ou provocadas por essa actividade, ou ainda de colocação de engenhos explosivos, os quais, durante o período, foram em número elevado

⁶² É a “crise Maconde” ver Cap. IX.

⁶³ Era o Dr Helder Martins (Suprintrep n° 24 – QG/Av/RMM - Nampula - Janeiro de 1968

⁶⁴ Era Dr Jorge Rebelo (Suprintrep n° 24 - QG/Av/RMM - Nampula - Janeiro de 1968,

Em todo o caso, o In ainda efectuou algumas acções importantes, de sua iniciativa, contra as NF.

- No Sector "A":
 - em Outubro realizou um ataque contra o aldeamento da Missão de Stº António de Unango e, simultâneamente, o ataque ao aquartelamento de Cantina Dias, com canhões sem recuo, morteiros 82, lança granadas foguete, metralhadoras ligeiras e espingardas automáticas;
 - em Novembro atacou o destacamento do Luatize, empregando morteiros e flagelou o aquartelamento de Massangulo, com armas automáticas;
- No Sector "B":
 - Em Outubro atacou o aquartelamento de Mataka, ao Sul do rio Messalo, empregando um efectivo estimado em cerca de 200 elementos, utilizando canhões sem recuo, morteiro 82, metralhadoras pesadas, lanças granadas foguete e armas automáticas; realizou outro ataque com morteiro 82 ao aquartelamento provisório da CEng 2393 (e forças de protecção) empenhada aquela em trabalhos na EN 243, trabalhos a que se mostrou particularmente sensível.
- No Sector "E":
 - em Novembro flagelou o aquartelamento de Candulo, durante 10 minutos tendo atacado o aquartelamento da Ilha de Matarica em Dezembro, empregando um efectivo de 30 elementos e utilizando lança granadas foguete, metralhadoras e armas automáticas.

Estes factos não obstaram, porém, a que o In procurasse ainda a penetração nos Distritos de Moçambique e da Zambézia, com vista ao avanço da subversão para Sul.

No Distrito de Tete podem-se salientar os seguintes factos ⁶⁵:

- a preocupação constante do In (COREMO e FRELIMO) pretender infiltrar os seus grupos através, principalmente, da fronteira com a Zâmbia;

⁶⁵ A História da Unidade do Cmd Agr 1990 e Perintrep nº 1/68, de 08 de Janeiro.

- a acção de propaganda pela venda de cartões de ambos os partidos políticos às populações das regiões fronteiriças e distribuição de panfletos, aliciamento, recrutamento de elementos entre a população, reuniões (banjas), rapto de pessoal, assalto a cantinas, intimidações, incêndios, assassínios, ameaças de sabotagem sobre as vias de comunicação e órgãos vitais da ZA.
- acções sobre as NF, e outros;
- preocupação do In em armazenar material em locais de difícil acesso às NF para, em tempo oportuno, desencadear a luta armada.
- o COREMO, desenvolve a sua actividade nas ZA dos Subsectores FFG (sede em Fingoé) e FFR (sede em Furancungo), no sentido de aliciar e intimidar a população ou recrutar elementos válidos para as suas fileiras.
- Em Janeiro de 1968, flagelou com armas automáticas e lançamento de granadas de mão o aquartelamento de Furancungo, durante cerca de 15 minutos. O Grupo In era comandado por Dzondzi, elemento preponderante no Partido, que morreu quando, com outros elementos do COREMO, acompanhava um grupo do PAC (Pan-Africanist Congress) que se propôs atravessar o Distrito de Tete, vindo da Zâmbia, provavelmente do rio Muangadzi, até uma base que foi designada por “Base Central do COREMO”.
De facto atravessaram o Concelho de Macanga, sob a capa protectora da população, passaram o rio Zambeze, dirigiram-se à região de Changara, onde tiveram um pequeno recontro com as NF e daqui, já fraccionados, passaram ao Distrito de Manica e Sofala, onde alguns elementos foram capturados na região de Vila Pery. Este grupo, constituído por 17 elementos do PAC e do COREMO, estava completamente dizimado, com alguns elementos capturados, em fins de Julho, tendo sido encontrado morto o referido Dzondzi, quando, na viagem de regresso, pretendia atingir a base de onde partira.
- Em 3 de Fevereiro um grupo de 23 elementos, que englobava Paulo Gumane (Presidente do COREMO), Gabriel Machava (Secretário da Defesa e instrutor militar), Mahlatini NGome (Vice Secretário Geral e instrutor militar), pretendeu atacar o Posto Administrativo de Carinde, no Distrito de Tete, circunscrição do Magué, no que foi impedido pela PSP/MIL, avisada pela população. O grupo dispunha

de 3 PM, 1 esp. metr., 6 ESAutm, 1 esp. Mauser 16 G.Mão, 2 pistolas e 4 minas. O grupo In abandonou a zona e foi encontrado abandonado o seguinte material:

- 3 EAutm, fabrico chinês calibre 7.62; 3 PM, calibre 9; 1 esp. Mauser, calibre 7.9; 1121 cartuchos para EAutm; 9 granadas de mão ofensiva; 3 bandeiras do COREMO; cartões da COREMO e vários documentos; binóculo “Petri”; artigos de fardamento e equipamento diverso; medicamentos e acessórios de enfermagem; 1 livro de Mao-Tse-Tung;
- cartas topográficas emitidas na RAS, na escala 1/500.000:

Carta SD 36/4 – Zumbo – Zona S

Carta SD 30/3 – Chicó – Zona T

Carta SE 36/6 – Beira – Zona U

- em 26 de Fevereiro, ataca a povoação Kanasa (3324.1430), regedoria Mulíssima, Concelho de Furancungo.
- em 2 de Março, ataca forças da PSP e MIL de Caliramo (3301.1439), na ZA do Subsector FFR, com sede em Furancungo, tendo sido morto Mazumbo Bobo, Secretário dos Assuntos Externos do COREMO.
- em Maio de 1968, completamente eclipsado pela presença da FRELIMO e, numa tentativa de não perder por completo a iniciativa no Distrito de Tete, o COREMO surgiu na área do Zambué ameaçando, intimidando, aliciando e comprometendo as populações, denunciando assim a primeira fase da subversão. As regedorias de Nhacaroto, João, Macungué e grupo de povoações do Fulama são as mais ameaçadas.

A FRELIMO, por seu turno, inicia uma série de acções de que se destacam:

- Em 04 de Março, grupo não estimado, atacou uma loja próximo de Chizampeta.
- Em 05/06 de Março, assalta a cantina Bonina, em Chimunda, tendo roubado mantas, todos os panos e outros artigos.
- Em 08 de Março, grupo estimado em cerca de 30 elementos, flagelou o aquartelamento das NF em Gago Coutinho, durante 45 minutos, com Mort, LGF, PM, AAut. e GM, causando 2

feridos - um dos quais grave - às NF e sofrendo, quando em fuga à reacção das NF, 1 morto e 5 feridos.

- Em 26 de Março, dinamita pontes sobre os rios Luângua e Luia, perto de Bene, e ataca o aquartelamento da CCAç 1556, no Bene.
- Em 29 de Março, embosca uma coluna da CCAç 1537, no itinerário Furancungo - Vuende, a 6 Km desta última.
- Em 02 de Março, ataca o aquartelamento da Vila Vasco da Gama com AAut. e LGF, durante 1 hora, sem consequências para as NF. O In sofreu 1 ferido e captura de 2 carregadores de pistola e alguns documentos.
- Em 05 de Março, assalta a Cantina Alves, na estrada Furancungo - Tete e a Cantina Adão, perto de Chizampeta.
- Em 17 de Março, ataca a coluna NF com AAut, GMD e LGF, na estrada Furancungo - Vuende, a 10 Km desta.
- Em 25 de Março, em Catchere, estrada Furancungo - Vila Gamito, incendeia um armazém da Cantina Carreira embosca 1 grupo PSP/MIL junto à ponte sobre o rio Luia na estrada que liga Bene e Cassacatiza; o In usou AAut, LGF e GMD. Neste mesmo dia as Milícias tiveram um recontro com um Gr In, na região (3235.1456), a SE de Vila Vasco da Gama junto ao rio Capoché.
- Em Maio de 1968 a actividade da FRELIMO, diminuiu, como resultante da intensa actividade das NF, pela captura de material diverso, pela destruição das suas bases, pelo número de mortos, feridos e capturados que sofreu, pela prisão de certos regedores com grande prestígio no seio das populações, pela realização de "banjas" a todos os níveis, com vista ao esclarecimento da situação e das intenções do In, pela provável quebra na cadeia dos reabastecimentos através da Zâmbia ou até, pelo provável desentendimento entre os seus chefes.

Com as suas bases principais na margem direita do rio Capoché a FRELIMO, acoçada como tem sido pelas NF, pretende mudar a sua organização para a margem esquerda.

Fá-lo a partir dos meados de Maio, altura em que sobressaem as suas acções violentas na picada de Bene a Cassacatiza e Vuende a Furancungo, pela implantação de minas, engenhos explosivos, fornilhos, ou montagem de emboscadas às colunas das NF e da PSP/MIL.

Em fins de Maio, a área de influência do In pode definir-se:

- rio Luatize e rio Capoché
- Chizame - Bene - Furancungo
- Furancungo - Tembué - Cassacatiza

(Ver fig 14)

Porém, tudo parece indicar que o In pretende estender a área de subversão para Oeste do Fingoé.

- Em Junho/Julho de 1968 o In alternou a sua actividade com períodos mais intensos que outros. A sua área de influência vai de Gago Coutinho a Vila Vasco da Gama, ao rio Menene, afluente do Capoché, passa por Bene, Vuende, Furancungo e, daqui, ao Tembué e a Cassacatiza.

- leva a efeito acções de propaganda, acções violentas tendentes a provocar a fuga das populações para a Zâmbia ou para o mato, com desprestígio evidente do esforço de todas as autoridades que procuram acalmá-las e dar-lhes toda a protecção.

- foram referenciadas mais "bases" In, na região de Gago Coutinho e no rio Menene, perto da sua confluência com o rio Capoché.

Tal como qualquer das outras já referidas, estão bem organizadas, e dotadas de armamento de toda a espécie: LGF, metr. lig., Autm e Semi-autm, granadas de mão e explosivos diversos.

Nestas "bases" há "elementos de fora" que ministram a instrução ao pessoal que vai sendo recrutado.

- as populações da área do Bene, impressionadas pelas flagelações e ataques levados a efeito sobre o Tembué e o Bene, nos fins de Junho e princípios de Julho, abandonaram as suas terras.

O In tem continuado a sua acção, durante este último mês, com implantação de minas, engenhos explosivos ou fornelhos nos itinerários de Bene-Cassacatiza, Bene-Tembué e Gago Coutinho-Cassuende, montagem de emboscadas, flagelações e assalto a uma cantina.

- Nos fins do mês de Julho e princípios do mês de Agosto, o In manteve a sua actividade com a implantação de minas na região entre Bene e o rio Capoché.

Algumas povoações da área da vila Vasco da Gama e regedoria de Cangombe foram abandonadas, ao que se presume, devido à pressão que o In tem exercido sobre elas.

As populações da área do Bene e Tembué, depois da situação confusa criada pelas flagelações ao Tembué e ao estacionamento das NF, têm regressado às suas actividades normais.

Por outro lado, as populações de Cassacatiza fugiram ou para a Zâmbia, ou para o mato, ou vivem com o In.

Segundo informações de um apresentado no PAdm do Chofombo (Gago Coutinho), a base "Mueda" é a base principal onde se aguarda a vinda de Luzaka de morteiros e LGF para actuarem nesta área; o material é descarregado em território Zambiano, junto à fronteira, e depois é transportado para Moçambique, por homens e mulheres. A organização principal do In concentra-se no triângulo definido pela fronteira, rio Duângua e rio Capoché.

Junto ao rio Duângua e, relativamente perto do rio Capoché, deve ficar a base "Mueda".

Há notícias de que o In pretende estender a subversão ao Concelho da Angónia, começando pela doutrinação das populações nativas. Quanto ao Concelho da Mutarara, igualmente o In tem manifestado o propósito de ali instalar ou fazer actuar elementos militantes, tendo sido já surpreendidas e desmembradas algumas redes político - subversivas. O interesse do In pela área de Mutarara vem já desde 1964, tendo, na área de Doa, a FRELIMO introduzido um grupo armado de 12 elementos.

- Em fins de Agosto, a actividade do In em relação aos períodos anteriores recrudesciu.

Notícias referem que o In pretende fazer infiltrar entre o rio Capoché e Missale (Vila Gamito) um grupo de 54 guerrilheiros.

Foi referenciado um grupo de 56 elementos armados de Aautm, Metr. e LGF, na estrada Bene - Chiúta, que se admite seja o grupo atrás referido.

Sendo assim, vem confirmar-se a intenção que o In vem revelando em estender a subversão para Sul da linha Fingoé - Bene, para, mais facilmente, atingir Cabora-Bassa.

Segundo informações de capturados e de um elemento apresentado, foi revelada a existência de Bases In, na região do Tembué - Bene e Vuende:

"Quelimane" (3306.1454), "Beira" (3428.1443), "Rovuma" (3254.1458), "António Enes", assim como outras no rio Duângua, rio Capoché e Cassacatiza.

Todas estas bases têm um efectivo que oscila entre os 20 e 40 homens, com armas automáticas, SAutm, LGF, metr. lig., minas, granadas de mão e explosivos.

- As regiões onde o In tem revelado a sua organização, quer na área do Capoché, entre Gago Coutinho e Cassacatiza, e ao longo deste rio, quer na área do Tembué - Bene - Vuende, têm sido alvo de intensa acção das NF.

Porém, o In continua organizado na região de Gago Coutinho, rio Capoché e Cassacatiza e recebe, constantemente, reforços de material de guerra e, possivelmente, de homens, através da fronteira com a Zâmbia.

- Tendo sido levadas a efeito pelas NF as operações "Tripper", "Equator" e "Garden", o In encontra-se, na ZA do Sector F, desorganizado e com o seu moral afectado, dado que sofreu numerosas baixas, captura de homens e material, e destruição das suas bases e meios de vida.

Perante a população, o seu prestígio foi abalado e comprometido.

- Em Outubro/Dezembro de 1968 a actividade do In decresceu, tendo sido, sensivelmente, inferior à do período anterior.

As operações levadas a cabo pelas NF, nomeadamente as op "Garden" e "Birthday", deseorganizaram por completo o dispositivo In no vale do rio Capoché, obrigando-o a retirar para a Zâmbia ou dispersar para as regiões de Chofombo e Vuende.

Todavia, em princípios de Dezembro começaram a notar-se indícios da reorganização In, quer por notícias de infiltração de material e guerrilheiros, quer em panfletos encontrados, onde o In anunciava o alastramento da subversão até ao Fingoé, Angónia e Chicó.

A partir daqui a actividade do In manifesta-se pela implantação de minas nos itinerários Fingoé - Bene e Cassacatiza - rio Capoché e pela intimidação ou rapto das populações, em especial na área Vuende para onde, já no final do período, a subversão se estendeu, parecendo indicar que, num futuro próximo, seria nesta área que a actividade do In mais se faria sentir.



Figura 14 – Distrito de Tete

Acções realizadas pelo In em 1968

Contra NT	411
Contra Forças Militarizadas	59
Contra outras Forças Militares	25
Contra Civis	179
Obstruções/Destruições	18
Colocação de engenhos explosivos	395

Baixas causadas por acção do In às Nossas Forças e Populações⁶⁶ em 1968

a. Às Nossas Forças

Mortos	Feridos	Desaparecidos	Raptados
136	463	6	----

b. Às Populações

Mortos	Feridos	Desaparecidos	Raptados
38	111	2	247

⁶⁶ Fonte – SITREP CIRC QG/RMM. São contabilizadas, apenas, as baixas causadas por acção do In às NT, Forças Militarizadas, Forças Administrativas e Milícias.

Directiva 7A / 67, do Comandante Chefe Adjunto da R.M.M. de 23Nov67
Para a actividade operacional no Distrito do Niassa

Refias. Cartas: 1 / 250.000: 25 39 47
 26 40 48
 27 41 49
 28 42 50
 29

1. SITUAÇÃO

A evolução da situação no Distrito do Niassa mostra o seguinte:

a. Inimigo

- (1) Depois dum período de expansão da zona de subversão violenta na circunscrição de Marrupa, em direcção à zona Oeste do distrito de Moçambique, e de tentativas mal sucedidas de alargamento dessa zona ao concelho de Amaramba, em direcção à Zambézia, a subversão violenta encontra-se actualmente contida nos seguintes limites:

- a Este, a linha geral Chamba - Candulo - Rio Lumbisse - Revia - foz do Rio Luambaia - Rio Lugenda até à foz do Rio Luchimua;
- a Sul, os Rios Luchimua e Luculumesi;
- a Norte e a Oeste, pelas fronteiras com a Tanzânia e o Malawi.

Dentro desta zona, o In encontra-se especialmente estabelecido e organizado nas seguintes regiões: Maniamba - Miandica e Cassero - Mataca. Há, também, indícios de organização In na região de Catur.

- (2) O In tem-se mostrado pouco activo e agressivo nos últimos meses, manifestando-se especialmente pela colocação de minas nos itinerários e algumas flagelações.

A actividade inimiga tem-se verificado especialmente a Norte da linha geral Meponda - Vila Cabral - Rio Luângua. A Sul desta linha, o In tem executado acções esporádicas em especial nas áreas de Catur - Massangulo e de Malapisia.

O moral do In parece ter sido afectado pelo prolongamento da luta e pelos reveses sofridos, notando-se alguns sintomas de desorganização, em especial na parte Este e Sul da zona de subversão violenta.

- (3) Com a liberdade de acção e o apoio de que disfruta na Tanzânia, o In continua a infiltrar pessoal e material no distrito do NIASSA usando, em especial, as seguintes faixas de infiltração:
- de Forte Maziua, abrangendo a zona compreendida entre o meridiano de Chamba e o vale do Rio Lussanhando, que conduz às regiões de Mataka e Cassero e até à de Catur. Tem constituído a principal linha de reabastecimento da zona oriental do Niassa e também tem servido para abastecer a região de Catur.
 - do vale do Lucheringo que, com o seu afluente Lucuize, conduz à zona de refúgio do macisso montanhoso a Norte de Chiconono.
 - do vale do Rio Messinge que, com o do seu afluente Moola, conduz à região de Miandica e ao macisso montanhoso entre Macaloge e Bandece. Tem constituído a principal linha de reabastecimento do Niassa Ocidental.
- (4) Admite-se que o In pode, a curto prazo:
- (a) Reforçar as suas forças na região a Norte do Rio Lutatize e tentar a expansão da subversão violenta para Leste, a Norte do curso médio do Rio Lugenda, a fim de estabelecer ligação com a zona subvertida em Cabo Delgado.
 - (b) Procurar manter os pontos de apoio que ainda possui a Este do Rio Lugenda a Norte de Revia e, reforçando o seu dispositivo na região de Cassero - Ilha de Metarica, tentar a expansão da subversão violenta em direcção a Maua e distrito de Moçambique e/ou para a região de Balama - Montepuez.
 - (c) Reforçar as suas forças na região de Catur e tentar a expansão da subversão violenta para Sul e/ou para SE combinando ou não a tentativa de expansão para Sul com o tomeamento do concelho de Amaramba pela zona fronteiriça do Malawi em direcção à Zambézia.
 - (d) Procurar manter e consolidar as suas actuais posições e o controlo actual sobre as populações no interior da zona de subversão violenta aguardando que outros acontecimentos nos levem a enfraquecer o nosso dispositivo no Niassa

para, então, tentar a expansão da subversão violenta. Nesta hipótese é de prever que exerça o esforço a Norte da transversal Vila Cabral - Revia, em especial nas regiões de Maniamba e de Cassero.

- (5) Das possibilidades apontadas, considera-se como mais provável a indicada em (d) e como mais perigosa a indicada em (c) seguindo-se-lhe, em periculosidade a referida em (b).
- (6) Não se considera o In em condições de, a curto prazo, isolar qualquer parcela de território nacional no Niassa.

b. Populações

Das populações existentes no Niassa:

- (1) Os Nianjas ainda fora do controle das nossas autoridades, cujo núcleo principal se situa na região de Maniamba, estão identificados com a subversão.
- (2) Os Ajauas não controlados pelas nossas autoridades, concentrados especialmente nas regiões a Sul de Unango, de Muembe, de Litunde e de Catur, embora cooperando com a subversão não estão identificados com ela sendo mais susceptíveis de recuperação do que os Nianjas.
- (3) De maneira geral, as populações aldeadas, tanto Nianjas como Ajauas mostram-se cooperadoras com as autoridades.
- (4) Fora da zona de subversão violenta, as populações da circunscrição de Marrupa estão, na sua maioria, aldeadas e razoavelmente protegidas, mostrando-se hostis à subversão. As populações do concelho de Amaramba têm cooperado activamente na contra-subversão mas não estão convenientemente agrupadas para a defesa, pelo que se julgam aliciáveis por intimidação.

c. Nossas Forças

As F.Armadas na Província:

- foram recentemente reforçadas com as seguintes unidades:
- um Bat.Caçadores destinado a força de intervenção do Comando da RMM.

- Um Dest. Fuzos Especiais destinado a força de intervenção do COMCHEFE.
- duas lanchas de fiscalização destinadas a actuar no Lago Niassa, para onde foi também transferida uma LDM.
- serão brevemente reforçadas com uma Comp. Comandos destinada à força de intervenção do Cmd RMM.

Mesmo tendo em atenção as necessidades noutras áreas, estes reforços permitem-nos fazer intervir no Distrito do Niassa mais algumas Unidades, além das já empenhadas nesse distrito.

2. MISSÃO

Mantêm-se sem alteração as missões gerais das F:Armadas na Província:

- a. Evitar o alastramento da subversão.
- b. Eliminar a subversão existente.
- c. Evitar o isolamento de qualquer parcela do território nacional.
- d. Garantir a segurança dos centros ou regiões importantes, das actividades básicas e dos elementos fundamentais da infraestruturas económica.
- e. Interdizer as fronteiras.

3. EXECUÇÃO

a. Manobra

É minha intenção:

Continuando a fazer esforço geral principal no Distrito de Cabo Delgado, orientar da seguinte forma a actividade de contra-subversão no Distrito do Niassa:

- (a) Manter a pressão sobre o In a Norte de Revia de maneira a eliminar toda a sua actividade a Este do Rio Lugenda e evitar a expansão da subversão violenta para a circunscrição de Marrupa. Conjuguar esta pressão com hostilizações frequentes dos grupos inimigos que actuam na margem Oeste do Lugenda, a Norte do Rio Luângua, de maneira a evitar o fortalecimento da organização do In nesta zona.
- (b) Reforçando a acção das Unidades de quadrícula com forças de intervenção, iniciar, logo que possível, a redução da zona

de subversão violenta, a partir da circunscrição de Amaramba, até atingir a linha geral Bandece - Unango - Muembe - Rio Luângua de maneira a:

- recuperar os núcleos de população ainda fora do nosso controlo a Sul daquela linha;
- privar o In da zona agrícola mais rica do Niassa;
- libertar as principais vias de abastecimento do Niassa;
- criar as condições para a livre orientação da manobra ulterior para o Niassa Oriental ou Ocidental.

Na manobra de redução, actuar progressivamente de maneira a:

- 1º libertar a região de Catur, elemento fundamental de comunicações;
- 2º eliminar a actividade terrorista na margem a Oeste do Lu-genda, até ao Rio Luangua, criando, assim, uma extensão da zona já libertada a Este do mesmo Rio entre Revia e Muoco;
- 3º ampliar a zona libertada de Este para Oeste, extinguindo totalmente a actividade do In a Sul da linha geral já referida.

(c) Combinar as manobras (a) e (b) com a intensificação da interdição das linhas de infiltração e da hostilização dos grupos inimigos dando especial atenção:

- na interdição das infiltrações inimigas, às faixas de infiltração de:
 - Forte Maziúá, que conduz à região Mataca - Cassero
 - Mitomoni, que conduz à região de Maniamba
 - Chala - Massangulo, que conduz à região de Catur
- na hostilização, às regiões de Maniamba - Miandica e à de Cassero - Mataca.

b. Comando da RMM

Sem prejuízo do esforço que está a desenvolver no Distrito de Cabo Delgado:

(1) Mantém a pressão sobre o In na região a Norte de Revia, de maneira a:

- evitar a expansão da subversão violenta para a circunscrição de Marrupa

- eliminar toda a actividade do In a Este do Rio Lugenda, conjugando aquela pressão com hostilizações frequentes dos grupos In que actuam na margem Oeste do Rio Lugenda, a Norte do Rio Luângua, de maneira a evitar o fortalecimento da organização do In nesta zona.
- (2) Inicia, logo que possível, a redução da zona de subversão violenta a partir da circunscrição de Amaramba, até atingir a linha geral Bandece - Unango - Muembe - Rio Luângua, reforçando a acção das unidades de quadricula, e de maneira a:
- (a) Recuperar os núcleos de população ainda fora do nosso controlo, a Sul daquela linha;
 - (b) Privar o In da zona agrícola mais rica do Niassa;
 - (c) Criar as condições para a livre orientação da manobra ulterior para o Niassa Oriental e Ocidental.

Nesta manobra de redução, actua progressivamente de maneira a:

- 1º libertar a região do Catur, zona fundamental de comunicações;
 - 2º eliminar a actividade terrorista na margem Oeste do Rio Lugenda, até ao Rio Luangua, alargando, assim, para Oeste, a zona já libertada a Este do mesmo Rio, entre Revia e Muoco;
 - 3º prosseguir no alargamento da zona libertada, de Este para Oeste, até extinção da actividade inimiga a Sul da linha geral Bandece - Unango - Muembe - Rio Luângua.
- (3) Combina as manobras indicadas em b. (1) e b. (2) com a intensificação da interdição das linhas de infiltração e da hostilização dos grupos In, dando especial atenção:
- na interdição das infiltrações In, às faixas de infiltração de:
 - Forte Maziua, que conduz à região Mataca - Cassero,
 - Mitomoni, que conduz à região de Maniamba,
 - Chala - Massangulo, que conduz à região de Catur;
 - na hostilização, às regiões de Maniamba - Miandica e de Cassero - Mataca.

c. Comando Naval de Moçambique

- (1) Intensifica a sua actividade operacional no Distrito do Niassa, tendo em especial atenção a interdição da faixa costeira e águas do Lago Niassa.
- (2) Coopera estreitamente com as forças do exército na redução da zona de subversão violenta, designadamente quando estas actuarem nas proximidades do Lago Niassa.
- (3) Mantém o apoio logístico para o transporte de material e reabastecimento às F.Terrestres, através do Lago.

d. Comando da 3ª Região Aérea

- (1) Assegura a mais estreita colaboração e cooperação da Faérea com as forças de superfície, na realização de acções ofensivas, de reconhecimento, de evacuação e de reabastecimento das tropas, na área de subversão violenta, com prioridade para a região a Sul da linha geral Bandece - Unango - Muembe - Rio Luangua.
- (2) Conjuga aquelas acções com a maior vigilância e fiscalização possíveis das linhas de infiltração In, dando especial atenção às que se situam entre Forte Maziua e o Rio Lucheringo, ambos inclusivé.
- (3) A Norte da linha geral Bandece - Unango - Muembe - Rio Luangua, tem em especial atenção as regiões de:
 - Maniamba - Miandica,
 - Cassero - Mataka.
- (4) Desenvolve todas estas acções mantendo o seu apoio nas áreas dos Distritos de Cabo Delgado e Tete, com provável reforço desta última.

4. ADMINISTRAÇÃO / LOGÍSTICA

Disposições a tomar pelos Comandos respectivos.

5. COMANDO, LIGAÇÃO E TRANSMISSÕES / COMUNICAÇÕES

Transmissões:

- Reestruturar, se necessário, os sistemas de meios de transmissões na área do Distrito do Niassa, por forma a melhorar o seu rendimento e adaptá-los da melhor forma possível, às áreas abrangidas e finalidade da manobra estabelecida, recorrendo, se possível, ainda que temporariamente, a outras zonas de menores exigências.
- Desenvolver e aperfeiçoar as ligações Ar - Superfície, por forma a obter a mais estreita cooperação entre a FAérea e FTerrestres e o melhor rendimento no emprego dos respectivos meios.

6. E. E. I. ⁶⁷

- a. O In está a reforçar com pessoal e armamento, a área do Distrito do Niassa, designadamente a região a Sul da linha geral: Bandece - Unango - Muembe - Rio Luangua ?
Onde, quando e com que meios ?
- b. O In faz tentativas de expansão da zona de subversão violenta ? Em que direcções ? Onde parece exercer maior esforço ?
- c. Mantêm-se as conhecidas zonas de refúgio In ?
Foram localizadas novas zonas de refúgio ? Qual a sua localização ?
- d. Mantêm-se as habituais linhas de infiltração In ? Quais as mais utilizadas ?
- e. Mantêm-se, reduzem-se ou aumentam os indícios de cansaço ou de desagregação ?
Quais são esses indícios ?
- f. O In apresenta-se em grupos numerosos ? Qual o valor médio em efectivos, dos seus grupos com os quais o In actua ?
- g. Em que zonas, designadamente a Sul da linha geral: Bandece - Unango - Muembe - Rio Luangua, o In se mostra mais activo ?

⁶⁷ EEI – Elementos essenciais de informação.

- h.** Concretiza-se a existência de bases inimigas na região de Massangulo - Catur - Massangulo ?
E no território do Malawi, fronteiro à região Massangulo - Catur ?
- i.** A Sul da linha geral: Bandece – Unango - Muembe - Rio Luangua, confirma-se que o In controla núcleos de população de certa importância ? Quais, seu valor e localização ?
Em caso afirmativo, de que meios de vida dispõem o In e as população que controle nessas zonas ?
- j.** As populações da zona a Sul daquela linha geral colaboram voluntária ou coercivamente com o In ?
- k.** Acentuam-se os indícios de que as populações tentam subtrair-se à influência do In? Quais são esses indícios e seu grau de generalização ?
- l.** Aumentam as apresentações no Distrito do Niassa, designadamente a Sul da linha geral atrás definida ? Em que ritmo ?
- m.** Estado das vias de comunicação e sua transitabilidade, designadamente as das áreas a Sul da linha geral Bandece - Unango - Muembe - Rio Luangua?
Idem, em relação ao terreno fora dos itinerários, para efeito de movimentação das nossas forças.
- n.** Quais os progressos nos trabalhos:
 - assentamento do C.F. Catur – Nova Guarda ?
 - estrada Nova Guarda - Vila Cabral ?

O COMANDANTE CHEFE ADJUNTO,

António Augusto dos Santos

General

“RELATÓRIO DE ACÇÃO

Referências: – Cartas 1/250.000, folha 26
– Directiva HC 11 do COMSEC “A”

1. OPERACÃO “MARTE”: golpe de mão à Ba Provincial “GUNGUNHANA” em 01ABR68

a. Situação

Em cumprimento da Directiva HC 08 do COMSEC A, o Sr. Cap Barroco, Adjunto de Operações e Informações deste Comando, acompanhado do Sr. Alf Fevereiro, Cmdt Intº da 4º CComandos, realizou na primeira quinzena de Março de 1968 um RVIS à região SW e SE de Unango, tendo detectado organizações In no vale do rio Nonduece e junto ao Mnt Nhuzne.

Realizada a operação “Corvo III” para exploração das informações obtidas, foi na Ba de Unango capturado Armando Buraimo, Chefe Distrital do Reconhecimento (SERECO), com uma pasta com documentos e abatido Jose Marcos Jumah Mawawa, Chefe da mesma Base, que tinha por missão a organização da subversão violenta na região de Cantina Dias. No dia 17 de Março de 1968, depois de explorado militarmente, foi o preso Buraimo entregue na PIDE.

As declarações do preso referiram a existência da Ba Provincial “Gungunhana” na região (3503,5.1223) a N de Metangula e os interrogatórios posteriores deram origem ao Relatório Imediato nº 5/68 GAB da PIDE, em que se referem pormenores de grande valor da referida Base.

Por outro lado, o estudo dos documentos capturados ao preso feito pelo Sr. Alf Cruz, na Secção de Informação do COMSEC A, revelou estar marcada pelo Chefe Provincial Sebastião Mobote uma reunião de Comandos dos chefes principais da FRELIMO no Niassa na Base “Gungunhana” para o dia 28 de Março de 1968, onde se discutiriam os “esquemas” de subversão violenta a realizar nas regiões de Cantina Dias e Vila Cabral. Devido ao valor excepcional da informação, à possibilidade de surpreender uma reunião de chefes In de máximo nível actuando na Província do

Niassa e de capturar valiosos documentos e, possivelmente, valioso material que a Ba Provincial deveria certamente possuir e ainda à circunstância de se dispôr de um preso importante que se mostrava disposto a servir de guia às NT, foi imediatamente decidido realizar uma operação no maior segredo, empenhando efectivos reduzidos mas escolhidos e dispondo do máximo apoio possível à disposição do COMSEC A.

b. Forças executantes e organização

Foi escolhida a 4ª CComandos para a realização do golpe de mão e, para comandar a operação, inicialmente, o Sr Alf Fevereiro, em virtude dos restantes oficiais se encontrarem feridos ou convalescentes de ferimentos recebidos em acções anteriores, e, posteriormente, em resultado deste ter sofrido acidente de viação quando já se dirigia para a zona do objectivo, o Sr Cap Valente que, apesar de convalescente, se apresentou voluntariamente para assumir o Comando. Solicitado ao Governo do Distrito do Niassa a colaboração do grupo de milícias do chefe Roxo, imediatamente foi esta colaboração assegurada. Desta maneira, a força executante do golpe de mão passou a ser constituída por:

Cmdt da força: —	Cap Valente
1º Gr Comandos: —	Cap Valente 3 Fuzileiros 16 Comandos
2º Gr Comandos: —	Fur Mil F.Pinto 3 Furrieis 16 Comandos
3º Gr Comandos: —	Fur Mil Montes 2 Furrieis 16 Comandos
Reforço: —	Chefe Roxo 26 MIL

c. Planos estabelecidos e medidas adoptadas

Contactado pelo Comando do Sector o Cmdt do AM 61, ficou garantido o reconhecimento aéreo em avião DO 27, seguindo os rumos normais das carreiras de reabastecimento, o apoio de fogo por bombardeamento imediatamente antes do desencadeamento do golpe de mão, PCV sobre o objectivo durante o desenrolar da acção e as evacuações indispensáveis em helicóptero.

Solicitado por via rádio o apoio de transporte da força de Meponda para Metangula ao Comando da Defesa Marítima do Lago Niassa, foi por este imediatamente providenciado aquele apoio.

No próprio dia da decisão (22 de Março de 1968) foi elaborada a Directiva HC 11, do COMSEC A.

O planeamento pormenorizado do conjunto só foi do conhecimento de um número restrito de Oficiais do Comando do Sector A.

No dia 23 de Março de 1968 foi realizado um RVIS sobre a zona do objectivo, tendo, previamente, sido com insistência recomendado que este se efectuasse com o maior cuidado no sentido de não ser detectada pelo In como reconhecimento do ataque.

No mesmo dia, após o RVIS, realizou-se na Secção de Operações do COMSEC A uma reunião onde ficou acordado até aos últimos pormenores a cooperação aero-terrestre da operação, tendo o Cmdt do AM 61, em resultado dela, resolvido deslocar-se ao AB 6 a fim de solicitar reforços de pessoal e material.

2. DESENROLAR DA ACCÇÃO

a. Descrição

De acordo com o planeamento realizado em 241400MAR68⁶⁸, a 4ª CComandos (-) reforçada com 1 Gr MIL⁶⁹, deslocou-se em coluna auto, organizada pelo COMSEC A, de Vila Cabral para Meponda, onde embarcou numa lancha da Marinha tendo chegado a Metangula na manhã de 26 de Março de 1968.

⁶⁸ 14 horas do dia 24 de Março de 1968.

⁶⁹ Milícias de Intervenção.

No trajecto, uma viatura “Berliet” teve um acidente devido ao mau estado do itinerário, voltando-se e ocasionando ferimentos de certa gravidade no Alf Fevereiro em 13 Comandos e a vários milícias do Chefe Roxo, tendo um deles perecido em resultado dos ferimentos recebidos.

Em consequência, a coluna regressou a Metangula a fim de se fazerem as necessárias evacuações e a substituição do Sr. Alf Fevereiro pelo Sr. Cap Valente que para ele se dirigiu de avião, imediatamente após, no COMSEC A se ter tido conhecimento do acidente.

Sob o novo Comando a coluna saiu novamente de Metangula no dia 27 de Março, chegando a Nova Coimbra pelas 17H00.

No dia 28 de Março, a força saiu de Nova Coimbra a pé na direcção do Lunho, tendo chegado a este aquartelamento pelas 12H30.

No dia 29 de Março, pelas 07H00, a força partiu do Lunho, a pé, na direcção do estacionamento de Miandica, onde chegou pelas 15H30, tendo feito quase todo o percurso a corta-mato.

No dia 31 pelas 08H00, a força iniciou o percurso a corta mato em direcção ao Monte Chissindo e depois de percorrer durante cerca de seis horas um trajecto muito acidentado, chegou à vista das populações controladas pelo In, que presentemente exercem intensa actividade de colheita de produtos agrícolas, tendo levado cerca de 4 horas a ultrapassar a zona de machambas com todos os cuidados, a fim de não ser detectada.

Com o dispositivo de segurança em movimento hábilmente montado durante todo o percurso, conseguiu assim realizar a aproximação sem ser detectada.

Pernoitou a cerca de três horas de marcha da Base In e, pelas 05H30 de 01 de Abril de 1968, retomou a marcha a corta mato a fim de impedir a sua detecção nos caminhos do mato.

Entretanto, às 07H00 desse mesmo dia, um avião T-6, armado de “rockets” e um avião DO 27, descolaram de Vila Cabral para Metangula e Miandica, respectivamente, e às 08H35, 3 aviões T-6 descolaram de Vila Cabral para a região do objectivo, iniciando o bombardeamento às 09H00, vindo do NE.

A hora do início do bombardeamento foi escolhida em face da informação do preso de que as armadilhas de segurança da Ba “Gungunhana” eram levantadas diariamente às 08H00 e recol-

cadadas às 17H00 e haver conveniência, portanto, da acção só ter início após o levantamento das armadilhas.

A força de ataque aguardava a cerca de 1.000 metros da Base In e logo que ouviu o roncar dos motores dos aviões tomou o dispositivo de assalto em meia lua, com o grupo de milícias no flanco esquerdo e os Comandos no centro e direita do dispositivo, com o Comando da força ao centro.

Logo que começaram caindo as primeiras bombas, toda a força avançou ainda 500 metros, mantendo o dispositivo de meia lua e emboscando-se em seguida.

Os primeiros elementos In, em debandada, vieram cair nas emboscadas do flanco direito onde se encontrava o grupo de Comandos do Fur Mil Montes que abateu os seis primeiros In, capturando-lhes o armamento.

O grupo do centro subdividiu-se em dois sub-grupos, tendo um destes com o Cmdt da força e o preso que servia de guia penetrado na Base e o outro continuado emboscado e abatido oito elementos In, número confirmado pela posse dos corpos.

O grupo da esquerda aproximou-se mais da Ba, emboscou o In que procurava fugir na sua direcção e alcançar o depósito de armamento da Ba. O grupo de milícias do chefe Roxo abateu oito elementos In e, utilizando o morteiro que lhe fora distribuído, impediu que o In defendesse o depósito de armamento, tendo provocado a sua debandada. Deu-se início, em seguida, à captura de todo o armamento e documentos existentes na Ba e à destruição total desta, que apresentava um desenvolvimento extraordinário em relação ao normal encontrado na Região Militar.

Durante todo o dia 01 de Abril de 1968 e até ao pôr do sol, pelo menos um avião T-6 manteve-se em PCV armado e sobrevoando as NT.

De salientar o trabalho realizado pelo helicóptero que teve de realizar 5 vôos à Ba In para recolher todo o material capturado, o último dos quais cerca das 17H45 o que o obrigou a chegar a Vila Cabral já noite fechada.

No dia 02 de Abril, às primeiras horas da manhã, 2 aviões T-6 mantiveram-se em PCV na região até as NT chegarem ao aquartelamento do Lunho.

b. Resumo dos resultados

(1) Causados pelo In

Nada

(2) Obtidos pelas NT

– 22 mortos confirmados dos quais foram identificados o Chefe da Polícia Augusto Alifa e a Chefe do Destacamento Feminino do Niassa Ocidental, Julieta Alves.

– Base Provincial do Niassa (“Gungunhana”) totalmente destruída.

– Material capturado:

– Metr anti-aérea 12,7 c/cano sobressalente	3
– Metr pesada BREN c/cano sobressalente	1
– Lança Granadas-Foguete RPG-2	2
– Pist Metr Shpagin (PPSH)	5
– “ “ FBP nº5593	1
– “ “ M-25	2
– Espingarda automática Kalashnikov	7
– “ “ G-3 nº03559	1
– Espigarda semi-automática Simonov	15
– “ “ “ SHE	2
– Espingarda de repetição Mosin Nagant	3
– “ “ Lee Enfield 7,7 Mark III	2
– Granadas de canhão S/R 75 mm	27
– Idem 75 mm de fósforo	3
– Granadas de LGF A/C	11
– Idem A/P	15
– Granadas de morteiro 82 mm	29
– Granadas de LGF chinês	5
– Cunhetes de GMD cheio	1
– GMD F-1	15

- GMO m/1964	1
- Cunhete de granadas	1
- Minas A/C	33
- Minas A/P	86
- Espoletas de granadas de C S/R 75 mm	12
- Espoletas de granadas de Mort 82 mm	156
- Detonadores de granada de LGF	4
- Cargas de granada de LGF (chinês)	4
- Cunhete de trotil cheio C/cargas 100 grs	1
- Idem c/cargas de 200 e 400 grs	1
- Petardos trotil de 400 grs	6
- Idem 200 grs	25
- Caixa c/detonadores pirotécnicos cheios	2
- Caixa c/detonadores eléctricos, cheia	1
- Caixa de munições 7,2 mm	19
- Caixa de munições 7,7 mm	6
- carregador de Shpagin (PPSH)	6
- Carregador de KALASHNIKOV	27
- Carregador do FBP	7
- Carregador de SHE	2
- Carregador Metr Pes BREN	6
- Explosores eléctricos chineses	3
- Equipamº p/granada de canhão S/R	30
- Caixa p/transporte de Gr do LGF (checo)	1
- “ “ fitas da Metr anti-aérea	25
- Aparelho de pontaria de Mort 82 mm	1
- Estaca de pontaria Mort 82 mm	1
- Cordão detonante (metros)	vários
- Cordão lento (metros)	vários
- Cantis	7

- Sacos de lona 10
- Panos de tenda 3
- Escovilhão de Mort 82 mm 1
- Porta granadas de mão de lona 16
- Coldre de pistola 1
- Caixa c/peças sobressalentes
- Documentos capturados:

Grande quantidade de documentos entre os quais se destaca uma pasta pertencente a Sebastião Marcos João Mabote - Chefe Provincial das Operações do Niassa - com os duplicados da correspondência oficial por ele expedida desde 1966 até 29 de Março de 1968. Estes documentos vêm confirmar e pormenorizar conhecimentos anteriores e revelam as missões atribuídas a cada base operacional.
- Material destruído:

Depósito do fardamento e calçado com cerca de:

 - 200 pares de botas
 - 250 fatos de combate

3. CONCLUSÕES E ENSINAMENTOS

a. O COMSEC A atribui o êxito da operação às seguintes causas:

- 1º – O excelente trabalho de informação realizado pela Secção de Informações do COMSEC A com a valiosa colaboração da Subdelegação da Polícia Internacional e Defesa do Estado, de Vila Cabral.
- 2º – A decisão oportuna de desencadeamento da operação, utilizando todos os meios ao dispôr do comando.
- 3º – O segredo no planeamento e preparativos da operação.
- 4º – Os efectivos reduzidos e escolhidos empenhados na operação.
- 5º – A conduta hábil da acção realizada pela 4ª CComandos, evidenciada não só na decepção na aproximação e no cerco realizado a curta distância do objectivo, mas também na serenidade em combate e fogos ajustados produzidos pela unidade e reforço.

- 6º – A disponibilidade dum preso evoluído que desempenhou as funções de guia das NT até ao objectivo.
 - 7º – A valiosa colaboração das MIL com o seu conhecimento do terreno e das populações do Niassa.
 - 8º – A excepcional cooperação prestada pela FAP.
 - 9º – A prestimosa colaboração prestada pela Marinha.
 - 10º – O total efeito de surpresa obtido sobre o In apesar das condições do mascaramento natural da Base o dispositivo de segurança inimigo constituído pelas populações controlados das machambas, sentinelas e armadilhas.
- b. A actuação da 4ª CComandos foi brilhante sendo de realçar os formidáveis e excepcionais resultados obtidos sem qualquer baixa das NT. O pessoal que mais se distinguiu durante a operação foi o seguinte: (...) Deste pessoal estão sendo elaboradas propostas de louvor a apresentar superiormente logo que concluídas.
- c. A Base “Gungunhana” era a Base Provincial do Niassa, sede do Chefe Provincial Sebastião Mabote.”

“RELATÓRIO DE ACCÃO

Referências: – Carta 1/250.000, folha 41

– OOp nº 1/68, do BCaÇ 1935

1. OPERAÇÃO G-24 “OS GALGOS FILAM”

a. Situação

OOp nº 1/68

b. Missão

Recuperação de população existente na região do rio Ecoco (3649.1328) referenciada pelo apresentado Aisse.

c. Forças executantes

2 GC/CCaÇ 1797, sob o comando do Alferes Cmdt do 1º GC.

d. Medidas adoptadas

A força foi preparada para a execução de batidas e golpes de mão imediatos.

Deslocamento do Quartel em coluna auto, até ao ponto de coordenadas 3637,5.1328,5. A partir deste ponto, o deslocamento da força a TT, sendo destacadas 2 secções do 4º GC para guardas de flanco, marchando o resto da força no eixo do dispositivo e ligeiramente recuado.

2. DESENROLAR DA ACCÃO

a. Descrição

Dia 19 de Janeiro de 1968

A partir do ponto de coordenadas (3637,5.1328,5), a força executante tomou a direcção, sensivelmente, Leste adoptando o dispositivo acima referido. Foram minuciosamente explorados todos os trilhos e quaisquer indícios que nos pudessem levar à detecção de população ou elementos terroristas. A cerca de uma hora de marcha ordenei um alto para descanso. Aproveitei a ocasião para conversar com o apresentado Aisse que nos servia de guia, no intuito de colher mais pormenores acerca do local onde se encontrava a população e da possível existência de elementos armados. Foi então que ele me referiu que, efectivamente, havia no seio da população alguns elementos armados e era necessária cautela na aproximação. Continuei o interrogatório para estruturar a acção. Posteriormente ordenei-lhe que conduzisse as tropas a um ponto tal que a nossa aproximação durante o dia não fosse referenciada por qualquer elemento da população ou Turra e também nos permitisse chegar ao acampamento na madrugada do dia seguinte.

Reiniciámos o deslocamento e ao atingirmos o ponto de coordenadas (3643,5.1328,5) o guia disse-me que estávamos a cerca de duas horas de marcha do acampamento.

Ordenei a montagem de bivaque e ali permanecemos até às 02H00. Aproveitei a permanência no bivaque para acertar todos os pormenores da acção. Às 02h00 iniciámos o deslocamento para o acampamento. O deslocamento continuou a fazer-se a TT, mas agora em coluna por um. O silêncio da marcha foi excepcional.

Às 04h45 estávamos a cerca de 500 metros do acampamento.

Fizemos deste ponto nosso ponto de reunião. O pessoal estabeleceu segurança periférica e aligeirou. Após rápido reconhecimento do objectivo iniciámos o deslocamento para este, tomando já o dispositivo de ataque, tendo ficado uma secção de guarda ao excedente de equipamento do pessoal e ainda com a missão de anular qualquer fuga por parte dos elementos In ou Pop.

Adoptámos a "táctica do U" seguindo pelo flanco direito o grupo de apoio, (GC-) comandado pelo Alf. Godinho, e pelo flanco esquerdo outro grupo de apoio (Sec Ref), comandado pelo Fur. Andrade; ao centro e em linha seguia o grupo de assalto comandado por mim. A aproximação foi perfeita, com ligação à vista e coordenada por rádio. Conseguimos enquadrar o objectivo no centro do dispositivo sem sermos detectados. Quando o grupo de apoio da direita procedia

a um ligeiro reajustamento, aproximando-se mais do acampamento, surgiu do interior de uma palhota um Turra armado que procurou visar as NT. Detectado pelo Fur. Mil Ricardo Neto, foi por este imediatamente dado o alarme e disparado um tiro certo que colocou o elemento Turra fora de combate, não o tendo no entanto morto, como depois se veio a verificar. Quebrada a surpresa, população e terroristas, acto contínuo, saíram desvairados das palhotas, aquelas gritando apavoradas e estes vomitando fogo com as suas armas, ao mesmo tempo que corriam em derradeira tentativa de fuga. As NT, nos seus postos de flanco, com excepcional coragem, serenidade e sangue-frio, visavam e atingiam aqueles que contra eles disparavam, indiferentes ao perigo enquanto o grupo de assalto, decidido e rápido, avançava para o acampamento indiferente aos tiros, tendo dominado a população, auxiliado pelo fogo das armas o aniquilamento dos Turra e aprisionado os que restavam.

Houve um elemento Turra que, armado, corria, tentando a fuga, em direcção ao grupo de assalto. Indiferente ao perigo e com perfeita serenidade, o Soldado mec. 04645967, Joaquim P. Pinto, apontou-o e abateu-o, impedindo assim que ele ou algum dos seus camaradas fosse ferido ou morto. O 1º cabo mec. 05003967, Arménio Álvares de Castro, que comandava uma equipa de grupo de apoio da esquerda, apercebeu-se da tentativa de fuga de dois Turras armados que faziam fogo em sua direcção. Indiferente ao perigo e revelando muita coragem e iniciativa, iniciou rápida perseguição, à testa dos seus homens tendo conseguido abater um e capturado o outro.

Terminada a acção, ordenei que fosse montada a segurança periférica e afastada ao acampamento que constituía nosso objectivo.

O grupo de assalto procedeu à busca e controlo de todos os capturados. No final desta segunda parte da acção, apuraram-se os resultados indicados em b.

Enterrámos os mortos e tratámos os feridos. Realça-se o empenho, aptidão e conhecimentos revelados pelo Fur Mil Enfº, António dos Reis, no tratamento dos feridos, tendo conseguido, com os precários meios de que dispunha, salvar-lhes a vida, quando mesmo os elementos da população não acreditavam na sua sobrevivência. Transportados para o quartel estão livres do perigo e em franca recuperação. Mandeí reunir toda a população, fiz-lhe ver a missão da tropa,

acalmei-os e foi-lhes distribuída alguma comida cedida da rações dos nossos militares.

Passados os primeiros sustos, via-se logo que já estavam connosco. Mandeí separar os homens e interroguei-os. Não consegui obter qualquer informação.

Iniciámos então a retirada. Esta marcha fez-se com todas as medidas de segurança, pois poder-se-ia registar qualquer medida de represálias e como a coluna estava consideravelmente aumentada pelo pessoal capturado seria mais difícil a manobra.

Dada a morosidade da marcha e a gravidade dos feridos, transportados em padiolas com panos de tenda fornecidos pelas NT, decidi enviar duas secções ao aquartelamento, com o intuito que uma coluna auto aguardasse os feridos e restante pessoal no ponto de coordenadas (3637,5.1328,5). A força chegou ao quartel pelas 20H30.

b. Resumo dos resultados

(1) Obtidos pelo In

Nada

(2) Obtidos pelas NT

– Destruido um acampamento tipo quartel

Abatidos 4 elementos Turra

Gravemente feridos 2 elementos Turra

Capturados 9 homens, 32 mulheres e 39 crianças, 9 ESAutm, 1 mina A/C, 1375 munições 7,62, 2 Gr de LGF, 3 GMD, 6 cinturões cartucheiras, 1 carregador de Esp Aut, 1 petardo de trotil, 1 envelope com 250\$00 em notas Moçambicanas e documentos vários.

3. CONCLUSÕES E ENSINAMENTOS

Concluiu-se da existência de acampamentos tipo quartel em áreas até aqui não consideradas.

É muito difícil a actuação das NT em áreas semelhantes, pois a existência de elementos armados junto das Pop, pode criar problemas de destrinça. Continua a verificar-se o estado miserável em que vivem as Pop e a

sua ansiedade de se libertarem do domínio dos elementos Turra”.

B. Comentários

1. Do Cmdt da CCaç 1797

“ Dadas as características dos objectivos que temos encontrado nesta ZA, com especial relevância para este (muitos elementos armados e Pop), torna-se extraordinariamente difícil a actuação das NT sem massacre e sem fazer perigar a nossa própria segurança.

Esta acção engloba em absoluto, no meu ponto de vista, todas as missões confiadas às tropas na luta anti-guerrilha:

- aprisionar e aniquilar os guerrilheiros, destruindo-lhes as suas bases, captando-lhe o seu material e desorganizando a sua estrutura;
- separar a Pop dos guerrilheiros e destruir todos os meios de apoio logístico destes;
- recuperar as Pop.

Os princípios que afirmámos foram respeitados e seguidos, sendo os resultados obtidos o testemunho mais válido de quanto possamos afirmar e enaltecer.”

2. Do Cmdt do Sec “E”

“Assim mais uma vez se verifica que na guerra subversiva é fundamental dispôr de boas informações, bons guias, determinação, espírito de sacrifício e, fundamentalmente, disciplina de marcha e silêncio.”

CAPÍTULO IX

A EVOLUÇÃO DA SUBVERSÃO EM 1969

A situação na RMM em 1969

A crise interna da FRELIMO

No primeiro trimestre de 1969, os factos mais salientes registados no seio da FRELIMO reportaram-se às convulsões políticas surgidas no seio daquele Movimento de que foram consequências fundamentais o assassinato de Mondelane e a apresentação às nossas autoridades de Lázaro Cavandame, ao que parece desejoso de colaborar na pacificação de Cabo Delgado.

A FRELIMO, durante o ano de 1968, apresentava já grandes problemas internos resultantes da oposição de alguns chefes políticos Macondes a certas directivas político-estratégicas do Partido com as quais não concordavam. As dissidências foram-se acumulando com o decorrer do ano e a situação tornou-se explosiva no princípio de 1969¹.

Com efeito, no início de Janeiro, o Comité Executivo destituía das suas funções de "Chairman Geral" de Cabo Delgado, Lázaro Cavandame que enca-beçava os dissidentes Macondes. Esta medida provocou forte reacção por parte do chefe político destituído, agravando-se a situação política interna, vindo a culminar com o assassinato em 3 de Fevereiro de 1969, de Eduardo Mondelane.

A esta situação de crise política não teriam sido alheias as dificuldades económico-financeiras com que o Partido lutou durante todo o ano de 1968. Estes factos exerceram natural influência no seu rendimento operacional, afectando o moral dos combatentes e levando a deserções volumosas. Por outro lado, a falta de apoio logístico e uma intensa actividade das nossas tropas levou à apresentação de elevado número de elementos da população fugida.

Ao fazer o balanço da actividade In no ano de 1968 e na tentativa de previsão de como o In se iria comportar no início de 1969, o comando português considerava que a FRELIMO não estava em condições de explorar, a seu favor, a época favorável das chuvas, como era habitual fazer nos anos transactos, salvo se conseguisse solucionar os graves problemas que afectavam o Partido, o que não se admitia como provável².

¹ Ver Cap III - FRELIMO - Evolução Histórica.

² Directiva nº 3/69 (Para o Prosseguimento da Actividade Operacional nos Distritos de Niassa, Cabo Delgado e Tete, a partir da época seca) de 16Abr do QG/RMM.



Figura 1 – Lázaro Cavandame no BCaÇ 2837 após a sua apresentação
(Foto do BCaÇ 2837)



Figura 2 – Lázaro Cavandame fazendo uma “banja”
(Foto do BCaÇ 2837)

No início da época seca, o In apresentava-se ainda fortemente afectado, continuando a lutar com graves problemas de ordem interna, não havendo indícios que admitissem a solução, para breve, da crise económico-financeira em que se debatia.

O Dispositivo da FRELIMO no interior do Território³

Em Cabo Delgado o In dispunha de um sólido dispositivo militar praticamente localizado ao longo de uma faixa de cerca de 100 km de largura, estendendo-se da região Negomano - Pundandar (a norte) até ao esporão Norte da serra Mapé, num dispositivo em flecha, que apresentava quatro núcleos de grande importância. (ver fig. 3)

- O “complexo da Base Limpopo” a NE de Mocímboa do Rovuma e junto ao R. Rovuma, era constituído pela Base “Limpopo” e seus órgãos de Segurança, Cantina Quissanga e Cooperativa dos agricultores do Limpopo; era o principal órgão logístico de apoio à subversão em Cabo Delgado e constituía a porta de ligação entre a Tanzânia e o território nacional; dispunha de 150 guerrilheiros e de material do tipo Metr AA, LGF, Metr e outras armas automáticas;
- o “núcleo central”, à volta de Mueda, e constituído pelas Bases Provinciais “Moçambique”, “Nampula”, “Gungunhana” e “Negomano”, com um efectivo da ordem dos 600 guerrilheiros, dispondo de armas do tipo Metr. AA, Canh SRc, Mort., LGF, Metr. e armas ligeiras, constituía uma ameaça permanente sobre Mueda, Miteda, Muidumbe, Antadora, Diaca e Sagal e ainda sobre a estrada Mocímboa da Praia - Mueda, no seu último troço;
- o “núcleo Mocímboa da Praia”, orientado sobre a localidade do mesmo nome, era constituído por um efectivo da ordem dos 650 guerrilheiros distribuídos pelas Bases “Niassa”, “Montepuez”, “Lourenço Marques”, “Tete” e “Inhambane” e dispondo de material pesado e ligeiro, constituía uma ameaça permanente sobre Mocímboa da Praia e sobre o troço inicial da estrada Mocímboa da Praia - Mueda;

³ Directiva nº 3/69 (Para Prosseguimento da actividade operacional nos Distritos de Niassa, Cabo Delgado e Tete, a partir do início da época seca) QG/RMM/2ª Rep, de 16 de Abril de 1969. Era assinada pelo General Francisco da Costa Gomes.

- o “núcleo da Vanguarda”, que era a ponta da flecha e materializava a direcção do esforço do In, era constituído por cerca de 700 guerrilheiros distribuídos pelas Bases “Macanga”, “Quelimane”, “Lúrio”, “Gaza”, “Marrupa”, “Pemba”, “Maputo” Sub-Prov. “Moçambique” e dispondo de armas pesadas e ligeiras.

Além destes órgãos, dispunha de algumas Bases que serviam de suporte a linhas de infiltração ou com a missão específica de instrução (Base “Beira”).



Figura 3 – Carta de Cabo Delgado

Disponha o In também de um complexo dispositivo político-administrativo que acompanhava o dispositivo militar, sendo de considerar a existência nestas áreas de um efectivo da ordem dos 2.000 "Usiliks" (milícias populares) que reforçavam a acção militar através de missões de corte de itinerários, informações, pequenas emboscadas e, por vezes, actuando em reforço de Bases e constituindo, ainda, uma reserva de recrutamento. O In abastecia, re completava e rearmava o seu dispositivo a partir da Tanzânia, utilizando principalmente a linha de infiltração de Inchinchira que se apoiava no "complexo da Base Limpopo".

No Niassa o In dispunha de um dispositivo militar articulado em três sectores operacionais, constituído por um conjunto de Bases de efectivo médio, inferior a Companhia.

No Niassa Ocidental e Oriental, o dispositivo encontrava-se implantado numa área definida pelo meridiano de Chamba - rio Lugenda - Chiconono - Cantina Dias, sendo especialmente importante. (ver fig. 4)

- a zona do planalto de Miandica - Caluloma, onde dispunha de um efectivo de cerca de 350 guerrilheiros distribuídos pelas Bases "Gungunhana", "Mepoxe", "Nampula" e "Chissindo" e por algumas Bases de segurança, constituindo o núcleo mais forte do In em todo o Niassa, dispondo de armamento pesado e ligeiro e controlando diversos núcleos populacionais, sendo este reduto de vital importância para o In;
- a zona da serra Jeci - rio Nossi, onde, embora não possuindo um dispositivo forte e concentrado, se encontrava disseminado no seio da população, controlando-a. Disponha de um efectivo de cerca de 100 guerrilheiros distribuídos pelas Bases "Unango" e "Maniamba";
- o triângulo definido por Valadim - ponte do rio Luatize - confluência dos rios Lucheringo/Lacuisse, onde dispunha de cerca de 150 guerrilheiros distribuídos pelas Bases "Beira", "Nausache", "Chipamulo" e "Bissau";
- a zona compreendida entre a margem Norte do rio Luatize e o rio Mepatire, onde dispunha de cerca de 100 guerrilheiros distribuídos pelas Bases "Iambene", "Guiné" e "Nova Freixo";
- a infiltrante de Mataka, onde dispunha de cerca de 120 guerrilheiros distribuídos pelas Bases "Catembe", "Maguigane" e "Lumumba".

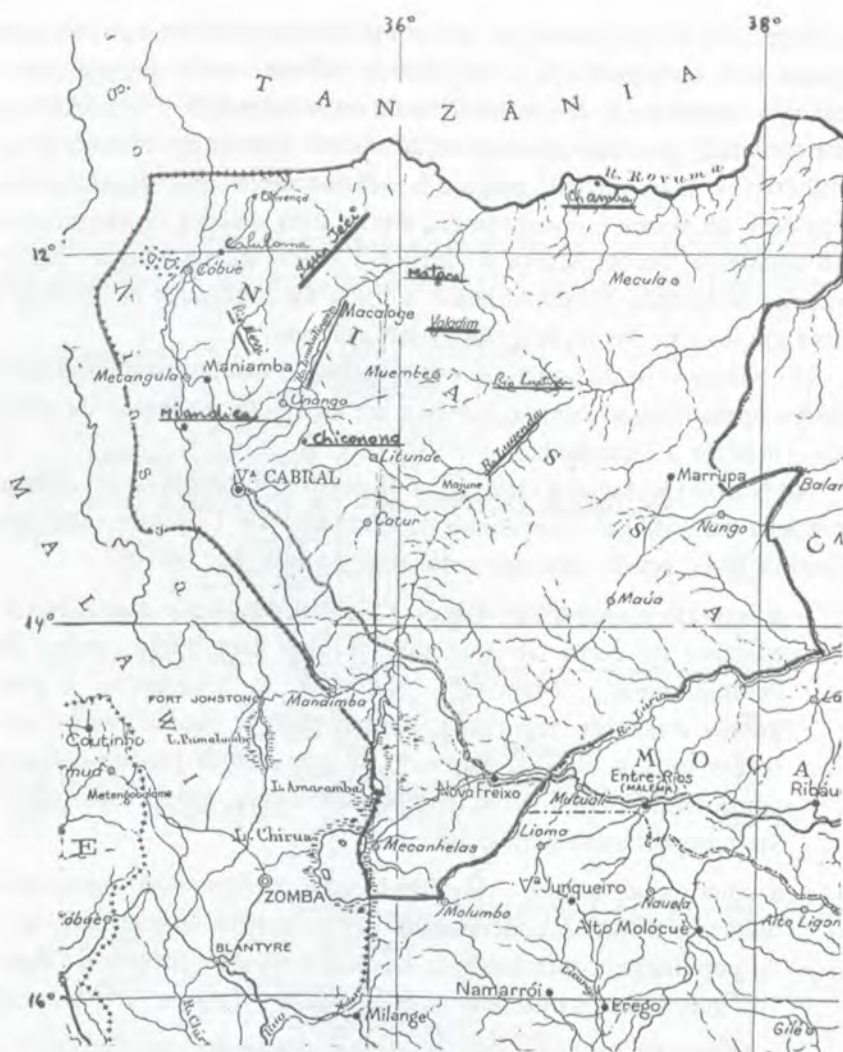


Figura 4 – Carta do Niassa

Todos estes efectivos eram apoiados pelas linhas de infiltração Mitomoni, (a mais importante); N'Coleze e Mataca.

No Niassa Sul, o dispositivo estava localizado sobre a linha de fronteira, entre o rio Lilole e rio Lugela, e era constituído pelas Bases operacionais “Catur” e “Chala” e bases de segurança “Makangila” e “Maleta” e com um efectivo de 150 guerrilheiros. Constituía uma ameaça permanente às comunicações com o Distrito Niassa, particularmente o Caminho de Ferro, e pretendia ser a plataforma de lançamento da subversão em direcção à Zambézia.

- área de Vasco da Gama - vale do rio Mucumbuzi, que se julgava ser uma das zonas de refúgio;
- área definida por Bene - Tembué - Vuende - Furancungo, onde se julgava que estivesse em força, estando aí referenciadas as Bases “Quelimane”, “Pumbezi” e outras na altura ainda não localizadas.

Admitia-se que dispusesse de cerca de 400 guerrilheiros, 200 dos quais na área Bene - Tembué - Vuende - Furancungo. Dispunha de todos os tipos de armas pesadas, com excepção talvez de Canh SRc, ainda não referenciados naquela área.

Este dispositivo era apoiado a partir da Zâmbia através de duas linhas de infiltração:

- Missale — curso médio do rio Luia — Furancungo;
- Vale do rio Capoché, por Cassuende — Vasco da Gama.

Admitia-se que o dispositivo militar fosse apoiado por um dispositivo político-administrativo ainda incipiente, mas com relevância para a zona de Bene - Tembué - Vuende - Furancungo.

Fora da área de subversão violenta, o In desenvolvia uma intensa e persistente actividade de aliciamento e propaganda, visando a mobilização de massas, nas áreas de Angónia, Moatize, Mutarara e Zumbo.

Na Zambézia, não obstante ter propagandeado ser sua intenção fazer eclodir a subversão violenta neste Distrito, em princípios de 1969, a sua actividade mantinha-se no nível habitual do último ano, com acções de propaganda e aliciamento sobre as populações fronteiriças e sobre os refugiados no Malawi, continuando, no entanto, a manifestar a intenção de atingir o Distrito a partir não só do Catur, como também de Mutarara, logo que estabelecesse condições favoráveis na tribo Sena.

Procurava ainda estabelecer depósitos clandestinos de armamento, tanto em território nacional, como no Malawi, para apoio à luta armada logo que o grau de receptividade da população permitisse a passagem à subversão violenta.

Nos restantes Distritos fora das áreas afectadas, a situação mantinha-se calma e sob o controlo das autoridades, registando-se contudo uma actividade clandestina generalizada, com especial incidência nas áreas sub-urbanas de Lourenço Marques, Inhambane e Beira, características da 1ª fase da subversão.

Quanto à população verificava-se, no interior das áreas de subversão, que o In contava:

- no Niassa, com a adesão total dos Nianjas e com a acomodação dos Ajauas, estes últimos, porém, já seriamente desequilibrados a nosso favor, considerando-se que o controlo In, psicológico e físico, apenas fosse efectivo no subsector AME - Mecula - e na região meridional do subsector ASA - Macalogue;
- em Cabo Delgado com a adesão de uma grande parte dos Macondes, considerando-se, no entanto, que parecia existir já uma cisão grave entre a organização político-militar da FRELIMO e as populações fugidas;
- em Tete, com a adesão dos Acheuas, ainda que não totalmente voluntária.

Fora da zona de subversão violenta o Inimigo:

- não contava com a adesão dos Macuas-Lomués, muito embora tivesse já feito tentativas de contaminação através de ligações clánicas na região de Montepuez e aproveitasse as ligações familiares, para tentativas de constituição de redes subversivas ou, pelo menos, de apoio de meios de informações, dos aldeamentos com familiares foragidos;
- tinha simpatia das populações Maraves;
- exercia grande esforço psicológico sobre as tribos Senga-Sena, ambas do distrito de Tete;
- contava, para Sul do Zambeze, com campo propício entre certas tribos totalmente voltadas para os países vizinhos e comandamentos tribais nos mesmos, em especial as tribos Barué e Vandaus;
- julgava-se ter a aceitação de um amplo sector da população africana, designadamente no Distrito de Lourenço Marques e na região da Beira.

As condições do inimigo, terreno e meios existentes em cada um dos Sectores activos permitiam concluir:

- que, no Sector "A", Distrito do Niassa, a região da serra Jeci continuava a ser um forte baluarte do inimigo, sendo de prever que, apesar das constantes acções ali desencadeadas, esta situação se

mantivesse enquanto se não dispusesse de itinerários que permitissem isolá-la, ou um acesso fácil ao seu interior; pelo contrário, a redução da área do Subsector de Valadim decorria mais facilmente, a ponto de dever prever-se a continuação rendosa da acção para Norte e, depois sobre Pauíla, isolando pelo Norte, em certa medida, a região daquela serra; a redução da área entre Cobué, Lumbo, Macaloge e Pauíla era também prejudicada pela falta de itinerários adequados;

- que, no Sector “B”, Distrito de Cabo Delgado, as acções que em Janeiro e Fevereiro foram realizadas na serra Mapé e na bolsa Chai - Macomia não conduziram a resultados compensadores, por fluidez do In; além disso, parecia certa a hipótese de que os grupos In que vinham desencadeando aí acções de força, seriam provenientes da região a Norte do rio Messalo; parecia, deste modo, que só haveria vantagem em intensificar também o esforço a Norte daquele rio, pois essa acção de redução faria melhorar, extraordinariamente, a situação nesta área e permitiria, além disso, dar um golpe profundo, na zona onde se situavam as principais organizações do In no sector e garantir a segurança do deslocamento na EN 243, cuja utilização ia ser intensificada.
- que, no Sector “E”, Distrito do Niassa, as acções desencadeadas ultimamente a Sul dos rios Luatize e Lugenda na concretização do Plano “Sagitário II” e na região de Mucuvira - Mucuaiaia, pareciam ter confirmado a inexistência de organizações In naquelas áreas; a completa garantia de redução do In na região Cassero - Metarica exigia, todavia, que se instalasse uma Companhia a Oeste do rio Levele com adequado itinerário de acesso; ficariam assim abertas as condições para prosseguir actividade a Norte daqueles rios, para o que não se dispunha, no entanto, em especial na região de Mataca, de itinerários adequados;
- que, no Sector “F”, Distrito de Tete, por manifestações de vária ordem, podia afirmar-se que o In se encontrava, de forma mais ou menos fluída, numa área limitada, dum modo geral: a Norte, pela fronteira com a Zâmbia; a Sul pela linha Mte Chicungo (3156.1520) - Chipera -confluência dos rios Luia e Capoché - Casula (3330.1524); a Este, pela linha Casula - Furuncungo - rio Maleme; a Oeste, pela linha rio Duângua - Piripiri (3134.1449); admitia-se, assim, que seria vantajoso que esta área fosse sucessiva e sistematicamente batida.

A Actividade Operacional das NT em 1969

A Directiva nº 3/69 de 16 de Abril. Ideia de manobra

Em consequência das Informações obtidas, o Comando da RMM difunde a Directiva nº 3/69 de 16 de Abril onde expressa a ideia de manobra de que se salientam os principais aspectos para cada Sector:

Sector A: – Niassa

- prosseguir a manobra em curso para a realização da Directiva nº 10/68⁴;
- prevêr a Este (Subsector de Valadim), a rápida aceleração da desarticulação do In e, em consequência, a orientação do esforço local para Oeste sobre a região de Pauíla, com vista a participar no isolamento, a Norte da serra Jeci (...);

(.....)

Sector B: – Cabo Delgado

- prosseguir a manobra em curso para a realização da directiva nº 8/68⁵, fazendo o esforço na região do rio Messalo, empregando a Norte do rio, em especial, as Companhias de Comandos e Paras e o Dest Fuzos, e, mantendo a pressão sobre o In, a Sul do mesmo rio, reforçando o respectivo Subsector, se necessário (...);

(.....)

Sector E: – Niassa

- prosseguir a manobra em curso para a realização da Directiva nº 10/68⁶, passando o esforço de intervenção para Norte dos rios Luatize e Lugenda e mantendo a pressão sobre o In a Sul daqueles rios, à custa das Unidades de quadrícula;

⁴ Directiva nº 10/68 (Para o Prosseguimento da Actividade Operacional no Distrito do Niassa), de 26 de Agosto, do QG/RMM.

⁵ Directiva nº 8/68 (Para a Actividade Operacional no Distrito de Cabo Delgado), de 15 de Maio, do QG/RMM).

⁶ Directiva nº 10/68 (Para o Prosseguimento da Actividade Operacional no Distrito do Niassa), 26 de Agosto, do QG/RMM

- instalar uma Companhia a Oeste do rio Levele (Companhia do Levele), junto ao rio Luatize, com vista ao controlo efectivo daquela área, e criar condições para a sua manutenção;
- adensar a quadrícula entre os rios Luatize e Rovuma (corredor de Mataka), à medida que for sendo obtida a redução daquela área (...).
(.....)

Sector F: — Tete

- limpar completamente a área delimitada a Norte, pela fronteira com a Zâmbia, a Sul, pela linha Monte Chiungo - Chipera - confluência dos rios Luia e Capoché - Casula, a Este pela linha Casula - Furuncungo - rio Maleme, a Oeste pela linha rio Duângua - Piripiri;
- conduzir essa limpeza do Sul para Norte, por acções sistemáticas de redução e de contacto com as populações, de modo a criar uma frente de contenção que deverá ser levada sucessivamente:

numa 1ª fase, à linha geral definida pelo itinerário Fingoé - Cangombe (3242.1508) - Furuncungo; numa 2ª fase, à linha geral definida pelo rio Mepinda - rio Pihuanha - rio Luatize (curso inferior) - rio Luia - Cauasa (3321.1433); numa 3ª fase, à linha da fronteira, tendo em atenção as limitações impostas pela necessidade de evitar incidentes com as forças da Zâmbia nesta região.

Essas limitações constam da Directiva nº 4/69⁷ e justificam-se pelo facto de as autoridades da Zâmbia terem referido violações do seu território pelas nossas forças, as quais, nos poucos casos conhecidos, teriam sido, no entanto, involuntárias e resultado da deficiente delimitação da fronteira. Essas violações contribuíam para agravar as já tensas relações com aquele país, sem vantagens para a nossa luta. Para tal foram tomadas as seguintes medidas:

- estabelecer uma “faixa neutralizada”, junto à fronteira com a Zâmbia, para as forças terrestres;
- criar uma “zona de segurança”, imediatamente a Sul da faixa anterior, para a Força Aérea . (ver fig. nº 6)

⁷ Directiva nº 4/69 (Para a criação duma faixa neutralizada, numa Zona de Acção condicionada e de uma Zona de Segurança no sector F na fronteira com a Zâmbia), de 12 de Maio, da RMM.

(3225.1423) - .1047 (3232.1421) - .1017 (3238.1420). A “zona de acção condicionada” era parte integrante da “zona de segurança”, como é evidente.

Estas medidas comprovavam a vontade de não hostilizar o território vizinho embora não tivessem contrapartidas por parte do Governo da Zâmbia.

Actividade Operacional

Entre os milhares de operações e acções de todo o tipo realizadas no TO em 1969 referem-se como mais relevantes, tendo como origem os SITREP circunstanciados do QG/RMM/3ª Rep, as seguintes:

Sector “A”

- Op “Lobos Centuriões 3” – Golpe de mão na região (3452.1259), Fevereiro, por 4 GComb CCav 2391 (I)⁸. Destruída a Base “Meponda”, capturado o adjunto da base, 1 EAutm, uma mala de correio e documentos importantes.
- Op “São Jorge” – Destruição da actividade do In na região (3513.1351) Base “Catur” com início em 26 de Fevereiro e duração de 2 dias por 3 GComb da CCAç 2418. Destruída a Base “Catur” na região (3512.1350), ferido 1 In (sentinela), capturadas 4 pistolas, 1 Metr ligeira, 2 EAutm, 4 GM, 9 cantis, 1 binóculo, material diverso e fardamento.
- Op “Cavalo Branco” – Batida na região a Norte de Cantina Dias com início em 23 de Fevereiro e duração de 3 dias por forças da CCAç Vila Cabral, 1/BCaç 16, CCAç 1795 (I), CCAç 2409, CCAç 2451, CCav 2390, 18ª CCmd (I) e milícias. Abatidos 4 In e feridos 5. Capturados 83 autóctones entre os quais o régulo Calango, 4 ESAutm, 1 Granada de Lança-Foguetes e documentos. Levantada 1 armadilha. Destruídos 302 palhotas, 3 celeiros e 3 machambas.
- Op “Lobos Centuriões 41” – Destruição da actividade In na região (3451.1301) com início em 14 de Março e duração de 2 dias por 2 GComb da CCav 2391(I). Destruída a Base “Meponda” com 12

⁸ Unidade de Intervenção.

palhotas. Abatido 6 In entre os quais o chefe da base, ferido 1 In. Capturados 2 In, 1 LGF, 6 EAutm, 1 petardo de trotil, 6 GMD e documentos.

- Op “Cavalo Preto” – Batida na região (3514.1241) com início em 10 de Março e duração de 4 dias por forças da 18ª CCmd, CArt 2324 (I), CArt 2326 e CArt 2328 (I). Capturados 47 autóctones, 1 ESAutm, 1 Esp. repetição, 1 GMD e material diverso. Destruidas 56 palhotas e muita alimentação.
- Op “Insistindo” – Golpe de mão na região (3520.1358) com início em 22 de Março e duração de 2 dias por 3 GComb da CCAç 2418. Capturadas 4 ESAutm, 2 Granadas de Fumo e Munições.
- Op “Poldro” – Golpe de mão à Base “Maniamba” (3512.1244) com início em 22 de Março e duração de 2 dias por 3 GComb da 18ª CCmd (I). Abatidos 3 In (chefes), capturada 1 EAutm, 1 ESAutm, 2 GMD, munições, documentos e material diverso. Levantada 1 armadilha.
- Op “Retorno” – Batida na região (3513.1350) com início em 26 de Março e duração de 2 dias por 3 GComb da CCAç 2418. Contactou com grupo In de 15 elementos armados, tendo causado 1 morto confirmado e mais baixas prováveis. Capturado um LGF, 1 EAutm, 1 granada de LGF, 1GMD, munições e material diverso.
- Op “Cavalo Lazão” – Batida e Limpeza na região (3514.1258) em 3 de Abril com a duração de 3 dias, com 3 GComb da CCAç 1793 (I), 4 GComb da 1ª/BCaç 16, 4GComb da CCAç 2409, 4 GComb da CCAç 2390 e 1 GComb de Milícias. Abatidos 10 In, ferido 1, capturados 75 elementos da população. Capturada 1 ESAutm. Destruidas 200 palhotas, 4 celeiros, 15 hectares de machambas e material diverso.
- Op “Cavalo Saíu” – Batida na região da serra Jeci em 8 de Abril com a duração de 6 dias, com 2GComb da 18ª CCmds (I). Capturada 1 ESAutm e 14 elementos da população. Destruidas 5 palhotas e 1 celeiro com alimentação.
- Op “Segura” – Batida nas regiões (3508.1344) e Leone em 12 de Abril com a duração de 2 dias com 3 GComb da CCav 2415. Destruida base abandonada com 5 palhotas e capturadas caixas de

- granadas de canhão sem recuo e material diverso. Apresentaram-se 2 homens vindos do Malawi e mais 1 homem e 6 mulheres.
- Op “Lobos Centuriões 49” – Destruição da actividade In na região (3452.1257) em 19 de Abril com a duração de 2 dias com 1 GComb CCav 2391 (I). Destruída à base Meponda e um agrupamento com 37 palhotas.
 - Op “Lobos Centuriões 52” – Destruição da actividade In na região do R. Lussefa em 28 de Abril com a duração de 2 dias com 1 GComb da CCav 2391 (I). Capturadas 6 granadas de canhão sem recuo, 4 granadas de morteiro, 1 cunhete de munições e material diverso. Destruídas 10 palhotas de construção recente.
 - Op “Inopinada” – Golpe de mão a acampamento na região (3535.1317) em 28 de Abril por 1 GComb da CCAç Vila Cabral. Capturados 3 In, 1 EAutm, 1 ESAutm, munições e material diverso.
 - Op “Cavalo Castanho” – Golpe de mão na região (3507.1223) em 27 de Abril com a duração de 4 dias por 2 GComb da 18ª CCmds. Encontrada abandonada a “Base Gungunhana” que foi destruída. Destruída a “Base Mecula” com 80 palhotas, mais 20 palhotas isoladas e 17 celeiros com 5 ton. de milho. Capturados 7 homens, munições, documentos e material diverso.
 - Op “Cavalo Alado” – Emboscada na região (3519.1149) em 6 de Maio com a duração de 15 dias por 2 GComb da 3ª/BCaç 20 (Helitransportados). Capturadas 2 Metr Pesadas, 2 mort. 60 mm, 1 PM, 6 granadas de canhão sem recuo 75 mm, 9 granadas de mort 82 mm, 24 granadas de mort. 60 mm, 8 cunhetes de cartuchos 7,62 mm, 4 minas A/C, 55 GM, 5 dispositivos de fragmentação, 25 petardos de trotil, 1 cunhete com 25 espoletas de granadas de mort. 82, 10 cartuchos propulsores de granada de mort. 82, 4 latas com espoletas de mort. 60, 20 detonadores para GMD, 5 caixas com detonadores, um carro de cordão detonante, 4 carretos de arame de tropeçar, 1 bolsa de morteiro com clinómetro, munições e material diverso.
 - Op “Furão” – Golpe de mão na região (3516.1359) em 17 de Maio com a duração de 1 dia por 2 GComb da CCAç 2418. Destruída a “Base Catur” com 50 palhotas e destruídas 20 palhotas antigas. Capturada 1 ESAutm, 1 GMD, munições, documentos e material diverso.

- Golpe de mão na região (3517.1256) em 27 de Maio por forças da CCav 2390. Destruída a “Base Unango” que estava abandonada, 1 acampamento com cerca de 100 palhotas. Causados 15 mortos, 20 feridos e 7 capturados. Capturada 1 ESAutm e munições.
- Op “Pantera Lixa” – Batida na região (3538.1257) em 13 de Junho com a duração de 2 dias por um GComb da CART 2373. Captura de 1 mina anti--pessoal, documentos e material diverso.
- Golpe de mão na região (3515.1259) em 15 de Junho por forças da CCav 2390. Assaltada a “Base Matungue”. Encontradas campas recentes próximo da “Base Geral Unango” e 110 campas recentes próximo do R. Lilola.
- Nomadização na região (3526.1146) por forças da 3ª/BCaç 20. Capturada uma PM e material de guerra diverso.
- Patrulhamento na região (3528.1405) por forças da CCav 2391. Levantado um engenho explosivo constituído por uma mina A/C, 2 granadas de canhão sem recuo, 2 granadas de LGF, 2 GM e 200 gr de trotil.
- Op “Cavalo Malhado” – Destruição da actividade In na região do Monte Chissindo e margens do R. Messinge por forças do BCaç 2853, BArt 2869 e 18ª CCmds (I). Capturada 1 EAutm, 1 ESAutm, 2 granadas LGF, 1 GM e documentos. Capturados 5 In e ferido 1.
- Op “Impala Trabalhadora” – Protecção e abertura do itinerário Maniamba - Chindamba com início em 26 de Junho e a duração de 5 dias por 1 GComb da CART 2495. Aberto o itinerário numa extensão de 30 Km até ao R. Messinge e construído 1 pontão em (3503.1244).
- Op “Impala Lobo 1” – Golpe de mão à “Base Chissindo” (3508.1225) em 28 de Agosto por 2 GComb da CART 2325. Destruída “Base feminina Achiunga” (3503.1225). Estabelecido contacto com patrulha In, abatidos 2 elementos, capturados 2 LGF, 1 Espingarda Simonov, 1 Pistola “Ceska”, 2 granadas de LGF e várias munições de armas ligeiras. Detectada e levantada uma armadilha.
- Op “Cavalo Fogoso” – Batida na região (3517.1258) com início em 1 de Setembro e a duração de 3 dias, por forças da 1ª/ BCaç 17, CCS BCaç 20, CCaç Vila Cabral, CCaç 2407, CCav 2390 e

- Forças Administrativas. Capturada 1 Metr. Ligeira. Causado 1 morto (provável) e 4 feridos comprovados. Capturadas 3 mulheres e 4 crianças. Destruídas 110 palhotas e celeiros com 1, 5 Ton. de milho.
- Op “Centuriões Fronteiros” – Golpe de mão à “Base Catur” (3515.1358) em 3 de Setembro por 2 GComb da CCAç 2391. Capturadas 3 armas automáticas, 1 Pistola e documentos. Abatidos 2 In e destruídas 90 palhotas.
 - Op “Micas 1” – Batida na região (3514.1242) com início em 3 de Setembro e duração de 3 dias por 3 GComb da CCAç 2418 (I). Foi destruída a “Base Maniamba” com 3 palhotas e abrigos subterrâneos.
 - Op “Elefante” – Golpe de mão à “Base Meponda” com início em 14 de Setembro e duração de 3 dias por 2 GComb da CCAç Vila Cabral e 2 Secções da CCav 2390. Destruída a “Base Meponda” que estava abandonada. Capturadas 3 GMD com cabo de madeira, munições e documentos diversos.
 - Op “Javali” – Batida na região (3518.1257) com início em 24 de Setembro e a duração de 2 dias por forças da CCS/BCaç 20, CCAç Vila Cabral, 17ª CCmds (I) CCav 2390 e milícias. A 17ª CCmds capturou 1 morteiro 60 mm, 3 cantis, 1 binóculo, 1 carregador de arma automática e 2 depósitos de água de 20 litros e 1 homem, 2 mulheres e 1 criança. A CCav 2390 destruiu 1 ton. de géneros, capturou 2 ton., destruiu 50 palhotas. Causados vários mortos e feridos prováveis.
 - Op “Joana 3” – Golpe de mão à “Base Maniamba” (3512.1245) com início em 3 de Outubro e duração de 3 dias por 4 GComb da 1ª/BCaç 16. Capturada 1 AAutm, 1 arma de repetição, 2 GM e utensílios diversos. Destruídas 20 palhotas e 6 celeiros em (3513.1240).
 - Op “Capote” – Batida na região (3518.1257) com início em 1 de Outubro por forças da 17ª CCmds (I), CCAç Vila Cabral e CCav 2390. Durante a reacção a uma flagelação a 17 CCmds capturou uma AAutm e causou baixas prováveis ao In.
 - Acção na região (3603.1355) em 30 de Setembro por forças da CCAç 1799. Em reacção a flagelação as NT perseguiram o In abatendo o chefe da “Base Novo Vietnam” e capturando 2 Metralhadoras ligeiras, 4 EAutm, 3 granadas de LGF e petardos de trotil.

- Op “Saudades da Brigitte” – Batida na região (3510.1243) em 11 de Outubro, com a duração de 5 dias por 4 GComb da 1ª/BCaç 16. Causados 2 feridos, capturada 1 AAutm, documentos e material diverso.
- Op “Impala” – Destruição da actividade In por meio de golpe de mão na região (3507.1226) com início em 5 de Novembro por 2 GComb da CArt 2495, 2496 e 2497 (I). Foram abatidos 9 In, feridos 4, capturados 35. Capturadas 1 metralhadora Degtyarev, 1 espingarda Kalashnikov, 4 espingardas Simonov, 1 pistola Ceska, 3 canhangulos, 1 mina A/P, 2 cartucheiras, várias munições 7,65, 7,62 e 7,9 mm e documentos. Destruidas 187 palhotas, 23 celeiros, medicamentos, filtros cirúrgicos, utensílios domésticos etc.
- Op “Cutelo” – Emboscadas na região (3517.1258) com início em 10 de Novembro e duração de 3 dias por forças da CCAç Vila Cabral, 17ª CCmd, CCav 2390 e milícias. Capturadas 3 espingardas Simonov, 1 pistola 7,65 mm, munições e material diverso. Foram levantadas 3 GMD armadilhadas e recuperada 1 bomba de avião de 25 kg. Foram abatidos 3 In e feridos 6.
- Op “Ultrapassagem” – Batida na região (3513.1249) com início em 11 de Dezembro com a duração de 5 dias por forças da 17ª CCmd, CCAç 2407, CCAç 2409 e CCAç 2410 (I). Capturadas 2 AAutm, 1 bolsa de enfermeiro, documentos e material diverso. Detectada e levantada 1 mina A/C reforçada com 2 granadas de Artilharia. Abatidos 8 In e feridos 6.
- Op “Montebelo” – Batida na região de Mepotxe com início em 20 de Dezembro por 4 GComb do DFE 9 (I). Capturada 1 EAutm e 3 pistolas. Abatido 1 In e feridos vários. Destruidas 6 palhotas.
- Op “Detetive 1” – Golpe de mão à Base “Novo Vietnam” com início em 27 de Dezembro e duração de 1 dia por 1 GComb da CCAç 2623. Abatidos 3 In e capturado 1 LFG, 4 espingardas, munições, documentos, medicamentos e utensílios diversos.

Sector “B”

- Op “Lacrau 2” – Nomadização na região das nascentes do rio Muera com início em 29 de Dezembro e duração de 4 dias por 4

- GComb da 1ª/BCP 31 (I). Abatidos 5 In, feridos 2; capturados 1, 2 EAutm, munições e documentos. Destruídos 4 acampamentos.
- Reacção ao ataque In ao estacionamento da CCaç 2321 na Cruz Alta (Serra Mapé) em 5 de Janeiro. O In pretendeu entrar no estacionamento. Sofreu 3 mortos (um dos quais era o chefe) e muitas outras baixas prováveis. Capturada 1 EAutm, 7 carregadores, 4 GMD, 5 granadas de LGF, 1 carga propulsora, munições e documentos.
 - Op “Estorce 1” – Protecção de itinerário (Picada Muidumbe) em Janeiro por 4 GComb da CCaç 2419. Levantados 12 fornilhos com 2 petardos de 4 kg, 1 petardo de 1 kg, 60 petardos de 0,2 kg, 1 petardo de 0,5 kg, 5 GMD, 1 granada de obus, 2 granadas das NT, 27 metros de cordão detonante e 11 detonadores pirotécnicos. Detonado 1 fornilho.
 - Op “Raio X” – Nomadização na região da Base “Moçambique” com início em 12 de Janeiro e duração de 3 dias por 4 GComb da 17ª CCmd (I) e 4 GComb da 1/BCP 31 (I). Destruída a Base “Moçambique”. Capturado 1 In, 1 LGF, 1 mina A/C, 1 GMD, 3 granadas de LGF, carregadores, munições e 1 receptor de rádio. Destruídos mais 2 acampamentos e 1 celeiro.
 - Op “Zangão 1” – Nomadização na região de Mecopela com início em 21 de Janeiro e duração de 4 dias por 4 GComb da 2ª/BCP 31. Abatidos 1 In. Capturadas: 2 ML Degtyarev, 1 ESAutm Simonov, 2 GMD, 2 tambores de ML Degtyarev, 1 carregador Kalashnikov, munições e fitas de metralhadoras.
 - Op “Corridinho 3” – Nomadização na região da Base “Moçambique” com início em 17 de Fevereiro e duração de 3 dias por 4 GComb CArt 2371. Abatido 1 In, feridos 2. Capturada 1 ESAutm Simonov, 2 carregadores e munições. Destruído 1 acampamento.
 - Op “Lacraú 5” – Batida na região (4005.1144) com início em 22 de Fevereiro e duração de 4 dias por 4 GComb da 10ª CCmd (I). Abatidos 5 In e ferido 1. Capturada uma GM, 1 caixa com 30 kg de trotil e 1 petardo de 0,4 kg com caracteres russos. Capturados 14 autóctones e destruídos 8 acampamentos.
 - Op “Corridinho 4” – Nomadização com início a 23 de Fevereiro e duração de 4 dias por 4 GComb da CArt 2371. Mortos 3 In,

- ferido 1 e capturado outro. Capturada 1 ESAutm, 1 Espingarda de repetição, munições, roupa e documentos.
- Detecção de 1 grupo de 3 In que montava um forninho na região de Chindorilho em 18 de Março. Na fuga abandonou 1 caixa metálica com 3 kg de trotil, 3 petardos de 0,250 kg, 1 GMD e 4 detonadores.
 - Op “Barba Azul” – Nomadização na região (3947.1131) com início em 20 de Março e duração de 3 dias por 3 GComb da CCAç 2419. Abatido 1 In, feridos 4. Capturadas 3 ESAutm, munições e material diverso.
 - Op “Vulcão 2” – Destruição da actividade In na região (4018.1136) com início em 18 de Março e duração de 4 dias por 4 GComb da 10ª CCmd. Destruída a Base “Inhambane” abandonada e abatido 1 In, feridos 3. Capturada 1 ESAutm, munições e documentos.
 - Op “Zebra 4” – Golpe de mão à “Base Maputo” com início em 7 de Abril e duração de 4 dias por 4 GComb da 2ª/BCP 32 (I). Destruída a “Base Maputo” e o “Loko Darumba” com 50 palhotas. Capturados 15 elementos da população, 1 ESAutm, 1 GMD, munições e documentos.
 - Op “Chimpanzé” – Golpe de mão na região (3952.1149) com início em 11 de Abril e duração de 2 dias por 3 GComb da CCAç 2448 (I). Destruídas 20 palhotas e material diverso. Capturada 1 Espingarda Steyer, 1 GMD e munições.
 - Op “Vassourada” – Patrulhamento na região (3953.1146) com início em 19 de Abril com a duração de 2 dias por 2 GComb da CCAç 2449. Levantou 3 fornilhos com 5 GMD, 3 granadas de morteiro, 1 bomba de avião, 1 mina A/C e 13 kg de trotil.
 - Op “Leopardo 2” – Nomadização na região (3948.1142) com início em 13 de Abril e duração de 4 dias por 4 GComb da 2ª/BCP 31 (I). Destruída a “Base Lúvio”, 1 acampamento com 86 palhotas. Capturados 10 elementos da população, munições, material de guerra diverso e documentos.
 - Op “Garoupa 2” – Golpe de mão na região (4007.1147) com início em 14 de Abril com a duração de 4 dias por 4 GComb DFE 4 (I). Destruída a “Base Marrupa” com 12 palhotas, feridos 2 In e capturadas munições e material de guerra diverso.

- Op “Vampiro 3” – Nomadização na região de Antadora com início em 20 de Abril, duração de 3 dias por 4 GComb da CArt 2371. Capturada 1 espingarda Simonov, material diverso e destruídos víveres.
- Op “Vampiro 4” – Nomadização na região de Chindorilho com início em 28 de Abril, duração de 3 dias, por 4 GComb da CArt 2371. Capturada 1 ESAutm, 1 Espingarda de repetição, GMD e material diverso. Abatido 1 In e feridos 3.
- Op “Cavilha 5” – Emboscadas na região (3941.1136) com início em 6 de Maio e duração de 6 dias por 2 GComb da CArt 2369. Capturados 2 espingardas Simonov e 1 espingarda de repetição, munições, 9 kg de trotil, 1 mina A/C, 2 GMD, fardamento, equipamentos e documentos. Causadas baixas prováveis.
- Op “Espadas” – Patrulhamento na região (3950.1130) com início em 5 de Maio e duração de 2 dias por 2 GComb da CArt 2370. Destruido acampamento com 80 palhotas. Capturadas 2 espingardas Steyer, 1 Simonov. 1 GMD, fardamento, documentos e material diverso. Abatidos 2 In e causadas mais baixas prováveis.
- Op “Marte 1” – Nomadização na região da “Base Inhambane” com início em 11 de Maio, duração de 4 dias por 4 GComb da 1ª/BCP 32 (I). Destruida a “Base Inhambane” com 70 palhotas e 7 acampamentos num total de 70 palhotas e meios de vida.
- Reacção ao ataque à povoação de Rucia em 12 de Maio por forças da 2ª/BCaç 20 e Forças Administrativas. Capturada 1 Metralhadora Ligeira, 1 EAutm, 4 ESAutm, 2 espingardas de repetição, 4 granadas de LGF, 5 GMD e material diverso. Causados 12 mortos controlados e 1 capturado.
- Acção na região de Miteda em 18 de Maio de forças da CArt 2369. Capturada 1 ESAutm, 4 GMD, material diverso e alimentação.
- Op “Afasta 1” – Nomadização com início em 11 de maio e duração de 3 dias por 4 GComb da 17ª CCmd. Capturada 1 PM e armas gentílicas. Abatidos 6 In e causadas mais baixas prováveis.
- Op “Zorba 4” – Golpe de mão na região (3945.1138) com início em 25 de Maio e duração de 4 dias por 4 GComb da 1ª/BCP 31 (I). Abatidos 2 In, feridos 2, capturado 1. Capturada 1 ESAutm, 1

espingarda Steyer, 1 GMD, munições e documentos. Levantada uma armadilha e atingida a “Base Nampula” que estava abandonada.

- Op “Zeta” – Batida e golpe de mão na área do complexo da “Base Limpopo” (3926.1106) com início em 7 de Junho e duração de 7 dias por forças das CCav 2375, CCav 2376, 10ª CCmd (I), Comando do BCP 32 (I), 2ª/BCP 32 (I) e 2ª/BCP 31 (I) lançadas em paraquedas. Causados 5 mortos, 2 feridos e 2 capturados ao In, destruída a “Base Limpopo” e mais 57 acampamentos num total de 895 palhotas. Destruidos 6 celeiros com 1.500 kg de milho, mandioca e gergelim, outros géneros alimentícios e 7 canoas. Foi capturado o seguinte material:

1 Mort 82 mm completo, 179 espingardas Simonov, 60 PM, 64 GMD, 20 armadilhas, 10 minas A/C, 201 minas A/P, 1716 granadas de morteiro 82 mm, 75.600 cartuchos de 7,62, 5.270 cartuchos de 12,7 mm, 106.023 cartuchos de 9 mm, 36.000 cartuchos diversos, 3 explosores, 5 pratos base e 5 bipés de morteiros 82 mm, carregadores para diversas armas, fardamento e equipamento.

- Op “Dar” – Destruição da actividade In na região (3952.1100) com início em 5 de Julho e duração de 3 dias por 2 GComb da Ccav 2417. Causados 5 mortos In e feridos não controlados. Capturada 1 EAutm, 3 armas gentílicas, material de guerra diverso, utensílios e muita alimentação.
- Acção de socorro devido ao ataque ao aldeamento Quinhevo em 17 de Julho por forças da CCS da BCaç 2875, CCaç 2513, CCav 2417 e Agrupamento “Ómega”. Causados ao In 15 mortos, vários feridos e capturada 1 metralhadora ligeira, 5 espingardas, 6 granadas de morteiro e 2 granadas de LGF, material de guerra diverso e documentos.
- Op “Neptuno” – Batida na região (4013.1134) com início em 12 de Julho e duração de 4 dias por forças do DFE 4 (I), 1ª/BCP 32 (I), Agrupamento “Ómega” e Forças Administrativas. Abatidos 3 In e capturados 2 homens e 3 mulheres. Capturada 1 espingarda e destruídas 115 palhotas, 2 celeiros e muitos géneros.
- Op “Palapala 3” – Nomadização na região (4000.1215) com início em 18 de Julho e duração de 4 dias por 4 GComb da 9ª CCmd

- (I). Capturada 1 metralhadora ligeira, 1 Simonov e documentos. Abatidos 3 In e feridos 5. Destruido o “Acampamento Hospital Magude” (3957.1206).
- Op “7 de Espadas” – Destruição da actividade In por meio de batida na região do “Complexo do Limpopo” (3926.1106) com início em 29 de Julho e a duração de 6 dias por 3 GComb da CCav 2375 e 2377 e 2 GComb da CCav 2376. A CCav 2375, na reacção a vários ataques abateu 2 In e capturou 1 metralhadora ligeira, 1 espingarda Simonov, 3 granadas e material de guerra diverso. A CCav 2376, reagindo a flagelações e emboscadas causou ao In 2 feridos prováveis e capturou 1 arma automática, 1 granada de LGF e material de guerra diverso. Em reacção a emboscada na região de Tutuma foi abatido 1 In e capturado 1 PM, 3 GM, munições e material diverso. Devido às baixas sofridas e ao cansaço das tropas a operação foi interrompida em 1 de Agosto.
 - Op “Roda” – Nomadização na região (3950.1134) com início em 28 de Julho e duração de 2 dias por 2 GComb da CCAç 2422. Numa emboscada foi abatido 1 In e capturada 1 EAutm, 1 Simonov e material diverso.
 - Op “Bem Vindos” – Nomadização na região (3955.1127) com início em 2 de Agosto e a duração de 2 dias por 2 GComb da CCAç 2422. Capturados 3 homens, 2 mulheres e 3 crianças, 1 PM, 1 Simonov, 1 Steyer, armas gentílicas, documentos e munições.
 - Op “Jacaré 3” – Nomadização na região “Base Manica” (3947.1207) com início em 29 de Julho e duração de 4 dias por 4 GComb da CCAç 2303 (I). Destruida a “Base Manica” com 15 palhotas em construção. Encontrados vestígios de destruições anteriores por NT. Sofridos 2 feridos por accionamento de armadilha.
 - Op “Furacão 2” – Batida na região (4018.1132) com início em 20 de Agosto e duração de 4 dias por forças (4 GComb) da 2ª/BCP 32 (I), DFE 6 (I) e CCAç 2515. Destruida a base In (4017.1136) constituída por 170 palhotas, abrigos individuais e colectivos, abandonada há 3 semanas. Estabelecido contacto com grupo In e causado 1 morto e 2 feridos. Em reacção a uma emboscada as NT abateram 3 In e feriram 1 (confirmado) e vários prováveis.

- Capturada 1 Simonov, 1 PM, 4 GM. Foi ainda capturado 1 In, 1 espingarda Simonov e destruídas 10 palhotas.
- Op “Esquilo 5” – Golpe de mão à “Base Pemba” (3957.1155) com início em 17 de Agosto e duração de 4 dias por 4 GComb da 10ª CCmd. Destruída a “Base Pemba” em (3959.1159) com 60 palhotas. Abatidos 2 In, causado 1 ferido controlado, captura de 1 EAutm e levantadas 2 armadilhas.
 - Em reacção a acção In em (3958.1159) forças da CCAç 2303 (I) e CEng 2393 capturaram 1 metralhadora e 1 Simonov.
 - Op “Início 2” – Nomadização na região (3946.1158) com início em 3 de Agosto e duração de 4 dias por 2 GComb da 1ª/BCaç 15 e 2 GComb da CART 2453. Levantados 3 fornelhos compostos por 2 GM, 1 detonador pirotécnico e 7,5 kg de trotil. Levantadas mais 5 armadilhas.
 - Op “Tempestade 1” – Batida na região (3952.1053) com início em 5 de Setembro e duração de 4 dias por forças do DFE 4 (I), CCav 2417 e Agrupamento Ómega. O DFE 4 abateu 2 In e capturou 1 metralhadora, 1 EAutm e documentos. CCav 2417 abateu 1 In e capturou 1 Simonov. O Agrupamento Ómega abateu 2 In, capturou 1 EAutm, 2 carregadores, artigos diversos e documentos.
 - Op “Furão” – Nomadização na região (3951.1129) com início em 17 de Setembro e duração de 2 dias por 2 GComb da CCAç 2422. Abatidos 4 In, capturadas 2 ESAutm, 6 espingardas Steyer, 1 canhangulo e munições.
 - Op “Ciclone 3” – Golpe de mão à “Base Inhambane” (4016.1139) com início em 29 de Setembro e duração de 4 dias por forças (4 GComb) da 1ª/BCP 32 (I), DFE 4 (I) e CCAç 2513. Destruídas a “Base Inhambane” encontrada abandonada. Destruídos acampamentos, capturados 2 homens, 5 mulheres e 33 crianças. Destruídos meios de vida.
 - Detecção na picada Cruz Alta – Esporão Norte da Serra Mapé em 12 de Outubro por forças da CCAç 2554 de 1 armadilha com 10 minas A/P e 4 minas A/C reforçadas com petardos de trotil e granadas.
 - Op “Confirmação 2” – Batida na Serra Mapé (3945.1200) com início em 4 de Outubro e duração de 4 dias por 4 GComb da CART 2370 (I). Destruídas palhotas e machambas e capturados 1 GM, 1

- homem, 5 mulheres e 5 crianças. Levantada mina A/C reforçada com 2 minas A/P, 1 GM, 1 granada de LGF, 1 bomba de avião e trotil.
- Op “Aurora 2” – Nomadização na região da “Base Pemba” (4003.1156) com início em 9 de Outubro e duração de 4 dias por 4 GComb 10ª CCmd (I). Destruídos diversos acampamentos no total de 68 palhotas. Abatidos 3 In e ferido 1. Capturada 1 Simonov e 1 GM.
 - Op “3 Espadas” – Golpe de mão na região (3933.1110) com início em 16 de Outubro e duração de 4 dias por forças do DFE 6 (I), 2ª/BCP 32 (I) e CCav 2376. Destruída a “Base Boane” (3933.1110) com 30 palhotas, 1 enfermaria e 1 Escola. Capturada 1 metralhadora ligeira e armas gentílicas.
 - Op “Aurora 4” – Batida na região da Serra Mapé com início em 25 de Outubro e duração de 4 dias por 4 GComb da 10ª CCmds. Abatidos 2 In, causados 2 feridos controlados, capturados 1 homem, 1 mulher, 2 crianças, 2 espingardas Simonov, 1 espingarda de repetição, 1 granada LGF, 1 granada de morteiro, 1 GMD e carregadores de armas automáticas.
 - Numa acção de perseguição a um grupo In em 4 de Novembro forças do BCaÇ 14 capturaram 1 ML Degtyarev.
 - Op “Aurora 6” – Golpe de mão na região (3949.1211) - Base “Manica”, com início em 10 de Novembro por 4 GComb da 10ª CCmds (I). Destruída a Base “Manica” com 40 palhotas, causados vários mortos, 5 feridos, recuperada 1 mulher e capturada 1 espingarda Simonov, 4 espingardas, 2 PM, 5 GMD, 1 GMO, carregadores, munições e material de guerra diverso.
 - Na abertura de um itinerário para a operação “Aurora 6”, forças da 1ª/BCaÇ 20 surpreenderam grupo In de 12 elementos armados e capturaram 1 ML, carregadores e munições.
 - Op “Almendra 1” – Nomadização na região (3912.1112) com início em 16 de Novembro e duração de 4 dias por 4 GComb da 1ª/BCP 31(I). Encontrada arrecadação de material e capturadas 5 ESAutm, 8 armas de repetição, carregadores, munições, explosivos e bolsas de enfermeiro.
 - Op “Espadarte 2” – Golpe de mão na região (4016.1140) com início em 13 de Novembro e duração de 4 dias por forças do DFE 6 (I) CCaÇ 2513, CCaÇ 2515 e milícias. Destruída a Base “Inhambane” e o “Distrito Mocimboa da Praia” num total de 100 palhotas e dispondo de abrigos anti-aéreos com túneis de comunicação. Levantadas armadilhas e capturadas grandes quantidades de sal e peixe.

- No itinerário Mueda – Chindorilho em 30 de Novembro, forças da CArt 2453 accionaram voluntariamente 36 engenhos explosivos.
- Op “Bicuda” - Batida na região (4015.1140) com início em 15 de Dezembro por forças do DFE 5 (I) CCaç 2513 e CCaç 2515. Destruída a Base “Inhambane” reconstruída recentemente e constituída por 100 palhotas e vários abrigos. Causados vários feridos e capturada 1 ML, 1 EAutm, 4 ESAutm, munições e objectos vários.
- Op “Guilhermina 5” – Golpe de mão na região (3955.1215) com início em 21 de Dezembro e duração de 4 dias por 4 GComb CCaç 2555 e Forças Administrativas. Causados 2 feridos e capturadas 1 Espingarda Kalashnikov, 2 espingardas Simonov, 1 pistola, munições e documentos.

Sector “E”

- Reacção a emboscada por forças da CCaç 2319 em 31 de Janeiro na região (3659.1155). O In foi posto em fuga e foram capturados 1 ML, 2 granadas de LGF, 5 GMD e material diverso.
- Op “Falcão Trotador” – Nomadização na margem esquerda do R. Ludimile, com início em 13 de Março e duração de 4 dias por 2 GComb da CCaç 2319. Destruída a Base “Maguiguane” (3643.1155) num total de 15 palhotas. Capturada 1 EAutm, 4 GMD, material de guerra diverso, fardamento e equipamento. Feridos 2 In.
- Op “Macaco Renovador” – Nomadização na região (3641.1157) com início em 18 de Abril e duração de 4/6 dias por 2 GComb da CCaç 2318. Destruída a Base “Maguiguane”. Abatidos 6 In.
- Op “Puma Insiste” – Batida na região (3628.1245) com início em 8 de Maio e duração de 15 dias por 4 GComb da CCaç 1457 (I). Foram capturadas 2 espingardas Simonov e armas gentílicas.
- Op “Puma I 12” – Batida na região (3635.1251) com início em 2 de Junho e duração de 3 dias por 2 GComb da CCaç 2469. Capturada 1 ESAutm, munições e material diverso.
- Destruição da Base “Hospital Central Mugimbili” (3635.1228) em 19 de Junho por forças da CCaç 2318. Provocados 8 mortos ao In e capturados 1 LGF, 2 Metralhadoras, 2 EAutm, 1 pistola e documentos.
- Batida na região (3239.1203) por forças da CCaç 2318. Abatido 1 In, destruída a base em construção, capturado 1 LGF, 2 granadas LGF, 1 granada de tipo desconhecido e material diverso.

- Op “Lobos Recomeçam” – Batida por forças da CArt 2388. Destruída a Base “Chiputo” com 20 palhotas. Capturada 1 EAutm, 1 pistola, 1 pistola metralhadora, 1 GM, munições e equipamento.
- Op “Puma I 16” – Batida na região (3646.1256) com início em 27 de Junho e duração de 6 dias por 4 GComb da CCAç 2469. Abatidos 2 In, capturadas 3 espingardas Simonov e material diverso, destruídas 6 canoas, 12 palhotas e 3 machambas.
- Op “Lobos Destroem” – Batida na região (3626.1314) com início em 17 de Julho e duração de 6 dias por 3 GComb da CArt 2388. Capturados 2 In, 1 PM, 1 EAutm, 2 Espingardas Simonov, 1 granada de mão, material de guerra diverso e medicamentos. Destruídas 8 palhotas, 8 hectares de machambas e recuperados 4,5 Ton de alimentos.
- Op “Bicharada Consolida” – Batida na região (3630.1230) com início em 3 de Agosto e duração de 12 dias por forças da CCAç 2318, CCAç 2467 (I) e CCAç 2468 (I). Assaltada e destruída a Base “Musumbidje” (3633.1233) perante forte reacção In. Capturados munições, fardamentos, utensílios e documentos. Contactado grupo In não estimado e causadas baixas não controladas.
- Op “Bicharada Obediente” – Golpe de mão à Base “Catembe” (3639.1211) com início em 20 de Agosto e duração de 4 dias por forças da CCAç 2318, CCAç 2319 e CCAç 2320. A Base “Catembe” foi encontrada abandonada. Batida a região (3642.1217) foi capturada 1 EAutm, 3 granadas de morteiro 82, 1 granada de morteiro 60, 2 granadas de LGF, 5 GM, 6 carregadores e 129 munições 7,62.
- Op “Despertar” – Nomadização a Norte da picada Candulo - Valadim, com início em 9 de Setembro e duração de 6 dias por 2 GComb da CCAç 2468 (I). Foi atacado 1 grupo itinerante In na região (3632.1207) tendo capturado 1 espingarda Simonov, carregador, munições, material diverso e documentos.
- Op “Raposa Recomeça” – Nomadização na região (3639.1217) com início em 20 de Outubro e duração de 7 dias por 4 GComb da CCAç 2468 (I). Destruída a Base “Msumbiji” (3638.1235), capturada 1 AAutm, 2 GM, 1 granada de morteiro, documentos e material diverso.
- Op “Puma G 30” – Golpe de mão na região (3622.1314) com início em 22 de Outubro e duração de 4 dias por forças de CCAç 2416. A Base “Novo Vietnam” foi encontrada abandonada.

- Op “Zebra Volta” – Nomadização na região (3639.1209) com início em 16 de Novembro e duração de 2 dias por 2 GComb da CCAç 2467 (I). Abatido 1 In, capturada uma espingarda Simonov, 1 GMD e munições. Destruída uma Base em construção na região (3636.1235) com 10 palhotas. Perseguido grupo In com 6 elementos.
- Op “Puma Justiceiro” – Nomadização na região (3642.1301) com início em 15 de Dezembro e duração de 5 dias por forças da 1ª/BCaç 18, CCAç 2469 e CCav 2389. Capturadas 2 AAutm, 1 mina A/C, 6 detonadores, 6 disparadores e documentos. Causadas baixas prováveis ao In.

Sector “F”

- Op “Galucho” – Batida na região (3239.1512) com a duração de 2 dias e início em 28 de Dezembro de 1968 por 2 GComb da CCav 2399. Levantou na região (3229.1506) em 1 de Janeiro 1 mina A/C e um engenho explosivo com 6,6 kg de trotil.
- Forças da CCav 2400 detectaram e levantaram 2 minas A/C na picada Fingoé - Cassuende em 3 de Janeiro.
- Forças da CCav 2398 detectaram e levantaram 2 engenhos explosivos (1 foi destruído) na picada Chizicuia - Sadzo em 16 de Janeiro.
- Na reacção ao ataque ao estacionamento de Tembué em 31 de Janeiro, forças da CCAç 2358 causaram baixas não controladas ao In, capturaram 1 PM, munições, granadas de mão e 1 granada de LGF. Levantadas 2 minas no itinerário Tembué - Bene. Encontradas várias GMD ao longo da picada.
- Op “Success 1” – Batida na região (3317.1500) com início em 14 de Fevereiro e duração de 4 dias por 2 GComb do BCaç 2842, CCav 1728 e CCav 1730 (I). Localizadas as bases abandonadas na região (3321.1452). Destruída base de instrução na região (3318.1457) sendo capturado 1 In que era secretário de Bases e encontrados dezenas de elementos da população raptada pelo In mortos de fome. Destruída 1 base na região (3314.1458) onde foram capturados documentos e recuperados muitos elementos da população. Na região da base “Aenes” foram recuperados cerca de 200 nativos que haviam sido raptados a Oeste de Vuende.
- Op “Açor” – Batida na região definida por (3211.1450), (3235.1441), (3247.1512) e (3221.1506) com início em 14 de Abril e duração

- de 5 dias por forças da BCaÇ 2863 e BCav 2850, helitransportadas. Abatido 1 In, capturada 1 espingarda de repetição, 1 GMD, 1 sabre e documentos. Destruída a base em (3233.1448) e vários núcleos no total de 451 palhotas. Capturado 1 homem desarmado.
- Op “Cachalote” – Batida na região (3355.1500) com início em 11 de Maio e duração de 4 dias por 4 GComb da CCaÇ 2421 (I). Capturadas 1 Espingarda Simonov, 7 GMD, documentos e elementos da população. Destruída a base com 10 palhotas e 4 povoações com 50 palhotas e celeiros.
 - Op “Tira-Teimas” – Golpe de mão na região da picada Sadzo - Cheridze em 21 de Maio e a duração de 1 dia por forças do BCav 2850. Abatidos 4 In, feridos 3 e capturada 1 Metr Pesada, 3 PM, 2 ESAutm, 1 Pistola, 10 GMD, munições, material diverso e documentos. Capturados 3 elementos da população.
 - Op “Ouro” – Nomadização na região (3142.1432) com início em 27 de Maio e duração de 4 dias por forças da CArt 2385. Levantado um forninho com dispositivo anti-levantamento e sistema eléctrico de accionamento. O conjunto dispunha de 5,5 kg de trolil.
 - Op “Espadarte” – Batida na região (3216.1448) com início em 26 de Maio e a duração de 4 dias por 2 GComb da CCaÇ 2421 (I). Contactado grupo In que guardava populações. Capturada 1 ESAutm, 4 GMD, munições, documentos e material diverso. Acção em 31 de Maio na região (3150.1431) da CArt 2452 em que levantou 3 minas, 2 armadilhas e 1 forninho que rebentou parcialmente ao ser levantado.
 - Op “Gadanha” – Batida na região (3250.1435) com início em 8 de Junho e duração de 5 dias por 2 GComb da CCaÇ Vila Gouveia (I) e 2 GComb da CCav 1728 (I). Destruída a base “Beira”. Morto um elemento In referenciado como o comandante da Base, ferido outro e recuperados 13 elementos da população. Capturadas 2 metralhadoras ligeiras, 1 espingarda Kalashnikov, 7 granadas de mão, munições e documentos.
 - Op “Chamanga” – Batida na região (3229.1516) com início em 29 de Junho e duração de 4 dias por 1 GComb da CCaÇ 2470. Destruídos 2 acampamentos e 10 machambas. Alvejada sentinela que na fuga abandonou cartucheiras com granada de mão e munições.
 - Op “Mão de Ferro” – Batida na região (3215.1433) com início em 3 de Julho e duração de 4 dias por 2 GComb da CCav 2398. Encontrado prato base de morteiro 60 e aparelho de portaria de morteiro 82.

- Op “Jacaré 2” – Batida na região (3256.1518) com início em 5 de Julho e duração de 4 dias por 1 GComb da CCav 1728 (I). Avistados 2 elementos armados que fugiram. Capturada 1 arma automática, munições e material diverso.
- Op “Mola Mestre” – Golpe de mão na região (3334.1417) com início em 17 de Julho e duração de 5 dias por 2 GComb da CCav 2398. Localizada e destruída a Base “Calichero” abandonada há 15 dias. Capturados documentos e destruídos meios de vida.
- Op “Grandes Chefes” – Golpe de mão na região (3217.1510) com início em 18 de Julho e duração de 4 dias por forças do BCav 1850, CCAç 1730, 2470, 2471, 2472, CArt 2385, Agrupamento 2959, CCAç 2421 (I), CCav 1728 (I) e ECav 3 (I). Abatidos 4 In, capturados 31 elementos da população, 1 espingarda Mauser, 2 espingardas não especificadas, munições, documentos e material diverso.
- Op “Ezera” – Golpe de mão na região (3226.1514) com início em 25 de Julho e duração de 2 dias, por forças da CCAç 2421 (I), CCAç 2470, CArt 2385, CCav 1730, CCav 2400, Agrupamento 2959 (1 GComb helitransportado). Abatido 1 In. Capturado 1 morteiro 60 (completo), 9 granadas de morteiro 60, documentos e material diverso. Encontrada e destruída a Base “Ezere”.
- Op “Salsifré” – Acção de protecção na região (3135.1452) com início em 31 de Julho por forças da CCAç 2471 e CArt 2385. Levantadas 3 minas localizadas em (3125.1457), (3143.1438) e (3142.1435). Duas das minas foram referenciadas pela população.
- Op “Colaboration” – Golpe de mão às Bases “Andaze” (3231.1502) e “Tchimbose” (3233.1500) com início em 11 de Agosto e duração de 5 dias por forças da CCS/BCav 2850, Agrupamento 2959, CCav 1729, 1730 e 2399. Detectadas e destruídas as bases “Andaze” e “Tchimbose”. Capturadas 1200 munições, documentos e material diverso.
- Op “Colaboration” (2ª Fase) – Golpe de mão a Base In na região (3217.1509) com início em 14 de Agosto e duração de 3 dias por forças da CCS/BCav 2863, CCAç 2421 (I), CCAç 2470, 2471, 2472 e CArt 2385. Encontrada a base “Chadualua” (3217.1509). Capturadas 2 espingardas Mauser, documentos e material diverso. Destruídas 100 palhotas.
- Op “Para já” – Golpe de mão na região (3309.1411) com início em 14 de Agosto e duração de 3 dias por 1 GComb da CCAç 2357.

- Atacada base In com 6 palhotas em (3310.1413). O In reagiu durante 5 minutos com AAutm. Abatidos 2 In e capturada 1 PM, 1 ESAutm, 1 carregador, 1 GM e munições. O In retirou para Norte deixando rastros de sangue. Detectados e destruídos 2 forninhos.
- Op “Polo Sul” – Golpe de mão em exploração de notícia na região (3259.1515) com início em 10 de Setembro por forças CCS/BCav 2858 e CCav 2400. Encontrada a base abandonada em (3300.1517). Capturados 3 elementos da população.
 - Op “Gato Bravo” – Golpe de mão na região (3308.1415) com início em 12 de Setembro e duração de 4 dias por forças das CCAç 2357 e 2359. Abatido 1 In e capturado outro. Montada emboscada a um grupo de 20 elementos armados tendo sido abatido 1 e feridos 6 sendo capturada 1 AAutm.
 - Op “Furão” – Batida na região (3231.1453) com início em 20 de Setembro e duração de 6 dias por forças do ECav 3 (I), CCAç 2421 (I) e CCAç 2470. Capturadas 5 espingardas Mauser, 8 espingardas Simonov, 3 PM e material diverso.
 - Detectados na picada Vila Gamito – Furuncungo por forças da CCAç 2357, 2 forninhos em (3258.1419) e 1 em (3259.1419) todos compostos por 7 kg de trotil e granadas de mão.
 - Op “Rosa Branca” – Patrulhamento na região (3310.1530) com início em 12 de Outubro e duração de 3 dias por 1 GComb da CCAç Milange, Levantado na picada da Chiuta um forninho constituído por 23 petardos de trotil.
 - Op “Trânsito Interrompido”. Destruição da actividade do In por meio de emboscadas na região de Cassuende e margem direita do R Capoché com início em 16 de Outubro e duração de 3 dias por forças da CArt 2385 e CArt 2452. Detectadas e levantadas 5 minas A/C na picada Gago Coutinho - Cassuende.
 - Op “Batida” – Nomadização nas regiões (3119.1459) e (3120.1458) com início em 27 de Outubro e duração de 4 dias por forças da CCAç 2471. Por terem sido avisadas pela população accionaram voluntariamente uma mina armadilhada e levantaram outra.
 - Op “Perna Fina” – Batida na região (3221.1421) com início em 27 de Outubro e duração de 3 dias por 1 GComb da CCAç 2398.

A 2 km de Cassacatiza foram detectadas e accionadas voluntariamente 4 minas.

- Em patrulhamento na estrada Sabondo – Bene em 28 de Novembro, forças da CCAç Milange destruíram mina reforçada com 25 petardos e com espoleta MV5 armadilhada.

A situação na RMM em fins de 1969

Após assumir o comando da RMM em 15 de Julho de 1969⁹, o Gen Kaulza Oliveira Arriaga elabora, com data de 20 de Setembro, um documento intitulado “Problemas da Região Militar de Moçambique” (Anexo A).

Trata-se de um extenso documento em que o novo Comandante analisa a situação que encontrou na RMM do qual parecem de salientar vários aspectos que se vieram a revelar importantes para a futura conduta das Operações, começando por afirmar que “a guerra em Moçambique, ao contrário do que se possa pensar, está longe do seu fim”, analisa as “zonas actuais” de subversão violenta (Tete, Niassa e Cabo Delgado) e considera que as áreas mais importantes sob o aspecto psicológico das populações são “o polígono definido por Beira, Vila Manica, Tete, Milange, Mocuba, Quelimane e Beira (o coração geográfico de Moçambique) e os aldeamentos construídos, em construção e a construir em Tete, Niassa e Cabo Delgado”.

Analisa a situação nas zonas de subversão violenta e preocupa-se com a situação psicológica do polígono que, considera, “tem-se agravado contínua embora lentamente”.

Em seguida expõe dois aspectos que serão traves mestras do seu comando afirmando: “julgo haver que cuidar da Região Militar de Moçambique no sentido de a transformar em máquina de elevado rendimento, isto é, que com pouco produza muito...” e “julgo, também, haver que ter lugar em Moçambique uma acção psicológica civil-militar mais coordenada e muito mais eficaz”.

Segue-se uma análise pormenorizada da estrutura militar existente, anunciando, para cada área a elaboração de um Memorando, o que aconteceu.

De referir ainda, pelo seu muito interesse, o conceito expresso no nº 12 de que “A conduta das operações é e será cada vez mais da responsa-

⁹ Era Comandante Chefe o Gen António Augusto dos Santos

bilidade do Comando Chefe”. Enunciava, igualmente, as acções tácticas que preconizava para os sectores e que, sinteticamente, eram:

- aumento da intensidade das acções de flagelação (...);
- aumento, em grande escala (...) das acções de ataque às bases In. (...);
- procura de interdição das linhas de comunicação do In. (...);
- Realização destas acções, fundamentalmente, com base em helicópteros (...)



Figura 7 – Gen Kaulza de Arriaga
Visita ao BCaÇ 2837
(Foto BCaÇ 2837)

Em Outubro/Novembro de 1969 a 3ª Rep/QG/RMM apresentou, supõe-se que a solicitação do novo Comandante da Região Militar que o “vê” em 11 de Novembro, um Memorando sobre a situação nos Sectores activos do TO. Porque traça com clareza a realidade que se vivia em Moçambique em fins de 1969, transcreve-se na íntegra:

“Ainda que seja indesmentido o esforço do pessoal das Unidades empenhadas e que se venha procurando aproveitar todos os meios e possibilidades à disposição da Região para contra-bater a acção do Inimigo, temos de aceitar

que, mercê de circunstâncias várias, a situação actual nos quatro Sectores em que grassa a subversão violenta não é de molde a libertar-nos de preocupações.

Em síntese, essa situação é, em cada uma daquelas áreas, a seguinte:

1. Sector “A”

Prossegue, há mais de um ano já, a manobra de redução para Norte da linha Bandece-Unango-NViseu, verificando-se mesmo ultimamente esforço acentuado no planalto de Miandica.

No entanto, o In continua teimosa e persistentemente agarrado à Serra Jeci e dispõe de um grupo, embora pequeno, mas aguerrido, na região de CDias¹⁰, que amiudadas vezes nos causa problemas.

As razões do não total rendimento das acções de redução podem encontrar-se:

- No relativo aumento das possibilidades do In em material;
- Na falta ou na precariedade dos itinerários de acesso aos seus refúgios;
- No cansaço da generalidade do pessoal das Unidades, quer de Quadrícula, quer de Intervenção, em zona activa há demasiado tempo e sem possibilidade de substituição;
- Nas faltas de pessoal que, pela razão acima e por acção do In, existem nas mesmas Unidades.

2. Sector “E”

As NT têm mantido boa actividade quer a Norte do Lutatize, no corredor de Mataka, quer na região citada onde tem actuado persistentemente e obtido alguns êxitos.

No entanto, produziu-se, a partir do mês de Junho, um recrudescimento da actividade In na região Cassero-I Metarica-Revia, que, embora mais atenuado, ainda se mantém.

3. Sector “B”

É aquele onde o In mais tem aumentado os seus efectivos, os seus meios materiais e mais tem reforçado as suas organizações.

¹⁰ Cantina Dias.

Apesar da intensa actividade das NT, continua a existir e a actuar ao longo das principais penetrantes e no vale do R. Messalo e dispõe de um conjunto de bases na bacia superior do R. Muera - o "Núcleo Central" - que tem constituído um seu santuário inexpugnável. As razões que têm obstado a um rendimento operacional mais consentâneo com a actividade das NT, são:

a) Quanto ao terreno e populações

- As dificuldades do terreno (muito arborizado, em especial na região do "núcleo central", e, por vezes, sem acessos);
- A existência de numerosas populações à volta das bases In, estendendo-se por muitos quilómetros.

b) Quanto ao In

- O emprego intensivo de minas e armadilhas sobre os principais itinerários e os itinerários de acesso às suas bases;
- O poder de fogo e a combatividade que tem demonstrado no "núcleo central";
- O domínio exercido sobre as populações.

c) Quanto às NT

- Dispersão de esforços pela necessidade de assegurar a defesa dos seus aquartelamentos e as respectivas condições de vida (água, lenha, etc.) para as Unidades de Quadrícula;
- Dispersão de esforços na protecção de trabalhos da Eng^a e de obras a cargo de Empresas civis;
- Cansaço da generalidade do pessoal das Unidades, quer de Quadrícula, quer de Intervenção, em zona activa há demasiado tempo e sem possibilidade de substituição;
- Faltas de Pessoal que, pela razão acima e por acção do In, existem nas mesmas Unidades;
- Por vezes, embora rara, falta de espírito combativo e de agressividade;
- Impossibilidade de apoio de reabastecimento, quando em Operações;
- Por vezes, insuficiente apoio aéreo de controlo e de evacuações.

4. Sector “F”

Actuando por pequenos grupos e fazendo largo emprego de minas e armadilhas o In tem progredido para Sul, até ao paralelo da foz do R. Luia (R. Zambeze), apesar da intensa actividade aí desencadeada pelas NT”. Coerentemente com a situação atrás descrita e com algumas evoluções entretanto verificadas o Comando Chefe transmite aos Comandantes da RMM, CNM e 3ª RA pela sua nota 4433/8 Pº 392 de 12 de Dezembro de 1969¹¹, as suas “recomendações” resultantes da reunião de Comandos efectuada na mesma data.

Tais recomendações envolviam a tomada das seguintes medidas:

- a. “Em Cabo Delgado, intensificar a nossa acção a Sul do R. Messalo, à qual sempre se atribuiu alta prioridade, de maneira a anular as tentativas de expansão do inimigo e a destruir as bases ali existentes em que ele se apoia.
- b. No Niassa teremos de manter sem diminuição o esforço persistente que ali temos exercido, tanto no ataque às bases inimigas como no controle das linhas de infiltração.
Recomendo especialmente à Força Aérea a execução de reconhecimentos nas proximidades do Vale do R. Lussanhando e na faixa de infiltração do R. Necoleze para tentar detectar indícios de passagem do inimigo.
- c. Em Tete deve procurar-se estimular a obtenção de informações e o emprego de operações helitransportadas.
- d. Asfaltagem do itinerário Mueda-Esposende (Sagal).
A intensiva colocação de minas no itinerário Mueda-Esposende tem-nos provocado avultados prejuízos e entorpecido os nossos movimentos. Uma vez que não existem eficientes detectores de minas, a única alternativa que nos resta para obviar àqueles inconvenientes é a da asfaltagem daquele troço de estrada com a extensão de 30 kms.
Mas tem-se verificado a incapacidade das autoridades civis para executarem trabalhos de vias de comunicação na zona subvertida de Cabo Delgado pelo que teremos, uma vez mais, de recorrer à Engenharia Militar para aquela asfaltagem”.

¹¹ Arquivo da CECA - Caixa 209.

A tragédia do Zambeze

Pelas proporções que assumiu merece referência específica, o acidente ocorrido em 21 de Junho de 1969 durante a transposição do R. Zambeze, em Chupanga, num batelão civil, por uma coluna militar que, de Lourenço Marques, se dirigia para Vila Cabral.

Assim, em 09 de Junho de 1969 uma coluna militar comandada pelo Alferes Miliciano do GAC 6, Oscar David Firmino do Rosário e composta por 150 homens (1 Oficial, 1 Sargento e 148 Praças) e 30 viaturas saiu de Lourenço Marques com destino a Vila Cabral a fim de transportar pessoal e material para diversas Unidades sedeadas ao longo do percurso Lourenço Marques - Beira, Inhamitanga - Chupanga (R. Zambeze) - Mopeia - Quelimane - Nampula - Belém - Vila Cabral.

A viagem até Chupanga (na margem direita do R. Zambeze) decorreu sem incidentes mas, aí chegados, no dia 15 de Junho, verificou-se que o batelão que efectuava a transposição do rio, pertencente ao Senhor Amancio Pedreiro, se encontrava avariado. Dois meses antes do acidente o batelão sofrera alterações não autorizadas pela Autoridade Marítima que avisara o respectivo proprietário que não poderia utilizá-lo sem aprovação da Direcção Provincial dos Serviços de Marinha ¹².

Por este motivo a coluna permaneceu em Chupanga até 21 de Junho data em que o batelão foi declarado reparado pelo proprietário.

Depois do Comandante da coluna ter perguntado ao dono do batelão se toda a coluna podia embarcar na mesma viagem e ter recebido como resposta que o batelão aguentava com mais peso que o do pessoal e material da coluna ¹³, deu-se início ao embarque cerca das 15H30. A distribuição da carga foi feita pelo proprietário que seguiu no batelão juntamente com a tripulação e o mecânico que procedera às reparações.

A travessia iniciou-se cerca das 16H30.

Quando se encontravam a meio do rio, duas das almadias, das três que suportavam a plataforma, tendo cada uma o seu motor, começaram a meter água e um dos motores parou.

¹² Fontes:

Relatório Sumário sobre as causas prováveis do acidente elaborado pelo Com Sec D - Mopeia Junho de 1969.
Relatório de Acção AZ 1 do BCaç 2853 (Mocuba), de 23 de Julho de 1969.
Outros documentos em arquivo.

¹³ Idem. Testemunho do 2º Sargento António Bernardino da Silva, um dos sobreviventes e que assistiu, pessoalmente, a esta afirmação.

Foi então ordenada, pelo proprietário, uma mudança de rumo que, ao contrário do pretendido, originou que a embarcação metesse ainda mais água e se afundasse em menos de um minuto. Eram cerca das 17H00.

Agarrados a objectos que flutuavam e com auxílio generoso expontâneo de uma família autóctone que morava numa ilha perto - os Campíra - sobreviveram 50 homens.

Já de noite a notícia do desastre chegou a Mopeia tendo o Administrador e o pessoal do Destacamento Militar local prestado toda a assistência aos sobreviventes.

Avisadas as autoridades civis e militares, desenvolveu-se, logo a partir do dia seguinte, uma grande operação de busca de sobreviventes e de recolha e identificação de cadáveres em que se empenharam meios aéreos civis e militares, almadias tripuladas por autóctones, lanchas a motor e mergulhadores da Marinha.

Em 23 de Julho a situação era a seguinte:

- Militares falecidos e identificados	68
- Militares falecidos, encontrados e não identificados	23
- Militares desaparecidos	9
- Militares sobreviventes	<u>50</u>

150

Faleceram também o proprietário do Batelão e parte da tripulação.

Seguiu-se um período de recuperação do material (foram recuperados 8 Unimog 404 e 11 Unimog 411) e as transladações, solicitadas pelas famílias, dos corpos dos militares inicialmente sepultados no cemitério de Mopeia.

Nas conclusões do “Relatório Sumário sobre as causas prováveis do acidente que teve lugar durante a travessia do R. Zambeze por uma coluna militar, em 21 de Junho de 1969 e suas consequências elaborado pelo comando do Sector “D”, é referido:

- “A existência do batelão que transportou a coluna e a sua actividade eram ilegais;
- O batelão não oferecia as condições de segurança que se julgam indispensáveis;
- As condições de navegação oferecidas pelo R. Zambeze no dia, hora e local onde se deu o acidente não eram favoráveis às condições do batelão e à carga transportada;

- Admite-se que foram tomadas, na generalidade, medidas de segurança para evitar a deslocação de viaturas sobre a plataforma;
- O comportamento dos militares durante a travessia foi disciplinado e colaborante;
- Consideram-se como causas prováveis do acidente as seguintes:
 - (1) Falta de condições de segurança do batelão;
 - (2) Más condições de navegação oferecidas pelo R. Zambeze;
 - (3) Manobra precipitada de mudança de direcção”.

Este desastre tocou profundamente toda a população de Moçambique e também da Metrópole de onde era oriunda parte dos militares falecidos.

Contudo não deixaram de surgir comentários tendentes à atribuição de responsabilidades aos militares.

Eficiência para o combate

A situação que se vivia no TO, na sequência de anos anteriores levava o Gen Comandante da Região Militar (Gen Costa Gomes) a escrever no Relatório de Comando 1/69 correspondente ao período de 1 de Janeiro a 31 de Março de 1969:

“As enormes dificuldades com que luta a Região, em especial na época das chuvas, para fazer viver e combater as suas tropas são, como se sabe e como foi apontado, extremas. A itinerários escassos e pouco adequados junta-se uma deterioração nas disponibilidades de meios de transporte que, por razões já expostas, continua em progressão acentuada. Para levar a bom termo, no futuro, e com rapidez necessária a manobra projectada, a Região necessita de que seja aumentado o seu parque automóvel, dispor de helicópteros em número adequado e que os meios de Engenharia sejam suficientes para abrir ou apropriar itinerários e criar instalações adequadas ao repouso das tropas quando nos seus estacionamentos.

O rendimento final a obter, já que o pessoal é sempre generoso no cumprimento da sua missão, será, sem dúvida, muito influenciado pelas disponibilidades e racional aproveitamento daqueles meios. E estes não existem na Região, como se disse, mesmo nas quantidades mínimas compatíveis com o desenvolvimento da luta.”

É de notar, contudo, que, ao longo do ano, é visível o esforço de dotar o TO com os meios necessários.

Assim é referida em vários “SITREP” a recepção de diverso material tais como viaturas, sobressalentes, armamento e munições, por vezes em quantidades apreciáveis e equipamento oficial para o Serviço de Material e que há muito era solicitado.

A questão dos helicópteros era crucial. Existiam na 3ª Região Aérea em fins de 1969 apenas 7 helicópteros ¹⁴ o que era um número muito reduzido para as necessidades quer tácticas, quer de evacuação. Tal influenciava negativamente a actividade operacional.

Dados Estatísticos referentes ao ano de 1969 ¹⁵

Acções realizadas pelas Nossas Tropas

Sectores e/ou CT	Operações/Acções Ofensivas			Patrulhamento	Nomadização	Protecção de Itinerário		TOTAIS
	Golpe de mão	Emboscada	Batida			Escolta	Segurança	
Vila Cabral (A)	471	1.255	966	7.079	522	1.534	5.658	17.485
Marrupa (E)	88	404	536	10.234	3.070	2.052	1.202	35.071
Porto Amélia (B) (Distrito Cabo Delgado)	247	2.315	255	13.669	1.119	3.962	5.064	26.631
Tete (F) (Distrito Tete)	201	674	1.665	8.662	975	1.703	2.023	15.903
Nampula (C) (Distrito Moçambique)	-	2	2	7.348	1	23	10	7.386
Quelimane (D) (Distrito Zambézia)	-	-	36	9.623	-	270	1.454	11.383
Beira (CTC) (Distrito Manica Sofala)	-	-	-	3.997	10	11	-	4.018
Lourenço Marques CTS (Distrito Inh. e LM)	-	-	-	5.211	-	-	-	5.211
SOMA	1.007	4.650	3.460	65.823	5.697	9.555	15.411	105.603
TOTAIS	9.117			65.823	5.697	24.966		

Baixas Causadas ao In e Populações Apresentadas

Tipo de Baixa	Mortos	Feridos	Capturados	Apresentados
Localização				
Sector A	118	73	678	1.388
Sector B	307	130	1.032	575
Sector E	33	6	193	1.610
Sector D	--	--	--	20
Sector F	34	14	248	86
TOTAIS	492	223	2.151	3.679

¹⁴ Relatório mensal de Comando da 3ª Região Aérea - Dezembro de 1969, cortesia do Arquivo Histórico da Força Aérea.

¹⁵ Fonte - SITREP QG / RMM.

Material Capturado ao In

Designação	Quantidade	Designação	Quantidade
Pistolas	25	Espingardas	83
Espingardas Automáticas	76	Espingardas Semi-Automáticas	311
Pistolas Metralhadoras	80	Metralhadora Ligeira	23
Metralhadora Pesada	3	Lança Granadas Foguete	8
Morteiro	6	Espingarda c/sabre	4
Minas Anti-Pessoal	110	Granadas de Morteiro	1.768
Minas Anti-Carro	262	Granadas de Canhão sem recuo	16
		Granadas de Lança Granadas Foguete	71
		Granadas de Mão	750

Ações realizadas pelo In

Designação	Quantidade
Contra as NF	382
Contra Forças Militarizadas	36
Contra Cíveis	110
Contra meios aéreos	16
Obstruções/Destruições	35
Colocação de Engenhos Explosivos	1.118
TOTAL	1.697

Baixas causadas por acção do In em 1969 ¹⁶

a. Nossas Forças

Mortos	Feridos	Desaparecidos	Raptados
152	503	4	2 ¹⁷

b. Populações

Mortos	Feridos	Desaparecidos	Raptados
42	102	--	102

¹⁶ Fonte - SITREP QG / RMM. São contabilizadas apenas, as baixas causadas por acção do In às NT, Forças Militarizadas, Forças Administrativas e Milícias.

¹⁷ Forças Militarizadas.

Efectivo presente no TO em Dezembro de 1969

Os efectivos totais das nossas tropas presentes no TO era, em 1 de Dezembro de 1969, de 38.156 homens (SITREP CIRC 48/69 da RMM).

Mensagem do Cmdt da Região Militar de Moçambique às suas tropas.

Pelo que revela do pensamento do ainda Comandante da Região Militar sobre os objectivos e forma de fazer a guerra, junta-se em Anexo C a mensagem de Natal de 1969, proferida em Pundandar.

PROBLEMAS DA REGIÃO MILITAR DE MOÇAMBIQUE

(EM 20 DE SETEMBRO DE 1969)

1. Em primeiro lugar a guerra em Moçambique, ao contrário do que alguém possa pensar, está longe do seu fim.

As zonas actuais de subversão violenta são Tete, Niassa e Cabo Delgado. As áreas mais importantes, sob o aspecto psicológico das populações presente, são o polígono definido por Beira, Vila Manica, Tete, Milange, Mocuba, Quelimane e Beira (o coração geográfico de Moçambique) e os aldeamentos construídos, em construção e a construir em Tete, Niassa e Cabo Delgado.

Em Tete, a situação é confusa e muito fluida, devendo esperar-se sério esforço inimigo.

No Niassa, a situação está, apesar de actualmente terem surgido dificuldades na Serra de Jéci, a melhorar progressivamente.

No Cabo Delgado, a situação está aparentemente estacionária, mas o inimigo dispõe de numerosas bases, umas flutuantes, outras talvez mesmo fixas. Algumas delas são destruídas pelas nossas tropas com uma frequência muito limitada que não impede o seu renascimento quase imediato. Outras, embora poucas, nunca foram atingidas e constituem espécie de santuários inimigos. Se as coisas assim continuarem, é possível que o inimigo se fixe ao terreno, com tendência para formação de um pequeno Vietnam.

A situação psicológica do polígono definido como coração geográfico de Moçambique tem-se agravado contínua embora lentamente.

A situação psicológica dos aldeamentos referidos varia muito, mas de uma maneira geral não é de molde a deixar-nos tranquilos.

2. Assim, julgo haver que cuidar da Região Militar de Moçambique no sentido de a transformar em máquina de elevado rendimento, isto é, que, com pouco, produza muito, o que hoje não sucede. E julgo, também, haver que ter lugar, em Moçambique, uma acção psicológica civil-militar mais coordenada e muito mais eficaz.

3. O aumento do rendimento da Região Militar exige:

a. Por um lado

- um comando devidamente organizado;
- um sistema de transmissões capaz;
- um sistema de informações denso, seguro e oportuno;
- um sistema de transportes eficiente;
- uma administração rigorosa e rápida;
- uma logística eficaz;
- uma engenharia bastante;
- uma organização e dispositivo operacionais adequados;
- uma conduta das operações acertada, dinâmica e intensa;
- um apoio aéreo das operações bastante;
- uma acção psicológica sobre as NT, as populações fugidas e o inimigo específica e intensa.

b. Por outro lado

- pessoal com bom moral e profissionalmente bem preparado;
- comandos e chefias capazes;
- tropas com espírito de sacrifício e agressividade;
- material adequado;
- instalações razoáveis.

4. No comando, há a considerar o Comando da Região Militar, os Comandos dos Sectores e o Comando das Forças de Intervenção. A reestruturação do Comando da Região Militar está em estudo, em ligação com o Comando-Chefe. Receio muito que a cedência de numerosos elementos do Estado-Maior da Região Militar, ao Estado-Maior do Comando-Chefe, como parece pretender-se, conduza a uma sangria no Comando da Região Militar que o torne ineficiente e não resolva o problema da eficácia do Comando-Chefe. Oportunamente, referirei este assunto em pormenor. Será o meu Memorandum nº 1. A orgânica dos Comandos dos Sectores não me preocupa especialmente. Porém, a necessidade de um Comando Operacional de Forças de Intervenção é absoluta. O respectivo estudo está praticamente terminado e vou constituí-lo, a título experimental. Oportunamente, referirei este assunto em pormenor. Será o meu Memorandum nº 2.

5. O sistema de transmissões é deficiente. A ligação directa Lisboa-Nampula não existe e a mesma ligação, através de Lourenço Marques, é mui precária. No interior da Região Militar, as ligações não satisfazem completamente.
Isso deve-se, fundamentalmente, à má preparação do pessoal, à falta de algum material e à existência de muito material inadequado. Estou a estudar o que poderá fazer-se neste capítulo das transmissões. Oportunamente, referirei este assunto em pormenor. Será o meu Memorandum nº 3.
6. O sistema de informações é razoável, mas há que melhorá-lo.
Estou a estudar o que poderá fazer-se neste capítulo das informações. Oportunamente, referirei este assunto em pormenor. Será o meu Memorandum nº 4.
7. O sistema de transportes constitui um dos mais sérios problemas da Região Militar.
Contudo, o respectivo estudo, que está praticamente terminado, resolve a questão por forma cabal e até económica. Em consequência vou criar, a título experimental, o Serviço de Transportes. Oportunamente, referirei este assunto em pormenor. Será o meu Memorandum nº 5.
8. A administração está extremamente centralizada, burocratizada e morosa. É outro dos problemas mais sérios da Região Militar.
A necessidade de tudo, ou quase tudo, ter de pedir-se ou propor-se a Lisboa, conduz a enorme morosidade e a significativo desperdício em dinheiro. Creio ser assunto que, fatalmente, terá de solucionar-se através de uma maior descentralização administrativa.
Oportunamente, referirei este assunto em pormenor. Será o meu Memorandum nº 6.
9. A logística não é suficientemente capaz e, em certos casos, como o do Serviço de Material, é deficientíssima.
Para isso, muito contribui a falta de um sistema de transportes, a falta de um esquema logístico baseada em tal sistema e a falta de coerência, com o esquema logístico, dos diversos serviços.
O sistema de transportes está, como disse em montagem.
O sistema logístico está já definido.

A adaptação dos serviços a tal esquema está em estudo (casos do Serviço Postal e do Serviço de Saúde) ou está já estudada e em curso de execução (casos do Serviço de Intendência e do Serviço de Material). Oportunamente, referirei este assunto em pormenor. Será o meu Memorandum nº 7.

10. As limitadíssimas Tropas de Engenharia da região Militar constituem outro muito sério problema.

Quer no que respeita a abertura de itinerários e à sua indispensável, e de resto baratíssima, asfaltagem, quer no que respeita a construções (aqui não há praticamente empreiteiros), a situação é dramática. O problema está em estudo.

Oportunamente, referirei este assunto em pormenor. Será o meu Memorandum nº 8.

11. A organização e o dispositivo operacionais parece-me já não satisfazerem. São indispensáveis:

- a. Uma maior percentagem de Forças de Caçadores em missões de intervenção.
- b. Uma unidade-mãe para as tropas de Comandos, que estão a perder qualidades.
- c. Um maior número de Companhias de Comandos.
- d. Grupos Pseudo-Subversivos.

Dentro das possibilidades, vou aumentar a percentagem das Forças de Caçadores em missões de intervenção.

Vou criar, a título experimental, a casa-mãe das Tropas de Comandos - um Batalhão com funções de instrução, de refrescamento e de enquadramento doutrinário.

E vou tentar formar mais algumas Companhias de Comandos.

Oportunamente, referirei este assunto em pormenor. Será o meu Memorandum nº 9.

12. A conduta das operações é e será cada vez mais da responsabilidade do Comando-Chefe.

Contudo, e no âmbito de uma estratégia provincial, simultaneamente com uma maior contenção em Tete, julgo ter de haver um esforço muito grande em Cabo Delgado no sentido de um rápido sucesso, para então se transferir tal esforço para Tete.

No âmbito da tática dos Sectores, não posso pronunciar-me ainda no que respeita a Tete e ao Niassa. Relativamente, porém, a Cabo Delgado, que visitei já com pormenor, aquela tática deverá, segundo penso, ser a seguinte:

- a. Aumento de intensidade das acções de flagelação, que, tornando impossível a vida do inimigo em determinadas áreas, o empurrem para Norte.
- b. Aumento, em grande escala, principalmente no que respeita à frequência, das acções de ataque às bases inimigas.
- c. Procura de interdição das linhas de comunicação do inimigo através do rio Rovuma.
- d. Nas acções referidas em a. e, em particular, em b., substituição da ida e volta pela rendição “in loco” dos grupos de combate esgotados por outros frescos que prolonguem as acções no espaço e no tempo.
- e. Realização das acções referidas em a. e, particularmente, em b. e c., fundamentalmente, com base em helicópteros.

Oportunamente, referirei este assunto em pormenor. Será o meu Memorandun nº 10.

13. O apoio aéreo às operações é extremamente insuficiente.

Citam-se os seguintes casos:

- limitadíssimo apoio logístico aéreo às operações;
- quase impossibilidade de manobra entre Sectores;
- impossibilidade prática do emprego de forças aero-móveis;
- apoio em PCA e reconhecimento limitados;
- no apoio pelo fogo, ou aviões T-6 estão em alguns casos ultrapassados, e os aviões FIAT, que estão há cerca de 10 meses em Moçambique, não puderam ainda operar em Cabo Delgado, onde a sua actuação seria mais rendosa e poderia ser muito importante, por falta de aeródromo capaz.

Tal situação deve-se, por um lado, à falta de um ou outro aeródromo e ao emprego de quantitativo significativo dos meios existentes em transportes logísticos regulares, por outro, a uma carência de meios, particularmente em pessoal e helicópteros, afitiva.

Dei ordens terminantes à Engenharia da Região Militar para a adaptação do aeródromo de Mueda, até ao fim do corrente ano, à operação dos aviões FIAT. Montado o sistema de transporte da Região Militar, a Força Aérea ficará inteiramente liberta dos respectivos transportes logísticos regulares. Mas isto, que melhora, não resolve, e a carência de meios só poderá ser suprida pela Metrópole.

14. A acção psicológica, que julgo dever estar especialmente a cargo da Região Militar e, segundo parece, em futuro próximo a cargo do Comando-Chefe, diz respeito às NT, às populações fugidas e ao inimigo. Tem-se feito bom trabalho, mas há que ampliá-lo e aperfeiçoá-lo. É sobretudo uma questão de meios.

Estou a estudar o que neste sentido poderá fazer-se.

Oportunamente, referirei este assunto em pormenor. Será o meu Memorandun nº 11.

15. No relativo ao moral e preparação profissional, podem considerar-se os casos dos QP, dos QC e das praças.

De uma maneira geral, o moral dos QP não é brilhante.

Muitas razões de fundo e conjunturais conduzem a uma situação má e que tem vindo a agravar-se.

Oportunamente, referirei este assunto em pormenor. Será o meu Memorandun nº 12.

No que respeita ao moral dos QC e das praças, não penso haver problemas de maior. Valem aquilo que valerem os QP.

Profissionalmente, os QP satisfazem, embora com algumas excepções. Porém, a instrução dos QC e das praças é muitíssimo deficiente, naturalmente, também com excepções.

Oportunamente, referirei este assunto em pormenor. Será o meu Memorandun nº 13.

16. Nos comandos e chefias podem considerar-se, por um lado, o Estado-Maior, os Comandos das Armas e as Chefias dos Serviços e, por outro, os Comandos dos Sectores e Sub-Sectores (Batalhões).

O Estado-Maior, os Comandos das Armas e as Chefias são excelentes, talvez mesmo excepcionais, trabalhando com entusiasmo, bem e depressa.

No que respeita aos Comandos de Sectores e Sub-Sectores, ainda não posso pronunciar-me com segurança.

Oportunamente, referirei este assunto em pormenor. Será o meu Memorandun nº 14.

17. As tropas apresentam bom espírito de sacrifício no sentido de sofrerem resignadamente instalações péssimas, apoio material deficiente e situações de perigo prolongadas.

Contudo, as mesmas tropas não têm agressividade bastante. Considero, e de resto já o disse publicamente, impossível ter-se em Portugal um Exército de mais de 100.000 homens com suficiente agressividade. Mas julgo perfeitamente viável a formação de um corpo da ordem dos 10.000 homens com tal agressividade. É o já muito falado Corpo de Intervenção. Como se não constituiu tal corpo a nível nacional, ter-se-á de fazê-lo a nível provincial, com base nas Tropas de Comandos, que têm de ser acrescidas, e noutras tropas especiais da Armada e da Força Aérea. Oportunamente, referirei este assunto em pormenor. Será o meu Memorandun nº 15.

18. Nem todo o material é bastante em quantidade, nem adequado em qualidade. Como disse, muito material de transmissões é inadequado.

As rações de combate, vindas de Lisboa, não satisfazem. Produzem-se, em Moçambique, outras muito melhores que estão a ser distribuídas, a título experimental.

Não há material de bivaque bastante.

Existe uma variedade de tipos de viaturas excessiva. Está, porém, a caminhar-se no bom sentido da redução a 3 tipos principais.

Os lança-granadas-foguetes de 89 mm são demasiados pesados. As tropas pára-quedistas têm-nos ligeiros e excelentes

O material de engenharia é pouco. Faltam alguns tipos de máquinas, como, por exemplo, de asfaltagem, e certo material não pode ser utilizado por inadequado, como, por exemplo, algumas plataformas para o transporte de equipamento pesado.

Oportunamente, referirei este assunto em pormenor. Será o meu Memorandun nº 16.

19. Muitas das instalações são ainda insuficientes e outras quase inexistentes. Não há, presentemente, em Nampula, instalações para 4 QG completos. Há serviços que funcionam mal por falta de instalações. Certas tropas vivem há mais de um ano em buracos cavados no terreno.

Oportunamente, referirei este assunto em pormenor. Será o meu Memorandun nº 17.

Penso que a acção psicológica sobre as populações presentes deve ser uma tarefa civil com ajuda militar.

Além dos meios de acção psicológica pura, que deverão ser muito acrescidos, há que considerar, especialmente, a questão dos aldeamentos, que devem constituir pólos de civilização, onde os elementos aldeados se sintam em segurança, promovidos socialmente e com possibilidade de trabalho honesto e razoavelmente remunerado.

Há que conseguir estas condições nos poucos aldeamentos já existentes no coração geográfico de Moçambique, em alguns já construídos em Tete, num número apreciável já existente no Niassa e nos muitos existentes em Cabo Delgado.

E há que preparar muitíssimo mais, da ordem dos milhares, aldeamentos com as mesmas condições.

É uma tarefa imensa mas tão ou mais importante que a própria acção militar.

Embora julgue a questão mais civil do que militar, estou a pensar em como esta acção psicológica poderá ampliar-se e, especialmente, com o problema dos aldeamentos, poderá ser tratado na escala necessária.

Oportunamente, referirei este assunto em pormenor. Será o meu Memorandun nº 18.

Quartel General em Nampula, 20 de Setembro de 1969

O General Comandante da Região

KAÚLZA DE ARRIAGA

GENERAL

1. DESIGNAÇÕES DOS SECTORES, COMANDOS TERRITORIAIS E SUBSECTORES

(DEZEMBRO DE 1969)

a. Sector A (ZA do Agr com sede em Vila Cabral)

- (1) Subsector AME (ZA do Bat com sede em Metangula)
- (2) Subsector ASA (ZA do Bat com sede em Macaloge-Sanga)
- (3) Subsector AVL (ZA do Bat com sede em Valadim)
- (4) Subsector AVC (ZA do Bat com sede em Vila Cabral)
- (5) Subsector ACT (ZA do Bat com sede em Catur)

b. Sector B (ZA do Agr com sede em Porto Amélia)

- (1) Subsector BRV (ZA do Bat com sede em MRovuma)
- (2) Subsector BMU (ZA do Bat com sede em Mueda)
- (3) Subsector BPR (ZA do Bat com sede em MPraia)
- (4) Subsector BNG (ZA do Bat com sede em Nangololo)
- (5) Subsector BTZ (ZA do Bat com sede em Montepuez)
- (6) Subsector BPA (ZA do Bat com sede em Porto Amélia)
- (7) Subsector BMC (ZA do Bat com sede em Macomia)

c. Sector C (ZA do Agr com sede em Nampula)

- (1) Subsector CRB (ZA do Bat com sede em Ribaué)
- (2) Subsector CVB (ZA do Bat com sede em Vila Barreto)

d. Sector D (ZA do Agr com sede em Quelimane)

- (1) Subsector DGR (ZA do Bat com sede em Vila Junqueiro-Gurué)
- (2) Subsector DMO (ZA do Bat com sede em Mocuba)

e. Sector E (ZA do Agr com sede em Marrupa)

- (1) Subsector EME (ZA do Bat com sede em Mecula)
- (2) Subsector ERU (ZA do Bat com sede em Marrupa)
- (3) Subsector ENF (ZA do Bat com sede em Nova Freixo)

f. Sector F (ZA do Agr com sede em Tete)

- (1) Subsector EFG (ZA do Bat com sede em Fingoé)
- (2) Subsector FFR (ZA do Bat com sede em Furancungo)
- (3) Subsector FTT (ZA do Bat com sede em Tete)
- (4) Subsector FBN (ZA do Bat com sede em Bene)

g. CTC (ZA do Comando Territorial com sede em Beira)

- (1) Subsector CTCBR (ZA do Bat com sede em Beira)

h. CTS (ZA do Comando Territorial com sede em Lourenço Marques)

- (1) Subsector CTSIB (ZA do Bat com sede em Inhambane)
- (2) Subsector CTSLM (ZA do Bat com sede em Lourenço Marques)

(NEP 3ª Rep/QG/RMM – OR DS de 13 de Dezembro de 1969)

MENSAGEM DO GENERAL KAÚLZA DE ARRIAGA À REGIÃO MILITAR DE MOÇAMBIQUE PROFERIDA EM PUNDANHAR NA NOITE DE NATAL DE 1969

1. ESCOLHI PUNDANHAR PARA, DE AQUI, ME DIRIGIR À REGIÃO MILITAR, A TODOS OS QUE NELA SERVEM, TRABALHANDO OU COMBATENDO, DESDE BOANE A OLIVENÇA OU PALMA, DESDE ZUMBO A NACALA, EM MENSAGEM DE NATAL E, TAMBÉM, DE FIM DE ANO E DE ANO NOVO.

PUNDANHAR, NO NORDESTE DE MOÇAMBIQUE, NA FRONTEIRA DO ROVUMA, ONDE OS ACTOS DE TERRORISMO SE SUCEDEM, SIMBOLIZA PERFEITAMENTE O ESFORÇO, O MAGNÍFICO ESFORÇO PORTUGUÊS, NESTA LUTA EM QUE VIMOS IMPONDO A VERDADE, A JUSTIÇA E A FRATERNIDADE. NESTA LUTA EM QUE O GENEROSO SANGUE DA JUVENTUDE PORTUGUESA, DOS SOLDADOS DE PORTUGAL, TEM SIDO VERTIDO EM IMPERATIVO HISTÓRICO, MAS SOBRETUDO COM O SENTIDO CONSCIENTE E REALISTA DA CONSTRUÇÃO DE UM FUTURO MELHOR, SEM IMPERIALISMO, SEM COMUNISMOS, SEM RACISMOS. UM FUTURO ONDE TODOS, JÁ O DISSE, TENHAM IGUAL OPORTUNIDADE E ONDE TODOS, POR MODESTOS QUE SEJAM, POSSAM VIVER DIGNAMENTE, SERVIR A HUMANIDADE E O SEU PAÍS, CUIDAR DA SUA FAMÍLIA E EDUCAR OS SEUS FILHOS.

É, POR ESTA “PAX LUSITANA” DE EQUIDADE, DE LIBERDADE E DE AMOR QUE NOS BATEMOS, QUE VÓS, SOLDADOS DA REGIÃO MILITAR, VOS BATEIS.

EM PUNDANHAR, COMO NOUTROS LOCAIS, AS INSTALAÇÕES SÃO MÁS, A ÁGUA FALTA E O PERIGO ESPREITA. EM PUNDANHAR, COMO NOUTROS LOCAIS, AS TROPAS EVIDENCIAM O MAIS EXCELENTE ESPÍRITO, AGINDO CONSCIENTE E NATURALMENTE, COM DESENVOLTURA E OPTIMISMO.

PUNDANHAR SIMBOLIZA A VERDADEIRA ATITUDE PORTUGUESA PERANTE A VIDA, A MESMA NO TRABALHO E NO COMBATE, NA ABUNDÂNCIA E NA CARÊNCIA, NO SUCESSO E NA DIFICULDADE.

2. POR ISTO TUDO AQUI ESTOU, TRAZENDO A ESTES SOLDADOS E A TODOS OS SOLDADOS DA REGIÃO MILITAR, A CERTEZA DE QUE O COMANDO DA REGIÃO OS TEM, EM PERMANÊNCIA, NO SEU PENSAMENTO E TUDO ESTÁ A FAZER PARA, EM PRAZOS POSSÍVEIS, E PROGRESSIVAMENTE, MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS TROPAS E AUMENTAR O RENDIMENTO OPERACIONAL DAS UNIDADES, E, SOBRETUDO, PARA QUE, NESTA GUERRA, OBTENHAMOS SUCESSO COMPLETO E RÁPIDO.
- ENTRE AS DECORRENTES MEDIDAS PODEM CITAR-SE, COMO MAIS SIGNIFICATIVAS, A CRIAÇÃO DE UM COMANDO DE ACRESCIDAS FORÇAS DE INTERVENÇÃO, O ESTABELECIMENTO DE NOVO SISTEMA E SERVIÇO DE TRANSPORTES, A REORGANIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS, A REESTRUTURAÇÃO DA ENGENHARIA, A CONSTITUIÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE COMANDOS, A SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA, A ADOÇÃO DE NOVOS MÉTODOS DE FUNCIONAMENTO LOGÍSTICO, A ACELERAÇÃO DAS OBRAS E TRABALHOS E UMA REVITALIZAÇÃO DA ACÇÃO TÁCTICA. ESTAS E MUITAS OUTRAS MEDIDAS ESTÃO EM ESTUDO OU JÁ EM CURSO DE APLICAÇÃO E DELAS SE COLHERÃO, A SEU TEMPO, OS CONSEQUENTES FRUTOS.
3. MAS HOJE, VÉSPERA DE NATAL, PENSO TAMBÉM NAQUELES QUE, LÁ LONGE, VOS QUEREM, VOS RECORDEM E POR VÓS TEMEM. PENSO NAS VOSSAS FAMÍLIAS, NESSAS FAMÍLIAS PORTUGUESAS QUE, EM COMUNHÃO COM A PÁTRIA, LHE DOAM O MELHOR DE SI PRÓPRIO - OS SEUS FILHOS. QUE DEUS AS ABENÇOE. QUE DEUS VOS PROTEJA.

S O L D A D O S

4. VAI TERMINAR O ANO.
UM ANO DE ESFORÇO E DE SACRIFÍCIO.
MAS, TAMBÉM, UM ANO MAIS, QUE, LONGE DE ABDICAÇÕES E CEDÊNCIAS, FOI DE FIRMEZA DE ATITUDES, DE CONSTÂNCIA DE PROPÓSITOS E DE EXEMPLO PARA ESTE CONTURBADO MUNDO EM QUE VIVEMOS.

E NOVO ANO VAI COMEÇAR.

QUE ELE ILUMINE OS NOSSOS INIMIGOS E OS CONDUZA À
RAZÃO. QUE TRAGA ATÉ NÓS AS POPULAÇÕES QUE A GUERRA
CUMULOU DE INFORTÚNIO.

QUE ELE NOS DÊ FORÇA PARA COMBATER E GENEROSIDADE
PARA PERDOAR.

QUE NOS CONCEDA A VITÓRIA E COM ELA NOS TRAGA A PAZ.

ÍNDICE

Prefácio.....	14
Introdução.....	16
Preâmbulo.....	19
Conceitos Básicos.....	19
Missão Geral das Forças Armadas.....	21
Aspectos essenciais.....	24
Antecedentes históricos.....	27
Os Poderes Constitucionais.....	29
A Política externa.....	33
As Normas Internas - Constituição Federal.....	34
Cap I - ASPECTOS GERAIS.....	
Síntese Histórica.....	
História Geral de Moçambique.....	37
Breve história dos movimentos emancipatórios em África.....	38
Introdução à guerra vitoriosa.....	39
Antecedentes recentes.....	39
A cena internacional no 2º semestre de 1977.....	39
O período até à II Guerra Mundial.....	39
O período após a II Guerra Mundial.....	39

ÍNDICE

Prefácio.....	11
Introdução.....	18
Preâmbulo.....	19
Conceitos Base.....	19
Missão Geral das Forças Armadas.....	21
Aspectos específicos.....	21
Antecedentes históricos.....	22
Os Países vizinhos.....	23
A Política externa.....	23
As Nossas Tropas - Conceitos Gerais.....	24
 Cap I - ASPECTOS GERAIS	
Síntese Histórica	
História Geral de Moçambique.....	27
Breve história dos movimentos emancipalistas em África.....	30
Introdução à guerra subversiva.....	35
Antecedentes remotos.....	35
A cena internacional até aos anos 60 do séc XX.....	36
O período até à II Guerra Mundial.....	36
O período após a II Guerra Mundial.....	38

Os factores geofísico, humano, económico e militar em Moçambique, no início da década de 60 do século XX

Introdução.....	44
Factor geofísico.....	45
Factor humano	47
População	47
Saúde e higiene.....	50
Educação	51
Comunicação social	52
Governo e Administração	53
Factor económico.....	53
Factor Militar.....	54

A guerra subversiva

Introdução.....	54
Factores que provocaram, ou favoreceram, a subversão em Moçambique.....	56
A conjuntura externa e interna.....	56
Os países adjacentes	57
População	60
Caracterização dos Povos	60
Distribuição da população em Moçambique.....	62
Resumo.....	63
Religiões.....	65
Catolicismo.....	65
Protestantismo	67
Islamismo	69

Cap II - AS NOSSAS FORÇAS

Introdução.....	77
A Importância estratégica e militar de Moçambique.....	77
No quadro nacional.....	77
No quadro geopolítico africano.....	78
O Teatro de Operações de Moçambique.....	79
Generalidades	79

Conceito geral de defesa	80
Missões gerais das Forças Armadas.....	81
Visão operacional de Moçambique nos primeiros 50 Anos do século XX.....	81
Caracterização sintética da R.M.M. em 1960.....	85
A defesa de Moçambique - Directivas iniciais.....	87
Medidas militares tomadas em Moçambique no início da década de 1960	88
Generalidades	88
Os reconhecimentos	90
As “Equipas de Caça”	92
Missões especiais ao estrangeiro.....	93
Dispositivo das Forças no início da década de 1960.....	94
A Acção Psicológica	98
Generalidades	98
A Acção Psicológica sobre a população	114
A Acção Psicológica sobre o adversário.....	117
A Acção Psicológica sobre as Nossas Tropas	118
Características gerais das tropas em Moçambique	122
Unidades de Reforço (Recrutamento na Metrópole)	122
Tropas da guarnição normal.....	123
Tropas “Comandos”	123
Tropas Paraquedistas e Fuzileiros Especiais.....	124
Forças Auxiliares GE, GEP e GEPC	124
Milícias do Distrito do Niassa	126
Flechas (DGS).....	126
Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil	126
Miscigenação das Forças Terrestres	127
Serviço de Reconhecimento das Transmissões	128
Serviço Postal Militar.....	129
Serviço de Assistência Religiosa.....	131
Logística.....	134
Generalidades	134
Transportes	139
Órgãos da Arma de Engenharia com funções logísticas	144

Órgãos da Arma de Transmissões com funções logísticas.....	144
O Serviço de Saúde.....	146
O Serviço de Intendência.....	148
O Serviço de Material.....	148
O Serviço de Transportes.....	149
Artigos críticos.....	150
Equipamento das Subunidades de Intervenção.....	151
Estruturas superiores políticas e militares.....	155
Generalidades.....	155
Missão das Forças Armadas. Directivas iniciais.....	159
Directiva Nº 6 do SGDN, de 25 de Fevereiro de 1961.....	160
Directiva Nº 9 do SGDN de 03 de Maio de 1961.....	162
Atribuições dos Comandos Militares.....	163
Carta de Comando do Comandante-Chef.....	163
Atribuições dos Comandos dos três Ramos das Forças Armadas ..	166
A estrutura da componente terrestre.....	167
Considerações Finais.....	169
Anx A – Directiva nº 6 de 25Fev61 Cap. II.....	173
Anx B – Directiva nº 9 de 03Mai61.....	179
Anx C – Directiva nº 9 (Aditamento) de 10Mai61.....	183
Anx D – Unidades e Subunidades da 4ª Região Militar (Setembro de 1961).....	185
Anx E –Panfletos.....	193
Anx F – Marcas de presença.....	196
Anx G – Tabela de prémios.....	197
Anx H – Instrução de APsic na Escola de Recrutas.....	199
Anx I – Despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e do Ultramar de 20 de Agosto de 1968.....	203
Anx J –Directiva conjunta do Governador de Moçambique e do Gen Cmdt Chefe de Moçambique nº 1/69 de 24 de Janeiro de 1969.....	207
Anx L –Centros de Coordenação de Operações (CCO) NEP de 20 de Outubro de 1968.....	213
Anx M–Designações atribuídas as Zonas Op., aos Sectores, Comandos Territoriais e Subsectores. NEP de 15 de Maio de 1971..	217

Cap III - O Inimigo

Generalidades	219
A influência dos países vizinhos	220
As organizações emancipalistas em Moçambique	224
A formação das elites africanas	224
As Organizações	224
Associação Nacional Africana do Moatize - A.N.A. Moatize	224
União Nacional Africana de Moçambique Independente - UNAMI	
Mozambique African National Union - MANU	225
União Democrática Nacional de Moçambique - UDENAMO	225
Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO	226
Kiliman Freedom Party/Mozambique African National Congress -	
MANC	227
Frente Unida Anti-Imperialista Popular Africana de Moçambique -	
FUNIPAMO	227
Comité Revolucionário de Moçambique - COREMO	228
Partido Popular de Moçambique - PAPOMO	229
União Nacional Africana da Rombézia - UNAR/União dos	
Naturais de Moçambique - UNAMO	229
União Nacional dos Estudantes de Moçambique - UNEMO	230
Partido Progressista do Povo de Moçambique - MOZANQUE	230
Mozambique Peoples Progressiv Party - MPPP	230
Movimento de Libertação de Moçambique - MOLIMO	231
Frente Unida de Moçambique - FUMO	232
União de Libertação Partazana Moçambique - ULIPAMO	232
Frente de Libertação Nacional do Sul da África - SANLF	232
Movimento Democrático de Moçambique	232
Outros Partidos e Movimentos	233
Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)	234
Evolução Histórica	234
Ordem de Batalha	249
Estrutura e composição da FRELIMO	251
Organização político-militar no interior do território	270

Generalidades	270
Comando Operacional Territorial	271
Organização das Bases e Acampamentos.....	273
Potencial de Combate	292
Efectivos.....	293
Material utilizado	293
Viaturas	300
Material Rádio	301
Instrução.....	302
Táctica	304
Logística.....	306
Acção Psicológica.....	308
Comité Revolucionário de Moçambique - COREMO.....	317
Alguns aspectos do COREMO e da política de Gumané	323
Anx A – Fotografias de material capturado.....	333
Anx B – Página do “Guerrilheiro”	339

Cap IV - O INÍCIO DA SUBVERSÃO (1964/65)

Introdução.....	345
A Acção Subversiva em 1964 e 1965.....	350
Em 1964.....	350
Em 1965.....	355
Consequências gerais dos focos de subversão no Norte de Moçambique.....	360
Remodelação do dispositivo das NT em 1965 e lançamento das “Operações Águia”.....	365
A evolução da situação.....	373
No Distrito do Niassa.....	378
No Distrito da Cabo Delgado.....	378
Outras Operações realizadas.....	382
Síntese da situação.....	393
Eficiência para o combate	395
Baixas causadas pelo In às NF e Populações em 1964/1965.....	398

Cap V - A REESTRUTURAÇÃO DOS COMANDOS EM 1965/66

Introdução.....	399
As Directivas	
Directiva nº 22 do MDN, de Setembro de 1965.....	399
Directiva nº 9/65 do CCM e criação da ZIN.....	400
Dispositivo das Forças Armadas, na ZIN, em 11Out65.....	406
Outras Forças da RMM.....	409
Directiva nº 23/66 do MDN, de Março de 1966	413
Directiva nº 26/66, do MDN.....	414
Anx A – Directiva nº 22 (Para criação de um PC Avançado).....	415
Anx B – Directiva nº 23 do MDN de Março de 1966.....	418
Anx C – Directiva nº 26 do MDN de Outubro de 1966.....	421

Cap VI - O ALASTRAMENTO DA SUBVERSÃO EM 1966

Situação Geral.....	425
Uma tentativa de infiltração	427
Evolução da situação do In no 1º Trimestre de 1966.....	429
Directiva nº 3/66 do CCM, de 13Abril	430
Situação Geral na ZIN, no final do 1º Semestre de 1966	432
Directiva geral nº 1/66 da ZIN, de 1 de Julho	436
Directiva geral nº 2/66 do ComZIN de 16 de Julho.....	440
Directiva para a criação do Sector E, Distrito do Niassa, de 19 de Outubro de 1966	443
A Subversão nos Sectores A, B e E	444
“Operação Falcão”	449
Actividade Operacional das NT em 1966.....	450
A questão da Rodésia e a ameaça ao porto da Beira	469
Eficiência para o combate	469
Baixas causadas pelo In às NF e Populações em 1966.....	481
Anx A– A análise da situação em Moçambique (Informação do EME de 29 de Agosto de 1966).....	483

Cap VII - CASOS PARTICULARES DA DEFESA DO TERRITÓRIO

A questão da Rodésia e a ameaça aos Portos da Beira, Lourenço Marques e Nacala	497
---	-----

A defesa do Porto da Beira.....	498
A defesa do Porto de Lourenço Marques.....	513
A defesa do Porto de Nacala	515
A defesa das margens do lago Niassa. O transporte dos meios navais.....	517
A defesa das linhas de Caminho de Ferro.....	523
A conquista da população - Os aldeamentos.....	531
Defesa de Zonas Sensíveis.....	540
Directiva nº 5/69 do Gabinete Militar do Comando-Chefe de 23 de Dezembro	540

Cap VIII - EVOLUÇÃO DA SUBVERSÃO EM 1967 E 1968

A situação na RMMoçambique em 1967

A Situação político-militar por Distritos.....	547
O dispositivo das Nossas Tropas	548
Protecção e controlo das populações	549
Zonas de esforço no Sector A em 1966	551
Infiltrações do In no Distrito do Niassa	555
A Directiva 7A/67, de 23 de Novembro, do Comando Chefe- -Adjunto para a actividade operacional no Distrito do Niassa	555
A criação do Sector F em 1967.....	559
A Situação do In no Sector B em 1967	562
A actividade operacional na RMM em 1967.....	562
Distrito do Niassa (Sector A).....	563
Distrito do Niassa (Sector E).....	569
Distrito de Cabo Delgado (Sector B).....	573
Distrito de Tete (Sector F)	582
Comando Territorial do Centro (CTC).....	582
Eficiência para o combate	582
Efectivos presentes na RMMoçambique	587
Resumo da actividade operacional em 1967	587
Baixas causadas ao Inimigo em 1967.....	588
Ações realizadas pelo Inimigo em 1967.....	588
Baixas causadas às NF e populações em 1967	588

A situação na RMM em 1968

O inimigo	589
Populações.....	590
Esquema de manobra.....	591
Situação particular no distrito do Niassa.....	597
Situação particular no distrito de Tete.....	602
Situação particular no distrito de Cabo Delgado.....	604
Directiva 2/68 do QG/Av/RMM, de 2 de Fevereiro	607
Actividade operacional na RMM em 1968.....	608
O II Congresso da FRELIMO.....	622
A actividade operacional no conjunto do território e resultados obtidos.....	623
Operações realizadas em 1968.....	629
No Distrito do Niassa, Sector A	629
No Distrito do Niassa, Sector E	630
No Distrito de Cabo Delgado, Sector B.....	631
No Distrito de Tete, Sector F.....	634
Resumo da actividade operacional em 1968	636
Resultados obtidos	636
A eficiência para o combate.....	637
Efectivos presentes na RMM em 1968.....	641
Aspecto geral da Actividade do In em 1968.....	642
Acções realizadas pelo In em 1968.....	651
Baixas causadas por acção do In às Nossas Forças e Populações em 1968	652
Anx A – Directiva 7A/67 do Cmdt Chefe Adjunto da RMM de 23Nov67	653
Anx B – Relatório de Acção - Op “Marte” em 01Abr68.....	663
Anx C – Relatório de Acção - Op “Os Galgos filam” em 19Jan68	673

Cap IX - A EVOLUÇÃO DA SUBVERSÃO EM 1969

A situação na RMM em 1969.....	679
A crise interna da FRELIMO.....	679

O dispositivo da FRELIMO no interior do Território.....	681
A Actividade Operacional das NT em 1969.....	689
A Directiva nº 3/69 de 16 de Abril. Ideia de Manobra.....	689
Actividade Operacional.....	692
A situação na RMM em fins de 1969.....	711
A tragédia do Zambeze.....	716
Eficiência para o combate.....	718
Dados estatísticos referentes ao ano de 1969.....	719
Mensagem do Cmdt da Região Militar de Moçambique às suas tropas.....	721
Anx A – Problemas da Região Militar de Moçambique (Set69)....	723
Anx B – Designação dos Sectores, Comandos Territoriais e Subsectores (Dez69).....	731
Anx C – Mensagem do Gen Kaulza de Arriaga à região Militar de Moçambique (Natal de 1969).....	733

FIGURAS

Cap I

Fig nº 1 - Agrupamentos Étnicos	48
Fig nº 2 - Localização das Etnias em que se apoiou a Subversão	58
Fig nº 3 - Distribuição da população em Moçambique.....	64
Fig nº 4 - Divisão Eclesiástica da Província	68

Cap II

Fig nº 1 - Bote de borracha.....	91
Fig nº 2 - CSM Boane 1961	95
Fig nº 2-A - Planta da Localização de Boane	96
Fig nº 3 - Aspecto geral de Boane.....	97
Fig. nº 4 - Carta de Situação referida a 01 de Fevereiro de 1963	99
Fig nº 5 - Dispositivo Operacional referido a 1 de Abril de 1974, Sectores A, B, C e D.....	100
Fig nº 6 - Dispositivo Operacional referido a 01 de Abril de 1974 CTC e ZOT	101
Fig nº 7 - Dispositivo Operacional referido a 01 de Abril de 1974 CTS.....	102
Fig nº 8 - Altifalantes montados num meio aéreo.....	106
Fig nº 9 - Articulação dos meios de Acção Psicológica	108
Fig nº 10 - Prioridade de Esforço	109
Fig nº 11 - Organigrama da Estrutura da APsic em Moçambique.....	112
Fig nº 12 - Transporte de populações para a colheita do caju	117
Fig nº 13 - Oficiais do Centro de Instrução de Pisteiros	125
Fig nº 14 - Localização das Capelarias	132
Fig nº 14-A - Visita do Capelão Mor, Bispo de Madarsuma.....	133
Fig nº 15 - Dispositivo Logístico referido a 01 de Fevereiro de 1963	137
Fig nº 16 - Dispositivo Logístico referido a 12 de Junho de 1967.....	138
Fig nº 17 - Áreas Logísticas.....	141
Fig nº 18 - Sistemas de Transportes	142
Fig nº 19 - Dispositivo Logístico referido a 03 de Agosto de 1970	145
Fig nº 20 - Articulação do Comando da RMM.....	157
Fig nº 21 - Organigrama da Carta de Comando.....	164

Cap III

Fig nº 1 - Esquema tipo de estrutura política para a insurreição	252
Fig nº 2 - Organização Provável da FRELIMO em Junho de 1962.....	253
Fig nº 3 - Organização Provável da FRELIMO em Junho de 1963.....	254
Fig nº 4 - Composição e Organização da FRELIMO em Julho de 1964	257
Fig nº 5 - Composição e Dispositivo da FRELIMO em Setembro de 1964	259
Fig nº 6 - Estrutura dos Branchs ou Bomas.....	260
Fig nº 7 - Organização da FRELIMO em Julho de 1968	263
Fig nº 8 - Estrutura a nível superior - Abril de 1969	266
Fig nº 9 - Departamento de Defesa da FRELIMO - Abril de 1969.....	267
Fig nº 10 - Departamentos com representação no Interior.....	269
Fig nº 11 - Organigrama provável do Comando Operacional.....	272
Fig nº 12 - Composição tipo de uma Base Operacional.....	282
Fig nº 13 - Grupo de Comando das Bases Operacionais.....	283
Fig nº 14 - Composição esquemática de uma Base de Instrução	285
Fig nº 15 - Esquema de relações de escalonamento das Bases de Instrução	286
Fig nº 16 - Unidades tipo convencional (Batalhões e Companhias).....	288
Fig nº 17 - Armamento das Unidades dos diversos escalões.....	289
Fig nº 18 - Organigrama dos Destacamentos de Guerrilheiros.....	290
Fig nº 19 - Composição de um destacamento da FRELIMO.....	292
Fig nº 20 - Bases Logísticas da FRELIMO na Tanzânia	307
Fig nº 21 - Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO.....	309
Fig nº 22 - Organigrama Provável da Estrutura Superior do COREMO.....	325

Cap IV

Fig nº 1 - Esquema do abastecimento - Rede de distribuição	348
Fig nº 2 - Serviço de Águas de Mueda - Ficha para abastecimento.....	348
Fig nº 3 - As primeiras acções violentas em 1964 de 24 de Agosto a 06 de Outubro	355
Fig nº 4 - Zonas activas em Setembro de 1965	357
Fig nº 5 - Dispositivo no início da "Op Águia"	367
Fig nº 6 - Operação "Águia d'Ouro"	370
Fig nº 7 - Operação "Cotovia"	371
Fig nº 8 - Principais faixas de infiltração de meios utilizados pelo In no Distrito do Niassa	379

Cap V

Fig nº 1 - Organigrama das Forças Armadas em Moçambique depois da criação da ZIN	405
Fig nº 2 - Dispositivo Operacional (ZIN e Zambézia), referido a 11 de Outubro de 1965	412

Cap VI

Fig nº 1 - Subsector de Valadim	433
Fig nº 2 - Carta do Nordeste de Moçambique em 1966	435
Fig nº 3 - Rede de Caminhos de Ferro em Moçambique	442

Cap VII

Fig nº 1 - Planta da cidade da Beira	499
Fig nº 2 - Linhas de Caminho de Ferro e estrada principal com origem na Beira	503
Fig nº 3 - Dispositivo do CTS e do COMDELM	516
Fig nº 4 - Zona de Acção do COMDELM	517
Fig nº 5 - A LFP "Urano" navegando no lago Niassa em 1973	519
Fig nº 6 - Uma LDP navegando no lago Niassa em 1973	519
Fig nº 7 - Transporte de Lanchas em Moçambique	520
Fig nº 8 - Na passagem das pontes ferroviárias as plataformas foram empurradas à mão	522
Fig nº 9 - As "Zorras" blindadas em serviço na linha de Tete em 1972	532
Fig nº 10 - Descarrilamento na linha de Tete provocado por sabotagem na linha	532
Fig nº 11 - Um aldeamento	538
Fig nº 12 - Troço do Caminho de Ferro - Catur -Vila Cabral	544

Cap VIII

Fig nº 1 - Evolução da Subversão no Niassa - Período de repulsão	554
Fig nº 2 - Linha a atingir na redução da Zona de subversão violenta	557
Fig nº 3 - Dispositivo do Sector F (Nov67)	561
Fig nº 4 - Evolução da redução da área de subversão violenta nos Sectores "A" e "E", em 1968	593
Fig nº 5 - Área a que o In estava confinado (no Niassa) em Fev68	599

Fig nº 6 - Esquema do Plano “Sagitário” do Sector “E”	610
Fig nº 7 - O Gen CCM António Augusto dos Santos em visita a uma Unidade.....	611
Fig nº 8 - Sector “E” Região “CASSERO”.....	613
Fig nº 9 - Trabalhos na picada de Nancunda	625
Fig nº 10 - Trabalhos de detecção de minas na picada de Nancunda.....	625
Fig nº 11 - Partida para a instalação, em 24 de Dezembro de 1968, da CCaç 2321	626
Fig nº 12 - Secção de Cães de Guerra	626
Fig nº 13 - Armamento capturado na operação “Agora Vai”.....	632
Fig nº 14 - Distrito de Tete	651

Cap IX

Fig nº 1 - Lázaro Cavandame no BCaç 2837 após a sua apresentação	680
Fig nº 2 - Lázaro Cavandame fazendo uma “banja”	680
Fig nº 3 - Carta de Cabo Delgado	682
Fig nº 4 - Carta do Niassa.....	684
Fig nº 5 - Carta de Tete.....	685
Fig nº 6 - Criação da faixa neutralizada, Zona de Acção condicionada e Zona de Segurança no Sector F	691
Fig nº 7 - Gen Kaulza de Arriaga visita ao BCaç 2837.....	712

Obras a publicar:

RESENHA HISTÓRICO-MILITAR DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA 1961-1974:

- 6.º vol – Aspectos da Actividade
Operacional
Tomo II – Guiné
Tomo III – Moçambique
– Livro 2
- 7.º vol – Fichas das Unidades
Tomo I – Angola
Tomo III – Moçambique
- 8.º vol – Mortos em Campanha
Tomo III – Moçambique
- 9.º vol – As Transmissões na Campanha
- 10.º vol – Comandantes e Chefes
- 11.º vol – A Engenharia nas Campanhas
- 12.º vol – A Intendência nas Campanhas
- 13.º vol – O Serviço de Material
nas Campanhas

